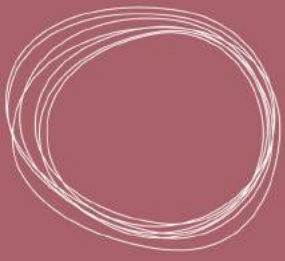


V. 6/N. 2 JULHO - DEZEMBRO 2018



InterFaces

Revista de Extensão da UFMG



Revista Interfaces

Revista de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Sandra Goulart Almeida
Reitora

Prof. Alessandro Fernandes Moreira
Vice-Reitor

Prof.^a Claudia Mayorga
Pró-Reitora de Extensão

Prof. Paulo Sérgio Nascimento Lopes
Pró-Reitor adjunto de Extensão

Equipe Editorial

Prof.^a Natacha Rena
Editora chefe

Gabriela Braga Casali
Assistente Editorial

Prof.^a Sandra Bianchet
Revisão gramatical e de normas, orientadora

Marcelo Rocha Brugger
Supervisor de revisão

Igor Alexander
Bolsista

Tradução para espanhol:

Prof.^a Sandra Bianchet
Orientadora

Doulgas Oliveira
Bolsista

Aléxia Prado
Bolsista

Projeto gráfico

Prof.^a Natacha Rena
Orientadora

Ana Luiza Gama
Bolsista

Conselho Editorial

Adriana Sena Orsini (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Adriano R. A. do Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Alexandro Cardoso Tenório (Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil), Alzira de Oliveira Jorge (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil) Angélica Espinosa Miranda (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil), Benigna Maria de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Daniel Pansarelli (Universidade Federal do ABC, Brasil), Djenane Ramalho de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Dolores Galindo (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil), Fernando Seffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Flávio Mattos (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), João Frederico da Costa Azevedo Meyer (Universidade Estadual de Campinas, Brasil), José Manuel Sita Gomes (Universidade Onze de Novembro, Angola), Jupira Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Kabengele Munanga (Universidade de São Paulo, Brasil), Karla Galvão Adrião (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Leonardo de Oliveira Carneiro (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil), Leticia Leticia Cardoso Barreto (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Luma Nogueira de Andrade (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil), Lupicínio Hígnuez-Rueda (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha), Mara Viveros Vigoya (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia), Maria Aparecida Moura (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Marcella Guimarães Assis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil) Mariana Chaves (Universidad Nacional de La Plata, Argentina), Marcos Vinícius Bortolus (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Paulo Sérgio Nascimento Lopes (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Regina Helena Alves Silva (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil), Rogelio Marcial Vázquez (El Colegio de Jalisco, México), Rosângela de Tugny (Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil), Tonico Benites (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

EDITORIAL

Interfaces: por uma universidade pública e democrática

por Natacha Rena

8

ARTIGOS

Periódicos científicos de extensão: estudo de caso sobre a Interfaces - Revista de Extensão da UFMG

por Gabriela Braga Casali

12 32

Periódicos científicos de extensión: estudio de caso sobre la Interfaces - Revista de Extensión da UFMG

por Gabriela Braga Casali

A formação da Agricultura Familiar nos assentamentos rurais de Ituiutaba - MG e a ação extensionista da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com a FAPEMIG

por Sérgio Gonçalves

46 57

La formación de la Agricultura Familiar en los asentamientos rurales de Ituiutaba - MG y la acción extensionista de la Universidade Federal de Uberlândia em aliança con la FAPEMIG

por Sérgio Gonçalves

A agricultura urbana e suas funcionalidades em Montes Claros, MG: propostas de extensão universitária multidisciplinar

por Cristh Ellen Ferreira Pinheiro, Helder dos Anjos Augusto, Cledinado Aparecido Dias, Fábio da Silva Gonçalves, Marcelo Oliveira Junior

92 117

La agricultura urbana y sus funcionalidades em Montes Claros, MG: Propuestas de extensión universitaria multidisciplinar

por Cristh Ellen Ferreira Pinheiro, Helder dos Anjos Augusto, Cledinado Aparecido Dias, Fábio da Silva Gonçalves, Marcelo Oliveira Junior

Grupos de estudos em agroecologia na promoção do paradigma agroecológico

por Rodrigo Ferraz Ramos, José Tobias Marks Machado, Riceli Gomes Czekalski, Evandro Pedro Schneider, Débora LeitzkeBetemps

142 156

Grupos de estudios en agroecología em la promoción del paradigma agroecológico

por Rodrigo Ferraz Ramos, José Tobias Marks Machado, Riceli Gomes Czekalski, Evandro Pedro Schneider, Débora LeitzkeBetemps

As contribuições dos projetos de extensão universitária na formação de professores de Educação do Campo: o caso da UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR

por Celso Caitano de Souza, Fábio Luiz Zeneratti

160 190

Las contribuciones de los proyectos de extensión universitaria em la formación de profesores del curso de Educação do Campo: el caso de la UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR

por Celso Caitano de Souza, Fábio Luiz Zeneratti

Caminhos marciais e educação integral. ZhongWudao y aprendizaje contextualizada de humanidades

por Guilherme Amaral Luz

160 190

Caminos marciales y educación integral: ZhongWudao y aprendizaje contextualizada de humanidades

por Guilherme Amaral Luz

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como vetores de integração entre saberes

por Lais Silveira Fraga, Rafael de Brito Dias

266 278

Las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como vectores de integración entre saberes

por Lais Silveira Fraga, Rafael de Brito Dias

A participação das comunidades tradicionais de terreiro no campo da saúde

por Ana Clara Franco, Gabriella Andreatta dos Santos, Walter Aristóteles Oliveira Miez, Sônia Regina Corrêa Lages

291 302

La participación de las comunidades tradicionales de terreiro en la salud

por Ana Clara Franco, Gabriella Andreatta dos Santos, Walter Aristóteles Oliveira Miez, Sônia Regina Corrêa Lages

Saúde do Trabalhador e Biossegurança na UFF - caso real e diálogos possíveis: relato de experiência

por Rosângela Gaze, Marcia Vieira Pacheco, Elsa Thomé Andrade, Antonio Fernando Lyra da Silva

313 328

Salud del Trabajador y Bioseguridad en la UFF: caso real y diálogo posibles

por Rosângela Gaze, Marcia Vieira Pacheco, Elsa Thomé Andrade, Antonio Fernando Lyra da Silva

Contribuições do serviço de Acolhimento com Classificação de Risco (ACR) para o fortalecimento da integração ensino-serviço: relato de experiência

por Maria Sinara Farias, Milena de Melo Abreu, Keila Maria de Azevedo Ponte

343 350

Contribuciones de los servicios de Acogida con Clasificación de Riesgo (ACR) para el fortalecimiento de la integración enseñanza/servicio: relato de experiencia

por Maria Sinara Farias, Milena de Melo Abreu, Keila Maria de Azevedo Ponte

Conscientização da população acerca dos riscos de ingerir bebida alcoólica e dirigir: relato de experiência

por Anderson Igor Pereira de Oliveira, Vinicius Gueiros Buenos Aires, Gustavo Henrique Correia Ferreira, Fernando de Santa Cruz Oliveira, Lyz Bezerra Silva, Josemberg Marins Campos

357 365

Concientización de la comunidad acerca de los riesgos de ingerir bebida alcohólica y conducir: relato de experiencia

por Anderson Igor Pereira de Oliveira, Vinicius Gueiros Buenos Aires, Gustavo Henrique Correia Ferreira, Fernando de Santa Cruz Oliveira, Lyz Bezerra Silva, Josemberg Marins Campos

A extensão como estratégia no combate às enteroparasitoses em comunidade pré-escolar: relato de experiência

por Anderson Igor Pereira de Oliveira, Vinicius Gueiros Buenos Aires, Gustavo Henrique Correia Ferreira, Fernando de Santa Cruz Oliveira, Lyz Bezerra Silva, Josemberg Marins Campos

373 384

Concientización de la comunidad acerca de los riesgos de ingerir bebida alcohólica y conducir: relato de experiencia

por Anderson Igor Pereira de Oliveira, Vinicius Gueiros Buenos Aires, Gustavo Henrique Correia Ferreira, Fernando de Santa Cruz Oliveira, Lyz Bezerra Silva, Josemberg Marins Campos

Implementação de ações educativas para prevenção de doenças bucais em município de baixo IDH

por Juliana Haddad, Carolina Guarini Marcelino, Everson Orlandini Alve, João Lopes Toledo Neto, Daiane Suele Bravo, Aline Balandis Costa, Ana Beatriz Martins

394 406

Implementación de acciones educativas para la prevención de enfermedades bucales en municipio de bajo IDH

por Juliana Haddad, Carolina Guarini Marcelino, Everson Orlandini Alve, João Lopes Toledo Neto, Daiane Suele Bravo, Aline Balandis Costa, Ana Beatriz Martins

INTERFACES: POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA

A *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG* – é um periódico organizado e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (Proex/UFMG) e é dedicada às ações e aos estudos extensionistas desenvolvidos nos contextos nacional e internacional. Em formato bilíngue (português-espanhol), objetiva contribuir com divulgação de relatos sobre a extensão, além de artigos contendo análises e reflexões sobre , os conceitos, as diretrizes, as experiências extensionistas e suas repercussões, buscando fortalecer o diálogo Universidade e Sociedade. Como desdobramentos desta publicação bianual, a UFMG espera contribuir com os processos de formação acadêmica, social e cidadã, com ênfase na democratização do conhecimento, com a ampliação dos direitos humanos, civis e sociais, assim como com o desenvolvimento de políticas públicas que envolvam questões contemporâneas.

A *Revista Interfaces* tem como meta selecionar textos que visibilizem as diretrizes da extensão da UFMG, que são alinhadas com a Política Nacional de Extensão (PNEU), desenvolvida de forma ampla e participativa, tanto no âmbito do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira (FORPROEX), quanto no das próprias Universidades Públicas. Esta Política foi aprovada no XXXI Encontro Nacional, realizado em maio de 2012 na cidade de Manaus (AM) e ao final de 2018, homologou-se uma resolução que define as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira durante cerimônia do Conselho Nacional da Educação (CNE) em Brasília. Esta homologação define, assim, os princípios para a Extensão de todo o sistema de Educação Superior do país, reforçando que as diretrizes de extensão se oficializem como políticas de estado e sejam definidas como ações extensionistas todas aquelas que envolvam diretamente a comunidade externa às Instituições de Ensino Superior (IES). O documento também aprova o Plano Nacional da Educação e prevê, dentre outros aspectos, a inclusão da Extensão nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de graduação. O texto define também conceitos e princípios para a Extensão em todo o sistema de Educação Superior brasileiro, estabelecendo parâmetros de avaliação, registro e planejamento das ações extensionistas. A resolução foi elaborada a partir de construção coletiva a partir de uma série de encontros entre 2014-2018 que contou com representantes de órgãos públicos e privados envolvidos com a extensão no Brasil. O FORPROEX promoveu, durante este período, inúmeras visitas da direção nacional às instituições de ensino debatendo as diretrizes homologadas. A partir deste momento, a Extensão passa a ser definida como: “atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”¹.

Ressalta-se que com foco na atuação direta junto à comunidade externa, a Extensão pode ser desenvolvida nas modalidades de programa, projeto, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços, a partir da observação das diretrizes que orientam, também, sobre a importância da realização de atividades acadêmicas de extensão que devem fazer parte de, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação. A normativa estabelece ainda que as IES cumpram os dispostos na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e incluam, em seus Planos de Desenvolvimento

Institucional (PDI), a concepção de Extensão, assim como: planejamento das atividades institucionais da área; forma de registro das modalidades extensionistas; estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão; política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores; e, por fim, previsão e estratégias de financiamento das ações extensionistas.

É importante destacar que as diretrizes nacionais de extensão sintetizam a Política Nacional de Extensão, sendo elas: (i) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (ii) Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; (iii) Impacto na Formação do Estudante; (iv) Impacto e transformação social; (v) Interação dialógica entre universidade e outros setores da sociedade. Neste sentido, reforçamos que o interesse institucional da Revista Interfaces tem como meta ética ampliar ainda mais o processo de democratização e, com este objetivo, a partir de 2019, contará com um novo Conselho de Política Editorial que possa articular, com mais ênfase, pautas distribuídas entre as oito áreas temáticas da extensão - Comunicação; Cultura; Direitos humanos e justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e produção; Trabalho - equilibrando o conteúdo das edições. A ideia é que este Conselho possa auxiliar na mobilização ampla das chamadas para artigos e relatos, assim como na divulgação da revista em múltiplos contextos, dentro e fora da UFMG, contribuindo ativamente para a defesa de uma universidade democrática, pública e diversa.

Natacha Rena

Editora Chefe da Interfaces – Revista de Extensão UFMG

1 Ver <<https://www2.ufmg.br/proex/Noticias/Noticias/diretrizes-para-a-extensao-universitaria-no-Brasil>>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.





Periódicos científicos de extensão: estudo de caso sobre a Interfaces - Revista de Extensão da UFMG

Academic journals on University Extension: A case study about Interfaces - Revista de Extensão da UFMG

Gabriela Braga Casali
Especialista em Gestão Educacional
Técnica em Assuntos Educacionais da UFMG
gabriellabacasali@gmail.com

RESUMO

O Brasil possui um grande número de periódicos, entre eles, os periódicos com foco na Extensão Universitária. A extensão desenvolve uma relação dialógica e transformadora com os demais setores da sociedade. Poucos estudos foram realizados buscando entender o perfil dessas revistas e de seus autores. Essa análise se mostra um importante instrumento de gestão, buscando o fortalecimento dos periódicos e da extensão em si. Este trabalho se dedica ao estudo de um periódico específico, a Interfaces - Revista de Extensão da UFMG. Através da coleta quantitativa de dados feita no sistema da revista foi possível traçar o perfil dos textos publicados e de seus autores. A maioria dos textos publicados foram relatos de experiência, que tiveram uma média de 0,7 citação, contam com uma média de 3,27 autores e a área temática da extensão com mais publicações foi a Saúde, área que lidera também o número de ações de extensão no Brasil. Sobre os autores, foi levantado que 70% é do gênero feminino, bem acima da média de autores de textos científicos publicados no Brasil com autoria feminina, que é 49%. A titulação acadêmica mais frequente é o doutorado e as instituições de ensino de afiliação dos autores se concentram nas regiões sudeste, nordeste e sul do país, regiões que apresentam maior número de instituições de ensino superior.

Palavras chave: Periódicos científicos; Extensão; Perfil de autores.

ABSTRACT

Brazil has a large number of journals, including among these, journals focusing on the University Extension. Extension develops a dialogic and transformative relationship with the other sectors of society. Few studies have been conducted to understand the profile of these journals and their authors. This analysis is an important management tool, seeking to strengthen the journals and the extension itself. This work is dedicated to the study of a specific journal, Interfaces - Revista de Extensão da UFMG (Interfaces - Extension Magazine of UFMG). Through the quantitative collection of data, made in the journal's system, it was possible to trace the profile of the published texts and their authors. Most of the texts published were reports of experience, which had an average of 0.7 citations, had an average of 3.27 authors and the thematic area of extension with more publications was Health, an area that also leads the number of extensionist actions in Brazil. About the authors, it was pointed out that 70% are women, well above the average of authors of scientific texts published in Brazil with female authorship, that is 49%. The most frequent academic degree is PhD and the institutions of affiliation of the authors are concentrated in the southeastern, northeastern and southern regions of the country, regions that present a greater number of institutions of higher education.

Keywords: Scientific journals; University Extension; Authors Profile.

INTRODUÇÃO

O principal meio de publicação acadêmica, atualmente, é o periódico científico (Oliveira, 2008; Ohira e Prado, 2003; Quartiero e Silva, 2017). O seu surgimento remonta ao séc. XVII, quando foram criados o *Le Journal des Sçavans* (França) e o *Philosophical Transactions of the Royal Society* (Inglaterra), considerados os primeiros periódicos científicos, ou ao menos seus precursores (Queiroz e Moura, 2015; Toutain, 2007). No Brasil, o primeiro periódico científico foi criado em 1813, *O Patriota*, que era publicado mensalmente (Quartiero e Silva, 2017).

Ao longo do séc. XX observou-se um grande aumento no número de periódicos, principalmente nos anos 1990, alcançando a marca de 890 mil em 1998 (Ohira e Prado, 2003). Só no Brasil, até o ano de 2012, havia ao menos 400 periódicos brasileiros indexados no SCIELO, Scopus ou WEB of Science, fora o número muito maior que não está indexado em nenhuma dessas bases (Packer, 2014).

Um periódico pode ser divulgado apenas no formato impresso, no formato eletrônico, ou em ambos. Com os avanços da informática e da rede mundial de computadores, a partir dos anos 1990 vê-se uma tendência de migração dos periódicos impressos para a divulgação eletrônica ou para um sistema híbrido, eletrônico e impresso. O acesso ao título pode ser livre ou pago, no Brasil, observa-se que a maioria dos periódicos são de acesso livre, sem cobrança de taxas de submissão para os autores ou de pagamento de mensalidade pelos leitores (Oliveira, 2008; Quartiero e Silva, 2017 e De Sandes-Guimarães e Diniz, 2014).

O maior número de periódicos e a divulgação eletrônica facilita o acesso às informações, mas uma preocupação frequente é quanto à qualidade desses e dos seus textos. Desde a década de 60 encontram-se na literatura estudos sobre avaliação de periódicos (Krzyzanowski e Ferreira, 2008). No Brasil a principal agência de avaliação é a CAPES, que classifica os periódicos utilizados pelos programas de pós-graduação em três estratos, A, B e C; sendo a categoria A subdividida em A1 e A2, e a categoria B em B1, B2, B3, B4 e B5.

Os aspectos considerados para as avaliações da qualidade de um periódico são várias, podemos citar como exemplo: regularidade, normalização, difusão e indexação (Ferreira e Krzyzanowski, 2003). Os periódicos podem apresentar áreas específicas em seu escopo ou podem também apresentar conteúdo multidisciplinar. As revistas de Extensão encontram-se inseridas nesse último formato. Têm por objetivo discutir princípios e ações extensionistas, que podem ser realizadas em quaisquer áreas do conhecimento.

A extensão é uma das três dimensões indissociáveis da Universidade, juntamente com o ensino e a pesquisa. Seu papel está na articulação

da relação entre a universidade e os demais setores da sociedade. Suas diretrizes são (FORPROEX, 2012):

Interação Dialógica

Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

Impacto na Formação do Estudante

Impacto e Transformação Social

De acordo com Coelho (2014), em 2014 haviam 25 periódicos de extensão com editoração eletrônica e publicações regulares. Um dos grandes desafios para as revistas que se dedicam a extensão, além de todos os desafios pertinentes a um periódico, se trata de avaliar os trabalhos à luz dessas diretrizes.

Dentro desse cenário de periódicos científicos multidisciplinares destinados à extensão, este trabalho analisa um em específico: Interfaces - a revista de extensão da UFMG. Tendo como missão, segundo foco apresentado no sistema da revista:

“Contribuir com análises e reflexões sobre os fundamentos, os conceitos, as experiências extensionistas e suas repercussões, buscando fortalecer o diálogo Universidade-Sociedade. Como desdobramentos da publicação, a UFMG espera contribuir com os processos de formação acadêmica e cidadã, com a democratização do conhecimento, com a ampliação dos direitos sociais assim como com o desenvolvimento de políticas públicas fundamentadas no diálogo com as questões sociais contemporânea”

O periódico foi criado em 2013 e é editorado pela Pró-reitoria de Extensão da UFMG. Possui publicação semestral, sendo que até o momento, já foram publicadas 9 edições. No ano de 2016 houve a quebra da regularidade e apenas uma edição foi publicada. Até o segundo número era divulgada por meio impresso e eletrônico, mas posteriormente adotou-se o formato exclusivamente eletrônico, sendo sempre de acesso livre. A partir de 2016, os textos começaram a ser publicados nos idiomas português e espanhol, antes disso era apenas em português. Atualmente, sua melhor avaliação pela Capes é B2 na área de Ensino.

São escassos os estudos que tem como tema a análise do perfil e da gestão dos periódicos em extensão e esse estudo visa fomentar e contribuir com essa discussão. Como desdobramento, espera-se também contribuir para a gestão da revista que é o objeto de estudo, uma vez que os resultados quantitativos levantados e suas discussões podem auxiliar no direcionamento de seu planejamento. Como De Lima escreveu (1986, pág. 130).

Como a mensuração de fatos e fenômenos pode facilitar o estabelecimento de diagnósticos e de avaliações, pode também otimizar a tomada de decisão nos sistemas de informação, isto é, os métodos quantitativos podem ser instrumentos de administração.

METODOLOGIA

A pesquisa é quantitativa e as informações foram buscadas no sistema da revista (SEER) com o perfil de administrador.

Foram analisados apenas os textos que se tratam de documentos originais, excluindo documentos previamente publicados e excluindo-se também os editoriais, por não terem caráter científico. Os textos analisados podem ser categorizados nas seguintes sessões: artigos, entrevistas, ensaios, resenhas e relatos de experiência, segundo classificação feita pela própria revista. O levantamento dos dados ocorreu no mês de setembro de 2018.

As citações foram pesquisadas no Google Scholar, uma vez que a revista não se encontra indexada em bases como o SCIELO, SCopus e Web of Science.

Para a sistematização dos textos quanto à área temática da extensão, utilizou-se os dados preenchidos pelos autores nos metadados do arquivo: título, área de conhecimento, palavras-chave e assunto, utilizando como referência as definições trazidas por Nogueira (2000). Quando as palavras não eram diretamente relacionadas à área temática, foi avaliado o resumo para melhor classificação.

Para a classificação dos gêneros dos autores e coautores foram considerados como feminino ou masculino, e avaliada a flexão de gênero que o autor ou autora usou no cadastro de seu perfil.

Para a formação acadêmica foi considerado o maior grau de titulação finalizado ou em andamento. A formação acadêmica, a afiliação e o cargo de professor foram informadas pelos próprios autores no momento da submissão. Quando essa informação não foi devidamente preenchida, recorreu-se ao Lattes e ao Research Gate, buscando a informação da época em que o texto fora submetido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

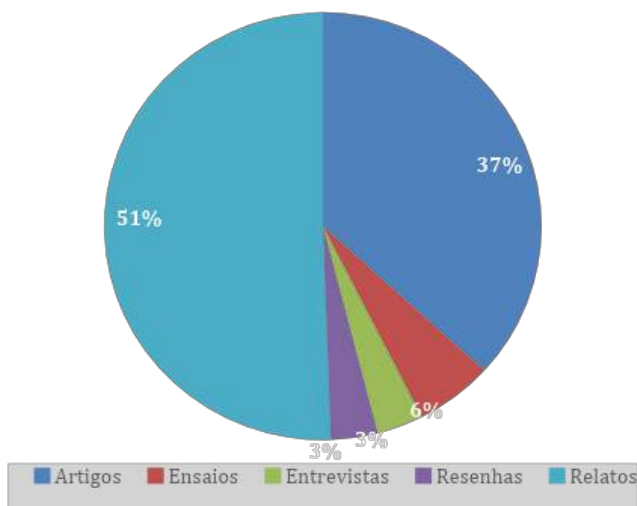
1 Perfil das publicações

1.1 Tipos de textos

Dos 106 textos publicados, 87 atendiam aos critérios selecionados, sendo 32 artigos, 5 ensaios, 3 entrevistas, 3 resenhas e 44 relatos de experiência.

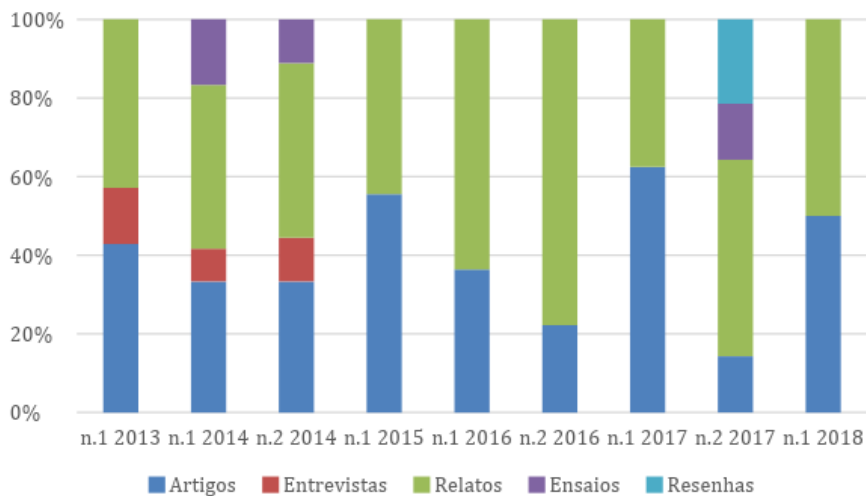
As publicações são em maior parte relatos de experiências (50,06%), seguido por artigos (36,8%) e ensaios (5,7%), conforme pode ser visto no gráfico 1. Essa maior proporção de relatos de experiência também é encontrada quando analisadas as revistas de extensão como um todo, conforme estudo realizado por Coelho em 2014. Sendo um indicativo de que a maioria dos autores em Extensão optam por relatar as experiências de suas ações extensionistas, em detrimento dos artigos que tratam a pesquisa em extensão. É importante pensar em formas de fomentar esses estudos, para que haja um maior reconhecimento e produção nesse campo. Uma vez que um dos princípios da extensão é a sua indissociabilidade com a pesquisa e o ensino.

Gráfico 1 - Porcentagem de cada texto publicado



Analisando a composição de cada edição separadamente, percebemos que a predominância de relatos de experiência em relação aos demais tipos de textos aconteceu em cinco edições, a predominância de artigos ocorreu em duas e, em uma edição, houve o mesmo número de relatos e artigos publicados (gráfico 2).

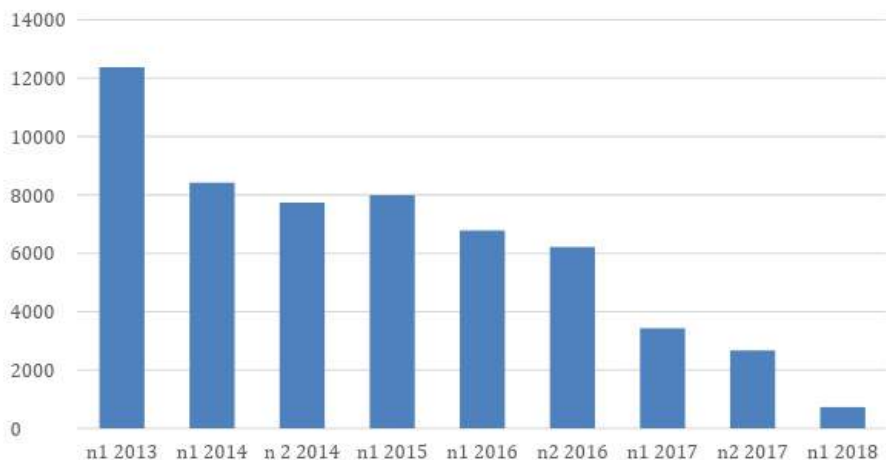
Gráfico 2 - Porcentagem dos tipos de textos por edição



1.2 Visualizações

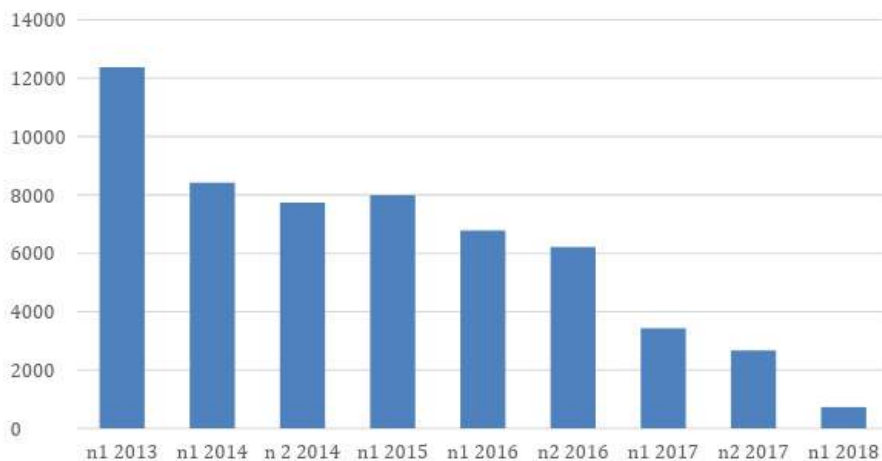
No total, foram mais de 56 mil visualizações aos resumos dos textos selecionados. O gráfico 3 representa o número de visualizações por edição.

Gráfico 3 - Número de visualizações por edição



Em números absolutos, percebemos que quanto mais antiga a edição mais visualizações ela teve. Isso é o esperado, uma vez que quanto mais antiga a edição, mais tempo ela ficou on-line para ser visualizada. Para se corrigir essa diferença de tempo de exposição, foram analisadas também o número de visualizações proporcionais aos meses on-line (gráfico 4).

Gráfico 3 - Número de visualizações por edição



Foi observado que a segunda edição de cada ano normalmente tem um pequeno aumento na proporção de visualizações em relação ao primeiro número publicado. Além disso, percebeu-se que desde 2015 tem-se mantido em torno de 240-300 o número médio de visualizações por mês, com exceção da última edição publicada, que apresentou um crescimento considerável.

Para melhor avaliar se esse aumento significa que a visualização da revista realmente aumentou, será necessário aguardar alguns meses e refazer o levantamento. Isso porque, da mesma maneira que o maior tempo de publicação possibilita um maior tempo para visualização, é de se esperar que os primeiros meses tenham mais acessos que os seguintes, uma vez que é nesse período que há uma maior divulgação da edição recém-publicada.

1.3 Citações

Os textos mais citados foram os artigos, seguidos pelos relatos de experiências. Textos como resenhas e entrevistas não foram citados nenhuma vez. A média de citações por texto foi de 0,70 citação. A média de citação por tipo de texto pode ser visualizada na tabela 1.

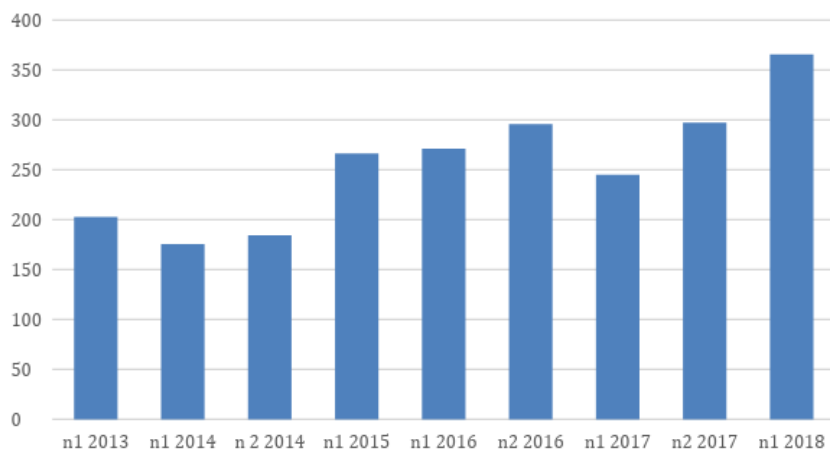
Tipo de texto	Média de citações
Relatos de experiência	0.18
Artigos	1.62
Resenhas	0
Entrevistas	0
Ensaaios	0.2

1.4 Média de autores por texto

Apresenta-se a média de 3,27 autores por texto. Quando separamos pelos tipos de texto, percebemos que os relatos de experiência apresentam em média mais autores (3,83), seguidos pelos artigos (3,09), como pode ser visto no gráfico 5. Um fator que contribui para esse maior número de autores nos relatos de experiência é que, muitas vezes, todos os participantes da ação tema do trabalho são incluídos como autores.

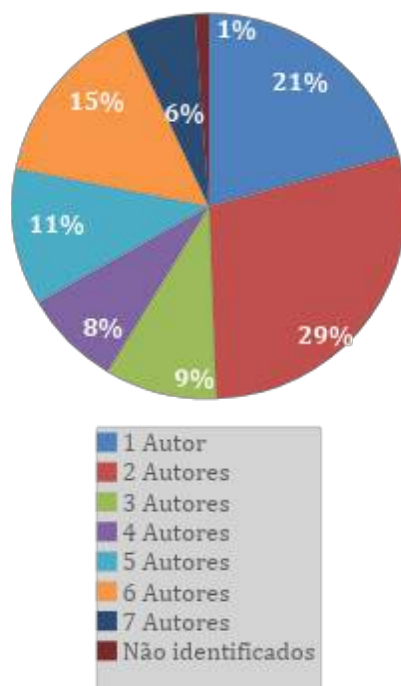
Quando se tem um número grande de autores em um trabalho, uma questão pertinente é saber se para elaborá-lo seria mesmo necessário esse número elevado de participantes, ou se por apenas terem feito parte da ação de extensão as pessoas são consideradas autoras do escrito. Pensando que, por princípio, as populações participantes das ações de extensão devem ser sujeitos desse conhecimento produzido e não apenas objetos de estudo, a participação de mais pessoas na efetiva elaboração do texto, pode ser um indicativo dessa diversidade de autores. Uma forma interessante de trabalho que vem sendo adotada por alguns periódicos é ser especificado, ainda na submissão, como cada autor contribuiu com o texto.

Gráfico 5 - Média de autores em cada tipo de texto



Os textos com 1 ou 2 autores compõem quase metade dos textos publicados, já os textos com mais autores (5, 6 e 7), representam mais de 30% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Porcentagem de textos por número de autores

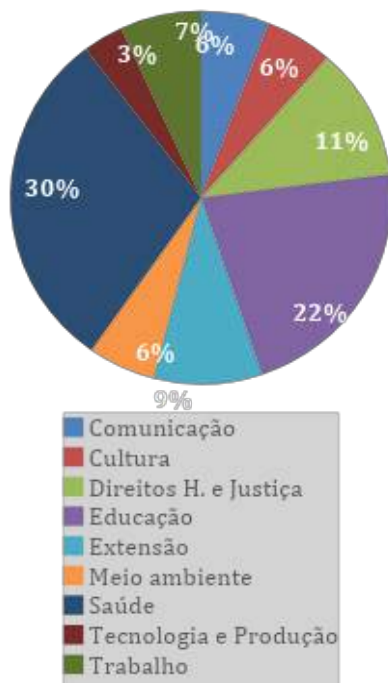


1.5 Áreas Temáticas da Extensão

Os textos foram classificados nas 8 Áreas temáticas das ações de extensão: Educação, Trabalho, Comunicação, Cultura, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Saúde, Tecnologia e Produção. No processo de classificação, foi necessária a criação de outra categoria, que nomeamos por Extensão, pois os textos tratam da temática Extensão sem entrar em alguma área específica. Estes trabalhos se dedicam aos conceitos, reflexões e análises da Extensão em si mesma.

As publicações são lideradas pela área da Saúde (29,9%), Educação (21,8%) e Direitos Humanos e Justiça (11,5%), conforme observado no gráfico 7.

Gráfico 7 - Porcentagem dos textos por Áreas temáticas



O maior número de trabalhos na área da saúde, pode ser explicado pela predominância de ações de extensão nessa área (FORPROEX, 2007), o que naturalmente leva a mais produções. O Meio Ambiente e a Cultura que seriam, respectivamente, a segunda e a terceira área com mais ações aparecem com poucos textos publicados. Sendo de interesse o fortalecimento

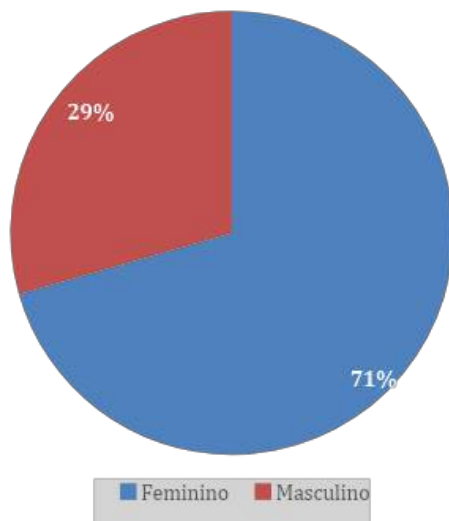
da publicação em todas as áreas de Extensão no periódico, esse levantamento possibilita a identificação das áreas que são menos publicadas, e pode auxiliar na criação de estratégias para alcançar essas áreas que são: Tecnologia e Produção, Comunicação, Cultura, Meio Ambiente e Trabalho.

2 Perfil dos autores

2.1 Gênero dos autores

Ao todo foram encontrados 282 autores. Sendo 199 mulheres e 83 homens (gráfico 8). O periódico supera a média nacional de mulheres autoras e coautoras de trabalhos científicos. Segundo levantamento feito entre 2011 e 2015, as mulheres representam 49% das autorias e coautorias dos textos científicos produzidos no Brasil (Elsevier, 2017). Na Interfaces, 70,6% dos textos tem autoria ou coautoria de mulheres. Devido à escassez de trabalhos sobre publicação em extensão, não podemos inferir se esta é uma característica das publicações em extensão como um todo ou uma característica diferencial da Interfaces. Mais estudos com essa temática são necessários para enriquecimento dessa discussão.

Gráfico 8 - Gênero dos autores

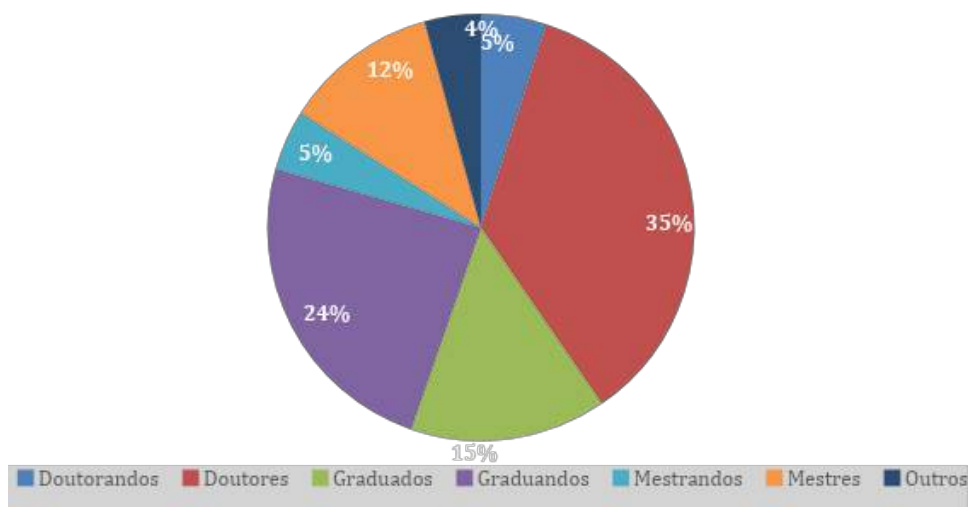


2.2 Formação dos autores

Quanto à formação acadêmica, o grupo com maior representatividade é o de doutores (35,5%), seguidos por Graduandos (24,1%) e graduados (14,9%), como pode ser observado no gráfico 9. A categoria outros inclui as formações menos representativas: pós-graduandos em cursos de especialização (0,4%), especialistas (1,8%) e não identificados (2,1%).

Os atores das ações de extensão são diversos, e é possível perceber essa diversidade na formação acadêmica. Temos a representação dos professores (maioria doutora), dos estudantes (graduandos, mestrando e doutorandos) e também da comunidade. Muitos dos que estão representados na categoria graduados se identificavam como preceptores na área da saúde ou professores da educação básica e, muito provavelmente, atuavam nas ações de extensão do qual o texto relatava.

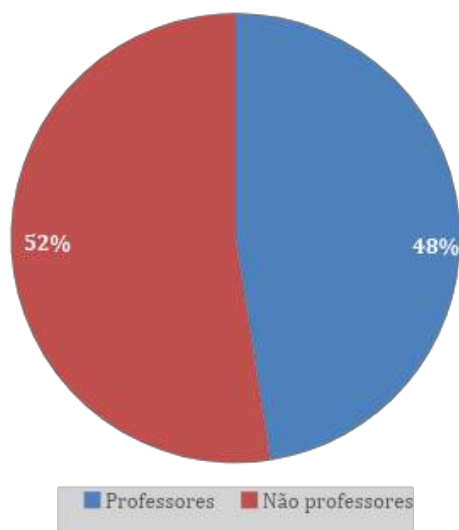
Gráfico 9 - Formação acadêmica dos autores



2.3 Professores do ensino superior

Entre os autores, 134 autores eram professores do ensino superior (47,5%) e 148 não eram (52,5%), conforme podemos observar no gráf. 10.

Gráfico 10 - Porcentagem de autores que são professores do ensino superior



2.4 Instituições

Quanto à afiliação dos autores em Instituições de Ensino Superior (IES), foram informadas 46 instituições. Dessas, 5 internacionais (3 argentinas e 2 portuguesas) e 41 nacionais.

Dos 87 trabalhos, 77 foram realizados com autores de uma única IES e 10 foram realizados com autores e coautores de diferentes instituições. Para os textos de uma única instituição, cada IES contribuiu com 1, 2, 3, 4 ou 23 textos, como podemos ver na tabela 2.

Textos	Instituição	Total de textos
1	ILES, UBA, UC, UEL, UEPG, UFAM, UFG, UFRGS, UFOPA, UFPE, UFRJ, UFRPE, UFTM, UFU, UFV, UNIFAL, UNIMEP, UniRitter e USP	19

Textos	Instituição	Total de textos
2	UEFS, UFFS, UFJF, UFOP, UFT, UNC, UNIFESP e UNO-CHAPECÓ	16
3	PUC-Campinas, UESB, UFS, UNICISAL e UPE	15
4	UFSJ	4
23	UFMG	23

Nos 10 textos com autores de diferentes instituições foram encontradas as seguintes combinações:

FEAD e PUC-Minas;

UEMG,UFU e CUML;

UENP e UEL;

UERGS e UNISINOS;

UFSC, UFSM e UFPel;

UFV e UFMG;

UFV e UFTM;

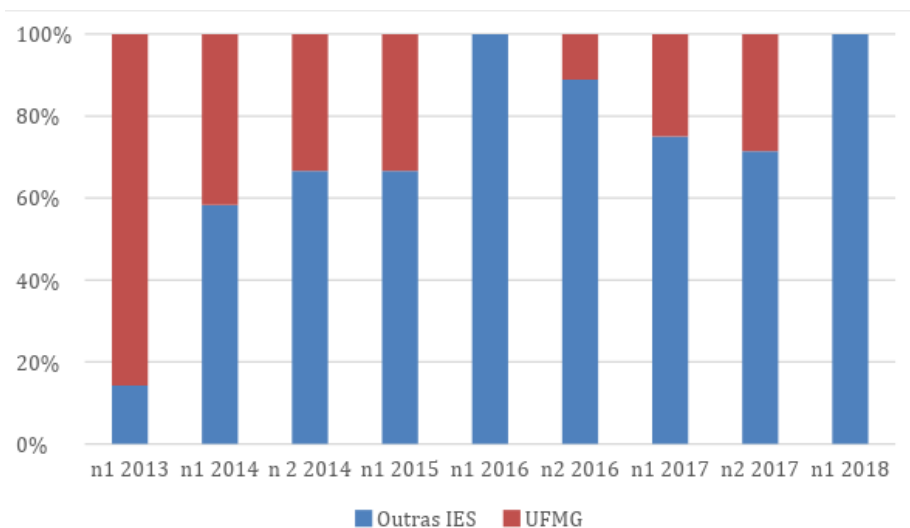
UNIPAC e UFPR;

USP e UFMG;

USP e UNR.

É notado que a instituição que mais contribuiu com trabalhos é a UFMG, instituição mantenedora do periódico. Um dos critérios de avaliação de qualidade de um periódico é a endogenia de autores. Não se deve ter um número grande de autores da instituição ao qual pertence o periódico. Nesse sentido, percebemos que desde seu segundo volume, a revista apresenta mais textos de outras instituições que textos da UFMG (gráfico 11). Sendo que, desde o ano de 2016, a taxa de endogenia de autores está sempre abaixo de 30%.

Gráfico 11 - Proporção de textos da UFMG e outras IES por edição



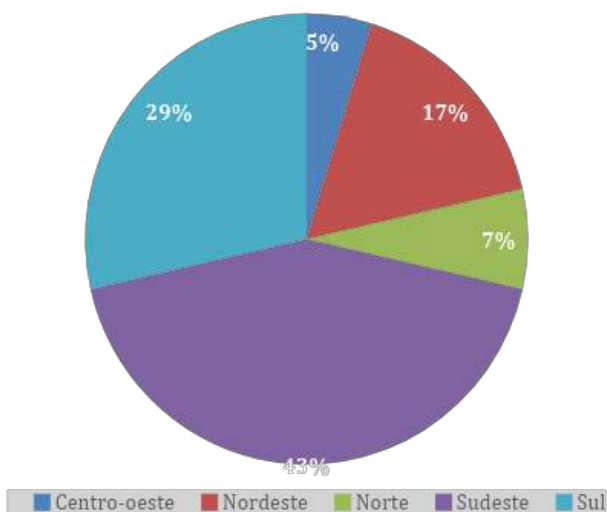
Das 41 IES nacionais, a maioria se encontra nos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, respectivamente, sendo esses três responsáveis por 22 instituições (tabela 3). A região com mais instituições é a sudeste seguida pela região sul (gráfico 12).

Tabela 3 - Instituições de afiliação dos autores por estado

Estado	Instituições
MG	12
RS	5
SP	5
PR	4

Estado	Instituições
PE	3
SC	3
BA	2
GO	2
AL	1
AM	1
PA	1
RJ	1
SE	1
TO	1
Total	42

Gráfico 12- Instituições por região

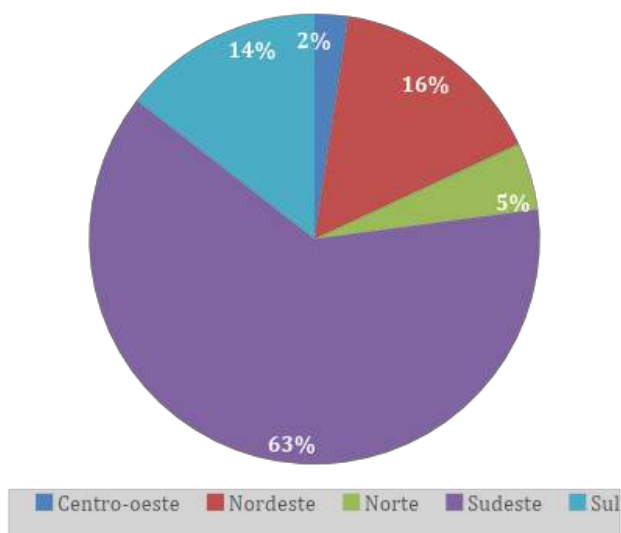


São 83 os textos que possuem ao menos um autor filiado a uma IES brasileira e 4 textos são exclusivamente de IES internacionais. Quando relacionamos os textos de IES brasileiras aos seus estados de origem, percebemos que a região sudeste também aparece na liderança, seguida pela região nordeste (tabela 4 e gráfico 13).

Tabela 4 - Quantidade de textos por região

Região	Textos
Sudeste	52
Sul	12
Nordeste	13
Norte	4
Centro-Oeste	2

Gráfico 13 - Textos por região



Essa predominância da região sudeste, tanto nas IES de afiliação dos autores quanto nos textos publicados, pode ser explicada pela maior concentração de IES na região. Em estudo feito em 2015, só o sudeste concentrava 47,29% das IES do Brasil, regiões nordeste 19,29%, sul 17,13%, norte 6,34% e centro-oeste 9,94% (INEP, 2015). O que nos mostra que a quantidade de textos publicadas por região do país pode estar relacionada com a sua concentração total de IES.

O fato do periódico ser de um estado da região sudeste, pode causar uma maior divulgação no estado, contribuindo também para o grande número de publicações dessa região. Esse levantamento pode auxiliar para que a gestão do periódico possa realizar ações de divulgação nas regiões que apresentam menos textos publicados.

CONCLUSÃO

O levantamento atual permite estabelecer o seguinte perfil para a Interfaces. A maioria dos autores são do gênero feminino, a titulação acadêmica mais frequente é o doutorado, seguido por graduação em andamento e as IES de afiliação dos autores se concentram principalmente nas regiões sudeste, nordeste e sul do país. Os textos são produzidos em maior parte por apenas uma IES, sendo mais raros textos interinstitucionais. Quanto aos textos, a maioria das publicações foram de relatos de experiência, contando com a média de 3,27 autores e 0,7 citação por textos. As áreas temáticas mais publicadas foram da saúde, seguida pela educação.

Mais estudos são necessários para entendermos o perfil dos autores de extensão e de seus textos publicados no Brasil, para assim também compreendermos melhor o que há de comum entre o perfil levantado da Interfaces com os demais periódicos brasileiros da área e quais as características são intrínsecas desta revista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. Em *Extensão*, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/retextensao/article/view/26682>> Acesso em 19 de setembro de 2018.
- DE LIMA, Regina Célia Montenegro. Bibliometria: análise quantitativa da literatura como instrumento de administração em sistemas de informação. *Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, 1986. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/233/233>> Acesso em: 20 de setembro de 2018.
- DE SANDES-GUIMARÃES, Luísa Veras; DINIZ, Eduardo H. Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração. *Revista de Administração*. Vol. 49, n. 3, 449-461, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303570>> Acesso em: 22 de setembro de 2018.
- ELSEVIER. Gender in the Global Research Landscape. 2017. Disponível em: <https://www.elsevier.com/___data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf> Acesso em: 26 de setembro de 2018.
- FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, v. 17, n. suppl. 1, p. 43-48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pob/v17s1/a07v17s1.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.
- FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/tenex/index.php/documentos/documentos>> Acesso em 28 de setembro de 2018.
- FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004. COOPMED. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_5_institucionalizacao.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2018.
- INEP. Relatório Censo da Educação Superior 2015. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> Acesso em 22 de setembro de 2018.
- KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-1965199800020009&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 29 de setembro de 2018.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987-2000. Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.
- OHIRA, Maria Lourdes Blatt et al. Análise dos periódicos eletrônicos (full text) em ciência da informação: América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. *Informação & Informação*, v. 8, n. 1, p. 14-38, 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1708>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.
- OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de et al. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. *Informação & Sociedade-estudos*, v. 18, n. 2, p. 69-77, 2008. Disponível em: <<http://producao.usp.br/handle/BDPI/16650>> Acesso em 26 de setembro de 2018.
- QUARTIERO, Emanoel; DA SILVA, Edna Lúcia. Perfil dos periódicos brasileiros mantidos por IES e sistema Qualis: análise dos títulos indexados na Web of Science e Scopus. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 7, n. 2, p. 156-181, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/96733>> Acesso em: 23 de setembro de 2018.
- QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. Em *Questão*. Porto Alegre. Vol. 21, n. 3, p. 25-42, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57516>> Acesso em: 26 de setembro de 2018.
- PACKER, Abel Laerte. A eclosão dos periódicos do Brasil e cenários para o seu porvir. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a02.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.
- TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). Para entender a Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2007.



Periódicos científicos de extensión: estudio de caso sobre la Interfaces - Revista de Extensão da UFMG

Academic journals on University Extension: A case study about Interfaces - Revista de Extensão da UFMG

Gabriela Braga Casali
Especialista em Gestão Educacional
Técnica em Assuntos Educacionais de la UFMG
gabriellabcasali@gmail.com

RESUMEN

Brasil tiene un gran número de periódicos, entre ellos los periódicos con enfoque en la Extensión Universitaria. La extensión desarrolla una relación dialógica y transformadora entre los demás sectores de la sociedad. Pocos estudios fueron realizados buscando entender el perfil de esas revistas y de sus autores. Ese análisis se muestra un importante instrumento de gestión, buscando el fortalecimiento de los periódicos y de la propia extensión. Este trabajo se dedica al estudio de un periódico específico, la Interfaces - Revista de Extensão da UFMG. A través de la colecta cuantitativa de datos hecha en el sistema de la revista fue posible trazar el perfil de los textos publicados y de sus autores. La mayor parte de los textos publicados fueron relatos de experiencia, que tuvieron una media de 0,7 citación, cuentan con una media de 3,27 autores y el área temática de la extensión con más publicaciones fue la de Salud, área que lidera también el número de acciones de extensión en Brasil. Sobre los autores fue levantado que 70% es del género femenino, muy por encima de la media de autores de texto científicos publicados en Brasil con autoría femenina que es del 49%. La titulación académica más frecuente es el doctorado y las instituciones de enseñanza de afiliación de los autores se concentran en las regiones sudeste, nordeste y sur del país, regiones que presentan un mayor número de instituciones de enseñanza superior.

Palabras-clave: Periódicos científicos; Extensión; Perfil de autores.

ABSTRACT

Brazil has a large number of journals, including among these, journals focusing on the University Extension. Extension develops a dialogic and transformative relationship with the other sectors of society. Few studies have been conducted to understand the profile of these journals and their authors. This analysis is an important management tool, seeking to strengthen the journals and the extension itself. This work is dedicated to the study of a specific journal, Interfaces - Revista de Extensão da UFMG (Interfaces - Extension Magazine of UFMG). Through the quantitative collection of data, made in the journal's system, it was possible to trace the profile of the published texts and their authors. Most of the texts published were reports of experience, which had an average of 0.7 citations, had an average of 3.27 authors and the thematic area of extension with more publications was Health, an area that also leads the number of extensionist actions in Brazil. About the authors, it was pointed out that 70% are women, well above the average of authors of scientific texts published in Brazil with female authorship, that is 49%. The most frequent academic degree is PhD and the institutions of affiliation of the authors are concentrated in the southeastern, northeastern and southern regions of the country, regions that present a greater number of institutions of higher education.

Keywords: Scientific journals; University Extension; Authors Profile.

INTRODUCCIÓN

El principal medio de publicación académica actualmente es el periódico científico (Oliveira, 2008; Ohira e Prado, 2003; Quartiero e Silva, 2017). Su surgimiento remonta al siglo XVII, cuando fueron criados el *Le Journal des Sçavans* (Francia) y el *Philosophical Transactions of the Royal Society* (Inglaterra), considerados los primeros periódicos científicos, o al menos sus precursores (Queiroz e Moura, 2015; Toutain, 2007). En Brasil el primer periódico científico fue criado en el 1813, *O Patriota*, que era publicado mensalmente (Quartiero e Silva, 2017).

A lo largo del siglo XX se observó un gran aumento en el número de periódicos, principalmente en los años 1990 que alcanzó la marca de 890 en el 1998 (Ohira e Prado, 2003). Hasta el año del 2012 sólo en Brasil existían al menos 400 periódicos brasileños indexados en el SCIELO, Scopus o WEB of Science, fuera el número mucho más alto que no está indexado en ninguna de esas bases (Packer, 2014).

Un periódico puede ser divulgado sólo en formato impreso, en el formato electrónico o en ambos. Con los avances de la informática y de la red mundial de computadores a partir de los años 1990 se ve una tendencia de migración de los periódicos impresos para la divulgación electrónica o para un sistema híbrido, electrónico e impreso. El acceso al título puede ser libre o pago, en Brasil se observa que la mayoría de los periódicos son de acceso libre, sin cobranza de tarifas de sumisión para los autores o de pago de mensualidad para los lectores (Oliveira, 2008; Quartiero e Silva, 2017 e De Sandes-Guimarães e Diniz, 2014).

El mayor número de periódicos y la divulgación electrónica facilita el acceso a las informaciones pero una preocupación frecuente es a respecto a la cualidad de esos y de sus textos. Desde la década del 60 se encuentran en la literatura estudios sobre la evaluación de periódicos (Krzyzanowski e Ferreira, 2008). En Brasil la principal agencia de evaluación es la CAPES, que clasifica los periódicos utilizados por los programas de posgrado en tres estratos, A, B y C; siendo la categoría A subdividida en A1 y A2, y la categoría B en B1, B2, B3, B4 y B5.

Los aspectos considerados para las evaluaciones de la cualidad de un periódico son variados, podemos mencionar como ejemplo: regularidad, normalización, difusión y indexación (Ferreira e Krzyzanowski, 2003).

Los periódicos pueden presentar áreas específicas en su escopo o pueden también presentar contenido multidisciplinar. Las revistas de Extensión se encuentran insertas en este último formato. Se tiene como objetivo discutir principios y acciones extensionistas que pueden ser realizadas en cualquier que sea el área de conocimiento.

La extensión es una de las tres dimensiones indisolubles de la Universidad, además de la enseñanza y la investigación. Su papel está en la

articulación de la relación entre la universidad y los demás sectores de la sociedad. Sus directrices son (FORPROEX, 2012):

Interacción Dialógica,

Interdisciplinaridad e Interprofesionalidad,

Indisociabilidad Enseñanza-Investigación-Extensión,

Impacto en la Formación del Estudiante,

Impacto y Transformación Social.

De acuerdo con Coelho (2014) en el 2014 existían 25 periódicos de extensión con editoración electrónica y publicaciones regulares. Uno de los grandes desafíos para las revistas que se dedican a la extensión, además de todos los desafíos pertinentes a un periódico, se trata de evaluar los trabajos a la luz de esas directrices.

Dentro de ese escenario de periódicos científicos multidisciplinares destinados a la extensión, este trabajo analiza un en específico: Interfaces - a revista de extensão da UFMG. Teniendo como misión, según el enfoque presentado en el sistema de la revista:

Contribuir con análisis y reflexiones sobre los fundamentos, los conceptos, las experiencias extensionistas y sus repercusiones, buscando fortalecer el diálogo Universidad-Sociedad. Como desdoblamiento de la publicación, la UFMG espera contribuir con los procesos de formación académica y ciudadana con la democratización del conocimiento, con la ampliación de los derechos sociales así como con el desarrollo de las políticas públicas fundamentales en el diálogo con las cuestiones sociales contemporáneas.

El periódico fue criado en el 2013 y es editorado por la Pró-reitoria de Extensão da UFMG. Posee publicación semestral siendo que hasta el momento ya fueron publicadas 9 ediciones. En el año del 2016 hubo la quiebra de la regularidad y sólo una edición fue publicada. Hasta el segundo número era divulgada por medio impreso y electrónico, de acceso libre. A partir del 2016 los textos empezaron a ser publicados en los idiomas portugués y español, antes de eso era sólo en portugués. Actualmente su mejor evaluación por la Capes es B2 en el área de Ensino.

Son escasos los estudios que tienen como tema el análisis del perfil y de la gestión de los periódicos en extensión y ese estudio visa fomentar y contribuir con esa discusión. Como desdoblamiento se espera también contribuir para la gestión de la revista que es el objeto de estudio, una vez que los resultados cuantitativos levantados y sus discusiones pueden auxiliar en el direccionamiento de su planeamiento. Como De Lima escribió (1986, pág. 130).

Como la medición de hechos y fenómenos puede facilitar el establecimiento de diagnósticos y de evaluaciones, puede también optimizar la toma de decisiones en los sistemas de información, es decir, los métodos cuantitativos pueden ser instrumentos de administración.

METODOLOGÍA

La investigación es cuantitativa y las informaciones fueron buscadas en el sistema de la revista (SEER) con el perfil de administrador. Fueron analizados sólo los textos que se tratan de documentos originales, excluyendo así documentos previamente publicados y excluyendo también los editoriales porque no tienen un carácter científico. Los textos analizados pueden ser categorizados en las siguientes secciones: artículos, entrevistas, ensayos, reseñas y relatos de experiencia, según clasificación hecha por la propia revista. El levantamiento de los datos ocurrió en el mes de septiembre del 2018.

Las citas fueron investigadas en el Google Scholar, una vez que la revista no se encuentra indexada en bases como el SCIELO, SCopus y Web of Science.

Para la sistematización de los textos cuanto al área temática de extensión se utilizó los datos preenchidos por los autores en los metadatos del archivo: título, área de conocimiento, palabras-clave y asunto, utilizando como referencia las definiciones tratadas por Nogueira (2000). Cuando las palabras no eran directamente relacionadas al área temática fue evaluado el resumen para mejor clasificación.

Para la clasificación de los géneros de los autores y coautores fueron considerados como femenino o masculino y evaluada la flexión del género que el autor o autora usó en el cadastro de su perfil.

Para la formación académica fue considerado el mayor grado de titulación finalizado o en marcha. La formación académica, afiliación y el cargo de profesor fueron informadas por los propios autores en el momento de la sumisión. Cuando esa información no fue debidamente rellena, el Lattes y el Research Gate fueron consultados, buscando la información de la época en que el texto fuera submetido.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

1 Perfil de las publicaciones

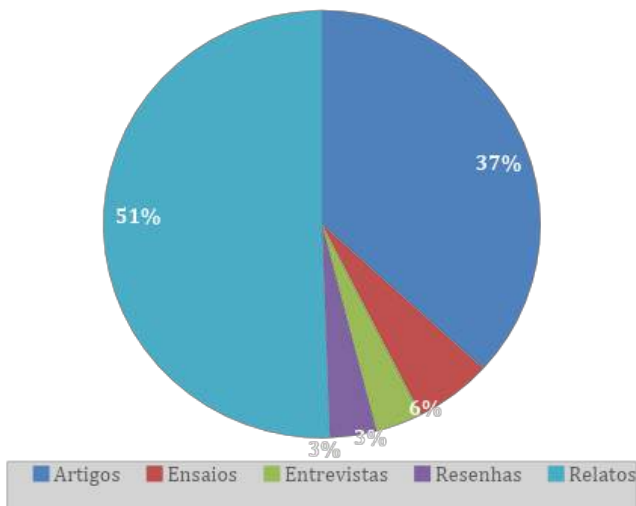
1.1 Tipos de textos

De los 106 textos publicados, 87 atendían a los criterios seleccionados, siendo 32 artículos, 5 ensayos, 3 entrevistas, 3 reseñas y 44 relatos

de experiencia.

Las publicaciones son en mayor parte relatos de experiencias (50,06%) seguido por artículos (36,8%) y ensayos (5,7%) conforme puede ser visto en el gráfico 1. Esa mayor proporción de relatos de experiencia también es encontrada cuando las revistas de extensión son analizadas como un todo, de acuerdo con un estudio realizado por Coelho en el 2014. Siendo un indicativo de que la mayoría de los autores en Extensión optan por relatar las experiencias de sus acciones extensionistas, en detrimento de los artículos que hablan de la investigación en extensión. Es importante pensar en formas de fomentar esos estudios para que haya un mayor reconocimiento y producción en este campo. Una vez que uno de los principios de la extensión es su indisociabilidad con la investigación y la enseñanza.

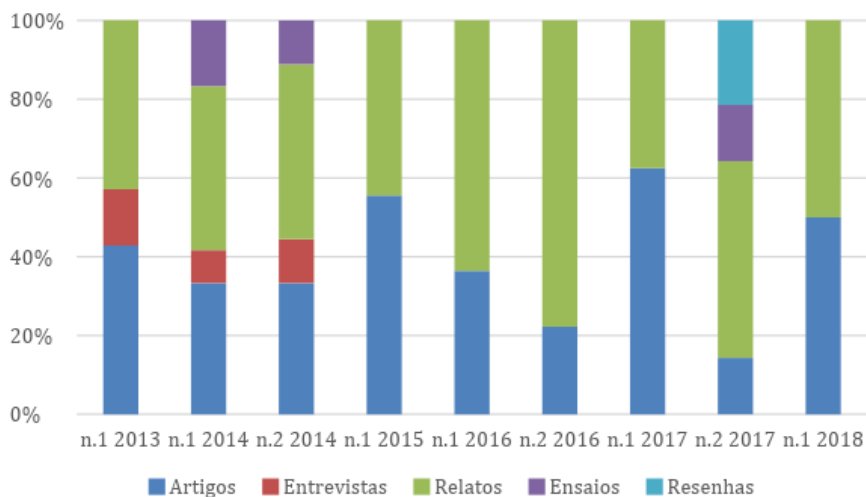
Gráfico 1 - Porcentaje de cada tipo de texto publicado



Leyenda: Artigos; Ensaaios; Entrevistas; Resenhas; Relatos

Analizando la composición de cada edición separadamente percibimos que la predominancia de relatos de experiencia en relación a los demás tipos de textos ocurrió en cinco ediciones, la predominancia de artículos ocurrió en dos y en una edición hubo el mismo número de relatos y artículos publicados (gráfico 2).

Gráfico 2 - Porcentagem dos tipos de textos por edição

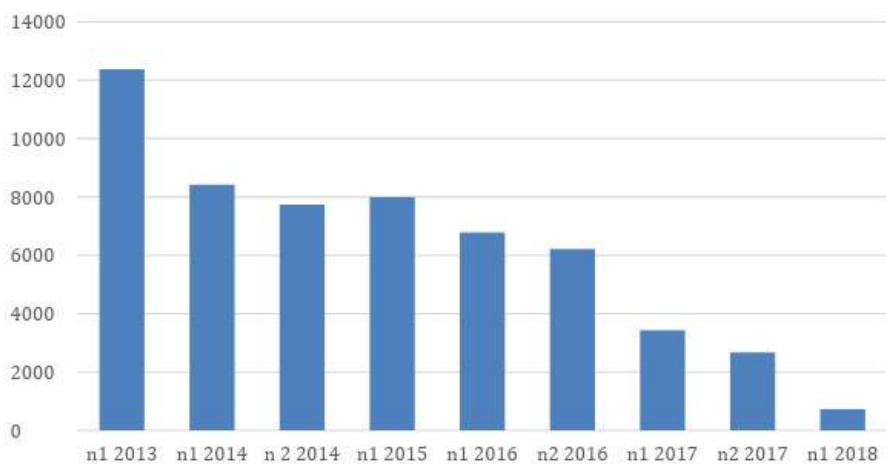


Leyenda: Artículos; Ensayos; Entrevistas; Reseñas; Relatos

1.2 Visualizaciones

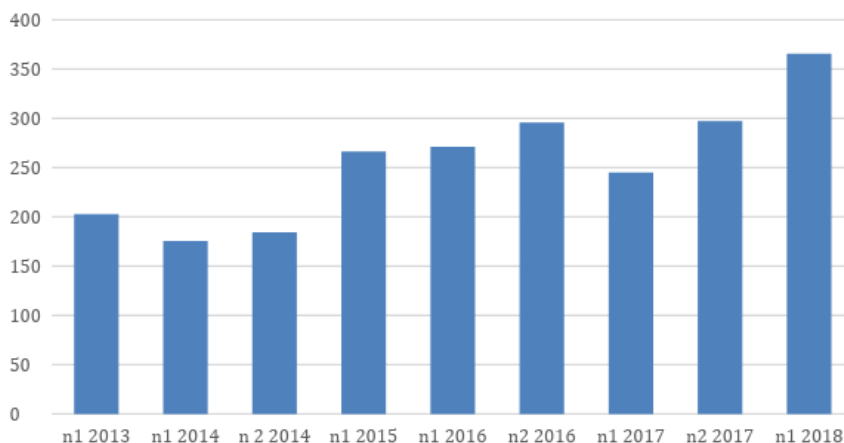
En el total fueron más de 56 mil visualizaciones a los resúmenes de los textos seleccionados. El gráfico 3 representa el número de visualizaciones por edición.

Gráfico 3 - Número de visualizaciones por edición



En números absolutos percibimos que cuanto más antigua la edición más visualizaciones ella tuvo. Eso es lo esperado, una vez que cuanto más antigua la edición, más tiempo ella estuvo online para ser visualizada. Para corregir esta diferencia de tiempo de exposición fueron analizadas también el número de visualizaciones proporcionales a los meses online (gráfico 4).

Gráfico 4 - Media de visualizaciones por mês en cada edição



Fue observado que la segunda edición de cada año normalmente tiene un pequeño aumento en la proporción de visualizaciones en relación al primer número publicado. Además de eso, se percibió que desde el 2015 se mantuvo en torno de 240-300 el número medio de visualizaciones por mes, con excepción de la última edición publicada que presentó un crecimiento considerable.

Para mejor evaluar si este aumento significa que la visualización de la revista realmente aumentó será necesario aguardar algunos meses y rehacer el levantamiento. Eso porque de la misma manera que el mayor tiempo de publicación posibilita un mayor tiempo para visualización y es de esperarse que los primeros meses tengan más accesos que los siguientes, una vez que en este periodo que hay una mayor divulgación de la edición recién-publicada.

1.3 Citaciones

Los textos más citados fueron los artículos, seguidos por los relatos de experiencias. Textos como reseñas y entrevistas no fueron citados ninguna vez. La media de citaciones por texto fue de 0,70% citación. La media de citación por tipo de texto puede ser visualizada en la tabla 1.

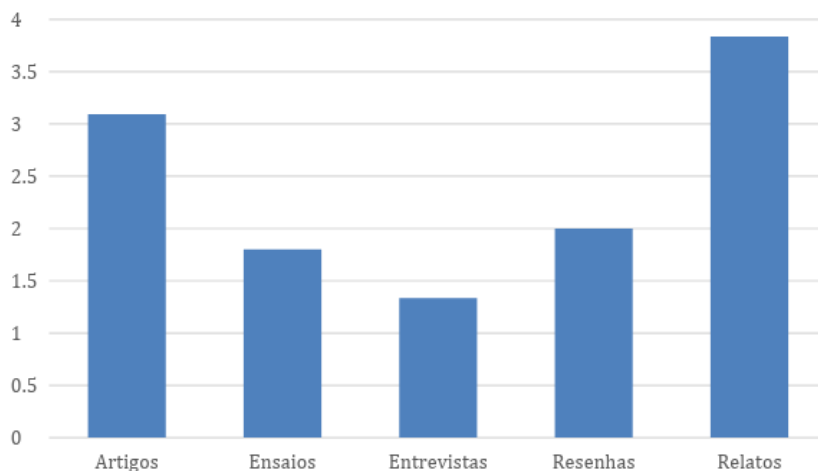
Tipo de texto	Mé dia de citaciones
Relatos de experiencia	0.18
Articulos	1.62
Reseñas	0
Entrevistas	0
Ensayos	0.2

1.4 Media de autores por texto

El resultado es una media de 3,27 autores por texto. Cuando separamos por los tipos de textos percibimos que los relatos de experiencia presentan en media más autores (3,83), seguidos por los artículos (3,09), como puede ser visto en el gráfico 5. Un hecho que contribuye para este mayor número de autores en los relatos de experiencia es que muchas veces todos los participantes de la acción tema del trabajo son incluidos como autores.

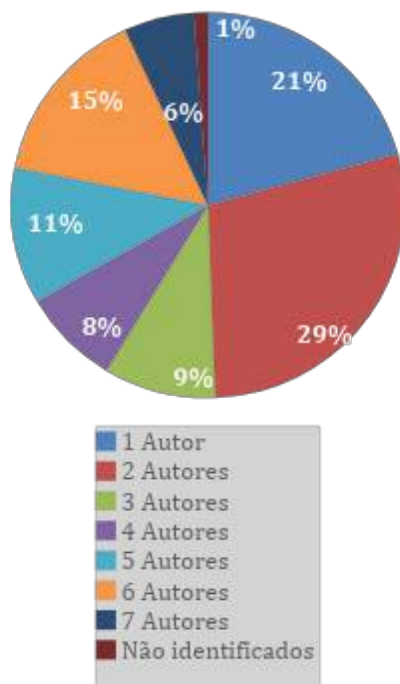
Cuando se tiene un gran número de autores en un trabajo una cuestión pertinente es saber si para elaborarlo sería realmente necesario este número elevado de participantes, o si por sólo el hecho de haber sido parte de la acción de extensión las personas son consideradas autores del escrito. Pensando que, por principio, el público alvo participantes de las acciones de extensión deben ser sujetos de este conocimiento producido y no sólo objetos de estudio, la participación de más personas en la efectiva elaboración del texto puede ser un indicativo de esta diversidad de autores. Una forma de trabajo que viene siendo adoptada por algunos periódicos es ser especificado, aún en la sumisión, como cada autor contribuyó con el texto.

Gráfico 5 - Media de autores em cada tipo de texto



Los textos con 1 o 2 autores componen casi mitad de los textos publicados ya que los textos con más autores (5, 6 y 7), representan más de 30% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Porcentaje de textos por número de autores

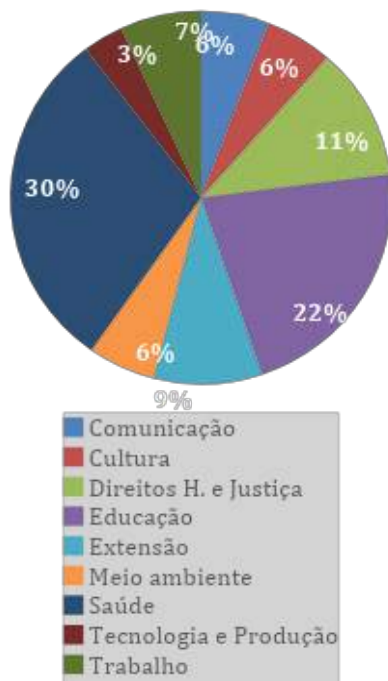


1.5 Áreas Temáticas de la Extensión

Los textos fueron clasificados en las 8 Áreas temáticas de las acciones de extensión: Educação, Trabalho, Comunicação, Cultura, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Saúde, Tecnologia e Produção. En el proceso de clasificación fue necesaria la creación de otra categoría, que nombramos por Extensão, pues los textos tratan de la temática Extensão sin entrar en alguna área específica. Esos trabajos se dedican a los conceptos, reflexiones y análisis da Extensão en sí misma.

Las publicaciones son lideradas por el área de Saúde (29,9%), Educação (21,8%) y Direitos Humanos e Justiça (11,5%), conforme observado en el gráfico 7.

Gráfico 7 - Porcentaje de los textos por Áreas temáticas



Leyenda: Comunicação; Educação; Saúde; Cultura; Extensão; Tecnologia y Producción; Derechos Humanos y Justicia; Medio ambiente; Trabajo

El mayor número de trabajos en el área de salud puede ser explicado por la predominancia de acciones de extensión en este área (FORPROEX, 2007), lo que naturalmente lleva a más producciones. El Meio Am

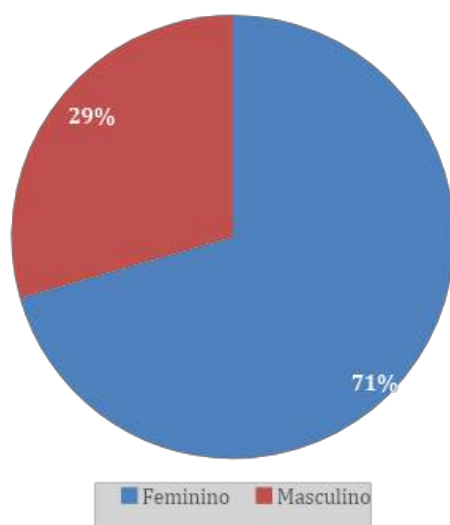
biente e a Cultura que serían respectivamente la segunda y la tercera área con más acciones, aparecen con pocos textos publicados. Siendo un interés el fortalecimiento de la publicación en todas las áreas de Extensão en el periódico, este levantamiento posibilita la identificación de las áreas que son menos publicadas y puede auxiliar en la creación de estrategias para alcanzar esas áreas que son Tecnologia e Produção, Comunicação, Cultura, Meio Ambiente y Trabalho.

2 Perfil de los autores

2.1 Genero de los autores

Sumando fueron encontrados 282 autores, siendo 199 mujeres y 83 hombres (gráfico 8). El periódico supera la media nacional de mujeres autoras y coautoras de trabajos científicos. Según un levantamiento hecho entre el 2011 y 2015 las mujeres representan 4,9% de autorías y coautorías de los textos científicos producidos en Brasil (Elsevier, 2017). En la Interfaces, 70,6% de los textos tienen autoría o coautoría de mujeres. Debido a la escasez de trabajos sobre publicación en extensión no podemos inferir si esta es una característica de las publicaciones en extensión como un todo o una característica diferencial de la Interfaces. Más estudios con esta temática son necesarios para el enriquecimiento de esa discusión.

Gráfico 8 - Genero de los autores

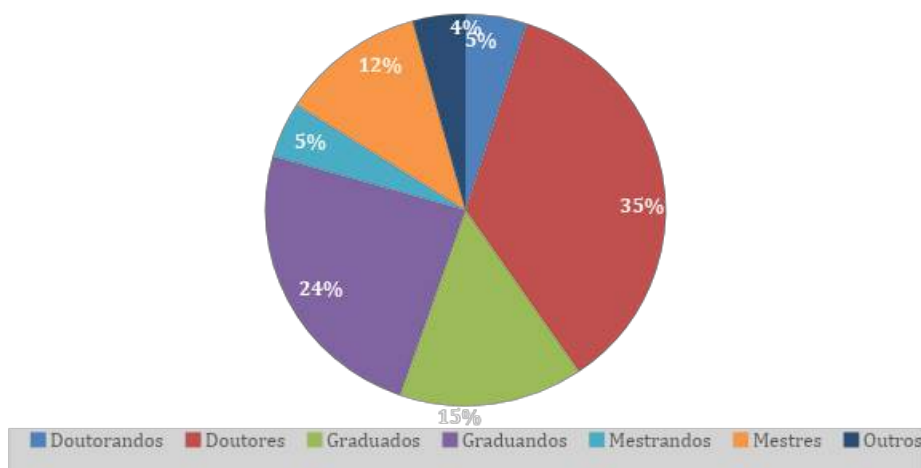


2.2 Formación de los autores

En relación a la formación académica, el grupo con mayor representatividad es el de doctores (35,5%), seguidos por Graduandos (24,1%) y graduados (14,9%), como puede ser observado en el gráfico 9. La categoría otros incluye las formaciones representativas: posgraduados en cursos de especialización (0,4%), especialistas (1,8%) y no identificados (2,1%).

Los autores de las acciones de extensión son diversos y es posible percibir esa diversidad en la formación académica. Tenemos la representación de los profesores (mayor parte de doctores), de los estudiantes (graduandos, mestrandos y doutorandos) y también de la comunidad. Muchos de los que están representados en la categoría graduados se identificaban como receptores en el área de salud o profesores de la educación básica y, muy probablemente, actuaban en las acciones de extensión del cual el texto relataba.

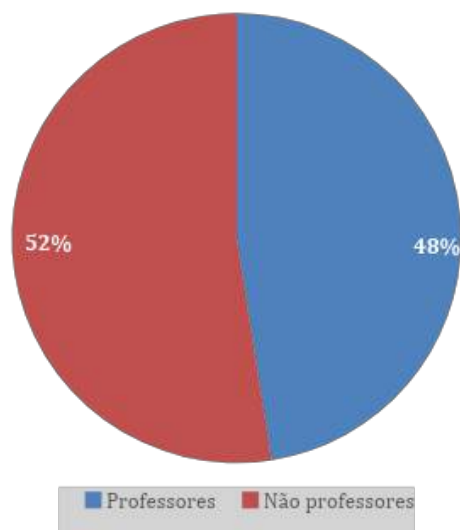
Gráfico 9 - Formação acadêmica dos autores



2.3 Profesores de la enseñanza superior

Entre los autores, 134 autores eran profesores de la enseñanza superior (47,5%) y 148 no eran (52,5%), conforme podemos observar en el gráfico 10.

Gráfico 10 - Porcentaje de autores que son profesores de la enseñanza superior



2.4 Instituciones

En relación a la afiliación de los autores en Instituições de Ensino Superior (IES), fueron informadas 46 instituciones. De estas 5 internacionales (3 argentinas y 2 portuguesas) y 41 nacionales.

De los 87 trabajos fueron realizados 77 con autores de una única IES y fueron realizados con autores y coautores de distintas instituciones. Cada IES contribuyó con 1, 2, 3, 4 o 23 textos para los textos de una única institución, como podemos ver en la tabla 2.

Tabela 2 - Participación de las IES en trabajos

Textos	Institución	Total de textos
1	ILES, UBA, UC, UEL, UEPG, UFAM, UFG, UFRGS, UFOPA, UFPE, UFRJ, UFRPE, UFTM, UFU, UFV, UNIFAL, UNIMEP, UniRitter e USP	19

Textos	Instituição	Total de textos
2	UEFS, UFFS, UFJF, UFOP, UFT, UNC, UNIFESP e UNO-CHAPECÓ	16
3	PUC-Campinas, UESB, UFS, UNCI-SAL e UPE	15
4	UFSJ	4
23	UFMG	23

En los 10 textos con autores de diferentes instituciones fueron encontradas las siguientes combinaciones:

FEAD e PUC-Minas;

UEMG,UFU e CUML;

UENP e UEL;

UERGS e UNISINOS;

UFSC, UFSM e UFPel;

UFV e UFMG;

UFV e UFTM;

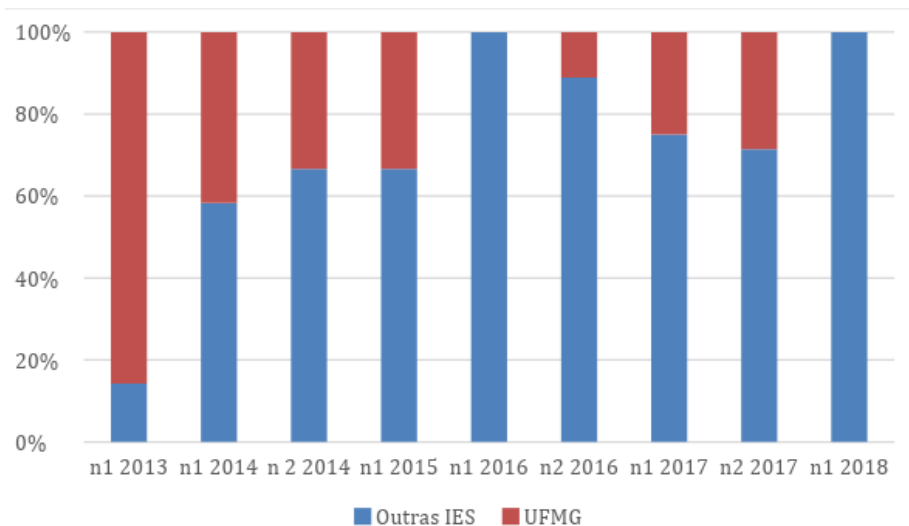
UNIPAC e UFPR;

USP e UFMG;

USP e UNR.

Se nota que la institución que más contribuyó con trabajos es la UFMG, institución mantenedora del periódico. Uno de los criterios de evaluación de calidad de un periódico es la endogenia de autores. No es recomendable haber un número grande de autores de la institución al cual pertenece el periódico. En este sentido percibimos que desde su segundo volumen la revista presenta más textos de otras instituciones que textos de la UFMG (gráfico 11). Siendo que desde el año del 2016 la taja de endogenia de autores está siempre abajo del 30%.

Gráfico 11 - Proporciones de textos de la UFMG y otras IES por edicion



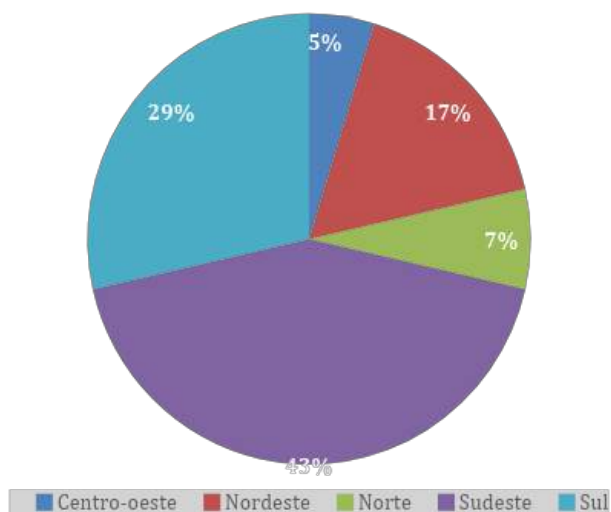
De las 41 IES nacionales, la mayoría se encuentra en los estados de Minas Gerais, del Rio Grande do Sul y de São Paulo, respectivamente siendo estos tres responsables por 22 instituciones (tabla 3). La región con más instituciones es la sudeste seguida por la región sur (gráfico 12).

Tabla 3 - Instituciones de afiliación de los autores por estado

Estado	Instituciones
MG	12
RS	5
SP	5
PR	4

Estado	Instituições
PE	3
SC	3
BA	2
GO	2
AL	1
AM	1
PA	1
RJ	1
SE	1
TO	1
Total	42

Gráfico 12 - Instituições por região

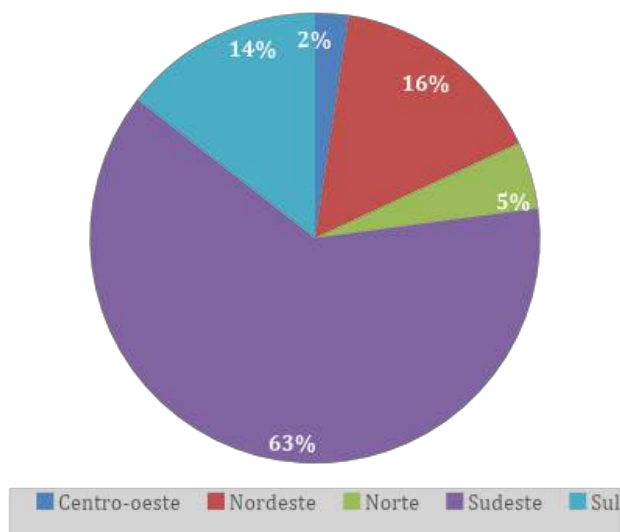


Son 83 los textos que poseen al menos un autor filiado a una IES brasileña y 4 textos son exclusivamente de IES internacionales. Cuando relacionamos los textos de IES brasileñas a sus estados de origen percibimos que la región sudeste también aparece en el liderazgo, seguida por la región nordeste (tabela 4 e gráfico 13).

Tabla 4 - Cantidad de textos por región

Região	Textos
Sudeste	52
Sur	12
Nordeste	13
Norte	4
Centro-Oeste	2

Gráfico 13 - Textos por região



Esa predominancia de la región sudeste, tanto en las IES de afiliación de los autores cuando en los textos publicados puede ser explicada por la mayor concentración de IES en la región. En estudio hecho en el 2015 sólo el sudeste concentraba 47,29% de las IES de Brasil, regiones nordeste 19,29%, sur 17,13%, norte 6,34% y centro-oeste 9,94% (INEP, 2015). Lo que nos muestra que la cantidad de textos publicados por región del país puede estar relacionada con su concentración total de IES.

El hecho del periódico ser de un estado de la región sudeste puede causar una mayor divulgación en el estado, contribuyendo también para el gran número de publicaciones de esta región. Este levantamiento puede auxiliar para que la gestión del periódico pueda realizar acciones de divulgación en las regiones que presentan menos textos publicados.

CONCLUSIÓN

El levantamiento actual permite establecer el siguiente perfil para la Interfaces. La mayoría de los autores son del género femenino, la titulación académica más frecuente es el doctorado, seguido por el grado en andamio y las IES de afiliación de los autores se concentran principalmente en las regiones sudeste, nordeste y sur del país. Los textos son producidos en mayor parte por sólo una IES siendo más raros los textos interinstitucionales. Cuanto a los textos, la mayoría de las publicaciones fueron de relatos de experiencia, contando con la media de 3,27 autores y 0,7 citación por textos. Las áreas temáticas más publicadas fueron de salud, seguida por la educación.

Más estudios son necesarios para que entendamos el perfil de los autores de extensión y de sus textos publicados en Brasil, para que así podamos comprender mejor lo que hay de común entre el perfil levantado de la Interfaces con los demás periódicos brasileños del área y cuáles las características son intrínsecas de esta revista.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. Em *Extensão*, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>> Acesso em 19 de setembro de 2018.
- DE LIMA, Regina Célia Montenegro. Bibliometria: análise quantitativa da literatura como instrumento de administração em sistemas de informação. *Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, 1986. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/233/233>> Acesso em: 20 de setembro de 2018.
- DE SANDES-GUIMARÃES, Luísa Veras; DINIZ, Eduardo H. Gestão de periódicos científicos: estudo de casos em revistas da área de Administração. *Revista de Administração*. Vol. 49, n. 3, 449-461, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0080210716303570>> Acesso em: 22 de setembro de 2018.
- ELSEVIER. Gender in the Global Research Landscape. 2017. Disponível em: <https://www.elsevier.com/___data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf> Acesso em: 26 de setembro de 2018.
- FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga; KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero. Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, v. 17, n. suppl. 1, p. 43-48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pob/v17s1/a07v17s1.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.
- FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/tenex/index.php/documentos/documentos>> Acesso em 28 de setembro de 2018.
- FORPROEX. Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004. COOPMED. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_5_institucionalizacao.pdf> Acesso em: 01 de outubro de 2018.
- INEP. Relatório Censo da Educação Superior 2015. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> Acesso em 22 de setembro de 2018.
- KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-1965199800020009&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 29 de setembro de 2018.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987-2000. Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.
- OHIRA, Maria Lourdes Blatt et al. Análise dos periódicos eletrônicos (full text) em ciência da informação: América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. *Informação & Informação*, v. 8, n. 1, p. 14-38, 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1708>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.
- OLIVEIRA, Érica Beatriz Pinto Moreschi de et al. Periódicos científicos eletrônicos: definições e histórico. *Informação & Sociedade-estudos*, v. 18, n. 2, p. 69-77, 2008. Disponível em: <<http://producao.usp.br/handle/BDPI/16650>> Acesso em 26 de setembro de 2018.
- QUARTIERO, Emanoel; DA SILVA, Edna Lúcia. Perfil dos periódicos brasileiros mantidos por IES e sistema Qualis: análise dos títulos indexados na Web of Science e Scopus. InCID: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 7, n. 2, p. 156-181, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/96733>> Acesso em: 23 de setembro de 2018.
- QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. Em *Questão*. Porto Alegre. Vol. 21, n. 3, p. 25-42, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57516>> Acesso em: 26 de setembro de 2018.
- PACKER, Abel Laerte. A eclosão dos periódicos do Brasil e cenários para o seu porvir. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n2/v40n2a02.pdf>> Acesso em: 27 de setembro de 2018.
- TOUTAIN, Lúcia Maria Batista Brandão (Org.). Para entender a Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2007.



A formação da Agricultura Familiar nos assentamentos rurais de Ituiutaba - MG e a ação extensionista da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com a FAPEMIG

The formation of Family Agriculture in the rural settlements of Ituiutaba - MG and the extension action of Federal University of Uberlândia in partnership with FAPEMIG

Sérgio Gonçalves
Prof. Dr. Da Universidade Federal de Uberlândia
geographise@ufu.br

RESUMO

Desde a década de 1990, os movimentos de luta pela terra têm lutado pela conquista de assentamentos para seus integrantes na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Os assentamentos rurais de Ituiutaba são resultados desse processo, significando não só a territorialização da luta, mas também a reconstrução da agricultura familiar nos projetos de assentamento. Participando dessa realidade, a Universidade Federal de Uberlândia, no campus de Ituiutaba, com apoio da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), desenvolveu o projeto “Extensão Universitária e Pesquisa Participante”, na estruturação do processo de desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos rurais de Ituiutaba/ MG. Nesse sentido, o presente trabalho contempla o entendimento relativo à pesquisa e à extensão universitária em áreas de Reforma Agrária, o desenvolvimento de ações de pesquisa participante por via de Diagnóstico Rápido Participativo, ações de imersão na realidade, confronto de ideias, participação social e formação coletiva visando o desenvolvimento rural sustentável por meio da relação Universidade/Comunidade assentada, através de interação entre representantes da Universidade e comunidades assentadas, e o desenvolvimento de diferentes atividades (cursos, palestras, oficinas, debates), visando o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Pesquisa e Extensão; Assentamentos Rurais; Desenvolvimento rural sustentável.

ABSTRACT

Since the 1990s, the movements for land has been fighting for the conquest of settlements in the Triângulo Mineiro region of Minas Gerais. Rural settlements in Ituiutaba are the result of this process, meaning not only the territorialization of the struggle, but also the reconstruction of family agriculture in settlement projects. Participating in this reality, the Federal University of Uberlândia, on the campus of Ituiutaba, with the support of FAPEMIG (Foundation for Research Support of the State of Minas Gerais), developed the project “University Extension and Participating Research” in structuring the sustainable rural development process of the settlements of Ituiutaba / MG. In this sense, the present work contemplates the understanding regarding research and university extension in areas of Agrarian Reform, the development of participatory research actions through Rapid Participatory Diagnosis, actions of immersion in reality, confrontation of ideas, social participation and formation and the development of different activities (courses, lectures, workshops, debates), with a view to rural development.

Keywords: Agronomic Science; Crisis; Professional Qualification; Student Movement.

OS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ITUIUTABA

Os assentamentos rurais são expressões de conquistas nos contextos históricos dos movimentos socioterritoriais no campo. Essas expressões são discutidas e construídas desde as ocupações de terras até os acampamentos. A luta pela Reforma Agrária não termina com a conquista dos assentamentos, que, na verdade, são o início de novas jornadas em curso no processo de democratização da terra e dos outros meios de se viver nela. Os assentamentos representam a continuidade da luta pelo território, na difícil tarefa de reconstrução da agricultura familiar.

Os assentamentos rurais de Ituiutaba são territórios conquistados no dinâmico processo de espacialização e consolidação da luta dos movimentos socioterritoriais do campo que atuaram fortemente no Triângulo Mineiro pelas décadas de 1990 e 2000.

Em Ituiutaba, as lutas empreendidas pelos sem terra resultaram na conquista de quatro assentamentos rurais, a saber Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho da Serra (60 famílias).

O processo de espacialização e implantação dos assentamentos ituiutabanos iniciou-se em um município vizinho, Santa Vitória (MG), no distante ano de 1997, quando aproximadamente 205 (duzentas e cinco) famílias ocuparam a fazenda Gilbram, sob articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As famílias acampadas na fazenda Gilbram foram despejadas mediante ordem judicial obtida pelo fazendeiro. Como maneira de insistir na luta pela terra, ocuparam outras fazendas na região. Essa situação conflituosa chamou a atenção das autoridades, sobretudo pela ameaça de pistoleiros e a iminência de mortes no campo no Triângulo Mineiro. Assim, as autoridades convidaram as lideranças dos sem terra para reuniões no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belo Horizonte, em 1997.

Dessas reuniões e da ativa ação do Governo Federal via INCRA, ocorreu a desapropriação da Fazenda Gilbram em Santa Vitória. Porém, como era uma fazenda pequena em termos de área, ocorreu o assentamento de apenas 27 (vinte e sete) das 205 (duzentas e cinco) famílias ali acampadas.

Como o problema não foi resolvido em Santa Vitória, e estudando a realidade agrária de fazendas na região, mediante informações obtidas no INCRA, as demais famílias acampadas seguiram para o município de Ituiutaba (MG). Sob as articulações do MST e apoiados pela Igreja Católica, ocuparam as fazendas Vargem Grande, Divisa, Chalon, Engenho da Serra e

Terra Rica, todas no dia 05 de julho de 1999. Essas fazendas, com aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) alqueires de terra, encontravam-se improdutivas e estavam em processo adiantado de desapropriação, segundo relatos de um dos líderes do movimento no período da ocupação.

O processo de ocupação das fazendas no município de Ituiutaba (MG) ocorreu de forma pacífica, não havendo conflito direto com os latifundiários, posto que as terras estavam em negociação entre fazendeiros e o INCRA desde 1996.

Os sem terra acamparam nas fazendas ainda em 1997 e o assentamento nos projetos de assentamento Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias) ocorreu em 2000, ano em que se efetivou a desapropriação e a criação dos referidos assentamentos.

No dia 07 de janeiro de 2001, durante reunião entre os assentados e as lideranças do MST, foram definidos os regimentos da organização social interna dos assentamentos, mediante a formação de associação de produtores, bem como a dinâmica de sorteio dos lotes, definida da seguinte forma: em cada assentamento as famílias seriam divididas em grupos, contendo no mínimo 06 (seis) e no máximo 15 (quinze) famílias. Após definidos, os grupos passariam por um sorteio, objetivando definir o lote pertencente a cada família, as quais deveriam mudar-se do lugar onde moravam nas terras ocupadas para seus respectivos lotes em 90 (noventa) dias após a data do sorteio, ocorrido no dia 10 de março de 2001.

Após o sorteio dos lotes, as famílias recebiam uma cesta básica por família do INCRA a cada 90 (noventa) dias para garantir sua alimentação. Como as famílias eram compostas por 04 (quatro) pessoas em média, elas tiveram dificuldade de acesso ao alimento, dessa forma, os líderes do assentamento selecionavam grupos de pessoas que ficavam responsáveis por adquirir alimentos. Muitas doações foram cedidas pela igreja católica e pelas escolas do município de Ituiutaba, demonstrando apoio da população para com os acampados.

Consoante relatos dos assentados, as famílias encontravam resistência do comércio local para a compra de alimentos e não recebiam qualquer apoio dos latifundiários, pelo contrário, eram ignorados quando estavam na estrada em busca de carona para chegarem até à cidade.

No fim do ano de 2001, as famílias assentadas receberam subsídio (crédito habitação) fornecidos pelo INCRA. O valor de R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos reais), em parcela única, estaria disposto à construção da casa, este subsídio deveria ser restituído após três anos de carência. Além disso, receberam o fomento no valor de R\$ 1.400 (mil e quatrocentos reais), em parcela única, destinado à compra de alimentos e ferramentas de trabalho. No mesmo ano, as famílias foram beneficiadas pelo PRONAF A, formado por beneficiários dos programas de Reforma Agrária e Crédito Fundiário, os quais podem receber recursos para investimento, menor taxa de juros e maior nível de subsídio.

Assim, tal injeção de recursos deu o arranque inicial ao processo de passagem da condição de acampados para a condição de produtores rurais, que estruturaram seus lotes construindo casas, cercas, poços, arando as terras, cultivando lavouras, comprando gado leiteiro e iniciando diversos sistemas produtivos, entre os quais pecuária leiteira, fruticultura, criação de pequenos animais (suínos e aves), além do plantio de hortaliças, de maneira que pouco a pouco se inseriram no mercado local regional como produtores rurais.

O processo de territorialização dos sem terra nos assentamentos rurais ituiutabanos representou uma nova etapa na vida dos agricultores assentados, pois enfim poderiam ter seu “pedaço” de terra para cultivar e residir. Apesar das dificuldades enfrentadas durante o processo, como a moradia em casas de lona, preconceito e dificuldade financeira, o fato de ter acesso à terra, conquistada com luta, fez com que os agricultores assentados continuassem buscando maneiras de viver da terra e do assentamento prosperar.

Vale ressaltar a relevância do papel do INCRA, como órgão de assistência aos assentados, do PRONAF, como condicionante de subsídios que propiciam o desenvolvimento do assentamento. Sem ambos, as condições de moradia e cultivo poderiam se agravar.

ASSENTAMENTO RURAL COMO LÓCUS DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar, com aplicação nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire significações. Ao buscar na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se vertentes diversas, dentre as quais se destacam duas: uma, ideia modernizada, considera a agricultura familiar gerada pelas transformações provenientes do capitalismo e outra que defende o conceito de agricultura familiar, vertente em evolução, possuindo relações com a agricultura camponesa. A definição de agricultura familiar adotada nesta seção reúne as concepções de Januário (2013), Abramovay (1992) e Mendes (2005).

Em relação às abordagens conceituais da agricultura familiar, Januário (2013) afirma serem agricultores familiares aqueles que praticam atividade do meio rural, atendendo aos seguintes requisitos: a) não detenha, a qualquer título, área maior que quatro módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas desenvolvidas em seu estabelecimento ou empreendimento; c) tenha renda familiar, em sua maior parte, originária das atividades econômicas vincu-

ladas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a sua família.

De acordo com essa abordagem, aponta-se o estudo realizado em 1994 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o INCRA, que definem a agricultura familiar com base em três características: i) a gerência da propriedade rural é feita pela família; ii) o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família e iii) os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à posse da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Bianchini (2005) dividiu os agricultores familiares em 4 tipologias de acordo com a renda, assim representados: tipo A – agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima e tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza.

A divisão por tipologia de agricultores familiares é referencial importante para a implementação de políticas públicas distintas de acesso ao crédito a cada categoria. A metodologia do estudo utilizou como principal critério de encaixe nos diferentes tipos a relação renda total e salário com base no valor do custo de oportunidade. O valor do custo de oportunidade foi baseado no valor da diária média estadual na agricultura, acrescida de 20% e multiplicando-se pelo número de dias úteis.

As classificações citadas constituem apenas uma amostra do grande universo de tipologias e classificações propostas para o Brasil. Essas classificações apontam para a diversidade de situações na agricultura familiar, desde o produtor tecnificado e integrado aos mercados até a produção de subsistência e complementação com trabalho assalariado fora da propriedade. Os critérios mais frequentemente utilizados para diferenciar os tipos estão relacionados com: tipos de tecnologia empregada, orientação para subsistência/ mercado, tamanho da propriedade e grau de capitalização. Por isso, quando se fala de agricultura familiar está se referindo a um universo diversificado.

Dados apresentados pelo INCRA (1996) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) revelaram que aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são oriundos da agricultura familiar. Ainda conforme o INCRA (1995), 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares, assim como cerca de 70% do feijão consumido pelo país, 84% da mandioca, 5,8% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos (VEN NCIO, 2008).

Os dados apresentados pela FAO/INCRA evidenciaram a contribuição da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro, elucidando o potencial que esse segmento detém para a geração de emprego e renda no campo. Todavia, devido às condições vulneráveis em que se encontra, necessita de uma política especial voltada para esse segmento da agricultura.

Para FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) o conceito de agricultura familiar é definido a partir das seguintes características: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996).

A agricultura familiar é diferenciada no que se refere a dimensão econômica da família. No estudo de 1996, a FAO classificou os agricultores familiares em três grupos de acordo com a renda adquirida por eles:

1) Existe um setor de Agricultura Familiar nos moldes do family farm americanos da ordem de 1.150.000 produtores (Grupo A) distribuído nas diversas regiões do país, porém mais concentrado no Sul. Esse setor gera uma renda monetária média de 57,1 salários mínimos e possui uma área média de 32,1 hectares.

2) Existe também um setor chamado de transição, da ordem de 1.020.000 estabelecimentos (com área média de 16,1 hectares), que se não receberem apoio imediato das políticas agrárias e agrícolas, podem se transformar num grupo periférico.

3) O segmento dos periféricos agrupa 2.168.000 unidades (com área média de 13,7 hectares), das quais 1.155.603 estão localizadas no Nordeste (...). Na medida em que sua integração nos mercados é mínima (quase zero de renda monetária), esse setor deve ser alvo prioritário de políticas agrárias visando a reestruturação de seus sistemas produtivos e de políticas sociais. (FAO/INCRA, 1996).

Fruto da pressão popular para a distribuição de terras no País, os assentamentos rurais dão um perfil novo ao campo brasileiro, pois significam a reconstrução da agricultura familiar pelo desmembramento das grandes fazendas em pequenos estabelecimentos rurais, criando um novo patamar de desenvolvimento econômico e social no meio rural.

O esforço para incorporar esses produtores assentados às economias regionais esbarra não apenas no necessário estímulo a esses projetos, como também na melhoria generalizada das condições socioeconômicas da agricultura familiar tradicional (esta, entendida como aquela já instalada há tempo). Logo, uma dimensão importante do desenvolvimento nos assentamentos rurais são as políticas públicas executadas pelo Estado, sobretudo a política de financiamento rural via PRONAF e os programas de extensão executados pelas Universidades.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Quando o poder público implanta a política federal voltada para este segmento - o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - ou quando cria a Lei 11.326/2006 - a primeira a fixar diretrizes para o setor - a opção adotada para delimitar o público fica a cargo do uso funcional do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social.

As políticas públicas voltadas para esse segmento são apresentadas nessa seção, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob as perspectivas de Guimarães (2015) e Sabourin (2007).

O marco histórico da inserção da agricultura familiar nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1996. A princípio, o PRONAF ficou sobre a governança do Ministério da Agricultura, porém, desde seu surgimento, passou por diversas alterações e aperfeiçoamentos para ter maior capacidade de operacionalização. Atualmente, a administração do programa pertence ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O PRONAF oferece aos agricultores a obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas à realidade da agricultura familiar; o aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; e para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito em até cinco anos (GUIMARÃES, 2015).

Em sua trajetória, o PRONAF foi implantado em todas as grandes regiões e Unidades Federativas (UFs), em diferentes níveis de intensidade, resultado das mudanças no desenho normativo no programa. Entre essas mudanças, merece destaque a estratificação do público potencial do crédito rural. Consoante às regras do Plano Safra 2007/2008, podem acessar os financiamentos do PRONAF as famílias de agricultores assentadas da Reforma Agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agropecuárias ou não agropecuárias no meio rural. Para tanto, eles precisam comprovar, mediante Declaração de Aptidão (DAP), que se enquadram na categoria - agricultura familiar. A DAP, no caso de assentamentos de Reforma Agrária, é fornecida pelo INCRA, em outros casos pode ser emitida pelos sindicatos de trabalhadores rurais ou pela EMATER (GUIMARÃES, 2015).

O PRONAF propicia o financiamento de atividade agrícolas com a finalidade de atender às dificuldades de acesso ao crédito do agricultor familiar e minimizá-las, melhorando sua condição de vida no campo e se transformando em um dos principais apoiadores dessa agricultura.

EXTENSÃO E PESQUISA EM ASSENTAMENTOS RURAIS – O PAPEL DA UNIVERSIDADE.

Em nossa visão, a indissociabilidade entre a Extensão, a Pesquisa e o Ensino, bem como a necessidade de execução integrada dessas atividades na formação universitária, e de profissionais comprometidos com as realidades da maior parte da população, exigem a interação sistemática e expressa entre Universidade e Sociedade Civil, por meio da atuação em situações sociais que demandam da divulgação do conhecimento para o desenvolvimento social e tecnológico.

Trata-se essencialmente, para a Universidade, de estar atenta ao contexto dos problemas sociais e à necessidade de persistir na elaboração de avaliações críticas acerca da realidade, num esforço para a superação de seus próprios problemas.

A questão da cidadania constitui recorte prioritário, sob esse aspecto, e demanda da Universidade um desempenho de papel efetivo no processo de transformação social.

Entende-se, nesse sentido, que o saber, produto do trabalho universitário, não está pronto e acabado, mas é premente a sua difusão. Ao contrário, a construção desse saber, sua definição e contornos, dependem da sensibilidade da Universidade para enxergar os problemas sociais, agindo no sentido de desdobrá-los não apenas a partir da produção do conhecimento em geral – que se acresce ao estoque do saber humano – mas, ao mesmo tempo, se constituam em resposta às lacunas que a sociedade brasileira, no plano de sua especificidade histórica, apresenta.

A Universidade nem sempre vem cumprindo tais funções e engajando-se nessa dinâmica, sendo digna de nota a pouca sistematização de seus programas e projetos relacionados à superação da desigualdade social. Estas lacunas são tanto mais graves quando se trata de Universidade Pública, cuja vida depende essencialmente de recursos e investimentos disponibilizados pela sociedade como um todo.

Cabe, desse modo, incentivar a atuação extensionista para, de modo especial, intensificar o relacionamento Universidade/Sociedade e possibilitar a produção de um conhecimento comprometido com as questões sociais, permitindo à Instituição de Ensino Superior, inserir-se no processo de construção da cidadania e, ao mesmo tempo, abrir perspectivas de constante processo de reflexão crítica da Universidade sobre si mesma.

A aproximação da Universidade às questões sociais representa, portanto, elemento instigador do dinamismo da instituição. Essa característica é potencializada, no que se refere à UFU – Universidade Federal de Uberlândia, pela presença, como ressaltamos acima, da instituição em diferentes espaços geográficos do Triângulo Mineiro, seja em Uberlândia (Campus Sede), seja em Ituiutaba (Campus do Pontal), na FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal).

As áreas de Assentamento de Trabalhadores Rurais no Pontal do Triângulo Mineiro foram definidas como prioridade para o projeto de atuação extensionista de diversos docentes da UFU, de maneira que integramos um grupo de pesquisadores que trabalham nesses espaços sociais.

A definição desse objeto de interesse tem fundamento na noção de que à ação acadêmica da Universidade brasileira, particularmente da Universidade Pública, cabe priorizar os segmentos sociais que vêm sendo histórica e sistematicamente excluídos de direitos e da consciência da cidadania.

Por outro lado, o recorte desse objeto se estabeleceu a partir do entendimento de que o reforço à cidadania plena, por parte da Universidade, demanda sua articulação a instituições, organismos e movimentos da sociedade civil e classe política, interessados em transformar o quadro de exclusão social vigente. Privilegiou-se, sob tal ângulo, o Assentamento de Trabalhadores Rurais não apenas enquanto proposta de política pública, mas também na condição de demanda e conquista de movimentos sociais organizados e de sindicatos de trabalhadores, que empunham a bandeira da democratização do acesso à terra no Brasil.

Tais definições e entendimentos articulam-se aos princípios gerais da atividade de extensão universitária, entre os quais menciona-se a necessidade de propiciar a formação individual e dos cidadãos, de priorizar ações junto a comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem potencializar sua organização política, de desenvolver ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e movimentos sociais.

Cabe destacar, nesse plano, a definição de que é necessário estimular, por meio da atuação extensionista, a identificação de oportunidades, demandas e necessidades/problemas comuns, objetivando processo de elaboração de solução de problemas coletivos e supondo-se a autonomia das comunidades, de maneira a não se caracterizar ações de cunho meramente assistencialista por parte da Universidade. O respeito aos valores culturais das comunidades atendidas constitui, nesse âmbito, esforço para garantir a legitimidade da proposta de atuação, e exigência de postura dialógica e não autoritária por parte da Instituição de Ensino Superior.

Nesse contexto, Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos do processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialógica entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada

realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local.

Essa postura se expressa, claramente, na definição de que, à proposta de atuação extensionista, cabe explorar e apropriar as vivências e experiências do cotidiano das comunidades, com o objetivo de compartilhar reflexões e práticas sociais em relação mútua de ensino-aprendizagem. Essa noção implica em admitir, no diálogo Universidade-Sociedade, a articulação entre saber popular e práticas sociais das comunidades, e saber acadêmico e prática social da vida universitária; além de supor, necessariamente, o envolvimento da própria comunidade nas propostas de atuação.

Na atualidade, a importância da Reforma Agrária tem se transferido da esfera dos conflitos, inerentes à luta pela terra (ocupações, acampamentos), dinâmicas retratadas por Fernandes (1998 e 2000), para a luta na terra (Gonçalves, 2004), que é a luta cotidiana das famílias assentadas para produzirem riquezas e se reproduzirem no campo.

Por sua vez, os assentamentos rurais são comunidades de agricultores que, na dinâmica da luta pela terra, conquistaram a condição de camponeses, e que vivenciam uma intensa transição de situação social, já que, gradativamente, construíram efetivamente uma comunidade rural e, individualmente ou coletivamente, conquistam elementos de cidadania, entre os quais: saúde, educação, produção, cultura, consumo.

Além disso, na luta na terra, um conjunto diverso de desafios resultam nos processos de produção de alimentos pelas famílias, que direcionam sua produção para o autosustento e para o mercado, estruturando a organização da produção e suas dinâmicas complementares, acessando financiamentos agrícolas em instituições bancárias, recebendo de técnicos da EMATER a orientação de investimentos e a extensão rural, acessando ou adaptando tecnologias às suas realidades, mas também fazendo as festas, discutindo coletivamente os problemas dos assentamentos em grupos e associações.

Diversos trabalhos, entre os quais Almeida (1996), Bergamasco (2003), Brenneisen (2000), FAO/INCRA (1998), FAO/INCRA (1996), Gonçalves (2004), Spadovek (2003), Graziano Neto (1996, 1991), retrataram as problemáticas revelando os dilemas, mas também os avanços e as conquistas dos assentamentos rurais em diversos lugares por todo o Brasil.

Em Ituiutaba, inexistiam documentos, projetos e pesquisas que retratassem a realidade dos assentamentos rurais, até porque pesquisadores ainda não se interessaram pelo tema na escala local. Porém, o projeto intitulado “PROEXT/2011 - Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política”, sob a coordenação da professora da UFU/Campus Ituiutaba, Soraia Veloso Cintra, desenvolveu atividades de extensão ao longo do ano de 2012, permitindo uma primeira aproximação entre as comunidades assentadas e a Universidade, via grupo de docentes e estudantes.

Esse projeto (PROEXT) foi o pontapé inicial para uma aproximação da Universidade com a comunidade e a percepção da necessidade de dinamizar ainda mais os laços pré- estabelecidos entre Universidade e Comunidades assentadas.

Reconhecemos em nossos projetos que a Reforma Agrária representa demanda por cidadania. E, em vista dos múltiplos problemas sabidamente existentes em áreas reformadas (assentamentos rurais), nos propusemos a levantar as situações problemas e articular projetos de intervenção que permeassem o desenvolvimento rural sustentável.

Logo, o projeto de pesquisa proposto e os projetos de extensão são complementares, dadas as primeiras percepções sobre situações problemas, elencadas a partir do Projeto PROEXT, mas que foram redimensionadas a partir dos levantamentos e da pesquisa participante.

Seguindo as contribuições de Demo (1984), a pesquisa participante envolve três momentos essenciais, a saber: 1 – O autodiagnóstico, que seria a confluência entre conhecimento científico e saber popular. Esse momento conduziria à cidadania e essa, por sua vez, estaria à serviço da autonomia; 2 – A estratégia de enfrentamento prático dos problemas encontrados seria o percurso entre a teoria e a prática. 3 – Por fim, o momento da necessidade de organização política, que consistira na definição da estratégia de enfrentamento do problema propriamente dito.

Ademais, procuramos inserir no dia a dia das comunidades a preocupação e o entendimento sobre as questões ambientais, bem como a discussão sobre desenvolvimento rural sustentável, referenciado nos entendimentos sobre a Agroecologia e suas potencialidades, tão bem retratadas por Caporal e Costabeber (2002, 2006), e a partir do trabalho entre levantamento das situações problema, diagnósticos, debates, cursos de formação e capacitação, forjar uma dinâmica de busca pela autonomia (FREIRE, 1996), que conduza a um conjunto de ações comunitárias que leve a superação dos problemas existentes, buscando a autonomia econômica, cultural e ambiental, conforme Carvalho (2002).

A seguir, descortinamos as principais ações e realizações empreendidas nos 2 anos de execução do projeto.

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

A metodologia do trabalho foi executada em 4 fases distintas e complementares, onde realizamos os seguintes passos:

1 - Extensão e Pesquisa – Estudo Prévio e Preparação

Nessa fase, realizamos estudos aprofundados de bibliografias que possibilitaram à equipe do projeto – formada por professor coordenador, professores colaboradores e alunos de graduação, bolsistas ou apoiadores – ter um dimensionamento da realidade geral do desenvolvimento rural, da reforma agrária e dos assentamentos, fazendo uma preparação geral dos passos necessários para a ida às comunidades e o desenvolvimento das fases e afazeres posteriores. Foi a fase onde o conhecimento acadêmico foi pensado para a formação de agentes de extensão e capacitação de futuros pesquisadores.

2 - Fase Alfa – Diagnóstico e imersão na realidade local

Um princípio básico da fase Alfa foi a realização da pesquisa científica com o envolvimento da comunidade, priorizando sempre a pesquisa participante, de maneira a se chegar a um diagnóstico da realidade das comunidades rurais estudadas.

Nessa fase, utilizaremos como princípio a técnica denominada DRP – Diagnóstico Rural Participativo, que nada mais é do que um método de estudo que tem como objetivo a avaliação da realidade de uma determinada comunidade, dos problemas e suas respectivas soluções, visando aumentar a participação e capacidade da população de atuar localmente.

O DRP possui bases flexíveis podendo ser adaptadas às características do projeto e a realidade local (VILLA, 2006). A realização do DRP utiliza uma metodologia participativa, que pressupõe ações mais democráticas, dialógicas e participativas, capazes de tornar claro como e em que momento a família pode auferir ganhos econômicos e sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

O contato direto com os produtores ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, versando sobre aspectos diversos das famílias (dados familiares em relação a sexo, idade, estado civil, condições de moradia, de renda, tamanho da propriedade rural, usos produtivos do solo, destino do lixo, problemas ambientais encontrados na unidade produtiva, produção de pequenos, médios e grandes animais, acesso a assistência técnica, educação, capacitação, bem como saúde no meio rural, acesso a água e preservação de nascentes, transporte particular e coletivo, mecanização, bens de consumo etc), bem como elementos simbólicos e da

percepção social de seus respectivos assentamentos (gostam de viver no campo? Quais as maiores dificuldades encontradas no meio rural? Qual o nível de organização e participação social para a superação dos problemas citados? Entre outras).

As entrevistas desempenharam um papel muito importante no DRP, pois permitiram o diagnóstico dos atores sociais e da realidade dos assentamentos, favorecendo o processo de autogerenciamento do planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006). As técnicas de entrevista semi-estruturada possuem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

Além disso, a interação entre os entrevistadores e o entrevistados favoreceram a obtenção de respostas que, reunidas em tabelas, gráficos, bem como cartogramas, representaram pois, o dimensionamento das questões econômicas, sociais, políticas, ambientais, bem como os problemas inerentes aos assentamentos rurais estudados. Com base nas informações coletadas a campo, foram produzidos Relatórios, cujo conteúdo foi repassado em reuniões coletivas, onde participaram as famílias assentadas. Ao saberem dos resultados da pesquisa, iniciamos a fase Beta.

3 - A Fase Beta - Socialização, Debate e Encaminhamentos Sociopolíticos

A fase Beta foi a fase de apresentação dos relatórios da fase Alfa, que continham o balanço das informações sobre as realidades das famílias dos assentamentos Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias). Portanto, esta fase tratou do conjunto de atividades de socialização, debate e encaminhamentos das informações coletadas via DRP.

Realizaram-se reuniões coletivas em cada assentamento, sendo convidadas todas as famílias, bem como suas lideranças, onde os membros da equipe do projeto apresentaram os resultados das pesquisas realizadas, socializando as informações com os presentes.

A partir da apresentação, foram abertos espaços de diálogo e debates sobre os pontos e resultados pesquisados, cujo conteúdo foi gravado e transcrito para compor o documento final.

Nosso interesse foi de permear a discussão coletiva, ampliando a capacidade de elaborar o diagnóstico das comunidades e de posse dessas informações, que as comunidades formalizassem, posteriormente, propostas de intervenção, cujo dimensionamento resultaram em documentos encaminhados aos órgãos públicos e instituições que tinham e tem responsabilidade e capacidade de atuação nos temas elencados, dentre os quais, INCRA, Emater, Prefeitura Municipal de Ituituba, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Brasil, entre outros.

Para que os documentos diagnósticos resultassem em ações efetivas de cobrança e busca por soluções, colaborando na dinâmica política dos assentamentos, propomos a criação de uma Comissão de Famílias Assentadas por assentamento, composta por 5 membros, sendo homens e mulheres, cuja responsabilidade, mediante o apoio da UFU, foi procurar entidades que tinham e tem compromissos ou responsabilidades sobre os assentamentos rurais em tela, fazendo as mesmas tomarem conhecimento dos problemas sociais elencados nas pesquisas, sendo cobrados para apresentarem soluções para estes problemas.

Queremos destacar que as fases Alfa e Beta foram complementares, sendo realizadas sequencialmente, assentamento por assentamento durante os últimos 24 meses.

Porém, o trabalho não se esgotou na pesquisa. Como havia a necessidade de pensar a questão da extensão, iniciamos posteriormente, uma série de ações de extensão cuja dinâmica era pensar a formação, a capacitação, a busca pela sustentabilidade e a geração de renda. Tais ações foram tipificadas como fase Ômega.

4 - A Fase Ômega: formação, capacitação, sustentabilidade e renda

A fase Ômega foi pensada de maneira transversal, pois as atividades projetadas envolveram diversas dimensões da realidade das comunidades rurais, no sentido de fomentar a extensão universitária.

Partindo de um conhecimento prévio das comunidades em questão, baseado no trabalho desenvolvido em 2012, realizamos um conjunto de atividades de extensão que possibilitaram às famílias assentadas o acesso à formação político-cultural, a capacitação visando o aumento da produtividade nos sistemas agropecuários existentes, a busca pela sustentabilidade nos sistemas produtivos, bem como a geração de emprego e renda no meio rural, como elementos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável.

Partindo dos pressupostos acima, a fase Ômega contemplou o desenvolvimento de Oficinas e Cursos. Os cursos (quadro 01) foram o conjunto de atividades de 16 a 24 horas de duração, com a finalidade de proporcionar a capacitação e aprimoramento nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, sobretudo as mulheres assentadas, visando a geração de renda.

Esses cursos tiveram ampla procura, de maneira que após a realização de atividades com algumas mulheres assentadas, outras se interessaram e foram necessários abrir novas turmas e refazer o processo, desta vez, utilizando as próprias assentadas formadas como monitoras extensionistas.

Através dos cursos, procuramos fortalecer e ampliar os conhecimentos das famílias assentadas em torno de processos e tecnologias de

transformação da sua produção, na perspectiva da alimentação familiar e da venda ao mercado consumidor com algum valor agregado.

Cada curso foi monitorado por profissional especialmente convidado ou contratado pelo projeto, o número de participantes variou de 15 a 20 assentadas, e para conseguirmos o maior número de participantes entre todas as famílias assentadas, houve a oferta de dois cursos e a participação de mulheres dos diversos assentamentos ituiutabanos (Figura 01).

Quadro 1 – Cursos da Fase Ômega.

Curso	Temática	N. de Cursos	Ementa
Processamento de Derivados do Leite	Industria Rural	2 cursos	Processamento dos queijos e iogurtes a partir do leite produzido pelos assentados, com a intenção de agregar valor à produção.
Processamento de Frutas na forma de Doces e Geleias	Industria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas de pomares e frutos dos cerrados, visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado
Artesanato	Industria Rural	2 cursos	Técnica de qualificação da mão de obra rural para a produção de artesanato
Picles e Conservas	Industria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas das hortas visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado
Bolos, Pães e Doces	Industria Rural	2 cursos	Processamento de trigo voltado à produção de pães, bolos e doces para a venda no mercado

Fonte: Relatório Fapemig, 2015.

Por sua vez, as Oficinas (quadro 02) foram atividades coletivas com duração de 2 a 8 horas, com caráter coletivo (reunião de pessoas com o mesmo interesse), informativo (que conduza a uma percepção de situações-problemas), capacitivo (que conduza a conhecimentos que permitam a solução das situações problemas elencadas) e sócio-cultural (que leve ao campo o conhecimento e a prática das atividades culturais e lúdicas, em que pese a arte, a música, a dança, entre outros). Nota-se a preocupação com o conhecimento da legislação, a intervenção ambiental, o conhecimento técnico e tecnológico, o lazer e a renda.



Figura 01: Curso de Picles e Conservas (esquerda) e curso de Bolos, Pães e Doces (direita), 2014.

Quadro 2 – Oficinas da Fase Ômega.

Nº Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 1	Recuperação de Áreas Degradadas de APP	Ambiental	Reconhecimento e levantamentos da situação de leitos de rios e das áreas destinadas à preservação permanente em cada assentamento, debatendo iniciativas para contornar os problemas e recuperar mananciais e florestas
Oficina 2	Legislação Ambiental	Ambiental	Acesso às informações legais sobre uso do solo, corte de madeira, uso das águas de mananciais e poços, direitos e responsabilidades dos proprietários rurais sobre o meio ambiente, destinação de resíduos sólidos e defensivos
Oficina 3	Agroecologia	Ambiental	Técnicas e práticas sustentáveis da produção agropecuária
Oficina 4	Solos	Ambiental	Preservação e cuidados com os solos agrícolas, visando aumento da produtividade e boas práticas de manejo
Oficina 5	Pastagem com floresta	Ambiental	Produção de pastagem com a incorporação de linhas de eucaliptos, gerando sombreamento e garantindo a produção de madeira e lenha

N° Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 6	Viveiro de mudas	Ambiental	Viveiro de mudas comunitário – gerenciamento e produção sustentável
Oficina 7	Ação do Estado no Meio Rural	Políticas Públicas	Programa de Aquisição de Alimentos (mercado Institucional ou PAA), ação do INCRA no meio rural, Programa Minha Casa Minha Vida no meio rural
Oficina 8	Regularização de Lotes e Regularização Financeira	Políticas Públicas	Capacitar os agricultores que adquiriram lotes de reforma agrária para sua efetiva regularização de posses, bem como fomentar no meio rural as possibilidades de solução do problema de dívidas bancárias ou o acesso a linhas de crédito via projetos de fomento como o Pronaf.
Oficina 9	Bovinocultura Leiteira	Produção Rural	Disseminação de técnicas ligadas ao gerenciamento da atividade rural, controle de pragas e doenças, produtividade de pastagens e capineiras, produção de silagem, homeopatia, organização coletiva via associativismo.
Oficina 10	Teatro Rural	Cultura	Oficinas de Teatro
Oficina 11	Cine Campo	Cultura	Apresentação de filmes, documentários e vídeo-cursos no meio rural
Oficina 12	Ação Social	Direito agrário	Discussão sobre sindicalização e direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais
Oficina 13	Psicologia Social	Psicologia	Oficina de psicologia social, visando a interação e o desenvolvimento coletivo comunitário
Oficina 14	Movimentos Sociais Rurais	Organização Social	Oficina de sobre a importância da organização social e dos movimentos sociais para o desenvolvimento rural

Fonte: Relatório FAPEMIG, 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas de assentamento rurais contemplam uma miríade de situações problemas que necessitam de uma pesquisa qualitativa para serem elencadas. Porém, tal diagnóstico não faz sentido sem o envolvimento comunitário e a conjugação de esforços de instituições e organizações parceiras para a superação dos problemas.

A Universidade, por meio de seus agentes extensionistas, pode contribuir como articuladora da pesquisa e da extensão, bem como da capacitação das famílias rurais assentadas, valorizando não só a geração de renda, como também o conhecimento de diversas facetas da realidade, como a cultura, a ecologia, a preservação ambiental, enfim.

Gostaríamos de agradecer à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pela concessão de duas bolsas e dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, e agradecer às famílias assentadas que muito tem contribuído para o sucesso do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Bibliográficas.

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda. São Paulo, Terceira Margem, 2003.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.
- BIANCHINI, V. O Universo da Agricultura Familiar e Sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- CARVALHO, Horácio Martins. Comunidade de resistência e de superação. Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2006.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p.15-50.
- DEMO, Pedro. Pesquisa participantes: mito e realidade. Rio de Janeiro, SENAC/DN, 1984.
- FAO/INCR. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/ BRA, agosto de 1996.
- FAO/INCR. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Projeto BR87/022 - FAO/PNUD/MARA, 1992.
- FAO/INCR. Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil. Brasília, 1998.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In Boletim Paulista de Geografia, n° 85, p. 83-129. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, 1998.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Petrópolis: Paz e Terra, 2001. p.152.
- GONÇALVES, Sérgio. O MST em Quêrência do Norte/PR: da luta pela terra à luta na terra. Hucitec, Presidente Prudente, 2004.
- GRAZIANO NETO, Francisco. A verdade da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GUIMARAES, Alessandra Rodrigues. A produção de abacaxi: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG). Catalão, 2015.
- SABOURIN, Elói Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.
- SPADOVEK, Gerd. A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.
- VENNCIO, Marcelo. Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- VERDEJO, M.E. Diagnóstico rural participativo – Guia Prático DRP. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.
- VILLA, E.B. Diagnóstico participativo e enquadramento de agricultores familiares ao “PRONAF” Florestal, em duas Regiões da Mata Atlântica, no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.



La formación de la Agricultura Familiar en los asentamientos rurales de Ituiutaba - MG y la acción extensionista de la Universidade Federal de Uberlândia en alianza con la FAPEMIG

The formation of Family Agriculture in the rural settlements of Ituiutaba - MG and the extension action of the Federal University of Uberlândia in partnership with FAPEMIG

Sérgio Gonçalves
Prof. Dr. de la Universidad Federal de Uberlândia
geographise@ufu.br

RESUMEN

Desde la década del 1990 los movimientos de lucha por tierra vienen luchando por la conquista de asentamientos para sus integrantes en la región del Triângulo Mineiro en Minas Gerais. Los asentamientos rurales de Ituiutaba son resultados de este proceso, significando no sólo la territorialización de la lucha, sino también la reconstrucción de la agricultura familiar en los proyectos de asentamiento. Participantes de esta realidad la Universidade Federal de Uberlândia en el campus de Ituiutaba, con apoyo de la FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), desarrolló el proyecto "Extensão Universitária e Pesquisa Participante", en la estructuración del proceso de desarrollo rural sustentable de los asentamientos rurales de Ituiutaba/MG. En este sentido el presente trabajo contempla el entendimiento relativo a la investigación y a la extensión universitaria en áreas de Reforma Agrária, el desarrollo de acciones de investigación participante por vía del Diagnóstico Rápido Participativo, acciones de inmersión en la realidad, enfrentamiento de ideas, participación social y formación colectiva visando el desarrollo rural por medio de la relación Universidad/Comunidad asentada a través de interacción entre representantes de la Universidad y comunidades asentadas, y el desarrollo de distintas actividades (cursos, conferencias, talleres, debates), visando el desarrollo rural.

Palabras-clave: Investigación y Extensión; Asentamientos Rurales; Desarrollo rural sustentable

ABSTRACT

Since the 1990s, the movements for land has been fighting for the conquest of settlements in the Triangulo Mineiro region of Minas Gerais. Rural settlements in Ituiutaba are the result of this process, meaning not only the territorialization of the struggle, but also the reconstruction of family agriculture in settlement projects. Participating in this reality, the Federal University of Uberlândia, on the campus of Ituiutaba, with the support of FAPEMIG (Foundation for Research Support of the State of Minas Gerais), developed the project "University Extension and Participating Research" in structuring the sustainable rural development process of the settlements of Ituiutaba / MG. In this sense, the present work contemplates the understanding regarding research and university extension in areas of Agrarian Reform, the development of participatory research actions through Rapid Participatory Diagnosis, actions of immersion in reality, confrontation of ideas, social participation and formation and the development of different activities (courses, lectures, workshops, debates), with a view to rural development.

Keywords: Agronomic Science; Crisis; Professional Qualification; Student Movement

LOS MOVIMIENTOS DE LUCHA POR LA TIERRA Y LA FORMACIÓN DE LOS ASENTAMIENTOS RURALES DE ITUIUTABA

Los asentamientos rurales son expresiones de conquistas en los contextos históricos de los movimientos socioterritoriales en el campo. Esas expresiones son discutidas y construidas desde las ocupaciones de tierras hasta los campamentos. La lucha por la Reforma Agrária no termina con la conquista de los asentamientos que en la verdad son el inicio de nuevas jornadas en curso en el proceso de democratización de la tierra y de los otros medios de vivir en ella. Los asentamientos representan la continuidad de la lucha por el territorio, en la difícil tarea de reconstrucción de la agricultura familiar.

Los asentamientos rurales de Ituiutaba son territorios conquistados en el dinámico proceso de espacialización y consolidación de la lucha de los movimientos socioterritoriales del campo que actuaron fuertemente en el Triangulo Mineiro por las décadas del 1990 y el 2000. En Ituiutaba las luchas emprendidas por los sin tierra resultaron en la conquista de cuatro asentamientos rurales, a saber Chico Mendes (49 familias), Divisa (27 familias) y Engenho da Serra (60 familias).

El proceso de espacialización e implantación de los asentamientos ituiutabanos se inició en un municipio vecino, Santa Vitória (MG), en el lejano año del 1997, cuando aproximadamente 205 (doscientos y cinco) familias ocuparon la fazenda Gilbram, bajo articulaciones del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) apoyados por la Comissão Pastoral da Terra (CPT) y por la Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Las familias acampadas en la fazenda Gilbram fueron desalojadas mediante el orden judicial obtenida por el granjero. Como manera de insistir en la lucha por la tierra ocuparon otras haciendas en la región. Esa situación conflictiva llamó la atención de las autoridades, sobretudo por la amenaza de sicarios y la inminencia de muertes en el campo en el Triangulo Mineiro. Así las autoridades invitaron los liderazgos de los sin tierra para reuniones en el INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Belo Horizonte, en el 1997.

De esas reuniones y de la activa acción del Governo Federal vía INCRA, ocurrió la desapropiación de la Fazenda Gilbram en Santa Vitória. Por lo tanto, como era una hacienda pequeña en términos de área, ocurrió el asentamiento de sólo 27 (veinte y siete) de las 205 (doscientos y cinco) familias allí acampadas.

Como el problema no fue resuelto en Santa Vitória y estudiando la realidad agraria de haciendas en la región, mediante informaciones obtenidas en el INCRA las demás familias acampadas siguieron para el municipio de Ituiutaba (MG). Bajo la articulación del MST y apoyados por la

Iglesia Católica, ocuparon las haciendas Vargem Grande, Divisa, Chalon, Engenho da Serra y Terra Rica, todas en el día 05 de julio del 1999. Estas haciendas, con aproximadamente 350 (trescientos y cincuenta) alqueires de tierra, se encontraban improductivas y estaban en proceso adelantado de desapropiación, según relatos de uno de los líderes del movimiento en el periodo de la ocupación.

El proceso de ocupación de las haciendas en el municipio de Ituiubata (MG) ocurrió de una forma pacífica, no hubo conflicto directo con los latifundarios, puesto que las tierras estaban en negociación entre granjeros y el INCRA desde el 1996.

Los sin tierra acamparon en las haciendas aún en el 1997 y el asentamiento en los proyectos de asentamiento Chico Mendes (49 familias), Divisa (27 familias) y Engenho de Serra (60 familias) ocurrió en el 2000, año en que se efectuó la desapropiación y la creación de los referidos asentamientos.

En el día 07 de enero del 2001 durante una reunión entre los asentados y los liderazgos del MST, fueron definidos los regimientos de la organización social interna de los asentamientos, mediante la formación de asociación de productores, bien como la dinámica de sorteo de los solares, definida de la siguiente forma: en cada asentamiento las familias serían divididas en grupos con el mínimo de 06 (seis) y el máximo de 15 (quince) familias. Después de definidos los grupos pasarían por un sorteo con el objetivo de definir el solar perteneciente a cada familia, las cuáles deberían mudarse del lugar donde vivían en las tierras ocupadas para sus respectivos solares en 90 (noventa) días después de la fecha de sorteo, que ocurrió en el día 10 de marzo del 2001.

Después del sorteo de los solares las familias recibían una canasta de alimentos por familia del INCRA a cada 90 (noventa) días para garantizar su alimentación. Como las familias eran compuestas por 04 (cuatro) personas en media, ellas tuvieron dificultad de acceso al alimento, de esta forma los líderes del asentamiento seleccionaron grupos de personas que estaban encargados por adquirir los alimentos. Muchas donaciones fueron cedidas por la iglesia católica y por las escuelas del municipio de Ituiubata, demostrando apoyo de la población para con los acampados.

Relativo a los relatos de los asentados, las familias encontraban resistencia del comercio local para la compra de alimentos y no recibían cualquier apoyo de los latifundarios, por el contrario, eran ignorados cuando estaban en la estrada en búsqueda de alguien que les podían llevar en un vehículo hasta la ciudad.

En el fin del año del 2001 las familias asentadas recibieron subsidio (credito habitación) fornecidos por el INCRA. El valor de R\$ 2.500 (dos mil y quinientos reales) en parcela única estaría dispuesto a la construcción de la casa, este subsidio debería ser restituido después de tres años de carencia. Además de eso, iban a recibir el fomento en el valor de R\$ 1.400 (mil y cuatrocientos reales) en parcela única, destinado a la compra de ali-

mentos y herramientas de trabajo. En el mismo año las familias fueron beneficiadas por el PRONAF A, formado por beneficiarios de los programas de Reforma Agraria y Crédito Fundiario, los cuáles pueden recibir recursos para invertir, menor tasa de juros y mayor nivel de subsidio.

Así, tal inyección de recursos dió el arranque inicial al proceso de pasaje de la condición de acampados para la condición de productores rurales que estructuraron sus solares construyendo casas, cercas, pozos, arando las tierras, cultivando las cosechas, comprando ganado lechero e iniciando diversos sistemas productivos, entre los cuáles ganadería de leche, fruticultura, creación de pequeños animales (cerdos y aves), además del plantío de hortalizas, de manera que poco a poco se insertaron en el mercado local regional como productores rurales.

El proceso de territorialización de los sin tierra en los asentamientos rurales ituiutabanos representó una nueva etapa en la vida de los agricultores asentados pues entonces iban a poder tener su “pedazo” de tierra para cultivar y residir. Pese a las dificultades enfrentadas durante el proceso, como la vivienda en casas de lona, el prejuicio y dificultad financiera, el hecho de tener acceso a la tierra conquistada con lucha hizo con que los agricultores asentados siguieran buscando maneras de vivir de la tierra y del asentamiento prosperar.

Vale resaltar la relevancia del papel del INCRA como órgano de asistencia a la gente del asentamiento, del PRONAF como condicionante de subsidios que propician el desarrollo de asentamientos. Sin ambos las condiciones de vivienda y cultivo podrían agravarse.

ASENTAMIENTO RURAL COMO LOCUS DE REPRODUCCIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR

La agricultura familiar con aplicación en los medios académicos, en las políticas del gobierno y en los movimientos sociales, adquiere significaciones. Al buscar en la literatura las contribuciones para la delimitación conceptual de la agricultura familiar se encuentran diversas vertientes, entre las cuales se destacan dos: una, idea modernizada, considera la agricultura familiar generada por las transformaciones provenientes del capitalismo y otra que defiende el concepto de agricultura familiar, vertiente en evolución, poseyendo relaciones con la agricultura campesina. La definición de agricultura familiar adoptada en esta sección reúne las concepciones de Januário (2013), Abramovay (1992) y Mendes (2005).

En relación a los abordajes conceptuales de la agricultura familiar, Januário (2013) afirma que son agricultores familiares aquellos que practican actividad del medio rural atendiendo a los siguientes requisitos: a)

no detenga a cualquier título, área mayor que cuatro módulos fiscales; b) utilice predominantemente mano de obra familiar en las actividades económicas desarrolladas en su establecimiento o emprendimiento; c) tenga renda familiar en su mayor parte, originaria de las actividades económicas vinculadas al propio establecimiento o emprendimiento y d) dirija su establecimiento o emprendimiento con su familia.

De acuerdo con ese abordaje se apunta el estudio realizado en el 1994 por la Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO) y el INCRA, que definen la agricultura familiar con base en tres características: i) la gerencia de la propiedad rural es hecha por la familia; ii) el trabajo es desarrollado en su mayor parte por la familia y iii) los factores de producción pertenecen a la familia (excepción a veces a la posesión de tierra) y son pasibles de sucesión en caso de fallecimiento o jubilamiento de los gerentes.

Bianchini (2005) dividió los agricultores familiares en 4 tipologías de acuerdo con la renta, así representados: tipo A – agricultores agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares en proceso de capitalización; tipo C – agricultores familiares en niveles de reproducción mínima y tipo D – agricultores familiares debajo de la línea de pobreza.

La división por tipología de agricultores familiares es un referencial importante para la implementación de políticas públicas distintas de acceso al crédito a cada categoría. La metodología del estudio utilizó como principal criterio de encaje en los distintos tipos la relación de renta total y salario con base en el valor del costo de oportunidad. El valor del costo de oportunidad fue basado en el valor de la diaria media estadual en la agricultura, acrecida del 20% y multiplicándose por el número de días útiles.

Las clasificaciones mencionadas constituyen sólo una muestra del gran universo de tipologías y clasificaciones propuestas para Brasil. Esas clasificaciones apuntan para la diversidad de situaciones en la agricultura familiar, desde el productor tecnificado e integrado a los mercados hasta la producción de subsistencia y complementación con trabajo asalariado fuera de la propiedad. Los criterios más frecuentemente utilizados para diferenciar los tipos están relacionados con: tipos de tecnología empleada, orientación para subsistencia/mercado, tamaño de la propiedad y grado de capitalización. Por eso cuando se habla de agricultura familiar se refiere a un universo diversificado.

Datos presentados por el INCRA (1996) y el Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) revelaron que aproximadamente el 85% del total de propiedades rurales del país pertenecen a grupos familiares. Cerca del 60% de los alimentos consumidos por la población brasileña son oriundos de la agricultura familiar. Aún conforme el INCRA (1995), 40% del Valor Bruto da Produção Agropecuária son producidos por agricultores familiares, así como cerca del 70% de los frijoles consumidos por el país, 84% de la yuca, 5,8% de la producción de cerdos, 54% de la

bovinocultura de leche, 49% del maíz y 40% de aves y huevos (VEN NCIO, 2008).

Los datos presentados por la FAO/INCRA evidenciaron la contribución de la agricultura familiar en el escenario agrícola brasileño, explicando el potencial que ese segmento detiene para la generación de empleo y renta en el campo. Todavía, debido a las condiciones vulnerables en que se encuentra, necesita de una política especial vuelta para ese segmento de la agricultura.

Para la FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) el concepto de agricultura familiar es definido a partir de las siguientes características: a) la gestión de la unidad productiva y las inversiones por ella realizados son hechos por individuos que mantienen entre ellos lazos de sangre o de casamiento; b) la mayor parte del trabajo es igualmente fornecida por los miembros de la familia; c) la propiedad de los medios de producción (aunque no siempre de la tierra) pertenece a la familia y es en su interior que se realiza su transmisión en caso de fallecimiento o de jubilación de los responsables por la unidad productiva (FAO/INCRA, 1996).

La agricultura familiar es diferenciada en lo que se refiere a la dimensión económica de la familia. En el estudio del 1996, la FAO clasificó en tres grupos de acuerdo con la renta adquirida por ellos:

1) Existe un sector de Agricultura Familiar en los moldes del family farm americanos del orden de 1.150.000 productores (Grupo A) distribuido en las diversas regiones del país, pero más concentrado en el Sur. Este sector genera una renta monetaria media de 57,1 salarios mínimos y posee un área media de 32,1 hectáreas.

2) Existe también un sector de transición, del orden de 1.020.000 establecimientos (con área media de 16,1 hectáreas), que no si no recibieren apoyo inmediato de las políticas agrarias y agrícolas pueden transformarse en un grupo periférico.

3) El segmento de los periféricos agrupa 2.168.000 unidades (con área media de 13,7 hectáreas), de las cuales 1.155.603 están localizadas en el Nordeste (...). En la medida en que su integración en los mercados es mínima (casi cero de renta monetaria, este sector debe ser alvo prioritario de políticas agrarias visando la reestructuración de sus sistemas productivos y de políticas sociales. (FAO/INCRA, 1996).

Fruto de la presión popular para la distribución de tierras en el país los asentamientos rurales dan un perfil nuevo al campo brasileño pues significan la reconstrucción de la agricultura familiar por el desmembramiento de las grandes haciendas en pequeños establecimientos rurales, creando un nuevo patamar de desarrollo económico y social en el medio rural.

El esfuerzo para incorporar esos productores asentados a las economías regionales topa no sólo en lo necesario estímulo a esos proyectos, como también en la mejoría generalizada de las condiciones socioeconómicas de la agricultura familiar tradicional (entendiéndose como aquella ya instalada hace tiempo). Luego una dimensión importante del desarrollo en los asentamientos rurales son las políticas públicas ejecutadas por el Estado, sobretudo la política de financiamiento rural vía PRONAF y los programas de extensión ejecutadas por las Universidades.

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS VUELTAS A LA AGRICULTURA FAMILIAR Y EL DESARROLLO EN LOS ASENTAMIENTOS RURALES

Cuando el poder público implementa la política federal vuelta para este segmento - el Programa de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (PRONAF) - o cuando se crea la Lei 11.326/2006 - la primera a fijar directrices para el sector - la opción adoptada para delimitar el público se queda a cargo del uso funcional del concepto, centrado en la caracterización general de un grupo social.

Las políticas vueltas para este segmento son presentadas en esta sección con énfasis en el Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), bajo las perspectivas de Guimarães (2015) y Sabourin (2007).

El marco histórico de la inserción de la agricultura familiar en las políticas de desarrollo rural en Brasil fue la creación del Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), en el año del 1996. A principio el PRONAF se encargó del gobierno del Ministério da Agricultura pero desde su surgimiento pasó por diversas alteraciones y perfeccionamientos para tener más capacidad operacional. Actualmente la administración del programa pertenece al Ministério do Desenvolvimento Agrário.

El PRONAF ofrece a los agricultores la obtención de financiamiento de costeo e invertimiento con encargos y condiciones adecuadas a la realidad de la agricultura familiar; el aumento de renta mediante mejora de productividad, del uso racional de la tierra y de la propiedad; y para los productores que honren sus compromisos es garantizado los recursos para la sagra siguiente, con renovación del crédito en hasta cinco años (GUIMARÃES, 2015).

En su trayectoria el PRONAF fue implantado en todas las grandes regiones y Unidades Federativas (UFs) en diferentes niveles de intensidad, resultado de los cambios en el dibujo normativo en el programa. Entre esos cambios la estratificación del público potencial del crédito rural merece destaque. Por las reglas del Plano Safra 2007/2008 pueden acceder los financiamientos del PRONAF las familias de agricultores asentadas de la Reforma Agrária y del crédito fundiário, extractivistas, pescadores artesanales, remanescientes de comunidades quilombolas y pueblos indígenas que practican actividades productivas agropecuarias o no agropecuarias en el medio rural. Para tanto ellos necesitan comprobar mediante Declaração de Aptidão (DAP) que se encajan en la categoría - agricultura familiar. La DAP en el caso de asentamientos de Reforma Agrária es fornecida por el INCRA, en otros casos puede ser emitida por los sindicatos de trabajadores rurales o por la EMATER (GUIMARÃES, 2015).

El PRONAF propicia el financiamiento de actividades agrícolas con la finalidad de atender a las dificultades de acceso al crédito del agricultor familiar y minimizarlas, mejorando así su condición de vida en el campo y se transformando en uno de los principales apoyadores de esa agricultura.

EXTENSIÓN E INVESTIGACIÓN EN ASENTAMIENTOS RURALES – EL PAPEL DE LA UNIVERSIDAD

En nuestra mirada la indisociabilidad entre Extensión, la Investigación y la Enseñanza, bien como la necesidad de la ejecución integrada de esas actividades en la formación universitaria, y de profesionales comprometidos con las realidades de la mayor parte de la población exigen la interacción sistemática y expresa entre Universidad y Sociedad Civil por medio de la actuación en situaciones sociales que demandan de la divulgación del conocimiento para el desarrollo social y tecnológico.

Se trata esencialmente, para la Universidad, de estar atenta al contexto de los problemas sociales y a la necesidad de persistir en la elaboración de evaluaciones críticas acerca de la realidad en un esfuerzo para la superación de sus propios problemas.

La cuestión de la ciudadanía constituí recorte prioritario bajo este aspecto y demanda de la Universidad en un rendimiento de papel efectivo en el proceso de transformación social.

Se entiende en este sentido que el saber, producto del trabajo universitario, no está listo y acabado, pero es premente a su difusión. Al contrario, la construcción de este saber, su definición y contornos dependen de la sensibilidad de la Universidad para ver los problemas sociales, actuando en el sentido de desdobrar no sólo a partir de la renovación del conocimiento en general – que se acrece al estoque del saber humano – pero a la vez se constituyan en respuesta a las lagunas que la sociedad brasileña en el plan de su especificidad histórica presenta.

La Universidad no siempre viene cumpliendo tales funciones y comprometiéndose en esta dinámica, siendo digna de nota a poca sistematización de sus programas y proyectos relacionados a la superación de la desigualdad social. Estas lagunas son tanto más graves cuando tratase de una Universidad Pública, cuya vida depende esencialmente de recursos y inversiones disponibilizados por la sociedad como un todo.

Cabe de este modo incentivar la actuación extensionista para de modo especial intensificar el relacionamiento Universidad/Sociedad y posibilitar la producción de un conocimiento comprometido con las cuestiones sociales, permitiendo a la Institución de Enseñanza Superior insertarse en el proceso de construcción de la ciudadanía y a la vez abrir perspectivas

de constante proceso de reflexión crítica de la Universidad sobre ella misma.

La aproximación de la Universidad a las cuestiones sociales representa por lo tanto un elemento instigador del dinamismo de la institución. Esa característica es potencializada en lo que se refiere a la UFU – Universidade Federal de Uberlândia, por la presencia como señalamos arriba, de la institución en diversos espacios geográficos del Triângulo Mineiro, sea en Uberlândia (Campus Sede), sea en Ituiutaba (Campus do Pontal) en la FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal).

Los áreas de Assentamento de Trabalhadores Rurais en el Pontal do Triângulo Mineiro fueron definidas como prioridad para el proyecto de actuación extensionista de diversos docentes de la UFU, de manera que integramos un grupo de investigadores que trabajan en esos espacios sociales.

La definición de este objeto de interés tiene fundamento en la noción de que a la acción académica de la Universidad brasileña particularmente de la Universidad Pública cabe priorizar los segmentos sociales que vienen siendo histórica y sistemáticamente excluidos de los derechos y de la conciencia de la ciudadanía.

Por otro lado el recorte de este objeto se estableció a partir del entendimiento de que el refuerzo a la ciudadanía plena, por parte de la Universidad, demanda su articulación a instituciones, organismos y movimientos de la sociedad civil y clase pública, interesados en transformar el cuadro de exclusión social vigente. Se privilegió bajo tal ángulo el Assentamento de Trabalhadores Rurais no sólo como propuesta de política pública, sino también en la condición de demanda y conquista de movimientos sociales organizados y de sindicatos de trabajadores que empuñan la bandera de la democratización del acceso a la tierra en Brasil.

Tales definiciones y entendimientos se articulan a los principios generales de la actividad de extensión universitaria, entre los cuáles se mencionan la necesidad de propiciar la formación individual y de los ciudadanos, de priorizar acciones junto a comunidades de poco poder adquisitivo y que requieren potencializar su organización política, de desarrollar acciones en alianza con liderazgos e instituciones de las comunidades y movimientos sociales.

Cabe destacar en este plan la definición de que es necesario estimular por medio de la acción extensionista la identificación de oportunidades, demandas y necesidades/problemas comunes, objetivando proceso de elaboración de solución de problemas colectivos y suponiendo la autonomía de las comunidades de manera a no caracterizarse las acciones de cuño meramente asistencialista por parte de la Universidad. El respeto a los valores culturales de las comunidades atendidas constituye en este ámbito un esfuerzo para garantizar la legitimidad de propuesta de actuación y exigencia de postura dialógica y no autoritaria por parte de la Institución de Enseñanza Superior.

En este contexto Paulo Freire (1983) se destaca como uno de los primeros críticos del proceso educacional y de la extensión convencional, pues propuso el establecimiento de una relación dialógica entre el agricultor y el extensionista para la construcción de conocimientos apropiados a cada realidad, además de cambios de saberes como una forma de (re)valorización de la cultural local.

Esta postura se expresa claramente en la definición de que cabe explorar y apropiarse las vivencias y experiencias del cotidiano de las comunidades a la propuesta de actuación extensionista, con el objetivo de compartir reflexiones y prácticas sociales en relación mutua de enseñanza-aprendizaje. Esa noción implica en admitir en el diálogo Universidad-Sociedad, la articulación entre saber popular y prácticas sociales de las comunidades, y saber académico y práctica social de la vida universitaria; además de suponer necesariamente el involucramiento de la propia comunidad en las propuestas de actuación.

En la actualidad la importancia de la Reforma Agraria viene siendo transferido de la esfera de los conflictos, inherentes a la lucha por la tierra (ocupaciones, campamentos), dinámicas retratadas por Fernandes (1998 y 2000), para la lucha en la tierra (Gonçalves, 2004) que es la lucha cotidiana de las familias asentadas para producir riquezas y reproducirse en el campo.

Por su vez los asentamientos rurales son comunidades de agricultores que en la dinámica de la lucha por la tierra conquistaron la condición de campesinos, y que vivenciaron una intensa transición de situación social, ya que gradativamente construyeron efectivamente una comunidad rural e individualmente o colectivamente, conquistan elementos de ciudadanía entre los cuáles: salud, educación, producción, cultura, consumo.

Además de eso, en la lucha en la tierra un conjunto diverso de desafíos resuelta en los procesos de producción de alimentos por las familias que direccionan su producción para el autosustento y para el mercado, estructurando la organización de la producción y sus dinámicas complementares accediendo financiamientos agrícolas en instituciones bancarias, accediendo o adaptando tecnologías a sus realidades, pero también haciendo las fiestas, debatiendo colectivamente los problemas de los asentamientos en grupos y asociaciones.

Diversos trabajos, entre los cuáles Almeida (1996), Bergamasco (2003), Brenneisen (2000), FAO/INCRA (1998), FAO/INCRA (1996), Gonçalves (2004), Spadovek (2003), Graziano Neto (1996, 1991), retratan las problemáticas revelando los dilemas, pero igual los avances y las conquistas de los asentamientos rurales en diversos lugares por todo Brasil.

En Ituiutaba no existían documentos, proyectos e investigaciones que retratan la realidad de asentamientos rurales, hasta porque investigadores aún no se interesan por el tema en la escala local. Pero el proyecto nombrado "PROEXT/2011 - Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação polí-

Soraia Veloso Cintra, desarrolló actividades de extensión a lo largo del año del 2012, permitiendo una primera aproximación entre las comunidades asentadas y la Universidad, vía grupo de docentes y estudiantes.

Este proyecto (PROEXT) fue el puntapié inicial para una aproximación de la Universidad con la comunidad y la percepción de la necesidad de dinamizar aún más los lazos pre-establecidos entre Universidad y Comunidad asentadas.

Reconocemos en nuestros proyectos que la Reforma Agrária re-trata demanda por ciudadanía. Y en vista de los múltiples problemas sabidamente existentes en áreas reformadas (asentamientos rurales), nosotros nos propusimos a apuntar las situaciones problemas y articular proyectos de intervención que penetrasen el desarrollo rural sustentable.

Luego el proyecto de investigación y los proyectos de extensión son complementares dadas las primeras percepciones sobre las situaciones problemas, enumeradas a partir del Projeto PROEXT, pero que fueron redimensionadas a partir de los levantamientos y de la investigación participante.

Siguiendo las contribuciones de Demo (1984), la investigación participante envuelve tres momentos esenciales, a saber: 1 – *El autodiagnóstico, que sería la confluencia entre conocimiento científico y saber popular. Ese momento conduciría a la ciudadanía y esa, por su vez, estaría a servicio de la autonomía;* 2 – *La estrategia de enfrentamiento práctico de los problemas encontrados sería el percurso entre la teoría y la práctica.* 3 – *Por fin el momento de la necesidad de organización política que va a consistir en la definición de la estrategia de enfrentamiento del problema propiamente dicho.*

Además procuramos insertar en el día a día de las comunidades la preocupación y el entendimiento sobre las cuestiones ambientales, bien como la discusión sobre desarrollo rural sustentable referenciado en los entendimientos sobre la Agroecología y sus potencialidades tan bien retratada por Caporal e costabeber (2002, 2006), y a partir del trabajo entre levantamiento de las situaciones problema, diagnósticos, debates, cursos de formación y capacitación, forjar una dinámica de búsqueda por la autonomía (FREIRE, 1996) que conduzca a un conjunto de acciones comunitarias que lleve la superación de los problemas existentes, buscando la autonomía económica, cultural y ambiental conforme Carvalho (2002).

A seguir revelamos las principales acciones y realizaciones emprendidas en los 2 años de ejecución del proyecto.

METODOLOGÍA Y DESARROLLO

La metodología del trabajo fue ejecutada en 4 fases distintas y complementarias donde realizamos los siguientes pasos:

1 - Extensión e Investigación – Estudio Previo y Preparación

En esta fase realizamos estudios profundos de bibliografías que posibilitaron al equipo del proyecto – formada por profesor coordinador, profesores colaboradores y alumnos del grado, becarios o apoyadores – tener un dimensionamiento de la realidad general del desarrollo rural, de la reforma agraria y de los asentamientos haciendo una preparación general de los pasos necesarios para la ida a las comunidades y el desarrollo de las fases y quehaceres posteriores. Fue la fase donde el conocimiento académico fue pensado para la formación de agentes de extensión y capacitación de futuros investigadores.

2 - Fase Alfa – Diagnóstico e inmersión en la realidad local

Un principio básico de la fase Alfa fue la realización de la investigación científica con el involucramiento de la comunidad, priorizando siempre la investigación participativa de manera a llegar a un diagnóstico de la realidad de las comunidades rurales estudiadas.

En esta fase vamos a utilizar como principio la técnica denominada DRP – Diagnóstico Rural Participativo que es un método de estudio que tiene como objetivo la evaluación de la realidad de una determinada comunidad, de los problemas y sus respectivas soluciones visando aumentar la participación y capacidad de la población de actuar localmente.

El DRP tiene bases flexibles pudiendo ser adaptadas a las características del proyecto y la realidad local (VILLA, 2006). La realización del DRP utiliza una metodología participativa que presupone acciones más democráticas, dialógicas y participativas, capaces de volver claro cómo y en qué momento la familia puede obtener beneficios económicos y sociales (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

El contacto directo con los productores ocurrió por medio de entrevistas semi estructuradas versando sobre aspectos diversos de las familias (datos familiares en relación al sexo, edad, estado civil, condiciones de vivienda, de renta, tamaño de la propiedad rural, usos productivos del suelo, destino de la basura, problemas ambientales encontrados en la unidad productiva, producción de pequeños, medios y grandes animales, acceso a la asistencia técnica, educación, capacitación, bien como salud en el medio rural, acceso al agua y preservación de nacientes, transporte particular y colectivo, mecanización, bienes de consumo etc), bien como

elementos simbólicos y de la percepción social de sus respectivos asentamientos (¿les gusta vivir en el campo? ¿Cuáles son las mayores dificultades encontradas en el medio rural? ¿Cuál el nivel de organización y participación social para la superación de los problemas mencionados? Entre otras).

Las entrevistas desempeñaron un papel muy importante en el DRP pues permitieron el diagnóstico de los actores sociales y de la realidad de los asentamientos, favoreciendo el proceso de autogestión del planeamiento y desarrollo (VERDEJO, 2006). Las técnicas de entrevista semiestructurada tienen como ventaja su elasticidad en relación a la duración, permitiendo una cobertura más profunda sobre determinados asuntos.

Además de eso la interacción entre los entrevistadores y los entrevistados favorecieron la obtención de respuestas que reunidas en tablas, gráficos, bien como cartogramas, retratan pues el dimensionamiento de las cuestiones económicas, sociales, políticas, ambientales, igual con los problemas inherentes a los asentamientos rurales estudiados. Basado en las informaciones colectadas en campo fueron producidos Relatórios cuyo contenido fue repasado en reuniones colectivas donde participaron las familias asentadas. Cuando descubrieron los resultados de la investigación iniciamos la fase Beta.

3 - La Fase Beta - Socialización, Debate y Asignaciones Sociopolíticas

La fase Beta fue la fase de presentación de los informes de la fase Alfa, que contenían el balance de las informaciones sobre la realidad de las familias de los asentamientos Chico Mendes (49 familias), Divisa (27 familias) y Engenho de Serra (60 familias). Por lo tanto la fase se trató del conjunto de actividades de socialización, debate y encaminamientos de las informaciones colectadas vía DRP.

Realizaron reuniones colectivas sin cada asentamiento, siendo invitadas todas las familias, bien como sus liderazgos, donde los miembros del equipo del proyecto presentaron los resultados de las investigaciones realizadas socializando las informaciones con los presentes.

A partir de la presentación fueron abiertos espacios de diálogo y debates sobre los puntos y resultados investigados, cuyo contenido fue grabado y transcrito para componer el documento final.

Nuestro interés fue de impregnar la discusión colectiva ampliando la capacidad de elaborar el diagnóstico de las comunidades y de pose de estas informaciones, que las comunidades formalizarán posteriormente propuestas de intervención cuyo dimensionamiento resultaron en documentos encaminados a los órganos públicos e instituciones que tenían y tienen responsabilidad y capacidad de actuación en los temas elencados,

dentro los cuáles el INCRA, Emater, Prefeitura Municipal de Ituituaba, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Brasil, entre otros.

Para que los documentos diagnósticos resulten en acciones efectivas de cobranza y búsqueda por soluciones, colaborando en la dinámica política de los asentamientos, proponemos la creación de una Comissão de Famílias Assentadas por asentamiento, compuesta por 5 miembros, siendo hombres y mujeres, cuya responsabilidad mediante el apoyo de la UFU, fue buscar entidades que tenían y tienen compromisos o responsabilidades sobre los asentamientos rurales en tela, haciendo que conozcan los problemas sociales elencados en las investigaciones, siendo cobrados para presentar soluciones para esos problemas.

Queremos destacar que las fases Alfa y Beta fueron complementarias, siendo realizadas secuencialmente, asentamiento por asentamiento durante los últimos 24 meses.

No obstante el trabajo no se agotó en la investigación. Como había la necesidad de pensar la cuestión de la extensión iniciamos posteriormente una serie de acciones de extensión cuya dinámica era pensar la formación, la capacitación, la búsqueda por la sustentabilidad y la generación de renta. Tales acciones fueron tipificadas como fase Omega.

4 - La Fase Omega: formación, capacitación, sustentabilidad y renta

La fase Omega fue pensada de manera transversal, pues las actividades proyectadas involucraron diversas dimensiones de la realidad de las comunidades rurales en el sentido de fomentar la extensión universitaria.

Partiendo de un conocimiento previo de las comunidades en cuestión, basado en el trabajo desarrollado en el 2012, realizamos un conjunto de actividades de extensión que posibilitaron a las familias asentadas el acceso a la formación político-cultural, la capacitación visando el aumento de la productividad en los sistemas agropecuarios existentes, la búsqueda por la sustentabilidad en los sistemas productivos, bien como la generación de empleo y renta en el medio rural, como elementos fundamentales para el desarrollo rural sustentable.

Partiendo de los presupuestos arriba la fase Omega contempló el desarrollo de Oficinas e Cursos. Los cursos (cuadro 01) fueron el conjunto de actividades de 16 a 24 horas de duración, con la finalidad de proporcionar la capacitación y aprimoramento en las actividades productivas desarrolladas en los asentamientos, sobretudo las mujeres asentadas, visando la generación de renta.

Esos cursos tuvieron amplia procura, de manera que después de la realización de actividades con algunas mujeres asentadas, otras se intere

saron y fue necesario abrir nuevas clases y rehacer el proceso, de esta vez utilizando las propias asentadas graduadas como monitoras extensionistas.

Através de los cursos procuramos fortalecer y ampliar los conocimientos de las familias asentadas en torno de procesos y tecnologías de transformación de su producción en la perspectiva de la alimentación familiar y de la venta al mercado consumidor con algún valor agregado.

Cada curso fue monitoreado por un profesional especialmente invitado o contratado por el proyecto, el número de participantes varió de 15 a 20 asentadas y para lograr el mayor número de participantes entre todas las familias asentadas hubo la oferta de dos cursos y la participación de mujeres de los diversos asentamientos ituiutabanos (Figura 01).

Quadro 1 – Cursos de la Fase Omega

Curso	Temática	N. de Cursos	Ementa
Procesamiento de Derivados del Lechte	Industria Rural	2 cursos	Procesamiento de quesos y yogur a partir del leche producido por los asentados con la intención de agregar valor a la producción
Procesamiento de Frutas en la forma de Dulces y Jaleas	Industria Rural	2 cursos	Procesamiento de material bruto de huertos y frutos de los cerrados, visando la calidad de la alimentación y generación de productos para la venta en el mercado
Artesanía	Industria Rural	2 cursos	Técnica de calificación de la mano de obra rural para la producción de artesanía
Pepinillo y Conservas	Industria Rural	2 cursos	Procesamiento de material bruto de huertos y frutos de los cerrados, visando la calidad de la alimentación y generación de productos para la venta en el mercado
Pasteles, panes y dulces	Industria Rural	2 cursos	Procesamiento del trigo vuelto a la producción de panes, pasteles y dulces para la venta en el mercado

Fonte: Relatório Fapemig, 2015.

Por su vez los Talleres (cuadro 02) fueron actividades colectivas con duración de 2 a 8 horas con carácter colectivo (reunión de personas con el mismo interés), informativo (que conduzca a una percepción de situaciones-problemas), capacitivo (que conduzca a conocimientos que permitan la solución de las situaciones problemas enumerados) y socio-cultural (que lleve al campo el conocimiento y la práctica de las actividades culturales y lúdicas, en que pese al arte, la música, la danza, entre otros). Se nota la preocupación con el conocimiento de la legislación, la intervención ambiental, el conocimiento técnico y tecnológico, el ocio y la renta.



Figura 01: Curso de Pepinillo y Conservas (izquierda) y curso de Pasteles, Panes y Dulces (derecha). 2014

Quadro 2 – Oficinas da Fase Ômega.

N° Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 1	Recuperación de Áreas Degradadas de la APP	Ambiental	Reconocimiento y levantamientos de la situación de orillas de ríos y de las áreas destinadas a la preservación permanente en cada asentamiento, debatendo iniciativas para contornear los problemas y recuperar manantiales y florestas.
Oficina 2	Legislación Ambiental	Ambiental	Acceso a las informaciones legales sobre el uso del suelo, corte de madera, uso de las aguas de manantiales y pozos, derechos y responsabilidades de los propietarios rurales sobre el medio ambiente, destinación de residuos sólidos y defensivos
Oficina 3	Agroecología	Ambiental	Técnicas y prácticas sustentables de la producción agropecuária
Oficina 4	Suelos	Ambiental	Preservación y cuidados con los suelos agrícolas visando aumento de la productividad y buenas prácticas de manejo
Oficina 5	Pastos con florestas	Ambiental	Producción de pasto con la incorporación de líneas de eucaliptos, generando sombreamiento y garantizando la producción de madera y leña

N° Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 6	Vivero de mudas	Ambiental	Vivero de mudas comunitario - gerenciamiento y producción sustentable I
Oficina 7	Acción del Estado en el Medio Rural	Políticas Públicas	Programa de Aquisição de Alimentos (mercado Institucional ou PAA), acción del INCRA en el medio rural, Programa Minha Casa Minha Vida en el medio rural
Oficina 8	Regularización de Solar Regularización Financiera	Políticas Públicas	Capacitar los agricultores que adquirieron solares de reforma agraria para su efectiva regularización de poses, bien como fomentar en el medio rural las posibilidades de solución del problema de deudas bancarias o el acceso a líneas de crédito vía proyectos de fomento como el Pronaf.
Oficina 9	Bovinocultura Lechera	Produção Rural	Diseminación de técnicas vinculadas al gerenciamiento de la actividad rural, control de plagas y enfermedades, productividad de pastos y verdeos, producción de ensilado, homeopatía, organización colectiva vía asociativismo
Oficina 10	Teatro Rural	Cultura	Talleres de Teatro
Oficina 11	Cine Campo	Cultura	Apresentación de películas, documentales y vídeo-cursos en el medio rural
Oficina 12	Acción Social	Derecho agrário	Discusión sobre sindicalización y derechos de los trabajadores y de las trabajadoras rurales
Oficina 13	Psicología Social	Psicologia	Talleres de psicología social visando la interacción y el desarrollo colectivo comunitario
Oficina 14	Movimentos Sociais Rurais	Organización Social	Taller sobre la importancia de la organización social y de los movimientos sociales para el desarrollo rural

Fonte: Relatório FAPEMIG, 2015.

CONSIDERACIONES FINALES

Las áreas de asentamiento rurales contempla los componentes de situaciones problemas que necesitan de una investigación cualitativa por ser listadas. Pero tal diagnóstico no tiene sentido sin el involucramiento comunitario y la conjugación de esfuerzos de instituciones y organizaciones que son aliadas para la superación de los problemas.

La Universidad por medio de sus agentes extensionistas puede contribuir como articuladora de la investigación y de la extensión, bien como de la capacitación de las familias rurales asentadas, valorando no sólo la generación de renta como también el conocimiento de diversas facetas de la realidad, como la cultura, la ecología, la preservación ambiental, en fin.

Nos gustaría agradecer a la FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) por la concesión de dos becas y de los recursos necesarios al desarrollo de las actividades, y agradecer a las familias que mucho tienen contribuido para el suceso del proyecto.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas.

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992. (Estudos Rurais, 12).
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda. São Paulo, Terceira Margem, 2003.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.
- BIANCHINI, V. O Universo da Agricultura Familiar e Sua Contribuição ao Desenvolvimento Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- CARVALHO, Horácio Martins. Comunidade de resistência e de superação. Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2006.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p.15-50.
- DEMO, Pedro. Pesquisa participantes: mito e realidade. Rio de Janeiro, SENAC/DN, 1984.
- FAO/INCRA. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/ BRA, agosto de 1996.
- FAO/INCRA. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária. Projeto BRA87/022 – FAO/PNUD/MARA, 1992.
- FAO/INCRA. Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil. Brasília, 1998.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In Boletim Paulista de Geografia, n° 85, p. 83-129. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, 1998.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Petrópolis: Paz e Terra, 2001. p.152.
- GONÇALVES, Sérgio. O MST em Querência do Norte/PR: da luta pela terra à luta na terra. Hucitec, Presidente Prudente, 2004.
- GRAZIANO NETO, Francisco. A verdade da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GUIMARAES, Alessandra Rodrigues. A produção de abacaxi: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG). Catalão, 2015.
- SABOURIN, Elói Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751, set./dez. 2007.
- SPADOVEK, Gerd. A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.
- VENNCIO, Marcelo. Território de esperança: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.
- VERDEJO, M.E. Diagnóstico rural participativo – Guia Prático DRP. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.
- VILLA, E.B. Diagnóstico participativo e enquadramento de agricultores familiares ao “PRONAF” Florestal, em duas Regiões da Mata Atlântica, no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.



A agricultura urbana e suas funcionalidades em Montes Claros, MG: propostas de extensão universitária multidisciplinar

Urban agriculture and it's functionalities in Montes Claros, MG: Multidisciplinary university extension proposals

Cristh Ellen Ferreira Pinheiro,
Mestre em Sociedade, Ambiente e Território
Professora do curso de graduação em Administração das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMOC)
cristhefp@yahoo.com.br

Helder dos Anjos Augusto
Doutor em Demografia tualmente, é Professor do ICA- UFMG
matacuane@gmail.com

Cledinaldo Aparecido Dias,
Doutorado em andamento em Administração Professor do ICA- UFMG
cledinaldodias@yahoo.com.br

Fábio da Silva Gonçalves,
MestrE em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais
fabbyogeo@hotmail.com

Marcelo Oliveira Junior
marcelooli333@gmail.com

RESUMO

Este estudo buscou conhecer a realidade dos agricultores urbanos que comercializam sua produção de hortaliças e, a partir dessa investigação, propor ações de extensão e pesquisa a serem realizadas por uma instituição federal de ensino superior de Montes Claros. Especificamente, objetivou identificar em quais regiões da cidade há produção agrícola para comercialização; as principais funções da agricultura urbana na visão do agricultor; e quais as dificuldades enfrentadas por esses produtores. A análise permitiu propor ações de extensão e pesquisa, as quais têm como principal característica a multidisciplinaridade, devido, diante das demandas identificadas em campo, haver a necessidade de atuação de mais de uma /curso, o que demonstra que a AU, além de suas funcionalidades já discutidas em pesquisas, também pode contribuir para o aprendizado acadêmico devido a integração de conhecimentos de várias áreas de atuação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Universidade; Produção Agrícola Urbana.

ABSTRACT

This study was developed to understand the business urban farmers and, based on that, propose extension and research actions to be carried out by a federal institution of higher education in Montes Claros. Specifically, it aimed to identify in which areas of the city there is agricultural production for commercialization; the main functions of urban agriculture in the view of the farmer and what difficulties these producers face. The analysis presented allowed proposition of extension and research actions, which have multidisciplinary as main characteristic. Due to the demands identified in the field, there is a need for actions in more than one area / course, which shows that AU, can also contribute to academic learning.

Keywords: Local Development; University; Urban Agricultural Production.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em meio às discussões em relação às temáticas Urbanização, Desenvolvimento, Meio Ambiente, Saúde e Cultura, a prática da Agricultura Urbana (AU) se destaca devido a suas funcionalidades permearem esses temas de forma contributiva. Não obstante, essa contribuição passa por toda a sua cadeia produtiva, de maneira que do lote do produtor à mesa do consumidor percebe-se sua importância.

Quanto ao conceito, a AU apresenta diversas definições voltadas ao tempo de dedicação à produção, às especificidades produtivas e ao tamanho e local do espaço utilizado.

Conforme assinala Boukharaeva et al. (2005), o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) aponta que a produção familiar em tempo parcial corresponde à definição da AU que ocorre no Brasil. “É uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção” (BOUKHARAEVA et al., 2005, p.416-417).

De acordo com a Lei 15.973 de 12/01/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais, entende-se como Agricultura Urbana “o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano”.

As definições mais utilizadas da AU, para Mougeout (2005), baseiam-se em determinantes como as atividades econômicas, considerando as fases produtivas (produção, processamento e comercialização) e a inter-relação dessas no tempo; a localização, sendo o elemento mais considerado nas definições, onde consideram a agricultura urbana e a periurbana; os tipos de áreas, englobando a propriedade, o desenvolvimento da área (construída ou baldia), a modalidade do uso ou da posse e relaciona também a categoria oficial do uso do solo; o sistema e a escala de produção, sendo que, para o autor, todos os sistemas são aceitos; os tipos de produtos, em que o autor enfatiza a produção de alimentos; e a destinação dos produtos, sendo observado que a produção proveniente da AU destina-se tanto para o consumo quanto para a comercialização.

Mougeout (2005) ainda salienta a necessidade de se considerar a interação da AU com o ecossistema urbano, considerando que a definição de agricultura urbana não está ligada apenas à sua localização e sim à sua conexão com o organismo urbano. Assim, o autor assegura que “a agricultura urbana interage com diversas facetas do desenvolvimento urbano, também é fato que ela pode nos ajudar a diversificar e fortalecer nossas estratégias de gerenciamento urbano” (MOUGEOUT, 2005, p. 7).

Boukharaeva et al. (2005), Brito (2011) e outros pesquisadores da temática contemplam a migração rural-urbano como um dos motivos do

desenvolvimento de práticas de agricultura urbana e apontam aspectos importantes no que tange às contribuições da mesma para o desenvolvimento social.

Aquino e Assis (2007) consideram a AU uma estratégia frente aos gargalos enfrentados nas áreas urbanas (produção de lixo, inchaço populacional e inexistência de condições econômicas das populações pobres para a compra de alimentos). “Na prática, a agricultura urbana está desenvolvendo sua capacidade para ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento” (MOUGEOUT, 2005, p. 2).

Ao discutir o tema desenvolvimento, Brandão (2008) defende a importância de compreender a lógica capitalista, a qual o autor coloca como um processo padronizado pautado na expansão de base material. Na mesma linha, Ortega (2008) critica a visão positivista da relação de progresso com desenvolvimento imposta nessa lógica.

Assim, o conceito de desenvolvimento exposto por Brandão (2008) relaciona-se com o envolvimento de ações que rompem a ideia ultrapassada (desenvolvimento padronizado e por etapas) e exige ênfase em seus processos e interações entre as decisões nas várias camadas sociais, onde o processo ocorra simultaneamente nas escalas espaciais. Nesse sentido, para o autor, não é possível generalizar o processo de desenvolvimento, como defendem as vertentes capitalistas.

Em relação ao tema, Furtado (1978) trata a fragilidade da ideia de que todo e qualquer crescimento econômico conduz ao desenvolvimento, onde o autor afirma que o processo de evolução da Civilização Industrial (economicista) não pode ser confundido com desenvolvimento. Para o autor, a ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades, e essas são ainda maiores quando consideradas no quadro da difusão da civilização industrial.

No tocante à civilização industrial, é importante discutir sobre a urbanização e as suas consequências na sociedade. As sociedades vêm passando por um conjunto de mudanças econômicas, culturais e ambientais que, de certa forma, estimulam a fazer releituras dos conceitos e novos paradigmas, no caso específico da urbanização. Essas transformações fecundadas a partir da revolução industrial trouxeram na relação simbiótica entre urbano e rural, novas formas comportamentais nas dimensões culturais, ambientais, sociais e demográficas. É nesse contexto que as territorialidades urbanas se entrelaçam progressivamente com o mundo rural.

Antes de assinalar as relações simbióticas, faz-se necessário apontar, inicialmente, que o processo de urbanização a nível mundial sempre esteve, grosso modo, atrelado aos fenômenos da revolução industrial e consubstanciado à modernização. Ou seja, sempre acompanhou os percursos da expansão das economias de mercado. Com isso, a discussão do tema urbanização exige uma busca principalmente do contexto histórico da formação da sociedade urbana, como exposto nos estudos de Lefebvre (1999).

A priori, é importante esclarecer que Lefebvre (1999) parte da hipótese da urbanização da sociedade para explicar a transição da mesma. Para o autor, a sociedade urbana resulta do que ele chama de urbanização completa. A discussão da Revolução Urbana, explicitada por Lefebvre (1999), conclui que a urbanização consiste em um conjunto de transformações que ocorrem na sociedade, por meio do processo de industrialização, no qual a cidade passa a ter a função de suprir a demanda de força de trabalho da indústria. Já o seu discípulo Castells (2009), aponta que urbanização corresponde a um processo típico de ocupação do espaço por uma determinada população, a partir de uma concentração intensa e, por conseguinte, uma alta densidade populacional.

Em uma outra visão sobre a urbanização, Benko (1999), aponta que o processo em si está calcado em duas perspectivas que se complementam, a saber: a transnacionalização dos espaços econômicos e a regionalização dos espaços sociais. A primeira é influenciada por agentes externos e a segunda corresponde a uma força interna que reage no sentido contrário.

Em um eixo temporal, Lefebvre (1999) explica a formação das cidades a partir do ponto zero (Aldeias), passando pela cidade política, pela cidade mercantil, pela cidade industrial, até o ponto 100 que o autor considera como a zona crítica (100% do estado de urbanização). A zona crítica, exposta pelo autor como 100% de urbanização numa visão virtual, consiste em uma realidade atual planetária para Castriota (2016).

As afirmações expostas por Castriota (2016) são contempladas a partir das teorizações clássicas do urbano e da urbanização extensiva, contemplando os estudos de Lefebvre e Monte-Mór. Nesse sentido, o autor reafirma sobre os fenômenos de implosão-explosão, bem como da participação arbitrária do capitalismo nesses processos.

Assim, para Monte-Mór (2006), a cidade passou por um processo duplo de implosão-explosão, onde sua centralidade implodiu sobre si e a periferia explodiu sobre o entorno. A explosão sobre o entorno exposta por Monte-Mór (2006), e também por Lefebvre (1999), incide na formação dos tecidos urbanos, os quais são compostos pelas manifestações de predomínio da cidade no campo.

Sobre a explosão, Castriota (2017) a relaciona com a extensão do tecido urbano e modernização estrutural, mas o autor completa a (re) leitura do fenômeno apresentando a ele também o significado de cidadania extensiva.

Em um sentido díspar a esse movimento de explosão-implosão, como exposto por Brito (2011), a agricultura urbana consiste em uma (re) produção do rural no urbano e, assim, é percebida uma extensão do rural para as camadas urbanizadas.

Contudo, os estudos voltados para essa temática são necessários para a compreensão de tais movimentos migratórios, da extensão da cultura rural (ainda desconhecida por grande parte da população) e tam

bém das funções dessas (re) produções, como a agricultura urbana, para o modo de vida desses cidadãos rurais¹.

A contextualização aqui exposta demonstra a importância da AU para o desenvolvimento local, bem como a relação de suas funcionalidades com outras temáticas importantes, sendo elas, as questões ambientais, a geração de renda, a segurança alimentar, a saúde e a cultura, com destaque ao reconhecimento do produtor agrícola.

A escolha da cidade de Montes Claros se deu pelo fato da importância econômica da mesma, advinda da representatividade educacional, principalmente no ensino superior; industrial; comercial e de saúde, sendo esses setores responsáveis pelos intensos processos migratórios observados no histórico do município e, sobretudo, a intensa movimentação pendular².

Diante da relação entre a representatividade econômica da cidade e os processos migratórios evidenciados, a imigração de pessoas provenientes de cidades próximas é o fator mais demonstrado nas pesquisas que contemplam essa relação.

Ao contemplar o processo de urbanização do município, além das alterações observadas na estrutura da população, percebe-se também uma extensão da malha urbana advinda do crescimento horizontal do tecido urbano. Essa constatação acarreta, conforme estudos realizados no município³, problemas nos âmbitos socioeconômicos (segregação), estruturais (estruturação da cidade e aumento dos espaços vazios) e também ambientais (utilização do espaço), atrelados à valorização imobiliária.

Não obstante, os imigrantes de Montes Claros, em sua maioria, têm como origem zonas rurais de municípios próximos e/ou de municípios com características tidas como rurais, ou seja, esses imigrantes tinham como uma das atividades principais em seus locais de origem a lida no campo.

Assim, no intuito de (re)produzir a vida do campo na cidade, como expõe Brito (2011), muitos imigrantes praticam a Agricultura Urbana na cidade de Montes Claros. Não obstante, sabe-se que esta produção pode ser convertida para autoconsumo, para a comercialização e para ambos objetivos.

Diante da ocorrência de estudos voltados para o tema na cidade, observa-se uma carência de uma visão voltada para a comercialização, assim, estudos que contemplem a identificação destes produtores, a visão deles em relação às funcionalidades da AU, bem como o entendimento do

1 Denominado neste texto o "cidadão rural" aqueles que, apesar de viver no perímetro urbano, (re) produzem a cultura e o trabalho trazido da vida no campo.

2 Movimento populacional regular entre cidades de forma não definitiva. No caso de Montes Claros, esse fenômeno ocorre devido às pessoas viajarem para a cidade em busca de serviços de saúde, educação e pelo comércio.

3 Canan (2014); Brito (2011); e Pereira (2007)

processo de comercialização, são importantes para dar alicerce a eventuais atividades de extensão e outras ações de instituições de ensino superior.

Nessa perspectiva, foi realizado um diagnóstico da AU para comercialização, a fim de dar suporte para ações de extensão de uma universidade federal instalada no Norte de Minas, acredita-se que a pesquisa é uma ferramenta necessária para os trabalhos de extensão universitária.

Cabe ressaltar também que este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio à Reforma Agrária (PRODE-RA), vinculado ao Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, especificamente como parte de uma pesquisa de mestrado de uma acadêmica da ICA/UFMG, a qual teve como resultado um projeto de apoio aos agricultores urbanos de Montes Claros, a fim de dar visibilidade a esses produtores e os auxiliar nos processos de produção e comercialização.

Assim, diante do contexto exposto, essa pesquisa objetivou conhecer a realidade dos agricultores urbanos que comercializam sua produção e, a partir dessa investigação, propor ações de extensão e pesquisa a serem realizadas por uma instituição federal de ensino superior de Montes Claros. Especificamente, a pesquisa buscou identificar em quais regiões da cidade há produção agrícola para comercialização; as principais funções da agricultura urbana na visão do agricultor; e quais as dificuldades enfrentadas por estes produtores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa por meio de um estudo multicase, no qual as ferramentas utilizadas foram a pesquisa documental, a entrevista e as observações de campo.

Considerando o objetivo de investigar a agricultura urbana voltada para a comercialização em Montes Claros, a pesquisa apresenta um caráter descritivo, pois atenta-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência do pesquisador, conforme conceitua Andrade (2001).

Em relação à abordagem, compreendeu um estudo qualitativo, com o qual se pretendeu levantar informações dos agricultores urbanos pesquisados quanto ao perfil, às especificidades produtivas e à comercialização dos produtos.

Considerando que o objetivo da pesquisa delimitou a sua realização com agricultores urbanos que têm como foco a produção de hortaliças para a comercialização, a identificação dos agricultores pesquisados se deu por meio de contato junto à Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros - MG, posteriormente junto às associações de agricultores e associações de bairros e,

em seguida, durante as entrevistas, por meio de informações dos próprios agricultores, os quais foram indicando os agricultores conhecidos, o que caracteriza a amostragem por bola de neve ou snowball.

O contato junto às secretarias municipais teve como objetivo realizar uma pesquisa documental para identificar os possíveis agricultores urbanos. No entanto, conforme informado, as mesmas não dispõem da informação. Na oportunidade, um funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou sobre a existência de uma associação de agricultores urbanos que, segundo o informante, teria os dados demandados para a realização da pesquisa.

Assim, foi feito o contato com o presidente da Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, que contribuiu imensamente com a pesquisa em termos do histórico da produção urbana em Montes Claros, da participação do poder público municipal na promoção da AU e sobre as experiências existentes.

Associações de bairros também foram contatadas e, a partir das informações coletadas, foi possível identificar agricultores urbanos nas regiões Norte, Oeste e Sul da cidade.

Devido à falta de registros documentados e informações acerca do universo da pesquisa, a escolha dos entrevistados se deu pela facilidade de acesso e informações provenientes da rede de contato entre os mesmos (snowball)⁴.

Após o processo de coleta de dados documentais, foi realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas com cinco (5) agricultores urbanos, sendo quatro (4) produtores de hortaliças para comercialização e um (1), o presidente da primeira associação de agricultores urbanos da cidade, sendo esse, produtor de frutas. Nesta fase buscou-se compreender a realidade vivida pelos agricultores urbanos, desde aquisição dos insumos para produção de hortaliças até ao consumidor final dos seus produtos.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a fim de coletar elementos relacionados ao contexto da produção, no que tange ao histórico; à motivação inicial; à importância para a renda familiar; à relação com o poder público; ao tipo de organização; às potencialidades e aos gargalos. A aplicação dessa técnica de coleta de dados, conforme Marconi e Lakatos (1996, p.84), “é um procedimento bastante utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, sendo no caso específico, na compreensão da agricultura urbana em Montes Claros – MG.

Com isso, as informações provenientes das entrevistas foram transcritas e organizadas em arquivos de computador, para facilitar a inter

4 “Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”), sendo este ponto de saturação quando os entrevistados começam a indicar as mesmas pessoas” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332).

pretação e a discussão. Durante as entrevistas, com a autorização dos pesquisados, foram coletadas as coordenadas geográficas para identificação dos locais de produção/comercialização.

As informações acerca das localizações foram trabalhadas em Sistemas de Informação Geográfica, sendo estabelecidas da seguinte forma:

- a) Coleta das coordenadas geográficas dos locais de produção pesquisados por meio de um receptor de Sistema de Posicionamento Global (GPS);
- b) Organização das coordenadas coletadas em planilha Excel;
- c) Sistematização das informações na elaboração dos mapas por meio dos SIGs Google Earth Pro e GPS TrackMaker.

Assim, após a organização dos dados coletados e, abarcado na literatura estudada, foi elaborado um material contemplando as informações analisadas e as propostas de ações de extensão e pesquisa foram elaboradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecendo os Agricultores

Os resultados dessa pesquisa apresentam uma realidade da cidade de Montes Claros desconhecida por muitos dos seus cidadãos. Há muita produção de hortaliças com foco em comercialização e muitos dos protagonistas desse cultivo são, conforme pesquisas já realizadas anteriormente a essa, imigrantes da zona rural de municípios próximos a “capital norte mineira”⁵.

Para identificar os agricultores urbanos que têm como objetivo a comercialização de sua produção, foi realizado um mapeamento dos locais de produção e a identificação do perfil dos produtores. Assim, apresenta-se o perfil de cada pesquisado.


Foram identificadas áreas de produção nos bairros Village do Lago I, Morada do Parque, Vila Atlântida e Santos Reis, o que permite inferir que a prática da AU em Montes Claros é realizada em regiões com renda familiar média alta e também média baixa.

Os Quadros 1, 2, 3 e 4 contemplam a ampliação das áreas de produção estudadas e a caracterização baseada nas entrevistas realizadas, a fim de identificar o perfil dos agricultores urbanos pesquisados.

5

Denominação popular dada ao município de Montes Claros - MG


Quadro 1 - Localização e perfil do Produtor 1

Imagem da localização do produtor 1	Caracterização do produtor 1
<p data-bbox="202 350 467 371" style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 1</p> 	<p data-bbox="683 326 852 350">Idade: 59 anos</p> <p data-bbox="683 357 1146 381">Origem: Zona Rural de Brasília de Minas</p> <p data-bbox="683 388 1020 413">Ocupação: Agricultor Urbano</p> <p data-bbox="683 420 1153 444">Tempo de AU em Montes Claros: 17 anos</p> <p data-bbox="683 451 1129 475">Objetivo da produção: Comercialização</p> <p data-bbox="683 482 984 506">Motivação para produção:</p> <p data-bbox="683 513 1158 607">Renda; Bem-estar; Potencialidade da produção urbana (redução de custo com logística)</p> <p data-bbox="683 614 996 638">Tipo do terreno: Arrendado</p> <p data-bbox="683 645 989 670">Área produzida: 15.000 m²</p>


Quadro 2 - Localização e perfil do Produtor 2

Imagem da localização do produtor 2	Caracterização do produtor 2
<p data-bbox="207 1131 520 1152" style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 2</p> 	<p data-bbox="691 1149 859 1173">Idade: 19 anos</p> <p data-bbox="691 1180 1146 1204">Origem: Zona Urbana de Montes Claros</p> <p data-bbox="691 1211 1057 1236">Ocupação: Servente de pedreiro</p> <p data-bbox="691 1242 1146 1302">Tempo de AU em Montes Claros: Não soube responder</p> <p data-bbox="691 1308 1146 1367">Objetivo da Produção: Comercialização e consumo próprio</p> <p data-bbox="691 1374 1146 1433">Motivação para a produção: Renda e Bem-estar</p> <p data-bbox="691 1440 965 1465">Tipo do terreno: Próprio</p> <p data-bbox="691 1472 1122 1496">Área produzida: Não soube responder</p>

Quadro 3 - Localização e perfil do Produtor 3

Imagem da localização do produtor 3	Caracterização do produtor 3
<p data-bbox="185 300 488 322">Mapa de Localização do Produtor 3</p> 	<p data-bbox="627 378 1117 626"> Origem: Zona rural de Jequitaiá Ocupação: Agricultor Urbano Tempo de AU em Montes Claros: 15 anos Objetivo da Produção: Comercialização Motivação para a produção: Renda e Bem-estar Tipo do terreno: Cedido (meia) Área produzida: 1,5ha </p>

Quadro 4 - Localização e perfil do Produtor 4

Imagem da localização do produtor 4	Caracterização do produtor 4
<p data-bbox="203 1095 498 1117">Mapa de Localização do Produtor 4</p> 	<p data-bbox="639 1135 1131 1451"> Idade: 71 anos Origem: Zona rural de Francisco Sá Ocupação: Agricultor Urbano e aposentado (serviço público) Tempo de AU em Montes Claros: 20 anos Objetivo da produção: Comercialização Motivação para a produção: Bem-estar e renda Tipo do terreno: Próprio Área produzida: 125m² </p>

Fontes: Da pesquisa, 2017.

As áreas produzidas contemplam terrenos próprios, arrendados e parcerias (popular “meia”), tendo dimensões de 1 lote (125 m²) a 1,5 hectares de canteiros produtivos. As dimensões corroboram com as afirmações dos autores acerca do tamanho das áreas de produção de AU, onde se observa que as áreas destinadas à produção são pequenas comparadas com a produção rural.

O número de espécies produzidas se dá conforme o tamanho do terreno, quanto maior o terreno maior a variedade produtiva. Os agricultores mantêm um cultivo diverso contemplando alface, couve, couve-flor, brócolis, salsa, salsão, coentro, cebolinha, agrião, brócolis, alho-poró, rúcula, mostarda, espinafre, manjericão, alecrim, hortelã, tomate cereja, quiabo, abobrinha italiana, abóbora japonesa, berinjela, jiló, vagem (FIGURA 1).

Figura 1 - Agricultura Urbana no bairro Morada do Parque



Fontes: Da pesquisa, 2017.

Diante da diversidade produzida, todos os agricultores pesquisados utilizam o método de consórcio de cultivo na produção, alegando maior produtividade devido ao aproveitamento do espaço (relação espaço – número de espécies produzidas).

6 Nome popular da condição em que o proprietário da área disponibiliza o espaço para a produção e o lucro é dividido entre o produtor e o dono do terreno.

Figura 2 - Consórcio produtivo no bairro Vila Atlântida – Alface e couve



Fontes: Da pesquisa, 2017.

Assim, conforme a caracterização apresentada, a produção agrícola urbana em Montes Claros se dá há pelo menos 20 anos e dispõe de uma diversidade de espécies. Também foi possível observar que a maioria dos agricultores pesquisados são provenientes da zona rural e/ou de municípios próximos de Montes Claros, o que corrobora com a discussão teórica sobre a relação entre o processo de urbanização de Montes Claros e a imigração da população de cidades vizinhas, além da (re)produção das atividades rurais no perímetro urbano.

Agricultura Urbana: Suas funcionalidades em Montes Claros

As pesquisas realizadas na cidade com a mesma temática abordaram a produção para autoconsumo e não contemplaram a AU como atividade principal do agricultor. Assim, essa pesquisa buscou também relacionar as funções da AU com as experiências voltadas para a comercialização identificadas na cidade de Montes Claros – MG.

Os resultados apresentados nessa pesquisa permitem inferir que a AU em Montes Claros, além de não ser praticada somente em áreas com população de baixa renda também não é exclusiva para o autoconsumo, pois foi identificada a presença marcante da função de geração de renda, o que não surpreende, pois os pesquisados realizam a prática tendo a questão econômica como principal objetivo.

No entanto, o que surpreende é o fato de alguns agricultores optarem pela produção na cidade, segundo os mesmos, devido à redução nos custos de produção:

“Desde que vim da roça, trabalho com horta aqui na cidade. Aqui é o melhor para trabalhar porque ficamos mais perto do mercado e economizamos com o transporte, pois é mais perto. Ganho mais produzindo aqui” (Pesquisado 1).

Esta afirmação coloca a produção urbana frente à rural quanto à produtividade, devido à redução de custos de produção diante das vantagens voltadas para a logística, produtividade de espaço e, além disso, vantagem frente ao mercado. No entanto, para afirmar a vantagem de custos de produção, é necessário um estudo detalhado e comparativo, o qual não foi contemplado nesta pesquisa.

Além do fator renda, a segurança alimentar também foi citada pelos agricultores, sendo essa diretamente ligada à outra, pois o fato de produzir com técnicas alternativas (utilizando recursos da agroecologia) facilita a entrada no mercado local devido ao aumento da demanda por alimentos agroecológicos. A produção agroecológica é utilizada como estratégia de mercado pelos agricultores, conforme afirmado pelos produtores 1 e 4:

“Quando o pessoal vem comprar aqui pergunta se utilizo veneno, se a produção é minha mesmo. Há uma confiança nos meus produtos por eu ter esse cuidado” (Produtor 1).

“As donas compram na minha mão porque não confiam nos produtos que acham no supermercado. Elas confiam em mim, por isso não utilizo veneno” (Produtor 4).

Apesar de terem a AU como atividade principal para geração de renda, alguns agricultores, principalmente aqueles provenientes de zona rural e mais velhos, acreditam que o trabalho na horta proporciona uma sensação de bem-estar. Eles afirmaram que a lida na horta é uma “terapia”, pois além de fazerem o que gostam, ganham dinheiro e se sentem mais próximos da vida na roça.

“Quando estou mexendo aqui na horta o tempo passa e nem vejo, mexo com um canteiro aqui, outro ali e os problemas vão sumindo da cabeça. Além disso, é o sustento da minha família né?!” (Produtor 3).

“Gosto de trabalhar com horta aqui na cidade porque faço muitos amigos. Conheço gente de tudo quanto é lugar nessa cidade e faço amizade com eles” (Produtor 5).

Essas afirmações corroboram com os estudos teóricos sobre as funções da AU, principalmente as funções de bem-estar e cultural apontadas por Boukharaeva et al. (2005) e Brito (2011), salientando a relação com a natureza e com atividades características do campo.

Sobre este resultado ainda é possível corroborar com os estudos de Ruas (2006), porém, em seu sentido oposto, pois o autor aborda a discussão sobre as urbanidades no rural, salientando sobre as tecnologias inseridas no campo e, no caso desse estudo, é possível inferir sobre as ruralidades no urbano, onde é observado que os agricultores trazem à cidade conhecimentos e modos de produção comuns do meio rural, seja como forma de (re) produção da vida no campo, como expõe Brito (2011), seja como forma de adaptação/sobrevivência, para se inserir no mercado com sua especialidade e gerar renda.

Frente aos gargalos e potencialidades apresentados durante a pesquisa, foi identificada a necessidade de intervenções públicas para o fortalecimento da AU na cidade. Nesse sentido, durante as entrevistas, buscou-se questionar sobre a participação do poder público municipal na promoção da AU na cidade e, majoritariamente, a resposta foi negativa para essa questão.

No entanto, por meio da entrevista realizada com o presidente da Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, foram identificados projetos e episódios de apoio e promoção da AU em Montes Claros realizados pelo poder público municipal em administrações passadas.

As principais contribuições do poder público citadas pelo presidente da associação foram o apoio na formalização da organização, na estruturação das áreas, com implantação de poço artesiano para a produção agrícola na cidade, e também aspectos relacionados ao escoamento da produção em mercados institucionais. Conforme afirmação do entrevistado, os governos dos períodos de 2001-2004 e 2005-2008 foram os que mais contribuíram para a promoção da agricultura urbana na cidade.

No entanto, segundo o produtor, os próximos governos não contribuíram de forma direta com a AU urbana em Montes Claros. “Hoje em dia quase não tem ajuda aqui, a gente consegue um cano ou alguma coisinha, mas através da associação né?! Hoje quase ninguém produz mais, foi diminuindo (...)” (Produtor 5 – Associação).

Além da questão voltada para a contribuição em relação à estrutura, o presidente da Associação mencionou um fato interessante que relaciona poder público (apoio à AU) à diminuição da produção, sendo a diminuição do apoio da prefeitura para com a AU em Montes Claros, um fator determinante para a diminuição da produção diante da perda de forças da coletividade que tem como objetivo a prática.

Impressões e proposições

A partir das informações coletadas durante a pesquisa de campo, por meio das afirmações dos produtores, principalmente em relação às mudanças do panorama da Agricultura Urbana em Montes Claros, sentiu-se a necessidade de verificar as mudanças no tempo e fazer uma correlação entre as informações coletadas e as impressões de campo.

No entanto, acredita-se que somente a observação não contribui para o campo estudado e, por isso, aqui também serão apresentadas proposições, a fim de dar um sentido real para essa pesquisa. Nesse sentido, este tópico irá apresentar uma discussão acerca da relação

de afirmações dos agricultores e as mudanças em aspectos estruturais da cidade, bem como propostas para o apoio e a promoção da Agricultura Urbana (AU) em Montes Claros.

As impressões

Por meio das entrevistas e das observações de campo, foi identificado que a produção agrícola urbana de Montes Claros diminuiu com o tempo. Segundo afirmações dos agricultores, principalmente na entrevista realizada na Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, essa diminuição na produção e no número de produtores se deu diante da falta de apoio do poder público, da pouca inserção dos jovens na produção e também por questões imobiliárias.

De acordo com os agricultores, e também por meio de observações de campo, as três questões supracitadas são inter-relacionadas, pois o fato do poder público não apoiar faz com que a prática enfraqueça e não tenha visibilidade, assim sem o conhecimento, os jovens não tem interesse em participar na produção e, devido à valorização imobiliária, os produtores que já não tem a mesma capacidade física de antes acabam vendendo parte do terreno e, conseqüentemente, diminuindo a produção.

Para tanto, foi realizado um estudo por meio da interpretação de imagens de satélite, utilizando o Google Earth, de modo que se coletaram imagens dos anos de 2005 e 2017, para verificar as mudanças nas áreas em relação à produção (identificação de canteiros de hortas) e urbanização (identificação de construções).

Assim as imagens foram organizadas tendo como referências as áreas pesquisadas da seguinte forma: de um lado uma foto da área no ano de 2005 e, do outro, a área atualmente (2017) (Figuras 3 a 6).

Figura 3 - Alterações com o tempo da área do Produtor 1



Ao observar a Figura 3, é possível perceber uma alteração na área, tanto na urbanização, com um aumento expressivo no número de residências no entorno da área de produção, quanto na diminuição da área de produção.

Apesar da expressiva urbanização no seu entorno, os produtor não expôs dificuldade com relação a isso. Ele alega que a chegada dos moradores melhorou as vendas devido ao aumento da demanda pelos seus alimentos. Esse produtor possui um comércio (sacolão) no local da produção, onde são vendidos produtos produzidos na sua área e também advindos de outros locais. Assim, percebe-se que a urbanização no entorno de sua área de produção contemplou uma oportunidade de mercado.

Figura 4 - Alterações com o tempo da área do Produtor 2



Fonte: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017.

No caso do Produtor 2 (Figura 4), percebe-se pouca urbanização no entorno no tempo, no entanto a diminuição da área produzida é expressiva. O produtor 2 alegou que, devido à sua idade, 19 anos, tem pouco tempo que trabalha com a atividade, mas que seu pai era agricultor urbano e produzia nessa área. Apesar de se observar pouca área de produção, o fato do Produtor 1 ser jovem consiste em um ponto positivo diante do problema enfrentado pelos outros produtores referente a falta de interesse dos jovens pela prática. Nesse caso, de uma produção ainda tímida, pode ser visto como um potencial futuro.

Figura 5 - Alterações com o tempo da área do Produtor 3



Fonte: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017.

As imagens da área do Produtor 3 permitem inferir sobre a expressiva diminuição da área de produção. No entanto, assim como no caso do Produtor 2, a interferência da urbanização não é intensa. Vale ressaltar que ambos estão localizados no mesmo bairro e os terrenos são próximos. Tanto o Produtor 2 quanto o Produtor 3 afirmaram que no bairro haviam mais agricultores urbanos e que a produção era maior no ano de 2005 comparando com a produção atual, devido ao apoio da administração municipal na época. Diante da afirmação dos produtores acerca da falta de apoio do poder público municipal, permite-se inferir sobre a relação direta entre a contribuição das administrações municipais (2001-2004 e 2005-2008) e a extensa produção, assim como a diminuição atual.

Figura 6 - Alterações com o tempo da área do Produtor 5



Fonte: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017.

A urbanização se deu de forma expressiva na região do Produtor 5 no período observado. A região contemplada na Figura 6 dispõe de propriedades do agricultor pesquisado e de vizinhos que também produziam agricultura no bairro e são associados na organização coletiva liderada pelo Produtor 5. Essa observação relaciona-se diretamente com a sua afirmação referente à ligação direta entre a valorização imobiliária e a diminuição das áreas de produção e da quantidade de agricultores urbanos na região (Figura 13).

Segundo o Produtor 5, os agricultores urbanos próximos a ele diminuíram a produção porque se viram tentados a vender os terrenos, que antes eram utilizados para a produção agrícola, devido a não estarem mais em condições físicas de trabalharem em áreas maiores e também pela oferta do mercado em relação ao preço do terreno.

“É, minha filha, a gente vai ficando velho e as forças vão acabando. Não conseguimos mais trabalhar naqueles terrenos grandes. Meu vizinho mesmo produzia bastante horta aqui, ele tinha um terreno grande. Hoje, teve que vender a metade porque o preço estava bom e, como ele não consegue mais trabalhar e os filhos não querem saber, era vantagem vender (Produtor 5).”

Ao observar as questões supracitadas, surgiu a necessidade de se propor intervenções objetivando a promoção e o apoio da Agricultura Urbana em Montes Claros.

As proposições

Percebeu-se uma necessidade, principalmente nas falas dos agricultores, de apoio do poder público para prática de AU. Nesse sentido, considerando a função integradora da universidade, por meio da extensão universitária, a qual compõe os pilares da mesma, foram elaboradas propostas de intervenções de caráter incentivador e apoiador, objetivando suprir alguns gargalos e promover a AU por meio também de suas potencialidades.

Para tanto, o Quadro 5 apresenta os desafios informados pelos agricultores e também os observados em campo; e as possíveis intervenções da universidade por meio da extensão universitária.

Quadro 5 - Desafios e Propostas de Extensão Universitária

Item Citado	Desafios	Proposta de Extensão Universitária	Cursos
Água	Dificuldade de gestão da água Dificuldade de acesso à água	Capacitação com a temática gestão da água; Capacitação sobre irrigação eficiente de acordo com o cultivo e as especificidades das áreas; Capacitação sobre técnicas eficientes de plantio.	Administração, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental
Pragas	Dificuldade de controle de pragas com técnicas alternativas	Capacitação sobre técnicas agroecológicas de controle de pragas de acordo com as especificidades dos agricultores.	Agronomia
Estrutura do terreno	Dificuldade no trato do solo devido à falta de maquinários e dificuldade de utilização devido à especificidade do terreno urbano.	Desenvolvimento de tecnologia alternativa para o trato do solo (automático) considerando a especificidade dos terrenos (acesso, tamanho e tipo de prod.)	Engenharia Agrícola e Ambiental

Item Citado	Desafios	Proposta de Extensão Universitária	Cursos
Insumos	Dificuldade de obter insumos para a produção. Principalmente sementes agroecológicas e fertilizantes naturais	Sementes: Banco de sementes agroecológicas e parcerias com empresas do ramo. Além de capacitações sobre o tema. Fertilizantes naturais: Capacitação sobre compostagem e outras alternativas.	Agronomia
Planejamento e Controle da Produção	Dificuldade de programar a produção conforme a demanda do mercado.	Capacitação de Planejamento e Controle de Produção Agrícola; Visita técnica nas áreas para consultorias objetivando estudo sobre produtividade das áreas.	Administração Agronomia Engenharia Agrícola e Ambiental
Comercialização	Visibilidade no mercado; Demanda por semiprocessados; Precificação dos produtos	Promoção de feiras dos Agricultores Urbanos para visibilidade dos mesmos; Divulgação das áreas de produção em meios de comunicação virtuais; Capacitação sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos. Capacitação sobre custos e precificação.	Engenharia de Alimentos Administração

As informações expostas no Quadro 2 permitem inferir que, diante dos gargalos e as propostas apresentadas, há na AU de Montes Claros um potencial para a extensão universitária multidisciplinar e que, considerando o papel da universidade na sociedade e a área de atuação do campus desta universidade, contemplando seus cursos e pesquisadores, a estruturação de um Centro de Apoio a Agricultura Urbana é uma proposta que pode ser concretizada no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim, a fim de contribuir com a promoção da AU em Montes Claros, parte dessa pesquisa foi destinada para a elaboração de uma proposta de um Centro de Apoio a Agricultura Urbana de Montes Claros (CAAU).

O Centro de Apoio à Agricultura Urbana (CAAU) em Montes Claros

A criação deste centro, no âmbito do ICA/UFMG, se dá pelo fato da unidade apresentar uma vertente marcante nas Ciências Agrárias e ser referência na extensão universitária.

O CAAU partiu de reuniões e conversas dos membros do Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio a Reforma Agrária (PRODERA), que, coordenado pelo professor orientador dessa pesquisa, realiza ações de extensão com a temática do desenvolvimento social e regional tanto em áreas do perímetro rural quanto urbano.

Durante a pesquisa de campo e após a identificação dos gargalos apresentados, percebeu-se que apenas algumas ações pontuais não iriam contribuir de forma eficaz para a promoção da AU em Montes Claros. Diante disso, foi elaborado o projeto do Centro de Apoio a Agricultura Urbana em Montes Claros.

Por meio de uma construção coletiva, foram elaborados dois projetos de extensão e pesquisa voltados para a AU em Montes Claros, de modo a atender a alguns dos gargalos observados na pesquisa. Assim, o Quadro 6 apresenta um dos resultados parciais da pesquisa, a qual não se encerra no momento da finalização desta dissertação.

Quadro 6 - Projetos elaborados no CAAU

Título do Projeto	Tipo do Projeto	Objetivo	Metas
<p>Agricultura Urbana em Montes Claros: fortalecimento e visibilidade do cultivo popular</p>	<p>Extensão</p>	<p>Fortalecer e dar visibilidade às práticas produtivas e aos agricultores urbanos de Montes Claros - MG</p>	<p>Elaborar um portfólio sobre as principais tecnologias de produção e as variedades de cultivos provenientes da agricultura urbana;</p>
			<p>Promover a troca de saberes entre os agricultores urbanos e os estudantes;</p>
			<p>Realização de capacitações e oficinas voltadas para a temática, conforme a demanda</p>
			<p>Desenvolver espaços de trocas/comercialização da produção da agricultura urbana de Montes Claros</p>
<p>Agricultura Urbana e o Planejamento Urbanístico na região de Montes Claros - MG</p>	<p>Pesquisa e Extensão</p>	<p>Analisar a produção e comercialização da Agricultura Urbana em Montes Claros</p>	<p>Criação de mapa interativo, que permita a localização e visualização de informações acerca de cada ponto representado no mapa;</p>
			<p>Disponibilização das informações da pesquisa através da rede, por meio de site específico;</p>
			<p>Síntese de uma proposta de política pública ou adequação aos métodos existentes como sugestão de inserção da produção proveniente da agricultura urbana no planejamento público</p>
			<p>Promoção de Seminário de entrega dos resultados ao poder público e às entidades da sociedade civil interessadas na proposta.</p>

Fontes: Da pesquisa, 2017.

Os projetos estão em andamento e foram apresentados nesta dissertação a fim de expor que a pesquisa aqui apresentada não finda somente na apresentação dos resultados, pois se acredita que a conclusão de um mestrado apresenta-se após a contribuição do concluinte com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados permitiram identificar o perfil dos agricultores urbanos de Montes Claros que produzem hortaliças para comercialização, bem como suas percepções sobre a prática e também seus relatos de desafios enfrentados com a atividade.

Diante do perfil identificado e das especificidades em relação à produção e comercialização, foi possível propor ações de extensão universitária e também pesquisas que podem ser desenvolvidas com estes atores sociais tão importantes para o desenvolvimento local e a segurança alimentar.

Além da importância em relação ao conhecimento prévio do público para possíveis projetos de extensão, no que tange às suas origens e suas demandas reais, esta pesquisa evidenciou a possibilidade de uma extensão multidisciplinar e de sua contribuição tanto para o público quanto para o aprendizado acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia Ambiente & Sociedade. Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização. Paz e Terra: São Paulo, 1999.
- BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). "Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar" Salvador, Editora da UFBA.
- BOUKHARAEVA, L. M. et al. Agricultura Urbana como um Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 20 Jun. 2016.
- BRASIL. Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais. Lei 15.973 de 12/01/2006. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249716>>. Acesso em 22 abr. de 2016.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009. Senado Federal, Brasília, DF. 09 jul. 2009. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92148>>. Acesso em 26 jun. 2017.
- BRITO, G. S. Migrações Rural/ Urbano E Fluxos De Conhecimento Agroecológico: O Caso De Montes Claros, Minas Gerais, 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2011.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana e Terra: Rio de Janeiro, 2009.
- CASTRIOTA, R. Urbanização Planetária Ou Revolução Urbana? De Volta À Hipótese Da Urbanização Completa Da Sociedade. CEDEPLAR – UFMG. 2016. Disponível em: http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anaais/economia/303-516-1-RV_2016_10_09_00_35_30_720.pdf. Acesso em 30 mai. 2017.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf>. Acesso em 29 Jun. de 2016.
- FURTADO, C. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, V.1, ago, 1992. p. 5-19.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Cadastro e-MEC. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 05 jun. 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.
- _____. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbana. In: Costa, G., Costa, H., Monte-Mór, R. (eds) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, C/Arte. pp.55-70.
- MOUGEOUT, Luc J.A. Agricultura Urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana nº 1, 2005. Disponível em: < <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AUiconceito.pdf> >. Acesso em: 15 Mai, 2016.
- OJIMA, R., HOGAN, D.J. População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira. Campinas: NEPO, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1383.pdf>. Acesso em 09 jul 2017.
- ORTEGA, A. C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Editora Alínea, 2008.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5 ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1997.



La agricultura urbana y sus funcionalidades en Montes Claros, MG: Propuestas de extensión universitaria multidisciplinar

Urban agriculture and its functionalities in Montes Claros, MG: Proposals for multidisciplinary university extension

Cristh Ellen Ferreira Pinheiro,
Mestre em Sociedade, Ambiente e Território
Professora do curso de graduação em Administração das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMOC)
crissthfp@yahoo.com.br

Helder dos Anjos Augusto
Doutor em Demografia atualmente, é Professor do ICA- UFMG
matacuane@gmail.com

Cledinado Aparecido Dias,
Doutorado em andamento em Administração Professor do ICA- UFMG
cledinaldodias@yahoo.com.br

Fábio da Silva Gonçalves,
Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais
fabbyogeo@hotmail.com

Marcelo Oliveira Junior
marcelooli333@gmail.com

RESUMEN

Este estudio buscó conocer la realidad de los agricultores urbanos que comercializan su producción de hortalizas y, a partir de esa investigación, proponer acciones de extensión e investigación a ser realizadas por una institución federal de enseñanza superior de Montes Claros. Específicamente, objetivó identificar en qué regiones de la ciudad hay producción agrícola para comercialización; las principales funciones de la agricultura urbana en la visión del agricultor; y las dificultades que enfrentan estos productores. El análisis permitió proponer acciones de extensión e investigación, las cuales tienen como principal característica la multidisciplinariedad, debido, frente a las demandas identificadas en campo, haber la necesidad de actuaciones de más de un área / curso, lo que demuestra que la AU, además de sus funcionalidades ya discutidas en investigaciones, también puede contribuir al aprendizaje académico debido a la integración de conocimientos de varias áreas de actuación.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Universidade; Produção Agrícola Urbana

ABSTRACT

This study was developed to understand the business urban farmers and, based on that, propose extension and research actions to be carried out by a federal institution of higher education in Montes Claros. Specifically, it aimed to identify in which areas of the city there is agricultural production for commercialization; the main functions of urban agriculture in the view of the farmer and what difficulties these producers face. The analysis presented allowed proposition of extension and research actions, which have multidisciplinary as main characteristic. Due to the demands identified in the field, there is a need for actions in more than one area / course, which shows that AU, can also contribute to academic learning.

Keywords: Local Development; University; Urban Agricultural Production.

CONTEXTUALIZACIÓN

En medio a las discusiones en relación a las temáticas Urbanización, Desarrollo, Medio Ambiente, Salud y Cultura, la práctica de la Agricultura Urbana (AU) se destaca debido a que sus funcionalidades traspasan esos temas de forma contributiva. No obstante esta contribución pasa por toda su cadena productiva, de manera que del solar del productor a la mesa del consumidor se percibe su importancia.

Cuanto al concepto, la AU presenta diversas definiciones vueltas al tiempo de dedicación a la producción, a las especificidades productivas y al tamaño y local del espacio utilizado.

Conforme señala Boukharaeva et al. (2005) el informe del Programa das Nações Unidas para el Desenvolvimento (Pnud) apunta que la producción familiar en tiempo parcial corresponde a la definición de la AU que ocurre en Brasil. “Es una microagricultura intensiva cuyos productos son destinados a la demanda local, en la cual predominan los ciclos cortos y los pequeños circuitos de producción” (BOUKHARAEVA et al., 2005, p.416-417).

De acuerdo con la Lei 15.973 del 12/01/2006 que dispone sobre la Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais, se entiende como Agricultura Urbana “el conjunto de actividades de cultivo de hortalizas, plantas medicinales, especies fructíferas y flores, bien como la creación de animales de pequeño porte, piscicultura y la producción artesanal de alimentos y bebidas para el consumo humano”.

Las definiciones más utilizadas de la AU para Mougeout (2005) se basan en determinantes como las actividades económicas, considerando las fases productivas (producción, procesamiento y comercialización) y la interrelación de ellas en el tiempo; la localización siendo el elemento más considerado en las definiciones, donde consideran la agricultura urbana y la periurbana; los tipos de áreas englobando la propiedad, el desarrollo del área (construida o baldío), la modalidad del uso o de la posesión y relaciona igual la categoría oficial del uso del suelo; el sistema y la escala de producción siendo que para el autor todos los sistemas son aceptados; los tipos de productos en que el autor enfatiza la producción de alimentos; y el destino de los productos, siendo observado que la producción proveniente de la AU se destina tanto para el consumo cuanto para comercialización.

Mougeout (2005) aún salienta la necesidad de considerar la interacción de la AU con el ecosistema urbano, considerando que la definición de agricultura no está ligada sólo a su localización pero a su conexión con el organismo urbano. Así el autor asegura que “la agricultura urbana relaciona con diversas facetas del desarrollo urbano, también es un hecho que ella puede ayudarnos a diversificar y fortalecer nuestras estrategias de gerenciamiento urbano” (MOUGEOUT, 2005, p. 7).

Boukharaeva et al. (2005), Brito (2011) y otros investigadores de la temática contemplan la migración rural-urbana como uno de los motivos del desarrollo de prácticas de agricultura urbana y apuntan aspectos importante en lo que cerne a las contribuciones de ella para el desarrollo social.

Aquino y Assis (2007) consideran la AU una estrategia frente a los gargolas enfrentados en las áreas urbanas (producción de basura, hinchazón poblacional e inexistencia de condiciones económicas de las poblaciones carentes para la compra de alimentos). “En la práctica la agricultura urbana está desarrollando su capacidad para ayudar a resolver o enfrentar diversos desafíos del desarrollo” (MOUGEOUT, 2005, p. 2).

Al debatir el tema desarrollo, Brandão (2008) defiende la importancia de comprender la lógica capitalista, la cual pone como un proceso padronizado pautado en la expansión de base material. En la misma línea Ortega (2008) crítica la visión positivista de la relación de progreso con desarrollo impuesta en esta lógica.

Así, el concepto de desarrollo expuesto por Brandão (2008) se relaciona con el involucramiento de acciones que rompan la idea ya pasada (desarrollo padronizado y por etapas) e exige énfasis en sus procesos e interacciones entre las decisiones en las varias camadas sociales donde el proceso ocurra simultáneamente en las escalas espaciales. En este sentido para el autor no es posible generalizar el proceso de desarrollo como defienden las vertientes capitalistas.

En relación al tema Furtado (1978) trata la fragilidad de la idea de que todo y cualquier crecimiento económico conduce al desarrollo, donde el autor afirma que el proceso de evolución de la *Civilização Industrial* (economicista) no puede ser confundido con desarrollo. Para el autor la idea de desarrollo comporta ambigüedades e estas son aún mayores cuando consideradas en el cuadro de la difusión de la civilización industrial.

En relación a la civilización industrial es importante debatir sobre la urbanización y sus consecuencias en la sociedad. Las sociedades vienen pasando por un conjunto de cambios económicos, culturales y ambientales que de cierta forma estimulan a hacer relecturas de los conceptos y nuevos paradigmas, en el caso específico de la urbanización. Esas transformaciones fecundadas a partir de la revolución industrial trajeron nuevas formas comportamentales en las dimensiones culturales, ambientales, sociales y demográficas en relación simbiótica entre urbano y rural. Es en este contexto que las territorialidades urbanas se entrelazan progresivamente con el mundo rural.

Antes de assinalar las relaciones simbióticas se hace necesario apuntar inicialmente que el proceso de urbanización a nivel mundial siempre estuvo de groso modo atrelado a los fenómenos de la revolución industrial y consubstanciado a la modernización. Es decir, siempre acompañó los cursos de la expansión de las economías de mercado. Con todo eso la discusión del tema urbanización exige una búsqueda principalmen-

te del contexto histórico de la formación de la sociedad urbana como expuesto en los estudios de Lefebvre (1999).

A priori es importante esclarecer que Lefebvre (1999) parte del hipotesis de la urbanización de la sociedad para explicar la transición de ella. Para el autor la sociedad urbana resulta de que lo que él llama de urbanización completa. La discusión de la Revolução Urbana explicada por Lefebvre (1999) concluye que la urbanización consiste en un conjunto de transformaciones que ocurren en la sociedad por medio del proceso de industrialización en el cual la ciudad pasa a tener la función de suplir la demanda de fuerza de trabajo en la indústria. Ya su discípulo Castells (2009) apunta que urbanización corresponde a un proceso típico de ocupación del espacio por una determinada población a partir de una de una concentración intensa y, por consiguiente, una alta densidad poblacional.

En una otra visión sobre la urbanización Benko (1999) apunta que el proceso en sí está calcado en dos perspectivas que se complementan, son ellas: la transnacionalización de los espacios económicos y la regionalización de los espacios sociales. La primera es influenciada por agentes externos y la segunda corresponde a una fuerza interna que reacciona en el sentido contrario.

En un eje temporal Lefebvre (1999) explica la formación de las ciudades a partir del punta cero (Aldeas) pasando por la ciudad política, por la ciudad mercantil, por la ciudad industrial, hasta el punto 100 que el autor considera como la zona crítica (100% del estado de urbanización). La zona crítica expuesta por el autor como 100% de urbanización en una visión virtual consiste en una realidad actual planetaria para Castriota (2016).

Las afirmaciones expuestas por Castriota (2016) son contempladas a partir de las teorizaciones clásicas del urbano y de la urbanización extensiva, contemplando los estudios de Lefebvre y Monte-Mór. En este sentido el autor reafirma sobre los fenómenos de implosión-explotión, bien como de la participación arbitraria del capitalismo en esos procesos.

Así que para Monte-Mór (2006) la ciudad pasó por un proceso duplo de implosión-explotión donde su centralidad implosionó sobre ella misma y la periferia explotó sobre el entorno. La explosión sobre el entorno expu está por Monte-Mór (2006) y también por Lefebvre (1999) incide en la formación de lo tecidos urbanos, los cuales son compuestos por las manifestaciones de predominio de la ciudad en el campo.

Sobre la explosión Castriota (2017) la relaciona con la extensión del tejido urbano y modernización estructural, pero él autor completa la re(lectura) del fenómeno presentando a él también el significado de ciudadanía extensiva.

En un sentido dispar a ese movimiento de explosión-implosión, como expuesto por Brito (2011), la agricultura urbano consiste en una (re) producción, como la agricultura urbana, para el modo de vida a esos ciudadanos rurales.

La contextualización aquí expuesta muestra la importancia de la AU para el desarrollo local, bien como la relación de sus funcionalidades con otras temáticas importantes, siendo ellas las cuestiones ambientales, la generación de renta, la seguridad alimentaria, la salud y la cultura, con enfoque al reconocimiento del productor agrícola.

La elección de la ciudad de Montes Claros se dió por el hecho de la importancia económica de ella, avenida de la representatividad educacional, principalmente en la enseñanza superior; industrial; comercial y de salud, siendo estos sectores responsables por los intensos procesos migratorios observados en el histórico del municipio y sobretodo la intensa movimentación pendular.

Delante de la relación entre la representatividad económica de la ciudad y los procesos migratorios evidenciados, la inmigración de personas provenientes de ciudades próximas es el factor más demostrados en las investigaciones que contemplan esta relación.

Al contemplar el proceso de urbanización del municipio, además de las alteraciones observadas en la estructura de la población, se percibe también una extensión de la red urbana proveniente del crecimiento horizontal del tejido urbano. Esta constatación genera, conforme estudios hechos en el municipio, problemas en los ámbitos socio económicos (segregación), estructurales (estructuración de la ciudad y aumento de los espacios vacíos) y también ambientales (utilización del espacio), atrelados a la valorización inmobiliaria.

No obstante los inmigrantes de Montes Claros en su mayoría tiene el origen en zonas rurales de municipios próximos y/o con características tenidas como rurales, o sea, estos inmigrantes tenían como una de las actividades principales en sus locales de origen la vida en el campo.

Así, en el intuito de re(producir) la vida del campo en la ciudad, como expone Brito (2011), muchos inmigrantes practican la Agricultura Urbana en la ciudad de Montes Claros. No obstante es sabido que esta producción puede ser convertida para el autoconsumo, para la comercialización y para ambos objetivos.

Delante de la ocurrencia de estudios vueltos para el tema en la ciudad se observa una carencia de una visión vuelta para la comercialización, así que estudios que contemplan la identificación de estos productores, la visión de ellos en relación a las funcionalidades de la AU, como el entendimiento del proceso de comercialización son importantes para dar base a eventuales actividades de extensión y otras acciones de instituciones de enseñanza superior.

1 Denominado en este texto el "ciudadano rural" aquellos que a pesar de vivir en el perímetro urbano, (re) producen la cultura y el trabalho traído de la vida en el campo.

2 Movimiento poblacional regular entre ciudades de forma no definitiva. En el caso de Montes Claros ese fenómeno ocurre debido a las personas que viajan para la ciudad en búsqueda de servicios de salud, educación y por el comercio.

3 Canan (2014); Brito (2011); y Pereira (2007).

En esta perspectiva fue realizado un diagnóstico de la AU para comercialización a fin de dar soporte para acciones de extensión de una universidad federal instalada en el Norte de Minas, se cree que la investigación es una herramienta necesaria para los trabajos de extensión universitaria.

Cabe resaltar también que este estudio fue realizado en el ámbito del Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio à Reforma Agrária (PRODERA), vinculado al Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, específicamente como parte de una investigación de maestría de una académica de la ICA/UFMG la cual tuvo como resultado un proyecto de apoyo a los agricultores urbanos de Montes Claros, a fin de dar visibilidades a estos productores y auxiliarlos en los procesos de producción y comercialización.

Así que delante del contexto expuesto esta investigación tuvo como objetivo conocer la realidad de los agricultores urbanos e investigación que van a realizarse por una institución federal de enseñanza superior de Montes Claros. Específicamente la investigación buscó identificar en cuales regiones de la ciudad hay producción agrícola para comercialización; las principales funciones de la agricultura urbana en la visión del agricultor; y cuáles las dificultades enfrentadas por estos productores.

PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

Para el alcance de los objetivos propuestos fue realizada una investigación descriptiva de abordaje cualitativa por medio de un estudio multicaseos en el cual las herramientas utilizadas fueron la investigación documental, la entrevista y las observaciones de campo.

Considerando el objetivo de investigar la agricultura urbana vuelta para la comercialización en Montes Claros, esta investigación presenta un carácter descriptivo pues se atenta en observar los hechos, registrarlos, analizarlos, clasificarlos e interpretarlos sin la interferencia del investigador, conforme conceptua Andrade (2001).

En relación al abordaje se comprendió un estudio cualitativo con el cual se pretendió levantar informaciones de los agricultores urbanos investigadores cuanto al perfil, a las especificidades productivas y la comercialización de los productos.

Considerando que el objetivo de la investigación se delimitó en su realización con agricultores urbanos que tienen como enfoque la producción de hortalizas para la comercialización, la identificación de los agricultores investigados se dió por medio del contacto junto a la Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Montes Claros - MG, posteriormente junto a asociaciones de agricultores y asociaciones de barrios y en seguida durante las entrevistas por medio de

informaciones de los propios agricultores, los cuales fueron indicando los agricultores conocidos, lo que caracteriza la muestra por pelota de nieve o snowball.

El contacto junto a las secretarías municipales tuvo como objetivo realizar una investigación documental para identificar los posibles agricultores urbanos. Entretanto conforme informado ellas no disponen de la información. En la oportunidad un funcionario de la Secretaria Municipal de Meio Ambiente informó sobre la existencia de una asociación de agricultores urbanos que según el informante tendría los datos demandados para la realización de la investigación.

Así fue hecho el contacto con el presidente de la Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, que contribuyó inmensamente con la investigación en términos del histórico de la producción urbana en Montes Claros, de la participación del poder público municipal en la promoción de la AU y sobre las experiencias existentes.

Asociaciones de barrios también fueron contactadas y a partir de las informaciones colectadas fue posible identificar agricultores urbanos en las regiones Norte, Oeste y Sur de la ciudad.

Debido a la falta de registros documentados e informaciones acerca del universo de la investigación, la elección de los entrevistados se dió por la facilidad de acceso e informaciones provenientes de la red de contacto entre ellos (snowball).

Después del proceso de colecta de datos documentales fue realizada la investigación de campo por medio de entrevistas con cinco (5) agricultores urbanos, siendo cuatro (4) productores de hortalizas para la comercialización y uno (1), el presidente de la primera asociación de agricultores urbanos de la ciudad, siendo este productor de frutas. En esta fase se buscó comprender la realidad vivida por los agricultores urbanos desde la adquisición de los insumos para la producción de hortalizas hasta el consumidor final de sus productos.

Las entrevistas semi estructuradas fueron realizadas con el intuito de colectar elementos relacionados al contexto de la producción, en el que tange al histórico; a la motivación inicial; a la importancia para la renta familiar; a la relación con el poder público; al tipo de organización; a las potencialidades y a las gárgolas. La aplicación de esta técnica de colecta de datos conforme Marconi y Lakatos (1996, p.84), “es un procedimiento bastante utilizado en la investigación social para la colecta de datos o para ayudar en el diagnóstico o en el tratamiento de un problema social” siendo en el caso específico en la comprensión de la agricultura urbana en Montes Claros – MG.

4 “Esa técnica es una forma de muestra no probabilística utilizada en investigaciones sociales donde los participantes iniciales de un estudio indican nuevos participantes que por su vez indican nuevos participantes y así sucesivamente hasta que sea alcanzado el objetivo propuesto (el “punto de saturación”), siendo este punto de saturación cuando los entrevistados empiezan a indicar las mismas personas” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332).

Debido a eso las informaciones provenientes de las entrevistas fueron transcritas y organizadas en archivos de computadora para facilitar la interpretación y la discusión. Durante las entrevistas, con la autorización de los entrevistados fueron colectadas las coordenadas geográficas para identificación de los locales de producción/comercialización. Las informaciones acerca de las localizaciones fueron trabajadas en Sistemas de Informação Geográfica, siendo establecidas de la siguiente forma:

Colecta de coordenadas geográficas de los locales de producción investigados por medio de un receptor de Sistema de Posicionamento Global (GPS);

Organización de las coordenadas colectadas en hoja Excel;

Sistematización de las informaciones en la elaboración de los mapas por medio de los SIGs Google Earth Pro y GPS TrackMaker.

Así que después de la organización de los datos colectados y abarcado en la literatura estudiada fue elaborado un material contemplando las informaciones analizadas y las propuestas de acciones de extensión e investigación fueron elaboradas.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Conociendo a los Agricultores

Los resultados de esta investigación presentan una realidad de la ciudad de Montes Claros desconocida por muchos de sus ciudadanos del campo. Hay mucha producción de hortalizas con enfoque en comercialización y muchos de los protagonistas de este cultivo son, conforme investigaciones ya hechas anteriormente a esta, inmigrantes de la zona rural de municipios próximas a la “capital norte mineira”.

Para identificar los agricultores urbanos que tienen como objetivo la comercialización de su producción fue realizado un mapeamiento de los locales de producción y la identificación del perfil de los productores. Así se presenta el perfil de cada investigador.


Fueron identificadas áreas de producción en los barrios Village do Lago I, Morada do Parque, Vila Atlântida y Santos Reis, lo que permite inferir que la práctica de la AU en Montes Claros es realizada en regiones con renta familiar media alta y también media baja.

Los Cuadros 1, 2, 3 y 4 contemplan la ampliación de las áreas de producción estudiadas y la caracterización basada en las entrevistas realizadas con intención de identificar el perfil de los agricultores urbanos investigados.


5

Denominación popular dada al municipio de Montes Claros - MG.


Cuadro 1 - Localización y perfil del Productor 1

Imagen de la Localización del productor 1	Caracterización del productor 1
<p data-bbox="190 348 476 371" style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 1</p>  <p data-bbox="148 683 274 708">Datum: SIRGAS 2000 Fonte de Dados: Google Earth 2017</p> <p data-bbox="178 713 244 736">10 0 10 Km</p>	<p data-bbox="630 421 1120 736"> Edad: 59 años Origen: Zona Rural de Brasília de Minas Ocupación: Agricultor Urbano Tiempo de AU em Montes Claros: 17 anos Objetivo de la produção: Comercializaç ão Motivaç ão para produç ão: Renda; Bienes- tar; Potencialidade da produç ão urbana (reduç ão de custo com logística) Tipo do terreno: Arrendado Área produzida: 15.000 m² </p>


Cuadro 2 - Localización y perfil del Productor 2

Imagen de la Localización del productor	Caracterización del productor 2
<p data-bbox="202 1025 510 1048" style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 2</p>  <p data-bbox="160 1367 286 1392">Datum: SIRGAS 2000 Fonte de Dados: Google Earth 2017</p> <p data-bbox="190 1397 256 1420">10 0 10 Km</p>	<p data-bbox="639 1072 1132 1420"> Edad: 19 años Origen: Zona Urbana de Montes Claros Ocupación: Servente de pedreiro Tiempo de AU em Montes Claros: Não sou- be responder Objetivo da Produção: Comercializaç ão e consumo próprio Motivación para a produç ão: Renda e Bem- -estar Tipo de terreno: Próprio Área produzida: Não soube responder </p>

Cuadro 3 - Localización y perfil del Productor 3

Imagen de la Localización del productor	Caracterización del productor 3
<p style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 3</p> 	<p>Origen: Zona rural de Jequitaiá Ocupación: Agricultor Urbano Tiempo de AU em Montes Claros: 15 anos Objetivo de la Produção: Comercialización Motivación para la producción: Renda e Bienstar Tipo de terreno: Cedido (meia) Área producida: 1,5ha</p>

Cuadro 4 - Localización y perfil del Productor 4

Imagen de la Localización del productor 4	Caracterización del productor 4
<p style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 4</p> 	<p>Edad: 71 años Origen: Zona rural de Francisco Sá Ocupación: Agricultor Urbano e jubilado (servicio público) Tiempo de AU em Montes Claros: 20 años Objetivo da produção: Comercialización Motivación para a produção: Bienstar y renta Tipo de terreno: Próprio Área producida: 125m²</p>

Fuente: Da pesquisa, 2017.

Las áreas producidas contemplan terrenos propios arrendados y de alianzas (popular “media”), teniendo dimensiones de 1 solar (125 m²) a 1,5 hectáreas de canteros productivos. Las dimensiones corroboran con las afirmaciones de los otros autores acerca del tamaño de las áreas de producción de AU donde se observa que las áreas destinadas a la producción son pequeñas comparadas con la producción rural.

El número de especies producidas se da conforme el tamaño del terreno, cuanto mayor el terreno mayor es la variedad productiva. Los agricultores mantienen un cultivo diverso contemplando lechuga, col, coliflor, brócoli, salsa, apio, cilantro, cebollín, berro, puerro, arúgula, mostaza, espinacas, albahaca, romero, menta, tomate cherry, gombo, calabacín tipo italiano, abóbora, berenjena, jiló, vaina (FIGURA 1).

Figura 1 - Agricultura Urbana en el barrio Morada do Parque



Fuente: Da pesquisa, 2017.

Delante de la diversidad producida todos los agricultores investigados utilizan el método del consorcio de cultivo en la producción alegando mayor productividad debido al aprovechamiento del espacio (relación espacio – número de especies producidas).

Figura 2 - Consórcio produtivo en el barrio Vila Atlântida - Lechuga e col



Fuente: Da pesquisa, 2017.

Así, conforme a la caracterización presentada, la producción agrícola urbana en Montes Claros se da desde hace al menos 20 años y dispone de una diversidad de especies. También fue posible observar que la mayoría de los agricultores encuestados proceden de la zona rural y / o de municipios cercanos a Montes Claros, lo que corrobora con la discusión teórica sobre la relación entre el proceso de urbanización de Montes Claros y la inmigración de la población de ciudades vecinas, además de la (re) producción de las actividades rurales en el perímetro urbano.

Agricultura Urbana: Sus funcionalidades en Montes Claros

Las investigaciones realizadas en la ciudad con la misma temática abordaron la producción para autoconsumo y no contemplaron la AU como actividad principal del agricultor. Así, esa investigación buscó también relacionar las funciones de la AU con las experiencias dirigidas a la comercialización identificadas en la ciudad de Montes Claros - MG.

Los resultados presentados en esta investigación permiten inferir que la AU en Montes Claros, además de no ser practicada solamente en áreas con población de baja renta tampoco es exclusiva para el autoconsumo, pues fue identificada la presencia marcante de la función de generación de renta, lo que no sorprende, pues los encuestados realizan la práctica teniendo la cuestión económica como principal objetivo.

Sin embargo, lo que sorprende es el hecho de que algunos agricultores optar por la producción en la ciudad, según los mismos, debido a la reducción en los costos de producción:

Desde que vine de la roza, trabajo con huerto aquí en la ciudad. Aquí es lo mejor para trabajar porque estamos más cerca del mercado y ahorramos con el transporte, ya que es más cercano. Ganancia más produciendo aquí “(Investigado 1).

Esta afirmación coloca la producción urbana frente a la rural en cuanto a la productividad, debido a la reducción de costos de producción frente a las ventajas volcadas hacia la logística, productividad de espacio y, además, ventaja frente al mercado. Sin embargo, para afirmar la ventaja de costos de producción, es necesario un estudio detallado y comparativo, el cual no fue contemplado en esta investigación.

Además del factor renta la seguridad alimentaria también fue mencionada por los agricultores, siendo esta directamente ligada a la otra pues el hecho de producir con técnicas alternativas (utilizando recursos de la agroecología) facilita la entrada en el mercado local debido al aumento de la demanda por alimentos agroecológicos. La producción agroecológica es utilizada como estrategia de mercado por los agricultores conforme afirmado por los productores 1 y 4:

“Cuando la gente viene comprar aquí, preguntan se utilizo veneno, sí la producción es realmente mía. Hay una confianza en mis productos porque yo tengo este cuidado o pessoal vem comprar aqui pergunta se utilizo veneno, se a produção é minha mesmo. Há uma confiança nos meus produtos por eu ter esse cuidado” (Produtor 1).

Pese que tengan la AU como actividad principal para la generación de renta algunos agricultores, principalmente aquellos provenientes de zona rural y más viejos, creen que el trabajo en la huerta proporciona una sensación de bienestar. Ellos afirmaron que la vida en la huerta es una “terapia” pues además de hacer lo que les gusta, ganan dinero y se sienten más próximos de la vida en el campo.

“Cuando estoy aquí en la huerta el tiempo pasa y no percibo, trabajo con un cantero aquí y otro allí y los problemas van huyendo de la cabeza. Además de eso es el sustento de mi familia, ¿jino?!” (Produtor 3).

“Me gusta trabajar con huerta aquí en la ciudad porque hago muchos amigos. Conozco a la gente de todos lugares en esta ciudad y me hago amigo de ellos” (Produtor 5).

Esas afirmaciones corroboran con los estudios teóricos sobre las funciones de la AU, principalmente las funciones de bienestar y cultural apuntadas por Boukharaeva et al. (2005) y Brito (2011), salientando sobre las tecnologías insertas en el campo y, en el caso de este estudio, es posible inferir sobre las ruralidades en el urbano donde se observa que los agricultores traen a la ciudad conocimientos y formas de producción comunes del medio rural, sea como forma de re(producción) de la vida en el campo como expone Brito (2011) sea como forma de adaptación/sobrevivencia para inserirse en el mercado con su especialidad y generar renta.

Frente a las gárgolas y potencialidades presentados durante la investigación fue identificada la necesidad de intervenciones públicas para el fortalecimiento de la AU en la ciudad. En este sentido durante las entrevistas se buscó cuestionar sobre la participación del poder público municipal en la promoción de la AU en la ciudad y en la mayor parte de las veces la respuesta fue negativa para esta cuestión.

Entretanto por medio de la entrevista realizada con el presidente de la Associação Comunitária Recanto das Hortaliças fueron identificados proyectos y episodios de apoyo y promoción de la AU en Montes Claros realizados por el poder público municipal en administraciones pasadas.

Las principales contribuciones de poder público mencionadas por el presidente de la asociación fueron el apoyo en la formalización de la organización, en la estructuración de las áreas con implantación de pozo artesiano para la producción agrícola en la ciudad y también aspectos relacionados al escurrimiento de la producción en mercados institucionales. Conforme afirmación del entrevistado los gobiernos de los periodos del 2001-2004 y 2005-2008 fueron los que más contribuyeron para la promoción de la agricultura urbana en la ciudad.

No obstante, según el productor los próximos gobiernos no van a contribuir de forma directa con la AU urbana en Montes Claros. “Hoy día casi no hay ayuda por aquí, la gente consigue una tubería o alguna cosita pero a través de la asociación, ¿jino?! Hoy casi nadie produce más, fue disminuyendo (...)” (Productor 5 – Asociación).

Además de la cuestión vuelta para la contribución en relación a la estructura el presidente de la Asociación mencionó un hecho interesante que relaciona poder público (apoyo a la AU) a la disminución de la producción delante de la pérdida de fuerzas de la colectividad que tiene como objetivo la práctica.

Impresiones y proposiciones

A partir de las informaciones colectadas durante la investigación de campo por medio de las afirmaciones de los productores, principalmente en relación a los cambios del panorama de la Agricultura Urbana en Montes Claros, se sintió la necesidad de verificar los cambios en el tiempo y hacer una correlación entre las informaciones y las impresiones de campo.

No obstante, se cree que sólo la observación no contribuye para el campo estudiado y por eso aquí también van a ser presentadas preposiciones con el intuito de dar un sentido real para esta investigación.

En este sentido este tópico va a presentar una discusión acerca de la relación de afirmaciones de los agricultores y los cambios en aspectos

estructurales de la ciudad, bien como propuestas para el apoyo y la producción de la Agricultura Urbana (AU) en Montes Claros.

Las impresiones

Por medio de las entrevistas y de las observaciones de campo fue identificado que la producción agrícola urbana de Montes Claros disminuyó con el tiempo. Según afirmaciones de los agricultores, principalmente en la entrevista hecha en la Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, esta disminución en la producción y en el número de productores se dió delante de la falta de apoyo del poder público, de la poca inserción de los jóvenes en la producción y también por cuestiones inmobiliarias.

De acuerdo con los agricultores y también por medio de observaciones de campo, las tres cuestiones supracitadas son interrelacionadas pues el hecho del poder público no apoyar hace con que la práctica pierda fuerza y no tenga visibilidad, así que sin el conocimiento los jóvenes no tienen interés en participar en la producción y debido a la valorización inmobiliaria los productores que ya no tienen la misma capacidad física de antes acaban vendiendo parte del terreno y por consecuencia, disminuyendo la producción.

Para tanto fue realizado un estudio por medio de la interpretación de imágenes de satélite utilizando el Google Earth de modo que se colectaron imágenes de los años del 2005 y del 2017 para verificar los cambios en las áreas en relación a la producción (identificación de canteros de huer-tas) y urbanización (identificación de construcciones).

Así que las imágenes fueron organizadas teniendo como referencias las áreas investigadas de la siguiente forma: de un lado una foto del área en el año del 2005 y del otro el área actualmente (2017) (Figuras 3 a 6).

Figura 3 - Alteraciones con el tiempo del área del Productor 1



Al observar la Figura 3 es posible percibir una alteración en el área, tanto en la urbanización con un aumento expresivo del número de residencias en el entorno del área de producción cuanto en la disminución del área de producción.

A pesar de la expresiva urbanización en su entorno el productor no expuso dificultad en relación a eso. Él dice que la llegada de los moradores mejoró las ventas debido al aumento de la demanda por sus alimentos. Este productor tiene un comercio (mercadillo) en el local de producción donde son vendidos productos producidos en su área y también derivados de otros locales. Así se percibe que la urbanización en el entorno de su área de producción contempló una oportunidad de mercado.

Figura 4 - Alteraciones con el tiempo del área del Productor 2



Fuente: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017

En el caso del Productor 2 (Figura 4) se percibe poca urbanización en el entorno del tiempo, aunque la disminución del área producida es expresiva. El productor 2 alegó que debido a su edad, 19 años, tiene poca tiempo que trabaja con la actividad, pero que su padre era agricultor urbano y producía en este área. Pese que se observa poca área de producción, el hecho del Productor 1 ser joven consiste en un punto positivo delante del problema que enfrentan los productores referente a la falta de interés de los jóvenes por la práctica. En el caso de una producción aún tímida como el caso, se puede ver como un potencial futuro.

Figura 5 - Alteraciones con el tiempo del área del Produtor 3



Fuente: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017.

Las imágenes del área del Produtor 3 permiten inferir sobre la expresiva disminución del área de producción. No obstante, así como en el caso del Produtor 2, la interferencia de la urbanización no es intensa. Vale señalar que ambos están localizados en el mismo barrio y los terrenos son próximos.

Tanto el Produtor 2 cuanto el Produtor 3 afirmaron que en el barrio habían más agricultores urbanos y que la producción era mayor en el año del 2005 comparando con la producción actual, debido al apoyo de la administración municipal en la época. Delante de la afirmación de los productores acerca de la falta de apoyo del poder público municipal se permite inferir sobre la relación directa entre la contribución de las administraciones municipales (2001–2004 y 2005–2008) y la extensa producción, así como la disminución actual.

Figura 6 - Alteraciones con el tiempo del área del Produtor 5 - Associação



Fuente: Imagens de satélite Google Earth.

Org.: PINHEIRO, 2017.

La urbanización sucedió de forma expresiva en la región del Productor 5 en el periodo observado. La región contemplada en la Figura 6 dispone de propiedades del agricultor investigado y de vecinos que también producían agricultura en el barrio y son asociados en la organización colectiva liderada por el Productor 5. Esa observación se relaciona directamente con su afirmación referente a la relación directa entre la valoración inmobiliaria y la disminución de las áreas de producción y de la cantidad de agricultores urbanos en la región (Figura 13).

Según el Productor 5 los agricultores urbanos próximos a él disminuyeron la producción porque se encontraron con ganas de vender los terrenos que antes eran utilizados para la producción agrícola, debido a que no tienen más condiciones físicas para trabajar en áreas mayores y también por la oferta del mercado en relación al precio del terreno.

“Sí, mi hija, nos quedamos cada vez más viejos y las fuerzas van acabando. No podemos más trabajar en aquellos terrenos grandes. Mi vecino producía bastante huerta aquí, él tenía un terreno grande. Hoy tuvo que vender la mitad porque el precio estaba bueno y como él no puede más trabajar y los hijos no quieren saber, era ventaja vender (Productor 5).”

Al observar las cuestiones mencionadas la necesidad de proponer intervenciones objetivando la promoción y el apoyo de la Agricultura Urbana em Montes Claros surgió.

Las proposiciones

Se percibió una necesidad, principalmente en las hablas de los agricultores, de apoyo del poder público para la práctica de la AU. En este sentido, considerando entonces la función integradora de la universidad por medio de la extensión universitaria, que componen sus pilares, fueron elaboradas propuestas de intervenciones de carácter motivacional y apoyador, objetivando suplir algunos problemas y promover a la AU por medio también de sus potencialidades.

Por lo tanto el Cuadro 5 presenta los desafíos informados por los agricultores y también los observados en campo; y las posibles intervenciones de la universidad por medio de la extensión universitaria.

Cuadro 5 - Desafíos y Propuestas de Extensión Universitaria

Item Citado	Desafíos	Propuesta de Extensión Universitaria	Cursos
Água	Dificultad de gestión del agua Dificultad de acceso al agua	Capacitación con la temática gestión del agua; Capacitación sobre irrigación eficiente de acuerdo con el cultivo y las especificidades de las áreas; Capacitación sobre técnicas eficientes de plantio.	Administración, Agronomía y Ingeniería Agrícola y Ambiental
Plagas	Dificultad de control de plagas con técnicas alternativas	Capacitación sobre técnicas agroecológicas de control de plagas de acuerdo con las especificidades de los agricultores.	Agronomía
Estructura del terreno	Dificultad en el trato del suelo debido a la falta de maquinarios y dificultad de utilización debido a la especificidad del terreno urbano.	Desarrollo de la tecnología alternativa para el trato del suelo (automático) considerando la especificidad de los terrenos (acceso, tamaño y tipo de producción).	Ingeniería Agrícola y Ambiental

Item Citado	Desafios	Propuesta de Extensión Universitária	Cursos
Insumos	Dificultad de obtener insumos para la producción. Principalmente semillas agroecológicas y fertilizantes naturales	Semillas: Banco de semillas agroecológicas y con alianza entre empresas del sector. Además de las capacitaciones sobre el tema. Fertilizantes naturales: Capacitación sobre compostaje y otras alternativas.	Agronomia
Planeamiento y Control Producción	Dificultad de programar la producción conforma la demanda del mercado.	Capacitación de Planeamiento y Control de Producción Agrícola; Visita técnica en las áreas para consultorías objetivando estudio sobre productividad de las áreas.	Administração Agronomia Ingeniería Agrícola e Ambiental
Comercialización	Visibilidad en el mercado; Demanda por los semi-procesados Precificación de los productos	Promoción de mercados callejeros de los Agricultores Urbanos para la visibilidad de ellos; Divulgación de las áreas de producción en medios de comunicación virtuales; Capacitación sobre buenas Prácticas de Manipulación de Alimentos. Capacitación sobre costos y precificación.	Ingeniería de Alimentos Administración

Las informaciones expuestas en el Cuadro 3 permiten inferir que delante de los problemas y sus propuestas presentadas, hay en la AU de Montes Claros un potencial para la extensión universitaria multidisciplinar, y que considerando el papel de la universidad en la sociedad y el área de actuación del campus de esta universidad contemplando sus cursos e investigadores, la estructuración de un Centro de Apoyo a Agricultura Urbana es una propuesta que puede concretizarse en el Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais.

De esta forma, con el deseo de contribuir con la promoción de la AU en Montes Claros, parte de la investigación fue destinada para la elaboración de una propuesta de un Centro de Apoyo a Agricultura Urbana de Montes Claros (CAAU).

El Centro de Apoyo à Agricultura Urbana (CAAU) en Montes Claros

La creación de este centro en el ámbito del ICA/UFGM se da por el hecho de la unidad presentar una vertiente marcante en las Ciências Agrárias y ser referencia en la extensión universitaria.

El CAAU partió de reuniones y conversas de los miembros del Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio a Reforma Agrária (PRODERA) que coordinado por el profesor orientador de esta investigación realiza acciones de extensión con la temática del desarrollo social y regional tanto en áreas del perímetro rural cuanto urbano.

Durante la investigación de campo y después de la identificación de los problemas presentados se percibió que sólo algunas acciones puntuales no iban a contribuir de forma eficaz para la promoción de la AU en Montes Claros. Delante de eso fue elaborado el proyecto del Centro de Apoyo a Agricultura Urbana en Montes Claros.

Por medio de una construcción colectiva fueron elaborados dos proyectos de extensión e investigación para la AU en Montes Claros para atender a algunos de los problemas observados en la investigación. Así que el Cuadro 6 presenta uno de los resultados parciales de la investigación, cual no se termina en el momento de la finalización de esta disertación.

Cuadro 6 - Proyectos elaborados en el CAAU

Título del Proyecto	Tipo do Proyecto	Objetivo	Metas
Agricultura Urbana en Montes Claros: fortalecimiento y visibilidad del cultivo popular	Extensión	Fortalecer y visibilizar a las prácticas productivas y a los agricultores urbanos de Montes Claros - MG.	Elaborar un portfolio sobre las principales tecnologías de producción y la variedad de cultivar provenientes de la agricultura urbana;
			Promover el cambio de saberes entre los agricultores urbanos y los estudiantes;
			Realización de capacitaciones y talleres y vueltos para la temática, conforme la demanda;
			Desarrollar espacios de cambios/comercialización de la producción de la agricultura urbana de Montes Claros
Agricultura Urbana e o Planejamento Urbanístico na região de Montes Claros – MG	Investigación y Extensão	Analizar la producción y comercialización de la Agricultura Urbana en Montes Claros	Creación de un mapa interactivo que permita la localización y visualización de informaciones acerca de cada punto representado en el mapa;
			Disponibilización de las informaciones de la investigación a través de la red por medio de un sitio web específico;
			Síntesis de una propuesta de política pública o adecuación a los métodos existentes como sugestión de inserción de la producción proveniente de la agricultura urbana en el planeamiento público;
			Promoción de Seminário de entrega del resultados al poder público y a las entidades de la sociedad civil interesadas en la proposta.

Fuentes: Da pesquisa, 2017.

Los proyectos están en andamento y fueron presentados en esta disertación con el intuito de exponer que la investigación aquí hecha no se trata sólo de la presentación de los resultados, sino que cree que la conclusión de una maestría se presenta después de la contribución del conculuyente con la sociedad.

CONSIDERACIONES FINALES

Los resultados permitieron identificar el perfil de los agricultores urbanos de Montes Claros que producen hortalizas para comercialización, bien como sus percepciones sobre la práctica y también sus relatos de desafíos enfrentados con la actividad.

Delante del perfil identificado y de las especificidades en relación a la producción y comercialización fue posible proponer acciones de extensión universitaria y también investigaciones que pueden ser desarrolladas con estos actores sociales tan importantes para el desarrollo local y la seguridad alimentar.

Además de la importancia en relación al conocimiento previo del público para posibles proyectos de extensión, en lo que tange sus orígenes y sus demandas reales esta investigación evidenció la posibilidad de una extensión multidisciplinar y de su contribución tanto para el público cuanto para el aprendizaje académico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia Ambiente & Sociedade. Campinas, v. 10, n. 1, p.137-150, 2007.
- BENKO, G. Economia, espaço e globalização. Paz e Terra: São Paulo, 1999.
- BRANDÃO, C. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). "Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar" Salvador, Editora da UFBA.
- BOUKHARAEVA, L. M. et al. Agricultura Urbana como um Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 20 Jun. 2016.
- BRASIL. Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais. Lei 15.973 de 12/01/2006. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=24,9716>>. Acesso em 22 abr. de 2016.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009. Senado Federal, Brasília, DF. 09 jul. 2009. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92148>>. Acesso em 26 jun. 2017.
- BRITO, G. S. Migrações Rural/Urbano E Fluxos De Conhecimento Agroecológico: O Caso De Montes Claros, Minas Gerais, 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2011.
- CASTELLS, M. A Questão Urbana e Terra: Rio de Janeiro, 2009.
- CASTRIOTA, R. Urbanização Planetária Ou Revolução Urbana? De Volta À Hipótese Da Urbanização Completa Da Sociedade. CEDEPLAR – UFMG. 2016. Disponível em: http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/economia/303-516-1-RV_2016_10_09_00_35_30_720.pdf. Acesso em 30 mai. 2017.
- ENGEL, G. I. Pesquisa-ação. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.educarevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf>. Acesso em 29 Jun. de 2016.
- FURTADO, C. Criatividade e Dependência na Civilização Industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, V.1, ago, 1992. p. 5-19.
- GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Cadastro e-MEC. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 05 jun. 2017.
- MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.
- _____. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-Mór, R. (eds) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, C/Arte. pp.55-70.
- MOUGEOUT, Luc J.A. Agricultura Urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana nº 1, 2005. Disponível em: < <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf> >. Acesso em: 15 Mai, 2016.
- OJIMA, R., HOGAN, D.J. População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira. Campinas: NEPO, 2008. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1383.pdf>. Acesso em 09 jul 2017.
- ORTEGA, A. C. Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Editora Alínea, 2008.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. 5 ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1997.



Grupos de estudos em agroecologia na promoção do paradigma agroecológico

Groups of studies in agroecology in the promotion of the agroecological paradigm

Rodrigo Ferraz Ramos
Graduando em Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
rodrigoferrazramos@gmail.com

José Tobias Marks Machado
Mestrando em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Riceli Gomes Czekalski
Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Evandro Pedro Schneider
Dr. em Fruticultura de Clima Temperado, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Débora LeitzkeBetemps
PhD em Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

RESUMO

No presente artigo, conduz-se uma discussão acerca da crise na formação profissional nas ciências agrárias, em especial na formação profissional em Agronomia e, concomitantemente, aborda-se a contribuição dos grupos de estudos em agroecologia na promoção do conhecimento agroecológico. Observa-se que a necessidade de uma ruptura com o modelo hegemônico de ensino nas ciências agrárias, bem como, com o desenvolvimento da agricultura contemporânea, está fortemente entrelaçada aos interesses dos grupos de estudos em agroecologia. Conclui-se que os grupos de agroecologia desempenham papel fundamental na promoção do paradigma da agroecologia, tanto na universidade, através das diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas à agroecologia e aos sistemas de produção de base ecológica, como seu papel para a sociedade, auxiliando na formação de profissionais que atuarão na promoção do conhecimento agroecológico.

Palavras-chave: Ciência Agrônômica; Crise; Formação Profissional; Movimento Estudantil.

ABSTRACT

In this article, a discussion about the crisis in vocational training in the agrarian sciences is conducted, especially in the professional training of Agronomy and, at the same time, the contribution of the groups of studies in agroecology in the promotion of agroecological knowledge. It is observed that the necessity of a rupture to the hegemonic model of teaching in the agrarian sciences, as well as to the development of contemporary agriculture, is strongly intertwined with the interests of the study groups in agroecology. It is concluded that agroecology groups play a fundamental role in promoting the paradigm of agroecology, both in the university, through the various teaching, research and extension activities focused on agroecology and ecologically based production systems, such as its role for society, assisting in the training of professionals who will work in the promotion of agroecological knowledge.

Keywords: Agronomic Science; Crisis; Professional Qualification; Student Movement.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento da agricultura, suscitado no Brasil a partir da década de 1960, denominado de “Revolução Verde”, promoveu diversos problemas ambientais e socioeconômicos (BALSAN, 2006). Nesse processo, os profissionais da ciência agrônoma desempenharam papel central na difusão e aplicação das tecnologias comumente designadas “modernas” na agricultura, contribuindo no processo de desenvolvimento desigual no meio rural. A defasagem entre a postura desses profissionais perante os problemas de ordem socioeconômica e ambiental, é um fenômeno de ordem paradigmática, denominado de “Agronomia Normal” (SILVA NETO, 2009). Segundo esse paradigma, a Agronomia seria uma disciplina cuja problemática estaria centrada no rendimento físico das plantas e dos animais (SILVA NETO, 2010).

Observa-se nesse contexto, a emergência de uma crise na ciência agrônoma (SILVA NETO, 2009), sendo o processo de crise explicitamente necessário para o desenvolvimento de novas ideias, métodos e teorias concorrentes ao paradigma hegemônico (KUNH, 2013), onde, nas ciências agrárias, a agroecologia se constitui enquanto um paradigma concorrente em construção (CAPORAL et al, 2009). Assim, a agroecologia está se inserindo no cenário educacional das ciências agrárias, seja através da criação de cursos superiores com sua estrutura ou ênfase na agroecologia, bem como através da criação e ação autônoma de grupos de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia (NORDER, 2010; BALLA et al, 2014; RAMOS et al., 2017b).

No tocante à educação superior no Brasil, um conjunto de iniciativas para a difusão da agroecologia está sendo promovido (SOUSA, 2017), onde os grupos de estudos em agroecologia (GA's) representam uma importante resistência em defesa de uma formação agroecológica (NETTO; FAGUNDES, 2013; UJJ & FEHÉR, 2015). Os GA's são coletivos que se organizam para estudar, praticar e difundir a agroecologia (NETTO; FAGUNDES, 2013; SIMONI, 2014) e consagram-se enquanto um espaço de inserção de novos estudantes e futuros profissionais ao debate agroecológico e dos sistemas de produção de base ecológica. Contudo, apesar dos GA's representarem uma resistência na formação agroecológica, sendo uma das práticas construídas pelo movimento estudantil em diversas universidades brasileiras (TREVISAN et al., 2013), poucos são os relatos na literatura científica sobre o papel dos GA's na difusão da agroecologia.

O objetivo do presente artigo é suscitar uma discussão acerca da crise na formação profissional nas ciências agrárias, em especial, na ciência agrônoma e, concomitantemente, analisar a inserção da agroecologia nesse contexto. Ainda, objetivamos identificar as principais abordagens

metodológicas adotadas pelos grupos de estudos em agroecologia no cenário educacional brasileiro e suas contribuições para a promoção e difusão da agroecologia.

METODOLOGIA

No presente artigo, será realizada uma análise qualitativa, com o intuito de condensar as experiências didáticas-pedagógicas proporcionadas pelos grupos de estudos em agroecologia no Brasil, contextualizando-se a problemática que suscitou o surgimento dos GA's enquanto uma ferramenta para o enfrentamento ao modelo hegemônico de ensino nas ciências agrárias, em especial, na formação dos profissionais da ciência agrônoma. Realizou-se uma revisão bibliográfica objetivando analisar as experiências desses grupos relatados pela literatura científica, buscando estabelecer, na medida do possível, um referencial teórico que possibilite a compreensão e uma discussão crítica dos resultados obtidos.

O artigo está organizado em três seções, além da introdução e das conclusões. Em um primeiro momento se analisou as contradições observadas nas reivindicações por parte de alguns estudantes e profissionais das ciências agrárias perante uma crise no conhecimento técnico-científico, denominado no presente estudo de crise de paradigma, como proposto por Thomas Kunh (2013), situando-se o conceito de paradigma na ciência agrônoma. Nessa seção, importante ênfase foi conferida à noção de "Agronomia Normal" proposta por SILVA NETO (2009). Em um segundo momento, foram tratados aspectos da fundação dos grupos enquanto resistência ao paradigma hegemônico na principal ciência que estuda a agricultura: a Agronomia. Nessa seção, analisamos e sintetizamos as metodologias adotadas por esses grupos para a inserção de novos estudantes ao debate da agroecologia e na resistência ao modelo hegemônico de ensino. Ainda, realizou-se uma avaliação sobre as principais atividades realizadas pelos grupos, relacionadas tanto às atividades de ensino, como de pesquisa e extensão. Por fim, na terceira seção, são destacadas as relações dos grupos de estudos com os movimentos sociais e estudantis no Brasil, seguindo-se as considerações finais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A resistência a mudança

A Revolução Verde é uma variante da revolução agrícola contemporânea, baseada na seleção de variedades agrícolas com alto rendimento potencial; ampla difusão no uso de sistemas de irrigação e drenagem;

utilização de motorização e mecanização; alta dependência de pesticidas agrícolas e de fertilizantes químicos solúveis, bem como, dependente de políticas de incentivos econômicos e fiscais (MAZOYER & ROUDART, 2010), que contribuiu significativamente para o aumento da produção agrícola por área cultivada e a produção mundial de commodities agrícolas (PINSTRUP-ANDERSEN & HAZELL, 1985). Contudo, esse padrão de desenvolvimento, embora tenha provocado significativos aumentos da produção, tem gerado também graves problemas econômicos, sociais e ambientais (SILVA NETO, 2009; ALTIERI, 2012).

Devido ao papel central desempenhado pelos profissionais da ciência agrônoma na difusão e aplicação das tecnologias comumente designadas de “modernas” na agricultura, diversos setores da sociedade incutiram críticas à atuação do conjunto desses profissionais. Contudo, o fenômeno observado na defasagem entre a formação agrônoma e os problemas das sociedades contemporâneas decorre de dificuldades que são, em última instância, de ordem paradigmática, ou seja, que o paradigma atualmente hegemônico na Agronomia, constitui-se de um obstáculo que impede os profissionais de definirem adequadamente o seu objeto, impossibilitando-os de tratar os problemas da agricultura sob o ponto de vista do seu desenvolvimento sustentável (SILVA NETO, 2009; 2010).

Nesse sentido, os próprios limites do paradigma hegemônico na ciência agrônoma impõem uma postura reducionista dos profissionais perante a realidade, visto a incapacidade desses profissionais de superar a visão estritamente técnica da agricultura. Esse modelo de formação profissional, denominado de “Agronomia Normal”, está centrado na compreensão de que um conhecimento suficientemente aprofundado das relações solo-planta/animal-atmosfera (base da sua ‘competência técnica’) permitiria aos agrônomos, no seu exercício profissional, prescindir da análise da complexidade da agricultura (SILVA NETO, 2009).

Contudo, observa-se forte resistência a uma mudança, onde Simões (2016) observou a existência de uma contradição nas reivindicações por parte de alguns estudantes e profissionais que conduzem um movimento em defesa de um aprofundamento das disciplinas profissionais específicas em detrimento de disciplinas com enfoque sistêmico, com o pressuposto de que a crise da formação profissional, principalmente de Agronomia, possa ser resolvida por um aprofundamento da esfera técnica da formação profissional, relegando a um segundo plano a esfera social e ambiental. A reação dos “agrônomos normais” diante dessas contradições é, em geral, a alegação da falta de condições para desenvolver as práticas do passado, clamando por mais pesquisa e melhores condições para a extensão (SILVA NETO, 2010).

Essa resistência à mudança é um fenômeno de ordem paradigmática, típica postura da ciência normal, ou no caso da ciência agrônoma, da Agronomia Normal. Assim, a ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aquelas que não

se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos, pois a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma, restringindo a visão do cientista (KUNH, 2013). Nesse sentido, a resistência de alguns profissionais e estudantes à inserção de disciplinas que empregam uma abordagem sistêmica como ferramenta de apreensão de fenômenos complexos, como observado por Simões (2016), é uma reação típica da Agronomia Normal, uma vez que, para a ciência normal, sempre haverá resistência a mudanças da ordem hegemônica (KUNH, 2013). Os cientistas, em resposta à crise, embora possam começar a perder sua fé e considerar outras alternativas, não renunciam ao paradigma que os conduziu à crise (KUNH, 2013).

Nesse interim, evidencia-se o surgimento de uma crise no paradigma hegemônico da ciência agrônômica, contudo, seguida de uma forte resistência a uma mudança de paradigma. Na ciência, uma crise envolve um período de pesquisa extraordinário, mais do que normal, com uma proliferação de articulações concorrentes, a disposição de tentar qualquer coisa, a expressão de descontentamento explícito, o recurso a filosofia e ao de debate sobre os fundamentos (KUNH, 2013). Ainda, é nesse período que surgem novas ideias, novos métodos e, finalmente, uma nova teoria, onde é explicitamente necessário a evidenciação de crise para o surgimento de um novo paradigma, e conseqüentemente, uma revolução científica (KUNH, 2013).

Urge, assim, a necessidade de mudança de paradigma, e o novo paradigma vem sendo construído: a agroecologia (CAPORAL et al, 2009). Nesse contexto, a agroecologia se estabelece enquanto um paradigma científico em construção, no qual o conteúdo do que se entende por agroecologia se constrói de forma sinérgica por meio de diferentes práticas sociais que têm como elemento comum a convicção da necessidade de ruptura, de caráter emancipatório, com o atual processo de desenvolvimento vigente nas sociedades contemporâneas (SILVA NETO, 2013), onde Caporal (2016) defende que a agroecologia é o único caminho para a construção de agriculturas e novas formas de desenvolvimento rural mais sustentável. Devido ao fato da agroecologia envolver o todo e as partes e suas interações, traz consigo questionamentos, principalmente sobre a formação do profissional das Ciências Agrárias (BICA et al., 2007).

A organização estudantil na defesa de um novo paradigma

A formação profissional nas ciências agrárias, reúne diversos conhecimentos técnicos e científicos que, na perspectiva didática, valorizam a transmissão e memorização de conhecimentos, não possibilitando ao futuro profissional suprir os problemas da sociedade relacionados à agricultura, dentro das áreas sociais, econômicas, ambientais e culturais (BICA et al., 2007).

Uma das tentativas de superação dessa postura tem sido a proposta de se pensar uma educação interdisciplinar, isto é, uma forma de se organizar os currículos escolares de modo a possibilitar uma integração entre as disciplinas, permitindo a construção daquela compreensão mais abrangente do saber historicamente produzido pela humanidade (CAE-TANO et al, 2009). Nesse sentido, a agroecologia, vista por alguns como potencializadora de uma práxis interdisciplinar e como portadora de um novo paradigma científico, vem sendo debatida por vários pesquisadores, a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, no plano econômico, científico e social (GABOARDI; CANDIOTTO, 2015).

Observa-se, que diversas iniciativas para a promoção da agroecologia foram construídas e articuladas, demonstrando o interesse de diversos setores da sociedade em uma mudança na ordem hegemônica, devido principalmente aos diversos problemas suscitados pelo processo de “modernização” da agricultura. Muitas dessas iniciativas estão vinculadas aos estudantes que se organizam em “Grupos de Agroecologia (GA’s)” e em outras entidades do Movimento Estudantil (ME), que vislumbram a agroecologia como um conjunto de ciências que visam à construção de um novo modelo de sociedade (FAGUNDES; FARGNOLI, 2011). Historicamente, essas organizações estudantis são compostas majoritariamente por estudantes, e espalham-se em diversas universidades no Brasil, onde a maioria dos grupos de estudo em agroecologia surgiram, no interior dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor escala Biologia (NETTO; FAGUNDES, 2013).

A criação dos Grupos de Agroecologia é uma das práticas construídas pelo Movimento Estudantil (ME) em várias universidades brasileiras, sendo considerada uma das ferramentas que contribui para a construção de um profissional capaz de intervir de forma coerente com a realidade da agricultura familiar (TREVISAN et al., 2013). Os grupos de estudos em agroecologia consagram-se enquanto um espaço de inserção de novos estudantes à discussão da agroecologia, bem como a aproximação as práticas produtivas e sistemas de produção de base ecológica, inserindo assim, um significativo conjunto de estudantes na defesa de um desenvolvimento de uma agricultura plenamente sustentável, como é o caso do Grupo de Agroecologia Noroeste Missões (GANOM), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cujo intuito é de ampliar a capacidade analítica e crítica dos integrantes do grupo frente à complexidade dos problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pelo atual modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, discutindo também a cientificidade no âmbito da agroecologia e a sua inserção nos sistemas de bases ecológica adotados pela agricultura familiar (RAMOS et al., 2017b).

No mesmo sentido, encontra-se o Grupo de Agricultura Ecológica Kapi’xawa (GAEK), da Universidade Federal de Espírito Santo (UFES), que foi criado com o objetivo de promover a Agroecologia como ferramenta para a transformação da sociedade, por meio do fortalecimento da agri

cultura familiar, bem como denunciar e confrontar os ideais impostos pelo setor do agronegócio (VERNEGUE et al., 2013), e o Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica (GEAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que possui a finalidade de promover a agroecologia e o desenvolvimento sustentável (NETTO; FAGUNDES, 2013).

Outros grupos de estudos em agroecologia surgem, em resposta a uma necessidade de iniciar as discussões acerca dos temas inerentes a agroecologia, ausentes nas universidades, como é o caso do Grupo de Agroecologia Terra-Sul (GATS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Santa Maria-RS, que foi criado por estudantes em função da ausência de temas como a agroecologia e desenvolvimento rural sustentável nos currículos dos cursos das ciências agrárias (KAUFMANN et al., 2009). Nesse sentido, observa-se que os grupos de estudos em agroecologia representam uma resistência na formação agroecológica (NETTO; FAGUNDES, 2013), conduzindo um papel central na difusão da agroecologia, principalmente para os estudantes de universidades com cursos de ciências agrárias que não apresentam em sua grade curricular espaços para uma discussão ampla da agroecologia.

Observa-se que diversas atividades são realizadas pelos GA's no intuito de promover a agroecologia. Na Tabela 1 encontra-se uma síntese das atividades realizadas pelos grupos de estudo em agroecologia, com os objetivos apresentados para a execução das diferentes atividades relatadas pelos GA's na literatura consultada.

Tabela 1. Síntese das atividades realizadas pelos grupos de estudos em agroecologia no Brasil relatados na literatura.

Atividades	Objetivos
Reuniões Abertas	Reuniões semanais ou quinzenais, com o intuito de ampliar a capacidade analítica e crítica dos integrantes dos grupos frente à complexidade da realidade da agricultura. São abordados temas diversos, contudo, relacionados aos sistemas de produção de base ecológica e à agricultura familiar.
Multirões e atividades extensionistas	Realização de atividades extensionistas nas áreas experimentais destinadas às atividades dos grupos de estudo. Normalmente são atividades relacionadas à bioconstrução ou manejo de hortaliças em permacultura ou áreas de agroflorestas. Ainda, ocorre a realização de atividades junto aos agricultores ou em escolas de ensino fundamental e médio.
Cinedebates	Consiste em reservar o espaço das reuniões para assistir algum documentário referente aos modelos de produção agrícola ou à agroecologia e, posteriormente, discutir e avaliar criticamente o conteúdo cinematográfico. Um dos principais documentários debatidos relatados pelos grupos de estudos foi "O veneno está na mesa" de Silvio Tendler, o qual relata os problemas provocados pelo uso de agrotóxicos e de transgênicos no Brasil.

Atividades	Objetivos
Incentivo a atividades de pesquisa	Incentivar os acadêmicos a participarem no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionada à agroecologia e aos sistemas de produção de base ecológica.
Incentivo a atividades de ensino	Incentivar os acadêmicos na participação de atividades relacionadas ao ensino, como o exercício de atividades de monitoria em disciplinas relacionadas à agroecologia, favorecendo assim, o desenvolvimento de competências didáticas-pedagógicas aos futuros profissionais na área da agroecologia.
Recepção aos calouros	Intervenções didático-pedagógicas com os estudantes calouros, principalmente dos cursos de Agronomia e Engenharia Florestal, com o intuito de proporcionar uma receptividade distinta aos trotes universitários comumente empregados e apresentar os grupos de estudos e seus participantes, criando um momento de aproximação com os estudantes calouros.
Relações com outras entidades estudantis	Manutenção de relação de apoio recíproco com Diretórios Acadêmicos (DA's) e com o Movimento Estudantil (ME), como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF).
Elaboração e participação em eventos	Incentivo a participação em eventos técnico-científicos e culturais locais, regionais ou nacionais, como a participação de membros dos GA's nos Congressos Brasileiro de Agroecologia (CBA) e nos Encontros Nacionais dos Grupos de Agroecologia (ENGA). Ajudam também na organização de simpósios, palestras e minicursos relacionados à agroecologia.
Relações com movimentos sociais	Participação e apoio às organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, principalmente os movimentos ligados à defesa da democracia, dos direitos humanos e da promoção do paradigma da sustentabilidade, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Via Campesina.

Observa-se ainda, que os grupos de estudos em agroecologia relatados na literatura, foram criados ou iniciaram suas atividades, em sua maioria, na década de 1980, como é o caso do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAAV), possivelmente o primeiro grupo de estudos em agroecologia no Brasil, que surgiu na década de 1980, influenciado pelo movimento denominado de Agricultura Alternativa e que, desde o ano de 1998, denomina-se Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica (GAO) (HERDY et al., 2013); Grupo de Estudos em Agroecologia Ecológica (GEAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado no ano de 1981, in

fluenciado pelos Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa (EBAA) (FAGUNDES; NETTO, 2016); Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ), iniciando suas atividades no ano de 1983 (FRADE, 2000) e o Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa (GAE- Kapi'xawa), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fundando no ano de 1987 (VERNEGUE et al., 2013).

Outros grupos surgiram somente a partir do ano 2000, como é o caso do Grupo de Agroecologia Terra-Sul (GATS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Santa Maria-RS, que iniciou suas atividades no ano de 2000 (KAUFMANN et al., 2009); Grupo de Extensão em Agroecologia Gira-Sol (GEAGS), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), atuando oficialmente desde de 2007 (DEMARCHI et al., 2011); Coletivo de Ações para Sistemas Agroecológicos (CASA), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (MG), iniciando suas atividades no ano de 2011 (SILVEIRA et al., 2013); Grupo de Agroecologia e Extensão (GAEXT) Kaiowá, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen, atuando oficialmente desde de 2012 (TREVISAN et al., 2013); Grupo de Agroecologia Noroeste Missões (GANOM), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo, criado no ano de 2013 (RAMOS et al., 2017b).

Assim, observa-se que a maioria dos grupos de estudos em agroecologia no Brasil surgiram na década de 1980, na época, influenciados fortemente pelo movimento da Agricultura Alternativa, ou posteriormente, a partir do ano 2000. Nesse sentido, observa-se que a década de 1990 não foi propícia para o surgimento dos grupos de estudo em agroecologia. Possivelmente, esse fenômeno é reflexo da política neoliberal imposta pelos governos da época, os quais levaram a um importante sucateamento das universidades públicas brasileiras (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Os grupos de estudos em agroecologia e suas relações com os movimentos estudantis e sociais

Os grupos de estudos em agroecologia proporcionam diversas interações entre estudantes e agricultores, demonstrando-se profícuas ao desenvolvimento de processos de aprendizados diferenciados, fortalecendo a agroecologia e propondo formas alternativas de construção do conhecimento dentro e fora dos muros da Universidade (SIMONI, 2014). Assim, dentro da Universidade os GA's estabelecem relações com outras entidades, ligadas principalmente ao movimento estudantil nacional, como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (RAMOS et al., 2017a) e a Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF).

Além do espaço interno da Universidade, os GA's estabelecem relações com movimentos sociais do campo e da cidade, bem como outras

organizações que tendem a conglomerar iniciativas em comum para a promoção do conhecimento agroecológico. Observou-se que alguns grupos de estudo em agroecologia surgiram através do apoio de movimentos estudantis ligados às questões do campo, como é caso do GAEXT-Kaiowá, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que surgiu em consequência dos encontros e debates da FEAB e da ABEEF, através do anseio dos estudantes em obter um maior contato com a ciência agroecológica, bem como, com a realidade da agricultura camponesa (TREVISAN et al., 2013).

Os membros dos grupos de estudo em agroecologia ajudam na construção e participação em eventos organizados pelo movimento estudantil das Ciências Agrárias, como é o caso dos Encontros Regionais de Agroecologia (ERA), organizados pela FEAB, onde Buzzatti et al. (2013) relataram que o ERA se consagrou enquanto o primeiro contato que os acadêmicos do GAEXT-Kaiowá tiveram com a agroecologia antes da construção do grupo de estudo. No mesmo sentido, no ano de 2014, membros do GANOM, juntamente com a FEAB, organizaram e colaboraram na condução do XVI Encontro Regional dos Estudantes de Agronomia – Sul (XVI EREA – Sul), que discutiu os desafios na formação dos profissionais de Agronomia (RAMOS et al., 2017b).

Destaca-se também, a participação dos membros dos GA's nos Estágios de Vivência Interdisciplinares (EIV's), como é o caso do GAO (HERDY et al., 2013) e do GAEK, onde o EIV apresentou-se enquanto um meio de integrar os estudantes à realidade vivenciada no campo, principalmente em relação aos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (VERNEGUE et al., 2013). Os EIV's são realizados em comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária, apresentando-se como uma ferramenta de extensão universitária eficiente, onde os estudantes vivenciam o cotidiano das famílias agrícolas, sendo assim, um mecanismo pedagógico importante para auxiliar na formação profissional e na tomada de consciência dos estudantes sobre a diversidade e a complexidade das condições sociais, ambientais, econômicas e políticas (DIAS et al., 2013).

Ainda, no ano de 2010 foi criada a Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA), cujo objetivo é favorecer a articulação e a troca de experiências entre os grupos de estudo em agroecologia em nível nacional, onde as discussões da REGA se encaminham em duas pautas, sendo a primeira a formação em agroecologia protagonizada pelos estudos, e a segunda, sobre o resgate e o intercâmbio de sementes crioulas, em parceria com os movimentos sociais (OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, foi através do REGA que O Grupo de Extensão em Agroecologia Gira-Sol (GEAGS) buscou ampliar sua articulação com outros grupos de agroecologia, devido à necessidade de ampliar a formação e articulação política do grupo (GARCIA et al., 2016).

CONCLUSÕES

A defasagem entre a formação dos profissionais das ciências agrárias, em especial da ciência agrônômica, e os problemas socioeconômicos e ambientais das sociedades contemporâneas decorre das dificuldades intrínsecas ao próprio paradigma atualmente hegemônico, principalmente na formação profissional de Agronomia, cuja problemática do paradigma ainda está centrada no rendimento físico das plantas e dos animais, reduzindo o papel dos profissionais a mera compreensão das relações solo-planta-atmosfera.

Devido às dificuldades desses profissionais em superar os problemas socioeconômicos e ambientais provocados pelo atual desenvolvimento da agricultura, evidencia-se uma crise no paradigma da formação profissional. Nesse contexto, surge a agroecologia como eixo estruturador das reivindicações sociais, sendo considerada como um paradigma para o enfrentamento ao modelo hegemônico de ensino nas ciências agrárias.

Observa-se que a necessidade de uma ruptura ao modelo hegemônico de ensino, bem como de desenvolvimento da agricultura contemporânea, está fortemente entrelaçada aos interesses dos grupos de estudos em agroecologia. Diante do exposto, evidencia-se o papel fundamental que os grupos de agroecologia desempenham na promoção do paradigma da agroecologia, tanto na universidade através das diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas a agroecologia e os sistemas de produção de base ecológica, principalmente adotados pela agricultura familiar, como seu papel para a sociedade, auxiliando na formação de profissionais que atuarão na promoção do conhecimento agroecológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. Agroecologia: Bases Científicas para Uma Agricultura Sustentável. 3º ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. 400 p.
- BALLA, J. V. Q.; MASSUKADO, L. M.; PIMENTEL, V. C. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/15589>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006
- BICA, G. S.; HOELLER, S.; GANDIN, R. V.; PAGLIA, E. C. Educação e agroecologia: caminhos que se completam. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n.2, p. 1576-1579, 2007.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Os três ciclos da sociedade e do estado. *Perspectivas*, v. 41 p. 13-51. 2012.
- BUZZATTI, M.; MARTINS, E.; COCCO, P.; LONGUI, M.; TORRES, O. Experiência da construção do Grupo de Agroecologia Kaiwoá na Universidade Federal de Santa Maria. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2013.
- CAETANO, A.; MACEDO, R. L.; MEIRELES, R. C. Agroecologia como princípios de ensino: uma proposta metodológica para o curso superior de agroecologia do Instituto Federal do Amazonas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 393-397, 2009. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/7827>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- CAPORAL, F. R. Poderá a agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade? *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 4, p. 390-402, 2016
- CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília – DF, 2009, 111 p.
- DEMARCHI, L. O.; LEME, M. K.; BREDARIOL, L. R.; DOMBROWSKY, M. Y. Discutindo agroecologia na universidade: grupo de extensão em agroecologia “Gira-Sol”. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.
- DIAS, M. C. C.; VIANA, I. M.; JÚNIOR, F. A. S.; DIAS, T. F.; FERREIRA, L. L. Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de assentamento da reforma agrária e comunidades rurais do estado do Rio Grande do Norte. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 5, p. 30-33, 2013
- FAGUNDES, A. V. W.; FARGNOLI, C. A. A trajetória do movimento estudantil na construção da agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.
- FAGUNDES, A. V. W.; NETTO, E. R. A influência dos grupos de Agroecologia na formação dos engenheiros agrônomos. O caso do GEAE-UFPR. *Cadernos de Agroecologia*, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2016.
- FRADE, C. O. A construção de um espaço para pensar e praticar a Agroecologia na UFRRJ e seus arredores. [Tese – Doutorado], Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRRJ, 2000, 176 p.
- GABOARDI, S. C.; CANDIOTTO, L. Z. P. O caráter interdisciplinar e o potencial transformador da agroecologia. In: XI Encontro Nacional da Anpege, 2015, Presidente Prudente. *Anais do XI Encontro Nacional da Anpege: a diversidade da Geografia brasileira - escalas e dimensões da análise e da ação*. Dourados: UFGD Editora, 2015, v. 1, p. 674-675.
- GARCIA, B. O.; NUNES, L. H.; GAMBARINI, A. P. C.; MELMAN, G. A.; BASTOS, R. Relato de experiência da 1º semana agroecológica, a partir de uma perspectiva de ampliação da visibilidade do grupo. *SemEAR*, v. 4, n. 1, p. 104-110, 2016.
- HERDY, M. L.; MELLO, E. R. de.; PEREYRA, A. S. Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica – GAO: formação agroecológica para a transformação social. *Cadernos de Agroecologia*, v.8, n. 2, p. 1-5, 2013.
- KAUFMANN, M. P.; DULLIUS, P. R.; SILVA, I. C. L. da.; SOMAVILLA, I.; BERTOLDO, C. A.; SIEGLOCH, A. M.; TONIN, J. M. A.; PRUNZEL, T. S.; PIAIA, A.; GARCIA, G. V.; LOPES, A. P. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3756-3759, 2009.
- KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva. 2013, ed. 12, 323 p.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.
- NETTO, E. R.; FAGUNDES, A. V. W. A resistência dos grupos de agroecologia na formação agroecológica: o caso GEAE – UFPR – Porto Alegre, RS, 2013. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1- 5, 2013.
- NORDER, L. A. C. A Agroecologia e a diversidade na educação. *Agriculturas*, v. 7, n. 4, p. 29-33, 2010. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/v7-n4-ensino-da-agroecologia/a-agroecologia-e-a-diversidade-na-educacao/>>, acesso 03 nov. 2016.
- OLIVEIRA, L. A. Sementário da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n.2, p. 1-7, 2013.
- PINSTROP-ANDERSON, P.; HAZELL, P. B. R. The impact of the green revolution and prospects for the future. *FoodReviewsInternational*, v. 1, n. 1, p. 1-25, 1985.
- RAMOS, R. F.; MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SOBUCKI, L.; BETEMPS, D. L. Agroecologia e extensão: o movimento estudantil em defesa de uma nova agronomia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 3, p. 135-142, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/4779/pdf>> Acesso em: 21 nov. 2017a.
- RAMOS, R. F.; SOBUCKI, L.; TONIN, J.; MACHADO, J. T. M.; ROHRIG, B.; BETEMPS, D. L.; SCHNEIDER, E. P. Experiências didático-pedagógicas em agroecologia na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 1, p. 15-22, 2017b. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/4762>>; Acesso em: 13 ago. 2017.
- SIMÕES, A. Refletindo sobre a formação profissional do agrônomo: a experiência da Universidade Federal do Pará. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 12, n.1, p. 81-92, 2016
- SILVA NETO, B. Agroecologia, ciência e emancipação humana. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 1, p. 3-17, 2013.
- SILVA NETO, B. A agronomia e o desenvolvimento sustentável: por uma ciência da complexidade. *Desenvolvimento em questão*, ano. 7, n. 13, p. 37-62, 2009.

SILVA NETO, B. Por uma agronomia como ciência da complexidade: o papel da disciplina de Extensão Rural. In: Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural, 2010, Santa Maria/RS. 2º Seminário Nacional de Ensino de Extensão Rural, 2010.

SILVEIRA, T. F.; ESPÍNDULA, M. B. A.; SOUZA, K. B. de.; IANASE, A. M.; LORENZETI, E. R. Experiências do Grupo de estudos CASA – Coletivo de Ações para Sistemas Agroecológicos no IF Sudeste MG – campus Rio Pomba. Cadernos de Agroecologia, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2013.

SIMONI, J. C. de. Situações e interface e construção do conhecimento: grupos de agroecologia, agricultores e universidade. [Dissertação – Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2014, 145 p.

SOUSA, R. P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. Ciência e Cultura, v. 69, p. 28-33, 2017. Acesso em: 13 ago. 2017. DOI: 10.21800/2317-66602017000200011

VERNEGUE, H. S.; SOUZA, D. S. de.; AZEVEDO, P. L.; KOBİ, H. B.; MONTEIRO, R. B.; SENNA, D. S. de. “Grupo de Agricultura Ecológica Kapi’xawa”: Pela cura do planeta, semeando a agroecologia. Cadernos de Agroecologia, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013

TREVISAN, R.; HAIĐUK, E.; LAZZARETTI, M.; BETTO, J.; BERTIN, R. A experiência prática do Grupo de Agroecologia e Extensão Kaiowá. Cadernos de Agroecologia, v. 8, n. 2., p. 1-5, 2013.

UJJ, A.; FEHÉR, I. Challenges of agroecology knowledge transfer in the higher education training programs in Hungary. Hungary Agricultural Research, v. 4, p. 9-19, 2015.



Grupos de estudios en agroecología en la promoción del paradigma agroecológico

Groups of studies in agroecology in the promotion of the agro-ecological paradigm

Rodrigo Ferraz Ramos
Graduando en Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
rodrigoferrazramos@gmail.com

José Tobias Marks Machado
Mestrando en Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Riceli Gomes Czekalski
Graduanda en Ciências Biológica, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Evandro Pedro Schneider
Doctora en Fruticultura de Clima Temperado, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Débora LeitzkeBetemps
PhD en Agronomia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

RESUMEN

En el presente artículo se conduce una discusión acerca de la crisis en la formación profesional en las ciencias agrarias, en especial en la formación profesional en Agronomía y consecuentemente se aborda la contribución de los grupos de estudios en agroecología en la promoción del conocimiento agroecológico. Se observa que la necesidad de una ruptura con el modelo hegemónico de enseñanza en las ciencias agrarias, bien como el desarrollo de la agricultura contemporánea, están fuertemente vinculadas a los intereses de los grupos de estudios en agroecología. Se conclui que los grupos de agroecología desempeñan un papel fundamental en la promoción del paradigma de la agroecología, tanto en la universidad a través de las diversas actividades de enseñanza, investigación y extensión vueltas a la agroecología y a los sistemas de producción de base ecológica, como en su papel para la sociedad, auxiliando en la formación de profesionales que van a actuar en la promoción del conocimiento agroecológico.

Palabras-clave: Ciência Agronomica; Crise; Formação Profissional; Movimento Estudantil.

ABSTRACT

In this article, a discussion about the crisis in vocational training in the agrarian sciences is conducted, especially in the professional training of Agronomy and, at the same time, the contribution of the groups of studies in agroecology in the promotion of agroecological knowledge. It is observed that the necessity of a rupture to the hegemonic model of teaching in the agrarian sciences, as well as to the development of contemporary agriculture, is strongly intertwined with the interests of the study groups in agroecology. It is concluded that agroecology groups play a fundamental role in promoting the paradigm of agroecology, both in the university, through the various teaching, research and extension activities focused on agroecology and ecologically based production systems, such as its role for society, assisting in the training of professionals who will work in the promotion of agroecological knowledge.

Keywords: Agronomic Science; Crise; Professional Qualification; Student Movement.

INTRODUCCIÓN

El proceso de desarrollo de la agricultura suscitado en Brasil a partir de la década del 1960, nombrado “Revolução Verde” promovió diversos problemas ambientales y socio económicos (BALSAN, 2006). En este proceso los profesionales de la ciencia agronómica desarrollan un papel central en la difusión y aplicación de las tecnologías comúnmente designadas “modernas” en la agricultura, contribuyendo en el proceso de desarrollo desigual en el medio rural. Este desajuste entre la postura de estos profesionales perante a los problemas de orden socioeconómico y ambiental es un fenómeno de orden paradigmática, nombrado “Agronomía Normal” (SILVA NETO, 2009). Según ese paradigma la Agronomía sería una disciplina cuya problemática estaría centrada en el rendimiento físico de las plantas y de los animales (SILVA NETO, 2010).

Se observa en este contexto la emergencia de una crisis en la ciencia agronómica (SILVA NETO, 2009) siendo el proceso de crisis explícitamente necesario para el desarrollo de nuevas ideas, métodos y teorías corrientes al paradigma hegemónico (KUNH, 2013), donde en las ciencias agrarias, la agroecología se constituye como un paradigma concurrente en construcción (CAPORAL et al, 2009). Así, la agroecología está inseriéndose en el escenario educacional de las ciencias agrarias, sea a través de la creación de cursos superiores con su estructura o énfasis en la agroecología, bien como a través de la creación y acción autónoma de grupos de enseñanza, investigación y extensión en agroecología (NORDER, 2010; BALLA et al, 2014; RAMOS et al., 2017b).

En cuanto a la educación superior en Brasil, un conjunto de iniciativas para la difusión de la agroecología está siendo promovido (SOUSA, 2017) donde los grupos de estudios en agroecología (GA's) representan una importante resistencia en defensa de una formación agroecología (NETTO; FAGUNDES, 2013; UJJ & FEHÉR, 2015). Los GA's son colectivos que se organizan para estudiar, practicar y difundir la agroecología (NETTO; FAGUNDES, 2013; SIMONI, 2014) y se consagran como un espacio de inserción de nuevos estudiantes y futuros profesionales al debate ecológico y de los sistemas de producción de base ecológica. Sin embargo a pesar de que los GA's representan una resistencia en la formación agroecológica siendo una de las prácticas construidas por el movimiento estudiantil en diversas universidades brasileñas (TREVISAN et al., 2013), pocos son los relatos en la literatura científica sobre el papel de los GA's en la difusión de la agroecología.

El objetivo del presente artículo es suscitar una difusión acerca de la crisis en la formación profesional en las ciencias agrarias, en especial en la ciencia agronómica y consecuentemente analizar la inserción de la agroecología en este contexto. Todavía el objetivo es identificar las principales abordajes metodológicas adoptadas por los grupos de estudios en

agroecología en el escenario educacional brasileño y sus contribuciones para la promoción y difusión de la agroecología.

METODOLOGÍA

En el presente artículo será realizado un análisis cualitativo con el intuito de condensar las experiencias didácticas-pedagógicas proporcionadas por los grupos de estudios en agroecología en Brasil, contextualizando así la problemática que suscitó el surgimiento de los GA's como una herramienta para el enfrentamiento al modelo hegemónico de enseñanza en las ciencias agrarias, en especial en la formación de los profesionales de la ciencia agronómica. Se realizó una revisión bibliográfica objetivando establecer en la medida del posible un referencial teórico que posibilite la comprensión y una discusión crítica de los resultados obtenidos.

El artículo está organizado en tres secciones, además de la introducción y de las conclusiones. En un primer momento se analizó las contradicciones observadas en las reivindicaciones por parte de algunos estudiantes y profesionales de las ciencias agrarias perante una crisis en el conocimiento técnico-científico denominado en el presente estudios de crisis del paradigma, como propuesto por Thomas Kunh (2013), situándose el concepto de paradigma en la ciencia agronómica. En esta sección un importante énfasis fue conferido a la noción de "Agronomía Normal" propuesta por SILVA NETO (2009). En un segundo momento fueron tratados aspectos de la fundación de los grupos en cuanto resistencia al paradigma hegemónico en la principal ciencia que estudia la agricultura: la Agronomía. En esta sección analizamos y sintetizamos las metodologías adoptadas por estos grupos para la inserción de nuevos estudiantes al debate de la agroecología y en la resistencia al modelo hegemónico de enseñanza. Todavía se realizó una evaluación sobre las principales actividades realizadas por los grupos, relacionadas tanto a las actividades de enseñanza como de investigación y extensión. Por fin en la tercera sección son destacadas las relaciones de los grupos de estudios con los movimientos sociales y estudiantiles en Brasil, seguido por las consideraciones finales.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La resistencia al cambio

La Revolução Verde es una variante de la revolución agrícola contemporánea basada en la selección de variedades agrícolas con alto rendimiento potencial; amplía difusión en el uso de sistemas de irrigación y drenaje; utilización de motorización y mecanización; alta dependencia de

pesticidas agrícolas y de fertilizantes químicos solubles, bien como dependiente de políticas de incentivos económicos y fiscales (MAZOYER & ROUDART, 2010), que contribuyó significativamente para el aumento de la producción agrícola por área cultivada y la producción mundial de commodities agrícolas (PINSTRUP-ANDERSEN & HAZELL, 1985). Sin embargo este patrón de desarrollo, por más que tenga provocado significativos aumentos de la producción genera también graves problemas económicos, sociales y ambientales (SILVA NETO, 2009; ALTIERI, 2012).

Debido al papel central desempeñado por los profesionales de la ciencia agronómica en la difusión y aplicación de las tecnologías comúnmente designadas de “modernas” en la agricultura, diversos sectores de la sociedad hicieron críticas a la actuación del conjunto de estos profesionales. Sin embargo el fenómeno observado en el desajuste entre la formación agronómica y los problemas de las sociedades contemporáneas, o sea, que el paradigma actualmente hegemónico en la Agronomía se constituye de un obstáculo que impide los profesionales de definir adecuadamente su objeto, los imposibilitando de tratar los problemas de la agricultura bajo el punto de vista de su desarrollo sustentable (SILVA NETO, 2009; 2010).

En este sentido los propios límites del paradigma hegemónico en la ciencia agronómica imponen una postura reduccionista de los profesionales perante a la realidad, visto la incapacidad de estos profesionales en superar la visión estrictamente técnica de la agricultura. Este modelo de formación profesional nombrado “Agronomía Normal” está centrado en la comprensión de que un conocimiento suficientemente profundizado de las relaciones suelo-planta/animal-atmósfera (base de su ‘competência técnica’) permitiría a los agrónomos en su ejercicio profesional, prescindir del análisis de la complejidad de la agricultura (SILVA NETO, 2009).

Sin embargo se observa fuerte resistencia a un cambio, donde Simões (2016) observó la existencia de una contradicción en las reivindicaciones por parte de algunos estudiantes y profesionales que conducen un movimiento en defensa de un profundizamiento de las disciplinas profesionales específicas en detrimento de disciplinas con enfoque sistémico con el presupuesto de que la crisis de la formación profesional, principalmente de Agronomía, pueda ser resuelta por un profundizamiento en la esfera técnica de la formación profesional, relegando a un segundo plano la esfera social y ambiental. La reacción de los “agrónomos normales” delante de esas contradicciones es en general la alegación de la falta de condiciones para desarrollo las prácticas del pasado, clamando por más investigaciones y mejores condiciones para la extensión (SILVA NETO, 2010).

Esa resistencia al cambio es un fenómeno de orden paradigmática, típica postura de la ciencia normal, o en el caso de la ciencia agronómica, de la Agronomía Normal. Así la ciencia normal no tiene como objetivo traer a la luz nuevas especies de fenómeno; en la verdad aquellas que no se ajustan a los límites del paradigma frecuentemente no son vistos pues

la investigación científica normal está direccionada para la articulación de aquellos fenómenos y teorías ya fornecidos por el paradigma, restringiendo la visión del cientista (KUNH, 2013). En este sentido la resistencia de algunos profesionales y estudiantes a la inserción de de disciplinas que emplean un abordaje sistémico como herramienta de aprehensión de fenómenos complejos como observado por Simões (2016) es una reacción típica de la Agronomía Normal, una vez que para la ciencia normal siempre habrá resistencia a los cambios del orden hegemónico (KUNH, 2013). Los científicos en respuesta a la crisis, aunque puedan empezar a perder su fe y considerar otras alternativas, no renuncian al paradigma que los conduce a la crisis (KUNH, 2013).

En este interino se evidencia el surgimiento de una crisis en el paradigma hegemónico de la ciencia agronómica, sin embargo seguida de una fuerte resistencia a un cambio de paradigma. En la ciencia una crisis envuelve un periodo de investigación extraordinario, más que el normal, con una proliferación de articulaciones concorrentes a disposición de intentar cualquier cosa, la expresión de descontentamiento explícito, el recurso a la filosofía y al debate sobre los fundamentos (KUNH, 2013). Todavía es en este periodo que surgen nuevas ideas, nuevos métodos y finalmente una nueva teoría donde es explícitamente necesario la evidencia de un nuevo paradigma, consecuentemente de una revolución científica (KUNH, 2013).

Urgente entonces la necesidad de cambio de paradigma y el nuevo paradigma viene siendo construido: la agroecología (CAPORAL et al, 2009). En este contexto la agroecología se establece en cuanto un paradigma científico en construcción en el cual el contenido de lo que se entiende por agroecología de construye de forma sinérgica por medio de distintas prácticas sociales que tienen como elemento común la convicción de la necesidad de ruptura, de carácter emancipatorio, con el actual proceso de desarrollo vigente en las sociedades contemporáneas (SILVA NETO, 2013), donde Caporal (2016) defiende que la agroecología es el único camino para la construcción de agriculturas y nuevas formas de desarrollo rural más sustentable. Debido al hecho de la agroecología envolver todo y las partes y sus interacciones, trae con ella cuestionamientos, principalmente sobre la formación del profesional de las Ciências Agrárias (BICA et al., 2007).

La organización estudiantil en la defensa de un nuevo paradigma

La formación profesional en las ciencias agrarias reúne diversos conocimientos técnicos y científicos que en la perspectiva didáctica valoran la transmisión y memorización de conocimientos, no posibilitando al futuro profesional suplir los problemas de la sociedad relacionados a la agricultura dentro de las áreas sociales, económicas, ambientales y culturales (BICA et al., 2007).

Una de las tentativas de superación de esta postura tiene sido la propuesta de pensar una educación interdisciplinar, es decir, una forma de organizarse los currículos escolares de modo a posibilitar una integración entre las disciplinas, permitiendo la construcción de aquella comprensión más amplia del saber históricamente producido por la humanidad (CAE-TANO et al, 2009). En este sentido la agroecología vista por algunos como potencializadora de una praxis interdisciplinar y como portavoz de un nuevo paradigma científico viene siendo debatida por varios investigadores, a partir de una perspectiva contra-hegemónica en el plano económico, científico y social (GABOARDI; CANDIOTTO, 2015).

Se observa que diversas iniciativas para la promoción de la agroecología fueron construidas y articuladas demostrando el interés de diversos sectores de la sociedad en un cambio en el orden hegemónica, debido principalmente a los diversos problemas suscitados por el proceso de “modernización” de la agricultura. Muchas de esas iniciativas están vinculadas a los estudiantes que se organizan en “Grupos de Agroecología (GA’s)” y en otras entidades del Movimento Estudantil (ME) que vislumbran la agroecología como un conjunto de ciencias que viabilizan a la construcción de un nuevo modelo de sociedad (FAGUNDES; FARGNOLI, 2011). Históricamente esas organizaciones son compuestas mayoritariamente por estudiantes y diseminarse en diversas universidades en Brasil donde la mayoría de los grupos de estudio en agroecología surgieron en el interior de los cursos de Agronomía, Ingeniería Forestal y en menor escala Biología (NETTO; FAGUNDES, 2013).

La creación de los Grupos de Agroecología es una de las prácticas construidas por el Movimento Estudantil (ME) en varias universidades brasileñas siendo considerada una de las herramientas que contribuye para la construcción de un profesional capaz de intervenir de forma coherente con la realidad de la agricultura familiar (TREVISAN et al., 2013). Los grupos de estudios en agroecología se consagran en cuanto un espacio de inserción de nuevos estudiantes a la discusión de la agroecología, bien como la aproximación a las prácticas productivas y sistemas de producción de base ecológica insertándose así un significativo conjunto de estudiantes en la defensa de un desarrollo de una agricultura plenamente sustentable, como es el caso del Grupo de Agroecología Noroeste Missões (GANOM) en la Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), cuyo intuito es ampliar la capacidad analítica y crítica de los integrantes del grupo frente a la complejidad de los problemas sociales, económicos y ambientales generados por el actual modelo hegemónico de desarrollo de la agricultura, discutiendo también la científicidad en el ámbito de la agroecología y su inserción en los sistemas de bases ecológica adoptados por la agricultura familiar (RAMOS et al., 2017b).

En el mismo sentido se encuentra el Grupo de Agricultura Ecológica Kapi’xawa (GAEK) de la Universidade Federal de Espírito Santo (UFES) que fue criado con el objetivo de promover la Agroecología como

herramienta para la transformación de la sociedad por medio del fortalecimiento de la agricultura familiar, bien como denunciar y confrontar los ideales impuestos por el sector del agronegocio (VERNEGUE et al., 2013) y el Grupo de Estudios em Agricultura Ecológica (GEAE) de la Universidade Federal do Paraná (UFPR), que posee la finalidad de promover la agroecología y el desarrollo sustentable (NETTO; FAGUNDES, 2013).

Otros grupos de estudios en agroecología surgen en respuesta a una necesidad de iniciar las discusiones acerca de los temas inherentes a la agroecología ausentes en las universidades como es el caso del Grupo de Agroecología Terra-Sul (GATS) de la Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Santa Maria-RS, que fue criado por estudiantes en función de la ausencia de temas como la agroecología y desarrollo rural sustentable en los currículos de los cursos de las ciencias agrarias (KAUFMANN et al., 2009). En este sentido se observa que los grupos de estudios en agroecología representan una resistencia en la formación agroecológica (NETTO; FAGUNDES, 2013), conduciendo un papel central en la difusión de la agroecología, principalmente para los estudiantes de universidades con cursos de ciencias agrarias que no presentan en su grade curricular espacios para una discusión amplia de la agroecología.

Se observa que diversas actividades son realizadas por los GA's con el intuito de promover la agroecología. En la Tabla 1 se encuentra una síntesis de las actividades realizadas por los grupos de estudio en agroecología, con los objetivos presentados para la ejecución de las distintas actividades relatadas por los GA's en la literatura consultada.

Tabela 1. Síntese das atividades realizadas pelos grupos de estudos em agroecologia no Brasil relatados na literatura.

Actividades	Objetivos
Reuniones abiertas	Reuniones semanales o quincenales con el intuito de ampliar la capacidad analítica y crítica de los integrantes de los grupos frente a la complejidad de la realidad de la agricultura. Son abordados temas diversos, sin embargo relacionados a los sistemas de producción de base ecológica y a la agricultura familiar.
Conjuntos de personas y actividades extensionistas	Realización de actividades extensionistas en las áreas experimentales destinadas a las actividades de los grupos de estudio. Normalmente son actividades relacionadas a la bioconstrucción o manejo de hortalizas en permacultura o áreas de agroflorestas. Todavía ocurre la realización de actividades junto a los agricultores o en escuelas de la escuela primaria y media.
Debate de cine	Consiste en reservar el espacio de las reuniones para asistir a algún documental referente a los modelos de producción agrícola o a la agroecología y posteriormente discutir y evaluar críticamente el contenido cinematográfico. Uno de los principales documentales debatidos relatados por los grupos de estudios fue "O veneno está na mesa" de Silvio Tendler, cual relata los problemas provocados por el uso de agrotóxicos y de transgénicos en Brasil.

Atividades	Objetivos
Incentivo a actividades de investigación	Incentivar a los académicos a participar en el desarrollo de proyectos de investigación relacionado a la agroecología y a los sistemas de producción de base ecológica.
Incentivo a actividades de enseñanza	Incentivar a los académicos en la participación de actividades relacionadas a la enseñanza, como el ejercicio de actividades de monitoreo en disciplinas relacionadas a la agroecología, favoreciendo así el desarrollo de competencias didácticas-pedagógicas a los futuros profesionales en el área de la agroecología.
Recepción a los estudiantes del primer año	Intervenciones didáctico-pedagógicas con los estudiantes del primer año, principalmente de los cursos de Agronomía y Ingeniería Florestal con el intuito de proporcionar una receptividad distinta a los trótes universitarios comúnmente empleados y presentar los grupos de estudios y sus participantes creando un momento de aproximación con los estudiantes del primer año.
Relaciones con otras entidades estudiantiles	Manutención de la relación de apoyo recíproco con Diretórios Acadêmicos (DA's) y con el Movimento Estudantil (ME), como la Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) y Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF).
Elaboración e participación en eventos	Incentivo a la participación en eventos técnico-científicos y culturales locales, regionales o nacionales como la participación de miembros de los GA's en los Congressos Brasileiro de Agroecologia (CBA) y en los Encontros Nacionais dos Grupos de Agroecologia (ENGA). Ayudan también en la organización de simposios, conferencias y mini cursos relacionados a la agroecología.
Relaciones con movimientos sociales	Participación y apoyo a las organizaciones y movimientos sociales del campo y de la ciudad, principalmente a los movimientos vinculados a la defensa de la democracia de los derechos humanos y de la promoción del paradigma de la sustentabilidad, como el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) y Via Campesina

Se observa todavía que los grupos de estudios en agroecología relatados en la literatura fueron criados o iniciaron sus actividades en su mayor parte en la década del 1980, como es el caso del Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAAV), posiblemente el primer grupo de estudios en agroecología en Brasil que surgió en la década del 1980 influenciado por el movimiento nombrado de Agricultura Alternativa y que desde el año del 1998 se denomina Grupo de Agroecologia y Agricultura Orgânica (GAO) (HERDY at al., 2013); Grupo de Estudos em Agroecologia Ecológica

(GEAE) de la Universidade Federal do Paraná (UFPR), criado en el año del 1981 influenciado por los Encontros Nacionais de Agricultura Alternativa (EBAA) (FAGUNDES; NETTO, 2016); Grupo de Agricultura Ecológica (GAE) de la Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro (UFRRJ), iniciando sus actividades en el año del 1983 (FRADE, 2000) y el Grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa (GAE- Kapi'xawa), de la Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), fundando en el año del 1987 (VERNEGUE et al., 2013). Otros grupos surgieron sólo a partir del año del 2000 como es el caso del Grupo de Agroecología Terra-Sul (GATS) de la Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Santa Maria - RS, que inició sus actividades en el año del 2000 (KAUFMANN et al., 2009); Grupo de Extensão em Agroecologia Gira-Sol (GEAGS), de la Universidade Estadual Paulista (UNESP), actuando oficialmente desde el 2007 (DEMARCHI et al., 2011); Coletivo de Ações para Sistemas Agroecológicos (CASA), del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (MG), iniciando sus actividades en el año del 2011 (SILVEIRA et al., 2013); Grupo de Agroecologia e Extensão (GAEXT) Kaiowá, de la Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen, actuando oficialmente desde el 2012 (TREVISAN et al., 2013); Grupo de Agroecologia Noroeste Missões (GANOM), en la Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo, criado en el año del 2013 (RAMOS et al., 2017b).

Así se observa que la mayoría de los grupos de estudios en agroecología en Brasil surgieron en la década del 1980, en la época influenciados fuertemente por el movimiento de la Agricultura Alternativa o posteriormente a partir del año 2000. En este sentido se observa que la década del 1990 no fue propicia para el surgimiento de los grupos de estudio en agroecología. Posiblemente este fenómeno es reflejo de la política neoliberal impuesta por los gobiernos de la época, cuales llevaron a un importante chatarreo de las universidades públicas brasileñas (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Los grupos de estudios en agroecología y sus relaciones con los movimientos estudiantiles y sociales

Los grupos de estudios en agroecología proporcionaron diversas interacciones entre estudiantes y agricultores demostrando que son fructíferas al desarrollo de procesos de aprendizajes diferenciados, fortaleciendo la agroecología y proponiendo formas alternativas de construcción del conocimiento dentro y fuera de los muros de la Universidad (SIMONI, 2014). Así que dentro de la Universidad los GA's establecen relaciones con otras entidades ligadas principalmente al movimiento estudiantil nacional

como la Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (RAMOS et al., 2017a) y la Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF).

Además del espacio interno de la Universidad los GA's establecen relaciones con movimientos sociales del campo y de la ciudad, bien como otras organizaciones que tienden a conglomerar iniciativas en común para la promoción del conocimiento agroecológico. Se observó que algunos grupos de estudio en agroecología surgieron a través del apoyo de movimientos estudiantiles vinculados a las cuestiones del campo, como es el caso del GAEXT-Kaiowá, de la Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que surgió en consecuencia de los encuentros y debates de la FEAB y de la ABEEF a través del anseio de los estudiantes en obtener un mayor contacto con la ciencia agroecológica, bien como con la realidad de la agricultura campesina (TREVISAN et al., 2013).

Los miembros de los grupos de estudio en agroecología ayudan en la construcción y participación en eventos organizados por el movimiento estudiantil de las Ciencias Agrarias, como es el caso de los Encontros Regionais de Agroecologia (ERA) organizados por la FEAB, donde Buzzatti et al. (2013) relataron que el ERA se consagró en cuanto el primer contacto que los académicos del GAEXT-Kaiowá tuvieron con la agroecología antes de la construcción del grupo de estudio. En el mismo sentido en el año del 2014 miembros del GANOM, junto a la FEAB, organizaron y colaboraron en la conducción del XVI Encontro Regional dos Estudantes de Agronomia – Sul (XVI EREA – Sul), que debatió los desafíos en la formación de los profesionales de Agronomía (RAMOS et al., 2017b).

Se destaca también la participación de los miembros de los GA's en los Estágios de Vivência Interdisciplinares (EIV's), como es el caso del GAO (HERDY et al., 2013) y del GAEK, donde el EIV se presentó como un medio de integrar los estudiantes a la realidad vivenciada en el campo, principalmente en relación a los movimientos sociales del campo como el Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) y el Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (VERNEGUE et al., 2013). Los EIV's son realizados en comunidades rurales y asentamientos de reforma agraria, presentándose como una herramienta de extensión universitaria eficiente donde los estudiantes vivencian el cotidiano de las familias agrícolas, siendo así un mecanismo pedagógico importante para auxiliar en la formación profesional y en la tomada de consciencia de los estudiantes sobre la diversidad y la complejidad de las condiciones sociales, ambientales, económicas y políticas (DIAS et al., 2013).

Todavía en el año del 2010 fue creada la Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA) cuyo objetivo es favorecer la articulación y el cambio de experiencias entre los grupos de estudio en agroecología en nivel nacional donde las discusiones de la REGA se encaminan en dos cuestiones, siendo la primera la formación en agroecología protagonizada por los estudios y la segunda sobre el rescate y el intercambio de semillas

criollas en alianza con los movimientos sociales (OLIVEIRA, 2013). En este sentido fue a través del REGA que el O Grupo de Extensão em Agroecologia Gira-Sol (GEAGS) buscó ampliar su articulación con otros grupos de agroecología debido a la necesidad de ampliar la formación y articulación política del grupo (GARCIA et al., 2016).

CONCLUSIONES

El desajuste entre la formación de los profesionales de las ciencias agrarias, en especial de la ciencia agronómica y los problemas socio económicos y ambientales de las sociedades contemporáneas decorre de las dificultades intrínsecas al propio paradigma actualmente hegemónico, principalmente en la formación profesional de Agronomía cuya problemática del paradigma aún está centrado en el rendimiento físico de las plantas y de los animales, reduciendo el papel de los profesionales la simple comprensión de las relaciones suelo-planta-atmósfera.

Debido a las dificultades de estos profesionales en superar los problemas socio económicos y ambientales provocados por el actual desarrollo de la agricultura se evidencia una crisis en el paradigma de la formación profesional. En este contexto surge la agroecología como eje estructurador de las reivindicaciones sociales siendo considerada como un paradigma para el enfrentamiento al modelo hegemónico en las ciencias agrarias.

Se observa que la necesidad de una ruptura al modelo hegemónico de enseñanza, bien como el desarrollo de la agricultura contemporánea está fuertemente entrelazada a los intereses de los grupos de estudios en agroecología. Delante del expuesto se evidencia el papel fundamental que los grupos de agroecología desarrollan en la promoción del paradigma de la agroecología, tanto en la universidad a través de las diversas actividades de enseñanza, investigación y extensión con enfoque en la agroecología y los sistemas de producción de base ecológica, principalmente adoptados por la agricultura familiar como su papel para la sociedad auxiliando en la formación de profesionales que van a actuar en la promoción del conocimiento agroecológico.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. Agroecologia: Bases Científicas para Uma Agricultura Sustentável. 3º ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. 400 p.
- BALLA, J. V. Q.; MASSUKADO, L. M.; PIMENTEL, V. C. Panorama dos cursos de agroecologia no Brasil. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/15589>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006
- BICA, G. S.; HOELLER, S.; GANDIN, R. V.; FAGLIA, E. C. Educação e agroecologia: caminhos que se completam. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 2, n.2, p. 1576-1579, 2007.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Os três ciclos da sociedade e do estado. *Perspectivas*, v. 41 p. 13-51. 2012.
- BUZZATTI, M.; MARTINS, E.; COCCO, P.; LONGUI, M.; TORRES, O. Experiência da construção do Grupo de Agroecologia Kaiwoá na Universidade Federal de Santa Maria. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2013.
- CAETANO, A.; MACEDO, R. L.; MEIRELES, R. C. Agroecologia como princípios de ensino: uma proposta metodológica para o curso superior de agroecologia do Instituto Federal do Amazonas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 393-397, 2009. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/7827>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- CAPORAL, F. R. Poderá a agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade? *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 11, n. 4, p. 390-402, 2016
- CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília – DF, 2009, 111 p.
- DEMARCHI, L. O.; LEME, M. K.; BREDARIOL, L. R.; DOMBROWSKY, M. Y. Discutindo agroecologia na universidade: grupo de extensão em agroecologia "Gira-Sol". *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.
- DIAS, M. C. C.; VIANA, I. M.; JÚNIOR, F. A. S.; DIAS, T. F.; FERREIRA, L. L. Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de assentamento da reforma agrária e comunidades rurais do estado do Rio Grande do Norte. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 5, p. 30-33, 2013
- FAGUNDES, A. V. W.; FARGNOLI, C. A. A trajetória do movimento estudantil na construção da agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-5, 2011.
- FAGUNDES, A. V. W.; NETTO, E. R. A influência dos grupos de Agroecologia na formação dos engenheiros agrônomos. O caso do GEAE-UFPR. *Cadernos de Agroecologia*, v. 11, n. 1, p. 1-10, 2016.
- FRADE, C. O. A construção de um espaço para pensar e praticar a Agroecologia na UFRJ e seus arredores. [Tese – Doutorado], Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, 176 p.
- GABOARDI, S. C.; CANDIOTTO, L. Z. P. O caráter interdisciplinar e o potencial transformador da agroecologia. In: XI Encontro Nacional da Anpege, 2015, Presidente Prudente. Anais do XI Encontro Nacional da Anpege: a diversidade da Geografia brasileira – escalas e dimensões da análise e da ação. Dourados: UFGD Editora, 2015, v. 1. p. 6744-6757.
- GARCIA, B. O.; NUNES, L. H.; GAMBARINI, A. P. C.; MELMAN, G. A.; BASTOS, R. Relato de experiência da 1ª semana agroecológica, a partir de uma perspectiva de ampliação da visibilidade do grupo. *SemEAR*, v. 4, n. 1, p. 104-110, 2016.
- HERDY, M. L.; MELLO, E. R. de.; PEREYRA, A. S. Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica – GAO: formação agroecológica para a transformação social. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.
- KAUFMANN, M. P.; DULLIUS, P. R.; SILVA, I. C. L. da.; SOMAVILLA, I.; BERTOLDO, C. A.; SIEGLOCH, A. M.; TONIN, J. M. A.; PRUNZEL, T. S.; PIAIA, A.; GARCIA, G. V.; LOPES, A. P. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3756-3759, 2009.
- KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, ed. 12, 323 p.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.
- NETTO, E. R.; FAGUNDES, A. V. W. A resistência dos grupos de agroecologia na formação agroecológica: o caso GEAE – UFPR – Porto Alegre, RS, 2013. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1- 5, 2013.
- NORDER, L. A. C. A Agroecologia e a diversidade na educação. *Agriculturas*, v. 7, n. 4, p. 29-33, 2010. Disponível em: <<http://aspta.org.br/revista/v7-n4-ensino-da-agroecologia/a-agroecologia-e-a-diversidade-na-educacao/>>, acesso 03 nov. 2016.
- OLIVEIRA, L. A. Sementário da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA). *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n.2, p. 1-7, 2013.
- PINSTRUP-ANDERSON, P.; HAZELL, P. B. R. The impact of the green revolution and prospects for the future. *FoodReviewsInternational*, v. 1, n. 1, p. 1-25, 1985.
- RAMOS, R. F.; MACHADO, J. T. M.; TONIN, J.; SOBUCKI, L.; BETEMPS, D. L. Agroecologia e extensão: o movimento estudantil em defesa de uma nova agronomia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 3, p. 135-142, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/4779/pdf>> Acesso em: 21 nov. 2017a.
- RAMOS, R. F.; SOBUCKI, L.; TONIN, J.; MACHADO, J. T. M.; ROHRIG, B.; BETEMPS, D. L.; SCHNEIDER, E. P. Experiências didático-pedagógicas em agroecologia na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 8, n. 1, p. 15-22, 2017b. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/4762>>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- SIMÕES, A. Refletindo sobre a formação profissional do agrônomo: a experiência da Universidade Federal do Pará. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 12, n.1, p. 81-92, 2016
- SILVA NETO, B. Agroecologia, ciência e emancipação humana. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 8, n. 1, p. 3-17, 2013.
- SILVA NETO, B. A agronomia e o desenvolvimento sustentável: por uma ciência da complexidade. *Desenvolvimento em questão*, ano. 7, n. 13, p. 37-62, 2009.
- SILVA NETO, B. Por uma agronomia como ciência da complexidade: o papel da disciplina de Extensão Rural. In: Seminário Nacional de Ensino em

- Extensão Rural, 2010, Santa Maria/RS. 2º Seminário Nacional de Ensino de Extensão Rural, 2010.
- SILVEIRA, T. F.; ESPÍNDULA, M. B. A.; SOUZA, K. B. de.; IANASE, A. M.; LORENZETTI, E. R. Experiências do Grupo de estudos CASA – Coletivo de Ações para Sistemas Agroecológicos no IF Sudeste MG – campus Rio Pomba. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-4, 2013.
- SIMONI, J. C. de. Situações e interface e construção do conhecimento: grupos de agroecologia, agricultores e universidade. [Dissertação – Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2014, 145 p.
- SOUZA, R. P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. *Ciência e Cultura*, v. 69, p. 28-33, 2017. Acesso em: 13 ago. 2017. DOI: 10.21800/2317-666602017000200011
- VERNEGUE, H. S.; SOUZA, D. S. de.; AZEVEDO, P. L.; KOBİ, H. B.; MONTEIRO, R. B.; SENNA, D. S. de. “Grupo de Agricultura Ecológica Kapi’xawa”: Pela cura do planeta, semeando a agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013
- TREVISAN, R.; HAIDUK, F.; LAZZARETTI, M.; BETTO, J.; BERTIN, R. A experiência prática do Grupo de Agroecologia e Extensão Kaiowá. *Cadernos de Agroecologia*, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.
- UJJ, A.; FEHÉR, I. Challenges of agroecology knowledge transfer in the higher education training programs in Hungary. *Hungary Agricultural Research*, v. 4, p. 9-19, 2015.



As contribuições dos projetos de extensão universitária na formação de professores de Educação do Campo: o caso da UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR

Celso Caitano de Souza
Graduado em Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura (Ciências Naturais e Matemática e Ciências Agrárias).

Fábio Luiz Zeneratti
Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Laranjeiras do Sul/PR.

RESUMO

A presente pesquisa objetivou investigar as contribuições dos projetos de extensão universitária da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, na formação de professores do curso de Educação no Campo (Ciências Naturais e Matemática e Ciências Agrárias). O trabalho tem como ponto de partida a premissa de que, a extensão universitária é essencial na formação do acadêmico e que as experiências obtidas nesse processo podem ampliar a sua compreensão em relação aos desafios de sua profissão. A análise dos dados indica que a extensão universitária da UFFS pode contribuir, na medida em que auxilia na formação de profissionais críticos, autônomos, que sabem respeitar a realidade dos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Educação no Campo; Formação de professores.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the contributions of the university extension projects of the Federal University of the Southern Frontier (UFFS) campus Laranjeiras do Sul in the training of teachers of the Field Education course (Natural Sciences and Mathematics and Agrarian Sciences). The work has as its starting point the premise that university extension is essential in the training of the academic and that the experiences obtained in this process can broaden their understanding of the challenges of their profession. Data analysis indicates that the university extension of the UFFS can contribute, once that it helps in the formation of critical, autonomous professionals who know how to respect the reality of the subjects of the field.

Keywords: University Extension; Education in the Field; Teacher training.

INTRODUÇÃO

O papel da universidade é pauta de muitos estudos e pesquisas, assim como a extensão universitária, entretanto, esse exercício não é tarefa fácil, afinal a própria caracterização da extensão requer o devido cuidado. É nesse sentido que logo de início uma indagação merece destaque: o que é extensão universitária?

Evidentemente que não há resposta pronta, mas é possível dizer que a extensão universitária é a ação da universidade na comunidade na qual está inserida. Trata-se de um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando uma relação transformadora, tanto da universidade quanto da comunidade.

A extensão compõe o eixo principal do ensino superior, sabidamente baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão. Na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) a extensão é relativamente recente, pois a própria universidade é nova – foi criada em 15 de setembro de 2009 pela Lei nº 12.029. É relevante destacar que a UFFS está constituída por seis campi: Chapecó (SC) sede da instituição, Realeza (PR), Laranjeiras do Sul (PR), Cerro Largo (RS), Erechim (RS) e Passo Fundo (RS).

Embora jovem, a UFFS é resultado de uma longa luta dos trabalhadores do campo pela democratização do acesso ao ensino superior. Essa é, sem dúvida, uma das marcas dessa universidade, como destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “a UFFS é fruto dos movimentos, pois nosso desafio era construir uma universidade pública, democrática e popular” (MST, 2014).

O campus de Laranjeiras do Sul, mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, é exemplo disso, pois contou com a participação efetiva dos movimentos sociais do campo no processo de implantação. O que pode ser evidenciado na própria localização da UFFS, que se estabeleceu sobre uma área de assentamento da reforma agrária, trata-se do Assentamento 8 de Junho, vinculado ao MST.

Do ponto de vista estrutural, o campus de Laranjeiras do Sul, possui uma infraestrutura que conta com laboratórios de Física, Química, Biologia, Ciências Humanas e Cultura, entre outros laboratórios destinados à realização de práticas experimentais e pesquisas com diversos equipamentos. Também possui biblioteca, salas de aula com internet, wireless e projetores do tipo datashow. São ao todo seis cursos de graduação, dois de especialização *Lato sensu* e dois de mestrado (*Stricto sensu*) lotados nessa estrutura.

Diante da complexidade do objeto desta pesquisa, foi necessário rigor metodológico em seu desenvolvimento, por isso é importante dizer que a metodologia utilizada consistiu-se de um cuidadoso levantamento bibliográfico, pautado em referenciais teóricos de diferentes bancos de dados (livros, teses, monografias, artigos, entre outros) e um atento trabalho

de campo. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, constituídas por perguntas abertas; tal metodologia se contrapõe ao uso de questionários rígidos, uma vez que as entrevistas semiestruturadas possibilitam ao entrevistado maior liberdade nas respostas e ao pesquisador permite se defrontar com possibilidades novas e imprevisíveis, próprias do diálogo.

O delineamento da pesquisa levou em consideração o seguinte critério de inclusão: professores do curso de Educação no Campo que são ou foram coordenadores de projeto(s) de Extensão Universitária, durante o período entre 2010 a 2016, e acadêmicos do curso que participam ou participaram de projetos de Extensão Universitária no mesmo período.

A pesquisa de campo, mediada pelas entrevistas, foi desenvolvida no segundo semestre de 2016 e no primeiro semestre de 2017. Além disso, embora os entrevistados tenham dado expressa autorização para utilização do conteúdo de suas falas, optou-se por deixá-los no anonimato por entendermos que os conteúdos de suas entrevistas poderiam expor os sujeitos envolvidos, sendo este o motivo pelo qual no texto os entrevistados aparecem referenciados apenas por letras.

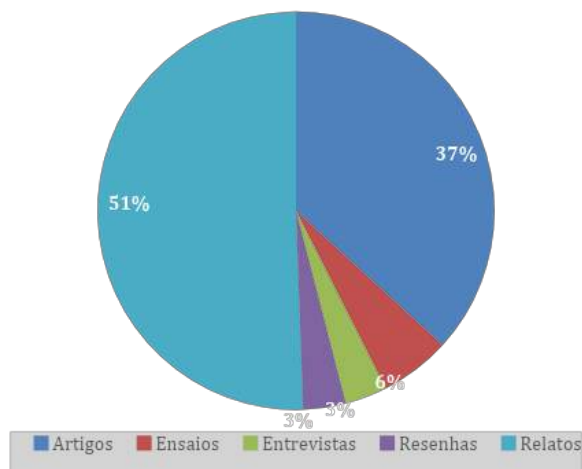
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS

A concepção de extensão na UFFS pode ser identificada por meio do documento intitulado “Política de Extensão da UFFS” (UFFS, 2011), que define que a extensão se constitui em um elo entre as demandas regionais e as atividades universitárias, condição que pode promover a transformação tanto da sociedade quanto da universidade.

Visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional (UFFS, 2011, p. 03).

É oportuno sinalizar que, internamente, a extensão na UFFS segue os parâmetros institucionais definidos pela Resolução 01/2014 do Conselho Universitário (CONSUNI) e da Câmara de Extensão, sendo que esta resolução se constitui no atual Regulamento de Extensão da universidade. Com base neste instrumento foi possível elaborar um organograma institucional da extensão, o que permite identificar os fluxos diretivos e a hierarquia do setor de extensão.

Figura O1 – Organograma institucional da Extensão na UFFS



Fonte: elaboração dos autores

No que se refere à execução de projetos de extensão, segundo coleta de dados no setor de extensão da universidade, entre o ano de 2010 a 2016, a UFFS campus de Laranjeiras do Sul desenvolveu 73 projetos selecionados por meio de editais específicos e 80 projetos com demanda espontânea, ou seja, projetos que não dependem de editais de chamamento, pois se trata de fluxo contínuo e motivado por demanda da comunidade e organizados pelos professores e acadêmicos envolvidos.

Por fim, esses dados coletados sobre o número de projetos realizados, nos indicam que a UFFS está buscando cumprir seu papel social e transformador na relação com a comunidade, afinal as ações da universidade visam principalmente a transformação da região, como fica evidente na fala do professor “B”:

Um dos principais objetivos da UFFS, além de trazer formação para as pessoas da região, é sim mudar a região ao longo de uma geração quem sabe, não sendo algo de apenas um ou dois anos. Também tem a questão da aprendizagem dos alunos que é facilitada, pois trabalha-se a Biologia, a Ciências, a Matemática, entre outras (Professor entrevistado B).

Os projetos extensionistas atendem especialmente a mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, promovendo a educação, a formação de lideranças dos movimentos sociais e também com atuação diretamente nas necessidades dos agricultores, visto que a economia da região está fortemente centrada no setor primário, com destaque para a agricultura.

A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A partir da Extensão Universitária é possível disponibilizar o conhecimento produzido por meio do ensino e da pesquisa a toda comunidade. Com isso, o conhecimento deixa de ser prisioneiro da universidade e passa a dialogar com a realidade concreta, do mesmo modo, a realidade adentra a universidade e a coloca em movimento.

Em última instância a extensão, ao proporcionar uma aproximação da universidade com a comunidade local, desencadeia um processo dinâmico de reciprocidade, pois ao mesmo tempo em que a Universidade socializa seus conhecimentos, ela também aprende com a comunidade, ocorrendo uma troca de conhecimentos e cultura. Assim podemos entender a Extensão como sendo uma espécie de ponte permanente entre universidade e comunidade, como assevera Silva (1996).

[Trata-se de] uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimento e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade através da Extensão influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio (SILVA, 1996, p. 1).

A pesquisa de campo nos indicou que as afirmações de Silva (1996) fazem parte do cotidiano dos professores da UFFS, pois foi evidenciada a preocupação dos docentes em desenvolver projetos capazes de interferir na realidade local. Neste sentido contribui o relato do professor entrevistado “B”:

A extensão universitária para mim é uma forma de a universidade impactar o entorno onde ela se encontra para poder avançar além de seus muros, mas, antigamente nas universidades existiam muros e elas ficavam muito focadas somente em salas de aula, biblioteca, ensino e pesquisa, e do outro lado do muro da universidade ficavam as pessoas que com um simples apoio poderiam mudar sua qualidade de vida. Vejo que a extensão universitária tem esse objetivo de aproveitar todo esse potencial que existe de professores e alunos que precisam ter algum relacionamento com pessoas e isso é algo que apoia tanto a formação do aluno, além disso, pode melhorar a qualidade de vida da população próxima a universidade através de uma maneira simples sem precisar de nada sofisticado, ou seja, ela pode até ser sofisticada, mas, a população não está pedindo isso, ela está apenas pedindo um apoio simples da universidade, e isso é o que podemos fazer e é nossa obrigação fazer e temos carga horária disponível para isso (Professor entrevistado B).

É importante dar relevo a um dos pontos principais da Extensão Universitária, ou seja, as intervenções devem partir das necessidades que a comunidade apresenta, deve ser planejada respeitando a cultura e os valores da comunidade para que possa desenvolver um trabalho adequado às

especificidades locais e regionais, assim, ambas as partes auferem resultados compatíveis com suas demandas.

Não se pode perder de referência que a universidade deve caminhar pelo princípio da indissociabilidade. Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207 diz que: “as universidades gozam de autonomia didático–científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Portanto, a indissociabilidade é um dos fundamentos da universidade, sendo a extensão o ponto aglutinador deste processo, com papel indispensável na comunidade, como expresso pelo professor entrevistado “B”.

Já para o acadêmico, a Extensão Universitária é um processo científico e educativo do qual ele necessita, como expresso na fala do professor “B”, trata-se do contato com as pessoas de carne e osso, para além das teorias, cuja importância é incontestável.

O acadêmico ao realizar extensão gera conhecimento, no entanto, não se trata de um conhecimento qualquer, pois o conhecimento gerado viabiliza uma relação transformadora entre universidade e a sociedade. Além disso, a partir da extensão universitária é possível pôr em prática a práxis; vale destacar que a práxis remete à transformação material da realidade, portanto, a extensão, fundamentada no diálogo entre a prática e a teoria, pode transformar a realidade da comunidade e dos sujeitos envolvidos.

Nesse ponto é válido destacar, de acordo com as entrevistas semiestruturadas realizadas que, quando foi perguntado aos professores sobre “quais os benefícios que a extensão universitária pode proporcionar aos acadêmicos”, as repostas foram muito significativas, pois ficou explícito o quanto os projetos de extensão da universidade impactam positivamente na formação acadêmica, considerando a relação com a comunidade. Quando perguntado ao professor “A”, o mesmo afirmou que:

Os acadêmicos aprendem a trabalhar com a comunidade as oficinas desenvolvidas no projeto e, ao mesmo tempo, estão se inserindo nas práticas. Os estudantes também têm a oportunidade de assumirem a liderança do projeto, pois, são os mesmos que estarão inseridos na comunidade. Quando eu coloco um aluno bolsista na liderança do projeto, vejo que o mesmo consegue puxar consigo os outros participantes do projeto na realização das atividades e na organização das oficinas.

Já o professor “B”, afirmou que:

Principalmente, melhoram o seu relacionamento com pessoas, além disso, a necessidade de solucionar as necessidades das comunidades força naturalmente que o aluno se dedique mais aos estudos para resolver as situações, mas às vezes o aluno percebe que não precisa estudar para resolver alguma situação percebendo que ele mesmo possui conhecimento suficiente para tal necessidade e isso valoriza o conhecimento e dedicação do aluno aos estudos, mas isso ele vai aprender somente na prática, através da extensão.

E o professor “C”, destacou que:

Eu acho que abriu os horizontes para eles porque é totalmente diferente do dia a dia na universidade. O dia a dia no campo, na horta, nas oficinas faz com que os acadêmicos percebam que as coisas programadas, as vezes devem ser ajustadas, pois tu faz um planejamento e as vezes aquele planejamento não se enquadra e tu tem que rediscutir.

A partir dessa coleta de dados, pode-se compreender que os projetos de extensão servem como um meio de aproximar os acadêmicos ao cotidiano das comunidades. Ademais, estimula a autonomia dos acadêmicos, fazendo com que os mesmos, por meio da prática, sejam capazes de visualizar e superar as dificuldades encontradas na realização das oficinas dos projetos, moldando e reformulando muitas vezes os conteúdos programados para facilitar o entendimento das pessoas, e ao mesmo tempo, promovendo a maior valorização por parte do acadêmico, na sua formação enquanto futuro professor de Educação no Campo.

Além disso, a partir das entrevistas com os professores coordenadores de projetos de extensão universitária da UFFS, ficou claro que quando o acadêmico participa de projeto de extensão ocorre naturalmente e/ou espontaneamente uma ampliação da visão do mesmo em relação aos conhecimentos adquiridos na universidade. A aplicação dos conhecimentos científicos nas comunidades, por meio da prática da extensão, leva o acadêmico a confirmar que sua dedicação aos estudos em sala de aula e as pesquisas nos laboratórios são capazes de serem repassadas a outras pessoas, de maneira que há uma aproximação positiva entre universidade e comunidade e o elo entre ambas as partes é o próprio acadêmico.

Por outro lado, o tempo de duração de um projeto e as orientações repassadas pelos professores coordenadores aos acadêmicos nesse período, lhes permite ter maior protagonismo na realização das oficinas com as comunidades. Em virtude disso, alguns acadêmicos, principalmente bolsistas dos projetos, recebem o desafio de desempenhar a função de liderança do projeto de extensão, tendo o acadêmico a responsabilidade de conduzir a equipe do projeto para a realização das oficinas, mas sempre sob orientação dos coordenadores e seguindo as normas da universidade.

A pesquisa de campo, em especial as entrevistas com os professores tratadas neste momento, demonstram que a prática da extensão universitária e as experiências adquiridas pelo processo de troca de conhecimentos com a comunidade promovem maior compreensão da realidade por parte do acadêmico, futuro professor, que irá atuar na comunidade com mais dinamismo.

Afinal, a relação do estudante com a comunidade faz com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula ampliando o aprendizado, pois o estudante coloca em prática a teoria recebida em sala de aula. Nesse contexto Alves (2004, p. 40) afirma que: “por meio da Extensão Universitária o estudante pode visualizar momentos que lhe seriam furtados sem essa experiência, e refletir a respeito da relação teoria e prática, indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão e relação universidade e sociedade”.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

É compreendido, conforme a legislação, que o eixo central/fundamental das universidades brasileiras é constituído por um tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável, ou seja, de maneira inseparável, como descrito na Constituição Federal de 1988. Assim, percebemos que o tripé fundamental das universidades deve ser trabalhado com equidade, visto que do contrário estarão descumprindo a legalidade constitucional.

Em última instância, podemos compreender por indissociabilidade a qualidade de indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes (FERREIRA, 1986). De maneira objetiva, o conhecimento sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não se resume meramente a uma questão semântica ou a uma questão legislativa, mas tem em sua essência uma função político-pedagógica pertencente às ações das universidades, que se construíram historicamente, interligadas aos anseios e aos projetos nacionais de educação. Pensar a extensão passa pelo projeto de sociedade e educação que queremos.

Nesse sentido contribui Freire (1980), pois propõe uma educação popular a qual tem por princípio a libertação dos indivíduos que, por meio do desenvolvimento da consciência, passam a atingir um nível de criticidade e ação diferenciada, para isso pode contribuir a extensão se desenvolvida e articulada ao ensino e a pesquisa.

Na visão de Mancebo (2004), para consolidar o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

[...] há que se preservar a universidade e seu espaço de processamento crítico, analítico e de sistematização e integração da ciência e da cultura produzidas, construindo nas universidades públicas a iniciativa e a responsabilidade institucionais a respeito do ensino, dos programas de pesquisa, bem como dos projetos de extensão, alçando-a, assim, à condição de instituição autônoma e crítica (MANCENO, 2004, p. 862).

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabelece a concepção de universidade autônoma, assegurando que as atividades como ensino, pesquisa e extensão das universidades são o suporte necessário para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Além disso, compreendemos que as universidades são detentoras do conhecimento humano historicamente produzido, tendo o papel de coloca-lo a serviço da sociedade, não no sentido da manutenção do status quo, mas com vistas à transformação social.

A indissociabilidade na universidade contempla uma concepção de atributo da atividade acadêmica, que propicia a aproximação entre a universidade e a sociedade, maior assimilação teórica e prática e o verdadeiro significado do trabalho social acadêmico. No entanto, Dias (2009) assevera que atualmente há um distanciamento entre esses fundamentos

que constituem o processo de indissociabilidade, pois quanto maior é o nível de especialização do docente, este tende a seguir para o caminho do ensino, da pesquisa ou da extensão.

Dias (2009) aponta que:

O que tem se observado na prática é que a qualificação e a instrução elevada do docente fazem-no se afastar do ensino e extensão na graduação e se dedicar à pesquisa na pós-graduação, ou seja, essas atividades são postas como se não pudessem coexistir, nem tampouco serem integradas umas às outras (DIAS, 2009. p.41).

Na avaliação de Dias (2009) a universidade na contemporaneidade, cujo papel é contribuir para a transformação da sociedade, possui o desafio de associar nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos que visam a superação das desigualdades sociais e regionais, pois para a autora a interdisciplinaridade dos conhecimentos, nos dias de hoje, sustentam a base do desenvolvimento científico e tecnológico, sendo a especialização do docente um entrave ao avanço simétrico dos eixos centrais da universidade.

De acordo com as entrevistas realizadas, as preocupações de Dias (2009) não se confirmaram na UFFS, pelo contrário, os professores afirmam que a indissociabilidade é o eixo central da universidade, em que pesem as dificuldades, eles asseveram que todas as dimensões desse eixo devem ser trabalhadas no cotidiano institucional.

Nesse sentido, é importante destacar as falas dos entrevistados em relação à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, para expressar como os professores (e também acadêmicos da UFFS) compreendem esse processo. Os fragmentos citados abaixo fazem parte das respostas obtidas a partir da seguinte pergunta: “você considera as atividades de ensino, pesquisa e extensão como sendo o eixo fundamental da qualidade de educação na universidade?”. As respostas foram muito significativas e objetivas:

Professor “A”: Exatamente, a universidade não tem um papel igual da educação básica, a universidade tem o dever de realizar um desenvolvimento diferente, pois dentro de uma sociedade capitalista deve-se discutir o modelo econômico atual, tendo uma função mais ampla criando possibilidades de sonhos, utopia, mas isso só se faz com apresentação de demandas concretas, fazendo com que as pessoas percebam que a universidade realiza esse efeito de transformação, mas para isso apenas o ensino não dá conta de fazer. Através da extensão é possível se aproximar da comunidade levando o conhecimento importante para a mesma, ampliando o nível cultural das mesmas, mas não necessariamente irá transformar economicamente aquela região. E a pesquisa tem o dever de levantar todo o diagnóstico da realidade da comunidade, com base nos dados de órgãos públicos legalizados.

Professor “B”: Considero sim, mas é difícil você colocar alguém comandando tudo isso. Vejo que através da extensão é que realmente vamos ver as necessidades da comunidade, e através das necessidades é que vamos estimular a pesquisa para encontrar as soluções para aqueles problemas, mas, para fazer pesquisa é necessário do ensino que irá acelerar os resultados das pesquisas. Para mim, o motor desse processo indissociável é a extensão universitária.

Professor “C”: Eu considero sim, mas acredito que a universidade ainda não dá conta da extensão, falamos que a extensão é o primo pobre da universidade.

Acadêmico “A”: Sim, fundamental mesmo, só englobando e agindo nesses três eixos como um só é que é possível ter uma formação real e total voltada para a realidade local e principalmente para a finalidade concreta e prática da formação.

Acadêmico “B”:

Sim, porque o ensino, a pesquisa e a extensão, possuem influência direta na qualidade do profissional. Neste sentido a qualidade da educação está sim atrelada a este tripé universitário, sendo importante que os estudantes participem ativamente destas três atividades ao longo da graduação.

Acadêmico “C”:

Sim, pois sem um desses eixos descaracterizaria a missão da Universidade, se igualando às faculdades que, normalmente, priorizam apenas o ensino.

Acadêmico “D”:

Acredito que sim, pois o que é ensinado dentro de sala de aula é muito importante, porém, acredito que a busca pelo conhecimento vai além dos conteúdos programados nas grades curriculares, a busca pelo conhecimento, ao meu ver, esta claramente ligada a pesquisa e à prática, a extensão nos permite desenvolver essas duas ações.

Acadêmico “E”:

Sim. Pois é assim que colocamos em prática as teorias e com isso aprendemos muito mais com as atividades e estudos indo a campo e não ficando apenas na sala de aula.

Acadêmico “F”:

Com toda certeza, possibilita o acadêmico a conhecer a realidade do seu meio de atuação mesmo antes de se formar.

A partir dos relatos dos professores coordenadores de projetos de extensão e dos acadêmicos do curso de Educação no Campo entrevistados, podemos identificar que os mesmos são precisos em considerar que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são incontestavelmente o eixo fundamental da educação na UFFS.

Para o professor “A” é esse eixo fundamental que difere a função da universidade frente à sociedade, em comparação as outras instituições de ensino. O professor “A” avalia ainda que a função da pesquisa é realizar um diagnóstico completo da comunidade na qual a universidade está inserida, ou seja, fazer um diagnóstico prévio e a partir dos dados levantados intervir por meio da extensão levando conhecimento para fora dos muros da universidade; evidentemente que deve-se dialogar com a comunidade para saber de suas necessidades.

Já o professor “B” considera que na frente de todo o processo fundamental da universidade está a extensão; e que por meio dela é possível diagnosticar as necessidades da comunidade e com o auxílio do ensino e da pesquisa é possível estruturar os conhecimentos para atender às demandas desta comunidade.

Em relação a pesquisa com os acadêmicos, fica explícito que os mesmos acreditam auferir maior êxito na sua formação, pois destacam que a formação integral do sujeito crítico não se configura somente no aprendizado em sala de aula, mas antes assume consistência a partir dos conhecimentos adquiridos dentro da sala em conexão com as pesquisas e com a prática realizada fora da universidade.

Dessa forma, a formação acadêmica ganha maior sentido, pois os acadêmicos conhecem o seu espaço de atuação mesmo antes de estarem formados, permitindo a visualização da realidade concreta para além do expresso nos livros e manuais, o que para o acadêmico do qual foi ceifado a possibilidade de participação em projetos de extensão não é possível; isso somente ocorrerá quando e se ingressar na atividade profissional como professor de educação no campo.

Porém, em que pesem estas contribuições, um ponto expresso nos fragmentos das entrevistas citadas merece destaque: trata-se da fala do professor “C”, que afirma que a extensão é considerada como o “primo pobre” da universidade. Tal referência tem como parâmetro a sua posição enquanto coordenador de projeto de extensão; para ele não é dada a devida atenção à extensão pela universidade, ocasionando uma valorização exacerbada do ensino e da pesquisa. O mesmo relata que as dificuldades para realizar a demanda dos projetos de extensão nas comunidades são muitas e que não se tem um caminho facilitado.

A partir desta evidência apresentada pelo professor “C”, podemos inferir que há uma fragilidade institucional na relação entre ensino, pesquisa e extensão que foge do controle do professor. Ademais, esse descompasso evidencia uma desarticulação do eixo norteador da indissociabilidade, comprometendo que processos transformadores, tanto para o acadêmico quanto para a comunidade, se estabeleçam. Evidentemente que é algo a ser superado.

CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UFFS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

O foco principal desta pesquisa é compreender em que medida os projetos de extensão universitária contribuem para a formação acadêmico-profissional dos acadêmicos do Curso de Educação no Campo; ao longo do trabalho algumas contribuições já foram sendo evidenciadas, principalmente a partir das entrevistas com os professores. Contudo, foi por meio das entrevistas realizadas com os acadêmicos do curso que participam e/ou participaram dos projetos de extensão na UFFS, que foi possível avançar neste intento, embora muito ainda precise ser investigado.

Os acadêmicos foram questionados, por meio de entrevistas individuais, sobre “quais os benefícios a extensão universitária pode lhe proporcionar na formação acadêmica como futuro professor de Educação no Campo”; e as respostas foram as seguintes:

Acadêmico “A”: Desde organizar um projeto ou ação dentro do ambiente escolar, mais conhecimento prático e real da comunidade e dos sujeitos que frequentam a escola, bem como experiência prática de convívio local.

Acadêmico “B”: Proporciona uma maior aproximação com a realidade das escolas e dos estudantes, ou seja, favorece o contato direto com o campo escolar e também com os profissionais da área, além de possibilitar momentos de trocas de saberes que apenas nas salas de aulas não é possível ocorrer.

Acadêmico “C”: Através da extensão foi possível ouvir os relatos dos professores, as dificuldades encontradas pelos mesmos no processo de ensino-aprendizagem, assim como as experiências que deram certo; entender o que a comunidade espera da escola; e, que nossas ações refletem diretamente na vida dos estudantes.

Acadêmico “D”:

A extensão nos possibilita uma interação com as pessoas fora da universidade, conhecimentos da realidade de como essas pessoas se comunicam e agem, trabalhamos em educação do campo com a ideia que um professor só pode ser um bom profissional se ele conhecer a realidade dos seus alunos, bom a extensão nos possibilita perfeitamente essa oportunidade de conhecer, de ver de perto essa realidade.

Acadêmico “E”:

Ampliação da noção de como trabalhar a Educação no Campo, como preparar as atividades vivenciando a realidade dos alunos que pra mim é o essencial, pois na sala de aula é superficial e na extensão podemos vivenciar as teorias na prática.

Acadêmico “F”:

A troca de conhecimentos com professores em atuação na área, confrontar com a realidade e as dificuldades em que as mesmas possibilitam a busca em formação adequada para o conhecimento de quando chegar a atuar para que tenhamos um maior entendimento em como lidar com os mesmos.

Podemos identificar por meio das entrevistas com os acadêmicos do Curso de Educação do Campo, que a participação em projetos de extensão proporciona uma visão mais ampla da realidade e de como será seu futuro como professor.

Os acadêmicos afirmaram que a extensão é uma oportunidade de conhecer a realidade dos alunos, o que se julga imprescindível para a formação acadêmica. Nesse sentido, salientamos que a ênfase do curso de Educação do Campo da UFFS, visa principalmente valorizar o modo de vida das comunidades, sempre levando em consideração a realidade dos sujeitos, pois a função da Educação no Campo é levar para o campo uma educação transformadora. Então, como demonstram os dados da pesquisa, para isso contribui a extensão na UFFS.

Não podemos perder de referência que a Educação do Campo nasce com intuito de atuar na política de educação objetivando atender aos interesses sociais das comunidades camponesas, quilombolas, indígenas e outras. A expressão Educação do Campo surgiu primeiramente como Educação Básica do Campo durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a denominar-se Educação no Campo após a II Conferência Nacional, ocorrida em julho de 2004, em Brasília.

O esforço para inserir a Educação no Campo, surge a partir das lutas pela transformação da realidade do sistema educacional oferecido às áreas de Reforma Agrária, tendo como maior protagonista das lutas, naquele período, o MST. A Educação no Campo combina a luta pela educação com a luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território (CALDART et al., 2012. p. 263).

A implantação do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo pela UFFS, campus de Laranjeiras do Sul, se insere neste contexto, devido à necessidade de atender aos anseios dos sujeitos do campo. Trata-se de uma estratégia que busca contribuir para a permanência dos sujeitos no campo. Por este motivo, a Educação no Campo, valoriza o modo de vida camponês, seus traços sociais e culturais, assim como, valoriza a cultura indígena e quilombola.

O curso de graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo da UFFS busca formar professores para atuarem nas esco

las do campo e, assim, reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos sujeitos do campo, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, buscando promover processos educacionais que contribuam para a permanência deles no campo.

E nesse sentido a extensão tem papel fundamental, primeiro proporcionando que os camponeses tenham acesso à produção técnico-científica produzida pela universidade, depois se destaca como um instrumento capaz de aumentar significativamente o conhecimento do acadêmico quanto à realidade dos alunos com os quais irá trabalhar. Afinal, o ensino em sala de aula na universidade não demonstra de maneira concreta a dinâmica da vida profissional e das comunidades, inclusive no que se refere a preparação de atividades adequadas aos alunos do campo, todavia, por meio da extensão é possível vivenciar esta realidade e aprender a superar os limites.

Em última instância, a atuação dos acadêmicos junto à comunidade, por meio dos projetos de extensão, proporciona o contato direto com a realidade da população atendida, contribuindo assim, para o despertar de habilidades necessárias no cotidiano profissional, como: autonomia, liderança, saber ouvir e respeitar a realidade dos sujeitos.

Também é importante destacar que o contato com outros professores nas escolas, durante as atividades extensionistas, propicia um grande aprendizado para os acadêmicos da UFFS, pois como afirma o acadêmico “C”: é através da extensão que é possível conhecer as dificuldades dos professores que já atuam na área, sobre as dificuldades encontradas no processo ensino-aprendizagem. A partir desta relação com os professores das escolas os acadêmicos adquirem experiência docente, desenvolvem a capacidade de traçar estratégias para superar dificuldades concretas do cotidiano, o que somente aconteceria depois de formados e inseridos nos ambientes escolares.

No mesmo sentido, como afirma o acadêmico “F”, a relação de troca de conhecimentos com outros professores que atuam na área, ou seja, nas escolas, favorece a que o acadêmico em formação como professor busque metodologias mais adequadas para trabalhar com os alunos nas escolas, facilitando a transmissão do conhecimento científico.

Além disso, praticando extensão nas escolas, os acadêmicos da Educação no Campo, conseguem realizar as suas atividades dentro do ambiente escolar de maneira mais organizada, pois conhecem a realidade da comunidade e dos sujeitos que frequentam a escola, como afirma o acadêmico “A”.

Para além dessas contribuições, é necessário destacar as dificuldades encontradas no cotidiano referente à execução dos projetos de extensão na UFFS. Primeiramente vejamos os relatos dos professores entrevistados:

Professor “A”: A dificuldade maior é a questão financeira que se torna um fator limitante para o desenvolvimento do projeto. Muitas das vezes não se tem nem ao menos um carro disponibilizado pela universidade para fazer o deslocamento da equipe do projeto para o local onde será aplicado o conhecimento desenvolvido, no entanto, a universidade foi construída para atender a demanda de ensino, pesquisa e extensão.

Professor “B”: Basicamente, as dificuldades foram de estrutura logística, pois questiona-se de que forma o aluno vai ficar se deslocando para realização das atividades do projeto, pois, a universidade não libera transporte para extensão e ao mesmo tempo temos muita dificuldade de usar o dinheiro de subsídio disponibilizado para a extensão devido a burocracia da universidade para podermos utilizar esse dinheiro visto muitas vezes temos que usar do nosso próprio dinheiro para realizar o projeto proposto.

Professor “C”: A primeira coisa é que a gente tem problemas internos devido a questão da gestão, por exemplo, a gente aprova os PROEXT né, mas como faz um processo de licitação de compra de coisas dentro da universidade é muito difícil, pois as vezes você tem o dinheiro e não tem como executar o projeto de extensão porque o prazo de levantamento de preço pra você comprar ultrapassa o prazo do projeto, então acaba que metade do dinheiro que tu tem, tu acaba tendo que devolver. Segundo problema é que como você vai à extensão sem transporte, pois a universidade não disponibiliza, as vezes a gente tem o dinheiro da gasolina mas não conseguimos realizar o projeto porque não temos um veículo disponível para extensão e isso é um fator limitante. O terceiro problema que eu vejo é que a UFFS tem um formulário pra tudo, pra fazer o projeto, pra fazer a institucionalização, então é bem complexo. Outra coisa são os relatórios dos projetos que são muito complexos, mas, não temos um banco de acesso desses relatórios para fazermos consultas pra você saber o que avançou ou não em relação ao projeto.

A principal dificuldade dos professores para realizar extensão na UFFS está relacionada à questão do transporte, pois faltam veículos disponíveis para transportar os participantes dos projetos e os instrumentos utilizados para realizar as atividades, no caso das oficinas de ensino, por exemplo.

A pesquisa identificou que, muitas vezes, para realizar as atividades, os participantes necessitam se deslocar com veículos próprios ou de ônibus, com recursos financeiros próprios, arcando com os custos do projeto. Essa realidade fica mais clara a partir da fala do professor “C”, pois afirma que o Estado disponibiliza subsídio para os projetos de extensão da universidade, no entanto, o sistema burocrático interno da universidade para que os coordenadores tenham acesso ao subsídio é um obstáculo, pois demanda muito tempo para que os coordenadores preparem toda a documentação necessária e depois de tudo pronto ainda se tem mais um longo período de espera para liberação do subsídio, sendo que nesse período o projeto já se encontra em andamento, ou seja, nesse tempo os participantes já utilizaram recursos próprios para subsidiar as atividades.

As entrevistas com os acadêmicos forneceram outras evidências das dificuldades encontradas na execução das atividades de extensão, como segue:

Acadêmico “A”: Principalmente a questão de tempo e determinação, é uma atividade para além da rotineira da carga horária do curso, portanto exige certa dedicação. A principal dificuldade está no interesse, nem sempre temos a oportunidade de participar como aluno bolsista o que faz com que muitos alunos desistam, pois precisam de remuneração, o que os leva a desenvolver outra atividade, como trabalho. Conciliar essas atividades com as das cargas horárias curriculares também é difícil, pois em semana de trabalhos e provas fica mais complicado cumprir mais horas em função dos projetos, dependendo do projeto outra dificuldade são os recursos financeiros para custear transportes e estadias pra pesquisas e aprendizados, podendo caracterizar essa como a principal dificuldade.

Acadêmico “B”: Por ser um projeto que envolveu toda a região de Cantuquiriguaçu, algumas dificuldades com relação ao deslocamento até alguns municípios foram encontradas, porém não impediram no comprimento dos objetivos propostos.

Acadêmico “C”: A falta de investimentos, uma vez que as bolsas são limitadas e os gastos com deslocamento e materiais a serem utilizados nos locais de aplicação do projeto normalmente não estão contemplados no orçamento dos editais.

Acadêmico “D”: Com certeza o fator tempo, conciliar as horas de atividades da extensão com as horas de aula é o mais difícil, porque as horas de aula vão além dos momentos presenciais em sala, temos que contar com as horas que temos que reservar para o desenvolvimento de trabalhos atividades e estudo de cada disciplina cursada. Outro fator, também são os gastos utilizados, passagens de vindas e idas à universidade, comida, etc., quando o aluno é bolsista tudo se resolve, porém participar de projeto como voluntário sempre há um gasto maior.

Acadêmico “E”: O confronto com horários, com as reuniões e viagens do curso.

Acadêmico “F”: Normalmente os projetos de Extensão oferecem poucas bolsas, e requer uma maior quantidade de tempo para participar dos mesmos.

Para os acadêmicos, além da questão do transporte, um dos principais entraves para os mesmos participarem das atividades está relacionado ao tempo disponível, visto que na maioria das vezes participam de outras atividades da universidade, como projetos de ensino, pesquisa e viagens; além disso, em muitos casos ocorre confronto de horários entre as aulas e as atividades dos projetos.

Contudo, mesmo nos casos onde os acadêmicos não estão inseridos em outros projetos, seja de ensino ou de pesquisa, a própria rotina como estudantes impõe um limite de tempo, afinal a participação nas disciplinas da grade curricular exige tempo adicional para estudos, expressos na preparação e desenvolvimento de atividades como: trabalhos, provas, seminários, entre outros.

A importância das bolsas para realização dos projetos é outro ponto que merece relevo, afinal a pesquisa demonstrou como este subsídio é decisivo para a manutenção dos acadêmicos nos projetos de maneira mais adequada, pois com este recurso financeiro é possível custear o transporte, a alimentação e outras necessidades fundamentais.

Em que pese estas dificuldades, a participação dos acadêmicos nos projetos de extensão é considerada adequada pelos professores. Os professores coordenadores de projeto entrevistados foram unânimes em relatar que alguns acadêmicos são extremamente prestativos durante o desenvolvimento do projeto, superando, muitas vezes, as expectativas dos professores. Já alguns são totalmente descomprometidos e não realizam com eficiência as atividades propostas, causando vários contratemplos, contudo a grande maioria dos participantes realiza satisfatoriamente as atividades. A afirmação do professor “B” com relação à participação dos acadêmicos no seu projeto é elucidativa neste sentido:

Como acontece em qualquer projeto, disciplinas, entre outros, existem aqueles 10% de alunos que são muito acima da média, que vão muito além do que você projetou, já uns 10% dos alunos não realizam as atividades e causam alguns contratemplos sendo descomprometidos, e o restante são aqueles alunos que atingem a condição necessária para atender a realização das atividades do projeto (Professor entrevistado B).

Se por um lado a participação dos acadêmicos nos projetos é entendida como satisfatória pelos professores, por outro é necessário destacar que o processo de seleção dos acadêmicos não atende adequadamente aos requisitos de igualdade de condições ao pleito e publicidade, que minimamente um projeto desenvolvido por meio de uma instituição pública deve preservar.

Durante as entrevistas realizadas ficou evidente que a seleção dos acadêmicos para participar de projeto de extensão que, em geral, ocorre através de escolhas realizadas pelos próprios professores coordenadores de projeto de extensão, geralmente ocorrendo da seguinte forma: o convite ao acadêmico é feito pelo professor coordenador do projeto, tendo como referência a participação do acadêmico em outras atividades na universidade; o convite é feito geralmente através de e-mail; mensagem via redes sociais; entre outras.

Esse mecanismo de seleção evita, por exemplo, que os acadêmicos, principalmente do período noturno, tenham conhecimento das atividades e vagas disponíveis. Ademais, esta metodologia de seleção se distancia dos princípios democráticos e populares que orientaram a implantação da própria UFFS.

Um dos resultados negativos desta prática levada a cabo pelos professores é a dificuldade de localizar alunos do período noturno inseridos em projetos de extensão, afinal os professores entrevistados tinham, no total, 13 acadêmicos inseridos nos projetos de extensão, mas nem um deles era do período noturno. Evidentemente que há outras determinantes que interferem neste processo, como a necessidade de trabalhar durante o dia por parte dos acadêmicos que estudam à noite, contudo a completa ausência desses acadêmicos dos projetos indica a deficiência de inserção contida nos projetos de extensão da UFFS.

Com isso, alguns questionamentos se fazem necessários: os acadêmicos que não foram convidados pelos professores a participar de projetos de extensão possuem formação acadêmica calcada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? qual é o caminho mais adequado para disponibilizar vagas nos projetos de extensão para acadêmicos do período noturno do curso de Educação no Campo? Certamente as respostas a essas perguntas não serão dadas nesse trabalho, pois exigiria uma pesquisa ainda mais ampla, desafio que se apresenta para as próximas investigações.

Contudo, não há como deixar de expressar que, certamente, a disponibilização pública dos editais para inscrição nos projetos de extensão é o caminho mais democrático e que ao menos possibilitaria o conhecimento acerca das oportunidades por parte dos acadêmicos. Caberia ao profes

sor uma seleção com base em critérios objetivos e de amplo conhecimento, refutando a prática de convites direcionados e balizados por critérios subjetivos.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que a formação acadêmica integral do futuro professor de Educação no Campo somente ocorrerá quando se efetivar o processo de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, de forma ampla e completa. Desafio que a UFFS está avançando neste campo; em que pesem as dificuldades os acadêmicos e professores fazem desta atividade uma oportunidade de viver e conhecer a realidade das comunidades e das escolas.

Isso certamente tem grande relevo, pois o ensino em sala de aula não é suficiente para formar professores, embora seja indispensável, mas é preciso ir além dos muros da universidade: atuar na comunidade trocando conhecimentos; conhecendo e atuando na prática; vivendo a realidade da área de formação antes mesmo de se formar. Estas são algumas das contribuições que a extensão pode fornecer para a formação acadêmica dos futuros professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa identificou que os projetos de extensão desenvolvidos na UFFS campi de Laranjeiras do Sul são essenciais para a formação dos acadêmicos, assim como, para as comunidades nas quais são desenvolvidos os projetos. Ademais, ficou evidenciado que somente o ensino em sala de aula não é capaz de preparar um profissional crítico, que conheça sua área de trabalho e os sujeitos com os quais irá trabalhar.

Além disso, a participação em projetos de extensão amplia a capacidade do acadêmico em organizar de maneira mais adequada as atividades pedagógicas, que serão desenvolvidas no ambiente escolar; para isso contribui o contato com outros professores que trabalham nas escolas do campo, pois possibilita conhecer suas experiências e suas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a que o acadêmico da UFFS tenha dimensão da realidade dos alunos, facilitando sua preparação para trabalhar as atividades que provavelmente influenciarão a vida deles.

A extensão universitária da UFFS promove uma interação positiva com a comunidade na qual a universidade esta inserida, pois disponibiliza os conhecimentos produzidos para atender às demandas e necessidades da população, desencadeando um processo de reciprocidade entre as partes. As atividades de extensão visam a transformação econômico-social da região ao longo do tempo, o que faz da universidade uma instituição cada vez mais consolidada na região sul do país.

Espera-se que este trabalho demonstre que a extensão tem papel preponderante na formação dos acadêmicos do curso de Educação do Campo da UFFS e que, mesmo com muitas dificuldades, este é um caminho frutífero para a formação acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, T. S. Extensão universitária e formação profissional ampliada. *Revista de Educação Popular*. Uberlândia. v. 3, n. 1, p.36-42, set. 2004.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CALDART, R. S. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIAS, A. M. I. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*. v. 1, n. 1, p.37-52, Ago., 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANCENO, D. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*. Campinas. v. 25, n. 88., 2004.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Nossa História*. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 30 de out. 2016.

SILVA, O.D. O que é extensão universitária? Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "A Integração Universidade-Comunidade", em 10 de outubro de 1996.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Política de Extensão Da UFFS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC. Chapecó, 2011.



Las contribuciones de los proyectos de extensión universitaria en la formación de profesores del curso de Educação do Campo: el caso de la UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR

The contributions of university extension projects in the education of teachers of the field: the case of UFFS campus Laranjeiras do Sul/PR

Graduado em Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura (Ciências Naturais e Matemática e Ciências Agrárias) *Celso Caitano de Souza*

Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Laranjeiras do Sul/PR. *Fábio Luiz Zeneratti*

RESUMEN

La presente investigación tuvo como objeto estudiar sobre las contribuciones de los proyectos de extensión universitaria da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, en la formación de profesores del curso de Educação no Campo (Ciências Naturais y Matemática y Ciências Agrárias). El trabajo tiene como punto de partida la premisa de que la extensión universitária es esencial en la formación del académico y que las experiencias obtenidas en ese proceso pueden ampliar a su comprensión en relación a los desafíos de su profesión. El análisis de los datos indica que la extensión universitaria de la UFFS puede contribuir, en la medida en que auxilia en la formación de profesionales críticos, autónomos, que sepan respetar la realidad de los sujetos del campo.

Palabras-clave: Extensión Universitaria; Educación en el Campo; Formación de profesores.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the contributions of the university extension projects of the Federal University of the Southern Frontier (UFFS) campus Laranjeiras do Sul in the training of teachers of the Field Education course (Natural Sciences and Mathematics and Agrarian Sciences). The work has as its starting point the premise that university extension is essential in the training of the academic and that the experiences obtained in this process can broaden their understanding of the challenges of their profession. Data analysis indicates that the university extension of the UFFS can contribute, once that it helps in the formation of critical, autonomous professionals who know how to respect the reality of the subjects of the field.

Keywords: University Extension; Education in the Field; Teacher training.

INTRODUCCIÓN

El papel de la universidad es pauta de muchos estudios e investigaciones así como la extensión universitaria, sin embargo ese ejercicio no es tarea fácil, ya que la propia caracterización de la extensión requiere el debido cuidado. Es por este sentido que luego de inicio una indagación necesita destaque: ¿qué es extensión universitaria?

Evidentemente que no hay una respuesta hecha, pero es posible decir que la extensión universitaria es la acción de la universidad en la comunidad en la cual está inserta. Se trata de un proceso educativo, cultural y científico que articula la enseñanza y la investigación de forma indisoluble, viabilizando una relación transformadora, tanto de la universidad cuanto de la comunidad.

La extensión compone el eje principal de la enseñanza superior, sabidamente basado en el trípole enseñanza-investigación-extensión. En la Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) la extensión es relativamente recién pues la propia universidad es nueva – fue criada en el 15 de septiembre del 2009 por la Lei nº 12.029. Es relevante destacar que la UFFS está constituida por seis campi: Chapecó (SC) sede de la institución, Realeza (PR), Laranjeiras do Sul (PR), Cerro Largo (RS), Erechim (RS) y Passo Fundo (RS).

Aunque sea joven, la UFFS es resultado de una larga lucha de los trabajadores del campo por la democratización del acceso a la enseñanza superior. Esa es, sin duda, una de las huellas de esa universidad, como destaca el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “la UFFS es fruto de los movimientos pues nuestro desafío era construir una universidad pública, democrática y popular” (MST, 2014).

El campus de Laranjeiras do Sul mesorregión Centro-Sul del Estado de Paraná es un ejemplo de eso, ya que contó con la participación efectiva de los movimientos sociales del campo en el proceso de implantación. Lo que puede ser evidenciado en la propia localización de la UFFS, que se estableció sobre un área de asentamiento de la reforma agraria, se trata del Assentamento 8 de Junho, vinculado al MST.

Del punto de vista estructural el campus de Laranjeiras do Sul posee una infraestructura que cuenta con laboratorios de Física, Química, Biología, Ciências Humanas y Cultura, entre otros laboratorios destinados a la realización de prácticas experimentales e investigaciones con diversos equipamientos. También posee biblioteca, clases de aula con internet, wireless y proyectores del tipo datashow. Son al todo seis cursos de grado, dos de especialización *Lato sensu* y dos de maestría (*Stricto sensu*) puestos en esa estructura.

Delante de la complejidad del objeto de esta investigación se hizo necesario un rigor metodológico en su desarrollo, por eso es importante decir que la metodología utilizada se constituyó de un cuidadoso levanta

miento bibliográfico pautado en referenciales teóricos de diferentes bancos de datos (libros, tesis, monografías, artículos, entre otros) y un atento trabajo de campo. Para la colecta de datos fueron realizadas entrevistas semi estructuradas, constituidas por preguntas abiertas; tal metodología se contrapone al uso de cuestionarios rígidos, una vez que las entrevistas semiestructuradas posibilitan al entrevistado mayor libertad en las respuestas y al investigador afrontar con posibilidades nuevas e imprevisibles, propias del diálogo.

El delineamiento de la investigación llevó en consideración el siguiente criterio de inclusión: profesores del curso de Educação no Campo que son o fueron coordinadores de proyecto(s) de Extensão Universitaria durante el período entre el 2010 al 2016, y académicos del curso que participan o participaron de proyectos de Extensão Universitaria en el mismo período.

La investigación de campo mediada por las entrevistas fue desarrollada en el segundo semestre del 2016 y en el primer semestre del 2017. Además de eso, aunque los entrevistados tengan dado expresa autorización para la utilización del contenido de sus hablas, se optó por dejarlos en el anonimato por entendernos que los contenidos de sus entrevistas podrían exponer a los sujetos envueltos, siendo este el motivo por lo cual en el texto los entrevistados aparecen referenciados sólo por letras.

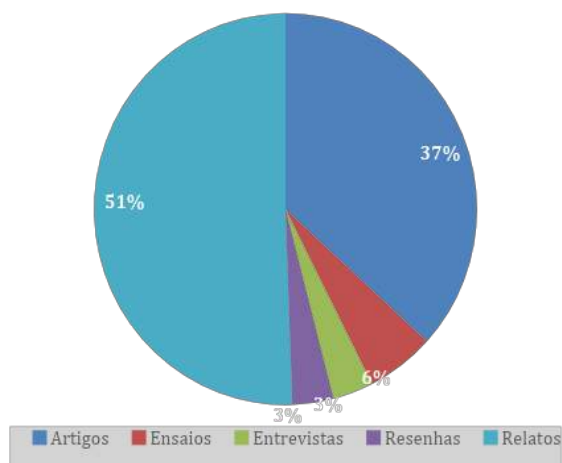
LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN LA UFFS

El concepto de extensión en la UFFS puede ser identificada por medio del documento nombrado “Política de Extensão da UFFS” (UFFS, 2011) que define que la extensión se constituye por un lazo entre las demandas regionales y las actividades universitarias, condición que puede promover la transformación tanto de la sociedad cuanto de la universidad.

Visa garantir a Extensão Universitaria como un proceso educativo, cultural y científico que articulado a la Enseñanza y la Investigación de forma indisoluble promueva una relación transformadora entre la Universidad y la Sociedad, fomentando el diálogo de saberes, la democratización del conocimiento académico, la interdisciplinaridad y la participación de la comunidad en la construcción de la Universidad, bien como la participación de la Universidad en el desarrollo regional (UFFS, 2011, p. 03).

Es oportuno señalar que internamente la extensión en la UFFS sigue los parámetros institucionales definidos por la Resolução 01/2014 del Conselho Universitário (CONSUNI) y de la Câmara de Extensão, siendo que esta resolución se constituye en el actual Regulamento de Extensão de la universidad. Basado en este instrumento fue posible elaborar un organigrama institucional de la extensión, lo que permite identificar los flujos directivos y la jerarquía del sector de extensión.

Figura 01 – Organigrama institucional de la Extensión el la UFFS



Fuente: elaboración de los autores.

En lo que se refiere a la ejecución de proyectos de extensión, según la recopilación de datos en el sector de extensión de la universidad entre el año del 2010 al 2016 la UFFS campus de Laranjeiras do Sul desarrolló 73 proyectos seleccionados por medio de edictos específicos y 80 proyectos con demanda espontánea, o sea, proyectos que no dependen de edictos del llamado pues se trata de flujo continuo y motivado por demanda de la comunidad y organizados por los profesores y académicos envueltos.

Por fin, esos datos colectados sobre el número de proyectos realizados nos indican que la UFFS está buscando cumplir su papel social y transformador en la relación con la comunidad, a fin de cuentas las acciones de la universidad viabilizan principalmente la transformación de la región, como queda evidente en el habla del profesor “B”:

Uno de los principales objetivos de la UFFS, además de traer formación para las personas de la región, es cambiar la región a lo largo de una generación quizás, no siendo algo de sólo uno o dos años. También hay la cuestión del aprendizaje de los alumnos que es facilitada pues se trabaja la Biología, la Ciencias, la Matemática, entre otras (Profesor entrevistado B).

Los proyectos extensionistas atienden especialmente la mesorre-gión Centro-Sul del estado de Paraná, promoviendo la educación, la formación de liderazgos de los movimientos sociales y también con actuación directamente en las necesidades de los agricultores, visto que la economía de la región está fuertemente centrada en el sector primario, con un des-taque para la agricultura.

LA RELACIÓN ENTRE LA COMUNIDAD Y LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

A partir de la Extensión Universitaria es posible disponibilizar el conocimiento producido por medio de la enseñanza y de la investigación para toda la comunidad. Con eso el conocimiento deja de ser prisionero de la universidad y pasa a dialogar con la realidad concreta, del mismo modo la realidad adentra la universidad y la pone en movimiento.

En última instancia la extensión al proporcionar una aproximación entre la universidad y la comunidad local, desencadena un proceso dinámico de reciprocidad, ya que a la vez en que la Universidad socializa sus conocimientos, ella también aprende con la comunidad, ocurriendo un cambio de conocimientos y cultura. Así podemos entender la Extensión como siendo una especie de puente permanente entre universidad y comunidad, como asevera Silva (1996).

[Se trata de] una especie de puente permanente entre la universidad y los diversos sectores de la sociedad. Funciona como una vía de mano dupla, en que la Universidad lleva conocimiento y/o asistencia a la comunidad, y recibe de ella influjos positivos como la retroalimentación tales como sus reales necesidades, sus deseos, aspiraciones y también aprendiendo con el saber de esas comunidades. Ocurre en realidad un cambio de conocimientos en que la universidad también aprende con la propia comunidad sobre los valores y la cultura de esa comunidad. Así la universidad puede planear y ejecutar las actividades de extensión respetando y no incumpliendo esos valores y cultura. La universidad a través de la Extensión influye y también es influenciada por la comunidad, o sea, posibilita un cambio de valores entre la universidad y el medio (SILVA, 1996, p. 1)

La investigación de campo nos indicó que las afirmaciones de Silva (1996) hacen parte del cotidiano de los profesores de la UFFS, ya que fue evidenciada la preocupación de los docentes en desarrollar proyectos capaces de interferir en la realidad local. En este sentido contribuye el relato del profesor entrevistado “B”:

La extensión universitaria para mí es una forma de la universidad impactar el entorno donde ella se encuentra para poder avanzar además de sus muros, pero antiguamente en las universidades existían muros y ellas quedaban muy enfocadas sólo en las clases de aula, biblioteca, enseñanza e investigación, y del otro lado del muro de la universidad estaban las personas que con un simple apoyo podrían cambiar su calidad de vida. Veo que la extensión universitaria tiene ese objetivo de aprovechar de todo el potencial que existe entre los profesores y alumnos que necesitan tener algún relacionamiento con personas y eso es algo que apoya tanto la formación del alumno, además de eso, puede mejorar la calidad de vida de la población próxima a la universidad a través de una manera simple sin necesitar de nada sofisticado, o sea, ella puede hasta ser sofisticada, pero la población no lo pide eso, ella sólo pide un apoyo simple de la universidad, y eso es lo que podemos hacer y es nuestra obligación hacer y tenemos carga horaria disponible para eso (Profesor entrevistado B).

Es importante dar relieve a uno de los puntos principales de la Extensión Universitaria, o sea, las intervenciones deben partir de las necesidades que la comunidad presenta, debe ser planeada respetando a la cultura y los valores de la comunidad para que pueda desarrollar un trabajo

adecuado a las especificidades locales y regionales, así ambas las partes obtienen resultados compatibles con sus demandas.

No se puede perder de referencia que la universidad debe caminar por el principio de la insociabilidad. En la Constituição Federal de 1988, en su artículo 207 dice que: “las universidades gozan de autonomía didáctico-científica, administrativa y de gestión financiera y patrimonial, y obedecerán al principio de insociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión”. Por lo tanto, la insociabilidad es uno de los fundamentos de la universidad, siendo la extensión el punto aglutinador de este proceso, con papel indispensable en la comunidad, como expreso por el profesor entrevistado “B”.

Ya para el académico, la Extensión Universitaria es un proceso científico y educativo por el cual necesita, como expresó en el habla del profesor “B”, se trata del contacto con las personas de carne y hueso, para más allá de las teorías, cuya importancia es incontestable.

El académico al realizar extensión genera conocimiento, aunque no se trate de un conocimiento cualquier, pues el conocimiento generado viabiliza una relación transformadora entre universidad y la sociedad. Además de eso, a partir de la extensión universitaria es posible poner en práctica la praxis; vale destacar que la praxis remite a la transformación material de la realidad, por lo tanto la extensión, fundamentada en el diálogo entre la práctica y la teoría, puede transformar la realidad de la comunidad y de los sujetos involucrados.

En este punto es válido destacar, de acuerdo con las entrevistas semiestructuradas realizadas que cuando fue preguntado a los profesores sobre “cuáles son los beneficios que la extensión universitaria puede proporcionar a los académicos”, las respuestas fueron muy significativas pues quedó explícito cuánto los proyectos de extensión de la universidad impactan positivamente en la formación académica, considerando la relación con la comunidad.

Quando preguntado al profesor “A” él afirmó que:

Los académicos aprenden a trabajar con la comunidad los talleres desarrollados en el proyecto y al mismo tiempo están insertos en las prácticas. Los estudiantes también tienen la oportunidad de que asuman el liderazgo del proyecto, pues son los mismos que estarán insertos en la comunidad. Cuando yo pongo un alumno becario en el liderazgo del proyecto, veo que él consigue tirar con los otros participantes del proyecto en la realización de las actividades y en la organización de los talleres.

Ya el profesor “B” afirmo que:

Principalmente mejoran a su relacionamiento con personas, además de eso, la necesidad de solucionar las necesidades de las comunidades fuerza naturalmente a que el alumno se dedique más a los estudios para resolver las situaciones, pero a veces el alumno percibe que no necesita estudiar para resolver alguna situación percibiendo que él posee conocimiento suficiente para tal necesidad y eso valoriza el conocimiento y dedicación del alumno a los estudios, pero eso é va a aprender sólo con la práctica, a través da extensión.

Y el profesor “C” destacó que:

Yo creo que abrió los horizontes para ellos porque es totalmente diferente del cotidiano en la universidad. El cotidiano en el campo, la huerta, en los talleres hace con que los académicos perciban que las cosas programadas a veces deben ser ajustadas pues haces un planeamiento y a veces aquel planeamiento no se encuadra y tienes que rediscutir.

A partir de esa colecta de datos se pudo comprender que los proyectos de extensión sirven como un medio de aproximar los académicos al cotidiano de las comunidades. Además, estimula la autonomía de los académicos, haciendo con que los mismos, por medio de la práctica, sean capaces de visualizar y superar las dificultades encontradas en la realización de los talleres de los proyectos, moldeando y reformulando muchas veces los contenidos programados para facilitar el entendimiento de las personas, y al mismo tiempo promoviendo la mayor valorización por parte del académico en su formación a medida que futuro profesor de Educação no Campo.

Además de eso, a partir de las entrevistas con los profesores coordinadores de proyectos de extensión universitaria de la UFFS quedó claro que cuando el académico participa de proyecto de extensión ocurre naturalmente y/o espontáneamente una ampliación de la visión del mismo en relación a los conocimientos adquiridos en la universidad. La aplicación de los conocimientos científicos en las comunidades, por medio de la práctica de la extensión, lleva el académico a confirmar que su dedicación a los estudios en clase de aula y las investigaciones en los laboratorios son capaces de ser repasadas a otras personas de manera que haya una aproximación positiva entre universidad y comunidad y el hilo entre ambas las partes es el propio académico.

Por otro lado, el tiempo de duración de un proyecto y las orientaciones otra vez pasadas por los profesores coordinadores a los académicos en ese período, los permite tener mayor protagonismo en la realización de los talleres con las comunidades. Por eso algunos académicos, principalmente becarios de los proyectos, reciben el desafío de desempeñar la función de liderazgo del proyecto de extensión, teniendo ahora el académico la responsabilidad de conducir el equipo del proyecto para la realización de los talleres, pero siempre bajo orientación de los coordinadores y siguiendo las normas de la universidad.

La investigación de campo, en especial las entrevistas con los profesores tratadas en este momento, muestran que la práctica de la extensión universitaria y las experiencias adquiridas por el proceso de cambio de conocimientos con la comunidad fomentan mayor comprensión de la realidad por parte del académico, futuro profesor, que va a actuar en la comunidad con más dinamismo.

A fin de cuentas la relación del estudiante con la comunidad hace con que el conocimiento traspase las clases de aula ampliando el aprendizaje pues el estudiante pone en práctica la teoría recibida en clase. En este contexto Alves (2004, p. 40) afirma que: “por medio de la Extensión Uni

versitaria el estudiante puede visualizar momentos que le serían furtados sin esa experiencia, y reflexionar a respecto de la relación teoría y práctica, indisociabilidad enseñanza/investigación/extensión y relación universidad y sociedad”.

LA INDISOCIABILIDAD ENTRE ENSEÑANZA, INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN

Es comprendido conforme la legislación que el eje central/fundamental de las universidades brasileñas es constituido por un trípode formado por la enseñanza, investigación y extensión de manera indisociable, o sea, de manera inseparable, como descrito en la Constituição Federal de 1988. De esa forma, percebemos que el trípode fundamental de las universidades debe ser trabajado con equidad, visto que del contrario estarán incumpliendo la legalidad constitucional.

En última instancia podemos comprender por indisociabilidad la calidad de indisociable, o seja, aquello que no se puede disociar, que no es separable en partes (FERREIRA, 1986). De manera objetiva, el conocimiento sobre la indisociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión no es resumen meramente de una cuestión semántica o de una cuestión legislativa, pero tiene en su esencia una función político-pedagógica que pertenece a las acciones de las universidades, que se construyeron históricamente, interligadas a los anseios y a los proyectos nacionales de educación. Pensar la extensión pasa por el proyecto de sociedad y educación que queremos.

En este sentido contribuye Freire (1980), pues propone una educación popular por la cual el principio es la libertad de los individuos que por medio del desarrollo de la conciencia pasan a attingir el nivel de criticidad y acción diferenciada, para eso puede contribuir la extensión si desarrollada y articulada a la enseñanza y la investigación.

En la visión de Mancebo (2004), para consolidar el principio de indisociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión:

[...] hay que se preservar la universidad y su espacio de procesamiento crítico, analítico y de sistematización e integración de la ciencia y de la cultura producidas, construyendo en las universidades públicas la iniciativa y la responsabilidad institucionales a respecto de la enseñanza, de los programas de investigación, bien como de los proyectos de extensión, alzándose así, a la condición de institución autónoma y crítica (MANCEBO, 2004, p. 862).

En ese sentido, el Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172, del 09 de enero del 2001, establece la concepción de universidad autónoma, asegurando que las actividades como enseñanza, investigación y extensión de las universidades son el soporte necesario para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Además de eso, comprendemos que las universidades son detentoras del conocimiento humano históricamente producido, teniendo el papel de ponerlo al servicio de

la sociedad, no en el sentido de la manutención del status quo, sino con vistas a la transformación social.

La indisociabilidad en la universidad contempla una concepción de atributo de la actividad académica, que propicia la aproximación entre la universidad y la sociedad, mayor asimilación teórica y práctica y el verdadero significado del trabajo social académico. Entretanto, Dias (2009) afirma que actualmente hay un distanciamiento entre esos fundamentos que constituyen el proceso de indisociabilidad, pues cuanto mayor es el nivel de especialización del docente, este tiende a seguir para el camino de la enseñanza, de la investigación o de la extensión.

Dias (2009) apunta que:

Lo que hay se observado en la práctica es que la calificación y la instrucción elevada del docente lo hace alejarse de la enseñanza y extensión en el grado y se dedicar a la investigación en el posgrado, o sea, esas actividades son puestas como si no pudiesen coexistir, ni tampoco integrarse entre ellas (DIAS, 2009. p.41).

En la evaluación de Dias (2009) la universidad en la contemporaneidad, cuyo papel es contribuir para la transformación de la sociedad, posee el desafío de asociar en sus actividades de enseñanza, investigación y extensión, los requisitos que visan la superación de las desigualdades sociales y regionales, pues para la autora la interdisciplinariedad de los conocimientos en los días actuales sostienen la base del desarrollo científico y tecnológico, siendo la especialización del docente un entrave al avance simétrico de los ejes centrales de la universidad.

De acuerdo con las entrevistas hechas, las preocupaciones de Dias (2009) no se confirman en la UFFS, por el contrario, los profesores afirman que la indisociabilidad es el eje central de la universidad, aunque existan dificultades, ellos afirman que todas las dimensiones de este eje deben ser trabajadas en el cotidiano institucional.

En este sentido es importante destacar las hablas de los entrevistados en relación a la indisociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión para expresar cómo los profesores (y también académicos de la UFFS) comprenden este proceso. Los fragmentos citados abajo hacen parte de las respuestas obtenidas a partir de la siguiente pregunta “consideras las actividades de enseñanza, investigación y extensión como siendo el eje fundamental de la calidad de educación en la universidad?”. Las respuestas fueron muy significativas y objetivas:

Profesor “A”: Exacto, la universidad no tiene un papel igual al de la educación básica, la universidad tiene el deber de realizar un desarrollo distinto pues dentro de una sociedad capitalista se debe discutir el modelo económico actual, teniendo una función más amplia creando posibilidades de sueños, utopía, pero eso solo se hace con presentación de demandas concretas, haciendo con que las personas perciban que la universidad realiza este efecto de transformación, pero para eso solo la enseñanza no puede hacer. A través de la extensión es posible aproximarse de la comunidad llevando el conocimiento importante para la misma, ampliando el nivel cultural de las mismas, pero no necesariamente va a transformar económicamente aquella región. Y la investigación tiene el deber de apuntar todo el diagnóstico de la realidad de la comunidad basado en los datos de órganos públicos legalizados.

Profesor “B”:

Si que lo considero, pero es difícil poner a alguien comandando todo eso. Veo que a través de la extensión es que realmente vamos a ver las necesidades de la comunidad, y a través de las necesidades es que vamos a estimular la investigación para encontrar las soluciones para aquellos problemas, pero para investigar es necesario de la enseñanza que va a acelerar los resultados de las investigaciones. Para mi el motor de este proceso indisoluble es la extensión universitaria.

Profesor “C”:

Yo si lo considero, pero creo que la universidad todavía no puede con la extensión, decimos que la extensión es primo pobre de la universidad.

Académico “A”:

Sí, más fundamental, solo englobando y actuando en esos tres ejes como solo uno es que es posible tener una formación real y total vuelta para la realidad local y principalmente para la finalidad concreta y práctica de la formación.

Académico “B”:

Sí, porque la enseñanza, la investigación y la extensión poseen influencia directa en la calidad del profesional. En este sentido la calidad de la educación está vinculada a este trípode universitario, siendo importante que los estudiantes participen activamente de estas tres actividades a lo largo del grado.

Académico “C”:

Sí pues se caracteriza uno de esos ejes la misión de la Universidad, igualando así a las facultades que normalmente priorizan sólo la enseñanza.

Académico “D”:

Creo que sí, pues lo que es aprendido dentro de la clase es muy importante, pero creo que la búsqueda por el conocimiento va más allá de los contenidos programados en los grados curriculares, la búsqueda por el conocimiento, en mi punto de vista, está claramente ligada a la investigación y la práctica, la extensión nos permite desarrollar estas dos acciones.

Académico “E”:

Si. Pues es así que ponemos en práctica las teorías y con eso aprendemos

A partir de los relatos de los profesores coordinadores de proyectos de extensión y de los académicos del curso de Educação no Campo entrevistados, podemos identificar que los mismos son precisos en considerar que las actividades de enseñanza, investigación y extensión son incontestablemente el eje fundamental de la educación en la UFFS.

Para el profesor “A” es ese eje fundamental que diferencia la función de la universidad frente a la sociedad en comparación a las otras instituciones de enseñanza. El profesor “A” evalúa todavía que la función de la investigación es realizar un diagnóstico completo de la comunidad en la cual la universidad está inserta, o sea, hacer un diagnóstico previo y a partir de los datos adquiridos intervenir por medio de la extensión llevando el conocimiento para fuera de los muros de la universidad; evidentemente que se debe dialogar con la comunidad para saber de sus necesidades. Ya el profesor “B” considera que en la frente de todo el proceso fundamental de la universidad está la extensión; y que por medio de esta es posible diagnosticar las necesidades de la comunidad y con auxilio de la enseñanza y de la investigación es posible estructurar los conocimientos para atender a las demandas de esta comunidad.

En relación a la investigación con los académicos, queda explícito que los mismos creen obtener mayor éxito en su formación pues destacan que la formación integral del sujeto crítico no se configura sólo en el aprendizaje en clase, sino antes asume consistencia a partir de los conoci

mientos adquiridos dentro de clase en conexión con las investigaciones y con la práctica realizada fuera de la universidad.

De esa forma la formación académica gana mayor sentido pues los académicos conocen su espacio de actuación mismo antes de formados, permitiendo la visualización de la realidad concreta para más allá del expreso en los libros y manuales, lo que para el académico del cual fue segado la posibilidad de participación en proyectos de extensión no es posible; eso sólo ocurrirá cuando y si fueren ingresar en la actividad profesional como profesor de educación en el campo.

Pero además de estas contribuciones, un punto expreso en los fragmentos de las entrevistas mencionadas necesita destaque: se trata del habla del profesor “C” que afirma que la extensión es considerada como el “primo pobre” de la universidad. Tal referencia lleva como parámetro su posición como coordinador del proyecto de extensión; para él la atención no es justa a la extensión por la universidad, ocasionando una valoración exagerada de la enseñanza y de la investigación. El mismo relata que las dificultades para realizar la demanda de los proyectos de extensión en las comunidades son muchas y que no se tiene un camino fácil.

A partir de esta evidencia presentada por el profesor “C”, podemos inferir que existe una fragilidad institucional en relación entre enseñanza, investigación y extensión que huye del control del profesor. Además este descontrol evidencia una desarticulación del eje norteador de la indisociabilidad, comprometiendo que procesos transformadores, tanto para el académico cuanto para la comunidad, se establezcan. Evidentemente es algo que tiene que ser superado.

CONTRIBUCIÓN DE LOS PROYECTOS DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA DE LA UFFS EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

El enfoque principal de esta investigación es comprender en qué medida los proyectos de extensión universitaria contribuyen para la formación académico-profesional de los académicos del Curso de Educação no Campo; a lo largo del trabajo algunas contribuciones ya fueron siendo evidenciadas, principalmente a partir de las entrevistas con los profesores. Pese a eso, fue por medio de las entrevistas hechas con los académicos del curso que participan y/o participaron de los proyectos de extensión en la UFFS que fue posible avanzar en este intento, aunque todavía mucho necesite ser investigado.

Los académicos fueron cuestionados por medio de entrevistas individuales sobre “cuáles los beneficios la extensión universitaria puede te proporcio-

Académico “A”: Desde organizar un proyecto o acción dentro del ambiente escolar, más conocimiento práctico y real de la comunidad y de los sujetos que frecuentan la escuela, bien como experiencia práctica del convívio local.

Académico “B”: Proporciona una mayor aproximación con la realidad de las escuelas y de los estudiantes, o sea, favorece el contacto directo con el campo escolar y también con los profesionales del área, además de posibilitar momentos de cambios de saberes que sólo en las clases de aulas no es posible ocurrir.

Académico “C”: A través de la extensión fue posible escuchar a los relatos de los profesores, las dificultades encontradas por los mismos en el proceso de enseñanza-aprendizaje, así como las experiencias que estuvieron bien; entender lo que la comunidad espera de la escuela; y que nuestras acciones reflejan directamente en la vida de los estudiantes.

Académico “D”: La extensión posibilita una interacción con las personas fuera de la universidad, conocimientos de la realidad de cómo estas personas se comunican y actúan, para que trabajemos en educación del campo con la idea de que un profesor sólo puede ser un buen profesional si conoce la realidad de sus alumnos, la extensión nos posibilita perfectamente esa oportunidad de conocer, de ver de cerca esta realidad.

Académico “E”: Ampliación de la noción de cómo trabajar la Educação no Campo, cómo preparar las actividades vivenciando la realidad de los alumnos que para mí es lo esencial, ya que en clase de aula es superficial y en la extensión podemos vivenciar las teorías en la práctica.

Académico “F”: El cambio de conocimientos con profesores en actuación en el área, confrontar con la realidad y las dificultades en que las mismas posibilitan la búsqueda en formación adecuada para el conocimiento de cuándo llegar a actuar para que tengamos un mayor entendimiento de cómo lidiar con los mismos.

Podemos identificar por medio de las entrevistas con los académicos del Curso de Educação do Campo que la participación en proyectos de extensión proporciona una visión más amplia de la realidad y de cómo va a ser su futuro como profesor.

Los académicos afirmaron que la extensión es una oportunidad de conocer a la realidad de los alumnos, lo que se juzga imprescindible para la formación académica. En este sentido salientamos que el énfasis del curso de Educação do Campo de la UFFS tiene como objetivo principalmente el hecho de valorizar el modo de vida de las comunidades, siempre llevando en consideración la realidad de los sujetos, pues la función de la Educação do Campo es llevar para el campo una educación transformadora. Entonces como apuntan los datos de la investigación, la extensión en la UFFS contribuye para eso.

No podemos perder de referencia que la Educação do Campo nace con el intuito de actuar en la política de educación objetivando atender a los intereses sociales de las comunidades campesinas, quilombolas, indígenas y otras. La expresión Educação do Campo surgió primeramente como Educação Básica do Campo durante la I Conferência Nacional por una Educação Básica do Campo, realizada en Luziânia, Goiás, del 27 al 30 de julio del 1998. Pasó a denominarse Educação no Campo después de la II Conferência Nacional, que ocurrió en julio del 2004, en Brasília.

El esfuerzo para inserir la Educação do Campo surge a partir de las luchas por la transformación de la realidad del sistema educacional ofrecido a las áreas de Reforma Agrária, teniendo como mayor protagonista de las luchas en aquel periodo el MST. La Educação do Campo combina la

lucha por la educación con la lucha por la tierra, por la Reforma Agrária, por el derecho al trabajo, a la cultura, a la soberanía alimentar, al territorio (CALDART et al., 2012. p. 263).

La implantación del curso de Licenciatura Interdisciplinar en Educação do Campo por la UFFS, campus de Laranjeiras do Sul, se inserte en este contexto debido a la necesidad de atender a los anseios de los sujetos en el campo. Por este motivo la Educação do Campo valoriza el modo de vida del campesino, sus trazos sociales y culturales, así como valora a la cultura indígena y quilombola.

El curso del grado en Licenciatura Interdisciplinar en Educação no Campo de la UFFS busca formar profesores para actuar en las escuelas del campo y así reforzar el vínculo de la educación con la realidad de la región y con los anseios de los sujetos del campo, auxiliando en el desarrollo económico, social y cultural, buscando promover procesos educacionales que contribuyan para la permanencia de ellos en el campo.

Y en este sentido la extensión tiene un papel fundamental, primero proporcionando que los campesinos tengan acceso a la producción técnico-científica producida por la universidad, después se destaca como un instrumento capaz de aumentar significativamente el conocimiento del académico cuanto la realidad de los alumnos con los cuáles va a trabajar. A fin de cuentas la enseñanza en clase de aula en la universidad no muestra de manera concreta la dinámica de la vida profesional y de las comunidades, incluso en lo que se refiere a la preparación de actividades adecuadas a los alumnos del campo, aunque por medio de la extensión es posible vivenciar esta realidad y aprender a superar los límites.

En última instancia la actuación de los académicos junto a la comunidad por medio de los proyectos de extensión proporciona el contacto directo junto a la realidad de la población atendida, contribuyendo así para el despertar de habilidades necesarias en el cotidiano profesional, como: autonomía, liderazgo, saber escuchar y respetar a la realidad de los sujetos.

También es importante destacar que el contacto con otros profesores en las escuelas durante las actividades extensionistas propicia un gran aprendizaje para los académicos de la UFFS pues como afirma el académico "C": es a través de la extensión que es posible conocer las dificultades de los profesores que ya actúan en el área, sobre las dificultades encontradas en el proceso enseñanza-aprendizaje. A partir de esta relación con los profesores de las escuelas los académicos adquieren experiencia docente, desarrollan la capacidad de trazar estrategias para superar dificultades concretas del cotidiano, lo que sólo pasaría después de recibidos e insertos en los ambientes escolares.

En el mismo sentido, como afirma el académico "F", la relación de cambio de conocimientos con otros profesores que actúan en el área, o sea, en las escuelas, favorece que el académico en formación como profesor busque metodologías más adecuadas para trabajar con los alumnos en las

escuelas, facilitando la transmisión de conocimiento científico. Además de eso, practicando extensión en las escuelas, los académicos de la Educação no Campo consiguen realizar sus actividades dentro del ambiente escolar de forma más organizada, pues así conocen la realidad de la comunidad y de los sujetos que frecuentan la escuela, como afirma el académico “A”.

Para además de estas contribuciones es necesario destacar las dificultades encontradas en el cotidiano referente a la ejecución de los proyectos de extensión en la UFFS. Primeramente veamos los relatos de los profesores entrevistados:

Profesor “A”: La mayor dificultad es la cuestión financiera que se vuelve un factor limitante para el desarrollo del proyecto. Muchas de las veces no se tiene ni al menos un coche disponibilizado por la universidad para hacer el desplazamiento del equipo del proyecto para el local donde será aplicado el conocimiento desarrollado, por lo tanto la universidad fue construida para atender la demanda de enseñanza, investigación y extensión.

Profesor “B”: Básicamente las dificultades fueron de estructura logística pues se cuestiona de qué forma el alumno va a desplazarse para la realización de las actividades del proyecto, ya que la universidad no libera el transporte para la extensión y al mismo tiempo tenemos mucha dificultad de usar el dinero de subsidio disponibilizado para la extensión debido a la burocracia de la universidad para poder utilizar este dinero visto que muchas veces tenemos que usar de nuestro propio dinero para realizar el proyecto propuesto.

Profesor “C”: La primera cosa es que tenemos problemas internos debido a la cuestión de la gestión, por ejemplo nosotros aprobamos los PROEXT, pero como se hace un proceso de licitación de compra de cosas dentro de la universidad es muy difícil, pues a veces tienes el dinero y no tienes cómo ejecutar el proyecto de extensión porque el plazo de retirada de precio para que compres ultrapasa el plazo del proyecto, entonces acaba que mitad del dinero que tienes, acabas teniendo que devolver. El segundo problema es que como vas a la extensión sin transporte, pues la universidad no disponibiliza, a veces tenemos el dinero de la gasolina pero no logramos realizar el proyecto porque no tenemos un vehículo disponible para extensión y eso es un factor limitante. El tercer problema que veo es que la UFFS tiene un formulario para todo, para hacer el proyecto, para hacer la institucionalización, entonces es muy complejo. Otra cosa son los informes de los proyectos que son muy complejos, pero no tenemos una base de datos de acceso de esos informes para hacernos consultas para que sepas lo que avanzaste o no en relación al proyecto.

La principal dificultad de los profesores para realizar la extensión en la UFFS está relacionada a la cuestión del transporte ya que faltan vehículos disponibles para transportar a los participantes de los proyectos y los instrumentos utilizados para realizar las actividades en el caso de los talleres de enseñanza, por ejemplo.

La investigación identificó que muchas veces para realizar las actividades los participantes necesitan desplazarse con vehículos propios o de ómnibus, con recursos financieros propios, arcando con los costos del proyecto. Esa realidad queda aún más clara a partir del habla del profesor “C” pues afirma que el Estado disponibiliza subsidio para los proyectos de extensión de la universidad, entretanto el sistema burocrático interno de la universidad para que los coordinadores preparen toda la documentación necesaria y después de todo listo aún hay más un largo periodo de espera para la liberación del subsidio, siendo que en este periodo el proyecto ya se

encuentra en marcha, o sea, en este tiempo los participantes ya utilizaron de recursos propios para subsidiar las actividades.

Las entrevistas con los académicos proporcionaron otras evidencias de las dificultades encontradas en la ejecución de las actividades de extensión, como sigue:

Académico "A": Principalmente la cuestión de tiempo y determinación es una actividad para allá del cotidiano de carga horario del curso, por lo tanto exige cierta dedicación. La principal dificultad está en el interés, no siempre tenemos la oportunidad de participar como alumno becario, lo que hace con que muchos desistan pues necesitan remuneración, lo que los lleva a desarrollar otra actividad, como el trabajo. Conciliar estas actividades con las dos cargas horarias curriculares también es difícil pues en semana de trabajos y exámenes finales es más complicado cumplir más horas en función de los proyectos, dependiendo del proyecto otra dificultad son los recursos financieros para costear transportes y estadías para investigaciones y aprendizajes, pudiendo caracterizar esta como la principal dificultad.

Académico "B": Por ser un proyecto que envolvió toda la región de Cantuquiriguaçu algunas dificultades con relación al desplazamiento hasta algunos municipios fueron encontradas, pero no impidieron en el cumplimiento de los objetivos propuestos.

Académico "C": La falta de inversión, una vez que las becas son limitadas y los gastos con desplazamiento y materiales a ser utilizados en los locales de aplicación del proyecto normalmente no están contemplados en el presupuesto de los editales.

Académico "D": Con certidumbre el factor tiempo, conciliar las horas de actividades de extensión con las horas de clase de aula es lo más difícil porque las horas de clase van más allá de los momentos presenciales en clase, tenemos que contar con las horas que tenemos que reservar para el desarrollo de trabajos, actividades y estudio de cada disciplina cursada. Otro factor también son los gastos utilizados, pasajes de idas y vueltas a la universidad, comida, etc., cuando el alumno es becario todo se resuelve, pero participar de un proyecto como voluntario siempre hay un costo mayor.

Académico "E": El confronto con los horarios, con las reuniones y viajes del curso.

Académico "F": Normalmente los proyectos de Extensão ofrecen pocas becas y requiere una mayor cantidad de tiempo para participar de ellos.

Para los académicos, además de la cuestión del transporte, uno de los principales entresijos para que ellos participen de las actividades está relacionado al tiempo disponible, visto que en la mayor parte de las veces participan de otras actividades de la universidad, como proyectos de enseñanza, investigación y viajes; además de eso en muchos casos ocurre confronto de horarios entre las clases y las actividades de los proyectos. Sin embargo hasta en los casos donde los académicos no están insertos en otros proyectos, sea de enseñanza o de investigación, la propia rutina como estudiantes impone un límite de tiempo, ya que la participación en las disciplinas de la malla curricular exige un tiempo adicional para los estudios, expresos en la preparación y desarrollo de actividades como: trabajos, exámenes, seminarios, entre otros.

La importancia de las becas para la realización de los proyectos es otro punto que necesita relieve, afinal de cuentas la investigación presentó como este subsidio es decisivo para la manutención de los académicos en los proyectos de manera más adecuada, pues con este recurso financiero es posible costear el transporte, la alimentación y otras necesidades fundamentales.

Pese a estas dificultades, la participación de los académicos en los proyectos de extensión es considerada adecuada por los profesores. Los profesores coordinadores del proyecto entrevistados fueron unánimes en relatar que algunos académicos son extremadamente atentos durante el desarrollo del proyecto, superando muchas veces las expectativas de los profesores. Ya algunos son totalmente desatentos y no realizan con eficiencia las actividades propuestas, causando varios contratiempos, pero la gran mayoría de los participantes realiza de manera satisfactoria las actividades. La afirmación del profesor “B” con relación a la participación de los académicos en su proyecto es elucidativa en este sentido:

Como pasa en cualquier proyecto, disciplinas, entre otros, existen aquellos 10% de alumnos que son muy arriba de la media, que van más allá de lo que proyectas, ya algunos 10% de los alumnos no realizan las actividades y generan algunos contratiempos como la falta de compromiso, y el resto son aquellos alumnos que alcanzan la condición necesaria para atender a la realización de las actividades del proyecto (Profesor entrevistado B).

Sí por un lado la participación de los académicos en los proyectos es entendida como satisfactoria por los profesores, por otro es necesario destacar que el proceso de selección de los académicos no atiende adecuadamente a los requisitos de igualdad de condiciones al pleito y publicidad, que mínimamente un proyecto desarrollado por medio de una institución pública debe preservar.

Mientras las entrevistas fueron hechas se quedó claro que la selección de los académicos para participar del proyecto de extensión que en general ocurre a través de elecciones realizadas por los propios profesores coordinadores del proyecto de extensión, generalmente ocurriendo de la siguiente forma: la invitación al académico es hecha por el profesor coordinador del proyecto teniendo como referencia la participación del académico en otras actividades en la universidad; la invitación es hecha generalmente a través del mail; mensaje vía redes sociales; entre otras.

En este mecanismo de selección se evita por ejemplo que los académicos, principalmente los del periodo nocturno, tengan conocimiento de las actividades y plazas disponibles. Además, esta metodología de selección de aleja de los principios democráticos y populares que orientan la implantación de la propia UFFS.

Uno de los resultados negativos de esta práctica llevada a cabo por los profesores es la dificultad de localizar alumnos del periodo nocturno insertos en proyectos de extensión, ya que los profesores entrevistados tenían en el total 13 académicos insertos en los proyectos de extensión, pero ni uno de ellos era del periodo nocturno. Evidentemente que hay otras determinantes que interfieren en este proceso, como la necesidad de trabajar durante el día por parte de los académicos que estudian por la noche, pero la completa ausencia de esos académicos de los proyectos indica la deficiencia de inserción en los proyectos de extensión de la UFFS.

Debido a eso algunos cuestionamientos se hacen necesarios: los académicos que no fueron invitados por los profesores a participar de proyectos de extensión poseen formación académica basada en la indisociabilidad entre enseñanza, investigación y extensión? cual es el camino más adecuado para disponibilizar plazas en los proyectos de extensión para académicos del periodo nocturno del curso de Educação no Campo? Ciertamente las respuestas a esas preguntas no van a ser respondidas en este trabajo, ya que exigiría una investigación aún más amplia, desafío que se presenta para las próximas investigaciones.

Pero no hay como olvidar de expresar que ciertamente la disponibilización pública de los editales para inscripción en los proyectos de extensión es el camino más democrático y que al menos posibilita el conocimiento acerca de las oportunidades por parte de los académicos. Encajaría al profesor una selección con base en criterios objetivos y de amplio conocimiento, refutando la práctica de invitaciones direccionados y viables por criterios subjetivos.

En síntesis la investigación mostró que la formación académica integral del futuro profesor de Educação no Campo sólo ocurrirá cuando efectivizar el proceso de indisociabilidad entre investigación, enseñanza y extensión, de forma amplia y completa. Desafío que la UFFS está avanzando en este campo; en que pese las dificultades los académicos y profesores hacen de esta actividad una oportunidad de vivir y conocer la realidad de las comunidades y de las escuelas.

Eso ciertamente tiene gran relieve pues la enseñanza en clase de aula no es suficiente para graduar profesores, aunque sea indispensable, pero es necesario ir más allá de los muros de la universidad: actuar en la comunidad cambiando conocimientos; conociendo y actuando en la práctica; viviendo la realidad del área de formación antes de graduarse. Esas son algunas de las contribuciones que la extensión puede fornecer para la formación académica de los futuros profesores.

CONSIDERACIONES FINALES

La investigación identificó que los proyectos de extensión desarrollados en la UFFS campi de Laranjeiras do Sul son esenciales para la formación de los académicos, así como para las comunidades en las cuales son desarrollados los proyectos. Además se quedó evidente que sólo la enseñanza en clase de aula no es capaz de preparar un profesional crítico que conozca su área de trabajo y los sujetos con los cuales va a trabajar.

Además de eso la participación en proyectos de extensión amplía la capacidad del académico en organizar de manera más adecuada las actividades pedagógicas que serán desarrolladas en el ambiente escolar, para eso contribuye el contacto con o tres profesores que trabajan en los cole

gios del campo, pues posibilita conocer sus experiencias y sus dificultades en el proceso de enseñanza-aprendizaje, favoreciendo que el académico de la UFFS tenga dimensión de la realidad de los alumnos, facilitando su preparación para trabajar las actividades que probablemente van a influenciar en la vida de ellos.

La extensión universitaria de la UFFS incita una interacción positiva entre la comunidad en la cual la universidad está inserta, pues disponibiliza los conocimientos producidos para atender a las demandas y necesidades de la población, desencadenando un proceso de reciprocidad entre las partes. Las actividades de extensión visan a la transformación económica-social de la región a lo largo del tiempo, lo que hace de la universidad una institución cada vez más consolidada en la región sur del país.

Se espera que este trabajo demuestre que la extensión tiene un papel preponderante en la formación de los académicos del curso de Educação do Campo de la UFFS y que, aunque con muchas dificultades, este es un camino fructífero para la formación académica.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, T. S. Extensão universitária e formação profissional ampliada. *Revista de Educação Popular*. Uberlândia. v. 3, n. 1, p.36-42, set. 2004.

BRASIL. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CALDART, R. S. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIAS, A. M. I. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*. v. 1, n. 1, p.37-52, Ago., 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MANCENO, D. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*. Campinas. v. 25, n. 88., 2004.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Nossa História*. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>. Acesso em: 30 de out. 2016.

SILVA, O.D. O que é extensão universitária? Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "A Integração Universidade-Comunidade", em 10 de outubro de 1996.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Política de Extensão Da UFFS. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC. Chapecó, 2011.



Caminhos marciais e educação integral. ZhongWudao e aprendizagem contextualizada de humanidades

Martial paths and integral education: ZhongWudao and contextualized humanities learning

Guilherme Amaral Luz

Doutor em História pela Unicamp. Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
guilhermealuz@ufu.br

RESUMO

A proposta deste artigo é refletir sobre as potencialidades e os limites de incorporação de práticas de “caminhos marciais” chineses em perspectivas modernas de educação integral, articuladas ao ensino-aprendizagem contextualizado de conhecimentos da área de Humanidades. Reflete-se, primeiramente, a respeito dos desafios da educação integral nas políticas públicas brasileiras contemporâneas para, em seguida, abordar a proposta pedagógica do ZhongWudao, do mestre LinZhong Yuan, contextualizando-a em seu tempo. Por fim, elabora-se um esboço de metodologia para a recontextualização do ZhongWudao na contemporaneidade, reorientando-o para os objetivos da moderna educação conforme um paradigma de abertura antropológica do homem livre e ético para o mundo.

Palavras chaves: Educação Integral; Humanidades; Artes Marciais.

ABSTRACT

The proposal of this article is to consider the limits and potentialities of Chinese ‘martial paths’ for modern perspectives of integral education, articulating them to contextualized learning of Humanities. Firstly, it reflects about the challenges of integral education in Brazilian public policies. Then, it aims to present Lin Zhong Yuan’s Zhong Wudao pedagogical view in a contextualised manner. Finally, it outlines a method for repositioning Zhong Wudao in the contemporaneity so as to correspond to a model of education engaged with the anthropological openness of the ethical and free man to the world

Keywords: Pedagogical practice, cinema, research, political formation.

“(…) O desenvolvimento material é cada vez mais suficiente, cada vez mais favorável, mas o vazio e a solidão estão surgindo em vosso espírito. (...) Nossa segunda geração tem uma cabeça inteligente e um corpo fraco, ou o corpo funciona bem e a cabeça não, ou ainda ‘o cérebro é cheio e o estômago também, mas o coração é negro e a mão apimentada”.

(Mestre LinZhong Yuan. APUD: MONTEIRO, F. P. História das artes marciais chinesas: tradição, memórias e modernidade, Uberlândia: Assis Editora, 2014. p. 70.)

INTRUDUÇÃO

Enunciada na década de 1970, em Taiwan, a epígrafe com a qual abrimos este texto apresenta uma nostalgia das sociedades modernas e capitalistas: uma sensação de descompasso entre mente e corpo e entre saúde biológica, inteligência e comportamento ético. Remete à crise do sujeito moderno: sujeito eficiente (em determinado ramo de atividades), competente (no planejamento e na execução de atividades relativamente circunscritas), competitivo (na luta pela proeminência em seu ramo particular de atuação), bem-sucedido (naquilo que a sua sociedade define como sucesso a partir de padrões associados ao consumo de bens materiais e à distinção social)...Numa sociedade como a nossa, que modelos de educação pretendemos fomentar para lidar com os desafios da (pós-)modernidade capitalista? Modelos que formem sujeitos eficientes, competentes, competitivos e bem-sucedidos, porém, possivelmente afundados no vazio e na solidão do espírito? Ou, quem sabe, modelos que permitam aos sujeitos um encontro com os seus limites e possibilidades, explorando as suas diversas dimensões com vistas à realização plena da sua humanidade e da sua liberdade?

Neste texto, pretendemos abordar algumas possibilidades de promoção de modelos de educação integral no Brasil. Para isso, vamos discutir, preliminarmente, questões ligadas ao currículo formal do ensino básico, dando especial atenção às discussões, nos últimos anos, em torno das humanidades e da educação física na segunda versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), divulgada em 2015. Nosso intuito será de explorar os pressupostos mais recentes da educação integral no Brasil e o papel a ser cumprido por algumas áreas (Educação Física e Humanidades) em relação a ela. Em seguida, trataremos de uma via de educação integral alternativa àquela prevista em nosso currículo formal: os “caminhos marciais”. Buscaremos demonstrar a pertinência de seu uso extracurricu

lar como meio de promoção dos objetivos da formação holística do sujeito autônomo, crítico, responsável e ético. Enfim, propomos alguns princípios metodológicos norteadores para a condução de projetos que articulam “caminhos marciais” e humanidades no universo escolar brasileiro, subsidiando ações de extensão universitária.

Humanidades e cultura corporal. Artes marciais e educação integral em discussão nos currículos da educação básica brasileira:

Desde os debates em torno da Constituição de 1988 e da nova LDB de 1996, as políticas públicas brasileiras de educação vêm passando por reelaborações profundas. Seria necessária uma pesquisa profunda e de fôlego para recuperar as discussões e os pressupostos presentes nessas propostas de políticas públicas de educação e, certamente, ultrapassa o nosso objetivo com este texto. Mais propriamente, para iniciarmos uma discussão sobre possíveis lugares dos caminhos marciais e das humanidades no ensino básico, pretendemos caracterizar, em suas linhas mais gerais, a busca, ao longo das últimas décadas, por um modelo de educação escolar no Brasil que propicie a formação integral dos estudantes, sob paradigmas de um conhecimento menos compartimentado e culturalmente mais inclusivo.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais, dois conceitos são extremamente importantes para caracterizar esse novo paradigma educacional que, não sem tensões, conflitos e recuos, vêm sendo propostos pelas políticas brasileiras. O primeiro é o próprio princípio da educação básica como educação integral. Conforme um texto oficial de apresentação das Diretrizes,

A Educação Básica (...) é o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, sócio-emocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. (...) Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. (...) Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena. (...) Cuidado é, pois, um princípio que norteia a atitude, o modo prático de realizar-se, de viver e conviver no mundo. Por isso, na escola, o processo educativo não comporta uma atitude parcial, fragmentada, recortada da ação humana, baseada somente numa racionalidade estratégico-procedimental. Inclui ampliação das dimensões constitutivas do trabalho pedagógico, mediante verificação das condições de aprendizagem apresentadas pelo estudante e busca de soluções junto à família, aos órgãos do poder público, a diferentes segmentos da sociedade. Seu horizonte de ação abrange a vida humana em sua globalidade. É essa concepção de educação integral que deve orientar a organização da escola, o conjunto de atividades nela realizadas, bem como as políticas sociais que se relacionam com as práticas educacionais. Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões. (MOLL, 2013: 18)

O segundo é a proposição de um paradigma transdisciplinar ou, pelo menos, interdisciplinar, cuja forma de organização do trabalho didático-pedagógico concretiza-se na “transversalidade”: temas ou eixos temáticos “integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas”. No paradigma trans/interdisciplinar dos eixos transversais, convivem tanto uma lógica de não compartimentação do conhecimento quanto outra de divisão em áreas e componentes curriculares de caráter claramente disciplinares. Assim, as Diretrizes Curriculares definem a disciplinaridade, a transdisciplinaridade, a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade como quatro dimensões de um único fenômeno, o conhecimento, e estabelece a transversalidade como modo de organização do seu trabalho didático-pedagógico. Isto é:

A disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade são as quatro flechas de um único e mesmo arco: o do conhecimento. Enquanto a multidisciplinaridade expressa frações do conhecimento e o hierarquiza, a pluridisciplinaridade estuda um objeto de uma disciplina pelo ângulo de várias outras ao mesmo tempo. (...) A transdisciplinaridade refere-se ao conhecimento próprio da disciplina, mas está para além dela. (...) Busca a unidade do conhecimento na relação entre a parte e o todo, entre o todo e a parte. Adota atitude de abertura sobre as culturas do presente e do passado, uma assimilação da cultura e da arte. O desenvolvimento da capacidade de articular diferentes referências de dimensões da pessoa humana, de seus direitos, e do mundo é fundamento básico da transdisciplinaridade. (...) A interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos. Estes facilitam a organização coletiva e cooperativa do trabalho pedagógico (...). A interdisciplinaridade é, portanto, entendida aqui como abordagem teórico-metodológica em que a ênfase incide sobre o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento (...). Essa orientação deve ser enriquecida, por meio de proposta temática trabalhada transversalmente ou em redes de conhecimento e de aprendizagem, e se expressa por meio de uma atitude que pressupõe planejamento sistemático e integrado e disposição para o diálogo. (...) A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. (MOLL, 2013: 28-9)

No plano mais geral, a compartimentação disciplinar ou por áreas, nas Diretrizes, é feita em seis componentes: “Língua Portuguesa”, “Matemática”, “Conhecimento do Mundo Físico, Natural, da Realidade Social e Política, especialmente do Brasil, incluindo-se o Estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, “Arte, em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a Música”, “Educação Física” e “Ensino Religioso” (Resolução MEC/CNE/CEB n. 4/2010. Art. 14, § 1). Embora os compartimentos sejam interdependentes na constituição da pessoa, está presente uma divisão bastante clara dos domínios das faculdades humanas. E esses domínios traduzem-se em áreas e disciplinas, conforme aparece, por exemplo, nas propostas parciais da BNCC. Lá, os conhecimentos, por exemplo, de Ciências Naturais e Humanas, dividem-se em duas áreas: Ciências da Natureza e Ciências Humanas, sendo que as Ciências da Natureza se dividem, a partir do Fundamental II e do Ensino Médio, nas disciplinas de Ciências, Física, Química e Biologia; e as Ciências Humanas,

nas disciplinas História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Enquanto isso, as áreas de Artes, Língua Portuguesa e Educação Física, além de Línguas Estrangeiras (Modernas), entendidas como disciplinas (ou componentes curriculares), passam a compor a Área de Linguagens. Por fim, Ensino Religioso e Matemática, cada qual se torna uma área a parte (MEC, BNCC, 2016: 86-176).

Essas áreas, definidas nas primeiras versões da BNCC a partir de determinado arranjo de componentes curriculares expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, particularizam para si determinados objetivos em consonância com o paradigma da educação básica como educação integral. O que elas fazem, de certa maneira, é adaptar esse modelo à compartimentação disciplinar já presente na educação brasileira. Isso é sintoma do híbrido entre transversalidade e disciplinaridade que informa o nosso entendimento de currículo e organiza as nossas formações e inserções profissionais. O fato é que, atualmente, o currículo da educação básica não consegue prescindir de organização por áreas de conhecimento e das suas especificações nas disciplinas. Mais do que isso, a fragmentação ainda é o fundamento sobre o qual se sustentam as propostas curriculares. A proposição dos objetivos gerais da área de humanidades conforme a última versão da BNCC expressa, ao mesmo tempo, preocupações na direção de uma educação integral e a reafirmação da pertinência das disciplinas específicas para a consecução destes objetivos. A formulação de seu objetivo principal é de caráter bastante genérico e supradisciplinar:

Em sintonia com as Diretrizes Curriculares Gerais Nacionais para a Educação Básica e atendendo aos princípios éticos, políticos e estéticos que fundamentam a BNCC, as Ciências Humanas devem propiciar um programa ético fundamental para a formação das novas gerações, contribuindo para conferir aos estudantes um sentido de responsabilidade com a valorização dos direitos humanos, com o meio ambiente, com a sua própria coletividade, e de preocupação com as desigualdades sociais. (MEC, BNCC, 2016: 155-6)

Sua dimensão explicitamente disciplinar formula-se em sequência a partir de duas habilidades:

Cabe ainda às Ciências Humanas cultivar a formação de estudantes capacitados a articular categorias de pensamento histórico, geográfico, filosófico e sociológico, intelectualmente autônomos em face de seu próprio tempo, e capacitados a perceber e refletir sobre as experiências humanas, em tempos, espaços e culturas distintos e sob diversas lógicas de pensamento. (MEC, BNCC, 2016: 156)

O que a área se propõe a construir é um sujeito que, orientado por valores éticos (no âmbito dos direitos, da sustentabilidade, da justiça social e da mobilização coletiva), seja capaz de dominar conceitos e categorias de quatro disciplinas orientadas ao estudo das sociedades humanas, com os seus sistemas filosóficos, conforme se aproximam e se diferenciam no espaço e no tempo. Pouco ou quase nada se fala, no entanto, nesse trecho em particular (embora apareçam mais à frente no detalhamento dos objetivos da aprendizagem), de questões importantes no próprio campo disciplinar das “ciências humanas”, tais como: o de

envolvimento da sensibilidade, da estética, da percepção do corpo como dimensão desse homem; das relações entre pensamento e linguagem ou da religião como fenômeno importante do ponto de vista da política, da filosofia ou da cultura; da matemática como construção civilizacional... Isolada das outras, a área de humanidades cai em abstrações e em conhecimentos estéreis, sem sentido. As humanidades só cumprem a sua finalidade no interior de um modelo de educação integral quando, para utilizar expressões do historiador Marc Bloch, na “topografia do saber”, a aliança entre áreas e disciplinas torna-se “indispensável a qualquer tentativa de exploração” (BLOCH, 2001: 53-54).

Outro aspecto de relevo, presente nas políticas públicas brasileiras e inseparável do princípio da educação básica como educação integral e do paradigma da transversalidade é a sua concepção abrangente de educação, que não se restringe à educação escolar formal. Segundo a Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação:

Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura. (Resolução MEC/CNE/CP nº 2/2015. Art. 3. § 1º)

Como decorrência dessa abrangente concepção de educação, amplia-se também o entendimento de magistério e, com ele, o de formação docente. Assim, a mesma resolução, no inciso XI do § 5º também do artigo 3º, define “a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais”. Dessa forma, como se exprime no artigo 5º, inciso VII, a formação docente, dentre outras coisas, deve envolver a promoção “de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade”. Ela deve permitir, assim, ao professor, conforme o inciso VIII do artigo 7º, o “desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas”.

Assim como a área de humanidades não pode prescindir das conexões com as outras áreas para cumprir os objetivos de uma educação integral e de um conhecimento transversal, a educação escolar não pode prescindir do diálogo com outras formas sociais de ensino e aprendizagem da cultura nem com outros espaços de formação. Abrir a educação escolar formal para outras formas de educação é, portanto, fundamental. A escola em tempo integral, o deslocamento para espaços fora da escola e projetos de abertura da escola à comunidade em horários alternativos para a realização de atividades extracurriculares podem se tornar oportunidades

excelentes para a promoção desse diálogo. Reconhecer o valor dos saberes extraescolares implica tanto a busca pelas especificidades e potencialidades pedagógicas dos seus conhecimentos e instrumentos de ler a realidade quanto pelas oportunidades de transformar os seus horizontes em campos férteis para a contextualização de disciplinas curriculares¹. Esses dois movimentos se fazem presentes em nossa perspectiva de trabalho, cruzando prática de caminhos marciais e ensino-aprendizagem contextualizado de humanidades.

Considerando-se as diretrizes curriculares do ensino básico no Brasil e, mais especificamente, a segunda versão, de 2015, da Base Nacional Comum Curricular, as artes marciais aparecem de maneira mais evidente na área de Linguagens, dentro do componente curricular Educação Física. O documento apresenta um paradigma, o qual nomeia como “perspectiva cultural da Educação Física”. Isso quer dizer que o seu campo objetivo é a “cultura corporal de movimento”, por meio da qual é possível “gerar um tipo de conhecimento muito particular, insubstituível”, pois “compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos”. Sua presença é justificada na Base Nacional por se articular a um propósito mais geral da educação básica: “preservação e a reconstrução crítica da herança cultural acumulada pela humanidade, sob a forma de conhecimentos sistematizados”. Essa perspectiva cultural, ainda segundo esta versão da BNCC, traz consigo alguns desafios, dentre os quais, “desafios interdisciplinares: possibilitar o diálogo com os conhecimentos produzidos/trabalhados nas demais áreas e componentes curriculares”. Entendendo as práticas corporais como patrimônio cultural, “produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história”, um desafio interdisciplinar importante, e apenas muito timidamente enfrentado na escola e na universidade hoje em dia, é entre a Educação Física e as Humanidades. (MEC, BNCC, 2016: 99-102)

Nessa concepção de Educação Física como “cultura corporal de movimento”, as artes marciais encontram-se como modalidade de luta², embora algumas delas também exemplifiquem ginásticas de conscientização corporal³. Luta e ginástica são duas das “manifestações da cultura corporal em movimento” definidas na segunda versão da BNCC. Dentre as “lutas”, o documento defende a primazia da didática (inclusive “proficiente”)

1 Vale, neste sentido, recuperar novamente o texto das Diretrizes, segundo o qual: “A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar. e assegurando: I – concepção e organização do espaço curricular e físico que se imbriquem e alarguem, incluindo espaços, ambientes e equipamentos que não apenas as salas de aula da escola, mas, igualmente, os espaços de outras escolas e os socioculturais e esportivo-recreativos do entorno, da cidade e mesmo da região”. Resolução MEC/CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Capítulo II: Formação básica comum e parte diversificada. Art. 13, Inciso I, Parágrafo 3°. In: MOLL, 2013: 66.

daquelas entendidas como “patrimônio cultural do país”, ou seja, capazes de ajudar a “compreender o processo de constituição da identidade brasileira”. A essa “brasilidade” o documento associa lutas afro-brasileiras (exemplificada na capoeira) e indígenas (com os exemplos da luta marajoara e do huka-huka) (MEC, BNCC, 2016: 109). Assim, embora o próprio texto reconheça as práticas corporais como “fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório” (MEC, BNCC, 2016: 99), ele simplifica demasiadamente o que seria a “cultura nacional”, elegendo matrizes indígenas e africanas⁴ em detrimento de “matrizes asiáticas” e outras. Exclui, dessa forma, não somente as artes marciais chinesas, japonesas, coreanas, tailandesas, filipinas, mas até mesmo o jiu-jitsu brasileiro. As artes marciais asiáticas também devem ser pensadas como fenômenos culturais constitutivos da sociedade brasileira. Não só pela sua presença no país, mas na sua dinâmica de transformação, ressignificação e recontextualização sociocultural e étnica em virtude dos movimentos migratórios e das conexões globais a que estão associadas.

Há, por último, uma outra questão que necessita ser abordada: a prática de “lutas” ou “artes marciais” não precisa estar associada à constituição de uma identidade étnica, regional ou nacional. As próprias dimensões do conhecimento da Educação Física na BNCC sugerem isso ao abrangerem o “uso e a apropriação” e a “fruição” como dois de seus aspectos. A luta marajoara ou o huka-huka, sendo expressões originalmente indígenas com presença forte nas regiões Norte e Centro-oeste do país, podem tranquilamente ser praticadas por descendentes de imigrantes alemães no Espírito Santo; como a capoeira, sendo originalmente afro-

2 As lutas são divididas, no documento, em diversas “formas de práticas”, sendo a “arte marcial”, exemplificada textualmente com o “kung fu”, uma delas. O documento distingue “artes marciais” de “modalidades de combate”, “lutas tradicionais” e “sistemas de defesa pessoal”, porém, não detalha as diferenças. (MEC, BNCC, 2016:106). O “kung fu” ou wudao(武道), conforme entendido neste texto, compreende, no seu interior, “modalidades de combate” (tais como shuaijiao 摔跤, sanshou 散手, guoshu 國術 e outras), “lutas tradicionais” (expressas em estilos e escolas relacionadas à diversidade étnica da China, como os povos Han, Jurchen e Hui, por exemplo) e “sistemas de defesa pessoal” (que é o foco das formas de luta tradicional não competitivas presentes nas aplicações das rotinas, denominadas quantao 拳套 ou taolu 套路). A compreensão dos caminhos marciais chineses como “forma de prática” de luta parece-nos redutora da sua complexidade, que envolve ainda muitos aspectos daquilo que aparece como “ginástica” (de demonstração, de condicionamento físico ou de consciência corporal) no documento. Isso para ficar apenas no campo dos seus aspectos mais evidentemente “físicos”, não entrando nas suas dimensões intelectuais, culturais, espirituais, filosóficas e éticas, por exemplo.

3 O documento cita, textualmente, o Liang Gong (练功) e o Taijiquan (太极拳). Cf.: MEC, BNCC, 2016: 105, nota 6. Liang Gong ShibaFa(练功十八法) é uma série de 18 exercícios formulada na década de 1970 em Xangai pelo médico Zhuang Yuan Ming. Ela se inspira em séries de Qigong (气功) bastante conhecidas, como Baduanjing(八段锦) e Wuqinxi(五禽戏), que possuem aplicações tanto “terapêuticas” como também marciais. Já o Taijiquan (太极拳), o Tai Chi Chuan, como é mais conhecido no Brasil, é uma arte marcial que, desde o final do século XIX, nomeia-se como “interna” (neijia, 内家). As “artes marciais internas” compartilham com o Qigong a sua ênfase no cultivo e no fluxo do qi (气), traduzido muitas vezes por “energia vital” ou “vapor vital”, tendo, portanto, segundo a MTC (medicina tradicional chinesa), um alto valor terapêutico. Juntamente com essas artes, o documento da BNCC também menciona o Yoga, de origem indiana bastante antiga, e que, provavelmente, está na base de vários exercícios que constam nas artes marciais “orientais”.

4 Este tipo de hipervalorização das “matrizes africanas e indígenas” da identidade nacional também era marcante na primeira versão da BNCC, especialmente no componente curricular de História, o que gerou muita polêmica. Particularmente, reconhecemos a importância de preservação do legado cultural africano, afro-brasileiro e indígena, bem como a sua valorização na educação básica. Contudo, a essencialização da etnicidade e o preterimento de outros vieses também importantes de constituição da sociedade brasileira comprometem uma visão que articule este legado a tramas históricas complexas de negociação cultural, relações de poder e contínua reconstrução das identidades individuais e coletivas.

brasileira e praticada em quase todas as regiões do país, pode muito seguramente ser utilizada, apropriada e fruída por descendentes de imigrantes japoneses em São Paulo. Do mesmo modo, o karatê ou o taekwondo, sendo “lutas” originárias do Japão e da Coreia, podem ser ensinadas nos subúrbios de Salvador ou entre os Guaranis do oeste do Paraná. O que entra em jogo nessa proposta não é a reafirmação de valores indenitários instituídos ab origine, mas a construção permanente de identidades em diálogos com a alteridade. Seja por meio do currículo obrigatório ou de atividades extracurriculares, é essa construção aberta e dinâmica que mais nos interessa aqui. Conforme entendemos, ela oportuniza uma abordagem histórico-antropológica do ensino das “artes marciais” ou, como preferimos, “caminhos marciais”, lançando-o às fronteiras disciplinares das áreas de Ciências Humanas e de Educação Física na perspectiva da transversalidade.

Caminhos marciais e os pressupostos de uma “educação liberal”:

A proposta de utilizar caminhos marciais para potencializar o processo de ensino-aprendizagem em “humanidades” busca atender a esses objetivos das áreas de Ciências Humanas e da Educação Física (como “cultura corporal de movimento”), ao mesmo tempo que os superar. Seu pressuposto está ancorado na hipótese de que, historicamente, os caminhos marciais constituíram-se na China e no Japão, por exemplo, como modelos de formação integral do homem, análogos àquele modelo que deu origem ao paradigma “ocidental” de educação integral: o modelo das artes liberais, conforme a expressão latina, ou das *eleutheriaitechnai* (ἑλευθερία τεχνικαί), conforme a expressão grega. O que as propostas curriculares brasileiras em Ciências Humanas estão chamando de “programa ético fundamental para a formação das novas gerações” não é, em seu discurso, ao menos, muito distinto do ideal grego de *paideia* (παιδεία). Nesse sentido, lembra-nos Donald Levine:

No Ocidente, encontra-se na Antiga Grécia o ideal da *paideia*, a noção de uso da cultura como meio de criar um tipo mais elevado de ser humano. O pensamento grego clássico celebrou o caminho para a arte ou para a virtude por meio do cultivo dos poderes do corpo, como a força e o vigor, bem como da mente, como agudeza e argúcia. Em séculos posteriores, o cultivo do corpo desapareceu como um componente do treinamento liberal, de tal modo que apenas as artes intelectuais, organizadas finalmente como o trivium e o quadrivium na Idade Média, emergiram como objetos adequados para o aprendizado liberal. Transmitido por monásticos por séculos, este currículo entrou para as universidades seculares durante a Renascença. Educadores americanos do final do século XIX voltaram seus ouvidos para esta tradição Renascentista enquanto idealizavam um programa de educação liberal orientada à “formação do caráter” e para os objetivos da realização pessoal. Isto formou o pano de fundo intelectual dos experimentos no currículo liberal que floresceu nos Estados Unidos depois da I Guerra Mundial. (LEVINE, 1999: 210)

A síntese de Levine certamente é demasiado esquemática e ignora, por exemplo, que a elite “moral” da Idade Média e mesmo do Antigo Regime era formada por uma nobreza de espada, cujos códigos de honra

passavam fortemente pelo cultivo do corpo e de técnicas de luta. Isso não retira, no entanto, o mérito do autor em apontar uma certa separação, nas artes liberais, tais como desenvolvidas no “ocidente”, entre os domínios da mente e os domínios do corpo.

Em paralelo com o desenvolvimento das artes liberais no “ocidente”, Levine traça um processo análogo na China e no Japão:

Eu tracei um desenvolvimento comparável no leste asiático, começando com o movimento na China durante a Dinastia Zhou para formar um programa educacional intencionado a produzir uma pessoa amplamente cultivada. Este currículo, frequentemente referido como “artes liberais” da educação chinesa clássica, incluía treinamento tanto em matérias literárias como marciais. Confúcio articulava a concepção de pessoa ideal a ser produzida por esta versão chinesa da paedeia. Max Weber notara que “para os confucionistas... o fator decisivo era que... na sua auto-perfeição[*o “homem cultivado”*] era um fim em si mesmo, não um meio para um fim funcional” (1951: 246). O declínio final deste currículo foi seguido pela instituição de novas formas de treinamento de artes marciais em monastérios chineses, que cultivavam o punho do Templo Shaolin, derivado de exercícios introduzidos pelo monge budista indiano, Bodhidharma, e, subsequentemente, pelas formas de Tai Chi Chuan inspiradas no Taoísmo. No Japão, durante o Shogunato de Tokugawa, um número de samurais adotou as técnicas marciais como veículos de treinamento marcial e, iniciando com esforços de Jigoro Kano, nos anos de 1880, algumas artes japonesas evoluíram para constituírem os recursos do budo moderno. (LEVINE, 1999: 210)

Essa síntese, tal como a anterior, também é bastante limitada. A tese de que Confúcio poderia sustentar um modelo educacional fundado tanto em matérias literárias como marciais, por exemplo⁵, é uma interpretação muito livre do confucionismo e pauta-se muito mais em apropriações de sua filosofia no âmbito da literatura militar chinesa imperial do que nos próprios escritos atribuídos ao filósofo dos chineses e a seus discípulos mais próximos, como Mêncio, por exemplo. É possível que este programa referido por Levine seja o das seis artes (Liu Yi, 六藝: Li, 礼, rituais, Yayue, 雅乐, música elegante; She, 射, arco e flecha; Yu, 御, carruagem; Shu, 書, caligrafia, e Shu, 數, matemática) destinadas à formação da classe social dos Shi(士); porém, não estão claras as relações entre elas e uma formação efetivamente marcial. Nos escritos confucionistas, por exemplo, mesmo artes como She(射) e Yu(御) não possuem finalidades militares mais evidentes, sendo tratadas muito mais como metáforas de habilidades éticas, cognitivas e de liderança, por exemplo. O mito de Bodhidharma e o Mosteiro Shaolin, tal como o da origem taoísta do tai chichuan, também

5 O exemplo de Mêncio é relevante, pois é nele muito evidente que a arte da guerra e o treinamento militar é absolutamente secundário em relação às práticas de governo justo no fortalecimento de um “reino”. Conforme o texto: “Em um território de apenas cem li quadrados, é possível manter dignidade real. Se Vossa Majestade realmente realizar um governo benevolente para as pessoas (...), terá um povo que poderá enfrentar, apenas com pedaços de pau caseiros, as expedições poderosas e as armas afiadas das tropas de Qin e de Shu” (Mengzi 孟子. Livro I, Cap. V, Parágrafos 2 e 3. In: LEGGE, 1990: 134-135). Por esse governo benevolente, Mêncio entende aquele que mantém todas as condições necessárias para que a vida do povo seja conduzida por valores confucionistas, tais como a piedade filial, o respeito fraternal, a sinceridade, a lealdade etc. Ele dá, assim, a entender que os assuntos militares são de menor importância. No caso dos exames oficiais, desde quando criado o exame militar, na passagem do século VII para o VIII da era cristã, somente no século XI, já na Dinastia Song, ele envolveria provas de caráter mais “literário”. Depois disso, no entanto, nas Dinastias Ming e Qing, por exemplo, as habilidades intelectuais não tinham grande importância para a seleção de combatentes, salvo no caso de conhecimentos específicos de uso militar mais evidente. Cf.: ACEVEDO, GUTIÉRREZ, CHEUNG, 2011: 60-

não podem ser assumidos com tamanha positividade histórica⁶. O que mais importa, no entanto, é o cerne das hipóteses do autor, qual seja, a de que o budo, desenvolvido no Japão a partir do século XIX, compartilha com o ideal grego de paideia a perspectiva de formação integral do homem livre⁷, sem perder, com isso, diferentemente do que ocorreu nas modernas teorias educacionais do ocidente, uma articulação indissociável entre corpo e mente.

Ao se colocarem como caminhos (Do, 道), e não simplesmente como técnicas (Jutsu, 術), artes como o karate-do (空手道), o judo (柔道) e o aikido (合気道) buscavam se diferenciar daquelas artes que simplesmente ensinavam a lutar, propondo-se a algo mais. Fuminori Nakiri, então presidente da Academia Japonesa de Budo em 2014, escreveu um artigo em que, dentre vários conceitos possíveis de “artes marciais” escolheu um como mais próximo daquele que entende como sendo o do budo (武道):

As artes marciais buscam o desenvolvimento mental e físico, combinando técnicas de punho livre ou de armas baseadas em tradições e ideias de prática pessoal. Este processo mescla treinamento físico independente com treinamento técnico e objetiva o desenvolvimento moral e mental. (NAKIRI, 2015: 13)

Essa definição é ainda muito genérica para o budo (武道), tanto que Nakiri prefere não reduzir o termo a um tipo dentre vários outros de “artes marciais”, mas preservar a sua singularidade como um caminho tipicamente japonês de cultivo pessoal e dimensão coletiva (NAKIRI, 2015: 13-14). O mais importante dessa definição genérica é aquilo que grifamos: a indissociabilidade entre as técnicas e as tradições e ideias que as inspiram. Isto é: tais técnicas podem ser vistas como expressão gestual bastante específica de uma cultura filosófica capaz de despertar valores elevados,

6 Conforme sintetizam Acevedo, Gutiérrez e Cheung a respeito da figura histórica de Bodhidharma: “apesar das contradições que existem entre as diversas fontes, as mais antigas coincidem ao mencionar a atividade de um monge indiano ou persa na região de Luoyang nas primeiras décadas do século VI e, assim, a existência de Bodhidharma costuma ser aceita atualmente em círculos acadêmicos. No entanto, a ligação desse monge com o templo de Shaolin e sua influência na evolução do kung fu apresenta muitas incertezas e é, na melhor das hipóteses, impossível determiná-la de maneira fidedigna”. Cf. ACEVEDO, GUTIÉRREZ, CHEUNG, 2011: 45.

7 Até onde nos foi possível mapear, são pouquíssimos os estudos sobre a pedagogia dos caminhos marciais e as suas possíveis relações com a educação integral. Um trabalho simples, de conclusão de Licenciatura em Educação Física, é uma das raras e gratas exceções que localizamos. Trata-se de OLIVEIRA, 2006. Nesse trabalho, orientado pelo pesquisador Rodrigo Wolff Apolloni, estudioso e praticante do estilo Shaolin do Norte de kung fu, o autor propõe-se a comparar o que nomeia como a “pedagogia da marcialidade chinesa” com a proposta de “pedagogia emancipadora”, de Paulo Freire. Apesar de as conclusões do trabalho, no final das contas, apontarem mais para as diferenças entre os dois modelos pedagógicos do que para semelhanças, elas sustentam que ambos possuem um “aspecto libertário”, ainda que por meio de tradições distintas e de formas diferentes de contato. No caso do praticante brasileiro de kung fu, afirma Oliveira, que “libertam-se na busca autônoma de suprirem uma necessidade provocada por uma tradição étnica”. No caso dos educandos segundo a perspectiva de Paulo Freire, “libertam-se através da tomada de consciência de uma tradição que lhes é apresentada diretamente” (OLIVEIRA, 2006: 57). Em todos os casos, o próprio título “paideia à chinesa” remete a um ideal mais amplo de educação para a “liberdade”, cujos significados variam conforme as visões políticas e as culturas que a nomeiam.

8 Isso não quer dizer que, a partir do budo, outras formas sociais assumidas pelas artes marciais do leste asiático tenham subsumido ou sido superadas, transformadas em “caminhos marciais”. O conceito de artes marciais, mesmo quando aplicado apenas ao “extremo oriente” abrange muitas práticas distintas, com sentidos que podem ser religiosos, artísticos/estéticos, de autodefesa, de espetáculo etc. Até por isso, quando preferimos o conceito de “caminhos marciais” ao de “artes marciais” para articular ao ensino de humanidades, pensamos em um campo bastante específico e que certamente não é o único presente para as artes marciais nos dias de hoje.

promover autoconhecimento e gerar o aprimoramento da própria cultura. Nesse sentido, se não há uma continuidade histórica necessária entre o budo(武道) e as escolas filosóficas e sapienciais do “orientes”, há uma busca do próprio budo(武道) por se referenciar nelas. Portanto, além de profundamente filosófico, ele é também uma forma de culto ao passado, de um ato de memória, seja na perspectiva de construção de uma “identidade nacional” (japonesa, no caso) ou “étnica”, seja na perspectiva de preservação de um legado cultural do passado ao qual se atribui enorme valor e potencial para o homem do presente.

As perspectivas de construção da identidade coletiva e da preservação de um legado cultural das antigas gerações também se encontram presentes nos movimentos de renovação das artes marciais ocorridos na China desde o final da Dinastia Qing e intensificado nas primeiras décadas da República. Destacam-se, neste processo, a criação da famosa Associação Atlética Jingwu(精武), fundada em Xangai no ano de 1910, e, já no contexto da República, o estabelecimento, em Nanquim, em 1928, da Academia Central de Guoshu(国术 ou 國術). Não pretendemos alongar muito na consideração desses movimentos, mas é preciso situá-los para compreender o sistema de educação marcial que utilizamos em nossos experimentos de articulação entre caminhos marciais e humanidades na educação básica: o zhongwudao(中武道), do Mestre LinZhong Yuan, trazido para o Brasil por um de seus discípulos, o Mestre Huang YuSheng, que vive no país desde o final da década de 1970.

O Mestre LinZhong Yuan teve formação na Associação Jingwu e, como membro do exército nacionalista, recebeu treinamento de artes marciais conforme o projeto do Guoshu. Estabelecido em Taiwan após a vitória do Partido Comunista na China continental, o Mestre LinZhong Yuan sistematizaria as suas ideias sobre o que passou a chamar de zhongwudao(中武道), cuja tradução literal pode ser “caminho marcial chinês”, com clara inspiração na expressão japonesa que caracteriza o budo(武道). Vale lembrar que, entre o final do século XIX e o final da Segunda Guerra Mundial, Taiwan foi dominada pelo Japão, este, por sua vez, em profundas transformações sociais, culturais e militares desde o fim do período Edo. O ZhongWudao(中武道), portanto, deve ser contextualizado neste momento de “ocidentalização”/“modernização” do leste da Ásia desde o século XIX, de renovação das antigas “tradições nacionais” com vistas a reafirmar identidades coletivas e de intenso intercâmbio (não sem muito conflito) entre a China e o Japão “modernos”. (MONTEIRO, 2014: 46-78)

Em breve entrevista, concedida por correspondência a Fabrício Pinto Monteiro, o Mestre LinZhong Yuan revela que foi aproximadamente entre 1954 e 1958, no auge da Guerra Civil, que ele começou a estudar o wudao(武道) de maneira mais detida. Na ocasião, ocupava a posição de instrutor de unidades em Fengshanlu e, posteriormente, seria transferido para Taipei com a missão de defender a ilha de Jinmen. O seu zhongwudao(中武道) começa a ser gestado, portanto, em um momento crítico no qual a

ideologia do Guomintang (國民黨), como veremos mais adiante, não poderia deixar de estar muito presente. Em meados da década de 1960, já fora do exército e atuando como diretor de escola, o Mestre LinZhong Yuan diz ter começado a refletir mais detidamente sobre as suas ideias de “wushu” (武術), fundamentadas nos “cinco aspectos marciais”, como veremos abaixo. Ele também anuncia que, desde então, preocupa-se muito mais de perto com o que chama de wenyiwushu (文艺武術), de sentido bastante filosófico. Porém, essa guinada mais filosófica do zhongwudao (中武道) não esteve muito presente em seu legado no Brasil e parece um desdobramento dos estudos do Mestre LinZhong Yuan posterior ao início da atuação do Mestre Huang YuShengem nosso país. No estado atual dos nossos estudos sobre o zhongwudao (中武道), sabemos pouco sobre o desenvolvimento mais recente dos ensinamentos do Mestre LinZhong Yuan, que pode revelar traços menos evidentes da sua ideologia nacionalista original e, por outro lado, maior apelo a uma releitura do conceito taoísta de ziran (自然), “naturalidade”⁹.

Na China, desde a Dinastia Song (aproximadamente o século XII) até o final da Dinastia Qing (na passagem do século XIX para o XX), o modelo educacional “básico” era fundamentado nos estudos dos quatro livros do neoconfucionismo (Daoxue, 道學) (GARDNER, 2007: xiii-xxx). A partir da segunda metade do século XIX, há uma rápida transformação intelectual no país, o que, no entanto, não significou uma ruptura radical com esse passado. O reformismo do final do século XIX, segundo Jonathan Spence, ancorou-se na formulação abreviada pela expressão chinesa tiyong (體用); isto é, “o conhecimento chinês deveria continuar sendo a essência [ti, 體], mas o conhecimento ocidental devia ser usado para o desenvolvimento prático [yong, 用]” (SPENCE, 1995: 230). Essa “essência” chinesa, além de bastante devedora dos séculos de formação nos preceitos do Neoconfucionismo, incluía também as tradições religiosas e filosóficas do budismo e do taoísmo, de modo similar ao que ocorria no Japão, onde, por exemplo, o legado xintoísta e, principalmente, zen-budista fora fortemente valorizado na filosofia da chamada Escola de Kyoto¹⁰. Tiyong, ou “essência-função”, é ela própria uma categoria do pensamento tradicional presente do confucionismo e no taoísmo. Tomando como exemplar um trecho do Daodejing (道德经) que serviu de base para Wang Bi formular a sua interpretação do binômio “essência-função”, ela também indica uma

9 “Entrevista com LinZhong Yuan”. In: MONTEIRO, 2014: 46-78; 104-105. O pesquisador Fabrício Pinto Monteiro recebeu, de Taiwan, um material composto por vídeos (um DVD com vídeos caseiros) e textos (aproximadamente setenta arquivos originais em formato “.doc” e “.ppt”) do Mestre LinZhong Yuan, que sugerem estes desdobramentos. Esse material, ainda inédito no Brasil, encontra-se todo em Chinês e ainda precisa ser traduzido, estudado e explorado. Agradecemos ao Fabrício Pinto Monteiro pela gentileza de nos disponibilizar estas fontes, cujo entendimento esperamos aprofundar no futuro.

10 A escola de Kyoto surgiu no início do século XX, tendo como “fundador” o filósofo nipônico Kitaro Nishida (1870-1945) e sendo continuada por outros pensadores, tais como, por exemplo, Hajime Tanabe (1885-1962) e Keiji Nishitani (1900-1990). Sobre esta escola e como ela desenvolveu diálogos entre a tradição filosófica “ocidental” e as experiências de si mesmo, do mundo e do vazio, conforme o zen-budismo, cf. LOPARIC, 2009.

relação entre passado e presente: “Ficar velho resulta em obter novas [coisas]” (WANG BI, 22.4. In: WAGNER, 2003: 191). A “essência”, nesse sentido, embora pudesse admitir aplicações novas e “estrangeiras”, seria inalterável e, portanto, presente desde sempre nos mais antigos escritos e outros objetos culturais da civilização chinesa. Adições em relação à “essência” não necessariamente a modificariam, pois ela seria mantida e, consequentemente, ganharia “antiguidade”, “duração”.

As artes marciais chinesas, sobretudo, aquelas que ganham visibilidade e notoriedade nos meios intelectuais de final do século XIX até meados do século XX – similarmente ao budo(武道) – referenciam-se fortemente nas tradições culturais e filosóficas da China como espécie de depósito dessa “essência”. Elas se abrem ao novo e às possibilidades inéditas de aplicação / “função”, mas mantém-se atentas à preservação dos laços com o passado. Nesse sentido, elas, inclusive, criam imagens para esse passado e constroem as suas marcas de antiguidade. Elas se renovam, incorporando conhecimentos “científicos” da racionalidade “ocidental”, e renovam igualmente as suas tradições, suas histórias e seus mitos de fundação. Ao se colocarem como modelos pedagógicos para a juventude, como é o caso do zhongwudao (中武道), elas se propõem como formação técnico-científica e, ao mesmo tempo, filosófico-artístico-humanística em uma perspectiva que busca conciliar uma “essência nacional” com as novidades advindas das conexões globais. Seu universo cultural de fundo é amplo e complexo e permite-se configurar como contexto a ser explorado por meio de um olhar transversal, combinatório de disciplinas. Uma das suas potencialidades, portanto, é possibilitar um olhar transdisciplinar para a China e o mundo, a partir de categorias da Geografia, da História, da Filosofia e a Sociologia, presentes no currículo do ensino básico no Brasil.

O projeto de educação integral subjacente ao zhongwudao (中武道) do Mestre LinZhong Yuan:

O maior potencial do zhongwudao(中武道) não é meramente constituir-se como pré-texto de aprendizagem. Principalmente, o que ele permite é oferecer um programa completo (ou um contexto) de educação

11 A respeito das histórias e dos “mitos de fundação” das artes marciais, enfim, da sua “memória social”, que circulam nos próprios meios em que elas são ensinadas e aprendidas, é importante o texto de Thomas A. Green sobre o que ele nomeia “histórias populares” (folk histories) narrativas transmitidas, por meio de anedotas, lendas e outros gêneros, dos professores para os alunos, com a finalidade de reforçar a autoridade da sua arte marcial, do seu estilo e de seus antigos mestres. A partir de autores como Eric Hobsbawm e Terence Ranger, Green trata tanto estas “histórias populares” como as “narrativas históricas” das artes marciais como “invenção de tradições”. Nesse sentido, conclui: “tradições inventadas servem às respectivas funções de estabelecer coesão social, legitimar instituições ou ‘relações de autoridade’ e socialização. Embora as narrativas históricas das artes marciais devam ser vistas como conscientemente organizadas e utilizadas, mais do que inventadas, elas servem aos mesmos fins que as tradições inventadas. Por exemplo, narrativas sobre artes marciais provêm uma base comum para instrutores e estudantes. Além disso, elas perpetuam os modos e os hábitos de culturas estrangeiras. Finalmente, elas fortalecem a solidariedade entre o grupo”. E, mais a frente, afirma: “(...) artistas marciais continuamente modificam as suas histórias em resposta a eventos contemporâneos”. Cf.: GREEN, 2003: 9-10.

integral, capaz de incorporar, sem perder a sua “essência”, novos conhecimentos, informações e espaços sociais de vida. Em outros termos, ele consegue trazer para dentro de si os conteúdos e recursos escolares e extraescolares presentes na educação brasileira para o seu programa de formação humana. Assim, ele pode ser um aliado excelente para superar a compartimentação dos saberes curriculares, rearticulando-os de modo bastante prático. Para compreender isso, é importante entender e transpor para os termos da nossa cultura os “cinco aspectos marciais” (wuwu, 五武) abrangidos por esse “caminho”.

Dentre os “cinco aspectos marciais” (wuwu, 五武), a formação propriamente técnica (wuji, 武技) sequer é entendida, pelo Mestre Lin-Zhong Yuan, como a mais importante. Segundo Fabrício Pinto Monteiro, estudioso brasileiro deste sistema e de escritos do Mestre Lin,

a Técnica Marcial (...) mantém a necessidade de tornar-se parte espontânea da vida do praticante de wudao, é a ‘forma de agir do pensamento e intenções’. Seus princípios vão além da utilização marcial estrita, envolvendo, inclusive, ciência, teologia, arte e lazer, pois, nos fundamentos da Técnica, é preciso compreensão da anatomia humana, do coração das pessoas, de estratégia e táticas da guerra e – de suma relevância – do próprio eu. (MONTEIRO, 2014: 82)

O autor percebe que, mesmo em um único dos aspectos particularizados do sistema, estão presentes dimensões variadas das inteligências humanas. A técnica, ao mesmo tempo em que pode ser estudada, oferece condições para estudos ainda mais profundos sobre tudo aquilo que a circunda e, principalmente, para o auto estudo, tanto relacionado à physis (Φύσις) do organismo humano, quanto à sua psyché (Ψυχή), sem que essas dimensões possam ser separadas. Envolve, igualmente, o desenvolvimento de olhar estratégico e tático relacionados a situações e à sensibilidade para perceber o outro; não simplesmente para o liquidar, numa concepção rasa de combate, mas para a consideração ética dos limites daquilo que pode ser empregado nele. A técnica ji (技), portanto, não se resume ao seu sentido grego de téchne (τέχνη), muito embora uma das suas principais conotações em mandarim seja “habilidade”. Etimologicamente, é um ideograma derivado de outros dois. Sua fonética vem de 支, zhi, cujo significado principal é “sustentar”. Sua dimensão semântica, por sua vez, é 手, shou, cujo significado é “mão”¹². Voltando ao sentido exposto acima, a técnica seria a expressão “manual” do “pensamento e das intenções” do sujeito, cultivados, portanto, na sua interioridade, no “coração”.

No sentido exposto, o zhongwudao (中武道) não se define como um conjunto fixo de técnicas a ser aprendido pelo praticante. Seu currículo, ao contrário, é aberto, podendo incorporar técnicas, posturas, movimentos e características de qualquer estilo ou escola de arte marcial chinesa. Já no Brasil, o currículo adotado pelo Mestre Huang YuSheng sofreu diversas alterações ao longo do tempo e assimilou influências de estilos e escolas que ele estudou e praticou com outros mestres, para além do Mestre LinZhong Yuan. Além de aberto, o zhongwudao (中武道) pressupõe um aprendizado

eclético em suas etapas mais básicas e intermediárias, evitando a especialização. Ele se aproxima, nesse aspecto, do princípio de geijiaquanfajianerxizhi (各家拳法见而习之), traduzido, por Fabrício Pinto Monteiro, como “observar e praticar todos os estilos de artes márcias” (MONTEIRO, 2014: 55 e 82-85). Esse paradigma de formação eclética é típico do guoshu (國術) e da formação na Associação Jinwu (精武), desenvolvido como a educação marcial oficial na época da primeira república. Na China continental, o modelo do guoshu (國術) seria “superado” pelo do wushu (武術) após a Guerra Civil, mas permaneceria muito forte no exterior junto a imigrantes chineses no “ocidente” e em regiões que ficaram excluídas do domínio da República Popular Chinesa, como Hong Kong ou Taiwan, onde nasceu o zhongwudao (中武道)¹³.

O cultivo dos pensamentos e das intenções no coração humano, a serem expressos na forma da técnica, já nos leva para outro aspecto marcial do zhongwudao (中武道) e, esse sim, pode ser considerado o mais central: a ética marcial (wude, 武德). O diagrama abaixo (fig. 01) a resume. No centro, há um coração do qual brotam três ramificações, gerando o ideograma homem, “ren” (人). No centro do coração, lê-se a palavra “honestidade” (xinshi, 信实), das quais “brotam” as expressões “conhecimento inato” (liangzhi, 良知), “capacidade inata” (liangneng, 良能) e “ação inata” (liangxing, 良行). Esta representação sugere algo bastante difundido na ética confucionista, sobretudo pela via idealista (Escola da Mente) de Wang Yangming, fortemente inspirada em Mêncio (Mengzi): a ideia de que a partir de um “coração honesto”, os potenciais naturais do sábio se manifestam naturalmente, tudo dependendo, portanto, de um cultivo do coração e da mente conforme as sementes das virtudes¹⁴. Em torno do ideograma homem, três noções compõem o resto do centro do diagrama, as “virtudes iminentes”, presentes em um “coração verdadeiro”¹⁵: “sabedoria” (zhi, 智), “benevolência” (ren, 仁) e “coragem” (yong, 勇). Fora do centro, como expressões ou resultados sociais do cultivo do coração, encontram-se representadas as “doze regras principais”¹⁶ (shiershouze, 十二守则), os “quatro laços sociais”¹⁷ (siwei, 四维) e as “oito virtudes”¹⁸ (Bade, 八德).

12 Para todas as análises dos ideogramas chineses, de agora em diante, utilizamos a ferramenta disponível no site: <http://chinese-characters.org/> Acesso em: 27/10/2016 Outra ferramenta utilizada é o dicionário on-line Chinês-Inglês, Yabla, disponível em: <https://chinese.yabla.com/chinese-english-pinyin-dictionary.php> Acesso em 02/02/2017.

13 Segundo Acevedo, Gutiérrez e Cheung, “em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-tung proclamou em Pequim a República Popular da China, enquanto cerca de 2 milhões de chineses simpatizantes do Kuomintang retiravam-se para Taiwan, onde manteriam sua independência com relação ao sistema comunista do continente. Nessa linha de transformações, a prática do kung fu também sofreu mudanças importantes em sua estrutura e organização, dando lugar à criação do wushu moderno e à prática do sanda/sanshou (combate livre). Por sua vez, a ilha de Taiwan acolheu entre os membros do Guomintang muitos artistas marciais que haviam se formado na Academia Central de Artes Nacionais, e que impulsionaram uma evolução diferente do kung fu”. Além disso: “a prática marcial em Taiwan tentou preservar os estilos de kung fu sem a inclusão daqueles elementos que caracterizam o wushu moderno. Por isso, as artes marciais taiwanesas continuaram utilizando o termo guoshu para diferenciá-lo da prática marcial do continente”. (ACEVEDO; GUTIÉRREZ; CHEUNG, 2011: 129 e 144)



Figura 1: Diagrama representativo da wude (武德) segundo o zhongwudao (LIN, 1984: 40)

Embora o conceito de “ética marcial” presente neste diagrama suponha algumas listagens sumárias de preceitos (fortemente marcados pela ideologia do Guomintang, 國民黨, “Partido Nacionalista”), tais como as “doze regras principais”, os “quatro laços sociais” e as “oito virtudes”, esses preceitos, exceto talvez as “doze regras” são muito gerais, reduzindo-se

14 Parece haver, nessa ética intuitiva do ZhongWudao, uma ressonância da filosofia de Wang Yangming, bastante influente entre mestres japoneses do bushido(武士道) e ideólogos do guomintang(國民黨), que, por sua vez, é muito inspirada em Mêncio. O símbolo do coração em si é algo importante em Mêncio, segundo o qual é no xin(心) que estão contidas as faculdades cognitivas, afetivas, as sementes da moral e o arbítrio (vontade). Outro conceito importante de Mêncio que aparece em Wang Yangming é liangzhi (良知), “conhecimento inato”, que está presente no diagrama do zhongwudao. Há um poema no Wang WenchenggongQuanshu que Philippvanhoe traduz assim para o inglês: “The Thousand sages are allpassingshadows; / liangzhialoneismyteacher” (“Os mil sábios são todas sombras passageiras / liangzhi é, sozinho, o meu mestre”). Esses versos resumem o centro da teoria ética de Wang Yangming. Para ele, o conhecimento dos preceitos éticos é insuficiente para o homem virtuoso. Um homem que cultua o conhecimento (preceptivo) da ética não conhece a ética, pelo menos até que passe a praticá-la, conforme aquilo que já está presente como conhecimento inato em todos os homens. O auto cultivo, assim, teria que ser um cultivo do coração por meio da própria prática em meio às circunstâncias apresentadas na vida. Não há fórmula pronta e o que vale para uma pessoa, com as suas circunstâncias de vida, não serve para outra, em outras circunstâncias. Sobre a influência de Wang Yangming no bushido(武士道) e sobre ideólogos do guomintang (國民黨), cf. BARY In: YANGMING, 1963: IX-X. Sobre esses conceitos da ética de Mêncio e Wang Yangming, cf. IVANHOE, 2000: 15-28; 59-73.

15 Lembremos que coração, 心, e “verdade”, “sinceridade” ou “confiança”, 信, pronunciam-se ambos como xin, e que 信 compõe a palavra xinshi. 信实, no centro do diagrama.

16 Trata-se de uma doutrina educacional de caráter ético-moral, difundida pelo Guomintang(國民黨), inspirado em valores confucionistas, voltado para a juventude, também conhecido como 青年守则 (Código da Juventude). Ver: <http://www.chsh.tp.edu.tw/%E4%B8%AD%E8%88%88%E9%AB%98%E4%B8%AD%E9%9B%99%E8%AA%9E%E7%92%B0%E5%A2%83%E7%87%9F%E9%80%A0-%E9%9D%92%E5%B9%B4%E5%AE%88%E5%89%87.html>. Acesso em 01/11/2016. Em resumo: (1) patriotismo baseado na lealdade e na coragem; (2) integridade da família baseada no amor filial; (3) relações humanas baseadas na benevolência e no amor; (4) compromisso baseado na honestidade e na correção; (5) questões mundiais baseadas na paz e na justiça; (6) trabalho baseado na propriedade; (7) responsabilidade baseada na capacidade de proteger o outro; (8) serviço baseado na diligência e na frugalidade; (9) saúde baseada em limpeza e organização; (10) felicidade baseada em ajudar os outros; (11) contribuição à humanidade baseada em conhecimento; (12) sucesso baseado em persistência.

17 A saber: “rito”, “propriedade” ou “decoro”, li. 礼; “amizade” ou “justiça”, yi. 义; “integridade” ou “honestidade”, lian. 廉, e “vergonha” ou “honra”, chi. 耻.

18 A saber: “amor filial”, xiao. 孝; “amor fraterno”, di. 弟; “lealdade”, zhong. 忠; “sinceridade”/“confiança”, xin. 信; “propriedade”, li. 礼; “justiça”, yi. 义; “honestidade”, lian. 廉; honra,chi. 耻.

19 Tradução (não profissional) do chinês para o português de Tai Shengxiu. Cópia cedida por Fabrício Pinto Monteiro, a quem agradecemos.

a conceitos a serem valorizados. Mesmo as “doze regras” não chegam a preceituar ações explícitas a serem tomadas ou evitadas, mas alguns princípios fundamentais que deveriam estar na base da vida social. Ademais, tais preceitos só aparecem fora do círculo do diagrama, sugeridos como sendo as doze pontas da imagem do sol (símbolo nacionalista, cf. fig. 02). Isso pode ser interpretado como indicando manifestações exteriores ou efeitos irradiadores de algo mais essencial que se dá no interior do coração humano (ou, pensando coletivamente, da “nação”), a saber: cultivo da “honestidade”, no centro do coração, para que as virtudes da benevolência, da sabedoria e da coragem manifestem-se a partir do conhecimento, da capacidade e da ação inatos. Trata-se de uma ética menos preceptiva do que intuitiva, compatível com a “escola da mente” de Wang Yangming e Mêncio, inseparável do agir correto. Enfim, é um aprendizado interior para o qual concorrem os outros quatro aspectos marciais. A wude (武德) é a meta; a própria finalidade do wudao (武道).

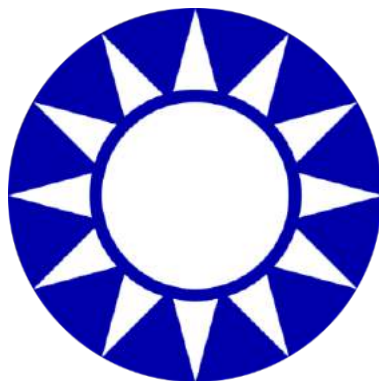


Fig. 02. Emblema do ZhongguoGuomintang(中國國民黨), “Partido Nacionalista Chinês”. O emblema compõe, até hoje, a bandeira da República Democrática da China ou Taiwan.

Este ponto é delicado. Estaríamos condenados a difundir a ideologia do Guomintang (國民黨) com todos os seus pressupostos conservadores e datados quando recuperamos o zhongwudao(中武道) do Mestre LinZhong Yuan como caminho de desenvolvimento ético? Uma preocupação muito justa ao tomar caminhos marciais chineses como possibilidades educacionais no mundo atual é com os seus pressupostos políticos, ideológicos, sociais e culturais. Caso contrário, adotando uma postura “fundamentalista” diante dos ensinamentos e textos de mestres nessas artes, pode-se cair em armadilhas e mal-entendidos. Por exemplo, um importante mestre de Bajiquan(八極拳), entusiasta da “Revolução de 1911”, escreve um manual sobre o estilo em 1934, no qual aparece a seguinte formulação:

Levantemos a questão: se uma nação pobre como a nossa encorajasse tais tipos de esportes aristocráticos [ele se refere a golfe, tênis e outras práticas esportivas “ocidentais”], eles seriam capazes de prosperar e produzir resultados? Até mesmo idiotas, mulheres e crianças são capazes de responder esta questão. Além disso, os benefícios ao corpo desses exercícios são apenas para o fortalecimento físico e nada mais. Os nossos exercícios das artes nacionais de luta são mais do que isso. Eles treinam tanto a mente quanto o corpo, estimulando o desenvolvimento moral, melhorando o espírito de valor da pessoa, cavalheirismo, coragem, audácia, destemor e resiliência; fornecem habilidades para resistir aos valentões, sendo especialmente eficazes para soldados em situação de combate mano a mano.(GANJIE, 1936)²⁰

O trecho é interessante por nos colocar diante de um profundo estranhamento. Seus preconceitos, sua misoginia, sua “moral cavalheiresca” e de inspiração militarista são muito evidentes. No entanto, não é necessário endossar qualquer um destes pontos de vista para praticar baji quan (八極拳) e beneficiar-se inclusive daquilo que ele oferece em termos de formação ética. Isso, no entanto, exige uma atitude antropológica que filtre (“uso e apropriação”, para utilizar uma “dimensão do conhecimento” da Educação Física, conforme vimos na segunda versão da BNCC), no discurso dos mestres e professores, o seu universo mental particular e as suas visões de mundo mais restritas para perceber a riqueza de uma arte anterior – mais antiga talvez – cuja linguagem é muito menos verbal e textual do que estes próprios discursos redigidos e publicados na primeira metade do século XX, e cujo potencial lança-se ao futuro. Nesse sentido, o caráter mais genérico e menos preceptivo da wude (武德) facilita a transposição cultural e ideológica do “caminho marcial”, o wudao (武道), para contextos diversos numa perspectiva cosmopolita.

Mas voltemos aos outros três aspectos marciais que nos restam comentar: wuxue (武学), wuyi (武艺) e wugong (武功). Começemos pela wuyi (武艺). Yi (艺, simplificado, ou 藝, tradicional) é uma palavra cujo significado pode ser confundido como o de ji (技), do qual já falamos ao comentar sobre a wuji (武技). Ela é uma das palavras chinesas possíveis para “arte”. No final do século XIX, antes de serem (re)elaborados os conceitos de guoshu (國術) e de wushu (武術), frequentemente, o termo wuyi (武艺) era utilizado para nomear as artes marciais em geral. No zhongwudao (中武道), no entanto, o seu sentido é muito diverso. Nele, o termo pode ser compreendido como o “aspecto social” do caminho. Ele está ligado à difusão do próprio Wudao (武道) na sociedade (MONTEIRO, 2014: 85–86). Assim, o yi (艺 ou 藝) parece recuperar o seu sentido mais arcaico como verbo que indica “plantar”, ou “cultivar”, no seu sentido mais agrônômico. De novo, há muitas marcas da ideologia nacionalista e de propaganda política na proposta do Mestre LinZhong Yuan. Para além delas, no entanto, existe também uma perspectiva de não dissociar o cultivo pessoal do praticante do caminho marcial da sua convivência e ação ativa em sociedade. A perspectiva de um cultivo individual e coletivo em e pela convivência é altamente compatível e sintonizada com os atuais paradigmas da moderna educação. Nessa direção, destaca-se ainda uma ênfase na colaboração em detrimento da competição, o que separa o zhongwudao (中武道) de tendências mais recentes do wushu (武術) moderno, por exemplo.

Um quarto aspecto marcial presente na proposta do Mestre LinZhong Yuan é o wugong (武功). Nele, está mais fortemente presente a dimensão do que poderíamos chamar de “educação física”²¹ (ou da sua manifestação como “ginástica”) do praticante. A palavra gong (功) é das mais caras ao reconhecimento das artes marciais no “ocidente”. Dela, deriva-se a expressão gongfu (功夫) ou “kung fu”, pela qual as artes marciais chinesas são comumente nomeadas em todo o mundo. Outra expressão derivada dela é qigong(气功, simplificado, ou 氣功, tradicional), estabelecida na China, na década de 1950, para se referir a exercícios corporais voltados à promoção da saúde, à meditação e à complementação de treinamento físico e/ou para fortalecimento corporal em artes marciais. O ideograma 功 tem raiz semântica na palavra li, 力, força. Seu sentido está associado à ideia de trabalho, especialmente de trabalho manual, que requer esforço e dedicação. No sistema de treinamento do Mestre LinZhong Yuan, wugong (武功) envolve tanto exercícios físicos de alongamento, flexibilidade, fortalecimento muscular, e de aprimoramento aeróbico, como temos nas “ginásticas de condicionamento físico”, quanto práticas de qigong(气功), típicas da medicina tradicional chinesa e do treinamento complementar às artes marciais (MONTEIRO, 2014: 81-82).

Se, atualmente, a prática regular de atividades físicas representa uma dimensão valorizada na educação integral do sujeito em formação, interferindo positivamente nas demais dimensões do processo de ensino-aprendizagem²²; ainda mais se tem a ganhar por meio de práticas de qigong(气功). Tais exercícios fundamentam-se nos mesmos princípios da acupuntura, estimulando a circulação energética equilibrada pelos meridianos do corpo. Fazem isso por meio, principalmente, do controle da respiração, da meditação e da mentalização. Seus ganhos são tanto físicos quanto mentais, podendo promover equilíbrio emocional, tranquilidade mental, relaxamento, presença, bem-estar global e foco²³. O uso de práticas meditativas em escolas não é novidade no Brasil e no mundo²⁴. Articula-la sistemicamente a um currículo que considere o sujeito nas suas múltiplas dimensões é promissor e, nas artes marciais chinesas, elas já estão integradas ao contexto global da aprendizagem e do desenvolvimento, ligados aos demais aspectos do wudao(武道).

O último dos cinco aspectos marciais que resta comentar é wuxue (武学, simplificado, ou 武學, tradicional), a “filosofia marcial”. Uma das primeiras palavras chinesas que os europeus entenderam como correspondente para “filósofo” foi 好學, haoxue, literalmente, “amante do conhecimento

20 Traduzido do Chinês para o Inglês por Paul Brennan, 2015. Disponível em: <https://brennantranslation.wordpress.com/2015/12/30/bajitboxing/>. Acesso em 24/08/2016.

21 Uma tradução mais correta e literal de “educação física” para o Chinês seria tiyu (体育). Seu uso era corrente na China e certamente conhecido pelo Mestre LinZhong Yuan, que o preteriu ao conceito de wugong(武功). Tratam-se, portanto, de categorias inconfundíveis. Wugong(武功) tem sentidos bem mais específicos para o mestre Lin do que puramente “educação física”.

aproximando-se, assim, da sua etimologia grega: φιλοσοφία, philos + sophía (MEYNARD, 2015: 59-60). Xue(學) é um termo chave do confucionismo (ele próprio nomeado Ruxue, 儒學). A partir da era Song, o chamado neoconfucionismo autodenomina-se Daoxue(道學), ou seja, o “conhecimento” ou a “aprendizagem” do “caminho”. Dos quatro livros que formam o seu cânon, o primeiro a ser estudado é o Daxue (大學), “Grande Aprendizado”. Na tradição neoconfucionista, a extensão do “conhecimento” (xue, 學) depende da investigação da “natureza das coisas”, gewu(格物). Daniel Gardner explica que a partir de século XII em diante, a “investigação da natureza das coisas” é o “processo de demonstrar e aprender o princípio (li, 理) que subjaz em cada objeto ou relação no universo”. Compreender tudo que abrange a realidade tem, nessa tradição, um valor moral. Pois a compreensão dos princípios e a extensão do conhecimento ao máximo está na base do auto cultivo, sem o qual seria impossível estabelecer as condições pessoais, familiares e sociais apropriadas à manifestação da “luminosa ou perfeita virtude” (mingde, 明德) inata dos homens (GARDNER, 2007: 3-5).

O programa de wuxue (武學, simplificado, ou 武學, tradicional) do Mestre LinZhong Yuan é destinado à investigação de tudo aquilo que envolve os princípios do Wudao(武道), abrangendo, principalmente, o estudo de clássicos do confucionismo e do taoísmo, teorias da moderna Educação Física, medicina tradicional chinesa, estudo de questões filosóficas e éticas etc (LIN, 1984: 30-32). Na abordagem do Mestre LinZhong Yuan, não há dualismo, mas uma indissociável complementação mútua, entre “cultura”

22 Segundo o item 11 da “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO”, de 21 de novembro de 1978: “Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.” O artigo 2, nos seus três itens (2.1, 2.2, e 2.3) também enfatizam a importância da educação física para a educação integral. No item 2.1: “A educação física e o esporte, como dimensões essenciais da educação e da cultura, devem desenvolver habilidades, força de vontade e autodisciplina em todos os seres humanos, como membros plenamente integrados à sociedade. A continuidade da atividade física e a prática de esportes devem ser asseguradas por toda a vida, por meio de uma educação ao longo da vida, integral e democrática.” No item 2.2: “No âmbito individual, a educação e o esporte contribuem para a manutenção e a melhora da saúde, proporcionam uma atividade saudável de lazer e permitem que as pessoas superem os inconvenientes da vida moderna. No âmbito da comunidade, eles enriquecem as relações sociais e desenvolvem o jogo limpo (fair play) que é essencial não apenas para o esporte em si, mas também para a vida em sociedade.” No item 2.3: “Os sistemas de educação como um todo devem considerar o devido lugar e importância da educação física e do esporte, para estabelecer um equilíbrio e fortalecer vínculos entre as atividades físicas e outros componentes da educação.” Como último destaque, no item 3.2, expressa-se: “No processo da educação em geral, os programas de educação física e de esporte devem, por meio de seus conteúdos e horários, auxiliar a criar hábitos e padrões de comportamento condizentes ao pleno desenvolvimento da pessoa humana.”(UNESCO. Carta internacional da Educação Física e do Esporte, de 21 de novembro de 1978, Brasília: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2013.)

23 Sobre a história do Chi Kung (Qigong, 氣功), seus pressupostos filosóficos e culturais e seus potenciais benefícios para a saúde, cf.: CASTRO JUNIOR, 2007.

24 Por exemplo, ver o site: <http://meditacaonaeducacao.com.br/>, que oferece Formação Continuada em Meditação Laica Educacional para desenvolvimento da inteligência emocional. Na própria Universidade Federal de Uberlândia, há um projeto de extensão, registrado sob o número SIEX 13603, de “Yoga e Meditação nos Ambientes Acadêmico e Escolar com um Enfoque na Formação de Professores”, coordenado pela professora Diana Salles Sampaio, do Instituto de Biologia. Ver: <http://www.peic.proex.ufu.br/projetos/siex-13603>

(wen, 文) e “marcialidade” (wu, 武). O desenvolvimento de ambos compõe o seu projeto de “educação nacional(ista)” (LIN, 1984: 26-27). Por isso, estudar e compreender racionalmente o universo do Wudao (武道) é importante e, para isso, um certo grau de erudição em teorias tradicionais e modernas relevantes a ele é Por conseguinte, o seu projeto de wuxue (武學), na sua estrutura, abre caminhos para a investigação intelectual de todos os demais “aspectos marciais” (wuwu, 五武). Daí a possibilidade de explorar, no caso do uso pedagógico do ZhongWudaono Brasil atual, o wuxue (武學) como um horizonte aberto de conhecimentos sobre a China, estudando aspectos das suas sociedades; dos seus grupos étnicos; das suas tradições filosóficas, científicas e religiosas; da sua geografia; da sua história... Por meio do wuxue (武學), enfim, a prática da arte marcial abre-se “naturalmente” à educação pelo conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos, atualmente, no contexto da educação básica brasileira, um momento de ameaça a paradigmas que vêm sendo construídos há algumas décadas de uma escola voltada à educação integral, que valoriza a formação humanística como meio de desenvolvimento da conceituação da realidade social, a ampliação das possibilidades de uso das práticas de linguagens (incluindo as do corpo) para a expressão do sujeito e tematização dos seus enraizamentos socioculturais e que se volta a todos os domínios da vida, não somente ao importante crescimento intelectual e à também incontornável dimensão preparatória para o mundo do trabalho. Neste momento, é importante retornar aos princípios norteadores das discussões mais recentes sobre currículo e sobre formação de professores e, sem desprezar os seus limites e problemas, defender o que eles trazem de mais fundamental: uma concepção holística de formação no ensino básico.

O que buscamos apresentar foi uma possibilidade de pensar um modelo extracurricular de educação integral em diálogo com objetivos, componentes e áreas presentes (até, pelo menos, 2016) no currículo escolar. Embora se trate de um modelo centrado no ensino-aprendizagem de uma “arte” ou “caminho marcial”, não se inscreve (ao menos não exclusivamente) na proposta curricular de Educação Física. Ele se propõe, substancialmente, a dialogar com o domínio das áreas de “humanidades” sob um ângulo histórico-antropológico mais geral. Sua meta é o encontro de duas grandes tradições pedagógicas que, historicamente, colocam-se como modelos de formação do “homem livre”: o budo(武道)ou o wudao(武道), desenvolvidos no leste asiático, e as “artes liberais”, conforme o paradigma humanista clássico.

Apresentamos esta proposta por meio da consideração exemplar do zhongwudao(中武道) do Mestre LinZhong Yuan. Não é o único caminho

possível. Partimos de uma hipótese de que experimentações semelhantes às que temos feito com o zhongwudao (中武道) podem ser realizadas com vários outros “caminhos marciais” chineses, japoneses e coreanos. Para isso, é necessário ter em vista uma metodologia, cujas linhas mestras pretendemos traçar à guisa de conclusões parciais dessa reflexão.

Um primeiro aspecto dessa metodologia, empregada rigorosamente neste artigo, é o estudo aprofundado das perspectivas pedagógicas que se apresentam explícita ou tacitamente colocadas nas tradições e sistemas de ensino-aprendizagem de artes marciais. Conhecer os seus pressupostos filosóficos, suas raízes socioculturais e os seus desenvolvimentos históricos em diversos contextos é o primeiro passo para o uso consciente de um “caminho marcial” como modelo de educação integral na contemporaneidade brasileira. Ela envolve, portanto, pesquisa histórica séria, metódica e academicamente rigorosa. Envolve, igualmente, estudo dos referenciais culturais de outros povos e civilizações por meio de diálogos antropológicos com outros sistemas filosóficos, outras tradições religiosas, outras formas de organização social, outras linguagens. Em resumo, essa metodologia demanda atitude investigativa do professor/propositor responsável pelo projeto, cujos conhecimentos sobre a história cultural daquele caminho marcial deve superar bastante o nível da superficialidade.

Um segundo aspecto é relativo à oportunidade pedagógica que a própria atitude investigativa do professor/propositor abre aos estudantes: estimular a pesquisa, a curiosidade e o querer saber como motores da aprendizagem. É quando aquilo que no zhongwudao (中武道) denominados wuxue (武学) torna-se mais determinante. Isto é: a busca incessante pelo estudo, entendimento compreensão de tudo aquilo que gira em torno da prática marcial, atribuindo sentidos, significados e valores aos temas, objetos, conteúdos, gestos, palavras, ações, reações, sensações, etc. Colocando mais em termos confucionistas do que “ocidentais”, a atitude exigida aqui, também dos estudantes é aquela de investigação da natureza de todas as coisas (gewu, 格物), a fim de conhecer os seus princípios e, com isso, crescer em conhecimento. Conhecimento, no caso, não se confunde com informação (embora dependa dela, em grande parte), mas se refere à compreensão ativa de tudo aquilo com o que o sujeito desse conhecimento se relaciona.

O terceiro aspecto que gostaríamos de enfatizar é uma atitude de “abertura antropológica para o outro”. Um risco, já apontado por Donald Levine, ao tomar as “artes marciais” como modelos educacionais na contemporaneidade é render-se aos aspectos autoritários, dogmáticos, provincianos, anti-intelectualistase rígidos de algumas de suas expressões históricas mais comuns (LEVINE, 1999: 209-224). Por outro lado, um risco oposto seria o de esvaziar o conteúdo cultural destes “caminhos”, transformando-os apenas em embalagem para as nossas concepções já consagradas de educação. A “abertura para o outro” supõe a relativiza

ção doutrinária, por um lado, e a compreensão profunda dos princípios de uma arte, por outro. Por isso, o professor com atitude investigativa precisa ser também um intérprete ou um mediador cultural capaz de realizar câmbios, trânsitos e traduções entre os termos da sua “cultura marcial” e aqueles que são próprios do nosso “espaço-tempo”. A mesma atitude de abertura deve ser estimulada nos alunos, de modo que a própria fruição dos aspectos técnicos, artísticos, intelectuais, físicos e éticos da sua vivência marcial lhe ensinam também sobre “os outros”, com seus valores, crenças, atitudes; não os transformando nem em monstros (a serem evitados, censurados, destruídos...) nem em heróis (a serem imitados, cultuados, idealizados...), mas compreendendo-os como seres/grupos humanos singulares.

Chegamos, assim, ao quarto e último aspecto que vale frisar: a adoção de “caminhos marciais” chineses, japoneses e coreanos como meios ou mesmo modelos potencializadores da educação integral no Brasil faz sentido, conforme entendemos, numa perspectiva multicultural e interétnica de tratamento das conexões globais. Ela pressupõe que o universo supostamente do “outro” (o chinês, o japonês, o coreano) não é “exótico” nem mesmo culturalmente impenetrável para o estudante brasileiro. As diferentes mídias (cinema, televisão, quadrinhos, mangás, animes, redes sociais, sites, blogs etc.) e a própria indústria do consumo (com os seus produtos made in China), por exemplo, difundem imagens, representações, informações e notícias sobre a Ásia. Evidentemente, muito desse conteúdo divulga estereótipos, distorções, versões falsas e até mentirosas sobre aquelas culturas. Esse manancial de referências pode e deve ser explorado, criticamente, pelo professor e pelos estudantes. Quebrar, inclusive, o muro de massificação que nos impede, muitas vezes, de aprofundar relações com o outro deve ser uma das metas desse aprendizado. Isso envolve uma atitude crítica com a cultura de massas, mas, ao mesmo tempo, a sua apropriação como instrumento de contato com o “outro” a partir de um universo familiar à juventude brasileira.

Poderíamos discorrer mais longamente a respeito de outros aspectos ou condições importantes para uma metodologia de uso de “caminhos marciais” com vistas à educação integral, sob o ângulo das humanidades. Rapidamente, podemos enunciá-los: formação técnica e pedagógica do professor; protagonismo da própria comunidade escolar (ou do grupo interessado de modo geral) na proposição desse espaço extracurricular de educação; necessidades de adaptação dos currículos conforme nível de ensino e faixas etárias; cuidados especiais com a segurança da prática e com o seu direcionamento ético saudável e responsável. No entanto, esses são aspectos bem mais gerais e quase universais quando se pensa em ensino de artes marciais e/ou em projetos educacionais em escolas. Optamos por detalhar somente aqueles que nos parecem especificidades mais próprias daquilo que propomos.

Por fim, resta considerar o caráter absolutamente inconclusivo

flexões são ainda bastante preliminares a partir de experimentos que temos apenas começado e de estudos em etapas ainda muito iniciais. O que apresentamos é um programa aberto a reconsiderações, aprofundamentos e desenvolvimentos. Ele ainda demandará muitas pesquisas teóricas e práticas, sob ângulos transdisciplinares e amadurecimentos conceituais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, William; GUTIÉRREZ, Carlos; CHEUNG, Mei. Breve história do Kung Fu, São Paulo: Madras, 2011.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTRO JUNIOR, José Luiz de. As práticas corporais chinesas: princípios e concepções de corpo. Uma breve história do Chi Kung (Qigong), Trabalho de Conclusão de Curso (em Educação Física). Campinas: Faculdade de Educação Física, 2007.
- GANJIE, Miao. Bajiboxing (八極拳), 1936. Traduzido do Chinês para o Inglês por Paul Brennan, 2015. Disponível em: <https://brennantranslation.wordpress.com/2015/12/30/bajiboxing/>. Acesso em 24/08/2016.
- GARDNER, Daniel K (ed.). The four books. The basic teachings of the later Confucian tradition, Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2007.
- GREEN, Thomas A.; SVINTH, Joseph R. (ed.) Martial Arts in the modern world, Westport & Londres: PRAEGER, 2003.
- IVANHOE, Philip J. Confucian moral self-cultivation, Indianapolis / Cambridge: Hackett, 2000.
- LEGGE, James (ed.). The Works of Mencius. Translated, with critical and exegetical notes, prolegomena and copious indexes by James Legge, Nova Iorque: Dover Publications, 1990.
- LEVINE, Donald N. Martial Arts as a resource for liberal education: the case of Aikido. In.: FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike; TURNER, Bryan S. The Body. Social Process and Cultural Theory. London: SAGE Publications Ltd., 1999. pp. 209-224.
- LIN, Zhong. Do brado de Guowu, abre caminho Guoshu! [WeiGuowuNahan! Ti GuoshuKaidao! 为国武呐喊! 替国术开道!]. Chinese KuoShu Quartely, 1(1): 24-42, 1984.
- LOPARIC, Zeljko. A escola de Kyoto e o perigo da técnica, São Paulo: DWW editorial, 2009.
- MEYNARD, Thierry (ed.). The Jesuit Reading of Confucius. The first complete translation of the Lunyu (1687) published in the West, Leiden: Brill, 2015.
- MOLL, Jaqueline. (ed.). Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- MONTEIRO, Fabrício Pinto. História das Artes Marciais Chinesas. Tradição, memórias e modernidade, Uberlândia: Assis Editora, 2014.
- NAKIRI, Fuminori. Concept of budo and the history and activities of the Japanese Academy of Budo. In: IDO Movement for Culture. Journal of Martial Arts Anthropology, 15 (1): 11-15, 2015.
- OLIVEIRA, Rafael Orlando de. "Paideia à Chinesa?": a formação do indivíduo através da prática do Kung Fu. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>. Acesso em 14 de outubro de 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar (2ª versão), Brasília: MEC, 2016.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC). Diretrizes para a política de educação integral. Solução Educacional para o Ensino Médio. Caderno 2. Modelo pedagógico: Princípios, metodologias integradoras e avaliação da aprendizagem, Rio de Janeiro: SEEDUC / Instituto Ayrton Senna, 2015.
- SPENCE, Jonathan D. Em busca da China moderna. Quatro séculos de história, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- UNESCO. Carta internacional da Educação Física e do Esporte, de 21 de novembro de 1978, Brasília: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2013.
- WAGNER, Rudolf G. (ed.). A Chinese Reading of the Dao de jing. Wang Bi's commentary on the Laozi with critical text and translation, Nova Iorque: State University of New York Press, 2003.
- YANGMING, Wang. Instructions for practical living and other neo-confucian writings by Wang Yangming, Nova Iorque / Londres: Columbia University Press, 1963.



Camino marcial y educación integral: ZhongWudao y aprendizaje contextualizado de humanidades

Martial paths and integral education: ZhongWudao and contextualized humanities learning

Guilherme Amaral Luz

Doctor en Historia por Unicamp

Profesor del Instituto de Historia de la Universidad Federal de Uberlândia

guilhermealuz@ufu.br

RESUMEN

La propuesta de éste trabajo es reflexionar acerca de las potencialidades y los límites de incorporación de prácticas de “camino marcial” chinos en perspectivas modernas de educación integral, articuladas a la enseñanza/aprendizaje contextualizado de conocimientos del área de Humanidades. Se reflexiona, primeramente, a respecto de los desafíos de la educación integral en las políticas públicas brasileñas contemporáneas, para enseguida abordar la propuesta pedagógica del ZhongWudao, del mestre LinZhong Yuan, contextualizándola en su tiempo. Por fin, se elabora un borrador de metodología para la contextualización del ZhongWudao en la contemporaneidad, reorientándolo para los objetivos de apertura antropológica del hombre libre y ético para el mundo

Palabras claves: Educación Integral; Humanidades; Artes Marciales.

ABSTRACT

The proposal of this article is to consider the limits and potentialities of Chinese ‘martial paths’ for modern perspectives of integral education, articulating them to contextualized learning of Humanities. Firstly, it reflects about the challenges of integral education in Brazilian public policies. Then, it aims to present Lin Zhong Yuan’s Zhong Wudao pedagogical view in a contextualised manner. Finally, it outlines a method for repositioning Zhong Wudao in the contemporaneity so as to respond to a model of education engaged with the anthropological openness of the ethical and free man to the world

Keywords: Pedagogical practice, cinema, research, political formation.

“(...) El desarrollo material es cada vez más suficiente, cada vez más favorable, pero el vacío y la soledad están surgiendo en vuestro espíritu. (...) Nuestra segunda generación tiene una cabeza inteligente y un cuerpo débil, o el cuerpo funciona bien y la cabeza no, o todavía ‘el cerebro es lleno y es estomago también, pero el corazón es negro y la mano ardiente”

(Mestre LinZhong Yuan. APUD: MONTEIRO, F. P. História das artes marciais chinesas: tradição, memórias e modernidade, Uberlândia: Assis Editora, 2014. p. 70)

INTRUDUCCIÓN

Enunciada en la década de 1970, en Taiwan, la epígrafe con la cual abrimos este texto presenta una nostalgia de las sociedades modernas y capitalistas: una sensación de descompaso entre mente y cuerpo y entre salud biológica, inteligencia y actitud ética. Remite a la crisis del sujeto moderno: sujeto eficiente (en determinado ramo de actividades), competente (en el planeamiento y en la ejecución de actividades relativamente circunscriptas), competitivo (en la lucha por la prominencia en su ramo particular de actuación), exitoso (en aquello que su sociedad define como éxito a partir de patrones asociados al consumo de bienes materiales y a la distinción social). En una sociedad como la nuestra, ¿qué modelos de educación pretendemos fomentar para lidiar con los desafíos de la posmodernidad capitalista? ¿Modelos que formen sujetos eficientes, capacitados, competitivos y exitosos, pero, posiblemente hundidos en el vacío y en la soledad del espíritu? O, tal vez, ¿modelos que permitan a los sujetos un encuentro con sus límites y posibilidades, explorando sus diversas dimensiones con vistas a la realización plena de su humanidad y de su libertad?

En este texto, pretendemos abordar algunas posibilidades de promoción de modelos de educación integral en Brasil. Para eso, vamos discutir, preliminarmente, cuestiones conectadas al currículo formal de la enseñanza básica, dando especial atención a las discusiones, en los últimos años, alrededor de las humanidades y de la educación física en la segunda versión de la Base Nacional Comum Curricular (BNCC), divulgada en 2015. Nuestro intuïto será de explorar las premisas más recientes de la educación integral en Brasil y el papel a ser cumplido por algunas áreas (Educación Física y Humanidades) en relación a ella. Enseñada, trataremos de una vía de educación integral alternativa a aquella prevista en nuestro currículo formal: los “camino marciales”. Buscaremos demos-

su uso autónomo, crítico, responsable y ético. En fin, proponemos algunos principios metodológicos principales para la conducción de proyectos que articulan “camino marciales” y humanidades en el universo escolar brasileño, subsidiando acciones de extensión universitaria.

Humanidades y cultura corporal. Artes marciales y educación integran en discusión en los currículos de la educación básica brasileña

Desde los debates alrededor de la Constitución de 1988 y de la nueva LDB de 1996, la política brasileña de educación viene pasando por relaboraciones profundas. Sería necesaria una investigación profunda y de aliento para recuperar las discusiones y las premisas presentes en esas propuestas de política pública de educación y, claramente, ultrapasa nuestro objetivo con este texto. Más propiamente, para empezarnos una discusión sobre posibles lugares de los caminos marciales y de las humanidades en la enseñanza básica, pretendemos caracterizar, en sus líneas más generales, la búsqueda, a lo largo de las últimas décadas, por un modelo de educación escolar en Brasil que propicie la formación integral de los estudiantes, bajo paradigmas de un conocimiento menos compartimentado y culturalmente más inclusivo.

En las Directrices Curriculares Nacionales, dos conceptos son extremadamente importantes para caracterizar esos nuevos paradigmas educacionales que, no sin tensiones, conflictos y espacios, vienen siendo propuestos por la política brasileña. El primero es el propio principio de la educación básica como educación integral. De acuerdo con el texto oficial de presentación de las Directrices:

La Educación Básica (...) es un tiempo, el espacio y el contexto en que el sujeto aprende a constituir y reconstituir a su identidad, en medio a transformaciones corporales, afectivo-emocionales, socio-emocionales, cognitivas y socioculturales, respetando y valorando las diferencias. (...) Educar exige cuidado; cuidar es educar, involucrando acoger, oír, encorajar, apoyar, en el sentido de desarrollar el aprendizaje de pensar y accionar, cuidar de sí, del otro, de la escuela, de la naturaleza, del agua, del Planeta, (...) Educar con cuidado significado aprender a amar sin dependencia, desarrollar la sensibilidad humana en la relación de cada uno consigo, con el otro y con todo lo que existe, con cuidado, ante una situación que requiere cautela en búsqueda de la formación humana plena. (...) Cuidado es, pues, un principio que nortea la actitud, el modo práctico de realizarse, de vivir y convivir en el mundo. Por eso, en la escuela, el proceso educativo no comporta una actitud parcial, fragmentada, recortada de la acción humana, basada solamente en una racionalidad, estratégico-procedimental. Incluye ampliación de las dimensiones constitutivas del trabajo pedagógico, mediante verificación de las condiciones de aprendizaje presentada por el estudiante y búsqueda de soluciones junto a la familia, a los órganos del poder público, a distintos segmentos de la sociedad. Su horizonte de acción abarca la vida humana en su globalidad. É esa concepción de educación integral que debe orientar la organización de la escuela, el conjunto de actividades en ella realizadas, bien como las políticas sociales que se relacionan con las prácticas educacionales. En cada niño, adolescente, joven o adulto, hay una criatura humana en formación e, en ese sentido, cuidar y educar son, a la vez, principios y actos que orientan y dan sentido a los procesos de enseñanza, de aprendizaje y de construcción de la persona humana en sus múltiples dimensiones. (MOLL, 2013: 18)

El segundo es la preposición de un paradigma transdisciplinar o, al menos, interdisciplinar, cuya forma de organización del trabajo didáctico-pedagógico se concretiza en la “transversalidad”: temas o ejes temáticos “integrados a las disciplinas, a las áreas dichas convencionales de forma a estar presentes en todas ellas”. En el paradigma trans/interdisciplinar de los ejes transversales, conviven tanto una lógica de no compartimentación del conocimiento como otra de división en áreas y componentes curriculares de carácter claramente disciplinares. Así, las Directrices Curriculares definen el carácter de disciplina, la interdisciplina, la pluridisciplina y la interdisciplinaridad como cuatro dimensiones de un único fenómeno, el conocimiento, y establece la transversalidad como modo de organización de su trabajo didáctico-pedagógico. Eso es:

La disciplina, la pluridisciplinaridad, la transdisciplinaridad y la interdisciplinaridad son cuatro setas de un único y arco en común: el del conocimiento. Mientras la multidisciplinaridad expresa fracciones del conocimiento y lo jerarquiza, la pluridisciplinaridad estudia un objeto de una disciplina pelo ângulo de varias otras a la vez. (...)La transdisciplinaridad se refiere al conocimiento en la relación entre la parte y el todo, entre el todo y la parte. Adopta actitud de apertura sobre las culturas del presente y del pasado, una asimilación de la cultura y del arte. El desarrollo de la capacidad de articular diferentes referencias de dimensiones de la persona humana, de sus derechos, y del mundo es fundamento básico de la transdisciplinaridad. (...) La interdisciplinaridad presume la transferencia de métodos de una disciplina para la otra. Se ultrapasa, pero su finalidad se inscribe en el estudio disciplinar. Por el abordaje interdisciplinar ocurre la transversalidad del conocimiento constitutivo de distintas disciplinas, por medio de la acción didáctico-pedagógica mediada por la pedagogía de los proyectos temáticos. Ellos facilitan la organización colectiva y cooperativa del trabajo pedagógico (...). La interdisciplinaridad es, por lo tanto, entendida aquí como abordaje teórico-metodológico en que el énfasis incide sobre el trabajo de integración de las diferentes áreas del conocimiento, un real trabajo de cooperación y cambio, abierto al diálogo y al planeamiento (...). Esa orientación debe ser enriquecida, por medio de propuesta temática trabajada transversalmente o en redes de conocimiento y de aprendizaje, y se expresa por medio de una actitud que presupone planeamiento sistemático e integrado y disposición para el diálogo. (...) La transversalidad es entendida como una forma de organizar el trabajo didáctico-pedagógico en que temas, ejes temáticos son integrados a las disciplinas, las áreas dichas convencionales de forma a estar presentes en todas ellas. (MOLL, 2013: 28-9)

En el plan más general, compartimentación disciplinar o por áreas, en las Directrices, es hecha en seis componentes: “Lengua Portuguesa”, “Matemática”, “Conocimiento del Mundo Físico, Natural, de la Realidad Social y Política”, especialmente de Brasil, incluyéndose el Estudio de la Historia y Cultura Afrobrasileña e Indígena”, “Arte, en sus diferentes formas de expresión, incluyéndose la Música”, “Educación Física”, y “Enseñanza Religiosa” (Resolução MEC/CNECEB n. 4/2010. Art. 14 § 1). Aunque los compartimientos sean interdependientes en la constitución de la persona, está presente una división bastante clara de los dominios de las facultades humanas. Y esos dominios se traducen en áreas y dominios, conforme aparece, por ejemplo, en las propuestas parciales de la BNCC. Allá, los conocimientos, por ejemplo, de Ciencias Naturales y Humanas, se dividen en dos áreas: Ciencias de la Naturaleza y Ciencias Humanas, siendo que las disciplinas de Ciencias de la Naturaleza se dividen, a partir del Fundamental II y de la Secundaria, en las disciplinas de Ciencias, Física, Química y Biología; y las Ciencias Humanas, en las disciplinas His

toria, Geografía, Filosofía y Sociología. Mientras tanto, las áreas de Artes, Lengua Portuguesa y Educación Física, además de Lenguas Extranjeras (Modernas), entendidas como disciplinas (o componentes curriculares), pasan a componer el Área de Lenguajes. Por fin, Enseñanza Religiosa y Matemática, cada cual se torna un área a la parte (MEC, BNCC, 2016: 86-176).

Esas áreas, definidas en las primeras versiones de la BNCC a partir de determinado arreglo de componentes curriculares expresos en las Directrices Curriculares Nacionales, particularizan para sí determinados objetivos en consonancia con el paradigma de la educación básica como educación integral. Lo que ellas hacen, de cierta manera, es adaptar ese modelo a la compartimentación disciplinar ya presente en educación brasileña. Eso es síntoma de híbrido entre transversalidad y disciplinas que informa nuestro entendimiento de currículo y organiza nuestras formaciones e inserciones profesionales. Actualmente, de hecho, el currículo de la educación básica no consigue prescindir de organización por áreas de conocimiento y de sus especificaciones en las disciplinas. Más que eso, la fragmentación todavía es el fundamento sobre lo cual se sostienen las propuestas curriculares. La proposición de los objetivos generales del área de humanidades conforme la última versión de la BNCC expresa, a la vez, preocupaciones, en la dirección de una educación integral y la reafirmación de la pertinencia de las disciplinas específicas para la consecución de esos objetivos. La formulación de su objetivo principal es de carácter bastante genérico y supradisciplinar:

En sintonía con las Directrices Curriculares Generales Nacionales para la Educación Básica y atendiendo a los principios éticos, políticos y estéticos que fundamentan a BNCC, las Ciencias Humanas deben propiciar un programa fundamental para la formación de nuevas generaciones, contribuyendo para conferir a los estudiantes un sentido de responsabilidad con la valoración de los derechos humanos, con el medio ambiente, con su propia colectividad, y de preocupación con las desigualdades sociales. (MEC, BNCC, 2016: 155-6)

Su dimensión explícitamente disciplinar se formula en secuencia a partir de dos habilidades:

Cabe todavía a las Ciencias Humanas cultivar la formación de estudiantes capacitados a articular categorías de pensamiento histórico, geográfico, filosófico y sociológico, intelectualmente autónomos a respecto de su propio tiempo, y capacitados a percibir y reflexionar sobre las experiencias humanas, en tiempos, espacios y culturas distintos y bajo diversas lógicas de pensamiento. (MEC, BNCC, 2016: 156).

Lo que el área se propone a construir es un sujeto que, orientado por valores éticos (en el ámbito de los derechos, de la sustentabilidad, de la justicia social y de la movilización colectiva), sea capaz de dominar conceptos y categorías de cuatro disciplinas orientadas al estudio de las sociedades humanas, con sus sistemas filosóficos, conforme se aproximan y diferencian en el espacio y en el tiempo. Poco o casi nada se habla, sin embargo, en ese trecho en particular (aunque aparezcan más adelante en el detalle de los objetivos del aprendizaje), de cuestiones importantes en el propio campo disciplinar de las “ciencias humanas”, tales como: el de-

sarrollo de la sensibilidad, de la estética, de la percepción del cuerpo como dimensión de ese hombre; de las relaciones entre pensamiento y lenguaje o de la religión como fenómeno importante desde el punto de vista de la política, de la filosofía o de la cultura: de la matemática como construcción de civilización... Aislada de las otras, el área de humanidades cae en abstracciones y en conocimiento estériles, sin sentido. Las humanidades solo cumplen su finalidad en el interior de un modelo de educación integral cuando, para utilizar expresiones del historiador Marc Bloch, en la “topografía del saber”, la alianza entre áreas y disciplinas se convierte “indispensable a cualquier intento de explicación” (BLOCH, 2001: 53-54).

Otro aspecto de relieve, presente en la política pública brasileña e inseparable del principio de educación básica como educación integral y del paradigma de la transversalidad es su concepción que abarca educación, que no se restringe a la educación escolar formal. Según la Resolución 02/2015 del Consejo Nacional de Educación:

Por educación se entienden los procesos formativos que se desarrollan en la vida familiar, en la convivencia humana, en el trabajo, en las instituciones de enseñanza, investigación y extensión, en los movimientos sociales y organizaciones de la sociedad civil y en las relaciones creativas entre naturaleza y cultura. (Resolución MEC/CNE/CP nº 2/2015. Art. 3. § 1º)

Como consecuencia de esa gran concepción de educación, se amplía también el entendimiento de magisterio y, con él, de formación docente. Así, la misma resolución, en el inciso XI del § 5º también del artículo 3º, define “la comprensión de los profesionales del magisterio como agentes formáticos de cultura y de la necesidad de su acceso permanente a las informaciones, vivencias y actualizaciones culturales”. De esa forma, como se expresa en el artículo 5º, inciso VII, la formación docente, entre otras cosas, debe involucrar la promoción de “espacios para la reflexión crítica sobre las diferentes lenguajes y sus procesos de construcción, disseminación y uso, incorporándolos al proceso pedagógico, con la intención de posibilitar el desarrollo de la criticidad y de la creatividad”. Ella debe permitir, así, al profesor, conforme el inciso VIII del artículo 7º, el “desarrollo, ejecución, acompañamiento y evaluación de proyectos educacionales, incluyendo el uso de tecnologías educacionales y diferentes recursos y estrategias didáctico-pedagógicas”.

Así como el área de humanidades no puede prescindir de las conexiones con las otras áreas para cumplir los objetivos de una educación integral y de un conocimiento transversal, la educación escolar no puede prescindir el diálogo con otras formas sociales de enseñanza y aprendizaje de la cultura ni con otros espacios de formación. Abrir la educación escolar formal para otras formas de educación es, por lo tanto, fundamental. La escuela en tiempo integral, el desplazamiento para espacios afuera de la escuela y proyectos de apertura de la escuela a la comunidad en horarios alternativos para la realización de actividades extracurriculares pueden tornarse oportunidades excelentes para la promoción de ese diálogo. Reconocer el valor de los saberes extraescolares implica tanto la

búsqueda por las especificidades y potencialidades pedagógicas de sus conocimientos e instrumentos de leer la realidad como por las oportunidades de transformar sus horizontes en campos fértiles para la contextualización de disciplinas curriculares. Esos dos movimientos se hacen en nuestra perspectiva de trabajo, cruzando práctica de caminos marciales y enseñanza-aprendizaje contextualizado de humanidades.

Considerándose las directrices curriculares de enseñanza básica en Brasil y, más específicamente, la segunda versión, de 2015, de la Base Nacional Común Curricular, las artes marciales aparecen de forma más evidente en el área de Lenguajes, dentro del componente curricular Educación Física. El documento presenta un paradigma, lo cual nombra como “perspectiva cultural de la Educación Física”. Eso quiere decir que su campo objetivo es la “cultura corporal de movimiento”, por medio de la cual es posible “general un tipo de conocimiento muy particular, insubstituible”, pues “comprende saberes corporales, experiencias estéticas, emotivas, lúdicas que se inscriben, pero no se limitan a la racionalidad típica de los saberes científicos”. Su presencia es justificada en la Base Nacional por articularse a un propósito más general de la educación básica: “preservación y reconstrucción crítica de la herencia cultural acumulada por la humanidad, bajo la forma de conocimientos sistematizados”. Esa perspectiva cultural, todavía segundo esta versión de la BNCC, trae consigo algunos desafíos, entre los cuales, “desafíos interdisciplinarios: posibilitar el diálogo con los conocimientos producidos/trabajados en las demás áreas y componentes curriculares¹”. Entendiendo las prácticas corporales como patrimonio cultural “producidas por diversos grupos sociales en la secuencia de la historia”, un desafío interdisciplinario importante, y apenas muy tímidamente enfrentando en la escuela y en la universidad hoy día, es entre la Educación Física y las Humanidades (MEC, BNCC, 2016: 99-102).

En esa concepción de la Educación Física como “cultura corporal de movimiento”, las artes marciales se encuentran como modalidad de lucha², aunque algunas de ellas también ejemplifiquen gimnásticas de concientización corporal³. Lucha y gimnástica son dos de las “manifestaciones de la cultura corporal en movimiento” definidas en la segunda versión de la BNCC. Entre las “luchas”, el documento defiende la calidad de la práctica (incluso “proficiente”) de aquellas entendidas como “patrimonio cultural del país”, o sea, capaces de ayudar a comprender el proceso de consti-

1 Vale, en este sentido, recuperar nuevamente el texto de las Diretrizes, según el cual: “La organización del recorrido formativo, abierto y contextualizado, debe ser construida en función de las peculiaridades del medio y de las características, intereses y necesidades de los estudiantes, incluyendo no solo los componentes curriculares centrales obligatorios, previstos en la legislación y en las normas educacionales, pero otros, también, de modo flexible y variable, conforme cada proyecto escolar, y asegurando: I - concepción y organización del espacio curricular y físico que se imbriquen y alarguen, incluyendo espacios, ambientes y equipos que no apenas las salas de clase de la escuela, pero, igualmente, los espacios de otras escuelas y los socioculturales y deportivo-recreativos del entorno, de la ciudad y hasta de la región”. Resolución MEC/CNE/CEB n. 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Capítulo II: Formação básica comum e parte diversificada. Art. 13. Inciso I. Parágrafo 3°. In: MOLL, 2013: 66

tución de la identidad brasileña”. A esa “brasilidad” el documento asocia luchas afrobrasileñas (ejemplificadas en la capoeira) e indígenas (con los ejemplos de la lucha marajoara y del huka-huka) (MEC, BNCC, 2016: 109). Así, aunque el propio texto reconozca las prácticas corporales como “fenómeno cultural dinámico, diversificado, pluridimensional, singular y contradictorio” (MEC, BNCC, 2016: 99), simplifica demasiadamente lo que sería la “cultura nacional”, escogiendo matrices indígenas y africanas⁴ en detrimento de “matrices asiáticas” y otras. Excluye, de esa forma, no solo las artes marciales chinas, japonesas, coreanas, tailandesas, filipinas, pero hasta mismo el jiu-jitsu brasileño. Las artes marciales asiáticas también deben ser pensadas como fenómenos culturales constitutivos de la sociedad brasileña. No solo por su presencia en el país, pero en su dinámica de transformación, significación y re-contextualización sociocultural y étnica en virtud de los movimientos inmigratorios y de las conexiones globales la que están asociadas.

Hay, por último, otra cuestión que necesita ser abordada: la práctica de “luchas” o “artes marciales” no necesita estar asociada a la constitución de una identidad étnica, regional o nacional. Las propias dimensiones del conocimiento de la Educación Física en la BNCC surgieron eso al abarcar el “uso y la apropiación” y la “frucción” como dos de sus aspectos. La lucha marajoara o el huka-huka, siendo expresiones originalmente indígenas con presencia fuerte en las regiones Norte y Centro-oeste del país, pueden tranquilamente ser practicadas por descendientes de inmigrantes alemanes en Espírito Santo; como la capoeira, siendo originalmen-

2 Las luchas son divididas, en el documento, en diversas “formas de prácticas”, siendo el “arte marcial”, ejemplificada textualmente con el “kung fu”, una de ellas. El documento distingue “artes marciales” de “modalidades de combate”, “luchas tradicionales” y “sistemas de defensa personal”, pero, no detalla las diferencias. (MEC, BNCC, 2016:106). El “kung fu” o wudao(武道), conforme entendido en éste texto, comprende, en su interior, “modalidades de combate” (tales como shuaijiao 摔跤, sanshou, 散手, guoshu 國術 e otras), “luchas tradicionales” (expresas en estilos y escuelas relacionadas a la diversidad étnica de China, como los pueblos Han, Jurchen y Hui, por ejemplo) y “sistemas de defensa personal” (que es el foco de las formas de lucha tradicional no competitivas presentes en las aplicaciones de las rutinas, denominadas *qiantao* 拳套 ou *taolu* 套路). La comprensión de los caminos marciales chinos como “forma de práctica” de lucha nos parece reductora de su complejidad, que involucra todavía muchos aspectos de aquello que aparece como “gimnástica” (de demostración, de acondicionamiento físico o de consciencia corporal) en el documento. Eso para quedar apenas en el campo de los aspectos más evidentemente “físicos”, no entrando en sus dimensiones intelectuales, culturales, espirituales, filosóficas y éticas, por ejemplo.

3 El documento cita, textualmente, el Liang Gong (练功) y el Taijiquan (太极拳). Cf: MEC, BNCC, 2016: 105, nota 6. Liang Gong ShibaFa (练功十八法) es una serie de 18 ejercicios formulada en la década de 1970 en Xangai por el médico Zhuang Yuan Ming. Ella se inspira en series de Qigong (气功) bastante conocidas, como *Badianjing* (八段锦) e *Wuqinxu* (五禽戏), que poseen aplicaciones tanto “terapéuticas” como también marciales. Ya el Taijiquan (), el Tai Chi Chuan, como es más conocido en Brasil, es una arte marcial que, desde el final del siglo XIX, se nombra como “interna” (neijia, 内家). Las “artes marciales internas” comparten con el Qigong su énfasis en el cultivo y en el flujo del qi (气), traducido muchas veces por “energía vital” o “vapor vital”, teniendo, por lo tanto, según la MTC (medicina tradicional china), un alto valor terapéutico. Juntamente con esas artes, el documento de la BNCC también menciona el Yoga, de origen indiana bastante antigua, y que, probablemente, está en la base de varios ejercicios que constan en las artes marciales “orientales”.

4 Este tipo de hipervaloración de las “matrices africanas e indígenas” de la identidad nacional también era expresiva en la primera versión de la BNCC, especialmente en el componente curricular de Historia, lo que generó mucha polémica. Particularmente, reconocemos la importancia de preservación del legado cultural africano, afro-brasileño e indígena, bien como su valoración en la educación básica. Sin embargo, la esencialización de la etnicidad en detrimento de otros visos también importantes de constitución de la sociedad brasileña comprometen una visión que articule este legado a tramas históricas complejas de negociación cultural, relaciones de poder e continúa reconstrucción das identidades individuais e coletivas.

-te afrobrasileña y practicada en casi todas las regiones del país, puede muy seguramente ser utilizada, apropiada y fruida por descendientes de inmigrantes japoneses en San Pablo. Del mismo modo, el karate o el taekwondo, siendo “luchas” originarias de Japón y de Corea, poder ser enseñadas en los suburbios de Salvador o entre los Guaraníes del oeste del Paraná. Lo que entra en juego en esa propuesta no es la reafirmación de valores de identidad, instituidos ab origine, pero la construcción permanente de extracurriculares, es esa construcción abierta y dinámica que más nos interesa aquí. Conforme entendemos, ella da oportunidad para un abordaje histórico-antropológico de enseñanza de las “artes marciales” o, como preferimos, “caminos marciales”, lanzándolo a las fronteras disciplinares de las áreas de Ciencias Humanas y de Educación Física en la perspectiva de la transversalidad.

Camino marcial y las premisas de una “educación liberal”:

La propuesta de utilizar caminos marciales para potencializar el proceso de enseñanza aprendizaje en “humanidades” busca atender a esos objetivos de las áreas de Ciencias Humanas y de Educación Física (como “cultural corporal de movimiento”), a la vez que los superar. Su premisa está anclada en la hipótesis de que, históricamente, los caminos marciales se constituyeron en China y en Japón, por ejemplo, como modelos de formación integral del hombre, análogos a aquel modelo que dio origen al paradigma “occidental” de educación integral: el modelo de las artes liberales, conforme expresión latina, o de las *eleutheriaitechnai* (ἘλευθερίαΤέχναι), conforme la expresión griega. Lo que las propuestas curriculares brasileñas en Ciencias Humanas están llamando de “programa ético fundamental para la formación de las nuevas generaciones” no es, en su discurso, al menos, muy distinto del ideal griego de *paedeia* (παιδεία). En ese sentido, nos recuerda Donald Levine:

En occidente, se encuentra en la Grecia Antigua el ideal de la *paedeia*, la noción de uso de la cultura como medio de crear un tipo más elevado de ser humano. El pensamiento griego clásico celebró el camino para el arte o para la virtud por medio del cultivo de los poderes del cuerpo, como la fuerza y el vigor, así como de la mente, como agudeza y argucia. En siglos posteriores, el cultivo del cuerpo desapareció como un componente del entrenamiento liberal, que articule ese legado a tramas históricas complejas de negociación cultural, relaciones de poder y continua reconstrucción de las identidades individuales y colectivas de tal modo que apenas las artes intelectuales, organizadas finalmente como el *trivium* y el *quadrivium* en la Edad Media, emergieron como objetos adecuados para el aprendizaje liberal. Transmitido por monásticos por siglos, ese currículo entró para las universidades seculares durante el Renacimiento. Educadores americanos del final del siglo XIX direccionaron sus oídos para esta tradición Renacentista mientras idealizaban un programa de educación liberal orientada a la “formación del carácter” y para los objetivos de la realización personal. Eso formó el escenario intelectual de los experimentos en el currículo liberal que afloró en EEUU después de la I Guerra Mundial. (LEVINE, 1999: 210)

La síntesis de Levine ciertamente es demasiado esquemática e ignora, por ejemplo, que la élite “moral” de la Edad Media y mismo del Antiguo Régimen era formada por una nobleza de espada, cuyos códigos de

honor pasaban fuertemente por el cultivo del cuerpo y de las técnicas de lucha. Eso no saca, sin embargo, el mérito del autor en señalar una cierta separación, en las artes liberales, tales como desarrolladas en el “occidente”, entre los dominios de la mente y los dominios del cuerpo.

En paralelo con el desarrollo de las artes liberales en el “occidente”, Levine traza un proceso análogo en China y en Japón:

Tracé un desarrollo comparable en el este asiático, empezando con el movimiento en China durante la Dinastía Zhou para formar un programa educacional intencionado a producir una persona ampliamente cultivada. Ese currículo, frecuentemente referido como “artes liberales” de la educación china clásica, incluía entrenamiento tanto en materias literarias como marciales. Confucio articulaba la concepción de persona ideal a ser producida por esa versión china de la paedeia. Max Weber notara que “para los confucionistas... el factor decisivo era que... en su auto-perfección [el “hombre cultivado”] era un fin en sí, no un medio para un fin funcional” (1951: 246). La derrocada final de ese currículo fue seguida por la institución de nuevas formas de entrenamiento de artes marciales en monasterios chinos, que cultivaban el puño del Templo Shaolin, derivado de ejercicios introducidos por el monje budista indiano, Bodhidharma, y, subsecuentemente por las formas de Tai Chi Chuan inspiradas en Taoísmo. En Japón, durante el Shogunato de Tokugawa, un número de samuráis adoptó las técnicas marciales como vehículos de entrenamiento marcial e iniciando con esfuerzos de Jigoro Kano, en los años de 1880, algunas artes japonesas evolucionaron para constituyeron los recursos del budo moderno. (LEVINE, 1999: 210)

Esa síntesis, tal como la anterior, también es bastante limitada. La tesis de que Confucio podría sostener un modelo educacional fundado tanto en materias literarias como marciales, por ejemplo, es una interpretación muy libre del confucionismo y se pauta más en apropiaciones de su filosofía en el ámbito de la literatura militar china imperial que en los propios escritos atribuidos al filósofo de los chinos y a sus discípulos más cercanos, como Mêncio, por ejemplo⁵. Es posible que este programa referido por Levine sea el de las seis artes (Liu Yi, 六藝: Li, 礼, rituales, Yayue, 雅乐, música elegante; She, 射, arco y seta; Yu, 御, carruaje; Shu, 書, caligrafía, y Shu, 數, matemáticas) destinadas a la formación de la clase social de los Shi (士); sin embargo, no están claras las relaciones entre ellas y una formación efectivamente marcial. En los escritos confucionistas, por ejemplo, hasta artes como She (射) y Yu (御) no poseen finalidades militares más evidentes, siendo tratadas mucho más como metáforas de habilidades éticas, cognitivas y de liderazgo, por ejemplo. El mito de Bodhidharma y el Monasterio Shaolin, tal como el del origen taoísta del tai chi chuan, también

5 El ejemplo de Mêncio es relevante, pues es en él muy evidente que el arte de la guerra y el entrenamiento militar es absolutamente secundario en relación a las prácticas de gobierno justo en el fortalecimiento de un “reino”. Conforme el texto: “En un territorio de apenas cien li cuadrados, es posible mantener dignidad real. Si Vuestra Majestad realmente realizar un gobierno benevolente para las personas (.), tendrá un pueblo que podrá enfrentar, apenas con pedazos de palo caseros, las expediciones poderosas y las armas ahiladas de las tropas de Qin y de Shu” (Mengzi, 孟子. Livro I, Cap. V, Parágrafos 2 e 3. In: LEGGE, 1990: 134-135). Por ese gobierno benevolente, Mêncio entiende aquel que mantiene todas las condiciones necesarias para que la vida del pueblo sea conducida por valores confucionistas, tales como la piedad filial, el respeto fraternal, la sinceridad, la lealtad etc. Él da, así, a entender que los asuntos militares son de menor importancia. En el caso de los exámenes oficiales, desde cuando creado el examen militar, en el pasaje del siglo VII para el VIII de la era cristiana, solamente en el siglo XI, ya en la Dinastía Song, él involucraría pruebas de carácter más “literario”. Después de eso, sin embargo, en las Dinastías Ming y Qing, por ejemplo, las habilidades intelectuales no tenían gran importancia para la selección de combatientes, salvo en el caso de conocimientos específicos de uso militar más evidente. Cf: ACEVEDO; GUTIÉRREZ; CHEUNG, 2011: 60-64.

no pueden ser asumidos con tamaña positividad histórica⁶. Lo que más importa, sin embargo, es el cimiento de las hipótesis del autor, cual sea, la de que el budo, desarrollado en Japón a partir del siglo XIX, comparte con el ideal griego de paideia la perspectiva de formación integral del hombre libre⁷, sin perder, con eso, diferentemente de lo que ocurrió en las modernas teorías educacionales del occidente, una articulación indisociable entre cuerpo y mente.

Cuando se ponen como caminos (Do, 道), y no simplemente como técnicas (Jutsu, 術), artes como el karate-do (空手道), el judo (柔道) y el aikido (合気道) buscaban diferenciarse de aquellas artes que simplemente enseñaban a luchar, proponiéndose a algo más⁸. Fuminori Nakiri, Presidente de la Academia Japonesa de Budo, en 2014, escribió un artículo en que, entre varios conceptos posibles de “artes marciales” eligió uno como más cercano de aquel que entiende como siendo el del budo (武道):

Las artes marciales buscan el desarrollo mental y físico, combinando técnicas de puño libre o de armas basadas en tradiciones e ideas de práctica personal. Este proceso mezcla entrenamiento físico independiente con entrenamiento técnico y objetiva el desarrollo moral y mental. (NAKIRI, 2015: 13)

Esa definición es todavía muy genérica para el budo (武道), tanto que Nakiri prefiere no reducir el término a un tipo entre varios otros de “artes marciales”, pero preservar su singularidad como un camino típicamente japonés de cultivo personal y dimensión colectiva (NAKIRI, 2015: 13-14). Lo más importante de esa definición genérica es aquello que subrayamos: la insociabilidad entre las técnicas y las tradiciones e ideas que las inspiran. Eso es: tales técnicas pueden ser vistas como expresión gestual bastante específica de una cultura filosófica capaz de despertar valores

6 Conforme sintetizan Acevedo, Gutiérrez y Cheung a respeto de la figura histórica de Bodhidharma: “a pesar de las contradicciones que existen entre las diversas fuentes, las más antiguas coinciden al mencionar la actividad de un monje indiano o persa en la región de Luoyang en las primeras décadas del siglo VI y, así, la existencia de Bodhidharma suele ser aceptada actualmente en círculos académicos. Sin embargo, la relación de ese monje con el templo de Shaolin y su influencia en la evolución del kung fu presenta muchas incertezas y es, en la mejor de las hipótesis, imposible determinarla de manera fidedigna”. Cf. ACEVEDO, GUTIÉRREZ, CHEUNG, 2011: 45.

7 Hasta donde nos fue posible mapear, son poquísimos los estudios sobre la pedagogía de los caminos marciales y sus posibles relaciones con la educación integral. Un trabajo simple, de conclusión de Licenciatura en Educación Física, es una de las raras y gratas excepciones que localizamos. Se trata de: OLIVEIRA, 2006. En ese trabajo, orientado por el investigador Rodrigo Wolff Apolloni, estudioso y practicante del estilo Shaolin del Norte de kung fu, el autor se propone a comparar lo que nombra como la “pedagogía de la marcialidad china” con la propuesta de “pedagogía emancipadora”, de Paulo Freire. Pese a las conclusiones del trabajo, en el final de cuentas, apuntaron más para las diferencias entre los dos modelos pedagógicos que para similitudes, ellas sostienen que ambos poseen un “aspecto libertario”, aunque por medio de tradiciones distintas y de formas diferentes de contacto. En el caso del practicante brasileño de kung fu, afirma Oliveira, que “se liberten en la busca autónoma de suplir una necesidad provocada por una tradición”. En el caso de los educandos según la perspectiva de Paulo Freire, “se liberan a través de la tomada de consciencia de una tradición que les es presentada directamente” (OLIVEIRA, 2006: 57). En todos los casos, el propio título “paideia à chinesa” remete a un ideal más amplio de educación para la “libertad”, cuyos significados varían conforme las visiones políticas y las culturas que la nombran.

8 Eso no quiere decir que, a partir del budo, otras formas sociales asumidas por las artes marciales del este asiático tengan subsumido o sido superadas, transformadas en “caminos marciales”. El concepto de artes marciales, aunque cuando es aplicado apenas al “extremo oriente” abarca muchas prácticas distintas, con sentidos que pueden ser religiosos, artísticos/estéticos, de autodefensa, de espectáculo etc. Hasta por eso, cuando preferimos el concepto de “caminos marciales” al de “artes marciales” para articular a la enseñanza de humanidades, pensamos en un campo bastante específico y que ciertamente no es el único presente para las artes marciales en los días de hoy.

elevados, promocionar autoconocimiento y generar el mejoramiento de la propia cultural. En ese sentido, si no hay una continuidad histórica necesaria entre el budo (武道) y las escuelas filosóficas y sapienciales del “oriente”, hay una búsqueda del propio budo (武道) por referenciarse en ellas. Luego, además de profundamente filosófico, él es también una forma de culto al pasado, de un acto de memoria, sea en la perspectiva de construcción de una “identidad nacional” (japonesa, en el caso) o “étnica”, sea en la perspectiva de preservación de un legado cultural del pasado al cual se atribuye enorme valor y potencial para el hombre del presente.

Las perspectivas de construcción de la identidad colectiva y de la preservación de un legado cultural de las antiguas generaciones también están presentes en los movimientos de renovación de las artes marciales ocurridos en China desde el final de la Dinastía Qing e intensificado en las primeras décadas de la República. Se destacan, en ese proceso, la creación de la famosa Asociación Atlética Jingwu (精武), fundada en Xangai en el año de 1910, y, ya en el contexto de la República, el establecimiento, en Nanquin, en 1928, de la Academia Central de Guoshu (国术 ou 國術). No pretendemos alongar mucho la consideración de esos movimientos, pero es necesario situarlos para comprender el sistema de educación marcial que utilizamos en nuestros experimentos de articulación entre caminos marciales y humanidades en la educación básica: el zhongwudao (中武道), del Mestre LinZhong Yuan, traído para Brasil por uno de sus discípulos, el Mestre Huang YuSheng, que vive en el país desde el final de la década de 1970.

El Maestro LinZhong Yuan tuvo formación en la Asociación Jingwu y, como miembro del ejército nacionalista, recibió entrenamiento de artes marciales conforme el proyecto del Guoshu. Establecido en Taiwan tras la victoria del Partido Comunista en China continental, el Maestro LinZhong Yuan sistematizaría sus ideas sobre lo que pasó a llamar de Zhongwuadao (中武道), cuya traducción literal puede ser “camino marcial chino”, con clara inspiración en la expresión japonesa que caracteriza el budo (武道). Vale recordar que, entre el final del siglo XIX y el final de la Segunda Guerra Mundial, Taiwan fue dominada por Japón, este, por su vez, en profundas transformaciones sociales, culturales y militares desde el fin del periodo Edo. O ZhongWudao(中武道), entonces, debe ser contextualizado en ese momento de “occidentalización”/ “modernización” del este de Asia desde el siglo XIX, de renovación de las antiguas “tradiciones nacionales” con vistas a reafirmar identidades colectivas y de intenso intercambio (no sin mucho conflicto) entre China y Japón “modernos” (MONTEIRO, 2014: 46-78).

En breve entrevista, concedida por correspondencia Fabricio Pinto Monteiro, el Maestro LizZhong Yuan revela que fue aproximadamente entre 1954 y 1958, en el auge de la Guerra Civil, que empezó a estudiar wudao (武道) de manera más detenida. En la ocasión, ocupaba la posición de instructor de unidades en Fengshanlu y, posteriormente, sería transferido

para Taipei con la misión de defender la isla de Jinmen. Su zhongwudao (中武道) comienza a ser gestionado, por lo tanto, en un momento crítico en lo cual la ideología del Guomintang (國民黨), como veremos más adelante, no podría dejar de estar muy presente. En mediados de la década de 1960, ya afuera del ejército y actuando como director de escuela, el Maestro LinZhong Yuan dice haber comenzado a reflexionar más detenidamente sobre sus ideas de “wushu” (武術), fundamentadas en los “cinco aspectos marciales”, como veremos abajo. Él también anuncia que, desde entonces, se preocupa mucho más de cerca con lo que llama de wenyiwushu (文艺武術), de sentido bastante filosófico. Sin embargo, ese cambio más filosófico del zhongwudao (中武道) no estuvo muy presente en su legado en Brasil y parece un desdoble de los estudios del Maestro LinZhong Yuan posterior al inicio de la actuación del Maestro Huang YuShegem en nuestro país. En el estado actual de nuestros estudios acerca del zhongwudao (中武道), sabemos poco sobre el desarrollo más reciente de la enseñanza del Maestro LinZhong Yuan, que puede revelar trazos menos evidentes de su ideología nacionalista original y, por otro lado, más apelo a una relectura del concepto taoísta de ziran(自然), “naturalidad”⁹.

En China, desde la Dinastía Song (aproximadamente en el siglo XII) hasta el final de la Dinastía Qing (en el pasaje del siglo XIX para el XX), el modelo educacional “básico” era fundamento en los estudios de los cuatro libros del neoconfucianismo (Daoxue, 道學) (GARDNER, 2007: xiii-xxx). A partir de la segunda mitad del siglo XIX, hay una rápida transformación intelectual en el país, lo que, sin embargo, no significó una ruptura radical con ese pasado. El reformismo del final del siglo XIX, según Jonathan Spence, se ancló en la formulación abreviada por la expresión china tiyong (體用); eso es, “el conocimiento chino debería continuar siendo la esencia [ti, 體], pero el conocimiento occidental debía ser usado para el desarrollo práctico [yong, 用]” (SPENCE, 1995: 230). Esa “esencia” china, además de bastante deudora de los siglos de formación en los preceptos del Neoconfucianismo, incluía también las tradiciones religiosas y filosóficas del budismo y del taoísmo, de modo similar al que ocurría en Japón, donde, por ejemplo, el legado xintoísta y, principalmente zen-budista fuera fuertemente valorado en la filosofía de la llama Escuela de Kyoto¹⁰. Tiyong, o “esencia-función”, es ella una propia una categoría del pensamiento tradicional presente del confucianismo y en el taoísmo. To-

9 “Entrevista con LinZhong Yuan”. In: MONTEIRO, 2014: 46-78: 104-105. El investigador Fabrício Pinto Monteiro recibió, de Taiwan, un material compuesto por vídeos (un DVD con vídeos caseros) y textos (aproximadamente setenta archivos originales en formato “doc” y “ppt”) del Mestre LinZhong Yuan, que surgieron esos desdobles. Ese material, todavía inédito en Brasil, se encuentra todo en chino y todavía necesita ser traducido, estudiado y explorado. Agradecemos a Fabrício Pinto Monteiro por la gentileza de disponibilizar esas fuentes, cuyo entendimiento esperamos profundizar en el futuro.

10 La escuela de Kyoto surgió en el inicio del siglo XX, teniendo como “fundador” el filósofo japonés Kitaro Nishida(1870-1945) y siendo continuada por otros pensadores, tales como, por ejemplo, Hajime Tanabe(1885-1962) y KeijiNishitani(1900-1990). Sobre esta escuela y como ella se desarrolló diálogos entre la tradición filosófica “occidental” y las experiencias de sí mismo, del mundo y del vacío, conforme el zen-budismo, cf: LOPARIC, 2009.

mando como ejemplo un trecho del Daodejing (道德经) que sirvió de base para Wang Bi formular su interpretación del binomio “esencia-función”, ella también indica una relación entre pasado y presente: “Envejecer resulta en obtener nuevas [cosas]” (WANG BI, 22.4. In: WAGNER, 2003: 191). La “esencia”, en ese sentido, aunque pudiese admitir aplicaciones nuevas y “extranjeras”, sería inalterable y, así, presente desde siempre en los más antiguos escritos y otros objetos culturales de la civilización china. Adiciones en relación a la “esencia” no necesariamente la modificarían, pues ella sería mantenida y, consecuentemente, ganaría “antigüedad”, “duración”.

Las artes marciales chinas, sobretodo, aquellas que ganan visibilidad y notoriedad en los medios intelectuales del final del siglo XIX hasta mediados del siglo XX – similarmente al budo(武道) – se referencian fuertemente en las tradiciones culturales y filosóficas de China como especie de depósito de esa “esencia”. Ellas se abren al nuevo y a las posibilidades inéditas de aplicación/ “función”, pero se mantiene atentas a la preservación de los lazos con el pasado. En ese sentido, ellas, incluso, crean imágenes para ese pasado y construyen sus marcas de antigüedad. Ellas se renuevan, incorporando conocimientos “científicos” de la racionalidad “occidental”, y renuevan igualmente sus tradiciones, sus historias y sus mitos de fundación¹¹. Al ponerse como modelo pedagógicos para la juventud, como es el caso del zhongwudao (中武道), ella se proponen como formación técnico-científico y, a la vez, filosófico-artística-humanística en una perspectiva que busca conciliar una “esencia nacional” con las novedades advenidas de las conexiones globales. Su universo cultural de fondo es amplio y complejo y se permite configurar como contexto a ser explotando por medio de una mirada transversal, combinatorio de disciplinas. Una de sus potencialidades, por lo tanto, es posibilitar una mirada transdisciplinar para China y el mundo, a partir de categorías de Geografía, de Historia, de Filosofía y Sociología, presentes en el currículo de la enseñanza básica en Brasil.

11 A respeto de las historias y de los “mitos de fundación” de las artes marciales, en fin, de su “memoria social”, que circulan en los propios medios en que ellas son enseñadas y aprendidas, es importante el texto de Thomas A. Green sobre lo que él nombra “historias populares” (folk histories) narrativas transmitidas, por medio de anécdotas, leyendas y otros géneros, de los profesores para los alumnos, con la finalidad de reforzar la autoridad de su arte marcial, de su estilo y de sus antiguos maestros. A partir de autores como Eric Hobsbawm y Terence Ranger, Green trata tanto estas “historias populares” como las “narrativas históricas” de las artes marciales como “invención de tradiciones”. En ese sentido, concluye: “tradiciones inventadas sirven a las respectivas funciones de establecer cohesión social, legitimar instituciones o ‘relaciones de autoridad’ y socialización. Aunque las narrativas históricas de las artes marciales deban ser vistas como conscientemente organizadas y utilizadas, más que inventadas, ellas sirven a los mismos fines que las tradiciones inventadas. Por ejemplo, narrativas sobre artes marciales provienen una base común para instructores y estudiantes. Además, ellas perpetúan los modos y los hábitos de culturas extranjeras. Finalmente, ellas fortalecen la solidaridad entre el grupo”. Y, más adelante, afirma: “(...) artistas marciales continuamente modifican sus historias en respuesta a eventos contemporáneos”. Cf: GREEN, 2003: 9-10.

El proyecto de educación integral subyacente al zhongwudao (中武道) del Mestre LinZhong Yuan

El mayor potencial del zhongwudao(中武道) no es solamente construirse como pretexto de aprendizaje. Principalmente, lo que él permite es ofrecer un programa completo (o un contexto) de educación integral, capaz de incorporar, sin perder su “esencia”, nuevos conocimientos, informaciones y espacios sociales de vida. En otros términos, él consigue traer para dentro de sí los contenidos y recursos escolares y extraescolares presentes en la educación brasileña para su programa de formación humana. Así, él puede ser un excelente aliado para superar la compartimentación de los saberes curriculares, articulándolos de bastante práctico. Para comprender eso, es importante entender y transponer para los términos de nuestra cultura los “cinco aspectos marciales” (wuwu, 五武), abarcados por ese camino”.

Entre los “cinco aspectos marciales” (wuwu, 五武), la formación propiamente técnica (wuji, 武技) no es entendida, por el Maestro LinZhong Yuan, como la más importante. Según Fabrício Pinto Monteiro, estudioso brasileño de este sistema y de escritos del Mestre Lin,

La Técnica Marcial (...) mantiene la necesidad de tornarse parte espontanea de la vida del practicante de wudao, es la ‘forma de accionar del pensamiento e intenciones’. Sus principios van además de la utilización marcial escrita, envolviendo, incluso, ciencia, teología, arte y recreación, pues, en los fundamentos de la Técnica, es necesario comprensión de la anatomía humana, del corazón de las personas, de estrategia y tácticas de la guerra y – de suma relevancia – del propio yo. (MONTEIRO, 2014: 82)

El autor percibe que, aunque sea en un único de los aspectos particularizados del sistema, están presentes dimensiones variadas de las inteligencias humanas. La técnica, a la vez en que poder ser estudiada, ofrece condiciones para estudios todavía más profundizados sobre todo aquello que la circunda y, principalmente, ofrece condiciones para estudios, tanto relacionado a la physis (Φύσις) del organismo humano como su psyché (Ψυχή), sin que esas dimensiones puedan ser separadas. Involucra, igualmente, el desarrollo de mirada estratégica y táctica relacionada a situaciones y a la sensibilidad para percibir el otro; no simplemente para liquidarlo, en una concepción rasa de combate, pero para la consideración ética de los límites de aquellos que puede ser empleado en él. La técnica ji (技), luego, no se resume a su sentido griego de téchne (τέχνη), aunque una de sus principales connotaciones en mandarín sea “habilidad”. Etimológicamente es un ideograma derivado de otros dos. Su fonética viene de 支, zhi, cuyo significado principal es “sostener”. Su dimensión semántica, por su vez, es 手, shou, cuyo significado es “mano”¹². Volviendo al sentido expuesto arriba, la técnica sería la expresión “manual” del “pensamiento y de las intenciones” del sujeto, cultivados, por lo tanto, en su interioridad, en el “corazón”.

En el sentido expuesto, *zhongwudao* (中武道) no se define como un conjunto fijo de técnicas a ser aprendido por el practicante. Su currículo, al revés, es abierto, pudiendo incorporar técnicas, posturas, movimientos y características de cualquier estilo o escuela de arte marcial china. Ya en Brasil, el currículo adoptado por el Maestro Huang YuSheng sufrió diversas alteraciones a lo largo del tiempo y asimiló influencias de estilo y escuelas que él estudió y practicó con otros maestros, para además del Maestro LinZhong Yuan. Además de abierto, el *zhongwudao* (中武道) presupone un aprendizaje eclético en sus etapas más básicas e intermedias, evitando la especialización. Él se acerca, en ese aspecto, del principio de *gejiaquanfajianerxizhi* (各家拳法见而习之), traducido por Fabricio Pinto Monteiro, como “observar y practicar todos los estilos de artes marciales” (MONTEIRO, 2014: 55 e 82-85). Ese paradigma de formación eclética es típico del *guoshu* (國術) y de la formación en la Asociación Jinwu, desarrollado como la educación marcial oficial en la época de la primera república. En China continental, el modelo del *guoshu* sería “superado” por el del *wushu* (武術) después la Guerra Civil, pero permanecería muy fuerte en el exterior junto a inmigrantes chino en el “occidente” y en regiones que quedaron excluidas del dominio de la República Popular China, como Hong Kong o Taiwan, donde nació el *zhongwudao* (中武道)¹³.

El cultivo de los pensamientos y de las intenciones en el corazón humano, a ser expresos en la forma de técnica, ya nos lleva para otro aspecto marcial del *zhongwudao* (中武道) y, ese sí, puede ser considerado el más central: la ética marcial (*wude*, 武德). El diagrama abajo (fig. 01) la resume. En el centro hay un corazón de lo cual brotan tres ramificaciones, generando el ideograma hombre, “ren” (人). En el centro del corazón, se lee la palabra “honestidad” (*xinshi*, 信实), de las cuales brotan las expresiones “conocimiento innato” (*liangzhi*, 良知), “capacidad innata” (*liangneng*, 良能) y “acción innata” (*liangxing*, 良行). Esta representación sugiere algo bastante difundido en la ética confucionista, sobre todo por la vía idealista (Escuela de la Mente) de Wang Yangming, fuertemente inspirada en Mencio (Mengzi): la idea de que a partri de un “corazón honesto”, los potenciales naturales del sabio se manifiestan naturalmente, todo depen-

12 Para todas las análisis de los ideogramas chinos, de ahora adelante, utilizamos la herramienta disponible en el site: <http://chinese-characters.org/> Acceso en: 27/10/2016 Otra herramienta utilizada es el diccionario on-line Chino-Inglés. Yabla, disponible en: <https://chinese.yabla.com/chinese-english-pinyin-dictionary.php> Acceso em 02/02/2017.

13 Según Acevedo, Gutiérrez y Cheung, “en 1° de octubre de 1949, Mao Tsé-tung proclamó en Pequín la República Popular de China, mientras cerca de 2 millones de chinos simpatizantes del Kuomintang se retiraban para Taiwan, donde mantendrían su independencia con relación al sistema comunista del continente. En esa línea de transformaciones, la práctica de kung fu también sufrió cambios importantes en su estructura y organización, dando lugar a la creación del wushu moderno y a la práctica del sanda/sanshou (combate libre). Por su vez, la isla de Taiwan acogió entre los miembros del Guomintang muchos artistas marciales que habían se formado en la Academia Central de Artes Nacionales, y que motivaron una evolución diferente del kung fu”. Además: “la práctica marcial en Taiwan intentó preservar los estilos de kung fu sin la inclusión de aquellos elementos que caracterizan el wushu moderno. Por eso, las artes marciales taiwanesas continuaron utilizando el termino *guoshu* para diferenciarlo de la práctica marcial del continente”. (ACEVEDO; GUTIÉRREZ; CHEUNG, 2011: 129 y 144)

diendo, por lo tanto de un cultivo del corazón y de la mente conforme las semillas de las virtudes¹⁴. Alrededor del ideograma hombre, tres nociones componen el resto del centro del diagrama, las “virtudes inminentes”, presentes en un “corazón verdadero”¹⁵: “sabiduría” (zhi, 智), “benevolencia” (ren, 仁) y “coraje” (yong, 勇). Fuera del centro, como expresiones o resultados sociales del cultivo de corazón, se encuentran representadas las “doce reglas principales”¹⁶ (shiershouze, 十二守則), los “cuatro lazos sociales”¹⁷ (siwei, 四維) y las “ocho virtudes”¹⁸ (Bade, 八德).



Figura 1: Diagrama representativo de la wude (武德) según el zhongwudao(LIN, 1984: 40)¹⁹

14 Parece haber, en esa ética intuitiva del ZhongWudao, una resonancia de la filosofía de Wang Yangming, bastante influyente entre maestros japoneses del bushido(武士道) e ideólogos del guomingtang(國民黨), que, por su vez, es muy inspirada en Mêncio. El símbolo del corazón en sí es algo importante en Mêncio, según el cual es en xin(心) que están contenidas las facultades cognitivas, afectivas, las semillas de la moral y el albedrío (vontade). Otro concepto importante de Mêncio que aparece en Wang Yangming es liangzhi (良知), “conocimiento innato”, que está presente en el diagrama del zhongwudao. Hay un poema en el Wang WenchenggongQuanshu que Philippe Ivanhoe tradujo así para el inglés: “The Thousand sages are allpassingshadows; / liangzhialoneismyteacher” (“Los mil sabios son todas sombras pasajeras / liangzhi es, solito, mi maestro”). Esos versos resumen el centro de la teoría ética de Wang Yangming. Para él, el conocimiento de los preceptos éticos es insuficiente para el hombre virtuoso. Un hombre que cultiva el conocimiento (preceptivo) de la ética no conoce la ética, por lo menos hasta que pase a practicarla, conforme aquello que ya está presente como conocimiento innato en todos los hombres. El auto cultivo, así, tendría que ser un cultivo del corazón por medio de la propia práctica en medio a las circunstancias presentadas en la vida. No hay fórmula lista y lo que vale para una persona, con sus circunstancias de vida, no sirve para otra, en otras circunstancias. Sobre la influencia de Wang Yangming en el bushido(武士道) y sobre ideólogos del guomingtang (國民黨)cf: BARY In: YANGMING, 1963: IX-X. Sobre esses conceitos da ética de Mêncio e Wang Yangming, cf: IVANHOE, 2000: 15-28; 59-73.

15 Acordemos que corazón, 心, y “verdad”, “sinceridad” o “confianza”, 信, se pronuncian ambos como xin, y que 信 compone la palabra xinshi, 信實, en el centro del diagrama.

16 Se trata de una doctrina educacional de carácter ético-moral, difundida por el Guomingtang(國民黨), inspirado en valores confucionistas, direccionado para la juventud, también conocido como 青年守則 (Código de la Juventud). Ver: <http://www.chsh.tp.edu.tw/%E4%B8%AD%E8%88%88%E9%AB%98%E4%B8%AD%E9%9B%99%E8%AA%9E%E7%92%B0%E5%A2%83%E7%87%9F%E9%80%A0-%E9%9D%92%E5%B9%B4%E5%AE%88%E5%89%87.html>. Acceso en 01/11/2016. En resumen: (1) patriotismo basado en la lealtad y en la coraje; (2) integridad de la familia basada en el amor filial; (3) relaciones humanas basadas en la benevolencia y en el amor; (4) compromiso basado en la honestidad y en la corrección; (5) cuestiones mundiales basadas en la paz y en la justicia; (6) trabajo basado en la propiedad; (7) responsabilidad basada en la capacidad de proteger el otro; (8) servicio basado en la diligencia y en la frugalidad; (9) salud basada en limpieza y organización; (10) felicidad basada en ayudar los otros; (11) contribución a la humanidad basada en conocimiento; (12) éxito basado en persistencia.

17 A saber: “rito”, “propiedad” o “decoro”, li, 禮; “amistad” o “justicia”, yi, 義; “integridad” o “honestidad”, lian, 廉, y “vergüenza” o “honor”, chi, 恥.

18 A saber: “amor filial”, xiao, 孝; “amor fraterno”, di, 弟; “lealtad”, zhong, 忠; “sinceridad”/“confianza”, xin, 信; “propiedad”, li, 禮; “justicia”, yi, 義; “honestidad”, lian, 廉; honor, chi, 恥.

19 Traducción (no profesional) del chino para al portugués de Tai Shengxut. Copia cedida por Fabrício Pinto Monteiro, a quien agradecemos.

Aunque el concepto de “ética marcial” presente en este diagrama suponga algunas listas sumarias de preceptos (fuertemente marcados por la ideología del Guomintang, 國民黨, “Partido Nacionalista”, tales como las “doce reglas principales”, los “cuatro lazos sociales” y las “ocho virtudes”, esos preceptos, excepto tal vez las “doce reglas” son muy generales, reduciéndose a conceptos a ser valorados. Aunque las “doce reglas” no lleguen a preceptuar acción explícitas a ser tomadas o evitadas, pero algunos principios fundamentales que deberían estar en la base de la vida social. Además, tales preceptos solo aparecen afuera del círculo del diagrama, sugeridos como siendo las doce puntas de la imagen del sol (símbolo nacionalista, cf. Fig. 02). Eso puede ser interpretado como indicando manifestaciones exteriores o efectos irradiadores de algo más esencial que se da en el interior del corazón humano (o, pensando colectivamente de la “nación”), a saber: cultivo de la “honestidad”, en el centro del corazón, para que las virtudes de la benevolencia, de la sabiduría y del coraje se manifiesten a partir del conocimiento, de la capacidad y de la acción innatos. Se trata de una ética menos perceptiva que intuitiva, compatible con la “escuela de la mente” de Wanf Yangming y Mencio, inseparable del accionar correcto. En fin, es un aprendizaje interior para lo cual compiten los otros cuatro aspectos marciales. La wude (武德) es la meta; la propia finalidad del wudao (武道).

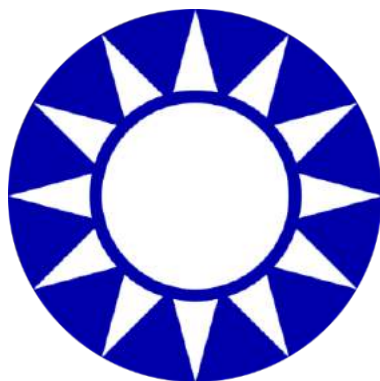


Fig. 02. Emblema del ZhongguoGuomintang (中國國民黨), “Partido Nacionalista Chino”. El emblema compone, hasta hoy, la bandera de la República Democrática de China o Taiwan.

Este punto es delicado. ¿Estaríamos condenados a difundir la ideología del Guomintang (國民黨) con todas sus premisas conservadoras y marcadas cuando recuperamos el zhongwudao (中武道) del Maestro LizZhong Yuan como camino de desarrollo ético? Una preocupación muy justa al tomar caminos marciales chinos como posibilidades educacionales en el mundo actual es con sus premisas políticas, ideológicas, sociales y culturales. Caso contrario, adoptando una postura “fundamentalista”

frente a los enseñamientos y textos de maestros en esas artes, se puede caer en trampas y mal-entendidos. Por ejemplo, un importante maestro de Bajiquan (八極拳), entusiasta de la “Revolución de 1911”, escribe un manual sobre el estilo en 1934, en el cual aparece la siguiente formulación:

Levantemos la cuestión: ¿si una nación pobre como la nuestra encorajase tales tipos de deportes aristocráticos [se refiere al golf, tenis y otras prácticas deportivas “occidentales”], ellos serían capaces de prosperar y producir resultados? Hasta mismo idiotas, mujeres y niños son capaces de contestar esa cuestión. Además de eso, los beneficios al cuerpo de esos ejercicios son apenas para el fortalecimiento físico y nada más. Nuestros ejercicios de las artes nacionales de lucha son más que eso. Ellos entrenan tanto la mente como el cuerpo, estimulando el desarrollo moral, mejorando el espíritu de valor de la persona, caballerismo, coraje, audacia y resiliencia; fornecen habilidades para resistir a los valientes, siendo especialmente eficaces para soldados en situación de combate mano a mano (GANJIE, 1936)²⁰

El trecho es interesante por colocarnos frente a un profundo extrañamiento. Sus prejuicios, su misoginia, su “moral caballeriza” y de inspiración militarista son muy evidentes. Sin embargo, no es necesario endosar cualquier uno de esos puntos de vista para practicar bajiquan (八極拳) y beneficiarse incluso de aquello que él ofrece en términos de formación ética. Eso, sin embargo, exige una actitud antropológica que filtre (“uso y apropiación”, para utilizar una “dimensión del conocimiento” de la Educación Física, conforme vimos en la segunda versión de la BNCC), en el discurso de los maestros y profesores, su universo mental particular y sus visiones de mundo más restrictas para percibir la riqueza de una arte anterior – más antigua tal vez – cuyo lenguaje es mucho menos verbal y textual que esos propios discursos redactados y publicados en la primera mitad del siglo XX, y cuyo potencial se lanza al futuro. En ese sentido, el carácter más genérico y menos preceptivo de la wude (武德) facilita la transposición cultural e ideológica del “camino marcial”, el wudao (武道), para contextos diversos en una perspectiva cosmopolita.

Pero volvamos a los otros tres aspectos marciales que nos quedan comentar wuxue (武学), wuyi (武艺) y wugong (武功). Comencemos por la wuyi (武艺). Yi (艺, simplificado, o 藝, tradicional) es una palabra cuyo significado puede ser confundido con el de ji (技), del cual ya decimos al comentar acerca de wuji (武技). Ella es una de las palabras chinas posibles para “arte”. Al final del siglo XIX, antes de ser (re)elaborados al conceptos de guoshu (國術) y de wushu (武術), frecuentemente, el termowuyi (武艺) era utilizado para nombrar las artes marciales en general. En zhongwudao (中武道), sin embargo su sentido es muy diverso. En él, el término puede ser comprendido como el “aspecto social” del camino. Él está relacionado a la difusión del propio Wudao (武道) en la sociedad (MONTEIRO, 2014: 85–86). Así, el yi (艺 ou 藝) parece recuperar su sentido más arcaico como verbo que indica “plantar” o “cultivar”, en su sentido más agronómico. De nuevo, hay muchas marcas de la ideología nacionalista y de propaganda política en la propuesta del Mestre LinZhong Yuan. Para además de ellas, sin embargo, existe también una perspectiva de no disociar el cultivo personal del practicante del camino marcial de su convivencia y acción activa en

sociedad. La perspectiva de un cultivo individual y colectivo en y por la convivencia es altamente compatible y sintonizada con los actuales paradigmas de la moderna educación. En esa dirección, se destaca todavía un énfasis en la colaboración en detrimento de la competencia, lo que separa *zhongwudao*(中武道) de tendencias más recientes del *wushu*(武術) moderno, por ejemplo.

Un cuarto aspecto marcial presente en la propuesta del Maestro LinZhong Yuan es el *wugong* (武功). En ello, está más fuertemente presente la dimensión de lo que podríamos llamar de “educación física”²¹ (o de su manifestación como “gimnástica”) del practicante. La palabra *gong* (功) es la de las más caras al reconocimiento de las artes marciales en el “occidente”. De ella, se deriva la expresión *gongfu* (功夫) o “kung fu”, por la cual las artes marciales chinas son comúnmente nombradas en todo el mundo. Otra expresión derivada de ella es *qigong* (气功, simplificado, o 氣功, tradicional), establecida en China, en la década de 1950, para referirse a ejercicios corporales direccionados a la promoción de la salud, a la meditación y a la contemplación de entrenamiento físico y/o para fortalecimiento corporal en artes marciales. El ideograma 功 tiene raíz semántica en la palabra *li*, 力, esfuerzo y dedicación. En el sistema de entrenamiento del Maestro LinZhong Yuan, *wugong* (武功) involucra tanto ejercicios físicos de estiramiento, flexibilidad, fortalecimiento muscular, y de mejoría aeróbica, como tenemos en las “gimnásticas de acondicionamiento físico”, prácticas de *qigong* (气功), típicas de la medicina china y del tratamiento complementar a las artes marciales (MONTEIRO, 2014: 81-82).

Si, actualmente, la práctica regular de actividades físicas representa una dimensión valorada en la educación integral del sujeto en formación, interfiriendo positivamente en las demás dimensiones del proceso de enseñanza-aprendizaje²²; todavía más si tiene a ganar por medio de prácticas de *qigong* (气功). Tales ejercicios se fundamentan en los mismos principios de la acupuntura, estimulando la circulación energética equilibrada por los meridianos del cuerpo. Hacen eso por medio, principalmente, del control de la respiración, de la meditación y de la mentalización. Sus logros son tanto físico como mentales, pudiendo promocionar equilibrio emocional, tranquilidad mental, relajamiento, presencia, bienestar global y foco²³. El uso de prácticas meditativas en escuelas no es novedad en Brasil y en el mundo²⁴. Articularla sistemáticamente a un currículo que considere el sujeto en sus múltiples dimensiones es promisor y, en las artes marciales

20 Traducido del Chino para el Inglés por Paul Brennan, 2015. Disponible en: <https://brennantranslation.wordpress.com/2015/12/30/bajiboxing/>. Acceso en 24/08/2016.

21 Una traducción más correcta y literal de “educación física” para el Chino sería *tiyu* (体育). Su uso era corriente en China y ciertamente conocido por el Mestre LinZhong Yuan, que lo subyugó al concepto de *wugong* (武功). Se tratan, por lo tanto, de categorías inconfundibles. *Wugong*(武功) tiene sentidos bien más específicos para el maestro Lin que puramente “educación física”.

ciales chinas, ellas ya están integradas al contexto global del aprendizaje y del desarrollo, relacionados a los demás aspectos del wudao (武道).

El último de los cinco aspectos marciales que queda comentar es wuxue (武学, simplificado, o 武學, tradicional), la filosofía marcial. Una de las primeras palabras chinas que los europeos entendieron como correspondiente para “filósofo” fue 好學, haoxue, literalmente, “amante del conocimiento”, aproximándose, así, de su etimología griega: φιλοσοφία, philos + sophía (MEYNARD, 2015: 59-60). Xue(學) es un término clave del confucianismo (él propio nombrado Ruxue, 儒學). A partir de la era Song, el llamado neoconfucionismo se auto-denomina Daoxue (道學), o sea, “conocimiento” o el “aprendizaje” del “camino”. De los cuatro libros que forman su canon, el primero a ser estudiado es el Daxue (大學), “Gran Aprendizaje”. En la tradición neoconfucionista, la extensión del “conocimiento” (xue, 學) depende de la investigación de la “naturaleza de las cosas”, gewu (格物). Daniel Gardner explica que a partir del siglo XII adelante, la “pesquisa de la naturaleza de las cosas” es el “proceso de demostrar y aprender el principio (li, 理), que subyace en cada objeto o relación en el universo”. Comprender todo lo que abarca la realidad tiene, en esa tradición, un valor moral. Pues la comprensión de los principios y la extensión del conocimiento al máximo está en la base de auto cultivo, si lo cual sería imposible establecer las condiciones personales, familiares y sociales apropiadas a la manifestación de la “luminosa o perfecta virtud” (mingde, 明德) innata de los hombres (GARDNER, 2007: 3-5).

El programa de wuxue (武学, simplificado, o 武學, tradicional) del Maestro LinZhong Yuan es destinado a la pesquisa de todo aquello que involucra los principios del Wudao (武道), abarcando, principalmente, el estu-

22 Según el ítem 11 de “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO” de 21 de noviembre de 1978: “Todo ser humano tiene el derecho fundamental de acceso a la educación física y al deporte, que son esenciales para el pleno desarrollo de su personalidad. La libertad de desenvolver aptitudes físicas, intelectuales y morales, por medio de la educación física y del deporte, debe ser garantido dentro del sistema educacional, así como en otros aspectos de la vida social.” El artículo 2, en los tres ítems (2.1, 2.2, y 2.3) también enfatizan la importancia de la educación física para la educación integral. En el ítem 21: “La educación física y el deporte, como dimensiones esenciales de la educación y de la cultura, deben desenvolver habilidades, fuerza de voluntad y autodisciplina en todos los seres humanos, como miembros plenamente integrados a la sociedad. La continuidad de la actividad física y la práctica de deportes debe ser aseguradas por toda la vida, por medio de una educación al largo de la vida, integral y democrática.” En el ítem 2.2: “En el ámbito individual, la educación y el deporte contribuyen para la manutención y la mejoría de la salud, proporcionan una actividad sana de recreación y permiten que las personas superen los inconvenientes de la vida moderna. En el ámbito de la comunidad, ellos enriquecen las relaciones sociales y desarrollan el juego limpio (fair play) que es esencial no solo para el deporte en sí, pero también para la vida en sociedad.” En ítem 2.3: “Los sistemas de educación como un todo deben considerar el debido lugar e importancia de la educación física y del deporte, para establecer un equilibrio y fortalecer vínculos entre las actividades físicas y otros componentes de la educación.” Como último destaque, en el ítem 3.2, se expresa: “En el proceso de la educación en general, los programas de educación física y de deporte deben, por medio de sus contenidos y horarios, auxiliar a crear hábitos y patrones de comportamiento conformes al pleno desenvolvimiento de la persona humana.”(UNESCO. Carta internacional da Educação Física e do Esporte, de 21 de noviembre de 1978, Brasília: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2013)

23 Sobre la historia del Chi Kung (Qigong, 气功), sus premisas filosóficas y culturales y sus potenciales beneficios para la salud, cf.: CASTRO JUNIOR, 2007.

24 Por ejemplo, ver el site: <http://meditacaonaeducacao.com.br/>, que ofrece Formación Continuada en Meditación Laica Educacional para desenvolvimiento da inteligencia emocional. En la propia Universidad Federal de Uberlândia, hay un proyecto de extensión, registrado bajo el número SIEX 13603, de “Yoga e Meditação nos Ambientes Acadêmico e Escolar com um Enfoque na Formação de Professores”, coordinado por la profesora Diana Salles Sampaio, del Instituto de Biología. Ver: <http://www.peic.proex.ufu.br/projetos/siex-13603>

-dio de clásicos del confucionismo y del taoísmo, teorías de la moderna de Educación Física, medicina tradicional china, estudio de cuestiones filosóficas y éticas, etc. (LIN, 1984: 30-32). En el abordaje del Maestro Lin-Zhong Yuan, no hay dualismo, pero una indisociable complementación mutua entre “cultura” (wen, 文) y “marcialidad” (wu, 武). El desarrollo de ambos compone su proyecto de “educación nacional(ista)” (LIN, 1984: 26-27). Por eso, estudiar y comprender racionalmente el universo del Wudao (武道) es importante y, para eso, un cierto grado de erudición en teorías tradicionales y modernas relevantes a él es, por consiguiente, su proyecto de wuxue (武學), en su estructura, abre caminos para la investigación intelectual de todos los demás “aspectos marciales” (wuwu, 五武).

De ahí la posibilidad de explotar, en el caso del uso pedagógico del ZhongWudao en Brasil actual, el wuxue (武學) como un horizonte abierto de conocimiento sobre China, estudiado aspectos de sus sociedades; de los grupos étnicos; de sus tradiciones filosóficas, científicas y religiosas; de su geografía, de su historia... Por medio del wuxue (武學), en fin, la práctica del arte marcial se abre “naturalmente” a la educación por el conocimiento.

CONSIDERACIONES FINALES

Vivimos, actualmente, en el contexto de la educación básica brasileña, un movimiento de amenaza a paradigmas que viene siendo construidos hace algunas décadas de una escuela direccionada a la educación integral, que valora la formación humanística como medio de desarrollo de la concepción de la realidad social, la ampliación de las posibilidades de uso de las prácticas de lenguajes (incluyendo las del cuerpo) para la expresión del sujeto y tematización de sus enraizamiento socioculturales y que se reflexiona en todos los dominios de la vida, no solamente al importante crecimiento intelectual y a la también limitada dimensión preparatoria para el mundo del trabajo. En este momento, es importante retornar a los principios principales de las discusiones más recientes sobre currículo y sobre formación de profesores y, sin despreciar sus límites y problemas, defender que ellos traen de más fundamental: una concepción holística de formación en la enseñanza básico.

Lo que buscamos presentar fue una posibilidad de pensar un modelo extracurricular de educación integral en dialogo con objetivos, componentes y áreas presentes (hasta, por lo menos, 2016) en el currículo escolar. Aunque se trate de un modelo centrado en enseñanza-aprendizaje de una “arte” o “camino marcial”, no se inscribe (al menos no exclusivamente) en la propuesta curricular de Educación Física. Él se propone, sustancialmente, a dialogar con el dominio de las áreas de “humanida

des” bajo un ángulo histórico-antropológico más general. Su meta es el encuentro de dos grandes tradiciones pedagógicas que, históricamente, se ponen como modelos de formación del “hombre libre”: el budo (武道) o el wudao (武道), desarrolladas en el este asiático, y las “artes liberales”, conforme el paradigma humanista clásico.

Presentamos esta propuesta por medio de la consideración ejemplar del zhongwudao (中武道), del Maestro LinZhong Yuan. No es el único camino posible. Partimos de una hipótesis de que experimentaciones semejantes a las que tenemos hecho con el zhongwudao (中武道) pueden ser realizadas con varios otros “caminos marciales” chinas, japoneses y coreanos. Para eso, es necesario tener en cuenta una metodología, cuyas líneas maestras pretendemos trazar a la guisa de conclusiones parciales de esa reflexión.

Un primer aspecto de esa metodología, empleada rigurosamente en este artículo, es el estudio profundizado de las perspectivas pedagógicas que se presentan explícita o tácitamente colocadas en las tradiciones y sistemas de enseñanza-aprendizaje de artes marciales. Conocer sus premisas filosóficas, sus raíces socioculturales y sus desenvolvimientos históricos en diversos contextos es el primer paso para el uso consciente de un “camino marcial” como modelo de educación integral en la contemporaneidad brasileña. Ella involucra, por lo tanto, investigación histórica seria, metódica e académicamente rigurosa. Involucra, igualmente, estudio de los referenciales culturales de otros pueblos y civilización por medio de diálogos antropológicos con otros sistemas filosóficos, otras tradiciones religiosas, otras formas de organización social, otros lenguajes. En resumen, esa metodología demanda actitud investigativa del profesor responsable por el proyecto, cuyos conocimientos sobre la historia cultural de aquel camino marcial debe superar bastante el nivel de la superficialidad.

Un segundo aspecto es relativo a la oportunidad pedagógica que la propia actitud investigativa del profesor abre a los estudiantes: estimular la investigación, la curiosidad y el querer saber cómo motores del aprendizaje. Es cuando aquello que en zhongwudao (中武道) nombramos wuxue (武学) se torna más determinante. Eso es: la búsqueda incesante por el estudio, entendimiento comprensión de todo aquellos que gira alrededor de la práctica marcial, atribuyendo sentidos, significados y valores a los temas, objetos, contenidos, gestos, palabras, acciones, reacciones, sensaciones, etc. Poniendo más en términos confucionistas que “occidentales”, la actitud exigida aquí, también de los estudiantes es aquella de investigación de la naturaleza de todas las cosas (gewu, 格物), a fin de conocer sus principios y, con eso, crecer en conocimiento. Conocimiento, en el caso, no se confunde con información (aunque dependa de ella, en gran parte), pero se refiere a la comprensión activa de todo aquello con lo que el sujeto de ese conocimiento se relaciona.

El tercer aspecto que nos gustaría de enfatizar es una actitud de “apertura antropológica para el otro”. Un riesgo, ya apuntado por Donald

Levine, al tornar las “artes marciales” como modelos educacionales en la contemporaneidad es rendirse a los aspectos autoritarios, dogmáticos, provincianos, anti-intelectuales y rígidos de algunas de sus expresiones históricas más comunes (LEVINE, 1999: 209-224). Por otro lado, un riesgo opuesto sería el de vaciar el contenido cultural de esos “caminos”, transformándolos apenas en embalaje para nuestras concepciones ya consagradas de educación. La “apertura para el otro” supone la relativización doctrinaria, por un lado, y la comprensión profunda de los principios de una arte, por otro. Por eso, el profesor con actitud investigativa necesita ser también un intérprete o un mediador cultural capaz de realizar cambios, tránsitos y traducciones entre los términos de su “cultura marcial” y aquellos que son propios de nuestro “tiempo-espacio”. La misma actitud de apertura debe ser estimulada en los alumnos, de modo que la propia fruición de los aspectos técnicos, artísticos, intelectuales, físicos y éticos de su vivencia marcial le enseñen también acerca de “los otros”, con sus valores, creencias, actitudes no transformándolos ni en monstruos (a ser evitados, censurados, destruidos...) ni en héroes (a ser imitados, idolatrados, idealizados...), pero comprendiéndolos como seres/grupos humanos singulares.

Llegamos, así, al cuarto y último aspecto que vale atentarse: la adopción de “caminos marciales” chinos, japoneses y coreanos como medios o hasta modelos potencializadores de la educación integral en Brasil hace sentido, conforme entendemos, en una perspectiva multicultural e interétnica de tratamiento de las conexiones globales. Ella presupone que el universo supuestamente del “otro” (el chino, el japonés, el coreano) no es “exótico” ni mismo culturalmente impenetrable para el estudiante brasileño. Las diferentes medias (cine, televisión, cómics, mangas, animés, redes sociales, sites, blogs etc.) y la propia industria del consumo (con sus productos made in China), por ejemplo, difunden imágenes, representaciones, informaciones y noticias sobre Asia. Evidentemente, mucho de ese contenido divulga estereotipos, distorsiones, versiones falsas y hasta mentirosas sobre aquellas culturas. Ese manantial de referencias puede y debe ser explotado, críticamente, por el profesor y por los estudiantes. Quebrar, incluso, el muro de masificación que nos impide, muchas veces, de profundizar relaciones con el otro debe ser una de las metas de ese aprendizaje. Eso involucra una actitud crítica con la cultura de masas, pero, a la vez, su apropiación como instrumento de contacto con el “otro” a partir de un universo familiar a la juventud brasileña.

Podríamos discurrir más largamente a respecto de otros aspectos o condiciones importantes para una metodología de uso de “caminos marciales” con vistas a la educación integral bajo el ángulo de las humanidades. Rápidamente, podemos enunciarlos: formación técnica y pedagógica del profesor; protagonismo de la propia comunidad escolar (o del grupo interesado de modo general) en la proposición de ese espacio extracurricular de educación; necesidades de adaptación de los currículos conforme

nivel de enseñanza y franjas etarias; cuidados especiales con la seguridad de la práctica y con su direccionamiento ético saludable y responsable. Sin embargo, esos son aspectos bien más generales y casi universales cuando se piensa en enseñanza de artes marciales y/o en proyectos educativos en escuelas. Optamos por detallar solamente aquellos que nos parecen especificidades más propias de aquello que proponemos.

Por fin, queda considerar el carácter absolutamente libre de conclusiones de éste artículo y de los elementos de metodología que presentamos. Esas reflexiones son todavía bastante preliminares a partir de experimentos que tenemos apenas comenzado y de estudios en etapas todavía muy iniciales. Lo que presentamos es un programa abierto a reconsideraciones, profundizaciones y desarrollos. Él todavía demandará muchas investigaciones teóricas y prácticas, bajo ángulos transdisciplinarios y madurez conceptual.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, William; GUTIÉRREZ, Carlos; CHEUNG, Mei. Breve história do Kung Fu, São Paulo: Madras, 2011.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CASTRO JUNIOR, José Luiz de. As práticas corporais chinesas: princípios e concepções de corpo. Uma breve história do Chi Kung (Qigong), Trabalho de Conclusão de Curso (em Educação Física). Campinas: Faculdade de Educação Física, 2007.
- GANJIE, Miao. Bajiboxing (八極拳), 1936. Traduzido do Chinês para o Inglês por Paul Brennan, 2015. Disponível em: <https://brennantranslation.wordpress.com/2015/12/30/bajiboxing/>. Acesso em 24/08/2016.
- GARDNER, Daniel K (ed.). The four books. The basic teachings of the later Confucian tradition, Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2007.
- GREEN, Thomas A.; SVINTH, Joseph R. (ed.) Martial Arts in the modern world, Westport & Londres: PRAEGER, 2003.
- IVANHOE, Philip J. Confucian moral self-cultivation, Indianapolis / Cambridge: Hackett, 2000.
- LEGGE, James (ed.). The Works of Mencius. Translated, with critical and exegetical notes, prolegomena and copious indexes by James Legge, Nova Iorque: Dover Publications, 1990.
- LEVINE, Donald N. Martial Arts as a resource for liberal education: the case of Aikido. In: FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike; TURNER, Bryan S. The Body. Social Process and Cultural Theory. London: SAGE Publications Ltd., 1999. pp. 209-224.
- LIN, Zhong. Do brado de Guowu, abre caminho Guoshu! [Wei Guowu Nahan! Ti Guoshu Kaidao! 为国武呐喊! 替国术开道!]. Chinese KuoShu Quartely, 1(1): 24-42, 1984.
- LOPARIC, Zeljko. A escola de Kyoto e o perigo da técnica, São Paulo: DWW editorial, 2009.
- MEYNARD, Thierry (ed.). The Jesuit Reading of Confucius. The first complete translation of the Lunyu (1687) published in the West, Leiden: Brill, 2015.
- MOLL, Jaqueline. (ed.). Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- MONTEIRO, Fabrício Pinto. História das Artes Marciais Chinesas. Tradição, memórias e modernidade, Uberlândia: Assis Editora, 2014.
- NAKIRI, Fuminori. Concept of budo and the history and activities of the Japanese Academy of Budo. In: IDO Movement for Culture. Journal of Martial Arts Anthropology, 15 (1): 11-15, 2015.
- OLIVEIRA, Rafael Orlando de. "Paideia à Chinesa?": a formação do indivíduo através da prática do Kung Fu. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>. Acesso em 14 de outubro de 2016.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar (2ª versão), Brasília: MEC, 2016.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEEDUC). Diretrizes para a política de educação integral. Solução Educacional para o Ensino Médio. Caderno 2. Modelo pedagógico: Princípios, metodologias integradoras e avaliação da aprendizagem, Rio de Janeiro: SEEDUC / Instituto Ayrton Senna, 2015.
- SPENCE, Jonathan D. Em busca da China moderna. Quatro séculos de história, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- UNESCO. Carta internacional da Educação Física e do Esporte, de 21 de novembro de 1978, Brasília: Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil, 2013.
- WAGNER, Rudolf G. (ed.). A Chinese Reading of the Dao de jing. Wang Bi's commentary on the Laozi with critical text and translation, Nova Iorque: State University of New York Press, 2003.
- YANGMING, Wang. Instructions for practical living and other neo-confucian writings by Wang Yangming, Nova Iorque / Londres: Columbia University Press, 1963.



As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como vetores de integração entre saberes

The Technological Incubators of Popular Cooperatives as vectors of integration between knowledge

Lais Silveira Fraga
Docente do Núcleo Geral Comum, da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas
lais.fraga@fca.unicamp.br

Rafael de Brito Dias
Docente do Núcleo Geral Comum, da Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas
rafael.dias@fca.unicamp.br

RESUMO

Este trabalho aborda a relevância das ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – como estruturas capazes de engendrar processos reflexivos e formativos relevantes no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, desenvolvemos a argumentação a partir da nossa experiência como coordenadores da ITCP da Universidade Estadual de Campinas na cidade de Limeira, SP. As Incubadoras podem ser consideradas espaços fundamentais de constituição de vínculos entre a universidade e a sociedade, privilegiando segmentos da população de baixa renda ou grupos em situação de vulnerabilidade; e, mais do que isso, como estruturas nas quais podem ser gerados processos formativos interdisciplinares e que integram atividades de ensino e pesquisa socialmente referenciadas. Dessa forma, por meio de esforços combinados de intervenção social e reflexão, as ITCPs permitem que docentes, discentes e funcionários formem e sejam formados para atuar de forma mais efetiva no atendimento às demandas e necessidades advindas de seu entorno social.

Palavras-chave: extensão; incubadoras tecnológicas; Economia Solidária.

ABSTRACT

This paper approaches the relevance of ITCPs – Technological Incubators of Popular Cooperatives – as structures capable of engendering relevant reflective and formative processes within Higher Education Institutions (IES). Therefore, we developed the argument from our experience as coordinators of the ITCP of the University of Campinas in the city of Limeira, SP. Incubators may be considered key spaces for building links between the university and society, favoring segments of the low-income population or groups in vulnerable situations. And, more than that, as structures in which interdisciplinary formative processes can be generated and that integrate socially referenced teaching and research activities. In this way, through combined efforts of social intervention and reflection, ITCPs allow researchers, students and university staff to form and to be trained to act more effectively in meeting the demands and needs arising from their social environment.

Keywords: extension; Technological incubators; Solidarity economy.

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS ITCPs NO BRASIL

É em um contexto de mobilização de diversos setores da sociedade diante das então recentes mudanças no mundo do trabalho e do ressurgimento da alternativa do trabalho coletivo e autogerido (na forma de associações, cooperativas e grupos informais), que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A experiência é caracterizada como pioneira em relação à geração de trabalho e renda.

Com intuito de unir o saber produzido na academia ao cotidiano do trabalhador informal, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coppe/UFRJ, a primeira ITCP, surge em 1995, potencializada pelo agravamento das questões sociais no país (GUIMARÃES & SALOMÃO, 2006). Segundo Bocayuva (2001), o “desafio institucional de dispor o potencial da universidade, e seu saber, a serviço das classes populares é o corte político principal da proposta: organizar e operacionalizar o saber formalizado e sistematizado na direção da construção de empresas sociais de caráter coletivo” (p. 1). A partir dessa experiência, outras incubadoras foram formadas em Juiz de Fora (UFJF), Pernambuco (UFRPE) e em São Paulo (USP); e, em 1997, já havia surgido na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Desde então, o número de incubadoras no país cresceu rapidamente, fato que pode ser explicado pela “eclosão do movimento pela Economia Solidária, no Brasil, que mobiliza sindicatos, universidades, Igreja e muitos outros setores da sociedade civil” (SINGER, 2000). Nessa perspectiva, pode-se compreender o surgimento das ITCPs como uma resposta das universidades do país aos problemas sociais relacionados ao trabalho, com consequente conformação dos seus objetivos iniciais focados na geração de trabalho e renda “sob a forma de coletivos de trabalhadores em situação de desemprego, com vínculos precários ou em vulnerabilidade social que buscam suporte para acesso ao trabalho baseado em relações diferentes do trabalho subordinado” (COIMBRA & SOUSA, 2007, p. 6).

O fenômeno se espalhou rapidamente pelas universidades brasileiras, principalmente a partir do apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), sendo hoje mais de 100 incubadoras pelo país, organizadas em duas redes: a Unitrabalho e a Rede Universitária de ITCPs.

O surgimento das ITCPs tem inspiração conceitual nas incubadoras de empresas, tendo como principal diferença o público atendido: empresas ou grupos populares. Dubeux (2004) argumenta que a diferença vai além, pois as ITCPs introduzem uma nova concepção de incubadora de empresas ao modificarem: a) tipo de empresa apoiada (empresas capitalistas versus empresas cooperativas); b) público atendido (classe média e rica versus excluídos do ponto de vista sociopolítico); e c) metodologia

de trabalho. Segundo o estatuto da Rede de ITCPs, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm como finalidade dar suporte à formação e ao desenvolvimento de Cooperativas Populares e da Economia Solidária.

Por outro lado, as ITCPs têm papel de destaque no âmbito do desenho de políticas públicas no campo de Economia Solidária por meio de iniciativas como “assessoria à elaboração de legislações, montagem de cursos voltados para gestores públicos e da sociedade civil e apoio na formulação de políticas e programas para o setor” (VARANDA, 2007, p. 29). Por isso, considera-se que as incubadoras servem de modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e de combate à exclusão social, promovendo ações de inserção social a partir da inserção econômica (COSTA, OLIVEIRA & MELO NETO, 2006).

Além das particularidades ligadas ao contexto de seu surgimento e suas configurações históricas, a característica das incubadoras que merece maior destaque é o fato de partirem da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo para o enfrentamento do desemprego; em outras palavras, as incubadoras não adotam a visão clássica, via emprego. Dessa característica decorrem muitas de suas características e conforma, principalmente, sua metodologia de atuação: a metodologia de incubação.

A metodologia de incubação tem como base ser construída em coletivos de educadores e tomar vida na prática cotidiana com os grupos incubados. As incubadoras podem ser consideradas como “práticas formativas que visam a sustentabilidade e a autonomia do empreendimento” (VARANDA & BOCAYUVA, 2007, p. 39) com pressupostos metodológicos baseados em Paulo Freire. Em outras palavras, as incubadoras fomentam uma relação educativa, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, entre universidade e grupos populares que almejam a geração de trabalho e renda e que tem, a longo prazo, o objetivo de superar as desigualdades e injustiças no país. A partir desse pressuposto, no entanto, decorre muito mais uma diversidade de metodologias do que uma unidade. Como afirma Cruz (2002) existe uma enorme diversidade metodológica entre as incubadoras e, portanto, essa questão não pode ser compreendida sem que se leve em conta seu contexto de criação e atuação.

Um dos primeiros esforços para sistematizar a metodologia das incubadoras foi feito no Projeto Incubadores (2001), por meio de um convênio firmado pela Rede Unitrabalho com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) e com a participação da Rede de ITCPs. Em um texto produzido como resultado desse convênio, Kruppa & Sanchez (2002) refletem sobre as informações obtidas em 24 universidades. Os autores apontam, já naquela época, duas possibilidades de foco no processo de incubação: “nota-se nuances ou pesos diferenciados a dois objetivos, não excludentes entre si. Por um lado, a ênfase na organização democrática e solidária do mundo do trabalho e, por outro, a inserção no mercado formal de trabalho aliado à conquista de direitos

sociais” (KRUPPA & SANCHEZ, 2002, p. 7-8). Outra questão evidenciada pelos autores é a maneira como o conhecimento é tratado no processo de incubação, pois, embora essa questão não seja consenso, em diferentes relatos a aparece a “proposta de transferência de conhecimento e de tecnologia da Universidade para os grupos incubados” (p. 26). Debruçar-nos -emos sobre esse ponto nas próximas páginas.

AS ITCPS COMO INTEGRADORAS DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

Para Kruppa & Sanchez (2002), existiriam dois tipos de organização interna para a incubação: a) incubadoras organizadas em núcleos (pré-incubagem ou incubagem, por áreas do conhecimento) ou b) incubadoras organizadas por equipes multidisciplinares que acompanham todo o processo de incubagem. Esses dois tipos de estrutura estariam atrelados à maneira como a incubação se relaciona com o conhecimento, pois:

Enquanto a estruturação em núcleos parece proceder através de uma relação de “transferência de conhecimento”, e portanto de externalidade ao grupo incubado, a equipe que acompanha todo o processo provavelmente possui uma relação de corresponsabilidade com o grupo na incubação, uma vez que os laços de intimidade neste caso parecem ser mais fortes (KRUPPA & SANCHEZ, 2002, p. 34).

Essas duas questões – transferência de conhecimento e dicotomia entre formação política e viabilidade dos grupos incubados –, a nosso ver, seguem sendo centrais para as incubadoras. Esse debate sobre formação política versus viabilidade econômica é objeto de reflexão das incubadoras e dele decorre um tema central que é o papel da incubadora na busca da viabilidade dos empreendimentos incubados. Em alguma medida essa dicotomia parece ter sido superada e a incubação passa a ser centrada na viabilidade do grupo incubado. O que parece ter sucedido é que a ideia de viabilidade varia consideravelmente dependendo da incubadora. Algumas mostram ter aliado a formação política a esse tema e outras têm deixado o político de lado. Assim, a viabilidade pode ser entendida como sinônimo de viabilidade econômica ou como algo mais amplo, que inclui a geração de trabalho e renda, mas se alia à capacidade de articulação dos trabalhadores e trabalhadoras e ao enfrentamento de temas como autogestão, território, igualdade de gênero, acesso a direitos, etc.

Diante da tentativa de superar essa dicotomia, o tema da viabilidade do grupo incubado se aprofunda. Os dados sobre os grupos incubados parecem corroborar a necessidade de complexificar o papel das incubadoras na viabilidade dos mesmos e, com isso, adequar a metodologia de incubação a esse papel. Nessa perspectiva, já foram realizadas duas ava-

encomendadas pelo comitê gestor do Proninc (em 2003 feita pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e, em 2011, pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH). Na última avaliação, merecem destaque as recomendações apresentadas na avaliação feita pelo IADH em relação à atuação das incubadoras. Todas seguem caminhos mais materiais do que de qualificação: foco na captação de recursos e acesso a crédito, comercialização e acesso a mercados, assistência técnica específica e tecnologias adequadas às realidades, formação e assessoria em gestão administrativa, financeira e contábil e articulação com outras entidades e empreendimentos. Essas recomendações partem do reconhecimento da fragilidade dos empreendimentos e de que a sua sustentabilidade não depende apenas da incubação, em especial se for levado em consideração que “o contexto da economia capitalista que se caracteriza por enormes desigualdades de direitos e oportunidades” (SE-NAES, 2011, p. 266).

O segundo tema levantado por Kruppa & Sanchez (2002), e que continua atual, é a questão da relação entre o processo de incubação e o conhecimento. A avaliação do IADH cita como pressupostos da metodologia das incubadoras a construção coletiva do conhecimento e as ideias de Paulo Freire, crítico radical da transferência ou extensão de conhecimentos. Ainda assim, temática da transferência de conhecimento segue sendo amplamente utilizada para fundamentar a metodologia de incubação. O próprio estatuto da Rede de ITCP, em seu artigo 1º, afirma que a rede “é constituída por um conjunto de incubadoras vinculadas de forma interativa e dinâmica favorecendo a transferência de tecnologias e de conhecimentos” (REDE DE ITCPs, 1999).

A lista de exemplos dessa visão é grande. Apesar de alguns autores darem por superada essa questão, em um texto recente e representativo das incubadoras, a ideia aparece novamente, no qual as incubadoras “partem da ideia de que a universidade é um centro produtor de conhecimentos que necessitam ser postos à disposição da sociedade em geral, especialmente para as pessoas que não dispõem de recursos ou de apoio” (DUBEUX et al, 2011, p. 23, tradução nossa).

Uma das explicações para a manutenção da ideia de transferência de conhecimento e tecnologia pode ser a herança das incubadoras de empresas, e essa perspectiva evidencia uma contradição flagrante entre a metodologia de incubação fundamentada na transferência de conhecimento e os princípios da Economia Solidária. Em oposição à ideia de transferência de conhecimento, há aqueles que acreditam que é preciso, no processo educativo envolvido na incubação, uma troca de saberes que resulte na produção de novos conhecimentos e novas tecnologias. Singer (2005) contribui com esse debate ao argumentar que as pessoas que foram formadas no capitalismo precisam ser reeducadas e que “essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuem em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distri

buição” (SINGER, 2005, p.16). De forma similar, Cunha (2002) também explicita a discordância com essa ideia:

Os conhecimentos que o programa pode levar aos cidadãos que em geral não dispõem de acesso ou recursos não podem se destinar à reprodução de padrões técnicos ou relações políticas segundo modelos dominantes. A incubação de cooperativas exige uma difícil tarefa de reapropriação do conhecimento, e por isso a experiência dos grupos e cooperativas é vital – mas quase sempre a cultura que prevalece é a das relações fortemente dominadoras (...), e tudo isso vem relacionado a uma dimensão mais ampla, que é política (p. 153).

Nem sempre são evidentes os mecanismos que operam no sentido de produzir a exclusão de determinados grupos de processos de produção de bens, serviços, ou mesmo de conhecimento. Reconhecer sua existência, contudo, configura um primeiro passo fundamental no sentido de viabilizar uma reflexão crítica acerca do papel da universidade na construção de formas alternativas de produção, difusão e uso de conhecimentos que beneficiem também aos tradicionalmente excluídos. Um caminho absolutamente relevante, nesse sentido, é aquele desenhado pela extensão universitária.

No âmbito da extensão, a ideia de transferência de conhecimento não é novidade – e tampouco o é a crítica a essa noção. Ainda assim, tanto na extensão de maneira geral, quanto nas incubadoras, acreditamos que ela permanece. Nesse sentido, as ITCPs parecem atuar a partir de uma contradição: se por um lado apontam como missão possibilitar o acesso dos grupos populares ao conhecimento gerado na universidade, por outro afirmam que esse processo não pode ser uma imposição e que é preciso respeitar o saber popular e promover a troca de saberes. A pergunta que fica é: se a questão é o acesso ao conhecimento, isto é, a divulgação de conhecimentos acumulados na academia, como isso pode não ser uma imposição? Se partirmos do pressuposto que o conhecimento produzido pela academia é sempre legítimo e relevante, de que maneira ele pode ser questionado e modificado no processo de incubação e de relação com os grupos populares? Para que serviria o conhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras dentro dessa perspectiva? A partir da ideia de transferir conhecimento, o cerne da incubação seria fornecer algo que falta aos trabalhadores (consciência, conhecimento, autonomia).

Por isso, mais do que afirmar que o processo de incubação é dialógico e respeita o saber popular, é preciso enfrentar as dificuldades de um processo dialógico abertamente. Cuidado para não ser impositivo e motivação para autonomia dos trabalhadores não é suficiente. É preciso trocar experiências sobre a dificuldade em ser dialógico, é preciso entender como a hierarquia, as desigualdades de gênero, etc., permeiam o processo de educação popular.

Especialmente, é preciso buscar compreender de que maneira o conhecimento produzido na universidade colabora para uma relação desigual entre universitários e trabalhadores. Thiollent (2005) é um dos autores que nos lembram disso, ao afirmar que trabalhar com grupos po

pulares “trata-se de evitar uma série de armadilhas relativas aos riscos de imposição da visão tecnicista dos especialistas aos membros das comunidades” (THIOLENT, 2005, p. 172) e que “o técnico de mentalidade ‘quadrada’ querendo impor sua visão, a priori racional, tecnicista e supostamente superior à dos demais atores será de pouca valia” (-THIOLENT, 2005, p. 180) nessa tarefa. E completa dizendo que “uma ideia fundamental, embora já seja antiga, precisa ser reafirmada: a extensão não é transferência ou simples ‘transplante’ de conhecimento; ela é, antes de tudo, criação e compartilhamento” (THIOLENT, 2005, p. 185). Paulo Freire é um dos principais críticos da ideia de transferência de conhecimento, ou invasão cultural, no âmbito da extensão. Por isso, merece destaque a flagrante contradição percebida no fato das incubadoras apontarem como fundamento as ideias do renomado educador no trabalho que realizam com grupos populares e, posteriormente, caracterizar a relação entre universidade e trabalhadores como uma forma de viabilizar a transferência de conhecimentos.

A EXPERIÊNCIA DA ITCP/UNICAMP-LIMEIRA

A despeito das potencialidades acima descritas, experiências de relação entre as universidades e as comunidades presentes em seu entorno são, surpreendentemente, ainda pouco usuais no Brasil, onde ainda prevalecem o assistencialismo e o paternalismo no âmbito da extensão universitária. Partindo dessa percepção, criamos, em um dos campi da Unicamp, na cidade de Limeira, a ITCP/Unicamp-Limeira, pautada em uma perspectiva dialógica na qual conhecimentos e propostas são construídas coletivamente e com a ativa participação de indivíduos e grupos que serão por elas beneficiados.

Para além da materialização de “produtos” - empreendimentos incubados e tecnologias sociais desenvolvidas - o foco dessas intervenções serão os processos, esses, sim, vetores capazes de gerar inclusão social e produtiva, empoderamento das comunidades, criação de laços de cooperação e solidariedade e o enfrentamento das diferentes formas de opressão e preconceito que nascem das diferenças relacionadas a gênero, raça, crença, orientação sexual, etc.

Nesse sentido, o objetivo principal da ITCP/Unicamp-Limeira é apoiar a constituição e o desenvolvimento de empreendimentos solidários orientados para a geração de trabalho e renda em consonância com os princípios da autogestão e do cooperativismo, por meio da interação e da troca de saberes entre a comunidade, a universidade e o poder público.

Embora ainda jovem - a ITCP foi constituída no início de 2013 - ela já mostrou grande potencial enquanto catalisadora de processos reflexivos e formativos. De fato, até o momento consideramos que, em ge

ral, o projeto foi muito positivo. Temos construído uma identidade para a ITCP que esperamos preservar ao longo dos próximos anos. A equipe tem se qualificado para atuar no âmbito da Economia Solidária e temos gerado resultados significativos a partir das intervenções realizadas.

As decisões referentes ao projeto são pactuadas em reuniões, que usualmente ocorrem a cada duas semanas, e das quais participam os monitores e docentes ligados ao projeto. Buscamos observar a pluralidade de visões e temos procurado fugir da típica hierarquia professor-aluno, criando um ambiente de respeito e camaradagem, que tem contribuído para a boa execução do projeto.

Uma das principais inquietações que motivaram as reflexões a respeito da metodologia de incubação remete à percepção de que há um risco inerente às atividades de extensão comunitária desenvolvidas a partir da universidade: não raro, adota-se uma postura paternalista e voluntarista, de modo que a solução adotada para enfrentar um determinado problema parte em grande medida da própria universidade, ignorando os saberes, interesses e expectativas dos trabalhadores, empreendimentos ou comunidades. A partir dessa constatação, procuramos dar particular importância à identificação de problemas, para atuar de forma mais efetiva junto a eles. O aprendizado possibilitado até aqui pelo projeto tem nos mostrado que é possível utilizar para tanto metodologias democráticas de planejamento, como a Metodologia de Diagnóstico de Situações e o Planejamento Estratégico Situacional, que ainda podem ser adequados e traduzidos para se tornarem mais aderentes às intervenções no âmbito da Economia Solidária.

A partir da identificação de problemas, temos nos apoiado nos fundamentos da metodologia de incubação da ITCP Unicamp, campus de Campinas, cuja trajetória tem muito a ensinar. Buscamos construir as soluções de forma dialógica, em conjunto com os trabalhadores, procurando sempre aprender com essa experiência. Organizamos a atuação da equipe de modo que a intervenção venha acompanhada de aprendizado e reflexão. Assim, as ações têm sido desenvolvidas no “tempo escola” (marcado pela pesquisa, pela leitura, pelas discussões e reflexões) e no “tempo comunidade” (no qual se realizam as visitas aos empreendimentos e são implementadas as ações orientadas ao enfrentamento dos problemas identificados, com envolvimento dos trabalhadores). Esse equilíbrio entre ação e reflexão é, a nosso ver, fundamental para o fortalecimento das práticas desenvolvidas pela Incubadora. Assim, cria-se uma indissociabilidade de fato entre extensão, pesquisa e ensino, ancorada na primeira.

Por se tratar de uma incubadora nascente, constituída por uma equipe jovem e com pouco envolvimento prévio com a Economia Solidária, a metodologia de incubação teve que ser toda pensada e pactuada partindo de uma base muito incipiente. Estamos, portanto, em pleno processo de amadurecimento dessa metodologia. Entendemos, contudo, que esse processo tem sido muito rico – e certamente irá contribuir para uma efetivi

dade cada vez maior das ações desenvolvidas pela Incubadora ao longo dos próximos anos. Assim, encaramos a metodologia de incubação não apenas como um simples produto deste projeto, mas como um processo que gera aprendizados e mudanças nas práticas.

O principal resultado obtido até aqui é a qualificação dos monitores. Embora seja difícil mensurar esse resultado, observa-se que as pesquisas, discussões e atuação direta junto aos empreendimentos/coletivos têm contribuído em grande medida para uma mudança em termos de postura e de sensibilidade social. Também julgamos que temos alcançado resultados importantes ao lado dos empreendimentos/coletivos incubados, compatíveis com o tempo de execução do projeto.

O projeto soma-se ao conjunto de iniciativas em curso no Brasil, relacionadas à Economia Solidária, por um lado, e à extensão universitária, por outro. Sua realização permitiu um aprofundamento das reflexões teórico-conceituais e metodológicas acerca desses dois grandes temas e possibilitou, sobretudo, a identificação de experiências relevantes em Economia Solidária no município de Limeira. O envolvimento prático com tais experiências adicionou novos insumos, derivados da investigação de base empírica, às ideias anteriormente trabalhadas por docentes e estudantes envolvidos com o projeto.

Em uma perspectiva mais ampla, destacamos a importância do projeto enquanto iniciativa que articula atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de uma abordagem interdisciplinar. Nesse sentido, estimulou reflexões a respeito da importância de arranjos como este – que estimulam a produção de conhecimento teórico e aplicado a partir de problemáticas reais no entorno de uma universidade pública – para o avanço de práticas pedagógicas e de pesquisa no contexto universitário.

Diretamente, o projeto gerou contribuições importantes, sobretudo em termos de inovações de processos e em políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se o aprendizado acumulado ao longo do desenvolvimento das atividades do projeto, que permitiu avançar na concepção de metodologias de incubação. Em particular, a percepção de que as intervenções junto a comunidades e coletivos de trabalhadores exigem ferramentas de diagnóstico de problemas mais adequadas. Estamos, no momento, buscando desenvolver ferramentas desse tipo que contemplem os princípios da Economia Solidária, como a democratização das decisões e a ampliação da participação dos atores envolvidos.

Nesse sentido, destacamos também inovações relacionadas às políticas públicas. Na estreita relação desenvolvida entre a ITCP/Unicamp-Limeira e a Prefeitura de Limeira, novas possibilidades para as parcerias universidade-poder público têm se evidenciado. Por meio das atividades relacionadas ao projeto, a Incubadora tem mostrado que novas concepções de intervenção junto a comunidades e coletivos de trabalhadores são possíveis e desejáveis – e que, para potencializá-las, é preciso construir,

junto aos atores relevantes, novas formas de planejamento, intervenção, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a Economia Solidária.

Junto aos empreendimentos, também foi possível estimular novos arranjos e fortalecer vínculos sociais, contribuindo, assim, para o incremento do potencial produtivo da Economia Solidária em Limeira. Atuamos junto a mulheres agricultoras do Assentamento Elizabeth Teixeira, a mulheres do bairro Geada (e, posteriormente, de outras regiões da cidade) que ambicionavam produzir pães e doces, a trabalhadores da COOPERLII (cooperativa de catadores de materiais recicláveis) e a moradores da Vila Dignidade, também em Limeira. Em todos esses casos, a equipe trabalhou para aprimorar processos de gestão que poderão contribuir para o desenvolvimento desses empreendimentos e coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da experiência da ITCP/Unicamp-Limeira, notamos que a combinação entre as reflexões teórico-metodológicas e a prática oriunda da vivência e da atuação junto aos empreendimentos solidários e coletivos de trabalhadores gerou um rico processo de aprendizado. Foi de grande importância também a construção de acordos entre a equipe da Incubadora, pautados em um ambiente democrático, que mostraram aos estudantes a possibilidade de se trabalhar em estruturas de hierarquia horizontal, às quais muitos não estavam habituados.

Destacamos a importância do contato com a Economia Solidária, que permitiu a complementação do aprendizado dos estudantes, oriundos de cursos como Gestão de Empresas, Gestão de Políticas Públicas e Nutrição – nos quais conteúdos relacionados ao tema são escassamente tratados.

Devido a sua própria natureza, o projeto permitiu o intercâmbio de conhecimentos entre a universidade (representada por docentes e estudantes) e a comunidade (na figura dos empreendimentos solidários e coletivos de trabalhadores). Por um lado, ideias geradas a partir das reflexões da equipe da ITCP contribuíram para o avanço da gestão de empreendimentos da Economia Solidária. Por outro, o envolvimento com eles também agregou novos conhecimentos à equipe, conforme anteriormente destacado. Por fim, reconhecemos que o projeto desencadeou, como já destacado, um rico processo de aprendizado a toda a equipe nele envolvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. Redução da pobreza e dinâmicas locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (Org.). Acompanhamento e avaliação do programa nacional de incubadoras populares – Proninc: relatório dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: Fase, 2007.
- COIMBRA, Ana Livia de Souza; SOUZA, Marcela Braga de. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: revista trimestral de debate da Fase, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 112, p.4-15, 2007.
- COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de. Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- CRUZ, Antônio. Para construir uma pauta que nos ajude a pensar uma metodologia da incubação: Contribuição à metodologia do encontro nacional de pesquisa Incubadoras 2002 – Projeto Unitrabalho/ICCO, 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/251>>. Acesso em: 10 Mai 2012.
- CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002
- DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 112, p. 4-15, 2007.
- DUBEUX, Ana, et al. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: Forum Internacional de l'Economie Sociale et Solidaire, 2011, Montreal. Documents FIESS/RecherchePartenariale, 2011. p. 1-40.
- GUIMARÃES, Gonçalo; SALOMÃO, Inessa. Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: Características e instrumentos. Brasília/DF: ANPROTEC; SEBRAE, 2006.
- ITCP/UNICAMP. Empírica: caderno de metodologia. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2009.
- KRUPPA, Sonia M. Portela e SANCHEZ, Fabio José Becjara. Metodologia de Incubagem: uma tentativa de problematização. Relatório de Pesquisa (versão preliminar), São Paulo, 2002.
- SENAES. Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários (PRONINC): relatório final. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego; IADH, 2011.
- SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.
- SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sônia (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005.
- THIOLLENT, Michel. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In:
- LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 172-189.
- VARANDA, Ana Paula de Moura. Contribuições ao processo de institucionalização do Proninc. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 111, p.27-33, 2007.



Las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como vectores de integración entre saberes

The Technological Incubators of Popular Cooperatives as integration vectors between knowledge

Lais Silveira Fraga
Docente del Núcleo General Común, de la Facultad de Ciencias Aplicadas, Universidad Estadual de Campinas
lais.fraga@fca.unicamp.br

Rafael de Brito Dias
Docente do Núcleo General Común, de la Facultad de Ciencias Aplicadas, Universidad Estadual de Campinas
rafael.dias@fca.unicamp.br

RESUMEN

En este trabajo se analiza la relevancia de las ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – como estructuras capaces de generar procesos de reflexión y de formación pertinentes en el contexto de instituciones de educación superior (IES). Desarrollamos los argumentos de nuestra experiencia como coordinadores del ITCP de la Universidad Estatal de Campinas en la ciudad de Limeira, SP. Las incubadoras se pueden considerar áreas clave para el establecimiento de vínculos entre la universidad y la sociedad, centrándose en los segmentos de personas de bajos ingresos o grupos en situación de vulnerabilidad. Y más que eso, como estructuras que se pueden generar procesos de formación interdisciplinaria y que integran actividades de enseñanza e investigación socialmente referenciadas. De este modo, a través de los esfuerzos combinados de la intervención social y la reflexión, las ITCPs permiten a los profesores, estudiantes y empleados actuar con mayor eficacia en el cumplimiento de las exigencias y necesidades derivadas de su entorno social.

Palabras clave: extensión; incubadoras tecnológicas; Economía Solidaria.

ABSTRACT

This paper approaches the relevance of ITCPs – Technological Incubators of Popular Cooperatives – as structures capable of engendering relevant reflective and formative processes within Higher Education Institutions (IES). Therefore, we developed the argument from our experience as coordinators of the ITCP of the University of Campinas in the city of Limeira, SP. Incubators may be considered key spaces for building links between the university and society, favoring segments of the low-income population or groups in vulnerable situations. And, more than that, as structures in which interdisciplinary formative processes can be generated and that integrate socially referenced teaching and research activities. In this way, through combined efforts of social intervention and reflection, ITCPs allow researchers, students and university staff to form and to be trained to act more effectively in meeting the demands and needs arising from their social environment.

Keywords: extension; Technological incubators; Solidarity economy.

NOTAS INTRODUCTORIAS SOBRE LAS ITCPs EN BRASIL

Es en un contexto de movilización de diversos sectores de la sociedad frente de los recientes cambios en el mundo del trabajo y del resurgimiento de la alternativa del trabajo colectivo y de la autogestión (en la forma de asociaciones, cooperativas y grupos informales), que surgen las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). La experiencia es caracterizada como pionera en relación a la generación de trabajo y rienda.

Con intuito de unir el saber producido en la academia al cotidiano del trabajador informal, la Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de la Coppe/UFRJ, la primera ITCP, surge en 1995, potencializada por el agravamiento de las cuestiones sociales en el país (GUIMARÃES & SALOMÃO, 2006). Segundo Bocayuva (2001), el “desafío institucional de disponer el potencial de la universidad y sus conocimientos a servicio de las clases populares es el corte político principal de la propuesta: organizar y operar el saber formalizado y sistematizado en la dirección de la construcción de empresas sociales de carácter colectivo” (p. 1). A partir de esa experiencia, otras incubadoras fueron formadas en Juiz de Fora (UFJF), Pernambuco (UFRPE) y en São Paulo (USP); y, en 1997, ya había surgido en la Universidad Federal de Ceará (UFC) y en la Universidad Estadual de Bahía (UNEB).

Desde ahí, el número de incubadoras en el país creció rápidamente, hecho que puede ser explicado por la “eclosión del movimiento por la Economía Solidaria, en Brasil, que moviliza sindicatos, universidades, Iglesia y muchos otros sectores de la sociedad civil” (SINGER, 2000). En esa perspectiva, se puede comprender el surgimiento de la ITCPs como una respuesta de las universidades del país a los problemas sociales relacionados al trabajo y rienda “bajo la forma de colectivos de trabajadores en situación de desempleo, con vínculos precarios o en vulnerabilidad social que buscan soporte para el acceso al trabajo basado en relaciones diferentes del trabajo subordinado” (COIMBRA & SOUSA, 2007, p. 6).

El fenómeno se reprodujo rápidamente por las universidades brasileñas, principalmente a partir del apoyo del Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), siendo hoy más de 100 incubadoras por el país, organizadas en dos redes: la Unitrabalho y la Red Universitaria de ITCPs.

El surgimiento de las ITCPs tiene inspiración conceptual en las incubadoras de empresas, teniendo como principal diferencia el público atendido: empresas o grupos populares. Dubeux (2004) argumenta que la diferencia va más allá, pues las ITCPs introducen una nueva concepción de incubadora de empresas al modificar: a) el tipo de empresa apoyada (empresas capitalistas versus empresas cooperativas); b) público atendi

do (clase media y rica versus excluidos del punto de vista sociopolítico); e c) metodología de trabajo. Según el estatuto de la Red de ITCPs, las Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares tienen como finalidad dar soporte a la formación y al desarrollo de Cooperativas Populares y de la Economía Solidaria.

Por otro lado, las ITCPs tienen papel de destaque en el ámbito de dibujo de políticas públicas en el campo de Economía Solidaria por medio de iniciativas como “asesoría a la elaboración de legislaciones, montaje de cursos direccionados para gestores públicos y de la sociedad civil y apoyo en la formulación de políticas y programas para el sector” (VARANDA, 2007, p. 29). Por eso, se considera que las incubadoras sirven de modelo de acción de la universidad en el combate al desempleo y de combate a la exclusión social, promocionando acciones de inserción social a partir de la inserción económica (COSTA, OLIVEIRA & MELO NETO, 2006).

Además de las particularidades relacionadas al contexto de su surgimiento y sus configuraciones históricas, la característica de las incubadoras que merece más destaque es el hecho de partir de la hipótesis de la posibilidad del trabajo colectivo y autónomo para el enfrentamiento del desempleo; en otras palabras, las incubadoras no adoptan la visión clásica, vía empleo. De esa característica viene muchas de sus características y conforma, principalmente, su metodología y actuación: la metodología de incubación.

La metodología de incubación tiene como base ser construida en colectivos de educadores y tomar vida en la práctica cotidiana con los grupos incubados. Las incubadoras pueden ser consideradas como “prácticas formativas que visan la sustentabilidad y la autonomía del emprendimiento” (VARANDA & BOCAYUVA, 2007, p. 39) con premisas metodológicas basadas en Paulo Freire. En otras palabras, las incubadoras fomentan una relación educativa, fundamentada en las ideas de Paulo Freire, entre universidad y grupos populares que buscan la generación de trabajo y rienda y que tiene, a largo plazo, el objetivo de superar las desigualdades e injusticias en el país. A partir de esa premisa, sin embargo, viene mucho más una diversidad de metodologías que una unidad. Como afirma Cruz (2002) existe una enorme diversidad metodológica entre las incubadoras y, por lo tanto, esa cuestión no puede ser comprendida sin que se lleve en consideración su contexto de creación y actuación.

Uno de los primeros esfuerzos para sistematizar la metodología de las incubadoras fue hecho en el Proyecto Incubadores (2001), por medio de un convenio firmado por la Rede Unitrabalho con la Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) y con la participación de la Red de ITCPs. En un texto producido como resultado de ese convenio, Kruppa & Sanchez (2002) reflexionan sobre las informaciones obtenidas en 24 universidades. Los autores apuntan, ya en aquella época, dos posibilidades de foco en el proceso de incubación: “se

nota camadas o pesos diferenciados a dos objetivos, no excluyentes entre sí. Por un lado, la énfasis en la organización democrática y solidaria del mundo del trabajo y, por otro, la inserción en el mercado formal de trabajo aliado a la conquista de derechos sociales” (KRUPA & SANCHEZ, 2002, p 7-8). Otra cuestión evidenciada por los autores es la manera como el conocimiento es tratado en el proceso de incubación, pues, aunque esa cuestión no sea consenso, en distintos relatos aparece la “propuesta de transferencia de conocimiento y de tecnología de la Universidad para los grupos incubados” (p. 26). Vamos debruzarnos sobre ese punto en las próximas páginas.

LAS ITCPS COMO INTEGRADORAS DE CONOCIMIENTOS Y PRÁCTICAS

Para Kruppa & Sanchez (2002), existirían dos tipos de organización interna para la incubación: a) incubadoras organizadas en núcleos (pre-incubación o incubación, por áreas de conocimiento) o b) incubadoras organizadas por equipos multidisciplinares que acompañan todo el proceso de incubación. Esos dos tipos de estructuras estarían relacionadas a la manera como la incubación se relaciona con el conocimiento, pues:

Enquanto a estruturação em núcleos parece proceder através de uma relação de “transferência de conhecimento”, e portanto de externalidade ao grupo incubado, a equipe que acompanha todo o processo provavelmente possui uma relação de corresponsabilidade com o grupo na incubação, uma vez que os laços de intimidade neste caso parecem ser mais fortes (KRUPPA & SANCHEZ, 2002, p. 34).

Esas dos cuestiones – transferencia de conocimiento y dicotomía entre formación política y viabilidad de los grupos incubados –, desde nuestro punto de vista, siguen siendo centrales para las incubadoras. Ese debate sobre formación política versus viabilidad económica es objeto de reflexión de las incubadoras y de él viene un tema central que es el papel de la incubadora en la búsqueda de la viabilidad de los emprendimientos incubados. En alguna medida esa dicotomía parece haber sido superada y la incubación pasa a ser centrada en la viabilidad del grupo incubado. Lo que parece haber sucedido es que la idea de viabilidad varía considerablemente dependiendo de la incubadora. Algunas muestran haber aliado la formación política a ese tema y otras vienen dejando el político al costado. Así, la viabilidad puede ser entendida como sinónimo de viabilidad económica o como algo más amplio, que incluye la generación de trabajo y rienda, pero se alía a la capacidad de articulación de los trabajadores y trabajadoras y al enfrentamiento de temas como gestión propia, territorio, igualdad de género, acceso a derechos, etc.

Frente al intento de superar esa dicotomía, el tema de la viabilidad del grupo incubado se profundiza. Los datos sobre los grupos incubados parecen corroborar la necesidad de tornar más complejo el papel de las incubadoras en la viabilidad de ellos y, con eso, adecuar la metodología de incubación a ese papel. En esa perspectiva, ya fueron realizadas dos evaluaciones encomendadas por el comité gestor del Proninc (en 2003 hecha por la Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE y, en 2011, por el Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH). En la última evaluación, merecen destaque la recomendaciones presentadas en la evaluación hecha por el IADH en relación a la actuación de las incubadoras. Todas siguen caminos más materiales que de calificación: foco en la captación de recursos y acceso a crédito, comercialización y acceso a mercados, asistencia técnica específica y tecnologías adecuadas a las realidades, formación y asesoría en gestión administrativa, financiera y contable y articulación con otras entidades y emprendimientos. Esas recomendaciones parten del reconocimiento de la fragilidad de los emprendimientos y que su sustentabilidad no depende apenas de la incubación, en especial se es llevado en consideración que “el contexto de la economía capitalista que se caracteriza por enormes desigualdades de derechos y oportunidades” (SENAES, 2011, p. 266).

El segundo tema levantado por Kruppa & Sanchez (2002), y que continúa actual es la cuestión de la relación entre el proceso de incubación y el conocimiento. La evaluación del IADH cita como premisas de la metodología de las incubadoras la construcción colectiva del conocimiento y las ideas de Paulo Freire, crítico radical de la transferencia o extensión de conocimientos. Sin embargo, la temática de la transferencia de conocimiento sigue siendo ampliamente utilizada para fundamentar la metodología de incubación. El propio estatuto de la Red de ITCP, en su artículo primero, afirma que la red “es constituida por un conjunto de incubadoras vinculadas de forma interactiva y dinámica favoreciendo la transferencia de tecnologías y de conocimientos” (REDE DE ITCPs, 1999).

La lista de ejemplos de esa visión es grande. Pese que algunos autores dan por superada esa cuestión, en un texto reciente y representativo de las incubadoras, la idea aparece nuevamente, en lo cual las incubadoras “parten de la idea de que la universidad es un centro productor de conocimientos que necesitan ser puestos a la disposición de la sociedad en general especialmente para las personas que no disponen de recursos o de apoyo” (DUBEUX et al, 2011, p. 23)

Una de las explicaciones para la mantención de la idea de transferencia de conocimiento y tecnología puede ser la herencia de las incubadoras de empresas, y esa perspectiva evidencia una contradicción flagrante entre la metodología de incubación fundamentada en la transferencia de conocimiento y los principios de la Economía Solidaria. En oposición a la idea de transferencia de conocimientos, hay aquellos que

creen que es necesario, en el proceso educativo involucrado en la incubación, un cambio de saberes que resulte en la producción de nuevos conocimientos y nuevas tecnologías. Singer (2005) contribuye con ese debate al argumentar que las personas que fueron formadas en el capitalismo necesitan ser reducidas y que “esa reducción tiene que ser colectiva, ya que ella debe ser de todos los que accionan en conjunto la transición, de modo competitivo al cooperativo de producción y distribución” (SINGER, 2005, p. 16). De forma similar, Cunha (2002) también explicita la discordancia con esa idea:

Los conocimientos que el programa puede llevar a los ciudadanos que en general no disponen de acceso o recursos no pueden destinarse a la reproducción de patrones técnicos o relaciones políticas según modelos dominantes. La incubación de cooperativas exige una difícil tarea de reapropiación del conocimiento, y por eso la experiencia de los grupos y cooperativas es vital – pero casi siempre la cultura que prevalece es la de las relaciones fuertemente dominadores (...), y todo eso viene relacionado a una dimensión más amplia, que es política (p. 153).

No es siempre que son evidentes los mecanismos que operan en el sentido de producir la exclusión de determinados grupos de procesos de producción de bienes, servicios o de conocimiento. Reconocer su existencia, sin embargo, configura un primer paso fundamental en el sentido de viabilizar una reflexión crítica acerca del papel de la universidad en la construcción de formas alternativas de producción, difusión y uso de conocimientos que beneficien también a los tradicionalmente excluidos. Un camino absolutamente relevante, en ese sentido, es aquel dibujado por la extensión universitaria.

En el ámbito de la extensión, la idea de transferencia de conocimiento no es novedad – y tampoco la crítica a esa noción. Todavía así, tanto en la extensión de manera general, como en las incubadoras, creemos que ella permanece. En ese sentido, las ITCPs parecen actuar a partir de una contradicción: si por un lado apuntan como misión posibilitar el acceso de los grupos populares al conocimiento generado en la universidad, por otro afirman que ese proceso no puede ser una imposición y que es necesario respetar el saber popular y promocionar el intercambio de los saberes. La pregunta que queda es: si la cuestión es el acceso al conocimiento, o sea, la divulgación de conocimientos acumulados en la academia, ¿cómo eso puede no ser una imposición? Si partimos de la premisa que el conocimiento producido por la academia es siempre legítimo y relevante, ¿de qué manera puede ser cuestionado y modificado en el proceso de incubación y de relación con grupos populares? ¿Para qué serviría el conocimiento de los trabajadores y de las trabajadoras dentro de esa perspectiva? A partir de la idea de transferir conocimiento, el cimiento de la incubación sería fornecer algo que falta a los trabajadores (consciencia, conocimiento y autonomía).

Por eso, más que afirmar que el proceso de incubación es dialógico y respeta el saber popular, es necesario enfrentar las dificultades de un proceso dialógico abiertamente. Cuidado para no ser impositivo y que

la motivación para la autonomía de los trabajadores no sea suficiente. Es necesario intercambiar experiencias sobre la dificultad en ser dialógico, es necesario entender como la jerarquía, las desigualdades de género, etc., ultrapasan el proceso de educación popular.

Especialmente, es necesario buscar comprender de qué manera el conocimiento producido en la universidad colabora para una relación desigual entre universitarios y trabajadores. Thiollent (2005) es uno de los autores que nos recuerdan eso, al afirmar que trabajar con grupos populares “se trata de evitar una serie de trampas relativas a los riesgos de imposición de la visión técnica de los especialistas a los miembros de las comunidades” (THIOLLENT, 2005, p. 172) y que “el técnico de mentalidad ‘cuadrada’ queriendo imponer su visión, a priori racional, técnica y supuestamente superior a la de los demás actores será de poco valor” (THIOLLENT, 2005, p. 180) en esa tarea. Y completa diciendo que “una idea fundamental, aunque ya sea antigua, necesita ser reafirmada: la extensión no es transferencia o simple ‘trasplante’ de conocimiento; ella es, antes que nada, creación y compartida” (THIOLLENT, 2005, p. 185). Paulo Freire es uno de los principales críticos de la idea de transferencia de conocimiento, o invasión cultural, en el ámbito de la extensión. Por eso, merece destaque la flagrante contradicción percibida en el hecho de las incubadoras apuntaren como fundamento las ideas del renombrado educador en el trabajo que realizan con grupos populares y, posteriormente, caracterizar la relación entre universidad y trabajadores como una forma de viabilizar la transferencia de conocimientos.

LA EXPERIENCIA DE LA ITCP/UNICAMP-LIMEIRA

A despecho de las potencialidades arriba descriptas, experiencias de relación entre las universidades y las comunidades presentes en su alrededor son, sorprendentemente, todavía poco usuales en Brasil, donde todavía prevalecen el asistencialismo y el paternalismo en el ámbito de extensión universitaria. Partiendo de esa percepción, creamos, en uno de los campi de Unicamp, en la ciudad de Limeira, la ITCP/Unicamp-Limeira, pautada en una perspectiva dialógica en la cual conocimientos y propuestas son construidas colectivamente y con la activa participación de individuos y grupos que serán por ellas beneficiados.

Además de la materialización de “productos” – emprendimientos incubados y tecnologías sociales desarrolladas – el foco de esas intervenciones serán los procesos, eses, sí, vectores capaces de generar inclusión social y productiva, poder de las comunidades, creación de lazos

de cooperación y solidaridad y el enfrentamiento de diferentes formas de opresión y prejuicio que nacen de las diferencias relacionadas a género, raza, creencia, orientación sexual, etc.

En ese sentido, el objetivo principal de la ITCP/Unicamp-Limeira es apoyar la constitución y el desarrollo de emprendimientos solidarios orientados para la generación de trabajo y rienda en consonancia con los principios de gestión y del cooperativismo, por medio de la interacción y del intercambio entre la comunidad, la universidad y el poder público.

Aunque sea joven – la ITCP fue constituida en el inicio de 2013 – ella ya mostró gran potencial como catalizadora de procesos reflexivos y formativos. De hecho, hasta ahora consideramos que, en general, el proyecto fue muy positivo. Tenemos construido una identidad para la ITCP que esperamos preservar a lo largo de los próximos años. El equipo viene calificándose para actuar en el ámbito de la Economía Solidaria y generamos resultados significativos a partir de las intervenciones realizadas.

Las decisiones referentes al proyecto son establecidas en reuniones, que usualmente ocurren a cada dos semanas, y de las cuales participan los monitores y docentes relacionados al proyecto. Buscamos observar la pluralidad de visiones y buscamos huir de la típica jerarquía profesor-alumno, creando un ambiente de respeto y compañerismo que tiene contribuido para la buena ejecución del proyecto.

Una de las principales agitaciones que motivaron las reflexiones a respeto de la metodología de incubación remete a la percepción de que hay un riesgo inherente a las actividades de extensión comunitaria desarrolladas a partir de la universidad: no raro, se adopta una postura paternalista y voluntarista, de modo que la solución adoptada para enfrentar un determinado problema parte en gran medida de la propia universidad, ignorando los saberes, intereses y expectativas de los trabajadores, emprendimientos o comunidades. A partir de esa constatación, buscamos dar particular importancia a la identificación de problemas, para actuar de forma más efectiva junto a ellos. El aprendizaje posibilitando hasta aquí por el proyecto nos tiene enseñado que es posible utilizar para tanto metodologías democráticas de planeamiento, como la Metodología de Diagnostico de Situaciones y Planeamiento, como Metodología de Diagnostico de Situaciones y Planeamiento Estratégico Situacional, que todavía pueden ser adecuados y traducidos para convertirse más adherentes a las intervenciones en ámbito de la Economía Solidaria.

A partir de la identificación de problemas, tenemos nos apoyado en los fundamentos de la metodología de incubación de la ITCP Unicamp, campus de Campinas, cuya trayectoria tiene mucho a enseñar. Buscamos construir las soluciones de forma dialógico, en conjunto con los trabajadores, buscando siempre aprender con esa experiencia. Organizamos la actuación del equipo de modo que la intervención venga acompañada de aprendizaje y reflexión. Así, las acciones viene siendo desarrolladas

en el “tiempo escuela” (marcado por la investigación, por la lectura, por las discusiones y reflexiones) y el “tiempo escuela” (en el cual se realizan las visitas a los emprendimientos y son implementadas las acciones orientadas al enfrentamiento de los problemas identificados, con involucramiento de los trabajadores). Ese equilibrio entre acción y reflexión es, a nuestro punto de vista, fundamental para el fortalecimiento de las prácticas desarrolladas por la Incubadora. Así, se crea una unidad entre extensión, investigación y enseñanza, ancorada en la primera.

Por tratarse de una incubadora naciente, constituida por un equipo joven y con poco involucramiento previo con la Economía Solidaria, la metodología de incubación tuvo que ser toda pensada y de acuerdo partiendo de una base muy incipiente. Estamos, por lo tanto, en pleno proceso de madurez de esa metodología. Entendemos, también, que ese proceso tiene sido muy rico – y ciertamente ira contribuir para una efectividad cada vez más grande de las acciones desarrolladas por la Incubadora a lo largo de los próximos años. Así, encaramos la metodología de incubación no solo como un simple producto de este proyecto, pero como un proceso que genera aprendizaje y cambios en las prácticas.

El principal resultado obtenido hasta aquí es la calificación de los monitores. Aunque sea difícil medir ese resultado, se observa que las investigación, discusiones y actuación directa junto a los emprendimientos/colectivos tiene contribuido en gran medida para un cambio en términos importantes al lado de emprendimientos/colectivos incubados, compatibles con el tiempo de ejecución del proyecto.

El proyecto se suma al conjunto de iniciativas en curso en Brasil, relacionadas a la Economía Solidaria, por un lado, y a la extensión universitaria, por otro. Su realización permitió una profundización de las reflexiones teórico-conceptuales y metodológicas acerca de esos dos grandes temas y posibilitó, sobretudo, la identificación de experiencias relevantes en Economía Solidaria en el municipio de Limeira. El involucramiento práctico con tales experiencias agregó nuevos insumos, derivados de la investigación de base empírica, las ideas anteriormente trabajadas por docentes y estudiantes involucrados con las proyecto.

En una perspectiva más amplia, destacamos la importancia de proyecto mientras iniciativa que articula actividades de enseñanza, investigación y extensión, por medio de un abordaje interdisciplinar. En ese sentido, estimuló reflexiones a respecto de la importancia de combinaciones como este – que estimulan la producción de conocimiento teórico y aplicado a partir de problemáticas reales en el entorno de una universidad pública – para el avance de prácticas pedagógicas y de investigación en el contexto universitario.

Directamente, el proyecto generó contribuciones importantes, sobretudo en términos de innovaciones de proceso y en políticas públicas. En ese sentido, se destaca el aprendizaje acumulado a lo largo del desarrollo de las actividades del proyecto, que permitió avanzar en la con

cepción de metodologías de incubación. En particular, la percepción de que las intervenciones junto la comunidad y colectivos de trabajadores exigen herramientas de diagnósticos problemas más adecuadas. Estamos, en el momento, buscando desarrollar herramientas de ese tipo que contemplen los principios de la Economía Solidaria, como la democratización de las decisiones y la ampliación de la participación de actores involucrados.

En ese sentido, destacamos también innovaciones relacionadas a las políticas públicas. En la estrecha relación desarrollada entre la ITCP/Unicamp-Limeira y la Municipalidad de Limeira, nuevas posibilidades para las cooperaciones universidad-poder público tiene evidenciado. Por medio de las actividades relacionadas al proyecto, la Incubadora tiene enseñado que nuevas concepciones de intervenciones junto a comunidades y colectivos de trabajadores son posibles y deseables – y que, para potencializarlas, es necesario construir, junto a los actores relevante, nuevas formas de planeamiento, intervención, atención y evaluación de políticas para la Economía Solidaria.

Junto a los emprendimientos, también fue posible estimular nuevos arreglos y fortalecer vínculos sociales, contribuyendo, así para el incremento del potencial productivo de la Economía Solidaria en Limeira. Actuamos junto a mujeres, agricultoras de Asentamiento Elizabeth Teixeira, a mujeres del barrio Geada (e, posteriormente, de otras regiones de la ciudad) que ambicionaban producir panes y dulces, a trabajadores de la COOPERLII (cooperativa de catadores de materiales reciclables) y los vivientes de la Vila Dignidad, también en Limeira. En todos esos casos, el equipo trabajó para mejorar procesos de gestión que podrán contribuir para el desarrollo de esos emprendimientos y colectivos.

CONSIDERACIONES FINALES

Por medio de experiencia de la ITCP/Unicamp-Limeira notamos que la combinación entre las reflexiones teórico-metodológicas y la práctica oriunda de la vivencia y de la actuación junto a los emprendimientos solidarios y colectivos de trabajadores generaron un rico proceso de aprendizaje. Fue de gran importancia también la construcción de acuerdos entre el equipo de la Incubadora, pautados en un ambiente democrático, que mostraron a los estudiante la posibilidad de trabajarse en estructuras de jerarquía horizontal, a las cuales muchos no estaban habituados.

Destacamos la importancia del contacto con la Economía Solidaria, que permitió la complementación de aprendizaje de los estudiantes, oriundos de cursos como Gestión de Empresas, Gestión de Políticas Pú-

blicas y Nutrición – en los cuales relacionados al tema son escasamente tratados.

Debido a su propia naturaleza, el proyecto permitió el intercambio de conocimientos entre la universidad (representada por docentes y estudiantes) y la comunidad (en la figura de los emprendimientos solidarios y colectivos de trabajadores). Por un lado, ideas generadas a partir de las reflexiones del equipo de la ITCP contribuyeron para el avance de la gestión de emprendimientos de la Economía Solidaria. Por otro, el involucramiento con ellos también agregó nuevos conocimientos al equipo, conforme anteriormente destacado. Por fin, reconocemos que el proyecto desencadenó, como ya destacado, un rico proceso de aprendizaje a todo el equipo en ello involucrado.

REFERÊNCIAS

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. Redução da pobreza e dinâmicas locais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca; VARANDA, Ana Paula de Moura (Org.). Acompanhamento e avaliação do programa nacional de incubadoras populares – Proninc: relatório dos seminários e oficinas. Rio de Janeiro: Fase, 2007.

COIMBRA, Ana Livia de Souza; SOUZA, Marcela Braga de. Princípios e ações em economia solidária: a Intercoop/UFJF e o cooperativismo popular com egressos do sistema penitenciário de Juiz de Fora/MG. Proposta: revista trimestral de debate da Fase, Rio de Janeiro, ano. 31, n. 112, p.4-15, 2007.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda Carvalho de; MELO NETO, José Francisco de. Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

CRUZ, Antônio. Para construir uma pauta que nos ajude a pensar uma metodologia da incubação: Contribuição à metodologia do encontro nacional de pesquisa Incubadoras 2002 – Projeto Unitrabalho/ICCO, 2002. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/251>>. Acesso em: 10 Mai 2012.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002

DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 112, p. 4-15, 2007.

DUBEUX, Ana, et al. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil. In: Forum Internacional de l'EconomieSociale et Solidaire, 2011, Montreal. Documents FIESS/RecherchePartenariale, 2011. p. 1-40.

GUIMARÃES, Gonçalo; SALOMÃO, Inessa. Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: Características e instrumentos. Brasília/DF: ANPROTEC; SEBRAE, 2006.

ITCP/UNICAMP. Empírica: caderno de metodologia. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2009.

KRUPPA, Sonia M. Portela e SANCHEZ, Fabio José Becjara. Metodologia de Incubagem: uma tentativa de problematização. Relatório de Pesquisa (versão preliminar), São Paulo, 2002.

SENAES. Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários (PRONINC): relatório final. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego; IADH, 2011.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sônia (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005.

THIOLLENT, Michel. Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários. In:

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 172-189.

VARANDA, Ana Paula de Moura. Contribuições ao processo de institucionalização do Proninc. Proposta: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 111, p.27-33, 2007.



A participação das comunidades tradicionais de terreiro no campo da saúde

The participation of traditional “terreiro” communities in the field of health

Ana Clara Franco
Graduada em Psicologia por UFMG

Gabriella Andreatta dos Santos
Graduada em Psicologia por UFMG
gandreatta@live.com

Walter Aristóteles Oliveira Miez
Psicólogo clínico, graduado em Psicologia por UFMG
waltermiez@gmail.com

Sônia Regina Corrêa Lages
Profesora doctora en Psicosociología de Comunidades, por UFRJ. Docente de grado y posgrado en Ciencia de la Religión, UFJF
soniarclages@gmail.com

RESUMO

Este trabalho relata as atividades de extensão que consideraram a participação das comunidades tradicionais de terreiro no campo da saúde. As religiões de matriz africana são reconhecidas por atuarem, historicamente, em prol dos cuidados com o corpo, o qual é considerado uma unidade que integra, também, a mente e a espiritualidade. Esse campo religioso tem sido espaço de inclusão para uma parte da população que não se sente acolhida pelo sistema público de saúde, e que, em sua maioria, é negra. As referidas atividades procuraram: promover a visibilidade dos saberes e práticas desses coletivos para com a saúde; combater o preconceito contra o campo religioso afro-brasileiro; levar para a academia o debate sobre o tema; propiciar o diálogo entre as diferentes áreas de saber; valorizar e reconhecer positivamente as referidas expressões culturais e combater o racismo institucional na saúde.

Palavras-chave: saúde; população negra; religiões afro-brasileiras; racismo.

ABSTRACT

This paper reports extension activities that consider the participation of traditional “terreiro” communities in the health field. African-born religions are recognized for historically acting in favor of care for the body, which is considered to be a unity that also integrates mind and spirituality. This religious field has been a space of inclusion for a part of the population that does not feel welcomed by the public health system, which is mostly black.

These activities aimed: to promote the visibility of those collectivities’ knowledge and practices on health; to combat prejudice against the African-Brazilian religious field; to debate the subject academically; to facilitate the dialogue between different areas of knowledge; to value and positively recognize such cultural expressions, and to combat institutional racism in health.

Keywords: health; black population; afro-Brazilian religions; racism.

INTRODUÇÃO

O modelo de uma Medicina tradicional voltada unicamente para os processos biológicos e físicos, desconsiderando os contextos sócio-histórico-culturais dos sujeitos, a falta de participação desses nos processos saúde-doença, a saúde pública deficitária com grande espera para o acesso a atendimentos e tratamentos, isso quando os têm, dentre outras condições, favorece a procura por meios alternativos de tratamento das enfermidades por diferentes segmentos sociais (CASTILHOS, 2003). Além disso, no Brasil, apesar da Constituição Federal, artigo 196, assegurar a saúde como direito universal, garantida então a todas as pessoas, a situação é diferente quando se considera o recorte racial, com graves prejuízos à população negra (OLIVEIRA, 2002; SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2004).

As políticas públicas de saúde, voltadas para a população negra, só foram efetivadas de maneira mais abrangente a partir do ano de 2001, na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban na África do Sul. Porém, apesar da aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, com o intuito de “combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra” (2007, p. 9), os estudos demonstram que esse investimento ainda é pouco, visto a necessidade de uma atenção especial a essa parcela da população, além da dificuldade do Estado em estabelecer ações efetivas que possam vir a modificar essa situação.

Oliveira (2002) faz uma sistematização das doenças ou condições que afetam de maneira mais específica a população afrodescendente, quais sejam: hipertensão arterial, diabetes tipo II, anemia falciforme, miomas uterino, dentre outras. Para a autora,

[...] a desatenção ou a omissão do reconhecimento do recorte/racial étnico em tais doenças ou negar-lhes a condição de doença racial/étnica tem sido, historicamente, a base sobre a qual as posturas racistas têm tradicionalmente trabalhado para negar assistência adequada à saúde da população negra, assim como explica a raridade do investimento dos governos e da indústria farmacêutica nas pesquisas de tratamentos apropriados. Embora ‘sejam poucas’ (e de fato são) as doenças que podem ser catalogadas como raciais ou étnicas, porém na população negra tais doenças atingem precocemente um número expressivo de pessoas e suas decorrências na morbimortalidade em si já justificariam uma atenção especial. Além disso, todas elas são doenças que têm uma interferência muito íntima na saúde reprodutiva da mulher negra e na diminuição da vida produtiva de negros em geral (p. 97).

Reforça essa situação, o racismo institucional na saúde — reconhecido inclusive pelo Ministério da Saúde — contribui com os processos de exclusão e discriminação que afetam uma parcela significativa da população de forma específica. Indo além das relações interpessoais, do âmbito privado, o racismo institucional interfere nos planos e metas de instituições e organizações governamentais, o que

reflete diretamente na saúde da população negra, contribuindo para a diminuição da sua expectativa e qualidade de vida, evidenciado nas altas taxas de mortalidade materna e infantil. (FIGUEROA, 2004).

Diante do desafio que se coloca no campo da Saúde da População Negra para alcance da equidade em saúde, cabe reforçar a importância das comunidades tradicionais de terreiro como espaços promotores de saúde, o que é reconhecido pelo Ministério da Saúde, pela OMS — Organização Mundial da Saúde, e pelo SUS, solicitando, inclusive, a cooperação entre esses diferentes saberes e práticas. (SILVA, 2007; SERRA et al, 2010; GOMES, 2010; Rios et al, 2013; SOUZA et al, 2014; MOTTA, 2011; MELLO; OLIVEIRA, 2013; LAGES, 2010 e 2012).

É a partir desse contexto que apresentamos as atividades de extensão que fizeram parte de um projeto de pesquisa mais amplo e que objetivou, a partir do conceito de tradução cultural de Boaventura Santos (2008), criar zonas de diálogo entre os saberes da Medicina hegemônica e os das comunidades tradicionais de terreiro sobre a saúde. As referidas atividades foram promovidas e realizadas por uma universidade pública federal.

AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO COMO ESPAÇOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

A concepção de saúde e adoecimento, na tradição africana, está assentada numa visão que integra diferentes âmbitos do humano, abrangendo seu corpo físico, sua mente, sua espiritualidade e, ainda, suas experiências sociais, históricas e culturais. Os procedimentos terapêuticos se baseiam numa cosmovisão mítica e religiosa do mundo e do ser humano, fazendo uso de plantas medicinais, rezas, acolhimento, escuta e orientações para o tratamento das enfermidades (OLIVEIRA, 2002; COSTA-ROSA, 2008; ALVES; SEMINOTTO, 2009; MOTTA, 2011; Mello; OLIVEIRA, 2013; LAGES, 2010 e 2012). Tais saberes e práticas, segundo Lages (2012), estão presentes no campo das religiões afro-brasileiras, que recebem diferentes denominações conforme sua localização geográfica: Candomblé e Umbanda (presentes em todos os estados brasileiros), Tambor de Mina (Maranhão), Pajelança (Amazônia), Terecô (Maranhão), Encantaria (Piauí e Maranhão), Batuque (Rio Grande do Sul), Omoloko (Rio de Janeiro, Minas e São Paulo), entre outros.

Assim, a busca por equilíbrio e o cuidado com o corpo físico confere às comunidades tradicionais de terreiro uma aproximação com

a política de integralidade em saúde do SUS, que abrange o processo de adoecimento como consequência da combinação de causas sociais e culturais, o que vai além do conhecimento médico científico que desconsidera tais esferas. Nesse sentido, afirma Lages (2012):

[...] os procedimentos terapêuticos utilizados nos terreiros – os chás, as ervas, a água, a crença em entidades sobrenaturais, a escuta das entidades, o acolhimento dos médiuns e cambones e a visão integralizada da saúde, condizem com o que é preconizado pela Organização Mundial da Saúde (LAGES, 2012, p. 409).

Por serem compostos, em sua grande maioria, pela população negra, os terreiros efetivam-se como espaços importantes de enfrentamento ao racismo e às doenças que atingem essa parcela da população, além de fortalecer os laços sociais e o sentimento de pertença e afirmação identitária.

MÉTODO

O referido projeto de pesquisa interface com a extensão, realizado de 2012 a 2014, procurou colocar em diálogo três diferentes instâncias: a acadêmica (interinstitucional), a comunitária (comunidades tradicionais de terreiro) e a política (instituições públicas de promoção da pessoa negra, da saúde, e de combate ao racismo). Para tanto, foram feitas parcerias entre essas diferentes instâncias.

As atividades de extensão incluíram: colóquio, roda de conversa e oficinas; visita às comunidades tradicionais de terreiro e participação em eventos científicos. No presente artigo, serão apresentadas aquelas que se incluem na categoria de eventos, e que foram realizadas entre o período de 2013 a 2014. O referido projeto foi finalizado em 2015.

Fez-se uso, também, do Facebook como tecnologia comunicativa para divulgação de informações e eventos sobre o tema da extensão.

O RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO

A primeira fase das atividades de extensão teve início com a criação de uma página no Facebook que objetivou a divulgação de eventos e atividades organizados pelo projeto e pelos parceiros; das imagens e vídeos das atividades de extensão e de reportagens e vídeos sobre a temática.

Em seguida, teve início a formação de uma rede de parceiros, que incluiu pessoas afiliadas a religiões afro-brasileiras, representantes de instituições públicas ligadas às políticas públicas de saúde, de promoção da igualdade racial do município, e ainda parcerias interinstitucionais, que foram imprescindíveis para a realização da extensão. Registramos, então, a importância do CPIR — Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial; do NUPAD —, do Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico, órgão complementar da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e do CEHMOB — Centro de Educação e Apoio para Hemoglobinopatias, extensão da Faculdade de Medicina da UFMG, que tem como principal meta promover atenção integral à pessoa com doença falciforme em todo o Estado, provendo informação, educação e apoio assistencial.

O primeiro evento realizado foi o I Colóquio em Psicologia, Religiões Afro-Brasileiras e os Sentidos da Diáspora no Atlântico Negro, que pretendeu apresentar para a comunidade acadêmica o campo religioso afro-brasileiro a partir de sua configuração histórica, pontuando sua construção como um movimento de resistência cultural, estreitamente ligado à diáspora negra no Brasil e às opressões sofridas pelo povo africano no país. O referido colóquio foi realizado em 26/09/2013, contando com cento e dez participantes, entre estudantes, professores, pessoas afiliadas às comunidades de terreiro e também com suas lideranças.

Para a mesa de debates, coordenada pela coordenadora do projeto de extensão, foram convidados uma liderança de terreiro de Candomblé de Angola, que apresentou a genealogia da religião desde a África até o Brasil, e uma pessoa afiliada a um terreiro de Umbandaime, que apresentou os orixás a partir dos orikis, que são poesias, orações ou saudações aos ancestrais ou orixás.

O debate girou em torno do desconhecimento das pessoas, de uma forma geral, do que são as religiões afro-brasileiras, e do preconceito que elas recebem por parte de vários segmentos sociais; e também a ausência de uma disciplina que discuta o campo religioso no Brasil. A falta de informação sobre esse tema, nas escolas, acaba abrindo espaço para construções preconceituosas veiculadas através da mídia e de outras instituições religiosas com perfil fundamentalista. Nesse sentido, cabe registrar aqui a repercussão do evento na universidade, quando alguns cartazes foram arrancados e jogados em lixeiras.

A segunda ação aconteceu através da parceria com a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) da Prefeitura de Belo Horizonte, e foi intitulado: “Diálogo com as Religiões de Matriz Africana: saberes ecológicos tradicionais e comunidades tradicionais de terreiro - identidade e afirmação.” O evento foi realizado no dia 19/11/2013, no auditório da secretaria de promoção à saúde na região central de Belo Horizonte, contando com a participação de oitenta pessoas, en-

tre estudantes e comunidade religiosa. Na mesa estiveram presentes a coordenadora do CPIR, a professora coordenadora do projeto de extensão, e duas pessoas representantes do Candomblé de Angola e do Ketu. O conteúdo das palestras girou em torno da importância da natureza para as religiões afro-brasileiras; das lutas pelo reconhecimento das identidades afro-brasileiras, de sua cultura, tradições, memória, saberes e fazeres; e dos terreiros como territórios de promoção e cuidado com a saúde, entendendo saúde de uma maneira ampliada, que engloba as esferas física, mental e espiritual.

Algumas questões foram destacadas nas discussões: a quase ausência de terreiros no centro da cidade, com o seu deslocamento para as periferias; a dificuldade da continuidade da tradição oral e do conhecimento sobre as plantas, ervas, chás, e seus efeitos na saúde das pessoas; a diminuição da participação dos jovens nesse campo religioso; a indiferença da academia em relação a esse campo.

Em 24/09/2014, aconteceu o “II Colóquio em Psicologia e Religiões Afro-Brasileiras: corpo e saúde”, num auditório da universidade, contando com a presença de noventa e oito pessoas. O debate centrou-se na participação das comunidades tradicionais de terreiro na área da saúde, com ênfase na saúde da população negra. A mesa foi composta pela coordenadora do evento e dois convidados, que além de serem afiliados ao Candomblé, são profissionais de saúde, uma atuando na área da saúde pública e também no movimento social negro, e o outro, na Psicologia Clínica.

A coordenadora da mesa chamou a atenção para o reconhecimento do Ministério da Saúde e da OMS — Organização Mundial da Saúde — quanto aos terreiros como espaços que contribuem para a promoção da saúde, o que está expresso em documentos, e também para o acolhimento, escuta atenciosa e apoio psicológico, que a entidade do Preto-Velho na Umbanda confere aos filhos de santo, comportamento esse, alinhado com as políticas de humanização do SUS, constantes no programa “HumanizaSUS”. A palestrante apontou para a possibilidade de diálogo, que apesar de diferentes, possuem, no sentido de Boaventura Santos (2008), uma zona de contato, algo em comum — o cuidado com a saúde. Ela ressaltou, ainda, que as desigualdades raciais impactam na saúde da população negra, e que aquelas comunidades religiosas possuem um papel fundamental no combate aos preconceitos, na educação em saúde, e na participação do controle social da saúde, uma vez que os terreiros recebem, em sua grande maioria, os coletivos negros.

Nesse mesmo sentido, a fala do psicólogo convidado reforçou as positivities dos procedimentos terapêuticos realizados, enfatizando o aconselhamento que é dado pelos guias espirituais, momento de amparo, de escuta, de disposição ao outro. E, ainda, que os referidos procedimentos não impedem o sacerdote de orientar as pessoas que

também procuram os saberes da Medicina, o que demonstra a possibilidade de uma interlocução, uma posição de humildade, de um saber que não se sabe tudo. Essa via de tratamento para as doenças continua não sendo bem vista pela sociedade, por isso o caminho de interlocução ainda está sendo construído. Uma abertura do encontro com o outro precisa acontecer para que haja um reconhecimento desses lugares como promotores de saúde.

Outra contribuição veio da palestrante convidada que integra a coordenação nacional das entidades negras, dizendo que a concepção de saúde dos terreiros, além de incluir o físico, espiritual e mental, também resgata outras dimensões, a cultural e a social. Segundo ela, há uma procura dos terreiros pela população carente que está localizada nas suas redondezas, antes mesmo da procura pelos postos de saúde. Muitos dos sacerdotes que são agentes acolhedores dessas comunidades estão em diálogo com a construção de políticas públicas, ocupando lugares em conselhos municipais e outras representações. Para além do território das religiões de matriz africana, esses agentes têm ocupado lugares estratégicos do controle social das políticas públicas.

Afirma, ainda, que a partir dessa participação, foram surgindo políticas públicas em forma de portarias voltadas especificamente para a população negra, também reconhecendo, instrumentalizando, e regulamentando o uso de ervas que são utilizadas nas comunidades de terreiro. Por isso, é importante o diálogo entre a academia, as comunidades tradicionais e o âmbito das políticas, a fim de que cada vez mais a população negra seja melhor assistida no campo da saúde. Uma construção extremamente relevante nesse sentido é o Decreto 6040 de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que promove mais uma vez o diálogo e visibilidade dos saberes das comunidades tradicionais. Essas políticas mostram como as comunidades estão se unindo para construção de saídas no âmbito das leis, ocupando espaços de extrema importância, promovendo e disseminando um saber que provém da convivência, da oralidade e da solidariedade que é tão comum aos povos de terreiro.

Em seguida, em 30/05/2014, foi realizado o “Fórum de debates: racismo institucional”, promovido pelo CEEHMOB/NUPAD/UFMG, para um público de cento e setenta pessoas, tendo como público-alvo empregados de instituições públicas de saúde, comunidade e estudantes. O evento contou com o apoio de várias instituições, como o Ministério da Saúde, SUS, Fundação Hemominas e a Prefeitura de Belo Horizonte. O objetivo foi o de colocar em debate a saúde da população negra no país e no município de Belo Horizonte, com ênfase na anemia falciforme. O evento incluiu várias palestras e oficinas sobre a temática, e três delas ficaram sob a responsabilidade da professora coordenadora do projeto de extensão. As oficinas refletiram sobre o preconceito

étnico-racial no Brasil, incluindo também as religiões afro-brasileiras tanto como alvo desses preconceitos como possíveis espaços de educação em saúde e prevenção de doenças.

Também em parceria com o NUPAD/UFMG, foi realizado, no dia 19/09/2014, o “I Encontro Mineiro de Agentes Comunitários da Saúde”. Esse evento teve como objetivo o treinamento de ACS — Agentes Comunitários de Saúde, do Estado de Minas Gerais, sobre a saúde da população negra e a anemia falciforme. Com a participação de trezentas pessoas, o evento também recebeu o apoio de várias instituições públicas de saúde, incluindo as esferas federal, estadual e municipal. Novamente nossa participação foi na direção de uma oficina que discutiu com os agentes comunitários de saúde, através da técnica da dramatização, as dificuldades encontradas nas visitas domiciliares, com referência à diversidade religiosa vivida pelas famílias, e suas diferentes concepções de saúde e doença.

Finalizando, em 19/11/2014 foi realizada a “Roda de Conversa sobre as Comunidades de Matriz Africana e Quilombos”, aberta para a comunidade acadêmica e pessoas afiliadas às religiões afro-brasileiras, promovida pelos estudantes do Departamento de Ciências Sociais da universidade. Na ocasião, a professora coordenadora do projeto de extensão falou sobre a importância histórica e cultural das comunidades tradicionais de terreiro no campo da saúde, e sobre as dificuldades de o tema ser tratado no meio acadêmico. A roda de conversa trouxe também as contribuições de mais três pessoas vinculadas a terreiros de Candomblé e uma liderança quilombola do Estado de MG, que pontuaram os conhecimentos das referidas comunidades e dos preconceitos que as crianças e jovens sofrem no ambiente escolar, ao assumirem suas crenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de extensão constituíram um espaço de reflexão, de visibilidade, de educação e de promoção do reconhecimento das comunidades tradicionais de terreiro, tanto no que diz respeito aos seus saberes e fazeres sobre a saúde como no que se refere à constituição de suas identidades e o preconceito que sofrem no Brasil. O tema foi articulado com o campo da Saúde da População Negra, e a desigualdade na saúde.

Nos colóquios realizados no ambiente universitário, ficou claro o desconhecimento sobre o campo religioso afro-brasileiro e a ausência de disciplinas que versem sobre religião, mesmo apesar de ela estar presente na bancada dos congressos; na pauta dos programas de governo, quando se discute a laicidade do Estado; no crescimento verti

ginoso de igrejas e nas políticas públicas que criaram o ensino religioso nas escolas públicas, eentre outros.

Outro fato que chamou a atenção foi a dificuldade para o diálogo entre as lideranças de terreiro, principalmente entre os de candomblé e umbanda, e o pouco interesse de levar para os terreiros posicionamentos com um viés mais político, o que dificulta a formação de redes de solidariedade e de movimentos para o reconhecimento das contribuições dessas comunidades. No entanto, existem sujeitos fortemente comprometidos e com ampla participação nos conselhos de saúde, nas entidades representativas do movimento negro e de mulheres, e que colocam em debate a necessidade do fortalecimento das redes sociais, apesar de formarem um pequeno grupo.

Quanto aos profissionais de saúde que participaram do fórum que discutiu o racismo institucional na saúde, e o evento para treinamento de ACS, ficou claro o desconhecimento, por parte de muitos desses profissionais, da especificidade que a saúde da população negra requer, da existência do racismo no Brasil, e das comunidades tradicionais de terreiro como espaços que promovem a saúde, posição essa que demonstra a internalização do mito da democracia racial.

Finalizando, colocamos a necessidade de ampliação de projetos de extensão que proponham o debate sobre o tema do qual tratamos, como uma maneira de contribuir com as lutas a favor das transformações sociais que incluam as identidades negras e os saberes das comunidades tradicionais de terreiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referencias

CASTILHOS, Clair. O Sistema Único de Saúde: filosofia, história e visão panorâmica da atualidade. A presença da mulher no controle social das políticas de saúde – Anais da Capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo horizonte: Mazza Edições, 2003.

FIGUEROA, Alba Lucy. Contextualização conceitual e histórica. Anais do I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, Caderno de textos básicos. Brasília: Seppir; Ministério da Saúde, 2004.

GOMES, Márcia Constance Pinto Aderne. Projeto: Ylê ayié yaya ilera (Saúde plena na casa desta existência): equidade e integralidade em saúde para a comunidade religiosa afro-brasileira. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 14, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20/08/2014, 2010. Acesso em 25 out 2016.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Os terreiros de Umbanda e a promoção da saúde da população negra. Editora UFFJ, 2010.

_____. Saúde da população negra: A religiosidade afro-brasileira e a saúde pública. Psicologia Argumento. Paraná, v. 30 n. 69, 2012.

MELLO, Márcio Luiz Braga Corrêa. Práticas terapêuticas populares e religiosidade afro-brasileira em terreiros no Rio de Janeiro: um diálogo possível entre saúde e antropologia. 2013. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em 07 sept 2016.

MOTA, Clarice Santos; TRAD, Leny Alves bonfim. A gente vive pra cuidar da população: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé. Saúde e sociedade, São Paulo, v. 20, n. 2, 2011. Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 sept 2016.

OLIVEIRA, Fátima de. Saúde da população negra. Brasília: OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081.pdf>>. Acesso 08 mar 2016.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: SEPPPIR, 2007.

RIOS, Luiz Felipe; OLIVEIRA, Cinthia; PARKER, Richard. Axé, práticas corporais e Aids nas religiões africanistas do Recife, Brasil. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 18, n. 12, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013002000021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 jul 2016.

SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo – para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

Seminário Nacional de Saúde da População Negra. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario_nacional_saude_pop_negra.pdf>. Acesso 10 abr 2016.

SERRA, Ordep; PECHINE, Maria Cristina Santos; PECHINE, Sérgio. Candomblé e políticas públicas de saúde em Salvador, Bahia. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Paraná, 2010, v. 15, n. 1. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/534http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6547/5953>>. Acesso em 03 abr 2016.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de, et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro , 2014, v. 19, n. 7. Recuperado de <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702277&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 abr 2016.



La participación de las comunidades tradicionales de terreiro en la salud

The participation of traditional “terreiro” communities in the field of health

Ana Clara Franco
Graduada en Psicología por UFMG

Gabriella Andreatta dos Santos
Graduada en Psicología por UFMG
g.andreatta@live.com

Walter Aristóteles Oliveira Miez
Psicólogo clínico, graduado en Psicología por UFMG
waltermiez@gmail.com

Sônia Regina Corrêa Lages
Profesora doctora en Psicología de Comunidades, por UFRJ. Docente de grado y posgrado en Ciencia de la Religión, UFJF
soniarclages@gmail.com

RESUMEN

Este documento informa de las actividades de extensión que consideraban la participación del terreiro de las comunidades tradicionales en el campo de la salud. Las religiones de origen africano son reconocidas por actuar históricamente en favor del cuidado del cuerpo, la cual se considera que es una unidad que integra también la mente y espiritualidad. Este campo religioso ha sido espacios de inclusión para una porción de la población que no se siente aceptada por el sistema público de salud, y que es en su mayoría negra. Esas actividades buscado: promover la visibilidad de los conocimientos y prácticas de estos colectivos para la salud; combatir los prejuicios contra el campo religioso afrobrasileño; tomar para el ámbito del debate sobre el tema; facilitar el diálogo entre las diferentes áreas del conocimiento; valorar y reconocer positivamente este tipo de expresiones culturales, y para luchar contra el racismo institucional en la salud.

Palabras clave: salud; población negra; religiones afrobrasileñas; racismo.

ABSTRACT

This paper reports extension activities that consider the participation of traditional “terreiro” communities in the health field. African-born religions are recognized for historically acting in favor of care for the body, which is considered to be a unity that also integrates mind and spirituality. This religious field has been a space of inclusion for a part of the population that does not feel welcomed by the public health system, which is mostly black. These activities aimed: to promote the visibility of those collectivities’ knowledge and practices on health; to combat prejudice against the African-Brazilian religious field; to debate the subject academically; to facilitate the dialogue between different areas of knowledge; to value and positively recognize such cultural expressions, and to combat institutional racism in health.

Keywords: health; black population; afro-Brazilian religions; racism.

INTRODUCCIÓN

El modelo de la Medicina tradicional direccionada únicamente para los procesos biológicos y físicos, desconsiderando los contextos históricos, sociales y culturales de los sujetos, la falta de participación de esos en los procesos salud/enfermedad, la salud pública deficitaria con gran espera para el acceso a atendimientos y tratamientos, cuando los hay, entre otras condiciones, favorece la búsqueda por medios alternativos de tratamiento de las enfermedades por distintos segmentos sociales (CASTILHOS, 2003). Además, Brasil pese la Constitución Federal, artículo 196, asegurar salud como derecho universal, garantizada entonces a todas las personas, demuestra un situación diferente cuando se considera el recorte racial, con graves perjuicios a la población negra (OLIVEIRA, 2002; SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA, 2004).

Las políticas públicas de salud, destinadas para la población negra, solo fueron firmadas de manera más amplia a partir del año 2001, en la III Conferencia Mundial de Combate al Racismo, Discriminación Racial, Xenofobia e Intolerancia Correlacta, realizada en Durban en Sudáfrica. Pero, pese la aprobación de la Política Nacional de Salud Integral de la Población Negra, con el intuito de “combatir la discriminación étnico-racial en los servicios y atendimientos ofrecidos en el Sistema Único de Salud, bien como promocionar la equidad en salud de la población negra” (2007, p. 9), los estudios demuestran que esa inversión todavía es poca, visto la necesidad de una atención especial a esa parcela de la población, además de la dificultad del Estado en establecer acciones efectivas que puedan venir a modificar esa situación.

Oliveira (2002) hace una sistematización de las enfermedades o condiciones que afectan de manera más específica la población descendente de africanos, como hipertensión arterial, diabetes tipo II, anemia falciforme, miomas uterinos, entre otras. Para la autora,

[...] la desatención o la omisión del reconocimiento del recorte/racial étnico en tales enfermedades o negarles la condición de enfermedad racial/étnica viene siendo, históricamente, la base sobre la cual las posturas racistas tiene tradicionalmente trabajado para negar asistencia adecuada a la salud de la población negra, así como explica la rareza de la inversión de los gobiernos y de la industria farmacéutica en las investigaciones de tratamientos apropiados. Aunque ‘sean pocas’ (y de hecho son) las enfermedades que pueden ser catalogadas como raciales o étnicas, en la población negra tales enfermedades atingen precozmente un número expresivo de personas y sus ocurrencias en la morbimortalidad en sí ya justificarían una atención especial. Además de eso, todas ellas son enfermedades que tiene una interferencias muy íntima en la salud reproductiva de la mujer negra y en la disminución de la vida productiva de negros en general (p. 97).

Refuerza esa situación, el racismo institucional en la salud – reconocido inclusive por el Ministerio de la Salud – contribuye con los procesos de exclusión y discriminación que afectan una parcela significativa de la población de forma específica. Yendo además de las re

laciones interpersonales, del ámbito privado, el racismo institucional interfiere en los planes y metas de instituciones y organizaciones gubernamentales, lo que reflexiona directamente en la salud de la población negra, contribuyendo para disminución de su expectativa y calidad de vida, evidenciado en las altas tasas de mortalidad materna e infantil (FIGUEROA, 2004).

Frente al desafío que se pone en el ámbito de la Salud de la Población Negra para alcance de la equidad en salud, cabe reforzar la importancia de las comunidades tradicionales de terreiro como espacios promotores de salud, lo que es reconocido por el Ministerio de la Salud, por la OMS – Organización Mundial de la Salud, y por SUS, solicitando, incluso, la cooperación entre esos diferentes saberes y prácticas (SILVA, 2007; SERRA et al, 2010; GOMES, 2010; Rios et al, 2013; SOUZA et al, 2014; MOTTA, 2011; MELLO; OLIVEIRA, 2013; LAGES, 2010 y 2012).

Es a partir de ese contexto que presentamos las actividades de extensión que hicieron para de un proyecto de investigación más amplio y que objetivó, a partir del concepto de traducción cultural de Boaventura Santos (2008), crear zonas de diálogo entre los saberes de Medicina hegemónica y los de las comunidades tradicionales de terreiro sobre la salud. Las referidas actividades fueron promocionadas y realizadas por una universidad pública federal.

LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DE TERREIRO COMO ESPACIO DE PROMOCIÓN DE LA SALUD

La concepción de salud y enfermedad, en la tradición africana, está asentada en una mirada que integra diferentes ámbitos del humano, abarcando su cuerpo físico, su mente, su espiritualidad y, todavía, sus experiencias sociales, históricas y culturales. Los procedimientos terapéuticos se basan en una cosmovisión mítica y religiosa del mundo y del ser humano, haciendo uso de plantas medicinales, oraciones, acogimiento, escucha y orientaciones para el tratamiento de las enfermedades (OLIVEIRA, 2002; COSTA-ROSA, 2008; ALVES; SEMINOTTO, 2009; MOTTA, 2011; Mello; OLIVEIRA, 2013; LAGES, 2010 e 2012). Tales saberes y prácticas, según Lages (2012), entonces presentes en el ámbito de las religiones afrobrasileñas, que reciben diferentes denominaciones conforme su ubicación geográfica: Candomblé y Umbanda (presente en todos los estados brasileños), Tambor de Mina (Maranhão),

Pajelança (Amazonía), Terecô (Maranhão), Encantaria (Piauí y Maranhão), Batuque (Río Grande del Sur), Omoloko (Río de Janeiro, Minas Gerais y San Pablo), entre otros.

Así, la búsqueda por equilibrio y el cuidado con el cuerpo físico confiera a las comunidades tradicionales de terreiro una aproximación con la política de integralidad en salud del SUS, que amplía el proceso de enfermedad como consecuencia de la combinación de causas sociales y culturales, lo que va más allá del conocimiento médico científico que desconsidera tales esferas. En ese sentido, afirma Lages (2012):

[...] los procedimientos terapéuticos utilizados en los terreiros – los tés, las hierbas, el agua, la creencia en entidades sobrenaturales, la escucha de las entidades, la acogida de los médiums y cambones y la visión integral de la salud, conciben con lo que es preconizado por la Organización Mundial de la Salud (LAGES, 2012, p. 409).

Por ser compuesto, en su gran mayoría, por la población negra, los terreiros se activa como espacios importantes de enfrentamiento al racismo y a las enfermedades que atingen ese parcela de la población, además de fortalecer los lazos sociales y el sentimiento de pertenencia y afirmación de identidad.

MÉTODO

El referido proyecto de investigación que tiene interface con la extensión, realizado de 2012 hasta 2014, buscó poner el diálogo tres distintas instancias: la académica (interinstitucional), la comunitaria (comunidades tradicionales de terreiro) y la política (instituciones públicas de promoción de persona negra, de la salud y del combate al racismo). Para tanto, fueron hechas cooperaciones entre esas diferentes instancias.

Las actividades de extensión incluyeron: coloquio, rueda de conversación y talleres; visita a las comunidades tradicionales de terreiro y participación en eventos científicos. En éste artículo, serán presentadas aquellas que se incluyen en la categoría de eventos, y que fueron realizadas entre el período de 2013 a 2014. El referido proyecto fue finalizado en 2015.

Se hizo uso, también, de Facebook como tecnología comunicativa para la divulgación de informaciones y eventos sobre el tema de la extensión.

EL RELATO DE LAS EXPERIENCIAS DE EXTENSIÓN

La primera fase de las actividades de extensión tuvo inicio con la creación de una página en Facebook que objetivó la divulgación de eventos y actividades organizados por el proyecto y por los colaboradores; de las imágenes y videos de las actividades de extensión y reportajes y videos sobre la temática.

Enseguida, tuvo inicio la formación de una red de colaboración, que incluye afiliadas a religiones afrobrasileñas, representantes de instituciones públicas conectadas a las políticas públicas de salud, de promoción de la igualdad racial del municipio, y todavía colaboraciones interinstitucionales, que fueron imprescindibles para la realización de la extensión. Registramos, entonces, la importancia del CPIR – Coordinación de Promoción de la Igualdad Racial, del NUPAD –, del Núcleo de Acciones e Investigaciones en Apoyo Diagnostico, órgano complementario de la Facultad de Medicina de la Universidad Federal de Minas Gerais y del CEHMOB – Centro de Educación y Apoyo para Hemoglobinopatías, extensión de la Facultad de Medicina de la UFMG, que tiene como principal meta promover atención integral a la persona con enfermedad falciforme en todo el Estado, entregando información, educación y apoyo asistencial.

El primer evento realizado fue el I Coloquio en Psicología, Religiones Afrobrasileñas y los Sentidos de la Diáspora en el Atlántico Negro, que pretendió presentar para la comunidad académica el campo religioso afrobrasileñas a partir de su configuración histórica, puntuando su construcción como un movimiento de resistencia cultural, estrechamente conectado a la diáspora negra en Brasil y las opresiones sufridas por el pueblo africano en el país. El referido coloquio fue realizado en 26/09/2013, contando con 110 participantes, entre estudiantes, profesores, personas afiliadas a las comunidades de terreiro y también con sus liderazgos.

Para la mesa de debates, coordinada por la coordinadora del proyecto de extensión, fueron invitados un liderazgo de terreiro de Candomblé de Angola, que presentó la genealogía de la religión desde África hasta Brasil, y una persona afiliada a un terreiro de Umbandaimé, que presentó los orixás a partir de los orikis, que son poesías, oraciones o saludos a los ancestros u orixás.

El debate giró alrededor de desconocimiento de las personas, de una forma general, de lo que son las religiones afrobrasileñas, y del prejuicio que ellas reciben por parte de varios segmentos sociales; y también la ausencia de una disciplina que discuta el campo religioso en Brasil. La falta de información sobre ese tema, en las escuelas, acaba abriendo espacio para construcciones prejuiciosas vehiculadas a través

de los medios y de otras instituciones religiosas con perfil fundamentalista. En ese sentido, cabe registrar aquí la repercusión del evento en la universidad, cuando algunos carteles fueron arrancados y tirados en la basura.

La segunda acción aconteció a través de colaboración con la Coordinación de Promoción del Igualdad Racial (CPIR) de la Alcaldía de Belo Horizonte, y fue intitulado: “Diálogo con las Religiones de Matriz Africana: saberes ecológicos tradicionales y comunidades tradicionales de terreiro – identidad y afirmación.” El evento fue realizado en el día 19/11/2013, en el auditorio de la secretaria de promoción a la salud en la región central de Belo Horizonte, contando con la participación de ochenta personas, entre estudiantes y comunidad religiosa. En la mesa estuvieron presentes la coordinadora del CPIR, la profesora coordinadora del proyecto de extensión, y dos personas representantes del Candomblé de Angola y del Ketu. El contenido de las charlas estuvo en la importancia de la naturaleza para las religiones afrobrasileñas; de las luchas por el reconocimiento de las identidades afrobrasileñas, de su cultura, tradiciones, memorias, saberes y quehaceres; y de los terreiros de promoción y cuidado con la salud, entendiendo salud de una manera amplia, que engloba las esferas física, mental y espiritual.

Algunas cuestiones fueron destacadas en las discusiones: la casi ausencia de los terreiros en el centro de la ciudad, con su desplazamiento para las periferias; la dificultad de la continuidad de la tradición oral y del conocimiento sobre las plantas, hierbas, tés y sus efectos en la salud de las personas; la disminución de la participación de los jóvenes en ese campo religioso; la indiferencia de la academia en relación a ese campo.

En 24/09/2014, sucedió en “II Coloquio en Psicología y Religiones Afrobrasileñas: cuerpo y salud”, en un auditorio de la universidad, contando con la presencia de noventa y ocho personas. El debate se centró en la participación de las comunidades tradicionales de terreiro en el área de la salud, con énfasis en la salud de la población negra. La mesa fue compuesta por la coordinadora del evento y de los invitados, que además de ser afiliados al Candomblé, son profesionales de salud, una actuando en el área de la salud pública y también en el movimiento social negro, y el otro, en la Psicología Clínica.

La coordinadora de mesa llamó la atención para el reconocimiento del Ministerio de la Salud y de la OMS – Organización Mundial de la Salud – como a los terreiros como espacios que contribuyen para la promoción de la salud, lo que está expreso en documentos, y también para la acogida, escucha atenciosa y apoyo psicológico, que la entidad del Preto-Velho en la Umbanda confiere a los hijos de santo, comportamiento ese, alineado con las políticas de la humanización de los SUS, constantes en el programa “HumanizaSUS”. El poniente apuntó para la posibilidad de diálogo entre las diferentes instancias, que pese a di

ferentes, poseen, en el sentido de Boaventura Santos (2008), una zona de contacto, algo en común – el cuidado con la salud. Ells resaltó también, que las desigualdades raciales impactan la salud de la población negra, y que aquellas comunidades religiosas poseen un papel fundamental en el combate a los prejuicios, en la educación en salud, y en la participación del control de la salud, una vez que los terreiros, en su gran mayoría, los colectivos negros.

En ese mismo sentido, la charla del psicólogo invitado reforzó las positividadades de los procedimientos terapéuticos realizados, enfatizando los consejos que son dados por los guías espirituales, momento de amparo, de escucha, de disposición al otro. Y, todavía, que los referidos procedimientos no impiden el sacerdote de orientar las personas que también buscan los saberes de la Medicina, lo que demuestra la posibilidad de una interlocución, una posición de humildad, de un saber que no se sabe todo. Esa vía de tratamiento para las enfermedades continua no siendo bien vista por la sociedad, por eso el camino de interlocución todavía está siendo construido. Una apertura del encuentro con el otro necesita suceder para que haya un reconocimiento de esos lugares como promotores de salud.

Otra contribución vino del poniente invitado que integra la coordinación nacional de las entidades negras, diciendo que la concepción de salud de los terreiros, además de incluir el físico espiritual y mental, también rescata otras dimensiones, la cultural y la social. Según ella, hay una busca de los terreros por la población carente que está ubicada en sus alrededores, antes mismo de la búsqueda por los puestos de salud. Muchos de los sacerdotes que son agentes acogedores de esas comunidades están en diálogo con la construcción de políticas públicas, ocupando lugares en consejos municipales y otras representaciones. Para además del territorio de las religiones de matriz africana, esos agentes ocupan lugares estratégicos del control social de las políticas públicas.

La coordinadora de la mesa afirma, también, que a partir de esa participación, fueron surgiendo políticas públicas en forma de portarías direccionadas específicamente para la población negra, también reconociendo, instrumentalizando, y reglamentando el uso de hierbas que son utilizadas en las comunidades de terreiro. Por eso, es importante el dialogo entre la academia, las comunidades tradicionales y el ámbito de las políticas, a fin de que cada vez más la población negra sea mejor asistida en el campo de la salud. Una construcción extremadamente relevantes en ese sentido es el Decreto 6040 de 2007 que instituye la Política Nacional de Desarrollo Sustentable de los Pueblos y Comunidades Tradicionales que promueve más una vez el diálogo y visibilidad de los saberes de las comunidades tradicionales. Esas políticas muestran como las comunidades están se uniendo para construcción de salidas en el ámbito de las leyes ocupando espacios de extrema

importancia, promoviendo y diseminando un saber que proviene de la convivencia, de la oralidad y de la solidaridad que es tan común a los pueblos de terreiro.

Enseguida, en 30/05/2014, fue realizado el “Foro de debates: racismo institucional”, promovido por CEEHMOB/NUPAD/UFGM, para un público de 160 personas, teniendo como objetivo empleados de instituciones públicas de salud, comunidad y estudiantes. El evento contó con el apoyo de varias instituciones, como el Ministerio de la Salud, SUS, Fundação Hemominas y la Municipalidad de Belo Horizonte. El objetivo fue poner en debate la salud de población negra en el país y en el municipio de Belo Horizonte, con énfasis en la anemia falciforme. El evento incluye varias charlas y talleres sobre la temática, y tres de ellas bajo la responsabilidad de la profesora coordinadora del proyecto de extensión. Los talleres reflejaron sobre el prejuicio étnico-racial en Brasil, incluyendo también las religiones afrobrasileñas tanto como objetivo de esos prejuicios como posibles espacios de educación en salud y prevención de enfermedades.

También en colaboración con el NUPAD/UFGM, fue realizado en el día 19/09/2014, el “I Encuentro Minero de Agentes Comunitarios de la Salud”. Ese evento tuvo como objetivo el entrenamiento de ACS – Agentes Comunitarios de Salud, del Estado de Minas Gerais, sobre la salud de la población negra y la anemia falciforme. Con la participación de 300 personas, el evento también recibió el apoyo de varias instituciones públicas de salud, incluyendo las esferas federal, estadual y municipal. Nuevamente nuestra participación fue en la dirección de un taller que discutió con los agentes comunitarios de salud, a través de la técnica de dramatización, las dificultades encontradas en las visitas domiciliarias, con referencia a la diversidad religiosa vivida por las familias, y sus diferentes concepciones de salud y enfermedad.

Finalizando, en 19/11/2014 fue realizada la “Rueda de Conversación sobre las Comunidades de Matriz Africana y Quilombolas”, abierta para la comunidad académica y personas afiliadas a las religiones afrobrasileñas, promovida por los estudiantes del Departamento de Ciencias Sociales de universidad. En la ocasión, la profesora coordinadora del proyecto de extensión dijo sobre la importancia histórica y cultural de las comunidades tradicionales de terreiro en el ámbito de la salud, y sobre las dificultades del tema ser tratado en el ambiente académico. La rueda de conversación trajo también las contribuciones de más tres personas, vinculadas a terreiros de Candomblé y un liderazo quilombola del Estado de MG, que puntuaron los conocimientos de las referidas comunidades y de los prejuicios que los niños y jóvenes sufrieron en el ambiente escolar, al asumieren sus creencias.

CONSIDERACIONES FINALES

Las actividades de extensión constituyeron un espacio de reflexión, de visibilidad, de educación y de promoción del reconocimiento de las comunidades tradicionales de terreiro, tanto en lo que dice respecto a sus saberes y quehaceres sobre la salud como en lo que se refiere a la constitución de sus identidades y el prejuicio que sufren en Brasil. El tema fue articulado con el campo de la Salud de Población Negra, y la desigualdad en la salud.

En los coloquios realizados en el ambiente universitario, quedó claro el desconocimiento sobre las religiones afrobrasileñas y la ausencia de disciplinas que versen acerca de las religiones, pese esté presente en los congresos, en el programa del gobierno, cuando se discute la laicidad del Estado; en el crecimiento vertiginoso de iglesias y en las políticas públicas que crearon la enseñanza religiosa en las públicas, entre otros.

Otro hecho que llamó la atención fue la dificultad para el diálogo entre los liderazgos de terreiro, principalmente entre los de candomblé y umbanda y el poco interés de llevar para los terreiros posicionamientos con un sentido más político, lo que dificulta la formación de redes de solidaridad y de movimientos para el reconocimiento de las contribuciones de esas comunidades. Sin embargo, existen sujetos fuertemente comprometidos y con amplia participación en los consejos de salud, en las entidades representativas del movimiento negro y de mujeres, y que ponen en debate la necesidad del fortalecimiento de las redes sociales, pese formaren un pequeño grupo.

Cuanto a los profesionales de salud que participaron del foro que discutió el racismo institucional en la salud, y el evento para entrenamiento de ACS, quedó claro el desconocimiento, por parte de muchos de esos profesionales, de la especificidad que la salud de la población negra requiere, de la existencia del racismo en Brasil, y de las comunidades tradicionales de terreiro como espacios que promueven la salud, posición esa que demuestra la internalización del mito de la democracia racial.

Finalizando, ponemos la necesidad de ampliación de proyectos de extensión que proponían el debate sobre el tema del cual tratamos, como una manera de contribuir con las luchas a favor de las transformaciones sociales que incluyan las identidades negras y los saberes de las comunidades tradicionales de terreiro.

REFERENCIAS

Referencias

CASTILHOS, Clair. O Sistema Único de Saúde: filosofia, história e visão panorâmica da atualidade. A presença da mulher no controle social das políticas de saúde – Anais da Capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo horizonte: Mazza Edições, 2003.

FIGUEROA, Alba Lucy. Contextualização conceitual e histórica. Anais do I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, Caderno de textos básicos. Brasília: Seppir; Ministério da Saúde, 2004.

GOMES, Márcia Constance Pinto Aderne. Projeto: Ylê ayé yaya ilera (Saúde plena na casa desta existência): equidade e integralidade em saúde para a comunidade religiosa afro-brasileira. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 14, n. 34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20/08/2014, 2010. Acesso em 25 out 2016.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Os terreiros de Umbanda e a promoção da saúde da população negra. Editora UFJF, 2010.

_____. Saúde da população negra: A religiosidade afro-brasileira e a saúde pública. Psicologia Argumento. Paraná, v. 30 n. 69, 2012.

MELLO, Márcio Luiz Braga Corrêa. Práticas terapêuticas populares e religiosidade afro-brasileira em terreiros no Rio de Janeiro: um diálogo possível entre saúde e antropologia. 2013. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em 07 sept 2016.

MOTA, Clarice Santos; TRAD, Leny Alves bonfim. A gente vive pra cuidar da população: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé. Saúde e sociedade, São Paulo, v. 20, n. 2, 2011. Recuperado de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 sept 2016.

OLIVEIRA, Fátima de. Saúde da população negra. Brasília: OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0081.pdf>>. Acesso 08 mar 2016.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: SEPPPIR, 2007.

RIOS, Luiz Felipe; OLIVEIRA, Cinthia; PARKER, Richard. Axé, práticas corporais e Aids nas religiões africanistas do Recife, Brasil. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, 2013. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013002000021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 jul 2016.

SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo – para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

Seminário Nacional de Saúde da População Negra. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario_nacional_saude_pop_negra.pdf>. Acesso 10 abr 2016.

SERRA, Ordep; PECHINE, Maria Cristina Santos; PECHINE, Sérjio. Candomblé e políticas públicas de saúde em Salvador, Bahia. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Paraná, 2010, v. 15, n. 1. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/534http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6547/5953>>. Acesso em 03 abr 2016.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de, et al. Itinerários terapêuticos de travestis da região central do Rio Grande do Sul, Brasil. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, 2014, v. 19, n. 7. Recuperado de <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000702277&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 abr 2016.



Saúde do Trabalhador e Biossegurança na UFF - caso real e diálogos possíveis: relato de experiência

Workers' Health and Biosafety in the UFF - real case and possible dialogues

Rosângela Gaze
Professora Adjunta, Universidade Federal do Rio de Janeiro
rosangelagaze@gmail.com

Marcia Vieira Pacheco
Médica Sanitarista do Trabalho, Fundação Oswaldo Cruz
mar7mares@gmail.com

Elsa Thomé Andrade
Pesquisadora, Fundação Oswaldo Cruz
migmau@terra.com.br

Antonio Fernando Lyra da Silva
Professor Adjunto, Universidade Federal Fluminense
antoniof.lyra@id.uff.br

RESUMO

Este artigo relata experiência exitosa de atividade extensionista vinculada ao programa de sensibilização e capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense, na modalidade de curso introdutório aberto. O curso foi realizado em três dias (com carga horária de 24 hs), tendo como tema central o processo de construção do campo da saúde do trabalhador no Brasil, com ênfase na história, seu escopo técnico-legal e sua operacionalidade em vigilância da saúde. A utilização da metodologia de aprendizagem baseada em problemas como estratégia de sensibilização, especialmente pela opção de um estudo de caso real associado à dramatização pelo suspense, mostrou-se tanto integradora de todo o grupo como sensibilizadora para a proposta do conteúdo em si. Essas observações derivam-se da sistematização e análise livre dos conteúdos dos relatos e respostas dos participantes. A experiência nesse curso foi positiva e pretendemos aplicar a mesma metodologia nos próximos eventos.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde do Trabalhador; Biossegurança; Extensão Universitária; Aprendizagem Baseada em Problemas; Vigilância Epidemiológica.

ABSTRACT

This article reports successful experience of extension activity linked to the program of awareness and training in biosafety of the Federal Fluminense University in the modality of open introductory course. The course was carried out in three days (24 working hours) with the central theme of construction process of the field of worker health in Brazil with an emphasis on history, technical-legal scope and operability in health surveillance. The use of problem-based learning methodology as a sensitization strategy, especially through the option of a real case study associated with dramatization through thriller, proved to be able to integrate the entire group and raise awareness of the own proposal content. These observations derive from the systematization and free analysis of the contents of reports and responses of the participants. The experience in this course was positive and we intend to apply the same methodology in the next events.

Keywords: Surveillance of the Workers' Health; Biosafety; University Extension; Problem-Based Learning; Epidemiological Surveillance.

INTRODUÇÃO

A inserção do campo Saúde do Trabalhador (ST) nas relações saúde-trabalho é recente, estando situada no final dos anos 80 e início dos 1990, consonante à formulação, construção e instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988). A ST, para Vasconcellos (2011), funda a relação do Estado como provedor de uma política pública indistinta para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e invoca o direito à saúde em seu amplo espectro de cidadania plena, arvorando para si a égide das relações saúde-trabalho no Estado Democrático de Direito, transcendendo assim o direito trabalhista, previdenciário e outros direitos limitantes. Nesse contexto surgem evidências de epidemias de silicose, benzenismo, asbestose, intoxicações por chumbo e mercúrio, Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), dentre outras (GAZE, LEÃO & VASCONCELLOS, 2011). Face do adoecimento no contexto da reestruturação produtiva da modernidade, os denominados agravos mentais relacionados ao trabalho – ainda no silêncio epidemiológico característico de eventos cujo diagnóstico depende da abordagem clínica atenta e não dispõem de registros de imagens nem de alterações bioquímicas, sorológicas ou biomoleculares – desafiam a construção de novos recursos semióticos e indicadores epidemiológicos.

O SUS, em 1999, estabeleceu a atual lista de doenças relacionadas ao trabalho, balizando a implementação das ações de assistência e vigilância da saúde do trabalhador e de caracterização administrativa dos agravos pela perícia médica da Previdência Social. O Ministério da Saúde mantém, em função da atual Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), editada em 2012, a competência de realizar revisão periódica da relação oficial de doenças relacionadas ao trabalho (BRASIL, 2012).

A PNSTT tem como princípios e diretrizes: Universalidade; Integralidade; participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social; descentralização; hierarquização; equidade e precaução. Entre seus objetivos estão: “fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat) e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde”, identificando necessidades, demandas e problemas de saúde dos trabalhadores no território, analisando a situação de saúde dos trabalhadores, intervindo nos processos e ambientes de trabalho, construindo tecnologias de intervenção/avaliação/monitoramento das ações de Visat mediante a participação dos trabalhadores e de suas organizações (BRASIL, 2012).

Do exposto, tem-se que perspectiva histórica, diretrizes político-legais e epidemiologia, em síntese, apontam que a dinâmica do processo saúde-trabalho-doença requer a atuação interdisciplinar, interinstitucional

e a participação ativa do trabalhador/servidor na transformação de ambientes, processos e organização do trabalho no sentido da atenção integral da saúde do trabalhador/servidor.

Biossegurança é um termo utilizado para caracterizar um conjunto de procedimentos, princípios de contenção, tecnologias e práticas que devem ser implantadas para prevenir o uso não-intencional, a exposição a agentes biológicos e toxinas, ou a liberação acidental dessas (TEIXEIRA & VALLE, 2010). As infecções transmissíveis em atividades ocupacionais e a adesão às ações de biossegurança, em nível internacional, estão entre os maiores desafios enfrentados por instituições de saúde (NICHITA et al., 2004).

O Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense¹ – em articulação intrainstitucional, com as Pró-Reitorias de Extensão (PROEX), de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), de Gestão de Pessoas (PROGEPE), e interinstitucional, com setores da FIOCRUZ e com a Associação Nacional de Biossegurança (Anbio) – objetiva: (I) Capacitar os profissionais (docentes e técnico-administrativos) e alunos dos laboratórios de pesquisa biológica, biomédica e de saúde nos diversos campos da Biossegurança e atenção à saúde dos servidores; (II) Formar multiplicadores em Biossegurança para implementar ações efetivas em unidades de pesquisa e saúde e (III) Aprimorar o conhecimento em análise de risco para desenvolver ações no controle da disseminação de agentes biológicos, químicos e físicos em laboratórios de pesquisa e unidades de saúde. As relações desse Programa com a Saúde do Trabalhador, em fase de sensibilização da comunidade universitária, podem ser ilustradas pelas atividades de: I) Inserção reflexiva em grupo de trabalho multiprofissional/interdisciplinar, II) Participação, planejamento e realização de três simpósios de sensibilização em Biossegurança nos anos de 2014, 2015 e 2016; III) Realização do Curso de Extensão Introdução à Saúde do Trabalhador: Aspectos Histórico-Legais e Vigilância em Saúde; IV) Apresentação do Pôster Saúde do Trabalhador: interface com o programa de sensibilização e capacitação em Biossegurança (PROPII; PROEX; PROGEPE) na Universidade Federal Fluminense (PACHECO et al., 2016). O objetivo central desse artigo é relatar a experiência de realização desse curso, esperando contribuir para a construção de outros eventos alinhados a essa proposta e metodologia, possibilitando ampliar reflexões e transformações na perspectiva da atenção integral à saúde do trabalhador/servidor.

¹ Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense. Disponível em <http://www.extensao.uff.br>.

O Curso de Extensão Introdução à Saúde do Trabalhador: Aspectos Histórico-Legais e Vigilância em Saúde

O curso – em parceria com a UFRJ e a FIOCRUZ – é registrado no SIGPROJ (Nº 224284.1113.212032.23022016) e abordou o conteúdo programático: I) Aspectos políticos e histórico-legais; II) Fundamentos e ações da VISAT; III) Aporte teórico/operacional da Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal/PASS e do atual Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor/SIASS; e IV) Conceitos, organização e a necessária atuação conjunta das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental no SUS.

A divulgação foi efetuada através de folheto impresso e digital (fig.1), na intranet UFF e mídia externa, incluindo redes sociais, e as inscrições, realizadas em meio eletrônico, ocorreram no período de 20 a 28/abril/16, tendo como público alvo professores e alunos da área de Ciências da Saúde e técnicos de outras instituições. As inscrições foram abertas aos interessados em geral, tanto da comunidade universitária como da comunidade externa/população.

Curso de Extensão
INTRODUÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR
Aspectos históricos – legais
Vigilância em saúde do trabalhador/servidor

INSCRIÇÃO GRATUITA (40 vagas)
Público Alvo: Professores e alunos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e técnicos de outras instituições.

UFF Universidade Federal Fluminense
PROEx PRO-REITORIA DE EXTENSÃO

- > **Dias:** 03 a 05 de maio de 2016
Horário: 8h às 12h / 13h às 17h
- > **Carga horária:** 20h
- > **Local:** Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, sala 609
Campus do Valonguinho - Centro - Niterói / RJ
- > **Coordenadora:** Dra. Márcia Vieira Pacheco
PROGEPE/CASQ/DPSU/SIASS
- > **Equipe:**
Prof.^a Elsa Thomé Andrade - SIASS/RJ e CEST EH/Fiocruz
Prof.^a Rosângela Gáze - FM/RJ e SIASS/RJ
- > **Inscrições:** 20 a 28 de abril de 2016
- > **Link para inscrição:** <http://goo.gl/forms/V8zg49e8Yw>
- > **Contato:** biossegurancauff@gmail.com

PARCERIA: **PROGEPE** **SIASS** **PROPEL**

Ministério de Saúde
Secretaria Federal de Saúde

Figura 1: Folheto de Divulgação do Curso de Extensão

O curso desenvolveu-se em sua carga horária plena (24 horas), no período de 03 a 05/05/16, no Campus Valonguinho da UFF, Niterói/RJ. Contemplando aspectos conceituais, históricos e legais sobre as relações entre ambientes, processos e organização do trabalho e a saúde dos trabalhadores/servidores, e com metodologia participativa, estabeleceu-se um diálogo sobre a relevância das ações de promoção da saúde no trabalho, sendo incorporadas às reflexões coletivas as experiências trazidas pelos alunos — qualificando-as na troca de saberes técnicos e científicos — demonstrando e valorizando a relevância da participação do trabalhador/servidor na transformação de suas próprias condições de trabalho. Alinhando a construção histórica do que hoje entendemos por Saúde do Trabalhador, refletimos sobre a importância de Ramazzini no reconhecimento das relações trabalho-doença, Gramsci e a história dos movimentos dos trabalhadores por direitos, diferenças conceituais e práticas entre saúde ocupacional e saúde do trabalhador, a história da construção das políticas de atenção à saúde do servidor, o papel dos determinantes sociais de saúde nas atuais relações de produção e a necessidade de maior protagonismo do trabalhador nas ações de Visat. As vantagens da atuação conjunta das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e da Visat no SUS — Vigilância em Saúde — foram apresentadas e ‘demonstradas’ durante as reflexões promovidas pelo roteiro problematizador do estudo de caso.

Com vistas a sensibilizar os participantes para a continuidade e ampliação da temática do curso atual, para e com outros atores sociais, os pilares da Visat — participação do trabalhador/servidor, intersectorialidade e interdisciplinaridade — foram apresentados como princípios norteadores da atenção integral à saúde do trabalhador/servidor e contributos para: a construção de espaço interinstitucional e interdisciplinar permanente, o fortalecimento cotidiano das ações em biossegurança, a atenção integral à saúde do trabalhador/servidor no SUS e no SIASS (BRASIL, 2009), a preservação do ambiente e o respeito ao arcabouço legal que fundamenta essas ações.

MATERIAIS E MÉTODOS

O relato de experiência do Curso “Introdução à Saúde do Trabalhador: Aspectos Histórico-Legais e Vigilância em Saúde” fundamentou-se na revisão de textos de referência e normativas legais sobre a ST no que se relaciona aos conteúdos debatidos com os alunos e na revisão sistemática da literatura pautada no campo de interesse ST e na metodologia de aprendizagem baseada em problemas.

O texto problematizador utilizado constituiu-se no relato de caso real de exposição ocupacional ao vírus da hepatite A de uma das docentes do curso. A seleção desse material didático visou atender à interface com o Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense. A construção do texto foi elaborada de modo a omitir dados de identificação que permitissem, num primeiro momento, a revelação da docente envolvida, preservando o elemento surpresa como recurso pedagógico de sensibilização. Esse material contava ainda com

roteiro problematizador de 16 questões relativas à saúde do trabalhador e à saúde pública, mais especificamente sobre as vigilâncias (epidemiológica, sanitária, visat e ambiental), para serem discutidas e respondidas pelos participantes dos grupos.

Antes do curso, um material bibliográfico foi enviado, por e-mail, aos participantes (Quadro 1).

Quadro 1: Material Bibliográfico do Curso

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil Federal, de 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoacompilado.htm
2. Brasil. Decreto nº 6.833, de 29/04/2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm Captado em 14/08/2015.
3. Brasil. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990 (Lei Orgânica da Saúde) - Condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: <http://renastonline.org/recursos/lei-n%C2%BA-8080-19-setembro-1990>
4. Brasil. Lei nº 8.142, de 28/12/1990 - Participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
5. Brasil. MPOG-SRH. Portaria Normativa nº 3, de 07/05/2010. Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC). Diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor.
- Brasil. MS. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23/08/2012 - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html
6. Leão, Luís Henrique da Costa; Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast): reflexões sobre a estrutura de rede. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 20(1):85-100, jan-mar 2011.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de negociação coletiva e resolução de conflitos no serviço público. Organização Internacional do Trabalho, Departamento des Actividades Sectoriais. Genebra: OIT, 2011. [111 p.]
7. Teixeira, P. (Org.) Biossegurança: Uma abordagem multidisciplinar. RJ - Ed. FIOCRUZ. 2. ed., 2010.
8. Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel. Duas políticas, duas vigilâncias, duas caras. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, 38 (128): 179-198, 2013.
9. Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Almeida, Carmen Verônica Barbosa; Guedes, Dimítri Taurino. Vigilância em Saúde do Trabalhador: passos para uma pedagogia. *Trab. Educ. Saúde*, v. 7 n. 3, p. 445-462, nov.2009/fev.2010.
10. Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Gaze, Rosângela. Saúde, trabalho e ambiente na perspectiva da integralidade: o método de Bernardino Ramazzini. *Revista Em Pauta*, n.32, v.11, p.65-88. 2013.

Revisão Bibliográfica (05/02/2017)

Tomando a Saúde do Trabalhador como campo de interesse, a revisão visou explorar o estado da arte da produção científica sobre o uso da metodologia de aprendizagem baseada em problemas como estratégia de sensibilização para a ST. Através do Portal “Biblioteca Virtual em Saúde-BVS”, mediante o uso dos descritores “Aprendizagem baseada em problemas” e “Saúde do Trabalhador” em pesquisa composta, localizaram-se 78 documentos, restando 38 textos completos integrantes das Bases Medline (Literatura Internacional em Ciências da Saúde, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e BDENF (Base de dados de enfermagem). Selecionamos para leitura, pelo assunto principal, 29 artigos relacionados ao curso que estamos a relatar (Quadro 2), sendo que alguns desses estavam indexados em um ou mais dos assuntos elencados. Três duplicatas foram retiradas do corpus, restando 26 documentos, todos indexados pelo assunto principal “aprendizagem baseada em problemas”. Desses 26, foram indexados também como Pessoal de Saúde 15 artigos, Saúde do Trabalhador (6), Estudantes de Ciências da Saúde (3), Exposição Ocupacional (1) e Ocupações em Saúde (1). Dos três artigos indexados como “estudantes de Ciências da Saúde”, dois estavam incluídos em “saúde do trabalhador”, o que também ocorreu com o relativo à “exposição ocupacional”. É importante destacar que o artigo sobre “ocupações de saúde” foi indexado como “pessoal de saúde” mas não como “saúde do trabalhador”.

Quadro 2: Corpus revisto segundo assuntos principais indexados e justificativas para seleção

<i>Assunto Principal</i>	<i>Justificativas para seleção relacionadas ao Curso</i>
Aprendizagem baseada em problemas	Método utilizado
Pessoal de Saúde	Interface com o Programa de Biossegurança que o abrigou
Saúde do Trabalhador	Tema e objetivo central
Estudantes de Ciência da Saúde	23 graduandos e pós-graduandos inscritos
Exposição Ocupacional	Relação com o caso estudado e exposição ocupacional a vírus
Ocupações em Saúde	Médica sanitária adoecida em processo de trabalho

Os resultados aqui apresentados referem-se às avaliações voluntárias e anônimas dos discentes sobre o curso – consonante ao regulamento pela Resolução CNS 510/2016 sobre “normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais” – e resguardam a identidade individual e institucional de cada aluno, considerando-se, como consentimento livre e esclarecido, o próprio preenchimento do roteiro avaliativo (BRASIL, 2016). Devido ao pequeno número de participantes, omitimos alguns dados demográficos, inclusive profissões e de vinculação institucional, para assegurar maior sigilo. A pesquisa não está registrada no sistema CEP/CONEP por se enquadrar no disposto no inciso VIII do parágrafo único

dessa Resolução, visto que a natureza da atividade de extensão universitária restringiu-se ao ensino, sem finalidade de pesquisa científica, de profissionais e de alunos de graduação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 33 inscritos, participaram 20 pessoas, de amplitude etária entre 19 e 55 anos, sendo 18 mulheres e dois homens, com perfil diversificado de inserção institucional: trabalhadores do SUS, servidores públicos atuantes no SIASS de vários órgãos da Administração Pública Federal, estudantes de graduação e pós-graduação em Enfermagem, trabalhadores de saúde do setor privado.

Depois das apresentações iniciais e divisão da turma de 20 alunos em quatro grupos de cinco pessoas, o estudo de caso — texto-problematizador — foi distribuído para leitura em espaço de 90 minutos na segunda parte da manhã do primeiro dia.

Na primeira hora de atividades da tarde — após leitura, discussão e respostas —, cada grupo, aleatoriamente, foi motivado a responder coletivamente às perguntas com a participação de todos nos debates. No desenvolver dessa dinâmica, as docentes, de modo integrado e lúdico, foram revelando gradativamente que o caso era real e o ator social — ou ‘melhor’, a vítima — estava presente. E, ‘o melhor’, era uma das docentes.

No restante dessa primeira tarde e do dia seguinte, passou-se à apresentação participativa e reflexão coletiva do conteúdo programático, após a superação de dificuldades com as mídias — recursos tecnológicos que de hábito desafiam a criatividade docente — que foram transformadas em ‘recurso’ de maior integração docente-discente.

No terceiro e último dia, fundamentada no texto-problema e nos conteúdos debatidos nos outros momentos, a avaliação do curso pelos discentes foi efetuada mediante a aplicação de um pequeno teste de sete perguntas (Quadro 3) de conhecimentos adquiridos sobre as principais semelhanças e diferenças entre vigilância epidemiológica e vigilância em saúde do trabalhador (Visat). Sugestões e comentários em formato livre também foram solicitados.

Quadro 3: Material para Avaliação do Curso pelos discentes

<i>Vigilância Epidemiológica</i>	<i>Visat</i>
O que é Vigilância Epidemiológica?	O que é VISAT?
Qual o conceito de caso notificado?	Qual o conceito de caso notificado?
Qual o conceito de investigação epidemiológica?	Qual o conceito de investigação epidemiológica?
Como foram detectados 45 casos não notificados ao CMS?	Quando um acidente por material biológico é notificado, é efetuada a busca ativa de outros casos no mesmo ambiente de trabalho? Justifique.
Que medidas a EMATEG deixou de tomar e que podem ter causado e contribuído para a propagação do surto?	Que medidas a CISSP* poderia adotar e que podem contribuir para o controle desses acidentes?

<i>Vigilância Epidemiológica</i>	<i>Visat</i>
Qual o setor do SUS tem a competência de fiscalizar e multar estabelecimentos e prestadores de serviços que causam danos à saúde?	Qual(is) instância(s) institucional(is) tem a competência de desenvolver ações de vigilância em saúde do servidor?
O que faria para controlar este surto?	O que faria para evitar a ocorrência de acidentes com material biológico?

Nota: *Comissão Interna de Saúde do Servidor Público.

Dos 20 participantes, 16 efetuaram a avaliação do Curso, 14 mulheres e dois homens de vinculação institucional e profissões heterogêneas.

Das respostas, avaliações e comentários dos alunos, selecionamos as consideradas representativas da contribuição do curso na apropriação de informações e conhecimentos pelos discentes, estabelecendo analogias com os temas abordados. As falas dos discentes foram reformuladas e sintetizadas no Quadro 4, para facilitar a leitura e por razões éticas, sem prejuízo para o conteúdo.

Quadro 4: Avaliações e comentários dos discentes sobre o Curso

<i>Avaliação e comentário dos alunos</i>	<i>Conteúdo pragmático</i>
Achei importante a história, de onde surgiram fatos marcantes que nunca tinha ouvido falar.	Importância de Ramazzini no reconhecimento das relações trabalho-doença.
Este curso de saúde do trabalhador propiciou entender que não podemos nos deixar submeter ao sistema de trabalho. Precisamos compartilhar, entender, compreender e ajudar o outro. Durante a troca de saberes, discente mobilizou-se a ponto de assumir o papel docente na explicação de diagrama representando a abordagem complexa do sistema do sistema de trabalho. [observação dos autores	Gramsci e a história dos movimentos dos trabalhadores por direitos. Sistema de Trabalho - Conjunto de situações envolvidas na realização do trabalho em si (o processo), no local onde se realiza (o ambiente) e na forma como se realiza (condições).
Consegui entender o que é saúde do trabalhador. Na faculdade não se falava de saúde do trabalhador e sim da saúde ocupacional. Agora entendi as diferenças.	Diferenças conceituais e práticas entre saúde ocupacional e saúde do trabalhador.

Avaliação e comentário dos alunos	Conteúdo pragmático
<p>Aprendi conceitos de determinantes sociais de saúde. Entendi o significado de atenção integral à saúde.</p>	<p>O papel dos determinantes sociais de saúde nas atuais relações de produção. Atenção integral à saúde.</p>
<p>A investigação epidemiológica na Visat tem o objetivo de, junto ao trabalhador, procurar entender como ocorreu o caso notificado, o porquê do ocorrido, o que poderia e poderá ser feito para mudar tal ocorrência. A vigilância em saúde do trabalhador possui valor central para a construção de ações. Observa o trabalhador inserido na relação saúde-trabalho em sua integralidade. Ganha um olhar diferenciado. O trabalhador é quem conhece seu cotidiano. É ator/agente político de sua transformação. De vítima a agente transformador.</p>	<p>Visat. Necessidade de maior protagonismo do trabalhador nas ações. Saber do Trabalhador.</p>
<p>Com exemplos reais, aprendi a importância da vigilância em saúde, da interdisciplinaridade e intersetorialidade.</p>	<p>Vigilância em saúde – atuação conjunta das vigilâncias epidemiológica, sanitária, ambiental e da visat no SUS – foram apresentadas e ‘demonstradas’ durante as reflexões promovidas pelo roteiro problematizador do estudo de caso.</p>
<p>Investigação mais ampla do processo saúde-doença. Não visa somente dados estatísticos. Visa transformar.</p>	<p>Vigilância em Saúde é informação que transformada em ação transforma pessoas e situações para melhor caminharem a vida.</p>
<p>Com um resgate histórico, aprendi questões de prevenção e promoção da saúde do trabalhador como servidor, e como pessoa, susceptível a agravos. Muito esclarecedor, refleti sobre o meu passado profissional, assédios, falta de informações sobre direitos do trabalhador. Houve época em que legislação era privilégio de poucos.</p>	<p>Aspectos políticos e histórico-legais. A história da construção das políticas de atenção à saúde do servidor. Promoção da saúde do trabalhador/servidor.</p>
<p>Mesmo sendo uma introdução a estes conceitos, contribuiu muito para o meu entendimento das diferenças entre enfermagem do trabalho e saúde do trabalhador.</p>	<p>O Processo de Vigilância e a interdisciplinaridade. Cada disciplina do conhecimento humano – científico, cultural ou empírico – tem seu papel no processo de vigilância</p>

Considerando que este artigo objetiva relatar a experiência de um curso introdutório sobre a saúde do trabalhador, que julgamos bem sucedida, destacamos que as avaliações e comentários dos alunos ilustram a apropriação de conhecimentos e, especialmente, a dinâmica em que se efetivou tributada ao uso da metodologia de aprendizagem baseada em problemas (LEON & ONOFRIO, 2015; MONTEIRO et al. 2007).

A opção pelo estudo de caso real, inserido na trajetória profissional de docente do curso, e a estratégia de dramatização pelo ‘suspense em

torno da revelação' mostraram-se adequadas como recurso pedagógico e integrador na relação docente-discente. Essa dinâmica atuou como facilitadora de empatia e respeito – (objetiva e subjetivamente) pois, se de um lado admitia-se a possibilidade de erro (humano), de outro eram apontadas falhas no sistema para que o erro ocorresse. Além disso, nessa primeira aproximação dos conteúdos que seriam abordados, destacam-se aspectos históricos e conceituais da ST em não compactuar com a culpabilização da vítima de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho (ÓIT, 2011).

A escolha de um caso de exposição à doença transmissível (hepatite A), envolvendo uma servidora, como fio condutor de discussões sobre ST foi acertada — gerando motivação e debates — tanto por ser pouco usual quanto por estar no contexto de um curso de sensibilização e capacitação em biossegurança voltado para servidores.

Alguns discentes referiram-se à aquisição de conhecimentos sobre aspectos históricos da ST. Abordamos em maior profundidade a história das lutas pela redução da jornada de trabalho para as oito horas e a tragédia de Chicago em 1º de maio de 1886, que originou a celebração do Dia Internacional do Trabalho. Destacamos a solidariedade de trabalhadores que, mesmo ausentes da revolta que culminou na prisão de companheiros, entregaram-se e, julgados, foram decapitados. Nas reflexões que se sucederam, abordou-se a modificação de comportamento daquela época para os dias atuais — obviamente sem apologia ao 'suicídio' coletivo —, apontando para a face desagregadora da reestruturação produtiva em que o trabalhador/servidor é levado a enxergar como 'inimigo' o colega para que o sistema de trabalho continue a ampliar sua lucratividade (ANTUNES & PRAUN, 2015).

Outro aspecto histórico mencionado foi o papel de Ramazzini no conhecimento sobre as doenças desencadeadas pelas atividades de trabalho. Nesse sentido, fundamentamos a argumentação de que a abordagem desse médico parmaziano, do século XVII-XVIII, era a que hoje pretendemos no que diz respeito à atenção integral à saúde do trabalhador (VASCONCELLOS e GAZE, 2013). Constatou-se que parte considerável dos discentes — alguns especializados ou em especialização em saúde ocupacional — não conhecia o trabalho de Ramazzini; pelo interesse demonstrado em aula e nos comentários avaliativos, esperamos que o conhecimento adquirido estimule esses discentes na busca por maior aprofundamento e no desenvolvimento do raciocínio crítico (LEÓN e ONOFRIO, 2015). Mitre et al. (2008) mencionam que, no mundo contemporâneo, o trabalho em saúde evidencia a necessidade de integração entre teoria e prática e “uma visão integral do homem”. Nesse sentido, esperamos ter contribuído na transformação de suas práticas de saúde.

No corpus bibliográfico, construído sob a pesquisa composta pelo método de ensino (aprendizagem baseada em problema) e o campo de interesse (Saúde do Trabalhador), entre os 26 artigos — em especial nos seis indexados como ST — não encontramos nenhum referente à Visat. A abordagem dos textos esteve voltada para a clássica saúde ocupacional (VASCONCELLOS, 2011) com medições de risco (VADALI et al., 2012), corroborando achados sobre o desconhecimento das ações de saúde do trabalhador e a reduzida participação dos trabalhadores na fiscalização dos processos de trabalho (KELLY-SANTOS & ROZEMBERG, 2006).

Comentários de alguns alunos deixam entrever a satisfação com o método de aprendizagem: “com exemplos reais, aprendi a importância da vigilância em saúde, da interdisciplinaridade e intersetorialidade” e “Com um resgate histórico, apreendi questões de prevenção e promoção da saúde do trabalhador como servidor, e como pessoa, susceptível a agravos”. Curran et al. (2008) relatam ter encontrado maior satisfação dos discentes na experiência de aprendizagem interprofissional face a face baseada em casos.

Outro aspecto favorável ao uso dessa abordagem pedagógica está na ênfase à colaboração em grupo na resolução de dificuldades, limitações e conflitos com base em cenários do mundo real. A prática dos trabalhadores/servidores da saúde requer habilidades na mediação de conflitos, em especial no enfrentamento de emergências de saúde pública, decorrentes de tragédias ambientais, acidentes de trabalho individuais, ou mesmo doenças transmissíveis, que podem expor e adoecer trabalhadores e comunidades (IVICEK et al., 2011). Assim, a metodologia do Curso contribui para reflexões fundamentadas na reprodução da dinâmica do caso real.

A extensão universitária, em seus contributos de diálogo e transformação social, requer aportes pedagógicos para a mobilização (HENRIQUES, 2013), seja da comunidade universitária ou da comunidade extramuros. A diversidade e a avaliação positiva dos participantes, per se, apontam para o potencial impacto desse curso na atuação interdisciplinar e dialógica necessárias à transformação e à construção de uma Visat, segundo suas diretrizes legais (BRASIL 1990a e 1990b; BRASIL, 2010; BRASIL, 2012; BRASIL, 2017), e consonante aos objetivos de efetivação de uma Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) (VASCONCELLOS et al., 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem baseada em problemas, como se sabe, não é a única nem a mais perfeita metodologia de ensino (LEON e ONOFRIO, 2015). Por outro lado, alinhamo-nos a Prado et al. (2012), quando colocam que “Novas tendências pedagógicas apontam a necessidade da formação de um profissional crítico-reflexivo, capaz de transformar sua realidade social.” A experiência nesse curso foi positiva e pretendemos aplicar a mesma metodologia nos próximos eventos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A aprendizagem baseada em problemas, como se sabe, não é a única nem a mais perfeita metodologia de ensino (LEON e ONOFRIO, 2015). Por outro lado, alinhamo-nos a Prado et al. (2012), quando colocam que “Novas tendências pedagógicas apontam a necessidade da formação de um profissional crítico-reflexivo, capaz de transformar sua realidade social.” A experiência nesse curso foi positiva e pretendemos aplicar a mesma metodologia nos próximos eventos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0407.pdf> Captado em 02/02/2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Captado em 02/02/2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Federal, de 05/10/1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29/04/2009. Instituto do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm Captado em 14/08/2015 Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. 1990a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. 1990b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Ministério da Saúde/GM. Portaria de Consolidação Nº 1, de 28/09/2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Anexo LXXIX – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS (Origem: PRT MS/GM 3120/1998, Anexo 1). DOU – Suplemento ao nº 190, de 03/10/2017, p.498–501. Disponível em <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/outubro/18/Portarias-de-Consolidacao-do-SUS.pdf> Captado em 07.11.18.
- BRASIL. MPOG–SRH. Portaria Normativa nº 3, de 07/05/2010. Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC). Diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771> Captado em 02.03.17.
- BRASIL. MS. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23/08/2012 – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html Captado em 02.03.17.
- CURRAN, V.R.; SHARPE, D.; FORRISTALL, J.; et al. Student satisfaction and perceptions of small group process in case-based interprofessional learning. *Med Teach*; 30(4): 431–3, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/01421590802047323>
- GAZE, R.; LEÃO, L.H.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Os movimentos de luta dos trabalhadores pela saúde. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 257–356. 600 p.
- IVICEK, K.; de CASTRO, A.B.; SALAZAR, M.K.; et al. Using problem-based learning for occupational and environmental health nursing education: pesticide exposures among migrant agricultural workers. *AAOHN J*; 59(3): 127–33, Mar. 2011. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3717167/> Captado em 02.03.17.
- KELLY-SANTOS, A.; ROZEMBERG, B. Estudo de recepção de impressos por trabalhadores da construção civil: um debate das relações entre saúde e trabalho. *Cad Saude Publica*; 22(5): 975–85, May. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n5/10.pdf> Captado em 02.03.17.
- LEÃO, L.H.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renat): reflexões sobre a estrutura de rede. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 20(1):85–100, jan–mar 2011. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v20n1/v20n1a10.pdf> Captado em 02.03.17.
- LEON, L.B.; ONOFRIO, F.Q. Aprendizagem Baseada em Problemas na Graduação Médica – Uma Revisão da Literatura Atual. *Rev. bras. educ. med.*, 39(4):614–619. Dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022015000400614&lng=en&nrm=iso Captado em 09.02.2017.
- MITRE, S.M.; MEIRELLES, C.A.B.; MORAIS-PINTO, N.M.; et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciênc. saúde coletiva*; 13(supl.2):2133–2144, dez. 2008. ilus Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018 Captado em 09.02.2017.
- NICHIIATA, Lúcia Yasuko Izumi et al. Evolução dos isolamentos em doenças transmissíveis: os saberes na prática contemporânea. *Rev. esc. enferm. USP*; 38(1):61–70, 2004, Dez. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100008 Captado em 09.02.2017.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de negociação coletiva e resolução de conflitos no serviço público. Organização Internacional do Trabalho, Departamento das Atividades Sectoriais. Genebra: OIT, 2011. [111 p.] Disponível em http://www.oibrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/manual%20de%20negociacao%20coletiva%20portugues_858.pdf Captado em 09.02.2017.
- PACHECO, M.V.; GAZE, R.; ANDRADE, E.T.; LYRA, A. Saúde do Trabalhador: Interface com o Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança (PROPII; PROEX; PROGEPE) NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Ministério da Educação. Universidade Federal de Ouro Preto/Pró-Reitoria de Extensão. Ouro Preto/MG, 09/09/2016. Disponível em http://www.cbeu.eventssystem.com.br/exibir_trabalho.php?id=2545 Captado em 09.02.2017.

PRADO, M.L.; VELHO, M.B.; ESPÍNDOLA, D.S.; et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*; 16(1): 172-177, jan.-mar. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100023 Captado em 09.02.2017.

TEIXEIRA, P. & Valle, S. (Org.) *Biossegurança: Uma abordagem multidisciplinar*. RJ: Ed. FIOCRUZ. 2. ed., 2010.

VADALI, M.; RAMACHANDRAN, G.; BANERJEE, S. Effect of training, education, professional experience, and need for cognition on accuracy of exposure assessment decision-making. *Ann Occup Hyg*; 56(3): 292-304, 2012 Apr. Disponível em <https://academic.oup.com/annweh/article-lookup/doi/10.1093/annhyg/mer112> Captado em 09.02.2017.

VASCONCELLOS, L.C.F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 401-422. 600 p. Disponível em <https://www.multiplicadoresdevisat.com/saude-trabalho-direito-livro> Captado em 08.11.2018.

VASCONCELLOS, L.C.F.; Gaze, R. Saúde, trabalho e ambiente na perspectiva da integralidade: o método de Bernardino Ramazzini. *Revista Em Pauta*, 32(11):65-88. 2013. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10156/8139> Captado em 09.02.2017.



Salud del Trabajador y Bioseguridad en la UFF: caso real y diálogo posibles

Workers' Health and Biosafety in the UFF - real case and possible dialogues

Rosângela Gaze
Profesora Adjunta, Universidad Federal del Rio de Janeiro
rosangelagaze@gmail.com

Marcia Vieira Pacheco
Médica Sanitarista del Trabajo, Fundação Oswaldo Cruz
mar7mares@gmail.com

Elsa Thomé Andrade
Investigadora, Fundação Oswaldo Cruz
migmau@terra.com.br

Antonio Fernando Lyra da Silva
Professor Adjunto, Universidad Federal Fluminense
antoniof.lyra@id.uff.br

RESUMEN

Este artículo relata experiencia exitosa de atividade extensionista vinculada ao programa de sensibilização e capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense, na modalidade de curso introdutório aberto. O curso foi realizado em três dias (com carga horária de 24, hs), tendo como tema central o processo de construção do campo da saúde do trabalhador no Brasil, com ênfase na história, seu escopo técnico-legal e sua operacionalidade em vigilância da saúde. A utilização da metodologia de aprendizagem baseada em problemas como estratégia de sensibilização, especialmente pela opção de um estudo de caso real associado à dramatização pelo suspense, mostrou-se tanto integradora de todo o grupo como sensibilizadora para a proposta do conteúdo em si. Essas observações derivam-se da sistematização e análise livre dos conteúdos dos relatos e respostas dos participantes. A experiência nesse curso foi positiva e pretendemos aplicar a mesma metodologia nos próximos eventos.

Palavras-chave: Vigilância em Saúde do Trabalhador; Biossegurança; Extensão Universitária; Aprendizagem Baseada em Problemas; Vigilância Epidemiológica.

ABSTRACT

This article reports successful experience of extension activity linked to the program of awareness and training in biosafety of the Federal Fluminense University in the modality of open introductory course. The course was carried out in three days (24 working hours) with the central theme of construction process of the field of worker health in Brazil with an emphasis on history, technical-legal scope and operability in health surveillance. The use of problem-based learning methodology as a sensitization strategy, especially through the option of a real case study associated with dramatization through thriller, proved to be able to integrate the entire group and raise awareness of the own proposal content. These observations derive from the systematization and free analysis of the contents of reports and responses of the participants. The experience in this course was positive and we intend to apply the same methodology in the next events.

Keywords: Surveillance of the Workers' Health; Biosafety; University Extension; Problem-Based Learning; Epidemiological Surveillance.

INTRODUCCIÓN

La inserción del campo Salud del Trabajador (ST) en las relaciones salud/trabajo es reciente ubicada en el final de los años 80 e inicio de los 1990, consonante a la formación, construcción e institución del Sistema Único de Salud (SUS) (BRASIL, 1988). La ST, para Vasconcellos (2011), funda la relación del Estado como proveedor de una política pública indistinta para el conjunto de los trabajadores brasileños e invoca el derecho a la salud en su amplio espectro de ciudadanía plena, arbolando para sí la égida de las relaciones salud/trabajo en el Estado Democrático de Derecho, trascendiendo así el derecho laboral, seguridad social y otros derechos limitantes. En ese contexto surgen evidencias de epidemias de silicosis, bencenismo, asbestosis, intoxicaciones por plomo y mercurio, Enfermedades Osteomusculares Relacionadas al Trabajo (DORT), entre otras (GAZE, LEÃO & VASCONCELLOS, 2011). Faz del padecimiento en el contexto de la reestructuración productiva de la modernidad, los denominados agravios mentales relacionados al trabajo – todavía en el silencio epidemiológico característico de eventos cuyo diagnóstico depende del abordaje clínico atento y no disponen de registros de imágenes, ni de alteraciones bioquímicas, serológicas o biomoleculares – desafían la construcción de nuevos recursos semióticos e indicadores epidemiológicos.

SUS, en 1999, estableció la actual lista de enfermedades relacionadas al trabajo, balizando la implementación de las acciones de asistencia y vigilancia de salud del trabajador y de caracterización administrativa de los agravios por la pericia médica de la Seguridad Social. El Ministerio de la Salud mantiene, en función de la actual Política Nacional de Salud del Trabajador y Trabajadora (PNSTT), editada en 2012, la competencia de realizar revisión periódica de la relación oficial de enfermedades al trabajo (BRASIL, 2012).

La PNSTT tiene como principios y directrices: Universalidad; Integralidad; participación de la comunidad, de los trabajadores y del control social; descentralización; jerarquización; equidad y precaución. Entre sus objetivos están “fortalecer la Vigilancia en Salud del Trabajador (Visat) e la integración con los demás competentes de la Vigilancia en Salud”, identificando necesidades, demandas y problemas de salud de los trabajadores en el territorio, analizando la situación de salud de los trabajadores, interviniendo en los procesos y ambientes de trabajo, construyendo tecnologías de intervención/evaluación/monitoreo de las acciones de Visat mediante la participación de los trabajadores y de sus organizaciones (BRASIL, 2012).

Se tiene, del expuesto, que perspectiva histórica, directrices político-legales y epidemiología, en síntesis, apuntan que la dinámica del proceso salud/trabajo/enfermedad requiere la actuación interdisciplinar, interinstitucional y la participación activa del trabajador/servidor en la transformación de ambientes, procesos y organización del trabajo en el sentido de la atención integral de la salud del trabajador/servidor.

Bioseguridad es un termo utilizado para caracterizar un conjunto de procedimientos, principios de contención, tecnologías y prácticas que deben ser implantadas para prevenir el uso no intencional, la exposición a agentes biológicos y toxinas, o la liberación accidental de esas (TEIXEIRA & VALLE, 2010). Las infecciones transmisibles en actividades ocupacio-

-nales y la adhesión a las acciones de bioseguridad, en nivel internacional, están entre los mayores desafíos enfrentados por instituciones de salud (NICHIIATA et al., 2004).

El Programa de Sensibilización y Capacitación en Bioseguridad de la Universidad Federal Fluminense – en articulación intrainstitucional, con las Pro-rectoría de Extensión (PROEX), de Investigación, de posgrado e Innovación (PROPTI), Gestión de Personas (PROGEPE), e interinstitucional, con sectores de la FIOCRUZ y con la Asociación Nacional de Bioseguridad (Anbio) – objetiva: (I) Capacitar los profesionales (docentes y técnico-administrativos) y alumnos de los laboratorios de investigación biológica, biomédica y de salud en los diversos campos de la Bioseguridad y atención a la salud de los servidores; (II) Formar multiplicadores en Bioseguridad para implementar acciones efectivas en unidades de investigación y salud y (III) Mejorar el conocimiento en análisis de riesgo para desarrollar acciones en el control de la diseminación de agentes biológicos, químicos y físicos en laboratorios de investigación y unidades de salud. Las relaciones de ese Programa con la Salud del Trabajador, en fase de sensibilización de la comunidad universitaria, pueden ser ilustradas por las actividades de: I) Inserción reflexiva en grupo de trabajo multiprofesional/interdisciplinar, II) Participación, planeamiento y realización de tres simposios de sensibilización en Bioseguridad en los años de 2014, 2015 y 2016; III) Realización de Curso de Extensión Introducción a la Salud del Trabajador: Aspectos Histórico-Legales y Vigilancia en Salud; IV) Presentación del Poster Salud del Trabajador: interface con el programa de sensibilización y capacitación en Bioseguridad (PROPII; PROEX; PROGEPE) en Universidad Federal Fluminense (PACHECO et al., 2016).

El objetivo central de este artículo es relatar la experiencia de realización de ese curso, esperando contribuir para la construcción de otros eventos alineados a esa propuesta y metodología, posibilitando ampliar reflexiones y transformaciones en la perspectiva de la atención integral a la salud del trabajador/servidor.

El Curso de Extensión Introducción a la Salud del trabajador: Aspectos Historicos-legales y vigilancia en Salud.

El curso – en conjunto con UFRJ y FIOCRUZ – es registrado en el SIGPROJ (Numero 224284.1113.212032.23022016) y abordó el contenido programático: I) Aspectos políticos e histórico-legales; II) Fundamentos y acciones de la VISAT; III) Aporte teórico/operacional de la Políticas de Atención a la Salud del Servidor Público Federal/PASS y del actual Subsistema Integrado de Atención a la Salud del Servidor/SIASS; y IV) Conceptos, organización y la necesaria actuación conjunta de las vigilancias epidemiológica, sanitaria y ambiental en SUS.

La divulgación fue efectuada a través del folleto impreso y digital (fig. 1), en intranet UFF y los medios externos, incluyendo redes sociales, y las inscripciones, realizadas en medio electrónico, ocurrieron en el periodo de 20 hasta 28/abril/16, teniendo como público objetivo profesores y

1 Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança da Universidade Federal Fluminense. Disponible en <http://www.extensao.uff.br>.

alumnos del área de Ciencias de la Salud y técnicos de otras instituciones. Las inscripciones fueron abiertas a los interesados en general, tanto de la comunidad universitaria como de la comunidad externa/población.

Curso de Extensão
INTRODUÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Aspectos históricos – legais
Vigilância em saúde do trabalhador/servidor

INSCRIÇÃO GRATUITA (40 vagas)

Público Alvo: Professores e alunos da área de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e técnicos de outras instituições.

UFF Universidade Federal Fluminense

PROEx PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

- > **Dias:** 03 a 05 de maio de 2016
Horário: 8h às 12h / 13h às 17h
- > **Carga horária:** 20h
- > **Local:** Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, sala 609
Campus do Valonguinho - Centro - Niterói / RJ
- > **Coordenadora:** Dra. Márcia Vieira Pacheco
PROGEPE/CASQ/DPSU/SIASS
- > **Equipe:**
Prof.ª Elsa Thomé Andrade - SIASS/RJ e CEST EH/Fiocruz
Prof.ª Rosângela Gaze - FM/RJ e SIASS/RJ
- > **Inscrições:** 20 a 28 de abril de 2016
- > **Link para inscrição:** <http://goo.gl/forms/V8zg49e8Yw>
- > **Contato:** biossegurancauff@gmail.com

Logos: FINECRIA, PROGEPE, SIASS, PROPPJ, UFRJ, Conselho de Extensão, Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação, Conselho de Graduação.

Figura 1: Folleto de Divulgación del Curso de Extensión

El curso se desarrolló en su carga horaria plena (24 horas), en el período de 03 hasta 05/05/16, en el Campus Valonguinho de la UFF, Niterói/RJ.

Contemplando aspectos conceptuales históricos y legales sobre las relaciones entre ambientes, procesos y organización del trabajo y la salud de los trabajadores/servidores, y con metodología participativa, se estableció un diálogo sobre la relevancia de las acciones de promoción de la salud en el trabajo, siendo incorporadas a las reflexiones colectivas las experiencias traídas por los alumnos – calificándolas en cambio de saberes técnicos y científicos – demostrando y valorando la relevancia de la participación del trabajador/servidor en la transformación de sus propias condiciones de trabajo.

Alineando la construcción histórica de lo que hoy entendemos por Salud del Trabajador, reflexionamos sobre la importancia de Ramazzini en el reconocimiento de las relaciones trabajo-enfermedad, Gramsci y la historia de los movimientos de los trabajadores por derechos, diferencias conceptuales y prácticas entre salud del servidor, el papel de los determinantes sociales de salud en las actuales relaciones de producción y la necesidad de más protagonismo del trabajador en las acciones de Visat. Las ventajas de la actuación conjunta de las vigilancias epidemiológica,

sanitaria, ambiental y de la Visat en SUS – Vigilancia en Salud – fueron presentadas y ‘demostradas’ durante las reflexiones promovidas por el rutero problemático del estudio de caso.

Buscando sensibilizar los participantes para la continuidad y ampliación de la temática del curso actual, para y con otros actores sociales, los ejes de la Vista – participación del trabajador/servidor, intersectorialidad e interdisciplinaridad – fueron presentados como principios que fueron norte de la atención integral a la salud del trabajador/servidor y contribuyentes para la construcción de espacio interinstitucional e interdisciplinar permanente, el fortalecimiento cotidiano de las acciones en bioseguridad, la atención integral a la salud del trabajador/servidor en SUS y en SIASS (BRASIL, 2009), la preservación del ambiente y el respeto al marco legal que fundamenta esas acciones.

MATERIALES Y MÉTODOS

El relato de experiencia del Curso “Introducción a la Salud del Trabajador: Aspectos Históricos-legales y Vigilancia en Salud” se fundamentó en la revisión de textos de referencia y normativas legales sobre la ST en lo que se relaciona a los contenidos debatidos con los alumnos y en la revisión sistemática de la literatura pautada en el campo de intereses ST y en la metodología de aprendizaje basada en problemas.

El texto cuestionador utilizado se constituye en el relato de caso real de exposición ocupacional al virus de hepatitis A de una de las docentes del curso. La selección de ese material didáctico buscó atender a la interface con el Programa de Sensibilización y Capacitación en Bioseguridad de la Universidad Federal Fluminense. La construcción del texto fue elaborada de modo a omitir datos de identificación que permitiesen, en un primer momento, la revelación de la docente involucrada, preservando el elemento sorpresa como recurso pedagógico de sensibilización. Ese material contaba también con rutero cuestionador de 16 cuestiones relativas a la salud del trabajador y a la salud pública, más específicamente sobre las vigilancias (epidemiológica, sanitaria, visat y ambiental), para ser discutidas y respondidas por los participantes de los grupos.

Antes del curso, un material bibliográfico fue enviado, por correo, a los participantes (Cuadro 1).

Cuadro 1: Material Bibliográfico del Curso

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil Federal, de 05/10/1988. Disponible en: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm

Brasil. Decreto n° 6.833, de 29/04/2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponible en: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm Captado em 14/08/2015.

Brasil. Lei Federal n° 8.080, de 19/09/1990 (Lei Orgânica da Saúde) - Condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamen

to dos serviços correspondentes. Disponible en: <http://renastonline.org/recursos/lei-n%C2%BA-8080-19-setembro-1990>

Brasil. Lei n° 8.142, de 28/12/1990 - Participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Brasil. MPOG-SRH. Portaria Normativa n° 3, de 07/05/2010. Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC). Diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor.

Brasil. MS. Ministério da Saúde. Portaria n° 1.823, de 23/08/2012 - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponible en: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html

Leão, Luís Henrique da Costa; Vasconcelos, Luiz Carlos Fadel. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast): reflexões sobre a estrutura de rede. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 20(1):85-100, jan-mar 2011.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de negociação coletiva e resolução de conflitos no serviço público. Organização Internacional do Trabalho, Departamento des Actividades Sectoriais. Genebra: OIT, 2011. [111 p.]

Teixeira, P. (Org.) Biossegurança: Uma abordagem multidisciplinar. RJ - Ed. FIOCRUZ. 2. ed., 2010.

Vasconcelos, Luiz Carlos Fadel. Duas políticas, duas vigilâncias, duas caras. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, 38 (128): 179-198, 2013.

Vasconcelos, Luiz Carlos Fadel; Almeida, Carmen Verônica Barbosa; Guedes, Dimitri Taurino. Vigilância em Saúde do Trabalhador: passos para uma pedagogia. *Trab. Educ. Saúde*, v. 7 n. 3, p. 445-462, nov.2009/fev.2010.

Vasconcelos, Luiz Carlos Fadel; Gaze, Rosângela. Saúde, trabalho e ambiente na perspectiva da integralidade: o método de Bernardino Ramazzini. *Revista Em Pauta*, n.32, v.11, p.65-88, 2013.

Revisión Bibliográfica (05/02/2017)

Partiendo de la Salud del Trabajador como campo de interés, la revisión buscó explorar el estado del arte de la producción científica sobre el uso de la metodología de aprendizaje basada en problemas como estrategia de sensibilización para la ST. A través del Portal “Biblioteca Virtual en Salud-BVS”, mediante al uso de los descriptores “Aprendizaje basada en problemas” y “Salud del Trabajador” en búsqueda compuesta, se ubicaron 78 documentos, restando 38 textos completos integrantes de las Bases Medline (Literatura Internacional en Ciencias de la Salud, LILACS (Literatura Latinoamericana y Caribeña en Ciencias de la Salud) y BDEF (Base de datos de enfermería). Seleccionamos para lectura, por el asunto principal, 29 artículos relacionados al curso que estamos a relatar (Cuadro 2), siendo que algunos de esos estuvieron indexados en uno o más de los asuntos enumerados. Tres duplicados fueron retirados del corpus, restando 26 documentos, todos indexados por el asunto principal “aprendizaje basada en problemas”. De esos 26, fueron indexados también como Per-

Salud 15 artículos, Salud del Trabajador (6), Estudiantes de Ciencias de la Salud (3), Exposición Ocupacional (1) y Ocupaciones en Salud (1). De los tres artículos indexados como “estudiantes de Ciencias de la Salud”, dos estuvieron incluidos en “salud del trabajador”, lo que también ocurrió con el relativo a la “exposición ocupacional”. Es importante destacar que el artículo sobre “ocupaciones de salud” fue indexado como “personal de salud”, pero no como “salud del trabajador”.

Cuadro 2: Corpus revisado según asuntos principales indexados y justificativas para selección

<i>Asunto principal</i>	<i>Justificativas para selección relacionada al Curso</i>
Aprendizaje Basada en Problemas	Método utilizado
Personal de Salud	Interface con el Programa de Bioseguridad que lo abrigó
Salud del Trabajador	Tema y objetivo central
Estudiantes de Ciencias de la Salud	23 graduandos y pos-graduandos inscritos
Exposición Ocupacional	Relación con el caso estudiado de exposición ocupacional a virus
Ocupaciones en Salud	Médica sanitarista enferma en proceso de trabajo

Los resultados aquí presentados se refieren a las evaluaciones voluntarias y anónimas de los docentes sobre el curso – consonante al reglamentado por la Resolución CNS 510/2016 sobre “normas aplicables a investigaciones en Ciencias Humanas y Sociales” – y resguardan la identidad individual e institucional de cada alumno, considerándose, como consentimiento libre y aclarado, la propia efectuación del rúter evaluativo (BRASIL, 2016). Debido al pequeño número de participantes, omitimos algunos datos demográficos, inclusive profesiones y de vinculación institucional, para asegurar más sigilo. La investigación no está registrada en el sistema CEP/CONEP por encuadrarse en el dispuesto en el inciso VIII del párrafo único de esa Resolución, visto que la naturaleza de la actividad de extensión universitaria se restringió a la enseñanza, sin finalidad de investigación científica, de profesionales y de alumnos de grado.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

De los 33 inscritos, participaron 20 personas, de amplitud etaria entre 19 y 55 años, siendo 18 mujeres y dos hombres, con perfil diversificado de inserción institucional: trabajadores del SUS, servidores públicos actuantes en SIASS de varios órganos de la Administración Pública Federal, estudiantes de grado y posgrado en Enfermería, trabajadores de salud del sector privado.

Después de las presentaciones iniciales y división del grupo de 20 alumnos en cuatro grupos de cinco personas, el estudio de caso – texto-

cuestionador – fue distribuido para lectura en un espacio de 90 minutos en la segunda parte de la mañana del primer día.

En la primera hora de actividades de la tarde – después de la lectura, discusión y respuestas –, cada grupo, aleatoriamente, fue motivado a contestar colectivamente las preguntas con la participación de todos en los debates. En el desarrollo de esa dinámica, las docentes, de modo integrado y lúdico, fueron revelando gradualmente que el caso era real y el actor social – o ‘mejor’, la víctima – estaba presente. Y, ‘el mejor’, era una de las docentes.

En el restante de esa primera tarde y del día siguiente, se pasó a la presentación participativa y reflexión colectiva del contenido programático, tras la superación de dificultades con los medios – recursos tecnológicos que de hábito desafían la creatividad docente – que fueron transformadas en ‘recurso’ de mayor integración docente-discente.

En el tercer y último día, fundamentada en el texto-problema y en los contenidos debatidos en los otros momentos, la evaluación del curso por los dicentes fue efectuada mediante la aplicación de un pequeño teste de siete preguntas (Cuadro 3) de conocimientos adquiridos sobre las principales similitudes y discrepancias entre vigilancia epidemiológica y vigilancia en salud del trabajador (Visat). Sugerencias y comentarios en formato libre también fueron solicitados.

Cuadro 3: Material para Evaluación del Curso por los dicentes

<i>Vigilância Epidemiológica</i>	<i>Visat</i>
¿Qué es Vigilancia Epidemiológica?	¿Qué es Visat?
¿Cuál es el concepto de caso notificado?	¿Cuál es el concepto de caso notificado?
¿Cuál el concepto de investigación epidemiológica?	¿Cuál el concepto de investigación epidemiológica?
¿Cómo fueron detectados 45 casos no notificados al CMS?	¿Cuándo un accidente por material biológico es notificado, es efectuada la búsqueda activa de otros casos en el mismo ambiente de trabajo? Justifique.
¿Cuáles medidas la EMATEG dejó de tomar y que pueden haber causado y contribuido para la propagación del surto?	¿Cuáles medidas CISSP* podría adoptar y que pueden contribuir para el control de esos accidentes?
¿Cuál el sector del SUS tiene la capacidad de fiscalizar y multar establecimientos y prestadores de servicios que causan daños a la salud	¿Cuáles instancias institucionales tiene la capacidad de desarrollar acciones de vigilancia en salud del servidor?
¿Qué controlaría el surto?	¿Qué haría para evitar la ocurrencia de accidentes con material biológico?

De los 20 participantes, 16 efectuaron la evaluación del Curso, 14 mujeres y dos hombres de vinculación institucional y profesiones heterogéneas.

De las respuestas, evaluaciones y comentarios de los alumnos seleccionamos las consideradas representativas de la contribución del curso en la apropiación de informaciones y conocimientos por los docentes, estableciendo analogías con los temas abordados. Lo dicho por los docentes fueron reformulados y sintetizados en el Cuadro 4, para facilitar la lectura y por razones éticas, sin perjuicio para el contenido.

Cuadro 4: Evaluaciones y comentarios de los discentes sobre el Curso.

<i>Evaluaciones y comentarios de los alumnos</i>	<i>Contenidos</i>
Me parece importante la historia, de dónde surgieron los hechos relevantes que nunca había escuchado acerca.	Importancia de Ramazzini en el reconocimiento de las relaciones trabajo-enfermedades.
El curso de salud del trabajador nos hizo entender que no podemos dejarnos someter al sistema de trabajo. Necesitamos compartir, entender, comprender y ayudar al otro. Durante el intercambio de saberes, docentes se movilizaron a punto de asumir el papel docente en la explicación del diagrama representando el abordaje complejo del sistema de trabajo. [observación de los autores]	Gramsci y la historia de los movimientos de los trabajadores por derechos. Sistema de Trabajo – Conjunto de situaciones involucradas en la realización del trabajo en sí (el proceso), en el local donde se realiza (el ambiente) y en la forma como se realiza (condiciones).
Pude entender qué es salud del trabajador. En la facultad no se hablaba de salud del trabajador y sí de la salud ocupacional. Ahora entendí las diferencias	Diferencias conceptuales y prácticas entre salud ocupacional y salud del trabajador.
Aprendí conceptos de determinantes sociales de salud. Entendí el significado de atención integral a la salud.	El papel de los determinantes sociales de salud en las actuales relaciones de producción. Atención integral a la salud.
La investigación epidemiológica en Visat tiene el objetivo de, junto con el trabajador, buscar entender como ocurrió el caso notificado, el porqué del ocurrido, qué podría y podrá ser hecho para cambiar tal ocurrencia. La vigilancia en salud del trabajador posee valor central para la construcción de acciones. Observa el trabajador inserto en la relación salud-trabajo en su integralidad. Gana una mirada diferenciada. El trabajador es quien conoce su cotidiano. Es actor/agente político de su transformación. De víctima a agente transformador.	Visat. Necesidad de más protagonismo del trabajador en las acciones. Saber del trabajador.

Avaliação e comentário dos alunos	Conteúdo pragmático
Con ejemplos reales, aprendí la importancia de la vigilancia en salud, de la interdisciplinaridad e intersectorialidad.	<i>Vigilancia en salud – actuación conjunta de las vigilancias epidemiológica, sanitaria, ambiental y de la Visat en SUS – fueron presentadas y ‘demostradas’ durante las reflexiones promovidas por el rúter cuestionador del estudio de caso.</i>
Investigación más amplia del proceso salud-enfermedad. No busca solo datos estadísticos. Busca transformar.	<i>Vigilancia en Salud es información que transformada en acción transforma personas y situaciones para mejor caminar en la vida.</i>
Con un rescate histórico, aprendí cuestiones de prevención y promoción de la salud del trabajador como servidor, y como persona, susceptible a agravios. Muy aclarador, reflexioné acerca de mi pasado profesional, acosos, falta de informaciones sobre los derechos del trabajador. Hubo época en que legislación era privilegio de pocos.	Aspectos políticos e históricos-legales. La historia de la construcción de las políticas de atención a la salud del servidor. Promoción de la salud del trabajador/servidor.
Aunque siendo una introducción a esos conceptos, contribuyó mucho para mi entendimiento de las diferencias entre enfermería del trabajo y salud del trabajador.	El proceso de Vigilancia y la interdisciplinaridad. Cada disciplina del conocimiento humano – científico, cultural o empírico – tiene su papel en el proceso de vigilancia.

Considerando que éste artículo objetiva relatar la experiencia de un curso introductorio sobre la salud del trabajador, que juzgamos exitosa, destacamos que las evaluaciones y comentarios de los alumnos ilustran la apropiación de conocimientos y, especialmente, la dinámica en que se efectuó tributada al uso de la metodología de aprendizaje basada en problemas (LEON & ONOFRIO, 2015; MONTEIRO et al. 2007).

La opción por el estudio de caso real, inserto en la trayectoria profesional de docente del curso, y la estrategia de dramatización por el ‘suspenso alrededor de la revelación’ se mostraron adecuadas como recurso pedagógico e integrador en la relación docente-discente. Esa dinámica actuó como facilitadora de empatía y respeto – (objetiva y subjetivamente) pues, si de un lado se admitía la posibilidad de error (humano), de otro eran apuntadas fallas en el sistema para que el error ocurriese. Además, en esa primera aproximación de los contenidos que serían abordados, se destacan aspectos históricos y conceptuales de la ST en no estar de acuerdo con la culpabilidad de la víctima de accidentes y enfermedades relacionadas al trabajo (OIT, 2011).

La elección de un caso de exposición a la enfermedad transmisible (hepatitis A), envolviendo una servidora, como hilo conductor de discusiones sobre ST fue acertada – generando motivación y debates – tanto por ser poco usual como por estar en el contexto de un curso de sensibilización y capacitación en bioseguridad direccionado para servidores. Algunos dicentes se refirieron a la adquisición de conocimientos sobre aspectos históricos de la ST. Abordamos en más profundidad la historia de

las luchas por la reducción de la jornada de trabajo para las ocho horas y la tragedia de Chicago el Primer de Mayo de 1886, que originó la celebración del Día Internacional del Trabajo. Destacamos la solidaridad de trabajadores que, aunque ausentes de la revuelta que culminó en la prisión de compañeros, se entregaron y, juzgados, fueron decapitados. En las reflexiones que sucedieron, se abordó la modificación de comportamiento de aquella época para los días actuales – obviamente sin apología al ‘suicidio’ colectivo –, apuntado para el lado desagregado de la reestructuración productiva en que el trabajador/servidor es llevado a mirar como ‘enemigo’ el colega para que el sistema de trabajo continúe a ampliar sus lucros (ANTUNES & PRAUN, 2015).

Otro aspecto histórico mencionado fue el papel de Ramazzini en los conocimientos sobre las enfermedades advenidas en las actividades de trabajo. En ese sentido, fundamentamos la argumentación de que el abordaje de ese médico parmaziano, del siglo XVII-XVIII, era lo que hoy pretendemos en lo que dice respeto a la atención integral a la salud del trabajador (VASCONCELLOS y GAZE, 2013). Se constató que parte considerable de los discentes – algunos especializados o en especialización en salud ocupacional – no conocía el trabajo de Ramazzini; por el interés demostrado en clase y en los comentarios evaluativos, esperamos que el conocimiento adquirido estimule esos discentes en la búsqueda por más profundidad y en el desarrollo del raciocinio crítico (LEON y ONOFRIO, 2015). Mitre et al (2008) mencionan que, en el mundo contemporáneo, un trabajo en salud evidencia la necesidad de integración entre teoría y práctica y ‘una visión integral del hombre’. En ese sentido, esperamos haber contribuido en la transformación de sus prácticas de salud.

En el corpus bibliográfico, construido bajo la investigación compuesta por el método de enseñanza (aprendizaje basada en problema) y el campo de interés (Salud del Trabajador), entre los 26 artículos – en especial en los seis indexados como ST – no encontramos ninguno referente a la Visat. El abordaje de los textos estuvo direccionada para la clásica salud ocupacional (VASCONCELLOS, 2011) con mediciones de riesgo (VADALI et al., 2012), corroborando logros sobre el desconocimiento de las acciones de salud del trabajador y reducida participación de los trabajadores en la fiscalización de los procesos de trabajo (KELLY-SANTOS & ROZEMBERG, 2006).

Comentarios de algunos alumnos dejan entrever la satisfacción con el método de aprendizaje: “con ejemplos reales, aprendí la importancia de la vigilancia en salud, de la interdisciplinaridad e intersectorialidad” y “con un rescate histórico, aprendí cuestiones de prevención y promoción de la salud del trabajador como servidor, y como la persona, susceptible a agravios”. Curran et al. (2008) relatan haber encontrado más satisfacción de los discentes en la experiencia de aprendizaje interprofesional basada en casos.

Otro aspecto favorable al uso de ese abordaje pedagógico está en el énfasis a la colaboración en grupo en la resolución de dificultades, limitaciones y conflictos con base en los escenarios del mundo real. La práctica de los trabajadores/servidores de la salud requiere habilidades en la mediación de conflictos, en especial en el enfrentamiento de emergencias de salud pública, decurrentes de tragedias ambientales, accidentes de trabajo individuales, o hasta enfermedades transmisibles que pueden exponer y enfermar trabajadores y comunidades (IVICEK et al., 2011). Así, la meto

dología del Curso contribuye para reflexiones fundamentadas en la reproducción de la dinámica del caso real.

La extensión universitaria, en sus contribuciones de dialogo y transformación social, requiere aportes pedagógicos para la movilización (HENRIQUES, 2013), sea de la comunidad universitaria o de la comunidad extramuros. La diversidad y la evaluación positiva de los participantes, per se, apuntan para el potencial impacto de ese curso en la actuación interdisciplinar y dialógica necesarias a la transformación y a la construcción de una Visat, según su directrices legales (BRASIL 1990a y 1990b; BRASIL, 2010; BRASIL, 2012; BRASIL, 2017), y consonante a los objetivos de consolidación de una Red Nacional de Atención Integral a la Salud del Trabajador (Renast) (VASCONCELLOS et al., 2011).

CONSIDERACIONES FINALES

El aprendizaje basado en problemas, como se sabe, no es la única ni la más perfecta metodología de enseñanza (LEON y ONOFRIO, 2015). Por otro lado, alineémonos a Prado et al. (2012), cuando ponen que “Nuevas tendencias pedagógicas apuntan a la necesidad de la formación de un profesional crítico-reflexivo, capaz de transformar su realidad social.” La experiencia en ese curso fue positiva y pretendemos aplicar la misma metodología en los próximos eventos.

REFERÊNCIAS

A aprendizagem baseada em problemas, como se sabe, não é a única nem a mais perfeita metodologia de ensino (LEON e ONOFRIO, 2015). Por outro lado, alinhamo-nos a Prado et al. (2012), quando colocam que “Novas tendências pedagógicas apontam a necessidade da formação de um profissional crítico-reflexivo, capaz de transformar sua realidade social.” A experiência nesse curso foi positiva e pretendemos aplicar a mesma metodologia nos próximos eventos.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf> Captado em 02/02/2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Captado em 02/02/2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Federal, de 05/10/1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29/04/2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm Captado em 14/08/2015 Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990 (Lei Orgânica da Saúde). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. 1990a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. 1990b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm Captado em 02.03.17.
- BRASIL. Ministério da Saúde/GM. Portaria de Consolidação Nº 1, de 28/09/2017. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Anexo LXXIX – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador no SUS (Origem: PRT MS/GM 3120/1998, Anexo 1). DOU - Suplemento ao nº 190, de 03/10/2017, p.498-501. Disponível em <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/outubro/18/Portarias-de-Consolidacao-do-SUS.pdf> Captado em 07.11.18.
- BRASIL. MPOG-SRH. Portaria Normativa nº 3, de 07/05/2010. Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC). Diretrizes gerais para implementação das ações de vigilância aos ambientes e processos de trabalho e promoção à saúde do servidor. Disponível em <https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/redirectDownload.htm?id=7771> Captado em 02.03.17.
- BRASIL. MS. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23/08/2012 – Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prti823_23_08_2012.html Captado em 02.03.17.
- CURRAN, V.R.; SHARPE, D.; FORRISTALL, J.; et al. Student satisfaction and perceptions of small group process in case-based interprofessional learning. *Med Teach*; 30(4): 431-3, 2008. <http://dx.doi.org/10.1080/01421590802047323>
- GAZE, R.; LEÃO, L.H.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Os movimentos de luta dos trabalhadores pela saúde. In: VASCONCELLOS, L. C. F.; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.). Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 257-356. 600 p.
- IVICEK, K.; de CASTRO, A.B.; SALAZAR, M.K.; et al. Using problem-based learning for occupational and environmental health nursing education: pesticide exposures among migrant agricultural workers. *AAOHN J*; 59(3): 127-33, Mar. 2011. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3717167/> Captado em 02.03.17.
- KELLY-SANTOS, A.; ROZEMBERG, B. Estudo de recepção de impressos por trabalhadores da construção civil: um debate das relações entre saúde e trabalho. *Cad Saude Publica*; 22(5): 975-85, May. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n5/10.pdf> Captado em 02.03.17.
- LEÃO, L.H.C.; VASCONCELLOS, L.C.F. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renat): reflexões sobre a estrutura de rede. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 20(1):85-100, jan-mar 2011. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v20n1/v20n1a10.pdf> Captado em 02.03.17.
- LEON, L.B.; ONOFRIO, F.Q. Aprendizagem Baseada em Problemas na Graduação Médica – Uma Revisão da Literatura Atual. *Rev. bras. educ. med.*, 39(4):614-619. Dez. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022015000400614&lng=en&nrm=iso Captado em 09.02.2017.
- MITRE, S.M.; MEIRELLES, C.A.B.; MORAIS-PINTO, N.M.; et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciênc. saúde coletiva*; 13(supl.2):2133-2144, dez. 2008. ilus Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018 Captado em 09.02.2017.
- NICHIIATA, Lúcia Yasuko Izumi et al. Evolução dos isolamentos em doenças transmissíveis: os saberes na prática contemporânea. *Rev. esc. enferm. USP*; 38(1):61-70, 2004, Dez. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100008 Captado em 09.02.2017.
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Manual de negociação coletiva e resolução de conflitos no serviço público. Organização Internacional do Trabalho, Departamento das Atividades Sectoriais. Genebra: OIT, 2011. [111 p.] Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/manual%20de%20negociacao%20coletiva%20portugues_858.pdf Captado em 09.02.2017.
- PACHECO, M.V.; GAZE, R.; ANDRADE, E.T.; LYRA, A. Saúde do Trabalhador: Interface com o Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança (PROPII; PROEX; PROGEPE) NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Ministério da Educação. Universidade Federal de Ouro Preto/Pró-Reitoria de Extensão. Ouro Preto/MG, 09/09/21016. Disponível em http://www.cbeu.events-system.com.br/exibir_trabalho.php?id=2545 Captado em 09.02.2017.

PRADO, M.L.; VELHO, M.B.; ESPÍNDOLA, D.S.; et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. *Esc. Anna Nery Rev. Enferm*; 16(1): 172-177, jan.-mar. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100023 Captado em 09.02.2017.

TEIXEIRA, P. & Valle, S. (Org.) *Biossegurança: Uma abordagem multidisciplinar*. RJ: Ed. FIOCRUZ. 2. ed., 2010.

VADALI, M.; RAMACHANDRAN, G.; BANERJEE, S. Effect of training, education, professional experience, and need for cognition on accuracy of exposure assessment decision-making. *Ann Occup Hyg*; 56(3): 292-304, 2012 Apr. Disponível em <https://academic.oup.com/annweh/article-lookup/doi/10.1093/annhyg/mer112> Captado em 09.02.2017.

VASCONCELLOS, L.C.F. Entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador: as coisas nos seus lugares. In: VASCONCELLOS, L.C.F.; OLIVEIRA, M. H. B. (Org.) *Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*. Rio de Janeiro: Educam, 2011. p. 401-422. 600 p. Disponível em <https://www.multiplicadoresdevisat.com/saude-trabalho-direito-livro> Captado em 08.11.2018.

VASCONCELLOS, L.C.F.; Gaze, R. Saúde, trabalho e ambiente na perspectiva da integralidade: o método de Bernardino Ramazzini. *Revista Em Pauta*, 32(11):65-88. 2013. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/10156/8139> Captado em 09.02.2017.



Contribuições do serviço de Acolhimento com Classificação de Risco (ACR) para o fortalecimento da integração ensino-serviço: relato de experiência

Awareness of the population about the risks of driving under the influence of alcohol

Maria Sinara Farias
Enfermeira. Universidade Estadual do Ceará.
sinarafariasbc@gmail.com

Milena de Melo Abreu
Enfermeira. Santa Casa de Misericórdia de Sobral
enfermilena@gmail.com

Keilla Maria de Azevedo Ponte
Enfermeira. Universidade Estadual Vale do Acaraú.
kellinhaponte@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever vivências no serviço de “Acolhimento e Classificação de Risco” (ACR) de uma emergência adulta e relatar a sua importância e contribuições para a formação pessoal e profissional do acadêmico. É um relato de experiência com uma abordagem qualitativa, realizado no setor de emergência no bloco do acolhimento do hospital de ensino e referência em politrauma da região norte do estado do Ceará, Santa Casa de Misericórdia de Sobral. A atividade vivenciada ocorreu no período de três de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015. Com a vivência no ACR, foi possível destacar a importância da relação aluno-serviço para a formação profissional, essa que é precursora para o desenvolvimento de um bom profissional. Ressalta-se também a influência dessa atividade para o vínculo paciente-acadêmico-profissional, fortalecendo o desenvolvimento profissional e pessoal, aliando a aquisição de habilidades técnica e clínica. Assim, percebe-se a relevância da integração ensino-serviço para uma formação profissional qualificada.

Palavras chave: Acolhimento; Emergência; Extensão; Enfermagem.

ABSTRACT

This article aims to describe experiences in the Reception and Risk Classification (ACR) service of an adult emergency and to report its importance and contributions to the personal and professional training of the academic. It is an experience report with a qualitative approach, carried out in the Emergency sector in the reception block of Hospital of teaching and reference in polytrauma of the Northern region of the State of Ceará, Santa Casa de Misericórdia de Sobral. The activity was experienced in the period from March 3, 2014 to February 28, 2015. With the experience in the ACR it was possible to highlight the importance of the student-service relationship for vocational training, which acts as a precursor to the development of a good professional relationship, it is also highlighted the influence of this activity on the patient-academic-link, that assists not only the professional, but the personal development as well, and also the relevance for the acquisition of technical and clinical skills. Thus, the relevance of the teaching-service integration for a qualified professional formation is perceived.

Keywords: Home; Emergency; Extension; Nursing.

INTRODUÇÃO

Como forma de avanço da construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e tendo como diretrizes a universalidade, a integralidade, a descentralização e a participação social, ao lado da humanização, cria-se, por meio da Portaria GM Nº 1.863, de 29 de setembro de 2003, a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão, tendo como resolução a melhoria do serviço desenvolvido e prestado à população(1).

Em consonância com a Política Nacional de Atenção às Urgências, instituiu-se, em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH), com a proposta de comprometimento com a humanização na atenção básica, especializada e hospitalar. Foram incluídos a assistência pré-hospitalar e serviços de urgência e emergência, esperando-se substituir o modelo centrado na relação queixa-conduta para o modelo centrado na humanização, onde haja respeito pela cultura pessoal, informações sejam confidenciais, tenha-se atenção à saúde de qualidade, alicerçada em tecnologia e acolhimento (2).

O Acolhimento sendo determinado como uma das diretrizes de maior relevância política, ética e estética da PNH, expressa um efeito de aproximação, ato ou efeito de acolher, de estar perto(3). Assim é tido como uma postura e prática nas ações de atenção e gestão nas unidades de saúde, favorecendo na construção da relação de confiança e compromisso entre as equipes e os serviços.

O acolhimento ainda é visto como um dispositivo tecno-assistencial que permite refletir e mudar os modos de operar a assistência, avaliar riscos e vulnerabilidade implica estar atento tanto ao grau de sofrimento físico quanto psíquico, pois, muitas vezes, o usuário que chega andando, sem sinais visíveis de problemas físicos, mas muito angustiado, pode estar mais necessitado de atendimento e com maior grau de risco e vulnerabilidade(3).

Nesse sentido, para a realização de um ACR adequado e de boa qualidade, a Enfermagem é designada como a profissão (e ciência) mais apta, tendo em vista sua capacidade de aproximação e comunicação com a comunidade usuária do sistema.

Assim, ao ver a grande necessidade de tais profissionais para atender a demanda, criou-se o Programa de Integração Ensino-Pesquisa do hospital referência em politrauma da região norte do Ceará, a fim de inserir estudantes de graduação dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Nutrição e Farmácia nos serviços assistenciais e técnicos do

hospital, para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades; desse modo, o serviço do Acolhimento com Classificação de Risco da Emergência Adulto de um hospital de ensino da região Norte do Ceará disponibilizou vagas para a realização de tais atividades para formar acadêmicos pautados na qualificação do acolhimento.

Nesse serviço, o acadêmico, sob supervisão do enfermeiro do setor, desenvolvia atividades referentes ao acolhimento, bem como atendimento inicial a emergências.

O estágio extracurricular no ACR é de extrema relevância para a formação pessoal e profissional do acadêmico, pois faz com que ele desenvolva seu pensamento crítico diante de tantas situações enfrentadas e ainda o olhar clínico para conhecer o que fazer de acordo com cada ocorrência. Portanto, o que a experiência realizada no ACR desenvolveu nos acadêmicos que vivenciaram? Assim, objetivamos descrever vivências no serviço de ACR de uma emergência adulta e relatar a sua importância na vida do acadêmico para a formação pessoal e profissional no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciada no período de março de 2014 a Fevereiro de 2015, a partir de um processo seletivo através de uma prova escrita com temas relacionados à emergência. Em seguida, os selecionados foram submetidos a uma entrevista individual; no fim, os nomeados foram os acadêmicos bolsistas que participaram do Programa de Ensino – Serviço no Acolhimento da Emergência Adulto.

Nessa atividade, são necessários conhecimentos científicos e práticos, olhar clínico e pensamento crítico aliado à sensibilidade e ética profissional.

A análise das informações ocorreu de forma descritiva das atividades desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação profissional do enfermeiro está em constante mudança, buscando ampliação e qualificação. O perfil desejado do egresso de Enfermagem inclui habilidades técnicas e conhecimentos biológicos, sendo enfermeiros críticos e criativos para o processo de cuidar. Para isso, existem várias estratégias para relacionar ensino e aprendizagem, e que a teoria e a prática são essenciais para um currículo integrado e proporcionam

o seu melhor aproveitamento para formar enfermeiros cidadãos. (KAISER; SERBIM, 2009). Isso se alcança não apenas com a teoria, mas também com sua inclusão nos serviços práticos.

Assim, com a inclusão do acadêmico no serviço, em especial no ACR, desenvolve-se a capacidade de pensamento crítico e um olhar clínico, pois há o contato com as mais diversas formas de problema de saúde, cabendo a ele, ao lado da equipe, decidir qual a classificação daquele paciente, ou seja, qual o tempo de espera seguro para o seu atendimento, sendo uma atitude complexa que envolve muitos conhecimentos. A participação ativa do aluno na construção do conhecimento leva a uma formação profissional com a capacidade de atuar criticamente em sua realidade, tornando o aluno capaz de tomar decisões e posicionamentos diante das dificuldades (KAISER; SERBIM, 2009). Assim, a integração do acadêmico no ensino-serviço é capaz de suprir as deficiências existentes sobre o ensinamento de práticas clínicas.

Nesse sentido, ao estarem no serviço, acompanhados de um técnico de Enfermagem e um enfermeiro, o acadêmico tem como responsabilidade, seguindo o protocolo da instituição, conhecer o papel dos companheiros do serviço, colaborar com as atividades dos profissionais alocados no setor, participar de ações educativas elaboradas pelo serviço e conhecer o protocolo do HumanizaSUS, utilizado pela instituição.

Desse modo, o acadêmico atua no setor acolhendo o paciente, que, ao chegar no bloco, fará uma anamnese, analisando a situação/queixa e seus sinais vitais; esses aspectos serão fundamentais para a classificação e identificação de prioridades conforme cor, preconizada pelo Ministério da Saúde. Com esses dados, emite-se uma ficha de atendimento e o acadêmico direciona o paciente até o setor que solucionará a situação. Nos casos em que há a chegada de pacientes politraumatizados, o acadêmico, com os demais profissionais, faz a imobilização e realiza Suporte de Vida Avançado, de acordo com a necessidade.

A relação paciente-acadêmico-profissional é de extrema relevância para o cuidado em saúde. Todas as ações realizadas com foco nessa relação promovem uma melhor integração entre a equipe, o que, no fim, tem grande benefício àquele que necessita de cuidados — o paciente.

Estratificando, a relação entre paciente-acadêmico enfrenta várias barreiras para sua execução, pois, ao verem enfermeiros em formação, o paciente não se sente seguro para ser cuidado por ele, pois existe o medo da realização de atividades errôneas, ao passo que o acadêmico se sente capaz de realizar tais atividades como forma de colocar em prática o estudado da teoria.

No que diz respeito à relação paciente-profissional, essa aproximação com o cuidado permite transformar a realidade da situação de saúde apresentada, pois sua qualidade depende dos esforços e das habilidades do profissional de saúde de adequar-se às características subjetivas de cada paciente (ROCHA, 2011).

Já no que diz respeito ao vínculo acadêmico-profissional, trata-se de uma relação de ensino-aprendizagem, pois o acadêmico, ao realizar cuidados de enfermagem sob supervisão do enfermeiro, é responsável por todo e qualquer procedimento. Assim essa relação deve ser baseada em ética profissional e gerida de forma atenciosa para que o acadêmico se torne um enfermeiro de fato qualificado.

Com a inclusão do acadêmico no serviço, é possível a aplicação prática de conhecimentos adquiridos em teoria, tendo em vista a necessidade de atuar colocando sempre em harmonia a teoria e a prática, baseando-se nos princípios e diretrizes do SUS para que, dessa forma, possam exercitar uma prática assistencial de qualidade, visando cada vez mais o bem-estar social da população (TEIXEIRA, et al. 2013).

O acadêmico estando no serviço, sob a supervisão do enfermeiro, tem a autonomia de praticar os procedimentos que lhe são cabíveis, sendo uma responsabilidade compartilhada.

Existem modelos de ensino que valorizam o desenvolvimento técnico-operacional em detrimento de reflexões críticas, as quais abrangem as dimensões social, afetiva, manual e ética. Desse modo, percebe-se que os valores adquiridos nas atividades práticas desenvolvidas nos serviços de saúde são basilares para a edificação de saberes e reavaliação de conhecimento já concretizado (TEIXEIRA, et al. 2013).

CONCLUSÃO

Com a inserção do acadêmico no setor de emergência, lhe cabe um papel de responsabilidade compartilhada, onde o grande fluxo de atendimentos, bem como a variedade dos mesmos, exige pensamento crítico e olhar clínico. A integração ensino -serviço é uma relação de extrema relevância para a formação profissional, pois torna o acadêmico parte integrante do serviço, aquele que auxilia nas atividades da instituição ao passo que pratica seus conhecimentos, bem como os amplia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, G.C.; MENEGUIM, S.; LIMA, S.A.M. MORENO, V. Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 66, n. 1, Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências / Ministério da Saúde. – 3. ed. ampl. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde, 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

KAISER, D.E.; SERBIM, A.K. Diretrizes curriculares nacionais: percepções de acadêmicos sobre a sua formação em enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)*, Porto Alegre, vol. 30, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472009000400008>>.

ROCHA, B.V.; GAZIN, C.C.; PASETTO, C.V.; SIMÕES, J.C. Relação Médico-Paciente. *Revista do Médico Residente*. Vol. 13, n. 2, p: 114-118, 2011.

TEIXEIRA, G.B.; SILVA, C.A.; TEIXEIRA, L.B.; MONTEIRO, A.I. Compreendendo o princípio de integralidade na visão de discentes da graduação em enfermagem. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 4, 2013.



Contribuciones de los servicios de Acogida con Clasificación de Riesgo (ACR) para el fortalecimiento de la integración enseñanza/servicio: relato de experiencia

Contributions to the Risk Assessment Service (ACR) for the strengthening of teaching-service integration: experience report

Maria Sinara Farias
Enfermera. Universidad Estadual do Ceará.
sinarafariasbc@gmail.com

Milena de Melo Abreu
Enfermera. Santa Casa de Misericórdia de Sobral.
enfermilena@gmail.com

Keila Maria de Azevedo Ponte
Enfermera. Universidad Estadual Valle del Acaraú.
keilinhaponte@hotmail.com

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo describir vivencias en el servicios del “Acogida y Clasificación de Riesgo” (ACR) de una emergencia adulta y relatar su importancia y contribuciones para la formación personal y profesional del académico. Es un relato de experiencia con un abordaje cualitativo, realizado en el sector de emergencia en el bloco de acogida del hospital de enseñanza y referencia en politrauma de la región norte del estado de Ceará, Santa Casa de Misericórdia de Sobral. La actividad vivenciada ocurrió en el periodo de tres de marzo de 2014 hasta 28 de febrero de 2015. Con la vivencia en el ACR fue posible destacar la importancia de la relación alumno/servicio para la formación profesional, esa que es precursora para el desarrollo de un buen profesional. Se resalta también la influencia de esa actividad para el vínculo paciente-académico-profesional, fortaleciendo el desarrollo profesional y personal, aliando la adquisición de habilidades técnica y clínica. Así, se percibe la relevancia de la integración enseñanza-servicio para una formación profesional calificada.

Palabras clave: Acogida, Emergencia, Extensión, Enfermería.

ABSTRACT

This article aims to describe experiences in the Reception and Risk Classification (ACR) service of an adult emergency and to report its importance and contributions to the personal and professional training of the academic. It is an experience report with a qualitative approach, carried out in the Emergency sector in the reception block of Hospital of teaching and reference in polytrauma of the Northern region of the State of Ceará, Santa Casa de Misericórdia de Sobral. The activity was experienced in the period from March 3, 2014 to February 28, 2015. With the experience in the ACR it was possible to highlight the importance of the student-service relationship for vocational training, which acts as a precursor to the development of a good professional relationship, it is also highlighted the influence of this activity on the patient-academic-link, that assists not only the professional, but the personal development as well, and also the relevance for the acquisition of technical and clinical skills. Thus, the relevance of the teaching-service integration for a qualified professional formation is perceived.

Keywords: Home; Emergency; Extension; Nursing.

INTRODUCCIÓN

Como forma de avance de la construcción del Sistema Único de Salud (SUS) y teniendo como directrices la universidad, la integralidad, la descentralización y la participación social, al lado de la humanización, se crea por medio de la Portaria GM N° 1.863, de 29 de septiembre de 2003, la Política Nacional de Atención a las Urgencias, a ser implantada en todas las unidades federadas, respetadas las competencias de las tres esferas de gestión, teniendo como resolución la mejoría del servicio desarrollado y prestado a la población(1).

En consonancia con la Política Nacional de Atención a las Urgencias, se instituyó en 2003, la Política Nacional de Humanización (PNH), con la propuesta de comprometimiento con la humanización en la atención básica, especializada y hospitalaria. Fueron incluidos la asistencia pre-hospitalaria y servicios de urgencia y emergencia, esperando sustituir el modelo centrado en la relación queja/conducta para el modelo centrado en la humanización, donde haya respeto por la cultura personal, informaciones sean confiadas, a la salud de calidad, basada en tecnología y acogida(2).

La acogida siendo determinada como una de las directrices de más grande relevancia política, ética y estética de la PNH, expresa un efecto de aproximación, acto o efecto de acoger, de estar cerca (3). Así es llevado como una postura y práctica en las lecciones de atención y gestión en las unidades de salud, favoreciendo en la construcción de la relación de confianza y compromiso entre los equipos y servicios.

La acogida todavía es vista como un dispositivo tecno-asistencial que permite reflexionar y cambiar los modos de operar la asistencia, evaluar riesgos y vulnerabilidad implica estar atento tanto al grado de sufrimiento físico como psíquico, pues, muchas veces, el usuario que llega caminando, sin señales visibles de problemas físicos, pero muy angustiado, puede estar más necesitado de atendimento y con más grado de riesgo y vulnerabilidad (3).

En ese sentido, para la realización de un ACR adecuado y de buena calidad, la Enfermería es designada como la profesión (y ciencia) más apta, teniendo en consideración su capacidad y aproximación y comunicación con la comunidad usuaria del sistema.

Así, al ver la gran necesidad de tales profesionales para atender la demanda, se creó el Programa de Integración Enseñanza/Investigación del hospital referencia en politrauma de la región norte de Ceará, con fin de inserir estudiantes de grado de los cursos de Medicina, Enfermería, Psicología, Nutrición y Farmacia en los servicios asistenciales y técnicos del hospital, para favorecer el desarrollo de competencias y habilidades. De ese modo, el servicio de Acogida con Clasificación de Riesgo de la Emergencia Adulta

de un hospital de enseñanza de la región Norte de Ceará cedió cupos para la realización de tales actividades para formar académicos pautados en la calificación de acogimiento.

En ese servicio, el académico, bajo supervisión del enfermero del sector, desarrollaba actividades referentes a la acogida, así como el atenuamiento inicial a emergencias.

La pasantía extracurricular en ACR es de extrema relevancia para la formación personal y profesional del académico, pues hace con que él desarrolle su pensamiento crítico frente a tantas situaciones enfrentadas y también la mirada clínica para saber qué hacer de acuerdo con cada ocurrencia. Por lo tanto, ¿lo que la experiencia realizada en ACR desarrolló en los académicos que vivenciaron? Así, objetivamos describir vivencias en el servicio de ACR de una emergencia adulta y relatar su importancia en la vida del académico para la formación personal y profesional en el proceso de aprendizaje.

METODOLOGÍA

Se trata de un relato de experiencia vivenciada en el periodo de marzo de 2014 hasta febrero de 2015, a partir de un proceso selectivo a través de una prueba escrita con temas relacionados a la emergencia. Enseguida, los seleccionados fueron sometidos a una entrevista individual, en el final, los nombrados fueron los académicos bolsistas que participaron del Programa de Enseñanza – Servicio en la Acogida de la Emergencia Adulta.

En esa actividad, son necesarios conocimientos científicos y prácticos, mirada clínico y pensamiento crítico aliados a la sensibilidad y ética profesional.

El análisis de las informaciones ocurrió de forma descriptiva de las actividades desarrolladas.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La formación profesional de enfermero está en constante cambio, buscando ampliación y calificación. El perfil deseado del egreso en Enfermería incluye habilidades técnicas y conocimiento biológicos, siendo enfermeros críticos y creativos para el proceso de cuidar. Para eso, existen varias estrategias para relacionar enseñanza y aprendizaje, y que la teoría y práctica son esenciales para el currículo integrado y proporcionan su mejor aprovechamiento para formar enfermeros ciudadanos (KAISER;

SERBIN, 2009). Eso se alcanza no solo con la teoría, pero también con su inclusión en los servicios prácticos.

Así, con la inclusión del académico en el servicio, en especial en ACR, se desarrolla la capacidad de pensamiento crítico y una mirada clínica, pues hay el contacto con las más diversas formas de problema de salud, cabiendo a él, al lado del equipo, decidir cual la clasificación de aquel paciente, o sea, cual el tiempo de espera seguro para su atendimiento, siendo una actitud compleja que involucra muchos conocimientos. La participación activa del alumno en la construcción del conocimiento lleva hacia una formación profesional con la capacidad de actuar críticamente en su realidad, transformando el alumno capaz de tomar decisiones y posicionamientos frente de las dificultades (KAISER; SERBIM, 2009). Así, la integración del académico en la enseñanza/servicio es capaz de suplir las deficiencias existentes sobre enseñanza de prácticas clínicas.

En ese sentido, al estar en servicio, acompañados de un técnico de Enfermería y un enfermero, el académico tiene como responsabilidad, siguiendo el protocolo de la institución, conocer el papel de los compañeros del servicio, colaborar con las actividades de los profesionales alocados en el sector, participar de acciones educativas elaboradas por el servicio y conocer el protocolo del HumanizaSUS, utilizado por la institución.

De ese modo, el académico actúa en el sector acogiendo el paciente, que, al llegar en el bloque, hará una anamnesis, analizado la situación/queja y sus señales vitales; esos aspectos serán fundamentales para la clasificación e identificación de prioridades conforme el color, preconizada por el Ministerio de la Salud. Con esos datos, se emite una ficha de atendimento y el académico direcciona el paciente hasta el sector que solucionará la situación. En los casos en que hay la llegada de pacientes politraumatizados, el académico, con los demás profesionales, hace la inmovilización y realiza Suporte de Vida Avanzado, de acuerdo con la necesidad.

La relación paciente/académico/profesional es de extrema relevancia para el cuidado en salud. Todas las acciones realizadas con el enfoque en esa relación promueven una mejor integración entre el equipo, lo que al final tiene gran beneficio para aquel quien necesita cuidados – el paciente.

Estratificando, la relación entre paciente/académico enfrenta varias barreras para su ejecución, pues, al ver enfermeros en formación, el paciente no se siente seguro para ser cuidado por él, pues existe el miedo de la realización de actividades erróneas, al paso que el académico se siente capaz de realizar tales actividades como forma de colocar en práctica el estudiado en la teoría.

En lo que dice al respecto la relación paciente/profesional, esa aproximación con el cuidado permite transformar la realidad de la situación de salud presentada, pues su calidad depende de los esfuerzos y de

las habilidades del profesional de salud de adecuarse a las características subjetivas de cada paciente (ROCHA, 2011).

Ya en lo que dice al respecto del vínculo académico/profesional, se trata de una relación de enseñanza/aprendizaje, pues el académico, al realizar cuidados de enfermería bajo supervisión del enfermero es responsable por todo y cualquier procedimiento. Así esa relación debe ser basada en ética profesional y gestionada de forma atenciosa para que el académico se transforme un enfermero de hecho calificado.

Con la inclusión del académico en el servicio, es posible la aplicación práctica de conocimientos adquiridos en teoría, teniendo en vista la necesidad de actuar colocando siempre en armonía la teoría y la práctica, basándose en los principios y directrices del SUS para que, de esa forma, puedan ejercitar una práctica asistencial de calidad, visando cada vez más el bienestar social de la población (TEIXEIRA, et al. 2013).

El académico estando en el servicio bajo la supervisión del enfermero tiene la autonomía de practicar los procedimientos que les caben, siendo una responsabilidad compartida.

Existen modelos de enseñanza que valorizan el desarrollo técnico-operacional en detrimento de reflexiones críticas, las cuales abarcan las dimensiones social, afectiva, manual y ética. De ese modo, se percibe que los valores adquiridos en las actividades prácticas desarrollados en los servicios de salud son basilares para la edificación de saberes y reevaluación de conocimientos ya concretizado (TEIXEIRA, et al. 2013).

CONCLUSIÓN

Con la inserción del académico en el sector de emergencia le cabe un papel de responsabilidad compartida, donde el gran flujo de atendimientos, así como la variedad de ellos, exige pensamiento crítico y mirada clínica. La integración enseñanza/servicio es una relación de extrema relevancia para la formación profesional, ya que convierte el académico parte integrante del servicio, aquel que auxilia en las actividades de la institución, al paso que práctica sus conocimientos, bien como los amplía.

REFERENCIAS

BARBOSA, G.C.; MENEGUIM, S.; LIMA, S.A.M. MORENO, V. Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 66, n. 1, Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências / Ministério da Saúde. – 3. ed. ampl. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf>. Acesso em: 30 de set. de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde, 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

KAISER, D.E.; SERBIM, A.K. Diretrizes curriculares nacionais: percepções de acadêmicos sobre a sua formação em enfermagem. *Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)*, Porto Alegre, vol. 30, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472009000400008>>.

ROCHA, B.V.; GAZIN, C.C.; PASETTO, C.V.; SIMÕES, J.C. Relação Médico-Paciente. *Revista do Médico Residente*. Vol. 13, n. 2, p: 114-118, 2011.

TEIXEIRA, G.B.; SILVA, C.A.; TEIXEIRA, L.B.; MONTEIRO, A.I. Compreendendo o princípio de integralidade na visão de discentes da graduação em enfermagem. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 4, 2013.



Conscientização da população acerca dos riscos de ingerir bebida alcoólica e dirigir: relato de experiência

Awareness of the population about the risks of driving under the influence of alcohol

Anderson Igor Pereira de Oliveira
Aluno de graduação da universidade federal de Pernambuco/UFPE do curso de Medicina
Responsável por metodologia, discussão e conclusão.
andersonigorpo@gmail.com

Vinicius Gueiros Buenos Aires
Aluno de graduação de Medicina, Universidade federal de Pernambuco/UFPE
vbuenos@yahoo.com.br

Gustavo Henrique Correia Ferreira
Aluno de graduação de Medicina, Universidade federal de Pernambuco/UFPE
gustavoecferreira@gmail.com

Fernando de Santa Cruz Oliveira
Aluno de graduação de Medicina, Universidade federal de Pernambuco/UFPE
fernando.santacruz@outlook.com

Lyz Bezerra Silva
Doutoranda do programa de pós-graduação em cirurgia, Universidade federal de Pernambuco/UFPE
lyzbezerra@gmail.com

Josemberg Marins Campos
Professor adjunto, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Recife (PE) Brasil
josembergcampos@gmail.com

RESUMO

Baseado nas altas taxas de acidentes terrestres envolvendo a condução de automóveis por motoristas alcoolizados, o presente estudo tem por objetivo alertar e prevenir a população sobre os graves riscos e efeitos da associação entre álcool e direção. As ações foram realizadas por docentes e acadêmicos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia nos corredores e ambulatórios do Hospital das Clínicas/UFPE-PE, através de palestras educativas e acessíveis, de curta duração, ministradas a um público bem diversificado. Foram apresentados banners e distribuídas cartilhas com o conteúdo das apresentações a um público de aproximadamente 1052 pessoas. Os temas abordados foram: estatísticas de acidentes de trânsito, efeitos do álcool no organismo e penalidades das leis sobre o condutor infrator. O projeto foi bem aceito pelos participantes ouvintes, que se envolveram e participaram das apresentações, com os depoimentos sobre o tema. Dados obtidos por questionários avaliativos constataram que os pacientes gostaram das apresentações e dos materiais utilizados.

Palavras chave: condução de automóveis; acidentes de trânsito; álcool; acidentes; lei

ABSTRACT

Based on the high rates of accidents involving drivers under the influence of alcohol, the following study aims to alert the general public about the grave dangers involving drunk driving. The study was carried out by medical, physiotherapy, nursing and psychology students, as well as teachers, on the wards and corridors of the Hospital das Clínicas/UFPE-PE (A teaching hospital) through educational and accessible short lectures, presented to a diverse audience. Those lectures, which tackled subjects like traffic accidents statistics, the effects of alcohol in the human body and legal penalties for the transgressor driver, were accompanied by banners and the distribution of folders, reaching a public of approximately 1052 people. The project was well received by the audience, which participated actively, sharing their experience about the subject. Through data obtained by evaluative questionnaires, which were handed at the end of each presentation, it was observed that the patients, in a general way, appreciated the lectures and the employed materials.

Keyword: automobile driving; traffic accidents; alcohol, accidents; law

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o transporte terrestre tem sido uma das principais causas de óbito no país, alcançando cerca de mais de 40 mil mortes/ano. Há, ainda, mais de 200 mil pessoas que apresentam sequelas por acidentes não fatais. Além do sofrimento da família e gastos com pagamentos de seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), que chega a aproximadamente R\$ 2 bilhões, o país também perde recursos humanos (1).

Mais de um quinto dos acidentes têm relação direta com o álcool, sendo que 21% dos pacientes atendidos após um acidente de trânsito apresentavam ingestão de alguma bebida alcoólica (MS, 2013). Em 2008, foi aprovada a Lei Seca, que tornou crime o condutor apresentar uma concentração de álcool superior a 0,2 g/L de sangue. Em 2012, tornou-se mais rigorosa com intolerância a qualquer valor alcoólico encontrado no organismo do condutor e aumento no valor da multa, além de outras medidas. A lei e sua devida fiscalização reduziram número de acidentes e mortes, em proporções significativas (2,3).

MÉTODO

O presente estudo trata-se do relato de experiência do projeto de extensão universitário intitulado Lei seca e Prevenção de Acidentes Terrestres: Ação educacional nos ambulatórios do Hospital das Clínicas. O projeto foi realizado por docentes e acadêmicos de cursos da área de saúde da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, na cidade do Recife-PE, no período de junho de 2013 a janeiro de 2014. O projeto tem por objetivo orientar e prevenir a população sobre a gravidade e riscos de conduzir automóveis sob o efeito de bebidas alcoólicas.

Foram realizadas apresentações educativas acessíveis, ministradas por 26 integrantes, subdivididos em grupos de duas ou três pessoas. Os pacientes, acompanhantes, profissionais de saúde e transeuntes do local foram orientados sobre os riscos de conduzir automóveis sob o efeito do álcool. As palestras tiveram duração média de 20 a 40 minutos, e foram realizadas mais de uma vez ao dia. O conteúdo das apresentações abordava desde estatísticas de acidentes de trânsito até prejuízos e efeitos no organismo, além das punições após fiscalizações de trânsito.

A carga horária total da ação foi de 450 horas, distribuídas entre reunião, treinamento e ações mensais. Foram distribuídos questionários aos 1052 ouvintes, através dos quais eles avaliaram o conteúdo apresentado

por meio de perguntas objetivas e uma nota atribuída de acordo com a qualidade da apresentação e do material exposto. Foram usados banners e cartilhas com o conteúdo da apresentação e o endereço de um website, criado para prestar informações e tirar dúvidas.

RESULTADOS

As ações do projeto de extensão foram desenvolvidas no Hospital das Clínicas de Pernambuco, o qual atende aproximadamente 12 mil pacientes por mês, possuindo mais de 25 especialidades. O hospital atende principalmente pessoas ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os grupos formados por apresentação não ultrapassavam 25 pessoas, permitindo assim um contato mais próximo e debate maior entre os ouvintes. Esse tipo de abordagem permitiu certas vantagens como as citadas acima, pelo fato de serem trabalhadores públicos pequenos em cada abordagem; mas durante o período total da ação, aproximadamente 1052 pessoas participaram do projeto. Obteve-se boa aceitação do grupo e do projeto, assim como o envolvimento por parte dos ouvintes. Através da compilação dos questionários, foi constatado que a maioria dos pacientes gostaram da apresentação e do material utilizado.

Obteve-se boa aceitação do grupo e do projeto, assim como o envolvimento por parte dos ouvintes. Através da compilação dos questionários, foi constatado que a maioria dos pacientes gostaram da apresentação e do material utilizado.

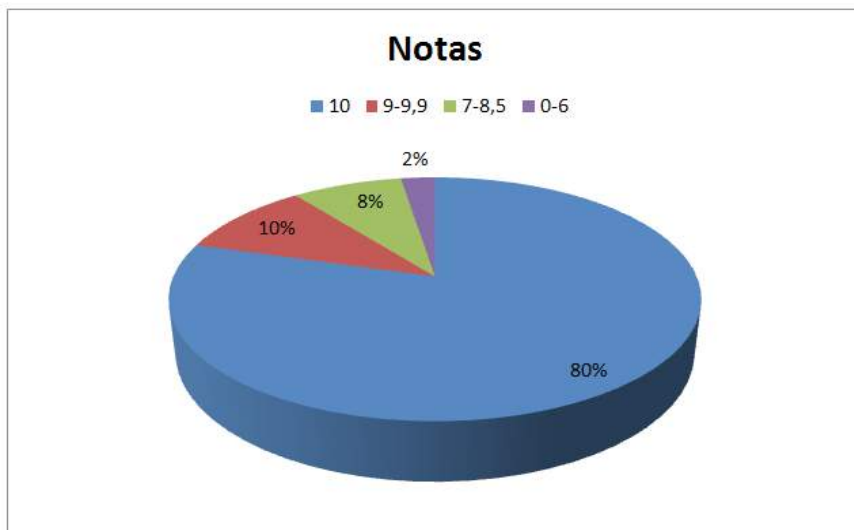


Gráfico 1

Notas relativas à qualidade das apresentações, atribuídas pelos pacientes.
Média: 9,67

DISCUSSÃO

Com a mudança no perfil sociodemográfico e o desenvolvimento econômico do país nas décadas de 90 e 2000, as mortes tidas como de causas externas tiveram uma mudança de perfil: as mortes por violência urbana diminuíram, e as relacionadas a acidentes de transportes sofreram um aumento, com especial destaque para os acidentes de motocicleta, veículo de menor preço e maior mobilidade. Esse aumento foi mais dramático em cidades com menos de 100.000 habitantes, onde geralmente não há operações de fiscalização de trânsito nem o hábito de respeitar normas de segurança (4). Atualmente, acidentes de trânsito são um importante fator de morbimortalidade em todo o mundo, com um ônus em vidas humanas estimado em 1,2 milhão por ano (OMS). Além disso, devido aos gastos com esses acidentes, há uma grande oneração dos cofres públicos: estima-se que 2% do PIB dos países emergentes seja comprometido com custos relacionados a acidentes de trânsito, como aposentadorias precoces por invalidez e estadias em hospitais (5,6,7)

Acidentes automobilísticos apresentam uma correlação muito forte com o consumo de bebidas alcoólicas. Quanto maior o consumo alcoólico, maior o índice de acidentes automobilísticos e, consequentemente, maiores as perdas humanas e financeiras. Por isso a importância da divulgação e explicação das regras e consequências da lei em meios de comunicação diversos, através de campanhas educativas e da fiscalização eficiente e rígida. Essa política de prevenção influencia positivamente a consolidação da lei entre a população, além de modificar o hábito presente em alguns motoristas de dirigir sob o efeito de bebidas alcoólicas. (5,7)

Para reverter esse quadro, são especialmente recomendadas ações preventivas, focando o respeito às normas de segurança na estrada. Segundo a OMS e o Banco Mundial, medidas simples como o reforço do uso de cinto de segurança e capacete provocaram diminuição significativa no número de mortes e lesões. (5)

No período mais recente, no Brasil, a medida preventiva mais importante foi a modificação da lei 11.705, apelidada de Lei Seca, que diminuiu os índices de alcoolização máximos permitidos. Em apenas um mês após a promulgação da Lei Seca, houve economia de aproximadamente 50 milhões de reais em gastos com internações hospitalares, previdência social, custos legais, atendimento em emergência e seguros. Essa melhora, porém, não foi homogênea, concentrando-se principalmente na região sudeste do país, com pequena repercussão nas taxas das regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste. Uma das hipóteses levantadas para essa dispari

dade, além da falta de poder coercitivo do Estado, é a falta de conscientização da população. (8)

A falta de informação e educação no trânsito são fatores que contribuem para a ocorrência de muitos acidentes, principalmente em áreas não fiscalizadas. A compreensão dos problemas causados por condutores alcoolizados faz com que muitas pessoas evitem o consumo de álcool ao dirigir, ou adotem outra forma de locomoção. O projeto de extensão esclareceu os efeitos do álcool no organismo, o impacto dos acidentes e apresentou as penalidades, além de alguns pormenores da Lei Seca. O intuito do trabalho foi informar os condutores, e também formar novos disseminadores das ideias apresentadas.

Ações educativas onde há aproximação e contato maior com a população mostram-se eficazes e com grande adesão do público. É possível perceber o interesse dos ouvintes através de perguntas e questionamentos sobre detalhes mais específicos. Também é perceptível a reação da população diante das regras impostas pela nova lei, muitas vezes concordando e outras discordando da forma como a fiscalização é feita. A realização das ações com esse pequeno público, média de 10 a 20 pessoas, permite um diálogo mais aberto e, dessa forma, maior eficácia na disseminação das informações. (5,9)

Preocupado com os altos índices de morte e acidentes, como os expostos acima, o maior enfoque do grupo durante a apresentação foi demonstrar esses índices aos ouvintes e fazê-los entender as consequências, gravidade e até o risco de óbito. Houve também a conscientização para que as pessoas não tentem mascarar a ingestão da bebida alcoólica com uso de balas e alguns alimentos; o único método é evitar o consumo.

Pôde-se observar boa aceitação e receptividade por parte dos pacientes, já que o tema está bastante presente no cotidiano de todo cidadão. Foi explanado pelo grupo como funcionava a operação da blitz da Lei Seca. Nesses momentos, alguns pacientes compartilharam experiências que vivenciaram e outros discordavam da maneira como a lei é aplicada. Quando isso ocorria, o grupo explicava de forma acessível a importância das fiscalizações, comparando dados de acidentes de trânsito antes e após a implantação dessa operação pelo Estado.

O projeto pode ser ampliado, mantendo o trabalho e aumentando a sua abrangência. Essa aplicação, como inspiração para a melhoria na qualidade de vida das pessoas é, certamente, um dos pontos mais altos que foram alcançados com o trabalho, desde pesquisa até a ação em campo.

CONCLUSÃO

Fazem-se necessárias mais ações educativas com a população, para o aprendizado dos fatores de risco do consumo de bebida alcoólica e direção. Além da conscientização da importância desse projeto ser desenvolvido em outro ambiente para a melhoria na qualidade de vida das pessoas. É evidente que a prevenção educativa constitui uma forma eficaz e simples de facilitar o entendimento e a importância da Lei Seca por parte da população, permitindo aproximação entre o público e os profissionais e estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DPVAT - DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES. Disponível em: <<http://www.dpvatsegurodotransito.com.br/noticia2.aspx>> Acesso: em 14 de setembro de 2013.
- MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. Álcool está relacionado a 21% dos acidentados no trânsito. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/9425162/alcool-esta-relacionado-a-21-dos-acidentados-no-transito.html>> Acesso em: 14 de setembro de 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/mobilidadeurbana/2013/02/lei-seca-teve-um-aumento-de-68-nas-abordagens/>> Acesso em: 14 de setembro de 2013
- ABREU, Angela Maria Mendes et al. Uso de álcool em vítimas de acidentes de trânsito: estudo do nível de alcoolemia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 18, n. spe, p. 513-520, 2010.
- Global Road Safety Partnership, Beber e Dirigir: manual de segurança viária para profissionais de trânsito e saúde. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9782940395088_por.pdf> acesso em 23 de abril de 2013.
- ANDRADE, Arthur Guerra de. Álcool e suas consequências: Uma Abordagem Multiconceitual. Primeira edição Edição. Barueri, SP: Manole, 2009.
- ABREU, ngela Maria Mendes et al. Impacto da lei seca na mortalidade por acidentes de trânsito. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 20, n. 1, p. 21-26, 2012.
- ABREU, ngela Maria Mendes et al. Uso de álcool em vítimas de acidentes de trânsito: estudo do nível de alcoolemia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 18, n. spe, p. 513-520, 2010.
- MALTA, Deborah Carvalho et al. Análise da mortalidade por acidentes de transporte terrestre antes e após a Lei Seca-Brasil, 2007-2009. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 19, n. 4, p. 317-328, 2010.
- DE OLIVEIRA, Andresa Mendonça et al. Ações extensionistas voltadas para a prevenção e o tratamento do câncer ginecológico e de mama: relato de experiência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 46, n. 1, p. 240-245, 2012..



Concientización de la comunidad acerca de los riesgos de ingerir bebida alcohólica y conducir: relato de experiencia

Awareness of the population about the risks of driving under the influence of alcohol

Anderson Igor Pereira de Oliveira
Estudiante de Medicina, Universidad Federal de Pernambuco/UFPE
Responsable por la metodología, discusión y conclusión.
andersonigorpo@gmail.com

Vinicius Gueiros Buenos Aires
Estudiante de Medicina, Universidad Federal de Pernambuco/UFPE
vbuenos@yahoo.com.br

Gustavo Henrique Correia Ferreira
Estudiante de Medicina, Universidad Federal de Pernambuco/UFPE
gustavoecferreira@gmail.com

Fernando de Santa Cruz Oliveira
Estudiante de Medicina, Universidad Federal de Pernambuco/UFPE
fernando.santacruz@outlook.com

Lyz Bezerra Silva
Estudiante del doctorando del posgrado en cirugía, Universidad Federal de Pernambuco/UFPE
lyzbezerra@gmail.com

Joseberg Marins Campos
Profesor adjunto, Universidad Federal de Pernambuco - UFPE - Recife (PE) Brasil
josebergcampos@gmail.com

RESUMEN

Basado en los altos índices de accidentes terrestres envolviendo la conducción de autos por choferes alcoholizados, este estudio tiene como objetivo alertar y prevenir la comunidad sobre los graves riesgos y efectos de la asociación entre el alcohol y la conducción. Las acciones fueron realizadas por docentes de la asociación de Medicina, Enfermería, Fisioterapia y Psicología en los pasillos y ambulatorios del Hospital das Clínicas/UFPE-PE, a través de charlas educativas y accesibles, de corta duración, ministradas a un público bien heterogéneo. Fueron presentados banners y distribuidas cartillas con el contenido de las presentaciones a un público de aproximadamente 1052 personas. Los temas abordados fueron: estadísticas de accidentes, efectos del alcohol en el organismo y penalidades de las leyes sobre el conductor infractor. El proyecto fue bien aceptado por los participantes y oyentes, que se involucraron y participaron de las presentaciones, con los testimonios sobre el tema. Datos obtenidos por cuestionarios evaluativos constataron que a los pacientes les gustaron las presentaciones y los materiales utilizados.

Palabras claves: conducción de autos, accidentes, alcohol, ley.

ABSTRACT

Based on the high rates of accidents involving drivers under the influence of alcohol, the following study aims to alert the general public about the grave dangers involving drunk driving. The study was carried out by medical, physiotherapy, nursing and psychology students, as well as teachers, on the wards and corridors of the Hospital das Clínicas/UFPE-PE (A teaching hospital) through educational and accessible short lectures, presented to a diverse audience. Those lectures, which tackled subjects like traffic accidents statistics, the effects of alcohol in the human body and legal penalties for the transgressor driver, were accompanied by banners and the distribution of folders, reaching a public of approximately 1052 people. The project was well received by the audience, which participated actively, sharing their experience about the subject. Through data obtained by evaluative questionnaires, which were handed at the end of each presentation, it was observed that the patients, in a general way, appreciated the lectures and the employed materials.

Keyword: automobile driving; traffic accidents; alcohol, accidents; law

INTRODUCCIÓN

En los últimos años, el transporte terrestre viene siendo una de las principales causas de óbito en el país, alcanzando más de 40 mil muertes por año. Existen todavía más de 200 mil personas que presentan secuelas por accidentes no fatales. Además del sufrimiento de la familia y costos con pagos de seguros de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT (Daños Personales Causados por Vehículos Automotores de Vías Terrestres) que llega a aproximadamente R\$2 billones, el país también pierde recursos humanos (1).

Más de un quinto de los accidentes tiene relación directa con el alcohol, siendo que el 21% de los pacientes atendidos después de un accidente de tránsito presentaban ingestión de alguna bebida alcohólica (MS, 2013). En 2008, fue aprobada la Lei Seca (Ley Seca), que tornó crimen la presencia de una concentración de alcohol superior a 0,2 g/L en la sangre de los choferes. En 2012, se aumentó el rigor con la intolerancia a cualquier valor alcohólico encontrado en el organismo del chofer y el valor de la multa, además de otras medidas. La ley y su debida fiscalización redujeron el número de accidentes y muertes en proporciones significativas (2,3).

MÉTODO

Este estudio es el relato de experiencia del proyecto de extensión universitario intitulado Lei Seca y Prevención de Accidentes Terrestres: Acción educacional en los ambulatorios del Hospital de las Clínicas. El proyecto fue realizado por docentes y académico de cursos del área de salud de la Universidad Federal de Pernambuco, UFPE, en la ciudad de Recife, Pernambuco, en el período entre junio de 2013 y enero de 2014. El proyecto tiene por objetivo orientar y prevenir la comunidad sobre la gravedad y riesgos de conducir autos bajo el efecto de bebidas alcohólicas.

Fueron realizadas presentaciones educativas y accesibles, ministradas por 26 integrantes, subdivididos en grupos de dos o tres personas. Los pacientes, acompañantes, profesionales de salud y transeúntes del local fueron orientados sobre el riesgo de manejar autos bajo el efecto de alcohol. Las charlas tuvieron duración media de 20 a 40 minutos y fueron realizadas más de una vez al día. El contenido de las presentaciones abordaba desde estadísticas de accidentes de tránsito hasta perjuicios y efectos en el organismo, además de las puniciones tras fiscalizaciones de tránsito.

La carga horaria total de la acción fue de 450 horas, distribuidas entre reunión, entrenamiento y acciones mensuales. Fueron distribuidos cuestionarios a los 1052 oyentes, a través de los cuales ellos evaluaron

el contenido presentado por intermedio de preguntas objetivas y una nota atribuida de acuerdo con la calidad de la presentación y del material expuesto. Fueron usados banners y cartillas con el contenido de la presentación y la dirección de un website, creado para prestar informaciones y sacar dudas.

RESULTADOS

Las acciones del proyecto de extensión fueron desarrolladas en el Hospital de las Clínicas de Pernambuco, que atiende aproximadamente 12 mil pacientes por mes, poseyendo más de 25 especialidades. El hospital atiende principalmente personas afiliadas al Sistema Único de Salud (SUS).

Los grupos formados por presentación no ultrapasaban 25 personas, permitiendo así un contacto más próximo y un mayor debate entre los oyentes. Ese tipo de abordaje permitió ciertas ventajas como las nombradas arriba, por el hecho de ser trabajados con pequeños públicos en cada abordaje, pero durante el período total de la acción, aproximadamente 1052 personas participaron del proyecto.

Se obtuvo buena aceptación del grupo y del proyecto, así como el involucramiento por parte de los oyentes. A través de la compilación de los cuestionarios, fue constatado que a la mayoría de los pacientes les gustaron la presentación y el material utilizado.

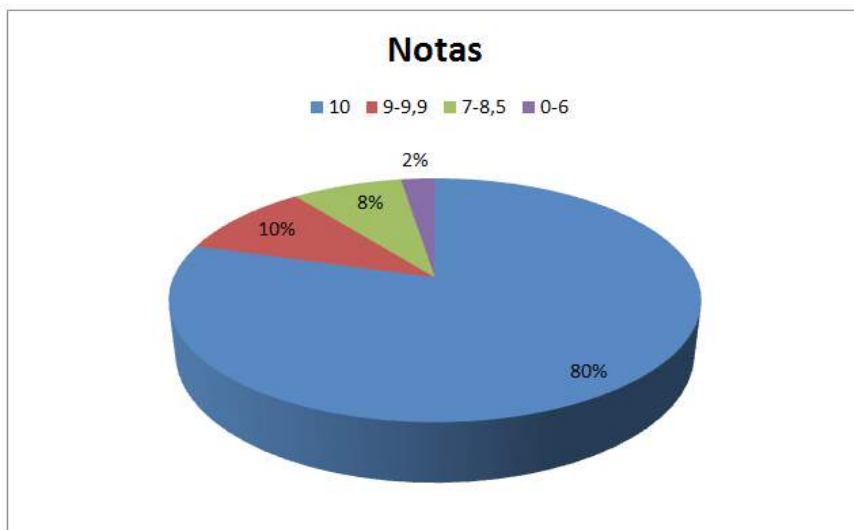


Gráfico 1

Notas relativas a la calidad de las presentaciones, atribuidas por los pacientes.

Promedio: 9,67

DISCUSIÓN

Con el cambio en el perfil socio demográfico y el desarrollo económico del país en las décadas de 90 y 2000, las muertes tenidas como de causas externas tuvieron un cambio de perfil: las muertes por violencia urbana disminuyeron y las relacionadas a accidentes de transportes sufrieron un aumento con destaque especial para los accidentes de motocicleta, vehículo de menor precio y más movilidad. Ese aumento fue más dramático en ciudades con menos de 100.000 habitantes, donde generalmente no existen operaciones de fiscalización de tránsito ni el hábito de respetar normas de seguridad (4).

Actualmente, accidentes de tránsito son un importante factor de morbimortalidad en todo el mundo, con el costo de vidas humanas estimado en 1,2 millón por año (OMS). Además de eso, debido a los costos con esos accidentes, existe un gran gasto en los cofres públicos: se estima que el 2% del PIB de los países emergentes sea comprometidos con costos relacionados a accidentes de tránsito, como jubilaciones precoces por invalidez y estadías en hospitales (5, 6, 7).

Accidentes automovilísticos presentan una correlación muy fuerte con el consumo de bebidas alcohólicas. Cuanto más grande el consumo alcohólico, más grande el índice de accidentes automovilísticos y, consecuente, más grandes las pérdidas humanas y financieras. Por eso la importancia de la divulgación y explicación de las reglas y consecuencias de la ley en medios de comunicación diversos, a través de prevención influencia positivamente la consolidación de la ley entre la comunidad, además de modificar el hábito presente en algunos choferes de conducir bajo el efecto de bebidas alcohólicas. (5, 7)

Para cambiar ese cuadro, son especialmente recomendadas acciones preventivas, enfocando el respeto a las normas de seguridad en la ruta. Según la OMS y el Banco Mundial, medidas sencillas como el refuerzo del uso del cinturón de seguridad y el casco provocaron disminución significativa en el número de muertes y lesiones. (5)

En el período más reciente, en Brasil, la medida preventiva más importante fue la modificación de la ley 11.705, llamada Ley Seca, que disminuyó los indicadores de alcoholización máximos permitidos. En apenas un mes tras la promulgación de la Ley Seca, hubo el ahorro de aproximadamente 50 millones de reales en gastos con internaciones hospitalarias, previdencia social, costos legales, atendimento en

emergencias y seguros. Esa mejoría, sin embargo, no fue homogénea, concentrando principalmente en la región sureste del país, con pequeña repercusión en las tasas de las regiones Norte, Centro oeste y Noreste. Una de las hipótesis levantadas para esa disparidad, además de la falta de poder coercitivo del Estado, es la falta de concientización de la comunidad. (8)

La falta de información y educación en el tránsito son factores que contribuyen para la ocurrencia de muchos accidentes, principalmente en áreas no fiscalizadas. La comprensión de los problemas causados por choferes alcoholizados hace con que muchas personas eviten el consumo de alcohol al manejar o adopten otra forma de locomoción. El proyecto de extensión aclaró los efectos del alcohol en el organismo, el impacto de los accidentes y presentó las penalidades, además de algunos pormenores de la Ley Seca. El intuito del trabajo fue informar los conductores y también formar nuevos diseminadores de las ideas presentadas.

Acciones educativas donde existe aproximación y contacto mayor con la comunidad se muestran eficaces y con gran adhesión del público. Es posible percibir el interés de los oyentes a través de preguntas y cuestionamientos sobre detalles más específicos. También es perceptible la reacción de la comunidad frente a las reglas impuestas por la nueva ley, muchas veces en acuerdo y otras en desacuerdo con ese pequeño público, promedio de 10 a 20 personas, permite un diálogo más abierto y, de esa forma, más eficacia en la diseminación de las informaciones. (5,9)

Preocupado con los altos indicadores de muerte y accidentes, como los expuestos arriba, el mayor enfoque del grupo durante la presentación fue demostrar esos indicadores a los oyentes y hacerles entender las consecuencias, gravedad y hasta el riesgo de óbito. Hubo también la concientización para que las personas no intenten mascarar la ingestión de la bebida alcohólica con el uso de caramelos y algunos alimentos, el único método es evitar el consumo.

Se pudo observar buena aceptación y receptividad por parte de los pacientes, ya que el tema está bastante presente en el cotidiano de todo ciudadano. Fue explicado por el grupo cómo funcionaba la operación de abordaje de la Ley Seca. En esos momentos, algunos pacientes compartieron experiencias que vivenciaron y otros estaban en desacuerdo con la forma como la ley es aplicada. Mientras ocurría eso, el grupo explicaba de forma accesible la importancia de las fiscalizaciones, comparando datos de accidentes de tránsito antes y después de la implantación de esa operación por el Estado.

El proyecto puede ser ampliado, manteniendo el trabajo y aumentando su amplitud. Esa aplicación, como inspiración para la mejoría en la cualidad de la vida de las personas es, ciertamente, uno de los puntos más altos que fueron alcanzados con el trabajo, desde investigación hasta la acción en campo.

CONCLUSIÓN

Se hace necesaria más acciones educativas con la comunidad para el aprendizaje de los factores de riesgo del consumo de bebida alcohólica y dirección. Además de la concientización de la importancia de eso proyecto se desarrollado en otro ambiente para mejorar la calidad de vida de las personas. Es evidente que la prevención educativa constituye una forma eficaz y simple de facilitar el entendimiento y la importancia de la Ley Seca por parte de la comunidad, permitiendo aproximación entre el público y los profesionales y estudiantes.

REFERENCIAS

- DPVAT - DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES. Disponível em: <<http://www.dpvatsegurodotransito.com.br/noticia2.aspx>> Acesso: em 14 de setembro de 2013.
- MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. Álcool está relacionado a 21% dos acientes no trânsito. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/9425162/alcool-esta-relacionado-a-21-dos-acidentes-no-transito.html>> Acesso em: 14 de setembro de 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE PERNAMBUCO. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/mobilidadeurbana/2013/02/lei-seca-teve-um-aumento-de-68-nas-abordagens/>> Acesso em: 14 de setembro de 2013
- ABREU, Angela Maria Mendes et al. Uso de álcool em vítimas de acidentes de trânsito: estudo do nível de alcoolemia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 18, n. spe, p. 513-520, 2010.
- Global Road Safety Partnership, Beber e Dirigir: manual de segurança viária para profissionais de trânsito e saúde. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9782940395088_por.pdf> acesso em 23 de abril de 2013.
- ANDRADE, Arthur Guerra de. Álcool e suas consequências: Uma Abordagem Multiconceitual. Primeira edição Edição. Barueri, SP: Manole, 2009.
- ABREU, ngela Maria Mendes et al. Impacto da lei seca na mortalidade por acidentes de trânsito. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 20, n. 1, p. 21-26, 2012.
- ABREU, ngela Maria Mendes et al. Uso de álcool em vítimas de acidentes de trânsito: estudo do nível de alcoolemia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 18, n. spe, p. 513-520, 2010.
- MALTA, Deborah Carvalho et al. Análise da mortalidade por acidentes de transporte terrestre antes e após a Lei Seca-Brasil, 2007-2009. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 19, n. 4, p. 317-328, 2010.
- DE OLIVEIRA, Andresa Mendonça et al. Ações extensionistas voltadas para a prevenção e o tratamento do câncer ginecológico e de mama: relato de experiência. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 46, n. 1, p. 240-245, 2012..



A extensão como estratégia no combate às enteroparasitoses em comunidade pré-escolar: relato de experiência

Extension as a strategy in combating enteroparasitoses in pre-school community

Maria Bianca Brasil Freire
Acadêmica de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
biancabrasil@gmail.com

Maria Jozelma Varela de Queiroz
Acadêmica de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
josyv@hotmail.com

Jane Kelly Moisés da Silva
Acadêmica de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
janeenkelly@gmail.com

Márcio Adriano Fernandes Barreto
Prof. Me. Assistente III, do curso de enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
marciobioquimico@hotmail.com

João Bezerra de Queiroz Neto
Técnico especializado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
joabezerra@uern.br

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento
Profa. Dra. Adjunta IV do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ellanygurgel@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo descreve um relato de experiência das ações do projeto “Ação e Prevenção: uma avaliação parasitológica em escolares da rede pública de ensino do município de Pau dos Ferros-RN”, na creche municipal “Saci Pererê”, desenvolvida com os escolares, professores e pais. Foram implementadas atividades com as crianças, pais e professores, através de dinâmicas e uma peça teatral que abordavam a atuação das parasitoses no ambiente escolar. Foram aplicados questionários para identificar o perfil socioeconômico e realizado exames das amostras fecais das crianças. Nos resultados dos exames das crianças, verificou-se a presença dos seguintes protozoários: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *entamoeba histolytica*. Após as implementações educativas, foram entregues os resultados dos exames das crianças aos pais, os quais foram orientados a procurar a Unidade Básica de Saúde da região para buscar o devido tratamento. Verificou-se a necessidade das ações voltadas para o combate às verminoses, orientando a comunidade acerca do reconhecimento das condições de saúde.

Palavras-chave: Educação em saúde; Doenças parasitárias; Relações Comunidade-Instituição.

ABSTRACT

The present document describes an experience report on the activities of the Action and Prevention Project: a parasitological evaluation in schoolchildren of the public school system of the municipality of Pau dos Ferros-RN in the municipal nursery “Saci Pererê”, developed with schoolchildren, teachers and parents. Activities were implemented with children, parents and teachers, through dynamics and a play that addressed the action of parasites in the school environment. Questionnaires were applied to the socioeconomic profile and tests were performed on the fecal samples of the children. In the results of the children’s exams were verified the presence of the following protozoa: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *entamoeba histolytica*. After the educational implementations, the results of such examinations were given to the parents, who were instructed to seek the basic health unit for appropriate treatment. There was a need for actions aimed at combating verminoses, guiding the community over the recognition of health conditions.

Keywords: Health education; Parasitic diseases; Community-Institution Relations.

INTRODUÇÃO

As enteroparasitoses constituem-se como um importante problema de saúde pública, tendo as crianças como um grupo de maior risco de infecções; têm sido reportadas inclusive, como principais responsáveis pela diarreia infantil (CASTRO et al., 2011). Essas parasitoses são doenças cujos agentes etiológicos são helmintos ou protozoários, que se localizam no aparelho digestivo do homem, em pelo menos uma das fases do ciclo biológico, podendo provocar diversas alterações patológicas (FERREIRA et al., 2004).

Há uma grande diversidade dos parasitas capazes de infectar o homem, assim como fatores pertinentes à avaliação da possível etiologia da parasitose. Por isso, é preciso avaliar as espécies dos parasitas encontradas no local, o clima, os hábitos de higiene, o grau de educação sanitária da população, a presença de serviços públicos de esgoto, o abastecimento de água e as condições econômicas da região. É importante também investigar a capacidade de evolução das larvas e ovos dos helmintos e dos cistos de protozoários, em cada um dos ambientes e seus ciclos (EVANGELISTA, 1992; HARRISON, 1998; SCOLARI et al, 2000).

As formas de contaminação por enteroparasitoses apresentam relação com fatores sócio-demográficos e ambientais, tais como: precárias condições socioeconômicas, consumo de água contaminada, mau estado nutricional dos indivíduos; e em virtude da maior urbanização e maior participação feminina no mercado de trabalho, as creches tornaram-se ambientes potenciais de contaminação para as crianças (ORLANDINI e SUSSUMU, 2009).

Nesse contexto multifacetado, destaca-se a importância da educação em saúde. Compreende-se por educação quaisquer combinações de experiências de aprendizagem voltadas à facilitação de ações voluntárias conducentes à saúde; diz respeito a medidas comportamentais adotadas por uma pessoa, grupo ou comunidade para atingir um efeito intencional sobre a própria saúde (CANDEIAS, 1997).

Para o Ministério da Saúde é fundamental trabalhar saúde no período escolar na perspectiva de sua promoção, através de ações para a prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção. É importante implementar estratégias que sejam integradas com o sistema educacional, que essas estratégias orientem e fortaleçam a adoção de hábitos de vida mais saudáveis e que possam refletir mudanças individuais e coletivas (COSTA et al, 2010)

Dessa forma, o papel das ações educativas é intervir no controle das enteroparasitoses. Essas ações são direcionadas à prevenção de parasitoses e representam uma boa estratégia de aprendizado. São utilizados instrumentos lúdicos para facilitar a assimilação, produzindo mudanças de comportamentos e práticas que até então eram reproduzidas seguindo

o modelo hegemônico de saúde, prescrevendo o que pode e o que não pode fazer, sem utilizar a troca de saberes (HAYASHI et al, 1981; OGUNMEKAN, 1983).

Nessa perspectiva, o “Projeto Ação e Prevenção: avaliação parasitológica em escolares da rede pública de ensino do município de Pau dos Ferros” (PROEPA) trabalha com ações de educação em saúde e diagnóstico laboratorial (exame parasitológico de fezes). O projeto tem atuação desde o ano de 2008, desde quando vem traçando um diagnóstico de alta prevalência de enteroparasitoses em escolares da rede pública, com baixo nível socioeconômico, carência de infraestrutura sanitária e necessidade de cuidados com os alimentos/água e higiene pessoal.

A partir do exposto, o presente trabalho objetivou descrever um relato de experiência das ações do PROEPA na creche municipal de Pau dos Ferros-RN “Saci Pererê”, desenvolvida com os escolares, professores e pais ou responsáveis legais.

DESENVOLVIMENTO (ASPECTOS METODOLÓGICOS)

Trata-se da descrição de um relato de experiência baseado nas ações desenvolvidas pelo projeto de extensão intitulado: PROEPA – “Ação e Prevenção: avaliação parasitológica em manipuladores de alimentos e escolares da rede pública de ensino de Pau dos Ferros/RN”. A ação contou com a participação de dois docentes, um técnico de nível superior e doze alunos, sendo todos do Departamento de Enfermagem do Campus Avançado Professora Maria Eliza de Albuquerque Maia (CAMEAM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O local da ação foi a creche Saci Pererê na zona urbana de Pau dos Ferros-RN. As atividades foram desenvolvidas em 2016, com crianças de 2 a 5 anos do turno matutino, provenientes de área periférica e zona rural.

A princípio foi realizada uma visita para reconhecimento e captação da realidade da creche, onde, a partir de alguns relatos da direção e de professores, percebeu-se a necessidade de trabalhar o tema das enteroparasitoses com os escolares e pais ou responsáveis legais. Nessa perspectiva, evidenciou-se a necessidade de desenvolver ações de diagnóstico laboratorial (exames parasitológicos) dos escolares e atividades de educação em saúde entre escolares e pais.

As atividades de educação em saúde foram direcionadas a todas as crianças da creche. Neste primeiro momento, apresentaram-se vídeos e músicas sobre a importância de lavar as mãos e dos bons hábitos de higiene. Vale destacar a apresentação dos contos com os fantoches, que envolveu personagens da literatura, além de encenação para estimular a interação através de perguntas sobre hábitos para a prevenção as parasitoses,

buscando entender/captar qual o conhecimento sobre as parasitoses, no que diz respeito às formas de aquisição e prevenção das verminoses.

No segundo momento, as crianças foram direcionadas às suas respectivas salas para dar continuidade às atividades educativas. Nesse cenário, as ações foram destinadas de acordo com a faixa etária, levando em consideração as especificidades pedagógicas. O trabalho foi desenvolvido por equipes de três integrantes do PROEPA por sala, utilizando-se de metodologias diversificadas (confecção de cartazes, colagem, pintura e bexigas).

No terceiro momento, foi realizada, com os pais ou responsáveis legais dos alunos e com professores, uma apresentação do projeto, através de uma peça teatral que abordava a atuação do projeto e sua atuação frente às parasitoses no ambiente escolar. Nesse momento, foram entregues aos pais os questionários para coletar dados referentes ao perfil socioeconômico.

Para realização do diagnóstico laboratorial, foram entregues, apenas aos pais ou responsáveis que compareceram na atividade de educação em saúde, os coletores plásticos estéreis, para a coleta da amostra fecal das crianças com as respectivas orientações. Foram necessários dois dias após a entrega dos coletores para o recolhimento das fezes. As amostras foram transportadas em caixas térmicas para o laboratório de Morfologia do Departamento de Enfermagem (CAMEAM). A partir de então foi realizado o preparo das amostras pelo método de Hoffman ou sedimentação espontânea, que se utiliza de cálices de sedimentação, bastão de vidro, gases, tesoura, microscópio e lugol 2%, apresentando uma ampla sensibilidade para identificação de ovos, cistos e larvas. Após um período de duas horas, foram realizadas as análises parasitológicas pelo professor e técnico de nível superior (farmacêutico-bioquímico).

As análises dos dados foram realizadas com base na digitação do banco de dados no programa SSPS statistic 20, onde foram digitados apenas os dados referentes aos alunos que entregaram o questionário e a amostra.

Os exames foram digitados e impressos, e os resultados entregues aos pais no momento da saída e término das atividades da creche. Concomitante a isso, foram feitas orientações de acordo com a necessidade e a realidade encontradas em cada caso, além dos encaminhamentos ao serviço de saúde local para tratamento.

RESULTADOS

Foram aplicados 33 questionários no momento da reunião com os pais, e em seguidas entregues os coletores; porém o número de coletores recebidos foi 26. Percebeu-se, assim, que alguns pais preencheram o questionário, porém não entregaram a amostra de fezes, e alguns entregaram a amostra, porém não preencheram o questionário. Isso foi percebido com base na digitação do banco de dados no programa SSPS statistic 20, onde foram digitados apenas os dados referentes aos alunos que entregaram o questionário e a amostra, somando 19 alunos.

Dentre esses 19 alunos, a maioria são do sexo masculino, 13 (68,4%), possuindo uma média de idade de 4,20 anos e peso 16,05 kg. A maioria das crianças reside na zona urbana. 14 (73,7%), onde, em suma, a rua é pavimentada, 13 (68,4%); não possuindo lixo nas proximidades da casa, 11 (57,9%); havendo, dessa forma, coleta de lixo semanalmente, 17 (89,5%).

Com relação ao destino das fezes, os pais citaram esgoto e fossa como os destinos principais, e a existência de água encanada na maioria das casas: 16 (84,2%). A água utilizada para beber é, na maioria dos casos, filtrada: 8 (42,1%), porém por menor que seja o número, ainda foram relatados dados de famílias que não tomam água sem nenhum tratamento: 4 (21,1%).

Em relação à escolaridade da mãe, a maioria estudou mais de três anos: 10 (52,6%), e a renda mensal gira em torno de um salário mínimo: 7 (36,8%), com casos de famílias que ganham menos de 100,00 reais: 3 (15,8%). Quanto ao número de pessoas residentes na casa, a maioria relatou de três a quatro pessoas: 3 (42,1%), tendo a casa mais de quatro cômodos: 10 (52,6%).

Quanto ao consumo de frutas, percebe-se que a maioria consome: 18 (94,7%), tendo, a maioria, o hábito de sempre lavar com água fervida: 15 (78,9%). Em relação a lavar as mãos após utilizar o banheiro e antes das refeições, percebe-se que um número elevado de crianças têm tais hábitos: 18 (94,7%) e 17 (89,5%) respectivamente.

Sobre tratamento das verminoses, a maioria diz já ter apresentado algum tipo de verme: 11 (57,9%), realizando o tratamento para combatê-lo numa média de 1,18 vezes.

Em relação às atividades educativas em saúde, todas as ações foram planejadas pelos membros do PROEPA, tomando como base a captação da realidade.

Nas atividades desenvolvidas com as crianças, elas se mostraram muito participativas. Quando questionadas sobre quais os hábitos de higiene necessários para prevenção de parasitoses, mostram certo

conhecimento sobre a temática, a maioria relatando praticar com frequência esses hábitos. No entanto, ainda se verificou alunos relatando a não realização dos mesmos.

Nas atividades desenvolvidas com os pais, através de uma dinâmica, estimulou-se a realização de algumas perguntas que geraram dúvidas em relação aos exames realizados. Do mesmo modo, em relação aos sinais e sintomas das enteroparasitoses, de como eles reconheceriam quando seus filhos estivessem acometidos por verminoses. Nessa prática com os pais, percebeu-se o envolvimento dos professores da creche, que auxiliaram em algumas respostas, demonstrando assim conhecimento sobre o assunto.

Após as implementações educativas, foram entregues os resultados dos exames das crianças aos pais, os quais continham o diagnóstico. Com base nos resultados, os pais foram orientados a procurar a unidade básica de saúde para buscar o devido tratamento.

DISCUSSÃO

O projeto apresenta-se como estratégia relevante para o combate às enteroparasitoses no ambiente escolar, atuando no diagnóstico laboratorial e nas atividades de educação em saúde com os diversos setores escolares (estudantes, pais ou responsáveis legais, professores, funcionários e manipuladores de alimentos). Dessa forma, trabalhar numa perspectiva ampliadora torna-se extremamente relevante, pois busca-se não somente o diagnóstico e tratamento, mas também a promoção da saúde dos sujeitos de forma integral, no intuito de quebrar o ciclo biológico dessas enteroparasitoses nesse ambiente, funcionando como estratégia transformadora dessa realidade.

Nos resultados dos exames das crianças, verificou-se a presença dos seguintes protozoários: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *Entamoeba histolytica*. Vale destacar a ausência de helmintos nas amostras analisadas, o que pode estar relacionado ao próprio clima seco que não favorece o ciclo desses vermes, ou mesmo à técnica parasitológica utilizada (Hoffman). A *Giardia lamblia* é um protozoário que infecta os intestinos dos seres humanos, tendo por sinais e sintomas característicos diarreia e dor abdominal. Em suas formas de transmissão, destacam-se a água, que pode contaminar alimentos ou mesmo em sua ingestão e hábitos de higiene, tendo as creches como focos de transmissão. Destaca-se a importância de alimentos bem cozidos, já que a alta temperatura mata os cistos (PINHEIRO, 2015).

Constatou-se a presença de cistos da *Entamoeba Coli*, um protozoário não patogênico em seres humanos. Nesse tipo de parasitose, poderá ocorrer a presença de uma colite disentérica que se manifesta de duas a quatro evacuações por dia, sejam elas diarréicas ou não, com fezes com características pastosas ou moles, podendo conter sangue ou mucos (OLIVEIRA et al, 2014). Nas crianças da creche, mesmo apresentando faixa etária de dois a cinco anos, identificou-se a presença de *Endolimax nana*, mesmo a literatura trazendo que esse parasita atinge crianças predominantemente de oito a doze anos, tendo por transmissão uma higiene precária (Marcela Dohms ,2008). Sobre a *Entamoeba histolytica*, destaca-se como um parasita transmitido de indivíduo para indivíduo, através da ingestão de alimentos ou água contaminada pelos cistos do parasito. Esse parasita tem como foco primário o intestino, causando disenteria, colite e enterocolite amebiana, podendo também infectar outros órgãos e tecidos através da corrente sanguínea, causando processos inflamatórios e necrose (CHAVES e DANTAS, 2010).

Com a presença de alguns tipos de enteroparasitoses detectados nos exames parasitológicos, tornou-se oportuno orientações a cerca de mudanças de diversos hábitos diários, assim como o tratamento específico, sendo necessário encaminhar aos serviços de saúde. Uma mudança nos hábitos de vida previne possíveis recidivas pelos parasitas.

Dessa forma, é necessário, sobretudo a utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde, visto que a maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia, uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento, que está atrelada principalmente ao fator governamental, e também às condições socioeconômicas das famílias para providenciar meios que diminuam os riscos provenientes de uma água não tratada, do controle de vetores, que também é responsabilidade nossa enquanto cidadãos (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

A partir da realidade vivenciada, verificou-se a importância de um trabalho de educação em saúde, com apresentação de peças teatrais, dinâmicas e vídeos interativos que fizessem com que todos participassem, desde o público infantil até os cuidadores das crianças. Observou-se a necessidade de trabalhar também com os manipuladores de alimentos, através de ofertas de curso para boas práticas de manipulação de alimentos, cursos sobre as parasitoses com os professores, além de outras atividades com os pais dos escolares, visto que essa coletividade é peça chave para evitar o ciclo de vida dos parasitas.

Destarte, torna-se relevante entendermos que a escola é um dos espaços para a promoção da saúde, a qual estimula a autonomia, e controla as condições de saúde e qualidade de vida, com opções por atitudes mais

saudáveis, estabelecendo, dessa forma, a prevenção de variadas patologias, construindo uma saúde que não seja relacionada apenas à ausência de doença, e sim entendida como um fator socialmente dinâmico (BRASIL, 2009).

Quando se trabalha com higiene na educação infantil, vem a imagem do cuidado como um momento de construção de hábitos e que se deve favorecer a autonomia da criança, dessa forma algumas questões passam a ser trabalhadas, como adotar o hábito de sempre lavar as mãos antes das refeições e após usar o banheiro, por exemplo, o que de fato é bom para os pais e escolares. Assim, o trabalho de formação de hábitos de higiene, realizado com essas crianças, deve ter um caráter totalmente pedagógico e não assistencial (GONÇALVES, et al., 2008).

Vale destacar que o intento é modificar estilos de vida que prejudicam a saúde, alterando pequenos comportamentos para evoluir. É um caminho lento e difícil, com diversas tentações para a pessoa se desvincular de seus objetivos. Esse reforço que ocorre através da educação em saúde é fundamental para que se modifiquem esses maus hábitos de vida (WENZEL; CUNHA, 2009).

Na entrega dos resultados aos pais, alguns relataram que já esperavam um resultado positivo para parasitoses, enquanto outros revelaram que esperavam receber resultados positivo, porém não se evidenciou parasitoses, demonstrando a necessidade da realização de exames parasitológico seriados. Todas as crianças que apresentaram alguma verminose foram orientadas a procurar a unidade de saúde de referência da comunidade.

Observou-se também que as atividades apresentadas desenvolveram nos discentes de graduação uma maior habilidade de comunicação, de acolhimento, aproximando-os de uma realidade a ser trabalhada articulando a teoria com a prática. Essa articulação implica em ações pedagógicas que transcendam os muros da academia e mostram a necessidade da inserção do acadêmico em realidades concretas, sendo essas a comunidade, a qual inclui a equipe de saúde da família, as escolas, as creches, os serviços de saúde da rede básica e da rede hospitalar; aproximando o mundo do ensino com o mundo do serviço na perspectiva intersetorial (GONÇALVES CNS, CORRÊA AB, SIMON G et al., 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Projeto Ação e Prevenção: avaliação parasitológica em escolares da rede pública de ensino do município de Pau dos Ferros”, aqui apresentado, constitui uma ferramenta propulsora para a formação de alunos dos cursos de Saúde/Enfermagem, visto que a ela se aproxima da realidade

de, adentrando na comunidade e estabelecendo dessa forma um vínculo necessário para a realização das atividades, dando um respaldo necessário perante o processo saúde/doença e os fatores relacionados ao mesmo. Com base nos resultados colhidos, verificou-se a necessidade de abordar ainda mais ações voltadas para o combate às verminoses, orientando a comunidade acerca do reconhecimento das condições de saúde, que vão desde o saneamento básico até a lavagem dos alimentos, ou seja, abordar a melhoria das condições básicas de saúde para a promoção de uma melhor qualidade de vida, sem a presença dos parasitas.

Como limitações, podemos citar a carência de financiamento, como também o distanciamento da comunidade que ocorre algumas vezes, a impossibilidade de a ação acontecer de forma mais efetiva e que abarcar mais crianças, como no caso do preenchimento dos questionários e a entrega de coletores, os quais apresentaram-se como etapas mais difíceis.

Dessa forma, o projeto aponta para uma perspectiva de continuidade, com ações cada vez mais amplas voltadas para o conhecimento das realidades das famílias, a fim de poder intervir de maneira eficaz, proporcionando a construção do conhecimento e autonomia dos indivíduos, sejam eles crianças ou adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Saúde na escola. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 96 p
- CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. saúde pública*, 31(2): 209-13, São Paulo, SP, 1997. <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v31n2/2249.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- BELLOTO, MARCUS VINICIUS TEREZA et al. Enteroparasitoses numa população de Escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Mirassol, São Paulo, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude [online]*. 2011, vol.2, n.1, pp.37-44.
- COSTA et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. *Revista eletrônica de enfermagem, Campina Grande, Paraíba*, 2010. <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n2/pdf/v15n2a25.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.
- DOHMS, Marcela. Hymenolepis nana. 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/849/hymenolepis-nana>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- EVANGELISTA, J. Alimentos, um estudo abrangente. Ed. Atheneu. 453 p., Rio de Janeiro, 1992. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- FERREIRA, J.R. et al. Diagnóstico e prevenção de parasitoses no reassentamento São Francisco, em Cascavel – Paraná. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, 36 (3), 145-146, 2004. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- GONÇALVES, C.N.S., CORRÊA A.B.; SIMON, G.; et al. Integração ensino-serviço na voz de profissionais de saúde. *Rev enferm UFPE, Recife*, v.8, n.6, p.1678-86, jun., 2014.
- GONÇALVES, F.D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. *Saúde, Educ.*, v.12, n.24, p.181-92, jan./mar. 2008.
- HARRISON: *Medicina Interna*. 14 ed, v. 1, Rio de Janeiro: McGrawHill, 1998, 1499 p. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- HAYASHI, S. et al. Programa de control de lãs helmintiasis transmitidas através del suelo em Japón. *Bol. Chil. Parasitol.* n.36, p. 2-5, 1981.
- ORLANDINI, M. R.; MATSUMOTO, L. S. Prevalência de parasitoses intestinais em escolares. Paraná, 2009. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- OGUNMEKAN, d. a. Control of malaria with special reference to socioeconomic factors. *Trop. Doctor.* n.13, 185-186, 1983. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out.
- OLIVEIRA et al. Eosinofilia relacionada com a entamoeba coli. Três Lagoas, 2009. Disponível em: <[http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario-2/downloads/2013/1%20\(14\).pdf](http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario-2/downloads/2013/1%20(14).pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.
- PINHEIRO, Pedro. Giardíia lamblia | sintomas e tratamento, 2015. Disponível em: <<http://www.mdsaude.com/2010/09/giardia-lamblia-sintomas.html>>. Acesso em: 12 out. 2016
- RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. 2010. 36 f. Tese (Especialização em Análise Ambiental) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerias. 2010.
- WENZEL, Miriam Margareti; CUNHA, Ana Zoé Schilling da. Promoção de Saúde em Grupos: Analisando Resultados do Projeto Ensino E Educação em Saúde. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 2009.



La extensión como estrategia en el combate a las enteroparasitosis en la comunidad infantil: relato de experiencia

Extension as a strategy in combating enteroparasitoses in pre-school community: experience report

Maria Bianca Brasil Freire
Acadêmica de enfermagem de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
bilancabrasil@gmail.com

Maria Jozelma Varela de Queiroz
Acadêmica de enfermagem de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
josy.vv@hotmail.com

Jane Kelly Moisés da Silva
Acadêmica de enfermagem de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
janeenkelly@gmail.com

Márcio Adriano Fernandes Barreto
Prof. Me. Asistente III, del curso de enfermagem, de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
marciobioquimico@hotmail.com

João Bezerra de Queiroz Neto
Técnico especializado de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
joaobezerra@uern.br

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento
Profa. Dra. Adjunta IV del Curso de Grado en Medicina de la Universidad del Estado del Río Grande del Norte
ellanygurgel@hotmail.com

RESUMEN

Este artículo describe un relato de experiencia de las acciones del proyecto “Acción y Prevención: una evaluación parasitológica en escolares de la red pública de enseñanza del municipio de Pau dos Ferros-RN”, en la guardería municipal “Saci Pererê”, desarrollada con los escolares, profesores y padres. Fueron implementadas actividades con los niños, padres y profesores, a través de dinámicas y una pieza teatral que abordaban la actuación de las parasitosis en el ambiente escolar. Fueron aplicados cuestionarios para identificar el perfil socioeconómico y realizado exámenes de las muestras fecales de los niños. En los resultados de los exámenes de los niños, se verificó la presencia de los siguientes protozoarios: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *entamoeba histolytica*. Tras las implementaciones educativas, fueron entregues los resultados de los exámenes de los niños a los padres, los cuales fueron orientados a buscar la Unidad Básica de Salud de la región para obtener el mejor tratamiento. Se verificó la necesidad de las acciones direccionadas para el combate a las verminosas orientando la comunidad acerca del reconocimiento de las condiciones de salud.

Palabras clave: Educación en salud; Enfermedades parasitarias; Relaciones Comunidad-Institución.

ABSTRACT

The present document describes an experience report on the activities of the Action and Prevention Project: a parasitological evaluation in schoolchildren of the public school system of the municipality of Pau dos Ferros-RN in the municipal nursery “Saci Pererê”, developed with schoolchildren, teachers and parents. Activities were implemented with children, parents and teachers, through dynamics and a play that addressed the action of parasites in the school environment. Questionnaires were applied to the socioeconomic profile and tests were performed on the fecal samples of the children. In the results of the children’s exams were verified the presence of the following protozoa: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *entamoeba histolytica*. After the educational implementations, the results of such examinations were given to the parents, who were instructed to seek the basic health unit for appropriate treatment. There was a need for actions aimed at combating verminoses, guiding the community over the recognition of health conditions.

Keywords: Health education; Parasitic diseases; Community-Institution Relations.

INTRODUCCIÓN

Las enteroparasitosis se constituyen como un importante problema de salud pública, teniendo los niños como un grupo de más riesgo de infecciones; tiene sido reportadas incluso, como principales responsables por la diarrea infantil (CASTRO et al., 2011). Esas parasitosis son enfermedades cuyos agentes etiológicos son helmintos o protozoarios, que se localizan en el sistema digestivo del hombre, en por lo menos una de las fases del ciclo biológico, pudiendo provocar diversas alteraciones patológicas (FERREIRA et al., 2004).

Hay una gran diversidad de los parásitos capaces de infectar el hombre, así como factores pertinentes a la evaluación de la posible etiología de la parasitosis. Así, es necesario evaluar las especies de los parásitos encontrados en el local, el clima, los hábitos de higiene, el grado de educación sanitaria de la población, la presencia de servicios públicos de aguas residuales, el abastecimiento del agua y las condiciones económicas de la región. Es importante también averiguar la capacidad de evolución de las larvas y huevos de los helmintos y de los quistes de protozoarios, en cada uno de los ambientes y sus ciclos (EVANGELISTA, 1992; HARRISON, 1998; SCOLARI et al, 2000).

Las formas de contaminación por enteroparasitosis presentan relación con factores sociodemográficos y ambientales, tales como: precarias condiciones socioeconómicas, consumo del agua contaminada, mal estado nutricional de los individuos; y en virtud de la mayor urbanización y mayor participación femenina en el mercado de trabajo, las guarderías se convirtieron en ambientes potenciales de contaminación para los niños (ORLANDINI e SUSSUMU, 2009).

En ese contexto multifacético, se destaca la importancia de la educación en salud. Se comprende por educación en salud cualquiera combinaciones de experiencias de aprendizaje direccionadas a la facilidad de acciones voluntarias conducentes a la salud; dice a respeto a medidas comportamentales adoptadas por una persona, grupo o comunidad para atin-gir un efecto intencional sobre la propia salud (CANDEIAS, 1997).

Para el Ministerio de la Salud es fundamental trabajar salud en el período escolar en la perspectiva de su promoción, a través de acciones para la prevención de enfermedades y para el fortalecimiento de los factores de protección. Es importante implementar estrategias que sean integradas con el sistema educacional, que esas estrategias orienten y fortalezcan la adopción de hábitos de vida más sanas y que puedan reflexionar cambios individuales y colectivas (COSTA et al, 2010)

De esa forma, el papel de las acciones educativas es intervenir en el control de las enteroparasitosis. Esas acciones son direccionadas a la prevención de parasitosis y representan una buena estrategia de aprendizaje. Son utilizados instrumentos lúdicos para facilitar la asimilación, pro

duciendo cambios de comportamientos y prácticas que hasta ahora eran reproducidas siguiendo el modelo hegemónico de salud, prescribiendo lo que puede y lo que no se puede hacer, sin utilizar el cambio de conocimiento (HAYASHI et al, 1981; OGUNMEKAN, 1983).

En esa perspectiva, el “Proyecto Acción y Prevención: evaluación parasitológica en escolares de la red pública de enseñanza del municipio de Pau dos Ferros” (PROEPA) trabaja con acciones de educación en salud y diagnóstico de laboratorio (examen parasitológico de heces). El proyecto tiene actuación desde el año de 2008, desde cuando viene trazando un diagnóstico de alta prevalencia de enteroparasitosis en escolares de la red pública, con bajo nivel socioeconómico, carencia de infraestructura sanitaria y necesidad de cuidados con el alimentos/agua y la higiene.

A partir del expuesto, el presente trabajo objetivó describir un relato de experiencia de las acciones del PROEPA en la guardería municipal de Pau dos Ferros-RN “Saci Pererê”, desarrollada con los escolares, profesores y padres o responsables.

DESARROLLO (ASPECTOS METODOLÓGICOS)

Se trata de la descripción de un relato de experiencia basado en las acciones desarrolladas por el proyecto de extensión intitulado: PROEPA – “Acción y Prevención: evaluación parasitológica en manipuladores de alimentos y escolares de la red pública de enseñanza de Pau dos Ferros/RN”. La acción contó con la participación de dos docentes, un técnico de nivel superior y doce alumnos, siendo todos del Departamento de Enfermería del Campus Avançado Professora Maria Eliza de Albuquerque Maia (CAMEAM) de la Universidad del Estado de Rio Grande del Norte (UERN). El local de la acción fue a la guardería Saci Pererê en la zona urbana de Pau dos Ferros-RN. Las actividades fueron desarrolladas en 2016, con niños de 2 a 5 años del turno matutino, provenientes del área periférica y zona rural.

A principio fue realizada una visita para reconocimiento y captación de la realidad de la guardería, donde, a partir de algunos relatos de la dirección y de profesores, se percibió la necesidad de trabajar el tema de las enteroparasitosis con los escolares y padres o responsables legales. En esa perspectiva, se evidenció la necesidad de desarrollar acciones de diagnóstico de laboratorio (exámenes parasitológicos) de los escolares y actividades de educación en salud entre escolares y padres.

Las actividades de educación en salud fueron direccionadas a todos los niños de la guardería. En un primer momento, se presentaron videos y temas sobre la importancia de lavar las manos y de los buenos hábitos de higiene. Vale destacar la presentación de los cuentos con títeres, que envolvió personajes de la literatura, además de puestas en escena para

estimular la interacción a través de preguntas sobre hábitos para la prevención las parasitosis, buscando entender/captar cuál es el conocimiento sobre las parasitosis, en lo que se refiere a las formas de contagio y prevención de las verminosas.

En un segundo momento, los niños fueron direccionados a las respectivas salas para dar continuidad a las actividades educativas. En ese escenario, las acciones fueron destinadas de acuerdo con la franja etaria, llevando en consideración las especificidades pedagógicas. El trabajo fue desarrollado por equipos de tres integrantes del PROEPA por aula, utilizándose de metodologías diversificadas (confección de carteles, colajes, pintura y globos).

En un tercer momento, fue realizada, con los padres o responsables legales de los alumnos y con los profesores, una presentación del proyecto, a través de una función teatral que abordaba la actuación del proyecto y su actuación con las parasitosis en el ambiente escolar. En ese momento, fueron entregues a los padres los cuestionarios para coleccionar datos referentes al perfil socioeconómico.

Para la efectucción del diagnóstico en el laboratorio fueron entregues, solo para los padres o responsables que comparecieron en la actividad de educación en salud, los colectores plásticos estériles, para la coleta de muestra fecal de los niños con las respectivas orientaciones. Fueron necesarios dos días después de la entrega de los colectores para el recogimiento de las heces. Las muestras fueron transportadas en cajas térmicas para el laboratorio de Morfología del Departamento de Enfermería (CA-MEAM). A partir de entonces fue realizado el preparo de las muestras por el método de Hoffman o sedimentación espontánea, que se utiliza de cálices de sedimentación, bastón de vidrio, gasas, tijeras, microscopio y lugol 2%, presentando una amplia sensibilidad para identificación de huevos, quistes y larvas. Tras un período de dos horas, fueron realizados los análisis parasitológicos por el profesor y técnico de nivel superior (farmacéutico-bioquímico).

Los análisis de los datos fueron realizados basados en la digitación del banco de datos en el programa SSPS statistic 20, donde fueron digitados solo los datos referentes a los alumnos que entregaron el cuestionario y la muestra.

Los exámenes fueron digitados e impresos, y los resultados entregues a los padres en el momento de la salida y término de las actividades de la guardería. Concomitante a eso, fueron hechas orientaciones de acuerdo con la necesidad y la realidad encontradas en cada caso, además de los encaminhamientos al servicio de salud local para tratamiento.

RESULTADOS

Fueron aplicados 33 cuestionarios en el momento de la reunión con los padres, y enseguida entregues los colectores; sin embargo el número de colectores recibidos fue 26. Se percibió así que algunos padres llenaron el cuestionario, pero no entregaron la muestra de heces, y algunos entregaron la muestra, pero no llenaron el cuestionario. Eso fue percibido con base en la digitación del banco de datos en el programa SSPS statistic 20, donde fueron digitados solo los datos referentes a los alumnos que entregaron el cuestionario y la muestra, sumando 19 alumnos.

Entre esos 19 alumnos, la mayoría son del sexo masculino, 13 (68,4%), poseyendo un promedio de edad de 4,20 años y peso 16,05 kg. La mayoría de los niños reside en la zona urbana. 14 (73,7%), donde en suma, la calle es pavimentada, 13 (68,4%); no poseen basura en las proximidades de la casa, 11 (57,9%); habiendo, de ese modo, colecta de basura semanalmente, 17 (89,5%).

Con relación al destino de las heces, los padres nombraron alcantarilla y fosa como los destinos principales y la existencia de sistemas hidráulicos en la mayoría de las casas: 16 (84,2%). El agua utilizado para beber es en la mayoría de los casos, filtrada: 8 (42,1%), pero a lo menor que sea el número, todavía fueron relatados datos de familias que no toman agua sin ningún tratamiento: 4 (21,1%).

En relación a la escolaridad de la madre, la mayoría estudió más de tres años: 10 (52,6%) y la renta mensual gira alrededor de un sueldo mínimo: 7 (36,8%), con casos de familias que ganan menos de 100,00 reales: 3 (15,8%). Cuanto al número de personas residentes en la casa, la mayoría relató entre tres y cuatro personas: 3 (42,1%), teniendo la casa con más de cuatro cómodos: 10 (52,6%).

Cuanto al consumo de frutas, se percibe que la mayoría consume: 18 (94,7%), teniendo, la mayoría, el hábito de siempre lavarlas con agua hervida: 15 (78,9%). En relación a lavar las manos después de utilizar el baño y antes de las comidas, se percibe que un número elevado de niños tiene tales hábitos: 18 (94,7%) y 17 (89,5%) respectivamente.

Sobre el tratamiento de las verminosas, la mayoría dice ya haber presentado algún tipo de verme: 11 (57,9%), realizando el tratamiento para combatirlo en una media de 1,18 veces. En relación a las actividades educativas en salud, todas las acciones fueron planeadas por los miembros del PROEPA basándose en la captación de la realidad.

En las actividades desarrolladas con los niños, se mostraron muy participativos. Cuando cuestionados sobre cuales los hábitos de higiene necesarios para prevención de parasitosis, muestran cierto conocimiento sobre la temática, la mayoría relatando practicar con frecuencia esos hábitos. Sin embargo, todavía se percibe alumnos relatando la no realización de ellos.

En las actividades desarrolladas con los padres, a través de una dinámica, se estimuló la realización de algunas preguntas que generaron dudas en relación a los exámenes realizados. Del mismo modo, en relación a los señales y síntomas de las enteroparasitosis, de cómo ellos reconocerían cuando sus hijos estuviesen acometidos por verminosas. En esa práctica con los padres, se percibe el involucramiento de los profesores de la guardería, que auxiliaron en algunas respuestas, demostrando así conocimiento sobre el asunto.

Tras las implementaciones educativas, fueron entregues los resultados de los exámenes de los niños a los padres, los cuales contenían el diagnóstico. Con base en los resultados, los padres fueron orientados a buscar la unidad básica de salud para buscar el debido tratamiento.

DISCUSIÓN

El proyecto se presenta como estrategia relevante para el combate a las enteroparasitosis en el ambiente escolar, actuando en el diagnóstico de laboratorio y en las actividades de educación en salud con los diversos sectores escolares (estudiantes, padres o responsables legales, profesores, empleados y manipuladores de alimentos). De esa forma, trabajar en una perspectiva ampliadora es extremadamente relevante, pues busca no solo el diagnóstico y tratamiento, sino también la promoción de la salud de los sujetos de forma integral, con el intuito de quebrar el ciclo biológico de esas enteroparasitosis en ese ambiente, funcionando como estrategia transformadora de esa realidad.

En los resultados de los exámenes de los niños se verificó la presencia de los siguientes protozoarios: *Giardia lamblia*, *Endolimax nana*, *Entamoeba coli*, *entamoeba histolytica*. Vale destacar la ausencia de helmintos en las muestras analizadas, lo que puede estar relacionado al propio clima seco que no favorece el ciclo de esos vermes, o hasta a la técnica parasitológica utilizada (Hoffman). La *Giardia lamblia* es un protozoario que infecta los intestinos de los seres humanos, teniendo por señales y síntomas característicos como diarrea y dolor abdominal. En sus formas de transmisión se destaca el agua, que puede contaminar alimentos o su ingestión y hábitos de higiene, teniendo las guarderías como focos de transmisión. Se destaca la importancia de alimentos bien hervidos ya que la alta temperatura mata los quistes (PINHEIRO, 2015).

Se constató la presencia de quistes de la *Entamoeba Coli*, un protozoario no patogénico en seres humanos. En ese tipo de parasitosis podrá ocurrir la presencia de una colitis disintérica que se manifiesta de dos a cuatro evacuaciones por día, sean ellas diarreicas o no, con heces con características pastosas o blandas, pudiendo contener sangre o mocos (OLI

VEIRA et al, 2014). En los niños de la guardería, presentando franja etaria de dos a cinco años, se identificó la presencia de *Endolimax nana*, aunque la literatura presenta que ese parasita atinge niños predominantemente de ocho hasta doce años, teniendo por transmisión una higiene precaria (Marcela Dohms, 2008). Sobre la *Entamoeba histolytica*, se destaca como un parasita transmitido de individuo para individuo, a través de la ingestión de alimentos o agua contaminada por los quistes del parasita. Ese parasita tiene como foco primario el intestino, causando disentería, colitis y enterocolitis amebiana, pudiendo también infectar otros órganos y tejidos a través de la corriente sanguínea, causando procesos inflamatorios y necrose (CHAVES e DANTAS, 2010).

Con la presencia de algunos tipos de enteroparasitosis detectados en los exámenes parasitológicos, se tornó oportuno orientaciones a cerca de cambios de diversos hábitos diarios, así como el tratamiento específico, siendo necesario encaminar a los servicios de salud. Un cambio en los hábitos de vida previne posibles recidivas por los parasitas.

De esa forma, es necesario, sobre todo la utilización del saneamiento como instrumento de promoción de la salud, visto que la mayoría de los problemas sanitarios que afectan la población mundial están intrínsecamente relacionados con el medio ambiente. Un ejemplo de eso es la diarrea, una de las enfermedades que más aflige la humanidad, ya que causa 30% de las muertes de niños con menos de un año de edad. Entre las causas de esa enfermedad están las condiciones inadecuadas de saneamiento, que está relacionada principalmente al factor gubernamental y también a las condiciones socioeconómicas de las familias para proporcionar medios que disminuyan los riesgos provenientes de una agua no tratada, del control de vectores, que también es responsabilidad nuestra como ciudadanos (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

A partir de la realidad vivenciada, se verificó la importancia de un trabajo de educación en salud, con presentación de piezas teatrales, dinámicas y videos interactivos que hicieran con que todos participasen, desde el público infantil hasta los cuidadores de los niños. Se observó la necesidad de trabajar también con los manipuladores de alimentos, a través de ofertas de curso para buenas prácticas de manipulación de alimentos, cursos sobre las parasitosis con los profesores, además de otras actividades con los padres de los escolares, ya que esa colectividad es pieza importante para evitar el ciclo de vida de los parásitos.

Entonces, se hace relevante entender que la escuela es uno de los espacios para la promoción de la salud la cual estimula la autonomía y controla las condiciones de salud y calidad de vida, con opciones por actitudes más sanas, estableciendo la prevención de variadas patologías, construyendo una salud que no sea relacionada solamente a la ausencia de enfermedades y sí entendida como un factor socialmente dinámico (BRASIL, 2009).

Cuando se trabaja con higiene en la educación infantil, viene la imagen del cuidado como un momento de construcción de hábitos y que se debe favorecer la autonomía del niño, de esa forma algunas cuestiones pasan a ser trabajadas, como adoptar el hábito de siempre lavarse las manos antes de las comidas y después de usar el baño, por ejemplo, lo que de hecho es bueno para los padres y escolares. Así, el trabajo de formación de hábitos de higiene, realizado con esos niños, debe tener un carácter totalmente pedagógico y no asistencial (GONÇALVES, et al., 2008).

Vale destacar que el intento es modificar estilos de vida que perjudican la salud, alterando pequeños comportamientos para evolucionar. Es un camino lento y difícil, con diversas tentaciones para la persona desvincularse de sus objetivos. Ese esfuerzo que ocurre a través de la educación en salud es fundamental para que se modifiquen esos hábitos malos de vida (WENZEL; CUNHA, 2009).

En la entrega de los resultados a los padres, algunos relataron que ya esperaban un resultado positivo para parasitosis, mientras otros revelaron que esperaban recibir resultados positivos, pero no se evidenció parasitosis, demostrando la necesidad de la realización de exámenes parasitológicos seriados. Todos los niños que presentaron alguna verminosa fueron orientadas a buscar la unidad de salud de referencia de la comunidad.

Se observó también que las actividades presentadas desarrollaron en los discentes de grado una mayor habilidad de comunicación, de acogimiento, aproximándolos de una realidad a ser trabajada articulando la teoría con la práctica. Esa articulación implica en acciones pedagógicas que trasciendan los muros de la academia y muestran la necesidad de la inserción del académico en realidades concretas, siendo esas la comunidad, la cual incluye el equipo de salud de la familia, las escuelas, las guarderías, los servicios de salud de la red básica y de la red hospitalaria; aproximando el mundo de la enseñanza con el mundo del servicio en la perspectiva intersectorial (GONÇALVES CNS, CORRÊA AB, SIMON G et al., 2014).

CONSIDERACIONES FINALES

El “Proyecto Acción y Prevención: evaluación parasitológica en escolares de la red pública de enseñanza del municipio de Pau dos Ferros” aquí presentado, constituye una herramienta propulsora para la formación de alumnos de los cursos de Salud/Enfermería, visto que a ella se aproxima de la realidad, adentrando en la comunidad y estableciendo de esa forma un vínculo necesario para la realización de las actividades, dando un respaldo necesario frente al proceso salud/enfermedad y los facto

res relacionados a lo mismo. Con base en los resultados cogidos, se verificó la necesidad de abordar todavía más acciones direccionados para el combate a las verminosas, orientando la comunidad acerca del reconocimiento de las condiciones de la salud, que van desde el saneamiento básico hasta el lavaje de los alimentos, o sea, abordar la mejoría de las condiciones básicas de salud para la promoción de una mejor cualidad de vida, sin la presencia de los parásitos.

Como limitaciones, podemos citar la carencia de financiamiento, como también el distanciamiento de la comunidad que ocurre algunas veces, la imposibilidad de la acción acontecer de forma más efectiva y que abarcar más niños, como en el caso de los cuestionarios llenos y la entrega de colectores, los cuales se presentaron como etapas más difíciles.

De esa forma, el proyecto apunta a una perspectiva de continuidad, con acciones cada vez más amplias direccionadas para el conocimiento de las realidades de las familias, a fin de poder intervenir de manera eficaz, proporcionando la construcción del conocimiento y autonomía de los individuos, sean ellos niños o adultos.

REFERENCIAS

- BRASIL. Saúde na escola. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 96 p
- CANDEIAS, N. M. F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. saúde pública*, 31(2): 209-13, São Paulo, SP, 1997. <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v31n2/2249.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- BELLOTO, MÁRCUS VINÍCIUS TEREZA et al. Enteroparasitoses numa população de Escolares da Rede Pública de Ensino do Município de Mirassol, São Paulo, Brasil. *Rev Pan-Amaz Saude* [online]. 2011, vol.2, n.1, pp.37-44.
- COSTA et al. Promoção de saúde nas escolas na perspectiva de professores do ensino fundamental. *Revista eletrônica de enfermagem*, Campina Grande, Paraíba, 2010. <https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v15/n2/pdf/v15n2a25.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.
- DOHMS, Marcela. *Hymenolepis nana*. 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/849/hymenolepis-nana>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- EVANGELISTA, J. Alimentos, um estudo abrangente. Ed. Atheneu. 453 p., Rio de Janeiro, 1992. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- FERREIRA, J.R. et al. Diagnóstico e prevenção de parasitoses no reassentamento São Francisco, em Cascavel – Paraná. *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, 36 (3), 145-146, 2004. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- GONÇALVES, C.N.S., CORRÊA A.B.; SIMON, G.; et al. Integração ensino-serviço na voz de profissionais de saúde. *Rev enferm UFPE*, Recife, v.8, n.6, p.1678-86, jun., 2014.
- GONÇALVES, F.D. et al. A promoção da saúde na educação infantil. *Saúde, Educ.*, v.12, n.24, p.181-92, jan./mar. 2008.
- HARRISON: *Medicina Interna*. 14 ed, v. 1, Rio de Janeiro: McGrawHill, 1998, 1499 p. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- HAYASHI, S. et al. Programa de control de lãs helmintiasis transmitidas através del suelo em Japón. *Bol. Chil. Parasitol.* n.36, p. 2-5, 1981.
- ORLANDINI, M. R; MATSUMOTO, L. S. Prevalência de parasitoses intestinais em escolares. Paraná, 2009. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- OGUNMEKAN, d. a. Control of malaria with special reference to socioeconomic factors. *Trop. Doctor.* n.13, 185-186, 1983. <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1655-8.pdf>>. Acesso em: 04 out.
- OLIVEIRA et al. Eosinofilia relacionada com a entamoeba coli. Três Lagoas, 2009. Disponível em: <[http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario-2/downloads/2013/1%20\(14\).pdf](http://www.aems.com.br/conexao/edicaoatual/Sumario-2/downloads/2013/1%20(14).pdf)>. Acesso em: 12 out. 2016.
- PINHEIRO, Pedro. *Giardia lamblia* | sintomas e tratamento, 2015. Disponível em: <<http://www.mdsaude.com/2010/09/giardia-lambliia-sintomas.html>>. Acesso em: 12 out. 2016
- RIBEIRO, J. W.; ROOKE, J. M. S. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. 2010. 36 f. Tese (Especialização em Análise Ambiental) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. 2010.
- WENZEL, Miriam Margareti; CUNHA, Ana Zoé Schilling da. Promoção de Saúde em Grupos: Analisando Resultados do Projeto Ensino E Educação em Saúde. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 2009.

Data de submissão: 12/02/2017

Data de aceite: 03/03/2017



Implementação de ações educativas para prevenção de doenças bucais em município de baixo IDH

Implementation of actions educatives for the prevention of oral diseases in the Municipality of low IDH

Juliana Haddad
Bióloga. Mestranda em Anatomia Humana pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil
juliana-haddad@hotmail.com

Carolina Guarini Marcelino
Bióloga. Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Paraná, Brasil
carolgm_094@hotmail.com

Everson Orlandini Alves
Enfermeiro. Enfermeiro Assistencial da Unidade de Terapia Intensiva da Associação Hospitalar Beneficente de Bandeirantes, Bandeirantes, Paraná, Brasil
eversonorlandini@hotmail.com

João Lopes Toledo Neto
Cirurgião-dentista. Doutor em Anatomia Humana. Docente Associado da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil
joaconeto@uenp.edu.br

Daiane Suele Bravo
Enfermeira. Doutoranda em Saúde Coletiva na Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil
daianebravo@hotmail.com

Aline Balandis Costa
Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de enfermagem na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil
alinebalandis@uenp.edu.br

Ana Beatriz Martins
Graduanda em enfermagem na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil
anabeatrizmartins66@gmail.com

RESUMO

A promoção da educação e saúde são fundamentais para permitir ao indivíduo o desenvolvimento da capacidade de entender, refletir e analisar as causas dos seus problemas, aumentando seus habilidades para resolvê-los. A educação é importante no processo de transformação social, podendo alavancar mudanças na vida das pessoas e da comunidade. Tivemos como objetivo promover a conscientização da comunidade escolar sobre os perigos da má higiene bucal, mudando seu comportamento a partir de práticas e ações profiláticas que envolvem professores e alunos em um trabalho voltado para a saúde. As atividades foram ministradas em um município do Norte do Paraná, Santa Amélia, a qual obedeceu os critérios de inclusão. Trabalhamos com cinco escolas, uma APAE e uma UBS, em um período de um ano, com visitas semanais. Ficou evidente a falta de uma política que inclua saúde e educação como atividades integradoras para melhor entendimento da gravidade do que é a falta da higiene bucal.

Palavras chave: Saúde bucal; Higiene bucal; Participação comunitária; Saúde escolar.

ABSTRACT

The promotion of education and health are essential to enable the individual to develop the ability to understand, reflect and analyze the causes of their problems, increasing their abilities to solve them. Education is important in the process of social transformation and can leverage changes in people's lives and in the community. Our objective was to promote awareness of the school community about the dangers of poor oral hygiene, changing their behavior from practices and preventive actions involving teachers and students in work focused on health. The activities were held in a Northern city of Parana, Santa Amelia, which followed the inclusion criteria. We work with five schools, one APAE and UBS, in a period of one year, with weekly visits. The lack of a policy that includes health and education as integrating activities to better understand the severity of which is the lack of oral hygiene was evident.

Key-words: Oral health, Oral hygiene, Consumer participation, School health

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto de extensão Universidade Sem Fronteiras, “Implementação de ações de promoção, prevenção e indicação de tratamento na saúde bucal na cidade de Santa Amélia-PR”, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), em parceria com a prefeitura de Santa Amélia – PR.

Buscamos, aqui, apresentar o desenvolvimento da proposta didática, destacando as contribuições que a metodologia aplicada traz para os alunos das escolas públicas do município de Santa Amélia – PR, visando desenvolver uma reflexão crítica sobre o tema, contribuindo para a conscientização dos escolares sobre a importância e necessidade da higiene bucal.

Este estudo objetivou o grau de aprendizado em saúde bucal alcançado por estudantes do Jardim Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio, Gestantes e alunos da APAE, dando o enfoque necessário para cada faixa etária e suas necessidades, matriculados em quatro escolas públicas do município entre setembro de 2015 a agosto de 2016. Implementaram-se ações enfocando noções de saúde e higiene bucal afim de prevenir futuras complicações odontológicas e patológicas.

Um dos pontos mais relevantes do projeto se dá no momento em que professores e profissionais da saúde passam a contribuir para que o nosso trabalho se concretize da melhor forma em Santa Amélia.

Metodologicamente, o desenvolvimento do projeto consistiu-se de atividades lúdicas, aulas teóricas, aulas práticas e palestras sobre a importância da higiene bucal para a saúde do indivíduo.

Por fim, o trabalho traz discussões sobre a importância de unir educação e saúde no ambiente escolar e conceder práticas para que se tenha uma construção direta sobre a necessidade da higienização bucal.

Quando salientamos o problema da educação em saúde bucal, o fazemos pautados na repercussão que os problemas oriundos da cavidade bucal podem representar para o organismo como um todo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir do documento ‘Promoción de la Salud mediante las Escuelas’ da OMS (Organização Mundial de Saúde), evidencia-se a relação que existe entre saúde e educação, julgando empregar conhecimentos para auxiliar as escolas na melhora da educação, aumentando o potencial de aprendizagem, que simultaneamente melhoram a saúde, já que uma boa saúde propicia um aprendizado proveitoso e vice-versa. O conceito de saúde deve ser entendido como um conjunto de condições que proporcionam o bem estar mental, físico e social.

Nadanovsky afirmou que a escola tem grande influência sobre a saúde dos alunos. Daí o desenvolvimento de metodologias que têm como meta atingir uma vida saudável para a população escolar, apoiando-a e conduzindo-a à promoção da saúde.

Um dos aportes da promoção de saúde é a educação, que tem como objetivo ampliar o entendimento sobre saúde, aumentando a habilidade da comunidade de resolver seus próprios problemas a partir de atividades desenvolvidas através de um trabalho coletivo e participativo, principalmente com a comunidade escolar. (Sheiham e Moysés, 2000).

A educação é extremamente importante no processo de transformação social e a relação com a área da saúde, já que as duas áreas se integram, podendo alavancar mudanças na vida dos indivíduos e na realidade da sociedade (COSTA e FUSCELLA, 1999).

Segundo Moysés, Watt (2000), a promoção de saúde bucal é uma área da interface saúde-sociedade, sendo um dos princípios fundamentais da promoção de saúde o desenvolvimento de ações dirigidas às necessidades da população.

Em 1986, o Relatório da I Conferência Nacional de Saúde Bucal enfatizou a saúde bucal como parte integrante da saúde geral dos indivíduos, encontrando-se diretamente relacionada com as condições socioeconômicas, inclusive o acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 1986). Ações de promoção a saúde visam reduzir fatores de risco que possam ser ameaça a saúde das pessoas, podendo provocar incapacidades e doenças (BRASIL, 2004).

A cárie dentária vem se tornando um problema de saúde pública que atinge toda a população brasileira (PINTO, 1997). A maioria dos estudos descrevem crianças em idades escolares como grande prevalência e severidade da cárie. A importância do conhecimento sobre as causas e estragos que a carie provoca é muito importante, porque pode influenciar na dentição permanente.

Para que esse contexto se modifique, é necessária a implementação de ações que atuem modificando a mentalidade da população alvo, criando práticas que venham a se tornar rotineiras no seu dia a dia, valorizando o papel da educação, como meio de motivação, principalmente para o autocuidado (PEN et al., 1997).

Existe uma crescente necessidade de introduzir nos conteúdos de ensino, principalmente aqueles relacionados às Ciências e à importância da higiene bucal para a saúde do corpo em um contexto geral. Deixando explícito que a boca é apenas um canal de entrada para doenças mais graves, que se agravam com o tempo, podendo ser silenciosas ou não. No entanto, parte dos educadores optam por apenas passar rapidamente pelo assunto, não dando a importância necessária, priorizam o ensino tradicional, sem apresentações práticas do conteúdo, necessária principalmente aos primeiros anos escolares.

A educação é o ponto que trabalha com a motivação, a prática, e tem o poder de desenvolver nas pessoas a consciência crítica da causa dos problemas, despertando então o interesse pela manutenção saúde. Os procedimentos educativos trabalham com um única finalidade, modificar o comportamento de saúde bucal dos indivíduos, informando-os da necessidade da higiene bucal para a saúde (GARCIA et al., 2000). Segundo Blinkhorn, a mudança de hábito é muito difícil de ser atingida, fazendo-se necessária a utilização de estratégias de acordo com a idade do público alvo e o seu nível socioeconômico, sempre reforçando as informações (L'ABBATE, 1992).

Portanto, os responsáveis e professores são os agentes auxiliares de educação, devendo estimular sempre os hábitos de higiene (CORONA, 1999).

O trabalho educativo é produtivo quando focado em crianças na fase escolar, pois elas são mais acessíveis e aprendem mais facilmente, facilitando o ensino de hábitos relacionados à saúde bucal (LANG & WOOLFOLK, 1989). Ações preventivas e educativas devem ser realizadas nos espaços como creches, escolas e unidades de saúde, devido à importância da atuação na fase de formação de hábitos principalmente em pré-escolares (BRASIL, 2008). A escola é o cenário perfeito para desenvolver um programa de educação em saúde, uma vez que é possível e mais explorado o repasse de informações, estimulando trocas de experiências que favorecem a disseminação do conhecimento (BRASIL, 2009). A estimulação dos alunos requer atividades lúdicas como uma ferramenta de promoção da educação em saúde, com o propósito de chamar a atenção dos escolares para o assunto, possibilitando uma aprendizagem efetiva a partir de uma atividade lúdica (CROSCRATO et al., 2010).

Recursos como palestras educativas; revelação do biofilme dental; orientação direta sobre a técnica de escovação e do uso do fio dental, com auxílio de macromodelos e macro escova, devem ser utilizados para motivar os escolares à prática diária da escovação (Toassi, Petry, 2002).

Relato da atividade de extensão

Apresenta como principais objetivos:

1. Promover a conscientização da população sobre os perigos da má higienização e o uso de agentes lícitos e ilícitos que venham a causar futuros problemas à saúde;
2. Promover mudança de comportamentos a partir de práticas de ações profiláticas;
3. Envolver professores, alunos e comunidade escolar num trabalho voltado à saúde;
4. Estreitar laços entre extensionistas, alunos e comunidade escolar.

METODOLOGIA

As ações do projeto de extensão foram desenvolvidas entre setembro de 2015 e agosto de 2016, a partir de dois alunos recém-formados, um graduando e três voluntários, todos da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus Luiz Meneghel, em Bandeirantes – PR.

A cidade escolhida para atuação do projeto devia obedecer a alguns critérios, como possuir um IDH baixo e não ser assistida pelo programa Brasil Sorridente, surgindo então a oportunidade da educação continuada sobre saúde bucal. Assim, o município que abrangia todos os critérios foi Santa Amélia, localizado no norte do Paraná, a 27 km da UENP-CLM

A realização desse projeto de extensão consiste em etapas distintas, tendo como eixo norteador a educação da população, como medida de controle de patologias bucais. Para tanto, os profissionais recém-formados e o aluno de graduação inicialmente foram treinados pelo orientador sobre as diferentes metodologias de ensino, a fim de diagnosticar o nível de conhecimento da comunidade, sua realidade e seus valores.

As visitas nas escolas ocorreram duas vezes por semana, nos períodos matutino e vespertino, sendo ministradas palestras, atividades lúdicas e práticas de profilaxia, totalizando duas escolas municipais, duas escolas estaduais, uma APAE e uma UBS.

Em seguida, foi traçado o planejamento e a escolha das metodologias educativas a serem aplicadas em cada comunidade. Foram realizados treinamentos para os professores e alunos da rede escolar, baseados em aulas teóricas, com intuito de estimulá-los a atuarem como multiplicadores juntos a seus colegas, alunos, família e, por extensão, à comunidade. Concomitante a este treinamento, foram realizados com as crianças matriculadas nas escolas municipais práticas de profilaxia bucal. No caso dos adolescentes e adultos, visamos uma forma de trabalho diferenciada das crianças, tendo enfoque os fatores de riscos devido à má higienização bucal e o uso substâncias lícitas e ilícitas. Com as gestantes foi abordado sobre a forma correta de higienização bucal e alimentação durante o período de gravidez para prevenção de possíveis patologias bucais que futuramente podem interferir na gestação, vindo a causar nascimento prematuro do bebê, incluindo a instrução para a escovação dos bebês. E para a APAE, além dos alunos, os cuidadores também receberam orientação de como se portar e auxiliá-los durante a escovação.

Como apresentação do projeto à cidade, no “Dia das Crianças” houve um evento na praça da Igreja Matriz, onde ocorreu o primeiro contato com a comunidade.

CEMEI Anjo Da Guarda

Nessa creche, a metodologia consistiu em práticas lúdicas, com o uso de fantoches, filmes e atividades em pinturas e brincadeiras. Os alunos participantes tinham entre três e quatro anos.

Escuela Municipal Francisco da Silva Leal

Nessa escola, os alunos participantes estavam matriculados de 1º a 5º anos no ensino fundamental I, com idades variando entre 5 a 10 anos. As atividades consistiam em fantoches, onde os extensionistas falavam de forma divertida sobre a importância da higiene bucal. Posteriormente foram aplicadas atividades como caça-palavras, cruzadinhas, jogo dos sete erros, desenhos para pintar, entre outros, consequentemente fixando melhor o conteúdo dado. Logo após a teoria, foram distribuídos para cada aluno um kit de higiene bucal, contendo uma escova e um creme dental; uma vez por semana, os integrantes do projeto levavam a turma para a prática de escovação, por meio de um treinamento correto de profilaxia bucal. Os professores foram instruídos a levar as suas respectivas turmas a escovarem os dentes depois do “recreio”.

Colegio Estadual Carlírio Gomes Dos Santos

Alunos com idade entre 10 e 15 anos, matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental II.

A metodologia empregada consistiu-se de aula teóricas, com o intuito de mostrar a importância da higiene e saúde bucal, em um ângulo diferente das escolas anteriores a essa. O foco foi no que a má higienização pode causar na saúde do indivíduo e suas consequências, bem como o impacto do uso de drogas lícitas e ilícitas.

Colegio Estadual Vinícius De Moraes

Alunos entre 15 e 18 anos, estando inclusos também os que cursavam EJA (Educação para Jovens e Adultos), matriculados entre 1º e 3º colegial do Ensino Médio. Foi empregada uma metodologia parecida com a do Colégio Carlírio Gomes dos Santos, mas o assunto e seus possíveis riscos foram mais aprofundados, visto que se tratavam de alunos mais velhos e consequentemente mais vividos, penderes aos maus hábitos do dia-a-dia.

Consistiu em um grupo de grávidas do município que tinham encontros mensais, onde recebiam palestras sobre a importância da higiene bucal durante o período gestacional e como proceder depois do nascimento do bebê, no que diz respeito à higienização da criança.

APAE – Caminhos Do Coração

Alunos de idade variada, com diversos tipos de deficiência. Consistiu em atividades mais simples, mas com contexto apropriado para cada tipo de aluno. Capacitação dos professores/cuidadores de como operar nos cuidados bucais dos educandos.

RESULTADOS

As crianças, em geral, apresentaram um grande interesse a respeito da higienização bucal. A resposta diante do projeto se tornou cada vez mais positiva com grande fixação dos conteúdos ensinados, porque, além das aulas teóricas, havia as práticas de escovação, onde foi ensinado o modo correto de profilaxia, que veio a se tornar rotina nas escolas, pois os professores liberavam os kits após as refeições no intervalo para que a criança pudesse fazer a higiene bucal. Fomos muito bem recebidos nas escolas CEMEI Anjo da Guarda e Escola Municipal Francisco da Silva Leal, pelos alunos e comunidade escolar, tornando o ambiente de trabalho mais leve, a atuação se dando forma natural, fazendo com que os alunos passem os conceitos sobre o que aprendem com os extensionistas para a família e amigos. Mas ficou claro que o ponto de partida para a percepção das crianças se deve ao tipo de instrumento utilizado para a realização das aulas. Ficou claro ainda a carência de políticas públicas voltadas para essa população em específico, o que poderia vir a ser minimizado se os pais talvez tivessem maior conhecimento sobre a prevenção (CARVALHO, 2009), considerando que a maioria dos alunos possuem baixo nível socioeconômico.

Com os adolescentes, o foco foi diferente: foram ministradas palestras sobre o tema e sua importância, bem como o uso de drogas lícitas e ilícitas, promovendo, por meio dos próprios alunos, debates sobre o assunto, a fim de tirar possíveis dúvidas, ficando esclarecido as consequências da má higienização e do uso de drogas. Os escolares dos 6º, 7º e 8º anos nos receberam amistosamente, em contrapartida, com os escolares dos 9º anos a nossa recepção ocorreu gradativamente. Isso ocorre pois

precisamos conseguir confiança das turmas ao longo dos encontros semanais para que as palestras fossem ministradas, gerando debates entre os integrantes e os estudantes, podendo assim sanar todas as dúvidas sobre os temas abordados. Depois de ter alcançado a atenção dos alunos, as aulas teóricas promovida pelos alunos extensionistas foram mais dinâmicas, de forma a atrair a atenção dos jovens. Ficou claro que o entendimento sobre os métodos educacionais devem constituir instrumentos que lhes possibilitem construir um aporte de conhecimentos relacionados à saúde bucal, que seja traduzido em mudanças quanto ao autocuidado (TOMITA, 2001).

O período gestacional deve ser alvo de atenção por parte dos profissionais de saúde, com vistas à promoção da saúde bucal e prevenção de doenças que afetam a cavidade bucal (SCAVUZZI, 1999). Sendo assim, através de palestras, conseguimos abordar diversos pontos nos quais as gestantes não eram bem informadas durante o período do pré-natal na USB da cidade, mas elas passaram a ficar mais atentas com a higienização bucal e a se informar sobre como cuidar da higiene da criança até ela esteja preparada para fazer isso sozinha. Diante da literatura, ficou evidente que a maioria das gestantes não tem conhecimentos sobre os prejuízos que podem advir para o bebê devido ao uso indevido da mamadeira e falta de higiene da boca da criança (CORSETTI, 1998). Costa e colaboradores concluíram que as mães são desinformadas sobre os cuidados bucais dos bebês. Afirmam ainda a importância das informações sobre a higiene e saúde bucal do filho, práticas que devem ser transmitidas às mães pelos profissionais da saúde, sendo adequado a união com profissionais da educação para passar o conhecimento de modo mais didático. A cada encontro, éramos esperados ansiosamente pelo grupo de gestantes, porque a cada reunião levávamos novas informações úteis e necessárias para a saúde da futura mãe e do bebê.

Grande parte dos alunos da APAE, por possuírem pouca habilidade motora para realizar uma higiene bucal satisfatória, acumulam nos dentes um biofilme, resultando em inflamação da gengiva e/ou instalação de cáries e doenças (RATH, et al., 2001). No entanto, com a atuação do projeto ficou notável a mudança de rotina no dia-a-dia, vindo a promover os hábitos de se praticar a higienização, aqueles que possuem deficiência mais leve faziam a higiene sozinhos com a orientação do extensionista ou do cuidador, já naqueles mais acometidos, a escovação era feita pelo cuidador, uma vez que demonstravam maior dificuldade na realização da higienização oral. Foi necessário enfatizar a importância dos cuidados bucais, proporcionando orientações para os cuidadores e alunos sobre como eliminar e/ou reduzir o biofilme e a importância e necessidade de conservação dos dentes (BATISTA, et al., 2003).

Brown (2008) afirma que a base para se promover saúde bucal e instrução de higiene deve seguir técnicas adaptadas para cada tipo de deficiência.

Os professores de todas as escolas que o projeto de extensão passou nos apoiaram e repassaram as informações para os pais, indiretamente afetando de modo positivo toda a população da cidade, que possui poucos habitantes.

Embora as características sociais dos grupos tenham diferenças na origem, a resposta ao programa foi de motivação, uma vez que o conhecimento não ficou apenas para os alunos, estendendo-se, através deles, para as famílias, com o intuito de mudar os hábitos em casa.

CONSIDERACIONES FINALES

Compete ao professor fundamentar-se teoricamente e adequar a linguagem para o nível em que seus alunos se encontram. A cavidade bucal, mais especificamente os dentes, são exemplos que podem ser utilizados para a fixação do aprendizado, pois permitem exemplos concretos que podem ser visualizados no próprio aluno ou nos indivíduos que estão na sua comunidade.

Ficou evidente que existe uma necessidade urgente da implementação de programas preventivos em saúde bucal devido aos altos índices de problemas bucais — sendo mais comum a cárie. Aqueles com piores condições socioeconômicas são os mais carentes desses cuidados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Batista CG, Turrini CC, Moraes ABA, Rolim GS. A odontologia e as pessoas com deficiência visual. *J Bras Odonto-Psicol Odontol Pacientes Espec.* 2003; 1(2):170-4.
- BLINKHORN, A. S. Factors affecting the compliance of patients with preventive dental regimens. *Int. Dent. J. (New York)*, v.43, n.3 suppl. 1, p.294-8, June 1993
- Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Bucal. 8ª Conferência Nacional de Saúde. 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde; 1986.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2004..
- Brown D. An observational study of oral hygiene care for visually impaired children [Tese]. [Glasgow]: University of Glasgow; 2008. 22 p.
- Carvalho FS. Perfil epidemiológico de cárie dentária em pré-escolares e o conhecimento de pais e de educadores sobre saúde bucal [tese]. Bauru: Universidade de São Paulo; 2009.
- CORONA, S. A. M. Avaliação dos índices de placa bacteriana e gengival após orientação sobre higiene bucal, junto a escolares do primeiro grau. Araraquara, 1999. 187p. Tese (Doutorado em Dentística Restauradora) – Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista.
- Corsetti LO, Figueiredo MC, Dutra CAV. Avaliação do atendimento odontológico para gestantes nos serviços de Porto Alegre/RS, durante o pré-natal. *ver Aboprev* 1998; 1(1):9-15.
- COSTA, I. C. C.; FUSCELLA, M. A. P. Educação e Saúde: importância da integração dessas práticas na simplificação do saber. *Ação Coletiva*, v. 2, n. 3, p.45-47, 1999.
- CROSCRATO, G.; PINA, J.C.; MELLO, D.F. Utilização de atividades lúdicas em educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. *Acta Paul Enferm.* São Paulo. V. 23, n. 2, p. 257-63, 2010.
- GARCIA, P. P. N. S. et al. Saúde bucal: crenças e atitudes, conceitos e educação de pacientes do serviço público. *JAO – Jornal de Assessoria ao Odontologista (Curitiba)*, v.3, n.22, p.36-41, 2000.
- L'ABBATE, S.; SMEKE, E.L.M.; OSHIRO, J.H. A educação em saúde como um exercício de cidadania. *Rev. Saúde em Debate*, 37:81-85, 1992.
- Lang & Woolfoolk 9. LANG, P., WOOLFOLK, M. W. Oral health knowledge and attitudes of elementary schoolteachers in Michigan. *J. Public Health Dent. (Richmond)*, v.49, n.1, p.44-50, Winter 1989.
- Moysés SPT, Watt R. Promoção de saúde bucal: definições. In: Buisch YP. *Promoção de saúde bucal na clínica odontológica*. São Paulo: Artes Médicas; 2000. v.22. p.3-17.
- NADANOVSKY, P., 2000. O declínio da cárie. In: *Saúde Bucal Coletiva* (V. G. Pinto, org.), pp. 341-351, São Paulo: Editora Santos
- PENG, B. et al. Changes in oral health knowledge and behavior 1987-95 among inhabitants of Wuhan City, PR China. *Int. Dent. J. (New York)*, v.47, n.3, p.142-7, June 1997.
- PINTO, V. G. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. In: KRIGER, L. (Coord.) *Promoção de saúde bucal*. São Paulo: Artes Médicas, 1997. p.29-41.
- Rath IBS, Bosco VL, Almeida ICS, Moreira EAM. Atendimento odontológico para crianças portadoras de deficiência visual. *Arq Cent Estud Curso Odontol Univ Fed Minas Gerais*. 2001; 37:183-8.
- Scavuzzi AIF, Rocha MCBS. Atenção odontológica na gravidez: uma revisão. *Revista da UFBA* 1999; 16:46-52.
- Sheiham A & Moysés SJ 2000. O papel dos profissionais de saúde bucal na promoção de saúde, pp. 23-37. In YP Buisch. *Promoção de saúde bucal na clínica odontológica*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- Toassi RFC, Petry PC. Motivação no controle do biofilme dental e sangramento gengival em escolares. *Rev. Saúde Pública*. 2002;36(5):634-7.
- TOMITA, N. E.;PERNAMBUCO, R. de A.;LAURIS, J. R. P.; LOPES, E. S.Educação em saúde bucal para adolescentes: uso de métodos participativos. *Rev. FOB* 2001;p63-69.



Implementación de acciones educativas para la prevención de enfermedades bucales en municipio de bajo IDH

Implementation of actions educatives for the prevention of oral diseases in the Municipality of low IDH

Juliana Haddad
Bióloga. Estudiante de maestría en Anatomía Humana en Universidad Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
juliana-haddad@hotmail.com

Carolina Guarini Marcelino
Bióloga. Estudiante de maestría profesional en Enseñanza en Universidad Estadual do Norte do Paraná, Paraná, Brasil.
carolgm_094@hotmail.com

Everson Orlandini Alves
Enfermero. Enfermero Asistencial de la Unidad de Terapia Intensiva de la Asociación Hospitalaria Benéfica de Bandeirantes, Bandeirantes, Paraná, Brasil.
eversonorlandini@hotmail.com

João Lopes Toledo Neto
Cirujano-dentista. Doctor en Anatomía Humana. Docente Asociado de la Universidad Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil.
joaoneto@uenp.edu.br

Daiane Suele Bravo
Enfermera. Doctoranda en Salud Colectiva en Universidad Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil.
daianebravo@hotmail.com

Aline Balandis Costa
Enfermera. Magíster en Ciencias de la Salud por la Universidad Estadual de Maringá. Docente del curso de enfermería en Universidad Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil.
alinelalandis@uenp.edu.br

Ana Beatriz Martins
Estudiante de grado en enfermería en la Universidad Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, Paraná, Brasil.
anabeatrizmartins66@gmail.com

RESUMEN

La promoción de la educación y la salud son esenciales para permitir al individuo a desarrollar la capacidad de comprender, reflexionar y analizar las causas de sus problemas, lo que aumenta su capacidad para resolverlos. La educación es importante en el proceso de transformación social y puede aprovechar los cambios en la vida de las personas y la comunidad. Nuestro objetivo fue promover el conocimiento de la comunidad escolar sobre los peligros de una mala higiene bucal, cambiando su comportamiento de las prácticas y acciones preventivas que participan profesores y estudiantes en un trabajo centrado en la salud. Las actividades se llevaron a cabo en una ciudad del Norte de Paraná, Santa Amelia, que siguió a los criterios de inclusión. Trabajamos con cinco escuelas, una APAE y UBS, en un período de un año, con visitas semanales. La falta de una política que incluye la salud y la educación como la integración de actividades para comprender mejor la gravedad de las cuales es la falta de higiene bucal era evidente.

Palabras clave: La salud oral; salud; participación comunitaria; salud escolar.

ABSTRACT

The promotion of education and health are essential to enable the individual to develop the ability to understand, reflect and analyze the causes of their problems, increasing their abilities to solve them. Education is important in the process of social transformation and can leverage changes in people's lives and in the community. Our objective was to promote awareness of the school community about the dangers of poor oral hygiene, changing their behavior from practices and preventive actions involving teachers and students in work focused on health. The activities were held in a Northern city of Parana, Santa Amelia, which followed the inclusion criteria. We work with five schools, one APAE and UBS, in a period of one year, with weekly visits. The lack of a policy that includes health and education as integrating activities to better understand the severity of which is the lack of oral hygiene was evident.

Key-words: Oral health, Oral hygiene, Consumer participation, School health

INTRODUCCIÓN

Este trabajo forma parte del proyecto de extensión Universidade Sem Fronteiras, “Implementación de acciones de promoción, prevención e indicación de tratamiento en la salud bucal en la ciudad de Santa Amélia – PR”, de la Universidad Estadual del Norte de Paraná (UNEP), en conjunto con la alcaldía de Santa Amélia – PR.

Buscamos, aquí, presentar el desarrollo de la propuesta didáctica, destacando las contribuciones que la metodología aplicada trae para los alumnos de las escuelas públicas del municipio de Santa Amélia – PR, visando desarrollar una reflexión crítica sobre el tema, contribuyendo para la concientización de los escolares sobre la importancia y necesidad de la higiene bucal.

Este estudio objetivó el grado de aprendizaje en salud bucal alcanzado por estudiantes del Jardín Infantil, Enseñanza Fundamental I y II, Enseñanza Media, Gestantes y alumnos de APAE, dando enfoque necesario para cada franja etaria y sus necesidades, matriculados en cuatro escuelas públicas del municipio entre septiembre de 2015 hasta agosto de 2016. Se implementaron acciones enfocando nociones de salud e higiene bucal a fin de prevenir futuras complicaciones odontológicas y patológicas.

Uno de los puntos más relevantes del proyecto se da en el momento en que los profesores y profesionales de salud pasan a contribuir para que nuestro trabajo se concrete de la mejor forma en Santa Amélia. Metodológicamente, el desarrollo del proyecto se constituye de actividades lúdicas, clases teóricas, clases prácticas y charlas sobre la importancia de la higiene bucal para la salud del individuo.

Por fin, el trabajo trae discusiones sobre la importancia de unir educación y salud en el ambiente escolar y conceder prácticas para que se tenga una construcción directa sobre la necesidad de la higienización bucal.

Cuando destacamos el problema de la educación en salud bucal, lo hacemos pautados en la repercusión que los problemas oriundos de la cavidad bucal pueden representar para el organismo como un todo.

FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

A partir del documento ‘Promoción de la Salud mediante las Escuelas’ de OMS (Organización Mundial de Salud), se evidencia la relación que existe entre salud y educación, juzgando emplear conocimientos para auxiliar las escuelas en la mejoría de la educación, aumentando el potencial de aprendizaje que simultáneamente mejoran la salud, ya que una buena salud propicia un aprendizaje provechoso y vice-versa. El concepto de sa-

lud debe ser entendido como un conjunto de condiciones que proporcionan el bienestar mental, físico y social.

Nadanovsky afirmó que la escuela tiene gran influencia sobre la salud de los alumnos. Desde ahí el desarrollo de metodologías que tiene como meta atingir una vida sana para la población escolar, apoyándola y conduciéndola a la promoción de la salud.

Uno de los aportes de la promoción de salud es la educación, que tiene como objetivo ampliar el entendimiento sobre salud, aumentando la habilidad de la comunidad de resolver sus propios problemas a partir de actividades desarrolladas a través de un trabajo colectivo y participativo con la comunidad escolar. (Sheiham y Moysés, 2000).

La educación es extremadamente importante en el proceso de transformación social y la relación con el área de la salud, ya que las dos áreas se integran, pudiendo traer cambios en la vida de los individuos y en la realidad de la sociedad (COSTA y FUSCELLA, 1999).

Según Moysés, Watt (2000), la promoción de salud bucal es un área de la interface salud/sociedad, siendo uno de los principios fundamentales de la promoción de salud el desarrollo de acciones dirigidas a las necesidades de la población.

En 1986, el Informe de la I Conferencia Nacional de Salud Bucal enfatizó la salud bucal como parte integrante de la salud general de los individuos, encontrándose directamente relacionada con las condiciones socioeconómicas, incluso el acceso a los servicios de salud (BRASIL, 1986). Acciones de promoción a la salud visan reducir factores de riesgo que puedan ser amenaza a la salud de las personas, pudiendo provocar incapacidades y enfermedades (BRASIL, 1986).

La caries dental viene tornándose un problema de salud pública que atinge toda la población brasileña (PINTO, 1997). La mayoría de los estudios describen niños en edades escolares como gran prevalencia y severidad de caries. La importancia del conocimiento sobre las causas y estragos que la caries provoca es muy importante, porque puede influenciar en la dentición permanente.

Para que ese contexto se modifique, es necesaria la implementación de acciones que actúen modificando la mentalidad de la población objetivo, creando prácticas que vengán a tornar rutineras en el diario, valorando el papel de la educación como medio de motivación, principalmente para el autocuidado (PEN et al., 1997)

Existe una creciente necesidad de introducir en los contenidos de enseñanza, principalmente aquellos relacionados a las Ciencias y a la importancia de la higiene bucal para la salud del cuerpo en un contexto general. Dejando explícito que la boca es solo un canal de entrada para las enfermedades más graves, que se agravan con el tiempo, pudiendo ser silenciosas o no. Sin embargo, parte de los educadores optan por solo pasar rápidamente por el asunto, no dando la importancia necesaria, priorizan

la enseñanza tradicional, sin presentaciones prácticas del contenido, necesaria principalmente a los primeros años escolares.

La educación es el punto que trabaja con la motivación, la práctica y tiene el poder de desarrollar en las personas la consciencia crítica de la causa de los problemas, despertando entonces el interés por la mantención de la salud.

Los procedimientos educativos trabajan con una única finalidad, modificar el comportamiento de salud bucal de los individuos, informándoles de la necesidad de la higiene bucal para la salud (GARCIA et al., 2000)

Según Blinkhorn, el cambio de hábito es muy difícil de ser atingido, haciéndose necesaria la utilización de estrategias de acuerdo con la edad del público objetivo y su nivel socioeconómico, siempre reforzando las informaciones (L'ABBATE, 1992).

Por lo tanto, los responsables y profesores son los agentes auxiliares de educación, debiendo estimular siempre los hábitos de higiene (CORONA, 1999).

El trabajo educativo es productivo cuando enfocado en niños en la fase escolar, pues ellos son más accesibles y aprenden más fácilmente, facilitando la enseñanza de hábitos relacionados a la salud bucal (LANG & WOOLFOLK, 1989). Acciones preventivas y educativas deben ser realizadas en los espacios como guarderías, escuelas y unidades de salud, debido a la importancia de la actuación en la fase de formación de hábitos principalmente en pre-escolares (BRASIL, 2008). La escuela es el escenario perfecto para desarrollar un programa de educación en salud, una vez que es posible y más explorado el repase de informaciones, estimulando cambios de experiencias que favorecen la diseminación de conocimiento (BRASIL, 2009). La estimulación de los alumnos requiere actividades lúdicas como una herramienta de promoción de la educación en salud, con el propósito de llamar la atención de los escolares para el asunto, posibilitando un aprendizaje efectivo a partir de una actividad lúdica (CROSCRATO et al., 2010).

Recursos como charlas educativas; revelación de la biopelícula dental, orientación directa sobre la técnica de cepillo y del uso del hilo dental, con el auxilio de macromodelos y macro cepillo, deben ser utilizados para motivar los escolares a la práctica diaria de cepillada (Toassi, Petry, 2002).

Relato de la actividad de extensión

Presenta como principales objetivos:

1. *Promocionar la concientización de la población sobre los riesgos de la mala higienización y el uso de agentes lícitos que vengán a causar futuros problemas a la salud;*

2. *Promocionar cambios de comportamientos a partir de prácticas de acciones profilácticas;*
3. *Envolver profesores, alumnos y comunidad escolar en un trabajo direccionado a la salud;*
4. *Estrechar lazos entre extensionistas, alumnos y comunidad escolar.*

METODOLOGÍA

Las acciones del proyecto de extensión fueron desarrolladas entre septiembre de 2015 y agosto de 2016, a partir de dos alumnos recién egresados, un estudiante de grado y tres voluntarios, todos de la Universidad Estadual del Norte de Paraná (UENP), campus Luiz Meneghel, en Bandeirantes – PR.

La ciudad elegida para actuación del proyecto debía obedecer a algunos criterios, como poseer un IDH bajo y no ser asistida por el programa Brasil Sorridente, surgió entonces la oportunidad de educación continuada sobre salud bucal. Así, el municipio que abarcaba todos los criterios fue Santa Amélia, ubicado en el norte de Paraná, a 27 km de la UENP-CLM.

La realización de ese proyecto de extensión consiste en etapas distintas teniendo como eje norte la educación de la población, como medida de control de patologías bucales. Para tanto, los profesionales recién recibidos y el alumno de grado inicialmente fueron entrenados por el orientador sobre las diferentes metodologías de enseñanza, a fin de diagnosticar el nivel de conocimiento de la comunidad, su realidad y sus valores.

Las visitas en las escuelas ocurrieron dos veces por semana, en los periodos matutino y vespertino, siendo ministradas charlas, actividades lúdicas y prácticas de profilaxia, totalizando dos escuelas municipales, dos escuelas estaduais, una APAE y una UBS.

Enseguida, fue trazado el planeamiento y la elección de metodologías educativas a ser aplicadas en cada comunidad. Fueron realizados entrenamientos para los profesores y alumnos de la red escolar, basados en clases teóricas, como intuito de estimularlos a actuar como multiplicadores juntos a sus colegas, alumnos, familia y, por extensión, a la comunidad. Concomitantes a ese entrenamiento, fueron realizados con los niños matriculados en las escuelas municipales prácticas de profilaxia bucal. En el caso de los adolescentes y adultos, visamos una forma de trabajo diferenciada de los niños, con el enfoque en los factores de riesgo debido a la mala higienización bucal y el uso de sustancias lícitas e ilícitas. Con las mujeres embarazadas fue abordado sobre la forma correcta de higienización bucal y alimentación durante el periodo de embarazo para prevención de posibles patologías bucales que futuramente pueden interferir en la gestación, viniendo a causar nacimiento prematuro del bebe, incluyendo la instrucción para la higienización bucal de los nenes. Y para APAE,

además de los alumnos, los cuidadores también recibieron orientación de como portarse y auxiliarlos durante la higienización.

Como apresentação do projeto à cidade, no “Dia das Crianças” houve um evento na praça da Igreja Matriz, onde ocorreu o primeiro contato com a comunidade.

CEMEI Anjo Da Guarda

En esa guardería la metodología consistió en prácticas lúdicas, con el uso de títeres, películas y actividades en pinturas y juegos. Los alumnos participantes tenían entre tres y cuatro años.

Escuela Municipal Francisco da Silva Leal

En esa escuela, los alumnos participantes estuvieron matriculados del primero al quinto año de la enseñanza fundamental I, con edades variando entre 5 y 10 años. Las actividades consistían en títeres, donde los extensionistas hablaban de forma divertida sobre la importancia de la higiene bucal. Posteriormente fueron aplicadas actividades como sopa de letras, anagramas, juegos de los siete errores, dibujos para pintar, entre otros, consecuentemente fijando mejor el contenido dado. Después de la teoría, fueron distribuidos para cada alumno un kit de higiene bucal, conteniendo un cepillo y una crema dental. Una vez por semana, los integrantes del proyecto llevaban la turma para la práctica de higienización, por medio de un entrenamiento correcto de profilaxia bucal. Los profesores fueron instruidos a llevar sus respectivos grupos a cepillaren los dientes después del recreo.

Colegio Estadual Carlírio Gomes Dos Santos

Alumnos con edad entre 10 y 15 años, matriculados del sexto al noveno año de la enseñanza primaria.

La metodología empleada consistió de clases teóricas, con el intuito de enseñar la importancia de la higiene y salud bucal, en un ángulo distinto de las escuelas anteriores a esa. El enfoque fue en lo que la mala higienización puede causar en la salud del individuo y sus consecuencias, así como el impacto del uso de drogas lícitas e ilícitas.

Alumnos entre 15 y 18 años estando incluidos también los que cursaban la Educación para Jóvenes y Adultos, matriculados entre primero y tercero colegial de la Enseñanza Media. Fue empleada una metodología parecida con la del Colegio Carlírio Gomes dos Santos, pero el asunto y sus posibles riesgos fueron más profundizados, visto que se trataban de alumnos más grandes y consecuentemente más vividos, pendientes a los malos hábitos de la rutina.

Unidad Básica De Saúde

Consistió en un grupo de mujeres embarazadas del municipio que tenían encuentros mensuales, donde recibían charlas sobre la importancia de la higiene bucal durante el periodo gestacional y cómo proceder después del nacimiento del bebé, en lo que dice al respecto a la higienización del niño.

APAE – Caminhos Do Coração

Alumnos de edad variada, con diversos tipos de discapacidades. Consistió en actividades más simples, pero con contexto apropiado para cada tipo de alumno. Capacitación de los profesores/cuidadores de cómo operar en los cuidados bucales de los educandos.

RESULTADOS

Los niños, en general, presentaron un grande interés a respecto de la higienización bucal. La respuesta delante del proyecto se convirtió cada vez más positiva con gran fijación de los contenidos enseñados, porque, además de las clases teóricas, había las prácticas de higienización, donde fue enseñado el modo correcto de profilaxia, que vino a ser rutina en las escuelas, pues los profesores liberaban los kits después de las refecciones en el intervalo para que los niños pudiesen hacer la higiene bucal. Fuimos muy bien recibidos en las escuelas CEMEI Anjo da Guarda y Escuela Municipal Francisco da Silva Leal, por los alumnos y comunidad escolar, tornando el ambiente de trabajo más leve y la actuación dándose de forma natural, haciendo con que los alumnos pasasen los conceptos sobre lo que aprenden con los extensionistas para la familia y amigos. Pero quedó claro que el punto de partida para la percepción de los niños se debe al tipo de

instrumento utilizado para la realización de las clases. Quedó claro todavía la carencia de políticas públicas direccionadas para esa población en específico, lo que podría venir a ser minimizado si los padres tal vez tuviesen más conocimiento sobre la prevención (CARVALHO, 2009), considerando que la mayoría de los alumnos poseen bajo nivel socioeconómico.

Con los adolescentes, el enfoque fue distinto: fueron ministradas charlas sobre el tema y su importancia, bien como el uso de drogas licitas e ilícitas, promoviendo, por medio de los propios alumnos, debates sobre el asunto, a fin de tirar posibles dudas, quedando aclarado las consecuencias de mala higienización y del uso de drogas. Los escolares del sexto, séptimo y octavo años recibieron amistosamente, en contrapartida, con los escolares de los novenos años en nuestra recepción ocurrió gradualmente. Eso ocurre ya que necesitamos conseguir confianza de grupos a lo largo de los encuentros semanales para que las charlas fuesen ministradas, generando debates entre los integrantes y los estudiantes, pudiendo así sanar todas las dudas sobre los temas abordados. Después de tener alcanzado la atención de los alumnos, las clases teóricas jóvenes. Quedó claro que el entendimiento sobre los métodos educacionales deber constituir instrumentos que les posibilitemos construir un aporte de conocimientos relacionados a la salud bucal, que sea traducido en cambios cuanto al autocuidado (TOMITA, 2001).

El periodo gestacional debe ser objetivo de atención por parte de los profesionales de salud, con vistas a la promoción de la salud bucal y prevención de enfermedades que afecten la cavidad bucal en los cuales las gestantes no eran bien informadas durante el periodo del pre natal en la USB de la ciudad, pero ellas pasaron a quedar más atentas con la higienización bucal y a informarse sobre cómo cuidar de la higiene del niño hasta ella estar preparada para hacerlo sola. Frente a literatura, quedó evidente que la mayoría de las embarazadas no tiene conocimientos sobre los perjuicios que pueden advenir para el bebe debido al uso de la mamadera y falta de higiene de la boca del niño (CORSETTI, 1998). Costa y colaboradores concluyeron que las madres son desinformadas sobre los cuidados bucales de los bebes. Afirman también la importancia de las informaciones sobre la higiene y salud bucal del hijo, prácticas que deben ser transmitidas a las madres por los profesionales de la salud, siendo adecuada la unión con profesionales de la educación para pasar el conocimiento de modo más didáctico. A cada encuentro, éramos esperados ansiosamente por el grupo de embarazadas, porque a cada reunión levantábamos nuevas informaciones útiles y necesarias para la salud de la futura madre y del bebe.

Gran parte de los alumnos de APAE, por poseer poca habilidad motriz para realizar una higiene bucal satisfactoria acumulan en los dientes una biopelícula, resultando en inflamación de las encías y/o instalación de caries y enfermedades (RATH, et al., 2001). Sin embargo, con actuación del proyecto quedó notable el cambio de rutina al diario, viniendo a pro

mocionar los hábitos de practicarse la higienización, aquellos que poseen discapacidades más livianas hacían higiene solos con la supervisión del extensionista o del cuidador, ya en aquellos más acometidos, la higienización era hecha por el cuidador, una vez que demostraban más dificultades en la realización de la higienización oral. Fue necesario enfatizar la importancia de los cuidados bucales, proporcionando orientaciones para los cuidadores y alumnos sobre como eliminar y/o reducir la biopelícula y la importancia de los cuidados bucales en la realización de la higienización oral. Fue necesario enfatizar la importancia de los cuidados bucales proporcionando orientaciones para los cuidadores y alumnos sobre cómo eliminar y/o reducir la biopelícula y la importancia y necesidad de conservación de los dientes (BATISTA, et. Al, 2003).

Brown (2008) afirma que la base para promover salud bucal e instrucción de higiene debe seguir técnicas adaptadas para cada tipo de discapacidad.

Los profesores de todas las escuelas que el proyecto de extensión pasó apoyarnos y repasaron las informaciones para los padres, indirectamente afectando de modo positivo toda la comunidad de la ciudad, que posee pocos habitantes.

Aunque las características sociales de los grupos tengan cambios en el origen, la respuesta al programa fue de motivación, una vez que el conocimiento no quedó solo para los alumnos, extendiéndose, a través de ellos, para las familias, con el intuito de cambiar los hábitos en casa.

CONSIDERACIONES FINALES

Compite al profesor fundamentarse teóricamente y adecuar el lenguaje para el nivel en que sus alumnos se encuentran. La cavidad bucal, más específicamente los dientes, son ejemplos que pueden ser utilizados para la fijación del aprendizaje, pues permiten ejemplos concretos que pueden ser visualizados en el propio alumno o en los individuos que están en su comunidad.

Quedó evidente que existe una necesidad urgente de implementación de programas preventivos en salud bucal debido a los altos indicadores de problemas bucales – siendo más común la caries. Aquellos con peores condiciones socioeconómicas son los más carentes de esos cuidados.

REFERENCIAS

- Batista CG, Turrini CC, Moraes ABA, Rolim GS. A odontologia e as pessoas com deficiência visual. *J Bras Odontol-Psicol Odontol Pacientes Espec.* 2003; 1(2):170-4.
- BLINKHORN, A. S. Factors affecting the compliance of patients with preventive dental regimens. *Int. Dent. J. (New York)*, v.43, n.3 suppl. 1, p.294-8, June 1993
- Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Bucal. 8ª Conferência Nacional de Saúde. 1ª Conferência Nacional de Saúde Bucal. Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde; 1986.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde; 2004..
- Brown D. An observational study of oral hygiene care for visually impaired children [Tese]. [Glasgow]: University of Glasgow; 2008. 22 p.
- Carvalho FS. Perfil epidemiológico de cárie dentária em pré-escolares e o conhecimento de pais e de educadores sobre saúde bucal [tese]. Bauru: Universidade de São Paulo; 2009.
- CORONA, S. A. M. Avaliação dos índices de placa bacteriana e gengival após orientação sobre higiene bucal, junto a escolares do primeiro grau. Araraquara, 1999. 187p. Tese (Doutorado em Dentística Restauradora) – Faculdade de Odontologia, Universidade Estadual Paulista.
- Corsetti LO, Figueiredo MC, Dutra CAV. Avaliação do atendimento odontológico para gestantes nos serviços de Porto Alegre/RS, durante o pré-natal. *ver Aboprev* 1998; 1(1):9-15.
- COSTA, I. C. C.; FUSCELLA, M. A. P. Educação e Saúde: importância da integração dessas práticas na simplificação do saber. *Ação Coletiva*, v. 2, n. 3, p.45-47, 1999.
- CROCRATO, G.; PINA, J.C.; MELLO, D.F. Utilização de atividades lúdicas em educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. *Acta Paul Enferm. São Paulo*. V. 23, n. 2, p. 257-63, 2010.
- GARCIA, P. P. N. S. et al. Saúde bucal: crenças e atitudes, conceitos e educação de pacientes do serviço público. *JAO – Jornal de Assessoria ao Odontologista (Curitiba)*, v.3, n.22, p.36-41, 2000.
- L'ABBATE, S.; SMEKE, E.L.M.; OSHIRO, J.H. A educação em saúde como um exercício de cidadania. *Rev. Saúde em Debate*, 37:81-85, 1992.
- Lang & Woolfolk 9. LANG, P., WOOLFOLK, M. W. Oral health knowledge and attitudes of elementary schoolteachers in Michigan. *J. Public Health Dent. (Richmond)*, v.49, n.1, p.44-50, Winter 1989.
- Moysés SPT, Watt R. Promoção de saúde bucal: definições. In: Buisch YP. Promoção de saúde bucal na clínica odontológica. São Paulo: Artes Médicas; 2000. v.22. p.3-17.
- NADANOVSKY, P., 2000. O declínio da cárie. In: *Saúde Bucal Coletiva* (V. G. Pinto, org.), pp. 341-351, São Paulo: Editora Santos
- PENG, B. et al. Changes in oral health knowledge and behavior 1987-95 among inhabitants of Wuhan City, PR China. *Int. Dent. J. (New York)*, v.47, n.3, p.142-7, June 1997.
- PINTO, V. G. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. In: KRIGER, L. (Coord.) *Promoção de saúde bucal*. São Paulo: Artes Médicas, 1997. p.29-41.
- Rath IBS, Bosco VL, Almeida ICS, Moreira EAM. Atendimento odontológico para crianças portadoras de deficiência visual. *Arq Cent Estud Curso Odontol Univ Fed Minas Gerais*. 2001; 37:183-8.
- Scavuzzi AIF, Rocha MCBS. Atenção odontológica na gravidez: uma revisão. *Revista da UFBA* 1999; 16:46-52.
- Sheiham A & Moysés SJ 2000. O papel dos profissionais de saúde bucal na promoção de saúde, pp. 23-37. In YP Buisch. *Promoção de saúde bucal na clínica odontológica*. Artes Médicas, Porto Alegre.
- Toassi RFC, Petry PC. Motivação no controle do biofilme dental e sangramento gengival em escolares. *Rev. Saúde Pública*. 2002;36(5):634-7.
- TOMITA, N. E.;PERNAMBUCO, R. de A.;LAURIS, J. R. P.; LOPES, E. S.Educação em saúde bucal para adolescentes: uso de métodos participativos. *Rev. FOB* 2001;p63-69.

A Interfaces - Revista de Extensão da UFMG convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidas em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do site www.ufmg.br/revistainterfaces. Nesse endereço, que contém a versão on-line da Interfaces, estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre a revista. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

